



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1786

Sexta-feira - 17 de Julho de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Herval d'Oeste	205	Pinheiro Preto	518
Alto Bela Vista.....	14	Ibiam	206	Pomerode.....	519
Anchieta	15	Ilhota	207	Ponte Serrada	524
Antônio Carlos	25	Imarui	208	Porto Belo.....	531
Arroio Trinta.....	27	Imbituba	214	Porto União.....	532
Ascurra.....	28	Indaial.....	218	Pouso Redondo	539
Balneário Rincão	29	Iomerê	231	Presidente Castello Branco	544
Benedito Novo	30	Ipumirim	278	Rio dos Cedros.....	550
Biguaçu	31	Irineópolis	280	Rio do Sul.....	545
Blumenau	44	Itaiópolis	295	Salto Veloso.....	551
Bom Retiro	66	Itapiranga.....	296	Santa Terezinha do Progresso	552
Braço do Trombudo	71	Itapoá	300	São Bento do Sul.....	553
Brusque.....	72	Joaçaba	302	São Carlos	561
Caçador.....	77	Lages	310	São Domingos.....	562
Camboriú.....	88	Laguna	311	São João do Oeste	566
Campo Alegre	91	Lajeado Grande.....	316	São Joaquim	567
Campo Erê.....	100	Lauro Muller	317	São José.....	568
Canelinha	101	Lebon Regis	322	São José do Cedro.....	582
Canoinhas.....	102	Leoberto Leal.....	333	São Lourenço do Oeste.....	598
Capinzal	108	Lindóia do Sul.....	387	São Miguel do Oeste.....	602
Caxambu do Sul.....	113	Luzerna	400	São Pedro de Alcântara.....	609
Cocal do Sul.....	114	Mafra	401	Schroeder.....	611
Concórdia	117	Maracajá	402	Serra Alta	617
Cordilheira Alta	134	Maravilha.....	403	Sul Brasil	618
Coronel Martins.....	138	Massaranduba.....	414	Tigrinhos	619
Corupá	139	Meleiro	417	Timbé do Sul	621
Dionísio Cerqueira	142	Modelo	420	Timbó	622
Erval Velho	144	Morro da Fumaça	421	Três Barras	624
Fraiburgo.....	145	Navegantes.....	422	Treze Tilias	625
Frei Rogério	152	Nova Trento	433	Tunápolis.....	626
Galvão.....	153	Novo Horizonte	440	Turvo	627
Garopaba.....	163	Orleans	441	União do Oeste	647
Garuva	166	Ouro	442	Vargeão.....	652
Gaspar	175	Palhoça	443	Vidal Ramos.....	653
Grão Pará	179	Papanduva.....	470	Videira.....	654
Guaraciaba	180	Passos Maia	471	Xanxerê.....	667
Guaramirim.....	181	Paulo Lopes	515	Xavantina	669
Guarujá do Sul.....	187	Penha.....	516	Xaxim.....	675

Consórcios

ARIS	676
CIGA	678
CIMVI.....	679
CIS/AMARP	680
Consórcio Mampituba	682

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 38/2015

CONTRATO Nº 38/2015

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 160.789.509-91 ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, John RR Segurança LTDA – ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 14.356.881/0001-92 com sede em Palma Sola- SC neste ato representado por seu procurador o Sr. Daniel de Oliveira inscrito no CPF sob N.º 021.922.539-74 e portador da Carteira de Identidade N.º 6.427.761 de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I – O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada em segurança desarmada, em virtude da realização da I EXPOÁGUA nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2015.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRES.	QUANT.	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	Contratação de empresa especializada em segurança desarmada para atuação nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2015 durante a I EXPO ÁGUA, no Parque de Exposições na Linha Nova Vicenza – interior do município de Água Doce – saída para Catanduvas, com no mínimo 20 seguranças, devendo estar incluído no valor cotado despesas com transporte, hospedagem, alimentação de equipes, uniformes de identificação, equipamentos de comunicação, detectores de metal, encargos tributários, fiscais e previdenciários	UN	1	12.220,00	12.220,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I – Os serviços referente serão prestados nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2015, no Parque de Exposições localizado na Linha Nova Vicenza – Interior do município de Água Doce – saída para Catanduvas.

II – Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/07/2015.

III – A contratada deverá utilizar profissionais devidamente treinados para as atividades, integrantes do quadro funcional e/ou contratados, sempre uniformizados e munidos dos equipamentos necessários.

a) Deverá fornecer toda a mão-de-obra, materiais, equipamentos, uniforme, transporte, alimentação, e o que mais se fizer necessário à realização dos serviços, sem qualquer encargo complementar para o Município;

b) Executará os serviços atendendo, taxativa e rigorosamente, as determinações do órgão fiscalizador da CONTRATANTE, no curso da prestação dos serviços, objetivando a adequada execução dos mesmos;

c) Prestará os serviços empregando a melhor técnica aplicável ao caso, devendo fazer uso de profissionais qualificados, responsabilizando-se pela correta execução dos serviços, e por tudo o que se fizer necessário para a perfeita realização do objeto, bem como observar todas as normas e cautelas legais e administrativas atinentes;

d) Substituirá imediatamente os funcionários, em decorrência de faltas e/ou sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;

e) Considera-se também conduta prejudicial ao bom andamento dos serviços, tarefas que não sejam objeto deste instrumento, a ingestão de bebidas alcoólicas ou qualquer substância tóxica, pedir gratificações ou donativos de qualquer espécie;

f) A contratada responsabiliza-se pelo comportamento moral e profissional de seus empregados, respondendo integralmente, por quaisquer danos ou prejuízos comprovadamente por eles causados, ao pessoal, ao patrimônio do Município ou a terceiros, em face da execução dos serviços;

g) Os seguranças deverão apresentar-se uniformizados de acordo com os padrões estipulados pela contratante, com os equipamentos necessários para execução de cada atividade e devidamente asseada;

- h) Os funcionários admitidos pela contratada deverão possuir capacidade física para executar os serviços inerentes ao objeto do presente contrato.
- i) Os funcionários admitidos pela contratada deverão ter nacionalidade brasileira e idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- j) A empresa Contratada deverá dispor no mínimo 03 (três) seguranças do sexo feminino;
- k) A contratada deverá solicitar a presença imediata da fiscalização do Município, em caso de acidentes durante a execução dos serviços, ocasionando ou não, danos pessoais e materiais, a terceiros ao a Administração;
- l) A Contratada deverá responsabilizar-se pelo recolhimento das credenciais dos seus empregados que não mais executarão trabalhos nas dependências do Município;
- m) A contratada deverá manter constante supervisão dos serviços contratados, facilitando de todas as formas o trabalho de fiscalização do Município;
- n) A contratada deverá restituir ao Município todas as despesas que este tiver para suprir as falhas ocorridas na prestação dos serviços, objeto deste contrato, em consequência da ação ou omissão da CONTRATADA ou de seus empregados;
- o) A contratada deverá entregar imediatamente à fiscalização do Município, os objetos particulares e de uso pessoais porventura esquecidos no interior das instalações, por seus empregados ou a terceiros com anotações dos respectivos locais e datas;
- p) A contratada deverá realizar a prestação dos serviços utilizando profissionais especializados de seu próprio quadro funcional, em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade por todas as despesas e encargos de qualquer natureza, pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades. Com ênfase na Tributária, Cível, Previdenciária, Trabalhista e Acidentes de Trabalho, bem como assistência médica e/ou outros semelhantes, cedendo cópia de comprovação de quitação à fiscalização do Município, sempre que necessário.
- q) A Contratada deverá operar com uma organização completa e sem qualquer vínculo com o Município, executando os serviços, objeto do contrato, exclusivamente com empregados de seu quadro funcional, devidamente qualificados e registrados no Ministério do Trabalho.

IV – Durante a prestação dos serviços deverão atentar para:

- a) Observar movimentação das pessoas pela redondeza;
- b) Remover pessoas em desacordo com as normas locais;
- c) Inspeccionar os veículos nos estacionamentos;
- d) Prevenir incêndios;
- e) Controlar o fluxo de pessoas;
- f) Identificar as pessoas;
- g) Revistar pessoas;
- h) Controlar a movimentação de pessoas;
- i) Demonstrar Competências pessoais, demonstrando educação, mantendo a postura, demonstrando paciência, prestatividade, atenção para com as pessoas;
- j) Manter a ordem;
- k) Em casos de emergência acionar polícia, corpo de bombeiros ou outros afins;
- l) Não ser detentor de armas de fogo ou outros instrumentos a fins.

V – A empresa deverá dispor dos equipamentos adequados para a prestação dos serviços, incluindo equipamentos de comunicação e detectores de metais. Para os seguranças que atuarão no estacionamento, este deverão utilizar coletes refletivos e sinalizadores para orientação.

VI – A prestação dos serviços será realizada no Parque de Exposições na Linha Nova Vicenza – interior do município de Água Doce – saída para Catanduvas, durante a I EXPOÁGUA, nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I – O preço total ajustado para a prestação dos serviços é de R\$ 12.220,00 (Doze mil e duzentos e vinte reais)

O pagamento e liquidação da nota fiscal, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será em até 5 dias após a prestação dos serviços, através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal. Em sendo pessoa jurídica, deverá apresentar a folha de pagamento quitada dos empregados, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente, respeitando-se ainda a legislação vigente nos aspectos previdenciários.

II – A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I – Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I – Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos próprios do Município.

II – As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

2.033 – Promoção de Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/90 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I – A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I – Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I – O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I – Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial n. 34/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I – Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce(SC), 15 de julho de 2015

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal
Contratante

DANIEL DE OLIVEIRA
John RR Segurança LTDA - ME
Procurador - Contratada

TESTEMUNHAS:

Luiciani Cristina Alves
CPF: 024.141.529-23

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONTRATO Nº 39/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS N.º 39/2015 DE 16/07/2015

Que entre si fazem de um lado a Prefeitura Municipal de Água Doce – SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob n.º 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan n.º 322, em Água Doce – SC, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Senhor NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado MONARCAS PRODUÇÕES E REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME, com sede à Rua Padre Feijó, 80 – CEP 99700-000 – Erechim – RS, inscrita no CNPJ sob n.º 93.588.234/0001-82, aqui representada por NESIO ALVES CORREA portador do CPF 053.820.410-91 de agora em diante denominado CONTRATADO, que na melhor forma do direito celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

I – DO OBJETO

Prestação de serviço artísticos musicais na animação de Show com "OS MONARCAS", durante a I EXPOÁGUA – evento comemorativo aos 57 Anos de Emancipação Político-Administrativa de Água Doce, no dia 19/07/2015, no Parque de Exposições – Linha Nova Vicenza – Interior do Município de Água Doce.

II – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto conforme cláusula primeira se dará no dia 19/07/2015 com início previsto para às 18h00.

III – DO PREÇO E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

O Município pagará pela execução dos serviços o valor total de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) com depósito em conta em até 24 horas após o evento.

IV – DOS PRAZOS

A entrega do serviço será no dia 19 de julho de 2015, e este contrato finda-se em 31 de julho com o término do evento.

V – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes com a execução do presente Contrato serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA
2.033 – Promoção de Eventos
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000/90 – Aplicações Diretas

VI – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá rescindido a qualquer tempo, na forma preconizada no art. 58, inciso II, art. 77 e 78, 79 e 80 da Lei Federal n.º 8666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

VII – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município por seus responsáveis fornecerá informações úteis, boas e necessárias à execução do objeto deste Contrato, disponibilizará palco adequado para a montagem do equipamento, bem como efetuará o respectivo pagamento nas datas e condições aqui estabelecidas.

É de responsabilidade da CONTRATANTE, inclusive financeira, providenciar em tempo hábil, direitos autorais, alvarás, juizados de menores, licenças, taxas, ECAD, produção local e promoção do Baile/ show que se fizerem necessárias à realização dos serviços acima detalhados.

A CONTRATANTE se responsabilizará pela segurança material e pessoal do(s) artista(s) e equipe contratados e para isso colocará no local do evento homens habilitados, desarmados e em trajes civis porém, devidamente identificados. O espetáculo poderá ser interrompido a qualquer momento, se ficar constatado o comportamento inadequado do público presente em relação aos artistas, ficando claro que, neste caso, a CONTRATADA não terá qualquer responsabilidade ou multa, considerando assim o espetáculo ora contratado, realizado.

VIII – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

A Contratado assumirá responsabilidade pela boa execução dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamentos e mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados à municipalidade ou à terceiro.

O Contratado se obriga a cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual.

São de inteira responsabilidade do Contratado as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando a Contratante isenta de qualquer vínculo empregatício com o mesmo, incluídas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades causadas à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, imperícia, negligência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

É de responsabilidade da contratada as despesas de estadia, alimentação da equipe de trabalho e banda.

IX – DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato no todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja feita, indenizando o Contratado pela prestação do serviço até então efetuado.

X – PENALIDADES

O descumprimento de cláusula(s) deste Contrato por parte do Contratado aplicar-se-ão, isolada ou conjuntamente as seguintes penas:

- 1 – Advertência
- 2 – Multa de 70% sobre o valor do contrato
- 3 – Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até 02 (dois) anos;
- 4 – Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a punição, que seja concedida sempre que o Contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.
- 5 – A declaração de inidoneidade poderá abranger além da empresa, sua diretoria e responsável técnicos;
- 6 – Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratado.

Consideramos o cumprimento artístico a apresentação única e exclusiva do baile, sendo que a CONTRATANTE não poderá cancelar ou solicitar desconto financeiro pela ausência de um ou mais componentes da banda por se tratar de contratação de uma banda e não de artistas individuais, também não poderá assumir quaisquer outros compromissos fora os aqui assumidos. Não poderá transmitir o espetáculo por Rádio ou Televisão sem prévio acordo entre as partes. Não poderá usar fotos ou filmes da BANDA para campanhas ou qualquer tipo de publicidade, salvo e exclusivamente, para divulgação do espetáculo ora contratado. Da mesma forma não

poderá assumir compromissos com jantares, passeios ou visitas particulares.

PARAGRAFO ÚNICO: A contratação do grupo, com relação ao evento contratado pelo presente contrato, não poderá ter nenhum vínculo político ou partidário, seja em campanha eleitoral ou não, ficando a CONTRATADA desobrigada ao cumprimento do presente, caso em que dar-se-á a rescisão deste contrato com a não devolução do valor pago até a data do evento, como forma de multa por má fé por parte do CONTRATANTE.

Até 15 (Quinze) dias da realização deste Contrato, a parte que der motivo para o cancelamento, pagará 50% (cinquenta por cento) do que neste ato se estipula. A partir daí, será de 100% (cem por cento), salvo em caso de calamidade pública, luto oficial decretado por autoridade competente, atraso ou cancelamento de vôo, queda de barreira que impeça o acesso ao local do show, doença do artista devidamente comprovada por médico ou outro fenômeno catastrófico de qualquer natureza. Nesses casos que independem da competência das partes, será marcada uma nova data para o referido espetáculo, respeitando a agenda disponível da banda, sem alteração nos valores de cachê.

XII – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato vincula-se ao Processo Licitatório 50/2015, Inexigibilidade nº 2/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões

XIII – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito. E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Água Doce – SC, 16 de julho de 2015

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal
Contratante

NESIO ALVES CORREA
Monarcas Produções e Representações Artísticas Ltda ME
Contratada

TESTEMUNHAS :

LUCIANI CRISTINA ALVES
CPF: 024.141.529-23

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONTRATO Nº 40/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS N.º 40/2015 DE 16/07/2015

Que entre si fazem de um lado a Prefeitura Municipal de Água Doce – SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob n.º 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan n.º 322, em Água Doce – SC, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Senhor NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado ROGÉRIO DE AZAMBUJA MELO – CESAR OLIVEIRA E ROGÉRIO MELO, com sede à Rua Luiz Afonso, 220 – CEP 90050-310 – Porto Alegre – RS, inscrita no CNPJ sob n.º 11.890.651/0001-10, aqui representada por ROGÉRIO DE AZAMBUJA MELO portador do CPF 900.332.990-72 de agora em diante denominado CONTRATADO, que na melhor forma do direito celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

I – DO OBJETO

Prestação de serviço artísticos musicais na animação de Show com “CESAR OLIVEIRA E ROGÉRIO MELO”, durante a I EXPOÁGUA – evento comemorativo aos 57 Anos de Emancipação Político-Administrativa de Água Doce, no dia 17/07/2015, no Parque de Exposições – Linha Nova Vicenza – Interior do Município de Água Doce.

II – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto conforme cláusula primeira se dará no dia 17/07/2015 com início previsto para às 21h00.

III – DO PREÇO E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

O Município pagará pela execução dos serviços o valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) com depósito em conta em até 72 horas após o evento.

IV – DOS PRAZOS

A entrega do serviço será no dia 17 de julho de 2015, e este contrato finda-se em 31 de julho com o término do evento.

V – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes com a execução do presente Contrato serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA
2.033 – Promoção de Eventos
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/90 – Aplicações Diretas

VI – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá rescindido a qualquer tempo, na forma preconizada no art. 58, inciso II, art. 77 e 78, 79 e 80 da Lei Federal n.º 8666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

VII – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município por seus responsáveis fornecerá informações úteis, boas e necessárias à execução do objeto deste Contrato, disponibilizará palco adequado para a montagem do equipamento, bem como efetuará o respectivo pagamento nas datas e condições aqui estabelecidas.

É de responsabilidade da CONTRATANTE, inclusive financeira, providenciar em tempo hábil, direitos autorais, alvarás, juizados de menores, licenças, taxas, ECAD, produção local e promoção do Baile/ show que se fizerem necessárias à realização dos serviços acima detalhados.

A CONTRATANTE se responsabilizará pela segurança material e pessoal do(s) artista(s) e equipe contratados e para isso colocará no local do evento homens habilitados, desarmados e em trajes civis porém, devidamente identificados. O espetáculo poderá ser interrompido a qualquer momento, se ficar constatado o comportamento inadequado do público presente em relação aos artistas, ficando claro que, neste caso, a CONTRATADA não terá qualquer responsabilidade ou multa, considerando assim o espetáculo ora contratado, realizado.

VIII – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

A Contratado assumirá responsabilidade pela boa execução dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamentos e mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados à municipalidade ou à terceiro.

O Contratado se obriga a cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual.

São de inteira responsabilidade do Contratado as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando a Contratante isenta de qualquer vínculo empregatício com o mesmo, incluídas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades causadas à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, imperícia, negligência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

É de responsabilidade da contratada as despesas de estadia, alimentação da equipe de trabalho e banda.

IX – DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato no todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja feita, indenizando o Contratado pela prestação do serviço até então efetuado.

X – PENALIDADES

O descumprimento de cláusula(s) deste Contrato por parte do Contratado aplicar-se-ão, isolada ou conjuntamente as seguintes penas:

- 1 – Advertência
- 2 – Multa de 70% sobre o valor do contrato
- 3 – Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até 02 (dois) anos;
- 4 – Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a punição, que seja concedida sempre que o Contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.
- 5 – A declaração de inidoneidade poderá abranger além da empresa, sua diretoria e responsável técnicos;
- 6 – Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratado.

Consideramos o cumprimento artístico a apresentação única e exclusiva do baile, sendo que a CONTRATANTE não poderá cancelar ou solicitar desconto financeiro pela ausência de um ou mais componentes da banda por se tratar de contratação de uma banda e não de artistas individuais, também não poderá assumir quaisquer outros compromissos fora os aqui assumidos. Não poderá transmitir o espetáculo por Rádio ou Televisão sem prévio acordo entre as partes. Não poderá usar fotos ou filmes da BANDA para campanhas ou qualquer tipo de publicidade, salvo e exclusivamente, para divulgação do espetáculo ora contratado. Da mesma forma não

poderá assumir compromissos com jantares, passeios ou visitas particulares.

PARAGRAFO ÚNICO: A contratação do grupo, com relação ao evento contratado pelo presente contrato, não poderá ter nenhum vínculo político ou partidário, seja em campanha eleitoral ou não, ficando a CONTRATADA desobrigada ao cumprimento do presente, caso em que dar-se-á a rescisão deste contrato com a não devolução do valor pago até a data do evento, como forma de multa por má fé por parte do CONTRATANTE.

Até 15 (Quinze) dias da realização deste Contrato, a parte que der motivo para o cancelamento, pagará 50% (cinquenta por cento) do que neste ato se estipula. A partir daí, será de 100% (cem por cento), salvo em caso de calamidade pública, luto oficial decretado por autoridade competente, atraso ou cancelamento de vôo, queda de barreira que impeça o acesso ao local do show, doença do artista devidamente comprovada por médico ou outro fenômeno catastrófico de qualquer natureza. Nesses casos que independem da competência das partes, será marcada uma nova data para o referido espetáculo, respeitando a agenda disponível da banda, sem alteração nos valores de cachê.

XII – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato vincula-se ao Processo Licitatório 51/2015, Inexigibilidade nº 3/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões

XIII – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito. E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Água Doce – SC, 16 de julho de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

ROGÉRIO DE AZAMBUJA MELO

Rogério de Azambuja Melo – Cesar Oliveira e Rogério Melo

Contratada

TESTEMUNHAS :

LUCIANI CRISTINA ALVES

CPF: 024.141.529-23

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº37/2015

CONTRATO Nº 37/2015 DE 14/07/2015

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 160.789.509-91 ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, N.Z. Serviços e Locações de Equipamentos 0 LTDA ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 04.708.752/0001-62 com sede na Rua Francisco Lindener, nº549 sala 01 neste ato representado pelo Sr. Leonardo Felipe Zilio, inscrito no CPF sob N.º 005.076.009.24 e portador da Carteira de Identidade N.º 3.563.106 de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I – O presente Contrato tem por objeto a Contratação de serviços de sonorização e iluminação para apresentações artísticas e shows da I EXPOÁGUA nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2015.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRES.	QUANT.	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	Sonorização e iluminação para as apresentações artísticas e shows nos dias 17, 18 e 19 de julho para a I Expo Água, em comemoração ao aniversário do município.	UN	1	10.800,00	10.800,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I – Os serviços referente serão prestados nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2015, no Parque de Exposições localizado na Linha Nova Vicenza – Interior do município de Água Doce – saída para Catanduvas.

II – Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/07/2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I – O preço total ajustado para a prestação dos serviços é de R\$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais).

O pagamento e liquidação da nota fiscal, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será em até 5 dias após a prestação dos serviços, através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal. Em sendo pessoa jurídica, deverá apresentar a folha de pagamento quitada dos empregados, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente, respeitando-se ainda a legislação vigente nos aspectos previdenciários.

II – A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I – Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I – Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos próprios do Município.

II – As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA**2.033 – Promoção de Eventos****3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/90 – Aplicações Diretas****CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I – A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I – Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de

junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I – O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I – Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial n. 33/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I – Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce(SC), 14 de julho de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

LEONARDO FELIPE ZILIO

N.Z. Serviços e Locação de Equipamentos LTDA ME

Contratada

TESTEMUNHAS:

Luiciani Cristina Alves
CPF: 024.141.529-23

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

RESCISÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº004/2015

RESCISÃO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 004/2015 DE 23/04/2015

O Município de Água Doce – SC, , pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan, 322, cidade de Água Doce – SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Novelli Sganzerla, e de outro lado a BERNARDO MOSER, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o nº 18.895.069/0001-96, com endereço na Rua dos Pioneiros, s/n, no Município de Treze Tílias – SC, resolvem RESCINDIR, em atendimento a recomendação do Ministério Público, o Termo de Credenciamento nº. 004/2015 de 23/04/2015, cujo objeto era a CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA CULTURAL E ESPORTIVA DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, em decorrência do Edital de Credenciamento nº 002/2015, firmado entre as partes, a partir da qual inexistirão obrigações recíprocas, salvo os direitos e obrigações geradas anteriormente a esta data.

Água Doce, SC, 16 de julho de 2015

NOVELLI SGANZERLA	BERNARDO MOSER
Prefeito Municipal	Bernardo Moser
Contratante	Contratado

TESTEMUNHAS

LUCIANI CRISTINA ALVES	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 024.141.529-23	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº33/2015

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº. 33/2015 DE 29/05/2015

O Município de Água Doce – SC, , pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan, 322, cidade de Água Doce – SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Novelli Sganzerla, e de outro lado a empresa EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME estabelecida na Rua Orlando Willi Lotermann, 390 – Bairro Bela Vista II – Joaçaba - SC, CNPJ n. 07.178.641/0001-80, neste ato representado por seu Sócio, Senhor VILSON DA ROSA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 539.442.409-87, resolvem de comum acordo RESCINDIR DE PLENO DIREITO o Contrato de Compra e Venda nº. 33/2015 de 29/05/2015 para realização de despesa pública para para pavimentação de passeios públicos da Avenida Independência – estaca 109 a estaca 178, com recursos do BADESC, em decorrência do Processo Licitatório nº 30/2015, Modalidade de Tomada de Preço nº 3/2015, firmado entre as partes, a partir da qual inexistirão obrigações recíprocas, salvo os direitos e obrigações geradas anteriormente a esta data.

Água Doce, SC, 10 de julho de 2015

NOVELLI SGANZERLA	VILSON DA ROSA
Prefeito Municipal	Empreiteira de Const. Civil Oliviera
Contratante	Contratado

TESTEMUNHAS

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 036/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 036/2015

Modalidade: PREGÃO nº 025/2015

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando compra de Camisetas, Calções e Meias Esportivas para Gerência de Educação e Esportes do Município de Alto Bela Vista, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 08h50, do dia 29 de julho de 2015, em sessão pública, com abertura para às 09h da mesma data, dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>. Alto

Bela Vista (SC), em 16 de julho de 2015.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

Anchieta

PREFEITURA

Decreto 096/2015

DECRETO Nº. 096/2015, de 09 de julho de 2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 164.600,00 (cento e sessenta e quatro mil e seiscentos reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.179, de 09 de julho de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 164.600,00 (cento e sessenta e quatro mil e seiscentos reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto Atividade nº. 05.02.12.361.0188.1070 - Ampliação de Edificação P/ Escola do Centro Mun.de Educação – Ensino Fundamental, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, na importância de até R\$ 131.600,00 (cento e trinta e um mil e seiscentos reais), objetivando ao atendimento de despesas com a construção de 2 (duas) salas de aula para escola do Centro Municipal de Educação – Ensino Fundamental; O Projeto Atividade nº. 05.03.12.365.0185.1071 - Implantação de Sistema de Prevenção Incêndio no Centro Municipal de Educação – Ensino Infantil, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de Implantação de Sistema de Prevenção Incêndio no Centro Municipal de Educação – Ensino Infantil; O Projeto Atividade nº. 05.03.12.365.0185.1072 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Escolas do Ensino Infantil, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), objetivando ao atendimento de despesas com aquisição de Equipamentos e Material Permanente que consiste em: 01 (um) aparelho de Ar condicionado e 01(um) Microscópio para as escolas do ensino infantil do município.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 164.600,00 (cento e sessenta e quatro mil e seiscentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
02 - ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0188.1070 - Ampliação de Edificação P/ Escola do Centro Mun.de Educação – Ensino Fundamental
(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115-Aplicações Diretas

..... R\$ 131.600,00

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0185.1071 - Implantação de Sistema de Prevenção Incêndio no

Centro Municipal de Educação – Ensino Infantil

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115-Aplicações Diretas

..... R\$ 30.000,00

12.365.0185.1072 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente

para Escolas do Ensino Infantil

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115-Aplicações Diretas

..... R\$ 3.000,00

Total R\$ 164.600,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.2014 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental

(37) 3.3.90.00. 00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas R\$ 54.667,00

(39) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas R\$ 927,00

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0185.1014 – Melhoramento dos Parques Infantis nas Escolas

do Ensino Infantil

(47) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas R\$ 6.200,00

12.365.0185.2.019 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Infantil

(51) 3.3.90.00. 00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas R\$ 70.866,00

(54) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas R\$ 3.600,00

12.365.0190.2.020 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Creche

(56) 3.3.90.00. 00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas R\$ 28.340,00

Total R\$ 164.600,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,
Em 09 de julho de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi
publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 09 de julho de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 097/2015

DECRETO Nº. 097/2015, de 09 de julho de 2015.

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais), e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.180, de 09 de julho de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade Nº. 05.02.12.361.0188.1.066 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o Ensino Fundamental – Salário Educação, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, no valor de até R\$ 16.100,00 (dezesseis mil e cem reais), tem como finalidade a aquisição de 03 (três) Computadores, 01(uma) Impressora, 01(uma) Geladeira, 01(um) Fogão, 01 (um) Armário, 01 (uma) mesa e 01 (um) armário para sala Professores; O Projeto / Atividade 05.03.12.365.0190.1.069 – Melhoria do Parque Infantil da Creche Pró – Infância – Salário Educação, no valor de até R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a instalação de 01 (uma) Roda Carrossel para Creche Pró Infância.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO RÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
02 – ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0188.1.066 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o Ensino Fundamental – Salário Educação
(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.1115 -Aplicações Diretas

..... R\$ 16.100,00

03 – ENSINO INFANTIL
12.365.0190.1.069 - Melhoria do Parque Infantil da Creche Pró – Infância – Salário Educação
(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.1115 -Aplicações Diretas
..... R\$ 3.300,00
Total R\$ 19.400,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1115 - (00.03.0115) Transferências Direta do FNDE – Salário Educação - Superavit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais), concernente ao Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, relativamente Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 8.952-4 – Rubrica nº 4.1.7.21.35.01 – Transferência Direta do FNDE – SALARIO EDUCAÇÃO sob a fonte de recursos sob nº. 1115 - (00.03.0115) Transferência Direta do FNDE – SALARIO EDUCAÇÃO – Superavit Financeiro, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,
Em 09 de julho de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi
publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 09 de julho de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 098/2015

DECRETO Nº. 098/2015, de 09 de julho de 2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.181, de 09 de julho de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:
TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 10.301.0428.1065 – Aquisição de Equipamentos Odontológico – FNS/MINISTERIO SAÚDE / PROPOSTA Nº. 11243.5520000/1130-4 – na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com a Proposta 11243.552000/1130-04, tem como finalidade a aquisição de Equipamentos e Material Permanente que consiste em 01 (um) Compressor Odontológico para desenvolver as atividades em saúde de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:
09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0428.1.065 – Aquisição de Equipamentos Odontológico - FNS / MINISTERIO SAÚDE / PROPOSTA Nº.
11243.5520000/1130-04.
(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.2720-Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Total R\$ 5.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) intitulada como Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério as Saúde - Superavit Financeiro.

Art. 3º Para atendimento da Abertura de Credito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) concernente ao Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, relativamente Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.475-3 – Rubrica nº 4.2.4.7.1.99.12.00.00 – Outras Transferências da União – Equipamentos do Posto de Saúde, na fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério as Saúde - Superavit Financeiro, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, I da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,
Em 09 de julho de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 09 de julho de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 099/2015

DECRETO Nº. 099/2015, de 09 de julho de 2015.

Autoriza a alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 12.140,00 (doze mil, cento e quarenta reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.182, de 09 de julho de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 12.140,00 (doze mil, cento e quarenta reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 05.03.12.365.0239.2.068 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Infantil, na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade introduzir dotação orçamentaria para a manutenção do transporte escolar do ensino infantil, de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 12.140,00 (doze mil, cento e quarenta reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
03 – ENSINO INFANTIL
12.365.0239.2.068 - MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO INFANTIL (.....) 3.3.90.00.00.00.00.00.0118 -Aplicações Diretas R\$ 12.140,00
Total R\$ 12.140,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0118 (00.01.0118) intitulada de Transferências Direta do FNDE – PNATE - Transporte Escolar.

Art. 3º Para atendimento da Abertura de Credito de que trata o presente ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação de recursos provenientes das Transferências Diretas do FNDE – PNATE – Transporte Escolar, no valor de até R\$ 12.140,00 (doze mil, cento e quarenta reais), concernente a nova fonte receitaria sob código 4.1.7.21.35.04. - Transferências Diretas do FNDE referentes

ao PNATE, Recurso sob código nº. 0118 – (00.01.0118), conforme disposto no art. 43, do inciso II do § 1º, e § 3º da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,
Em 09 de julho de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 09 de julho de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 100/2015

DECRETO Nº. 100/2015, de 14 de julho de 2015.
DESIGNA RESPONSÁVEIS PELA MOVIMENTAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA, REFERENTE AO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal e demais disposições constitucionais e legais vigentes.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados como responsáveis pela movimentação da Conta n.º 12.718-3, Agência 1439-7, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CNPJ n.º 18.773.484/0001-77, 1º Titular o Sr. Ari Prestes de Oliveira, CPF n.º 664.819.969-53 e RG n.º 13/R1.947.120 e 2º Titular o Sr. Cleomar Antonio Cesca, CPF n.º 346.079.519-00 e RG n.º 990.301.

Art. 2º Revoga-se na íntegra o Decreto 082/2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 14 de julho de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 14 de julho de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 101/2015

DECRETO Nº. 101/2015, de 14 de julho de 2015.
CRIA A ESCOLA DE EDUCAÇÃO I - CRECHE PROINFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal e demais disposições constitucionais e legais vigentes.

CONSIDERANDO a Ata n.º 01/2014, referente à inauguração da ESCOLA DE EDUCAÇÃO I - CRECHE PROINFÂNCIA Tipo "C", no dia 30 de agosto de 2014, momento em que o Prefeito Ari Prestes de Oliveira declarou a mesma oficialmente inaugurada.

DECRETA:

Art. 1º Fica criada no Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, a ESCOLA DE EDUCAÇÃO I - CRECHE PROINFÂNCIA - localizada à Rua Dom José Gomes, s/nº, Bairro Guarani, no Município de Anchieta, CNPJ n.º 22.827.967/0001-84.

Art. 2º As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto, correrão a conta de dotações do Orçamento Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 14 de julho de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 14 de julho de 2015.
Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 102/2015

DECRETO Nº 102/2015, de 15 de julho de 2015.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR ENXURRADAS (COBRADE – 1.2.2.0.0).

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso LXVII do artigo 18 da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que as chuvas ocorridas nos dias 13 e 14 de julho de 2015 causaram danos e prejuízos em 100% (cem por cento) do Município, danificando pontes, cabeceiras de pontes, bueiros, tubulações e todas as estradas do interior do município, bem como bueiros e ruas tanto da cidade;

II - Que a precipitação desse grande volume de água em um pequeno intervalo de tempo combinada com a precariedade do sistema municipal de drenagem de águas pluviais, resultou em significativos danos materiais e prejuízos econômicos constantes no Formulário FIDE, em anexo;

III – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do

Município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como ENXURRADAS (COBRADÉ – 1.2.2.0.0, conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012. Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a: I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por um prazo de no máximo 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 14 de julho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 14 de julho de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Decreto 103/2015

DECRETO Nº. 103/2015, de 15 de julho de 2015

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

04 – SECRETARIA DA FAZENDA

01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.129.0030.2010 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Finanças, Tributação e Fiscalização

(21)	3.3.90.00.00.00.00.0131	-Aplicações	Diretas
.....	R\$ 5.000,00		

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

04.122.0043.2.004 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Do Gabinete do Prefeito

(04)	3.1.90.00.00.00.00.0131	-Aplicações	Diretas
.....	R\$ 8.000,00		

04 – DEFESA CIVIL

06.122.0201.2007 – Adm. Geral dos Bens e Serviços de Defesa Civil

(12)	3.1.90.00.00.00.00.0131	-Aplicações	Diretas
.....	R\$ 3.000,00		

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – Fundo MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0021.2.100 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Unidade Administrativa da Secretaria da Saúde

(02)	3.3.90.00.00.00.00.0335	-Aplicações	Diretas
.....	R\$ 10.000,00		

Total R\$ 26.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado a redução da dotação na importância de até R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

04 – SECRETARIA DA FAZENDA

01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.129.0030.2010 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Finanças, Tributação e Fiscalização

(20)	3.3.90.00.00.00.00.0131	-Aplicações	Diretas
.....	R\$ 5.000,00		

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

04.122.0043.2.004 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Do Gabinete do Prefeito

(05) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

04 – DEFESA CIVIL

06.122.0201.2.007 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Defesa Civil

(13) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**01 – Fundo MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.122.0021.2.100 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Unidade Administrativa da Secretaria da Saúde

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Total R\$ 26.000,00

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

15 de julho de 2015

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 15 /07/2015.

Andreia Marafão

Secretário de Administração e Gestão

Decreto095/2015

DECRETO Nº. 095/2015, de 09 de julho de 2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais)) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.178, de 09 de julho de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, Complementando os valores para a aquisição de Equipamentos e Material Permanente que serão utilizados nas Escolas do Ensino

Fundamental e Infantil, conforme tabela abaixo;

Itens	Complementação Ensino Infantil	Complementação Ensino Fundamental
04 Aparelhos de Som com Rádio, 02 Aparelhos de Televisão, 01 Mesa de Som, 03 Microfones sem Fio, 02 Aparelho de DVD, 01 Aparelhos de Data Show.	R\$ 1.280,00	R\$ 3.810,00
01 Liquidificador, 03 Aparelhos de Ares Condicionados, 02 Microscópios, 01 Mural de Cortiça.	R\$ 0,00	R\$ 2.010,00
Total Geral	R\$ 1.280,00	R\$ 5.820,00

CAPÍTULO II**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais)) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES**02 – ENSINO FUNDAMENTAL**

12.361.0188.2.014 – Administração Geral dos Bens e Serviços Do Ensino Fundamental

(39) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.820,00

03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0185.2.019 – Administração Geral dos Bens e Serviços Do Ensino Infantil

(54) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.280,00

Total R\$ 7.100,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0185.2.019 – Administração Geral dos Bens e Serviços Do Ensino Infantil

(51) 3.3.90.00.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas
..... R\$ 7.100,00

Total R\$ 7.100,00

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,
Em 09 de julho de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi
publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 09 de julho de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Lei 2.178/2015

LEI Nº. 2.178/2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais)) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, Complementando os valores para a aquisição de Equipamentos e Material Permanente que serão utilizados nas Escolas do Ensino Fundamental e Infantil, conforme tabela abaixo;

Itens	Complementação Ensino Infantil	Complementação Ensino Fundamental
04 Aparelhos de Som com Rádio, 02 Aparelhos de Televisão, 01 Mesa de Som, 03 Microfones sem Fio, 02 Aparelho de DVD, 01 Aparelhos de Data Show.	R\$ 1.280,00	R\$ 3.810,00
01 Liquidificador, 03 Aparelhos de Ares Condicionados, 02 Microscópios, 01 Mural de Cortiça.	R\$ 0,00	R\$ 2.010,00
Total Geral	R\$ 1.280,00	R\$ 5.820,00

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais)) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
02 – ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0188.2.014 – Administração Geral dos Bens e Serviços Do Ensino Fundamental
(39) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.820,00

03 – ENSINO INFANTIL
12.365.0185.2.019 – Administração Geral dos Bens e Serviços Do Ensino Infantil
(54) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.280,00
Total R\$ 7.100,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

03 – ENSINO INFANTIL
12.365.0185.2.019 – Administração Geral dos Bens e Serviços Do Ensino Infantil
(51) 3.3.90.00.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas
..... R\$ 7.100,00
Total R\$ 7.100,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 09 de julho de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi
publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 09 de julho de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Lei 2.179/2015

LEI Nº. 2.179/2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 164.600,00 (cento e sessenta e quatro mil e seiscentos reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta

- (SC), no Órgão 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 164.600,00 (cento e sessenta e quatro mil e seiscentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto Atividade nº. 05.02.12.361.0188.1070 - Ampliação de Edificação P/ Escola do Centro Mun.de Educação – Ensino Fundamental, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, na importância de até R\$ 131.600,00 (cento e trinta e um mil e seiscentos reais), objetivando ao atendimento de despesas com a construção de 2 (duas) salas de aula para escola do Centro Municipal de Educação – Ensino Fundamental; O Projeto Atividade nº. 05.03.12.365.0185.1071 - Implantação de Sistema de Prevenção Incêndio no Centro Municipal de Educação – Ensino Infantil, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de Implantação de Sistema de Prevenção Incêndio no Centro Municipal de Educação – Ensino Infantil; O Projeto Atividade nº. 05.03.12.365.0185.1072 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Escolas do Ensino Infantil, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), objetivando ao atendimento de despesas com aquisição de Equipamentos e Material Permanente que consiste em: 01 (um) aparelho de Ar condicionado e 01(um) Microscópio para as escolas do ensino infantil do município.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 164.600,00 (cento e sessenta e quatro mil e seiscentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 - ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.1070 - Ampliação de Edificação P/ Escola do Centro Mun.de Educação – Ensino Fundamental
(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115-Aplicações Diretas
..... R\$ 131.600,00

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0185.1071 - Implantação de Sistema de Prevenção Incêndio no Centro Municipal de Educação – Ensino Infantil
(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115-Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

12.365.0185.1072 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Escolas do Ensino Infantil
(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115-Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00
Total R\$ 164.600,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.2014 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental
(37) 3.3.90.00. 00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas R\$ 54.667,00
(39) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas R\$ 927,00

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0185.1014 – Melhoria dos Parques Infantis nas Escolas do Ensino Infantil
(47) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas R\$ 6.200,00

12.365.0185.2.019 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Infantil

(51) 3.3.90.00. 00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas R\$ 70.866,00
(54) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas R\$ 3.600,00

12.365.0190.2.020 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Creche

(56) 3.3.90.00. 00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas R\$ 28.340,00
Total R\$ 164.600,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 09 de julho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 09 de julho de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Lei 2.180/2015

LEI Nº. 2.180/2015.

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais), e contém outras providências

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária

em execução o Projeto / Atividade Nº. 05.02.12.361.0188.1.066 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o Ensino Fundamental – Salário Educação, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, no valor de até R\$ 16.100,00 (dezesesseis mil e cem reais), tem como finalidade a aquisição de 03 (três) Computadores, 01(uma) Impressora, 01(uma) Geladeira, 01(um) Fogão, 01 (um) Armário, 01 (uma) mesa e 01 (um) armário para sala Professores; O Projeto / Atividade 05.03.12.365.0190.1.069 – Melhoria do Parque Infantil da Creche Pró – Infância – Salário Educação, no valor de até R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a instalação de 01 (uma) Roda Carrossel para Creche Pró Infância.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO RÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.1.066 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o Ensino Fundamental – Salário Educação
(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.1115 -Aplicações Diretas
..... R\$ 16.100,00

03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0190.1.069 - Melhoria do Parque Infantil da Creche Pró – Infância – Salário Educação
(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.1115 -Aplicações Diretas
..... R\$ 3.300,00
Total R\$ 19.400,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1115 - (00.03.0115) Transferências Direta do FNDE – Salário Educação - Superavit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, relativamente Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 8.952-4 – Rubrica nº 4.1.7.21.35.01 – Transferência Direta do FNDE – SALARIO EDUCAÇÃO sob a fonte de recursos sob nº. 1115 - (00.03.0115) Transferência Direta do FNDE – SALARIO EDUCAÇÃO – Superavit Financeiro, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 09 de julho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 09 de julho de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Lei 2.181/2015

LEI Nº. 2.181/2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 10.301..0428.1065 – Aquisição de Equipamentos Odontológico – FNS/MINISTERIO SAÚDE / PROPOSTA Nº. 11243.5520000/1130-4 – na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com a Proposta 11243.552000/1130-04, tem como finalidade a aquisição de Equipamentos e Material Permanente que consiste em 01 (um) Compressor Odontológico para desenvolver as atividades em saúde de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.065 – Aquisição de Equipamentos Odontológico - FNS / MINISTERIO SAÚDE / PROPOSTA Nº. 11243.5520000/1130-04.

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.2720-Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Total R\$ 5.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) intitulada como Outras Transferências de Convênios

FNS – Ministério as Saúde - Superavit Financeiro.

Art. 3º Para atendimento da Abertura de Credito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) concernente ao Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, relativamente Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.475-3 – Rubrica nº 4.2.4.7.1.99.12.00.00 – Outras Transferências da União – Equipamentos do Posto de Saúde, na fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério as Saúde - Superavit Financeiro, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, I da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 09 de julho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 09 de julho de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Lei 2.182/2015

LEI Nº. 2.182/2015.

Autoriza a alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 12.140,00 (doze mil, cento e quarenta reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 12.140,00 (doze mil, cento e quarenta reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se

para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 05.03.12.365.0239.2.068 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Infantil, na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade introduzir dotação orçamentária para a manutenção do transporte escolar do ensino infantil, de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 12.140,00 (doze mil, cento e quarenta reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0239.2.068 - MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO INFANTIL (.....) 3.3.90.00.00.00.00.00.0118 -Aplicações Diretas ..
..... R\$ 12.140,00

Total R\$ 12.140,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0118 (00.01.0118) intitulada de Transferências Direta do FNDE – PNATE - Transporte Escolar.

Art. 3º Para atendimento da Abertura de Credito de que trata o presente ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação de recursos provenientes das Transferências Diretas do FNDE – PNATE – Transporte Escolar, no valor de até R\$ 12.140,00 (doze mil, cento e quarenta reais), concernente a nova fonte receitaria sob código 4.1.7.21.35.04. - Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE, Recurso sob código nº. 0118 – (00.01.0118), conforme disposto no art. 43, do inciso II do § 1º, e § 3º da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 09 de julho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 09 de julho de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO N 61/2015

DECRETO Nº 000061/15 de 16 de Julho de 2015
Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.892,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.001-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.446,00

02.01.04.122.0001.2.001-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.446,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Julho de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO N 62/2015

DECRETO Nº 000062/15 de 16 de Julho de 2015
Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.462,68 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.1.002-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.231,34

04.01.12.365.0004.1.002-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.231,34

Art 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s)

seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Julho de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 119/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 119/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 064/2015 - Pregão Presencial nº 042/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: POSTO ANTÔNIO CARLOS LTDA EPP; Objeto: Aquisição parcelada de gasolina comum para abastecimento da frota de veículos da prefeitura, com fornecimento diário, quando estiverem, na sede municipal de Antônio Carlos /SC; Valor: R\$ 164.000,00 (Cento e Sessenta e Quatro mil Reais). Prazo: 15/07/2015- 15/07/2016.

Antônio Carlos, 17 de julho de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N 388/2015

PORTARIA Nº 388/2015.

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2015,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, HUIANA CRISTINE LUCICA, para o cargo de ENFERMEIRA, a partir de 17 de julho de 2015 em substituição a titular ALINE ALVES, de Licença Médica e Licença Maternidade.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de julho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 17 de julho de 2015.

PORTARIA N 389/2015

PORTARIA Nº 389/2015.

Concede Insalubridade a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, a servidora HUIANA CRISTINE LUCCA, ocupante do cargo temporário de ENFERMEIRA, a partir de 17 de julho de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de julho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 17 de julho de 2015.

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1708

DECRETO Nº 1708, de 16 de julho de 2015.

Autoriza o chefe do poder executivo, o secretário municipal de administração e finanças e a tesoureira a realizar movimentações financeiras em instituições financeiras; e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA-SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 100, VIII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o agente político ALCIDIR FELCHILCHER, ocupante do cargo eletivo de Prefeito, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo Único - O agente político designado no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contrarordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade - meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 2º - Fica autorizado o agente político NELSON CAMPAGNIN, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo Único - O servidor designado no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contrarordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade - meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 3º - Fica autorizado à servidora pública municipal TAISE MARTA PAZIN, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo Financeiro, Nível Superior e designada para exercer as funções de Tesoureira, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo Único - A servidora designada no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contrarordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade - meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 4º - Os poderes elencados nos incisos a seguir efetivar-se-ão mediante 02 (duas) assinaturas, sendo que obrigatoriamente as transações serão assinadas por qualquer dos servidores citados nos artigos 1º, 2º e 3º:

- I - Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- II - Efetuar transferências por meio eletrônico
- III - Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- IV - Abrir contas de depósito;
- V - Liberar arquivos de pagamento de pagamento no GFN/ASP;
- VI - Emitir cheques;

Art. 5º - As contas bancárias das entidades da administração direta, indireta e fundacional citadas nos artigos 1º, 2º e 3º deste decreto, referem - se exclusivamente às vinculadas aos seguintes números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ:

- I – 82.826.462/0001-27 - Município de Arroio Trinta-SC;
- II – 10.479.381/0001-97 - Fundo Municipal de Saúde - FMS;
- III – 20.154.996/0001-05 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- IV – 21.253.567/0001-40 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Arroio Trinta;

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1705/2015.

Arroio Trinta - SC, 16 de julho de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 16 de julho de 2015.
Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Ascurra

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 00030/2015 - PMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 00030/2015

OBJETO: Permissão de Uso para exploração comercial junto a Quiosque localizado na Praça Pública Municipal do Bairro Estação, neste Município, pelo período de 60 (sessenta) meses, que consiste na venda de lanches, doces, salgados, sorvetes, bebidas, tabacos e congêneres, na forma da lei e regulamento.

TIPO: MAIOR OFERTA.

REGIMENTO: Lei Federal n. 8.666 de 21/06/93, e demais alterações posteriores.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: até as 10h00min horas do dia 18 de agosto de 2015, no Departamento de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal, à Rua Benjamin Constant nº 221, neste município.

ABERTURA DOS ENVELOPES: às 10h00min horas do dia 18 de agosto de 2015 à Rua Benjamin Constant nº 221, neste município.

LEITURA E/OU RETIRADA DO EDITAL: no endereço acima citado, em dias úteis, das 08h: 00 às 11h: 30 e das 13h: 00 às 16h: 00 ou através do site www.ascurra.sc.gov.br, no link compras e licitações.

Ascurra, em 16 de julho de 2015.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO Nº. 050/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 30/07/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente na aquisição de Uniformes para uso das Agentes de Serviços Gerais, das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino do Município de Balneário Rincão, durante o ano de 2015.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 16 de Julho de 2015.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 7-2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 7/2015

Contratada: MAX SCHUTZ

Objeto: PRORROGA VIGENCIA

Valor Total Contratado: R\$ 2.400,00

Vigência: 15/07/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 15/07/2015

DARIO TONOLLI

Prefeito Municipal em Exercício

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2015 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Ângelo Ramos Vieira, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1790/2015), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (FOCO CIRÚRGICO DE TETO COM ILUMINAÇÃO POR LEDS E MESA RADIOTRASPARENTE PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 11h00min do dia 17/07/2015, às 13h59min do dia 29/07/2015;

Início da Sessão de Licitação: às 14h00min do dia 29/07/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (29/07/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (29/07/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 17/07/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Ângelo Ramos Vieira
Secretário de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2015 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Ângelo Ramos Vieira, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1790/2015), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (APARELHO DE ULTRA-SOM, CAMA PARA PARTO, COLCHÃO TÉRMICO) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 11h00min do dia 20/07/2015, às 10h59min do dia 30/07/2015;

Início da Sessão de Licitação: às 11h00min do dia 30/07/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (30/07/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (30/07/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 20/07/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Ângelo Ramos Vieira
Secretário de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.054/2015 - PROCESSO:
DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 46/2015 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.054/2015
Processo: Dispensa de Licitação - DL Nº 46/2015 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOTOR PARA PORTÃO ELETRÔNICO DA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU. CUMPRE SALIENTAR QUE ESTA AQUISIÇÃO SE DÁ NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO II, LEI 8666/93.

Fornecedor: CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA ME

Valor: R\$ 1.000,50 (mil reais e cinquenta centavos).

Vigência: 10/07/2015 a 31/12/2015.

ANGELO RAMOS VIEIRA
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 1868/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1868 de 16 de julho de 2015.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS e pelo IPREV, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) SANDRA RODRIGUES JACINTO, detentor(a) da matrícula 310 e do cargo de provimento efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) SANDRA RODRIGUES JACINTO, detentor(a) da matrícula 310 e do cargo de provimento efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00030/15-4, da qual se extraiu o período de 02 (dois) anos, 01 (um) mês e 15 (quinze) dias e da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo IPREV, sob o nº 796/2015, da qual se extraiu o período de 05 (cinco) meses e 15 (quinze) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1869/2015

PORTARIA nº 1869 de 16 de julho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Adilio Monguilhott Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1870/2015

PORTARIA nº 1870 de 16 de julho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Jorge João Gorges, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1871/2015

PORTARIA nº 1871 de 16 de julho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Alexandre Schetz da Cruz, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1872/2015

PORTARIA nº 1872 de 16 de julho de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Altair José Kreich, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1873/2015

PORTARIA nº 1873 de 16 de julho de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Geraldo Cesar Matos, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1874/2015

PORTARIA nº 1874 de 16 de julho de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Gilberto Francisco Petry, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de

Educação, a partir de 22/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1875/2015

PORTARIA nº 1875 de 16 de julho de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Idmilson de Oliveira, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1876/2015

PORTARIA nº 1876 de 16 de julho de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) José Arcângelo Teodoro, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1877/2015

PORTARIA nº 1877 de 16 de julho de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Leandro da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1878/2015

PORTARIA nº 1878 de 16 de julho de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Rodrigo Cascais, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1879/2015

PORTARIA nº 1879 de 16 de julho de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Andrey Roberto de Faria, detentor do cargo de provimento temporário de Carpinteiro, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1880/2015

PORTARIA nº 1880 de 16 de julho de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Rosângela Marques da Fontoura, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Inglês), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 31/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1881/2015

PORTARIA nº 1881 de 16 de julho de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Iracema de Souza Maia, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Ciências), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 31/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1882/2015

PORTARIA nº 1882 de 16 de julho de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Nilton Duarte Siqueira Filho, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 15/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1883/2015

PORTARIA nº 1883 de 16 de julho de 2015

ERRATA:

Na portaria 2658/2014, de admissão do(a) servidor(a) Daniela Vinotti Ferreira, ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2658 de 20 de novembro de 2014:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DANIELA VINOTTI FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 18/11/2014 a 17/11/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DANIELA VINOTTI FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 18/11/2014 a 17/05/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1884/2015

PORTARIA nº 1884 de 16 de julho de 2015

Concede Readaptação ao(a) servidor(a) ocupante do Cargo efetivo de, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Bernadete Cardouzo, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7941, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Copa da Secretaria Municipal de Saúde, desempenhando as seguintes funções:

I – Limpar de mesa;

II – Lavar a louça;

III – Fazer café;

IV – Auxiliar em serviços administrativos à higienização, como o recebimento e entrega de documentos, atendimento telefônico, anotação e recados.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 25/06/2015 a 25/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1885/2015

PORTARIA nº 1885 de 16 de julho de 2015

Designar Servidor(a) para fiscalizar contrato, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) Fulvio Henrique, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, matrícula 10438, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, para fiscalizar o contrato 340/2045 do processo TP 160/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1886/2015

PORTARIA nº 1886 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SOLANGE DE FATIMA VIEIRA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/07/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/07/2015.

Biguaçu, 06 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1887/2015

PORTARIA nº 1887 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NAYARA CRISTINA DA COSTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 01/06/2015 a 31/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2015.

Biguaçu, 06 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1888/2015

PORTARIA nº 1888 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIANE ANA DA SILVA CORREIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 09/07/2015 a 09/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/07/2015.

Biguaçu, 06 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1889/2015

PORTARIA nº 1889 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TELMA CARDOSO DE PAULA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 30/06/2015 a 30/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/06/2015.

Biguaçu, 06 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1890/2015

PORTARIA nº 1890 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JAQUELINE DE SOUSA RIBEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 07/07/2015 a 07/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/07/2015.

Biguaçu, 06 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1891/2015

PORTARIA nº 1891 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RAQUEL VANDA MOREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 20/07/2015 a 20/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1892/2015

PORTARIA nº 1892 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDERSON CLEITON LANG, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA IV, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras, a partir de 07/07/2015 a 07/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1893/2015

PORTARIA nº 1893 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDERSON CLEITON LANG, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, a partir de 08/07/2015 a 08/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1894/2015

PORTARIA nº 1894 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA GOULART FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PSICÓLOGO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 17/06/2015 a 17/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1895/2015

PORTARIA nº 1895 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SILVANA MARA SANTANA LOCKS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/06/2015 a 30/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1896/2015

PORTARIA nº 1896 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) AUGUSTA APARECIDA CHAVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRASILEIRO), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 01/07/2015 a 01/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1897/2015

PORTARIA nº 1897 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) OSLI ROBERTO DA CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 01/07/2015 a 01/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1898/2015

PORTARIA nº 1898 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRO JOSÉ DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 06/07/2015 a 06/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1899/2015

PORTARIA nº 1899 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VALMOR ROBERTO GUESSER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 01/07/2015 a 01/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 01/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1900/2015

PORTARIA nº 1900 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAURI MARIANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 14/07/2015 a 14/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1901/2015

PORTARIA nº 1901 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDREY SIMAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 09/07/2015 a 09/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1902/2015

PORTARIA nº 1902 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BENITO DE MORAIS NERES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de CALCETEIRO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria

Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 06/07/2015 a 06/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1903/2015

PORTARIA nº 1903 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOÃO ANTENOR MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de CALCETEIRO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 13/07/2015 a 13/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1904/2015

PORTARIA nº 1904 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PEDRO JOÃO DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de CALCETEIRO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 09/07/2015 a 09/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1905/2015

PORTARIA nº 1905 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JADNA APARECIDA NUNES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ASSISTENTE SOCIAL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 22/06/2015 a 22/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1906/2015

PORTARIA nº 1906 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA PAULA BARCELOS BUZZI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ASSISTENTE SOCIAL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 29/06/2015 a 29/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1907/2015

PORTARIA nº 1907 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSINEI JOSÉ CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 13/07/2015 a 13/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1908/2015

PORTARIA nº 1908 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RONEI JOSÉ DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 13/07/2015 a 13/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1909/2015

PORTARIA nº 1909 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) HAMILTON REIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 13/07/2015 a 13/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1910/2015

PORTARIA nº 1910 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NILO VANDO SCHMITZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 01/07/2015 a 01/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1911/2015

PORTARIA nº 1911 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PATRICIA TOLENTINO DE ARAÚJO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 29/06/2015 a 29/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1912/2015

PORTARIA nº 1912 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FATIMA HELENA DE JESUS GORGES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 01/07/2015 a 01/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1913/2015

PORTARIA nº 1913 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) AMANDA JOICIMARY LIRA ORIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 01/07/2015 a 01/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1914/2015

PORTARIA nº 1914 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VILDINEIA LONGEN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 13/07/2015 a 13/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1915/2015

PORTARIA nº 1915 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SERGIO HENRIQUE DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 22/06/2015 a 22/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1916/2015

PORTARIA nº 1916 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JUCELIO AUGUSTO DOS REIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01/07/2015 a 30/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1917/2015

PORTARIA nº 1917 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SIMEA DA SILVA VARELA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/07/2015 a 16/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1918/2015

PORTARIA nº 1918 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EWELYN PAEGLE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 30/06/2015 a 30/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/06/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1919/2015

PORTARIA nº 1919 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCOS VINÍCIOS LOPES MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/07/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1920/2015

PORTARIA nº 1920 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELZA TERESINHA OLENIKE FONSECA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 16/07/2015 a 16/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1921/2015

PORTARIA nº 1921 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FIRMINO DILMO AMARAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRASILEIRO), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 01/07/2015 a 01/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1922/2015

PORTARIA nº 1922 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAURICIO DIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRASILEIRO), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 13/07/2015 a 13/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1923/2015

PORTARIA nº 1923 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NILTON DUARTE SIQUEIRA FILHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 16/07/2015 a 16/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1924/2015

PORTARIA nº 1924 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TERESA CHAVES NERES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 06/07/2015 a 06/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1925/2015

PORTARIA nº 1925 de 16 de julho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA DE SOUZA QUINT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/07/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 09/07/2015.

Biguaçu, 16 de julho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

SOLUÇÃO DE CONSULTA COMAT Nº 05/2015

Consulta Nº:	005.2015	
Processo Nº:	4686 - 2015	
Consultante:	CONSTRUTORA ELEVAÇÃO LTDA	
	CNPJ/CPF:	77.167.203/0001-00
	Endereço:	Avenida Munhoz da Rocha, nº 213, Juveve, Curitiba
Assunto	ISS – Abatimento de materiais na base de cálculo do ISS da Construção Civil	

SOLUÇÃO DE CONSULTA**I – DOS FATOS**

Trata-se de consulta formulada por Construtora Elevação Ltda, já qualificada, a qual presta serviços na área de construção civil no município de Biguaçu para a CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, conforme contrato EOC 981/2014 – CP 16/2014, matrícula da obra CEI: 51.228.66033/70.

Pretende, a consultante, ser beneficiada com o abatimento de material, para redução de base de cálculo de ISS, com os valores dos materiais que está sendo aplicado em obra.

I – DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Sobre esse instrumento, a Lei Complementar Municipal n. 003/2007 (Código Tributário do Município) é clara ao estabelecer o seguinte: Art. 52 – A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

(...)

§4º - Não se inclui na base de cálculo do imposto:

I – o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, desde que os materiais fornecidos sejam produzidos pelo prestador do serviço fora do local da obra;

II – o valor das subempreitadas já gravadas pelo imposto.

Ao analisar os incisos supracitados, é notável que serão apenas dedutíveis da base de cálculo do ISS da construção civil os materiais que forem produzidos pelo próprio prestador de serviços fora do canteiro de obras, bem como as subempreitadas já tributadas. Ainda, considerando os questionamentos da consultante, demonstra-se o decreto nº 131/2009, e os dispositivos da Lei Complementar nº 03/2007 concernentes ao ISS da construção civil, que são pertinentes ao abatimento de material na base de cálculo do imposto, tal qual segue:

“Art. 2º – Para fins de incidência do ISS são considerados serviços e obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e obras semelhantes aos serviços descritos na Lista de Serviços fixada pelo art. 42, § 5º da Lei Complementar 003 (Código Tributário Municipal), de 13 de dezembro de 2007, a seguir especificados:

I – Item: 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

(...)

Art. 10 – Observadas as normas estatuídas no presente Decreto e demais disposições da legislação vigente, o imposto sobre os serviços de construção civil será calculado com base no preço do serviço, assim considerado a receita bruta.

§ 1º - Para fins do disposto neste artigo considera-se receita bruta

a remuneração do sujeito passivo pelos serviços:

I – de empreitada, deduzidas as parcelas correspondentes ao valor:

a) das mercadorias produzidas pelo prestador do serviço, fora do canteiro da obra;

b) das subempreitadas já tributadas pelo imposto no Município, exceto quando os serviços referentes às subempreitadas forem prestadas por profissional autônomo ou sociedade de profissionais, sujeitos ao pagamento do imposto calculado em base fixa;

§ 2º - As deduções previstas no § 1º serão comprovadas mediante apresentação de cópias ou originais, dos seguintes documentos:

I – Notas Fiscais, Notas Fiscais-Faturas e outros documentos fiscais autorizados pelo órgão competente do Município, relativo aos serviços tributados;

II – comprovante de pagamento do imposto relativo a operação tributária com a identificação do(s) documento(s) fiscal(is) correspondente(s), assim considerado o número da Nota Fiscal de Prestação de Serviços, ou, quando for o caso, da Nota Fiscal-Fatura de prestação de Serviços;

III – contrato de prestação de serviços e outros documentos quando exigidos pela autoridade fiscal.

Percebe-se que o regulamento apenas ratifica o texto do Código Tributário Municipal em relação à dedução de material na base de cálculo, acrescentando apenas a comprovação dessas deduções através da apresentação de Notas Fiscais, Notas Fiscais-Faturas, comprovante de pagamento do imposto relativo à operação já tributada, no caso de subempreitadas.

Acerca do tema, o STJ já se manifestou através do relator Ministro Humberto Martins, no AgReg no RESP nº 1.228.175, julgado em 23/08/2011, quando deu ganho de causa para uma construtora deduzir os materiais da base de cálculo do ISS:

TRIBUTÁRIO. ISSQN. CONSTRUÇÃO CIVIL. BASE DE CÁLCULO. DEDUÇÃO DE VALORES REFERENTES AOS MATERIAIS EMPREGADOS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA SUPREMA CORTE.

1. O Supremo Tribunal Federal, no RE 603.497/MG interposto contra acórdão desta Corte, reconheceu a repercussão geral da questão posta a julgamento, nos termos do art. 543-B do CPC, e exarou decisão publicada em 16.9.2010, reformando o acórdão recorrido, com o seguinte teor: "Esta Corte firmou o entendimento no sentido da possibilidade da dedução da base de cálculo do ISS dos materiais empregados na construção civil. Precedentes".

2. A base de cálculo do ISS restou analisada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento acima, portanto, revejo o entendimento anterior, a fim de realinhar-me à orientação fixada pela Corte Suprema para reconhecer a possibilidade de dedução da base de cálculo do ISS dos materiais empregados na construção civil.

3. Como o agravante não trouxe argumento capaz de infirmar a decisão que deseja ver modificada, esta deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

Agravo Regimental improvido.

No julgamento de 18/10/2011 no AgRg no AI nº 1.410.608, 1ª Turma, relator Ministro Benedito Gonçalves, resolveu também acatar a dedução de materiais (e também das subempreitadas), com base no precedente do STF:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. ISS. CONSTRUÇÃO CIVIL. BASE DE CÁLCULO. ABATIMENTO DOS MATERIAIS EMPREGADOS E DAS SUBEMPREITADAS. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. O STF, por ocasião do julgamento do RE 603.497/MG, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 16/9/2010, reconheceu a repercussão geral sobre o tema, consoante regra do art. 543-B, do CPC, e firmou entendimento no sentido da possibilidade da dedução da base de cálculo do ISS dos materiais empregados na construção civil. 2. No mesmo sentido, o eminente Ministro Carlos Ayres Britto, no Agravo Regimental no RE 599.587/RJ, DJ de 29/6/2011, assentou: "A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que o art. 9º do Decreto-lei 406/1968 foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Pelo que é possível a dedução da base de cálculo do ISS dos valores dos materiais utilizados em

construção civil e das subempreitadas." 3. Este Tribunal já emitiu pronunciamento, respaldado na linha de pensar adotada pela Corte Suprema, confira-se: REsp 976.486/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 10/8/2011 e AgRg no AgRg no REsp 1.228.175/MG, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 1/9/2011. 4. Agravo Regimental não provido." (STJ – Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça – Relator Ministro Benedito Gonçalves – DJ 21.10.2011).

Embora a consulta do contribuinte tenha caráter genérico, faz-se necessário mencionar que a abertura de um processo administrativo específico é a alternativa mais prudente quanto a um caso concreto de abatimento de material, apresentando Nota Fiscal de material junto à fiscalização tributária.

III – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, em resposta a consulta formulada, declaramos devido o abatimento de materiais da base de cálculo do ISS da construção civil.

III – DA ORDEM DE CONCLUSÃO

Determinamos, com fundamento no art. 52, § 4º, I e II da Lei Complementar 03/2007 do Código Tributário Municipal, a publicação desta decisão, a fim de que gere efeitos a todos os contribuintes.

Biguaçu, 09 de julho de 2015.

Karina Giselly Fonseca
Membro Relator

Thiago Nahas
Membro Consultor

Valéria Cristina da Silva
Membro Consultor

Manoel Custódio
Presidente

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2015-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2015-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOR PARA PORTÃO ELETRÔNICO DA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU. CUMPRE SALIENTAR QUE ESTA AQUISIÇÃO SE DÁ NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO II, LEI 8666/93.

EMPRESA CONTRATADA: CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA - ME

VALOR: R\$ 1.000,50 (mil reais e cinquenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. É dispensável a licitação:

(...)II – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA: Considerando que esta aquisição visa garantir a segurança e o bem estar dos usuários e servidores, bem como da frota de veículos desta Secretaria Municipal de Saúde, assegurando o perfeito funcionamento do portão da Policlínica Municipal, conservando e preservando este patrimônio público; Considerando que esta aquisição não ultrapassará o valor mencionado do inciso supracitado. Nesse sentido, opta-se pela dispensa de licitação.

Biguaçu, 10 de julho de 2015.

Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.131/2015

LEI Nº 8.131, DE 15 DE JULHO DE 2015.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA O NÃO USO DE ARMAS DE BRINQUEDO POR CRIANÇAS" EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau o Dia Municipal de Conscientização da População para o Não Uso de Armas de Brinquedo por Crianças, a ser realizado, anualmente, no dia 15 de abril.

Parágrafo único. A data estabelecida tem por finalidade conscientizar a população para o não uso de armas de brinquedo por crianças, incentivando as práticas lúdicas e evitando a convivência com brincadeiras que normatizam comportamentos de agressividade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de julho de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.132/2015

LEI Nº 8.132, DE 15 DE JULHO DE 2015.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DA PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL" EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau o Dia Municipal da Psicomotricidade Relacional, a ser realizado, anualmente, no dia 10 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de julho de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 994/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 994, DE 16 DE JULHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BLUMENAU – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação de Blumenau – PME para o decênio 2015 – 2025, a contar da publicação desta Lei Complementar, na forma do Anexo Único, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º O PME foi elaborado pela Comissão Técnica Municipal - criada pelo Decreto n. 10.337/2014, coordenada pela Secretaria Municipal de Educação e constituída por representantes dessa Secretaria, da Secretaria de Estado da Educação/Gerência Regional de Educação, do Conselho Municipal de Educação e do Fórum Municipal de Educação.

Art. 3º O processo de elaboração do PME contou com as seguintes etapas:

I – elaboração do "Documento Base do PME - versão preliminar" pela Comissão Técnica Municipal;

II – disponibilização de consulta pública on-line, assegurando ampla participação da comunidade educacional e sociedade civil organizada;

III – realização da Conferência Municipal de Educação, sob a coordenação do Fórum Municipal de Educação;

IV - sistematização das contribuições realizadas por meio da consulta pública on-line e da Conferência Municipal de Educação pelo Fórum Municipal de Educação;

V – encaminhamento das contribuições à Secretaria Municipal de Educação e Comissão Técnica Municipal para incorporação ao "Documento Base do PME";

VI – consolidação do Documento Final do Plano Municipal de Educação realizada pela Comissão Técnica Municipal.

Art. 4º O Plano Municipal de Educação é constituído por 10 diretrizes, 20 metas e 338 estratégias, alinhadas ao Plano Nacional de Educação.

Art. 5º O Plano Municipal de Educação possui as seguintes diretrizes:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 6º As metas constantes no Anexo Único desta Lei Complementar serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 7º As metas estabelecidas no Anexo Único desta Lei Complementar possuem como referência o diagnóstico que retrata a análise situacional do Município elaborado pela Comissão Técnica Municipal com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Parágrafo Único. O Poder Público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos, de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência.

Art. 8º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Ciência, Comunicação, Cultura, Desporto, Saúde Pública e Assistência Social da Câmara Municipal;

III - Conselho Municipal de Educação;

IV - Fórum Municipal de Educação.

§1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os indicadores educacionais do Município, disponibilizados pelos Órgãos Oficiais de que trata o PME, para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo Único desta Lei Complementar.

§3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§4º O investimento público em educação a que se referem o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a meta 20 do Anexo Único desta Lei Complementar engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de

creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal.

§5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 9º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, instituído pelo Decreto n. 10.091/2013.

§1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I – acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II – promoverá a articulação das Conferências Municipais de Educação com as Conferências Estaduais e Nacionais de Educação.

§2º As Conferências Municipais de Educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Municipal de Educação, do Plano Estadual de Educação e do Plano Nacional de Educação e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 10. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nos termos do art. 7º da Lei n. 13.005/2014, atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da Lei.

§1º Caberá aos gestores municipais, estaduais e federais a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§2º As estratégias definidas no Anexo Único desta Lei Complementar não elidem a adoção de medidas adicionais, em âmbito local, ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§3º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§4º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município dar-se-á mediante a criação de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação, inclusive mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

§5º É vedada a inclusão ou manutenção das expressões “identidade de gênero”, “ideologia de gênero” e “orientação de gênero” em qualquer documento complementar ao Plano Municipal de Educação, bem como nas diretrizes curriculares.

Art. 11. O Município de Blumenau deverá aprovar leis específicas disciplinando a gestão democrática da educação em seus respectivos âmbitos de atuação.

Art. 12. Os Planos Plurianuais, as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis de Orçamentos Anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 13. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 14. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei complementar referente ao Plano Municipal de Educação – PME, a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
(LEI COMPLEMENTAR N. 994/2015)

METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 1:

Universalizar o atendimento na etapa educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade, atender até 55% das crianças de 0 a 3 anos nos primeiros 5 anos e 65% até o fim do plano, mediante recursos da União.

Estratégias:

1.1 Atender até 55% das crianças de 0 a 3 anos nos primeiros 5 anos e 65% até o fim do plano, mediante recursos da União, respeitando os critérios de qualidade definidos na legislação vigente, considerando as peculiaridades locais.

1.2 Considerar as demandas mensuradas para a etapa da educação infantil visando planejamento e oferta de novas vagas. Viabilizar mecanismos para localizar possível demanda oculta para as turmas de pré-escola, demanda da obrigatoriedade, e assegurar o atendimento na sua totalidade, próximo a sua residência.

1.3 Fortalecer chamada ampliada e dar publicidade do atendimento da educação infantil.

1.4 Ampliar a rede física da educação infantil, na rede pública, bem como apoiar a rede conveniada de entidades não governamentais, além de estimular a ampliação da rede privada, considerando os parâmetros de qualidade e infraestrutura, respeitadas as normas de acessibilidade e a demanda.

1.5 Aderir aos programas nacionais para construção de novas unidades como: Plano de Ações Articuladas - PAR, o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, e Programa de Atendimento à Infância – Pró-Infância.

1.6 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil, articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, e a situação

de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes, conforme Fórum Nacional da Educação Infantil.

1.7 Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública até 2016. Dispor e manter o banco de dados atualizado, sobre custo criança, na educação infantil, com informações de ordem pedagógica e administrativa, que subsidiem as políticas públicas para a infância.

1.8 Estabelecer parcerias, com universidades e núcleos de pesquisa, para garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e teorias educacionais, no atendimento da população de 0 a 5 anos.

1.9 Assegurar o atendimento às crianças das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas, atendendo às especificidades dessas comunidades conforme demanda local.

1.10 Garantir o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar, aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.11 Ampliar parcerias intersetoriais com as demais áreas de atendimento, como: Saúde, Assistência Social, Promotória Pública e Conselhos, visando ao desenvolvimento integral da criança de até 6 anos de idade a completar até 31 de dezembro do ano vigente, garantindo uma política para a infância na cidade.

1.12 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das creches e pré-escolas, garantindo o atendimento da criança de 0 a 5 anos, em estabelecimentos que atendam aos parâmetros nacionais de qualidade, e à articulação com a etapa escolar seguinte.

1.13 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, dos beneficiários de programas (federais, estaduais ou municipais) de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.14 Promover a busca ativa de crianças, em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 anos de idade. Os Municípios, com a colaboração da União e do Estado, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil, em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.

1.15 Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 a 5 anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil.

1.16 Assegurar a manutenção e qualidade dos espaços externos e internos, brinquedos estruturados e não estruturados, das instituições de educação infantil.

1.17 Ampliar a política pública de financiamento e distribuição de materiais pedagógicos para educação infantil (mobiliários, equipamentos, brinquedos, jogos, CDs, livros de literatura infantil, instrumentos sonoros/musicais e outras produções regionais, e outros materiais não estruturados, tais como tecido, papelão, etc.) respeitando as especificidades locais e a qualidade de todos os produtos adquiridos.

1.18 Não fazer uso de recursos públicos, na adoção de regimes apostilados, em instituições de educação infantil em seu sistema de ensino.

1.19 Rejeitar a adoção de políticas públicas municipais de avaliação, em larga escala, do desempenho de crianças de 0 a 5 anos por meio de questionários, testes, provas ou outros instrumentos.

1.20 Estimular as entidades não governamentais a ampliarem suas vagas para conveniar com a municipalidade.

1.21 Estimular as parcerias de fornecimento de merenda escolar para organizações não governamentais conveniadas para o atendimento de educação infantil ou pré-escola.

1.22 Estimular a participação dos pais na escola, buscando o envolvimento destes nas APPs – Associações de Pais e Professores, bem como nas reuniões da unidade escolar.

1.23 Deverão ser respeitados os modelos educacionais das instituições privadas e filantrópicas e, inclusive, o modelo de formação continuada de seus profissionais.

1.24 Na elaboração de propostas pedagógicas e curriculares devem ser considerados fundamentais os debates e suas conclusões já existentes nos estabelecimentos educacionais públicos e privados.

Meta 2:

Universalizar o ensino fundamental de nove anos, para toda a população de 6 a 14 anos, em todas as redes de ensino, garantindo que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias:

2.1 Pactuar entre a União, o Estado e os Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei nº. 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

2.2 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, e o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.3 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social.

2.4 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.

2.5 Assegurar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.6 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades

culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.7 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.8 Garantir uma política educacional de atendimento à oferta do ensino fundamental, sempre que houver demanda para a população do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades.

2.9 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

2.10 Oferecer atividades extracurriculares aos alunos, de incentivo e de estímulo a habilidades, e fomentar a participação em certames e concursos de âmbito municipal, estadual e nacional.

2.11 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo às habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal, estadual e nacional.

2.12 Fortalecer a rede de apoio ao sistema de ensino com as áreas de saúde, assistência social e a sociedade civil organizada, por meio de convênios, para atender o público da educação especial.

2.13 Implementar políticas de ações educativas e preventivas, com a participação da sociedade, de todos os segmentos de atendimento à criança e ao adolescente por meio de parcerias com saúde, conselhos, e outros órgãos públicos.

2.14 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando à inclusão das diferentes etnias.

2.15 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, respeitando as decisões alimentares dos estudantes e incentivando a alimentação saudável, preferencialmente com produtos da região.

2.16 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.

2.17 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual, com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

2.18 Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, evitando o transporte de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental do campo para escolas nucleadas ou para a cidade.

2.19 Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores.

2.20 Ativar programas e projetos que garantam a efetiva aprendizagem e, quando necessário, aplicar a reclassificação.

2.21 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.

2.22 Garantir a implementação da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina para as unidades vinculadas ao sistema estadual de ensino, de maneira a assegurar a formação básica comum, respeitando os valores culturais e artísticos, nas diferentes etapas e modalidades da educação.

2.23 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e formação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social, promovendo e acompanhando a celebração de convênios com instituições educacionais especializadas para alunos com deficiência e transtornos de desenvolvimento.

2.24 Avaliar, até o quinto ano de vigência deste Plano, o dispositivo da Lei Complementar nº. 170/1998, que trata do número de estudantes por turma, das unidades vinculadas ao sistema estadual de ensino.

2.25 Implantar e implementar, de forma democrática, sistemas de avaliação educacional em todas as redes de ensino, com vistas à proposição de políticas educacionais que qualifiquem a educação no município.

2.26 Criar estratégias de ensino para que todos os estudantes concluam o ensino fundamental na idade certa, com a capacidade de ingressarem no ensino médio, com expectativas para o mundo do trabalho e para prosseguir em seus estudos.

2.27 Possibilitar formas de acompanhamento às unidades escolares articuladas à Secretaria municipal e estadual de Educação, objetivando a garantia da aprendizagem dos alunos

2.28 Implantar e implementar programas e projetos, preferencialmente para a educação em tempo integral nas comunidades com maior vulnerabilidade social, visando à equidade educacional do Município.

2.29 Monitorar o censo educacional e populacional das crianças e adolescentes.

2.30 Acompanhar a frequência escolar de todas as crianças, adolescentes e jovens, buscando, quando necessário, o suporte do programa de Aviso Por Infrequência de Aluno - APOIA.

2.31 Reduzir as taxas de repetência, evasão e distorção idade/série, em todas as redes de ensino, a partir da aprovação do PME.

2.32 Garantir autonomia às escolas, na organização da rotina, respeitando o cumprimento do calendário escolar, contemplando a carga-horária mínima anual de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias letivos, conforme a realidade local.

2.33 Valorizar a cultura local, despertando a oferta e participação em atividades culturais, a fim de que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.34 Assegurar em todas as unidades de ensino fundamental de Blumenau a construção e a atualização de seus projetos político-pedagógicos, estabelecendo metas e ações de aprendizagem, em consonância com as diretrizes curriculares das redes de ensino.

2.35 Criar e implementar políticas e programas de educação para sustentabilidade, conforme legislação vigente, em parceria com outros órgãos, instituições e Redes de Ensino.

2.36 Ampliar atividades extracurriculares - esporte escolar, bandas e fanfarras, paradesporto escolar, dança, teatro, coral entre outros, como incentivo aos estudantes e de incentivo às habilidades.

2.37 Criar políticas de renovação de equipamentos tecnológicos, nas unidades educacionais na Rede de Ensino pública.

2.38 Oferecer formação aos professores de informática e salas multifuncionais para as Redes de Ensino, objetivando desenvolver atividades pedagógicas relacionadas ao conteúdo escolar e do ambiente comunitário.

2.39 Assegurar atendimento educacional especializado para a população itinerante, de acordo com a política da educação especial na perspectiva da inclusão.

2.40 Garantir que o Conselho Municipal de Educação estabeleça limites do número de alunos por sala de aula a partir da relação alunos/metro 2, respeitando os parâmetros nacionais.

2.41 Articular, entre os sistemas de ensino, ações conjuntas, articuladas e acordadas, como calendário escolar, políticas de formação inicial e continuada.

2.42 Estimular a participação dos pais na escola, buscando o envolvimento destes nas APPs – Associações de Pais e Professores, bem como nas reuniões da unidade escolar.

Meta 3:

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 90%, nessa faixa etária.

Estratégias:

3.1 Implantar o Pacto de Fortalecimento do Ensino Médio nas escolas da rede estadual de ensino, visando à formação continuada dos professores com base na análise e estudos dos currículos escolares mais flexíveis e diversificados. Para isso, partir-se-á das especificidades da comunidade escolar dando-lhe autonomia, articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

3.2 Apoiar e aderir projetos/programas que viabilizem a fruição de bens e espaços culturais, bem como a ampliação e incentivo da prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.3 Pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

3.4 Manter e ampliar o Programa Estadual de Novas Oportunidades de Aprendizagem – PENOA, já implantados nas unidades escolares do ensino fundamental e médio, da rede estadual de ensino, de forma a reposicionar o aluno, no ciclo escolar, de maneira compatível com sua idade.

3.5 Universalizar a inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM aos alunos do ensino médio.

3.6 Ampliar a oferta de matrículas gratuitas, fomentando a expansão do ensino médio integrado à educação profissional, com oportunidade de parcerias com o Sistema S e institutos federais.

3.7 Monitorar o acompanhamento, o acesso e a permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no

ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo.

3.8 Garantir a busca ativa, da população de 15 a 17 anos fora da escola, em articulação com a Secretaria Municipal e Estadual da Saúde, Secretaria Desenvolvimento Social, APOIA, Conselho Tutelar, Ministério Público, Juizado da Infância e do Adolescente.

3.9 Mobilizar os NEPRES – Núcleos de Prevenção das UEs – visando à prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação.

3.10 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.11 Institucionalizar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.12 Fomentar a expansão das matrículas na rede pública de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas-público da educação especial.

3.13 Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

3.14 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

3.15 Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso do estudante ao mundo do trabalho.

3.16 Avaliar, até o 5º ano de vigência deste Plano, o dispositivo da Lei Complementar nº 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.

Meta 4:

Garantir a universalização do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com faixa etária de 4 a 17 anos na rede regular de ensino de Blumenau, promovendo e acompanhando a celebração de convênios entre instituições educacionais especializadas para alunos com deficiência e transtornos de desenvolvimento.

Estratégias:

4.1 Garantir a Educação Inclusiva, promovendo a articulação pedagógica entre o atendimento na rede regular e o atendimento educacional especializado, para pessoas com idade de 4 a 17 anos.

4.2 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, das matrículas dos estudantes da educação regular, da rede pública, que recebam

atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.3 Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 a 3 anos de idade com deficiência diagnosticada.

4.4 Implantar, implementar e manter, no período de vigência deste Plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas unidades educacionais e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.

4.5 Garantir atendimento educacional especializado, em salas de recursos multifuncionais das unidades educacionais, no centro municipal de educação alternativa e demais instituições especializadas, nas formas complementar e suplementar, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública e privada de Educação Básica.

4.6 Criar centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.7 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada à necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação.

4.8 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 a 17 anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Art. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e a adoção do Sistema Braille para cegos e surdos-cegos. Oferecer cursos de capacitação de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para os profissionais das redes de ensino. Estabelecer parcerias com universidades públicas e privadas para formação continuada nessa área.

4.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda Programa Benefício de Prestação Continuada - BPC na Escola, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com

as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.10 Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.11 Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares, para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais, que atendam às especificidades educacionais de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.

4.12 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.13 Garantir a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma, cuidadores, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo cegos, professores de Libras e professores bilíngues.

4.14 Definir, no segundo ano de vigência deste Plano, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão e monitoramento para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.15 Apoiar iniciativa da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, à obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 a 17 anos.

4.16 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem, relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.17 Estabelecer parcerias com entidades formadoras, como universidades públicas e privadas, e instituições especializadas para a oferta de formação continuada, para o atendimento dos alunos público alvo da educação especial.

4.18 Garantir que as unidades educacionais promovam espaços para participação da comunidade escolar e das famílias na elaboração do projeto político-pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.19 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.20 Ofertar o atendimento educacional especializado, complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados nas redes de ensino, a oferta da educação bilíngue libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.

4.21 Promover a qualidade de vida utilizando o esporte adaptado como recurso inclusivo, beneficiando a saúde física, mental e social, ampliando a promoção de eventos paradesportivos.

4.22 Garantir a obrigatoriedade de oferta de educação bilíngue em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, em toda a rede municipal pública de educação, para todas as pessoas surdas ou com problemas de audição, e ofertá-la, como disciplina optativa, para pessoas não surdas.

4.23 É vedada a manutenção ou a inclusão das expressões “ideologia de gênero” e “orientação de gênero” em quaisquer documentos da educação e, em especial, nas diretrizes curriculares.

Meta 5:

Alfabetizar todas as crianças aos 6 anos de idade ou até, no máximo, os 8 anos de idade.

Estratégias:

5.1 Avaliar e monitorar frequentemente o desenvolvimento dos alunos para garantir a alfabetização de todos até o final do 3º ano.

5.2 Criar política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental.

5.3 Instituir instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

5.4 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.5 Investir na oferta e no uso de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que favoreçam a alfabetização e a aprendizagem dos alunos.

5.6 Assegurar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, orientando quanto à disponibilidade e emprego de materiais didáticos específicos e fomentando propostas político-pedagógicas que considerem e valorizem as identidades culturais, sempre que houver demanda.

5.7 Incentivar e promover a formação continuada, referente à alfabetização, na perspectiva do letramento e oferecer formação continuada específica, contemplando

as novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, anualmente, aos professores e coordenadores pedagógicos.

5.8 Criar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.9 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade, para atuarem como mediadores da leitura.

5.10 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, programas de incentivo à leitura.

5.11 Aderir aos Programas e Projetos do Ministério de Educação – MEC que favoreçam a alfabetização.

5.12 Planejar e garantir processos pedagógicos de alfabetização, na perspectiva do letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, objetivando transformar a Educação Básica em um conjunto orgânico, sequencial e articulado.

5.13 Implementar as Diretrizes Curriculares do 1º ano ao 3º ano das redes de ensino.

5.14 Adequar o espaço físico escolar às características da infância.

Meta 6:

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% nas escolas públicas, de forma a atender pelo menos, 40% dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.

Estratégias:

6.1 Ofertar a Educação Básica pública em tempo integral, com o apoio da União, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinar, inclusive cultural e esportivo, construindo um currículo integrado, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 horas diárias, durante todo o ano letivo, com ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

6.2 Instituir, em regime de colaboração, infraestrutura física adequada, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

6.3 Aderir e manter, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, de laboratórios, inclusive de informática; espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos; bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetário e zoológico. Firmar parceria com diversas instituições públicas e privadas, na oferta de atividades de extensão escolar, que fomentem a geração de conhecimento e o uso das tecnologias sociais.

6.5 Estimular a oferta de atividades artísticas, culturais, esportivas e outras para a ampliação da jornada escolar dos estudantes

matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das organizações não governamentais, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino. Fomentar a participação de entidades privadas em ações voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública na perspectiva da educação de tempo integral.

6.6 Incentivar, respeitar e valorizar a cultura local, principalmente das crianças e adolescentes matriculados nas escolas do campo e advindos das comunidades indígenas e quilombolas.

6.7 Ofertar a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 a 17 anos de idade, assegurando atendimento educacional especializado, complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou celebrando convênios com instituições não governamentais especializadas, com profissionais habilitados.

6.8 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

6.9 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

6.10 Avaliar e acompanhar o rendimento escolar, no decorrer do ano letivo, assegurando qualitativamente o desenvolvimento humano, construindo a concepção de uma educação integral.

6.11 Promover reuniões intersetoriais com representantes a fim de articular e qualificar as ações de Educação em Tempo Integral/ Educação Integral.

Meta 7:

Atingir as médias nacionais para o IDEB, já previstas no Plano de desenvolvimento da educação - PDE. Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais no IDEB:

Quadro 11 – Metas Projetadas IDEB

	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	5,8	6,1	6,3	6,6
Anos Finais	4,9	5,1	5,4	5,6

Estratégias:

7.1 Dar continuidade na implementação, bem como a constante atualização das diretrizes curriculares já existentes nos sistemas de ensino, respeitando os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitando-se as diversidades estadual, regional e local.

7.2 Assegurar que: a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50%, pelo menos, o nível desejável; b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80%, pelo menos, o nível desejável.

7.3 Participar da constituição estadual de indicadores de avaliação institucional, com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da Educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.4 Dar continuidade ao processo de avaliação institucional adotadas no município, aprimorando os instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da Educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.5 Executar e acompanhar os planos de ações articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.6 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial para o município.

7.7 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica, nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

7.8 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais, para o ensino fundamental e médio, e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.9 Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre as Secretarias Municipais de Educação e Secretaria de Estado da Educação, com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar

obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.10 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos, de atendimento escolar, para a população do campo, que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.11 Universalizar, em colaboração com a União, Estado e Municípios até o quinto ano de vigência deste PEE/SC, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.12 Fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do SAEB e do IDEB, relativos às escolas municipais, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

7.13 Acompanhar e replanejar ações possíveis de serem

implantadas, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices das escolas.

7.14 Prover progressivamente equipamentos e recursos tecnológicos digitais, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando inclusive mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.

7.15 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.16 Assegurar, a todas as escolas públicas de educação básica, acessibilidade física, bem como energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências.

7.17 Participar do programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização das oportunidades educacionais em regime de colaboração com o governo federal.

7.18 Aderir, colaborar e participar, em regime de colaboração com a União, Estado e Municípios, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.19 Informatizar a gestão das escolas públicas e a Secretaria de Educação Municipal, mantendo programa de formação continuada para o pessoal técnico.

7.20 Implementar políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas que promovam a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.21 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

7.22 Garantir os conteúdos da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos currículos e ações educacionais, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a sociedade civil.

7.23 Consolidar a educação escolar no campo, de populações tradicionais, e quando houver demanda de populações itinerantes, de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo;

a oferta bilíngue da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da Educação; e o atendimento em Educação Especial.

7.24 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para Educação escolar para as escolas do campo e quando houver demanda para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e das línguas presentes em cada comunidade; produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiência.

7.25 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a Educação formal com experiências de Educação popular e cidadã, com os propósitos de que a Educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.26 Promover a articulação dos programas da área da Educação com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, ampliando a rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.27 Ampliar, mediante articulação entre os Órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública, de educação básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.28 Estabelecer ações efetivas, especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos alunos e profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.29 Criar, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, o sistema estadual de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.

7.30 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecário e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.31 Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas, com relação ao desempenho no IDEB.

7.32 Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, para atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média estadual, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PEE/SC, as diferenças entre as médias dos índices do Estado e dos Municípios.

7.33 Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

7.34 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, e profissionais especializados, para a formação de

leitores.

7.35 Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação de memória municipal.

7.36 Promover a regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.

7.37 Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógicos e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

7.38 Aprimorar o ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares, com conteúdos obrigatórios e eletivos em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

7.39 Garantir a participação das escolas municipais, nos programas federais de apoio técnico e financeiro à gestão escolar, mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, para a ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

7.40 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

7.41 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e desportivos, e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários e outros espaços.

7.42 Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade regional, estadual e local.

7.43 Garantir às escolas de ensino fundamental a realização de, no mínimo, uma reunião pedagógica mensal, durante o ano letivo, que possibilite a realização, avaliação e melhoramento do PPP, das estratégias dos PNE, PEE e PME e das demais demandas da escola.

7.44 Institucionalizar a oferta do atendimento pedagógico em ambientes hospitalares e domiciliares às crianças e adolescentes em situação de recuperação da saúde, de modo a assegurar o conhecimento e a permanência desses alunos na educação básica.

Meta 8:

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar o mínimo de 12 anos de estudo, para as populações do campo, da região de menor escolaridade do município, e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não-negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Estratégias:

8.1 Implantar, quando houver demanda, programas e tecnologias

para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo às especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.2 Assegurar acesso, permanência e êxito no percurso formativo, quando houver demanda, a programas de Educação de jovens e adultos que estejam fora da escola e com defasagem idade/ano/série, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização após a alfabetização inicial.

8.3 Apoiar e divulgar o acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio, através do ENCCEJA e ENEM.

8.4 Expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica, por parte das entidades privadas de serviço social, e de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais aqui considerados.

8.5 Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados; identificar motivos de absenteísmo e colaborar para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes.

8.6 Ampliar a busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude, bem como outras instituições.

8.7 Garantir a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.

8.8 Reduzir as desigualdades regionais e étnico-raciais, garantindo o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, inclusive mediante a adoção de políticas públicas, na forma da lei.

8.9 Efetivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica, com acesso e permanência no próprio campo.

8.10 Fomentar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.

8.11 Consolidar a educação escolar no campo para populações tradicionais, populações itinerantes e comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade, na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação.

Meta 9:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais, para 98% até 2017 e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1 Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.

9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos, com Ensino Fundamental e Médio incompletos, a fim de identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos.

9.3 Realizar chamadas públicas regulares para Educação de Jovens e Adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados, e em parceria com organizações da sociedade civil.

9.4 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.5 Executar ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde e a implementação de diretrizes nacionais, em regime de colaboração.

9.6 Assegurar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica aos professores.

9.7 Criar projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos.

9.8 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados, com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

9.9 Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal, e alunos com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a rede federal de educação profissional e tecnológica, as universidades, as cooperativas e associações, por meio de ações de extensão, desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas, que favoreçam efetiva inclusão social e produtiva desta população.

9.10 Ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, garantindo o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola.

9.11 Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica, e a participação social.

9.12 Implementar e manter políticas e programas que considerem as especificidades da educação em espaços de privação de liberdade, possibilitando a construção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como de programas educativos e profissionalizantes, na modalidade educação à distância – EAD, e presencial, no âmbito das escolas do sistema prisional, na educação básica, em consonância com o Plano Estadual de Educação em Prisões/2010.

9.13 Proceder ao levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a essa modalidade da educação básica.

9.14 Realizar chamadas públicas, para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa, em regime de colaboração entre Município e Estado, e em parceria com organizações da sociedade civil.

Meta 10:

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.

Estratégias:

10.1 Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.

10.2 Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.

10.3 Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional e o letramento digital dos alunos, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações, inclusive na modalidade de educação a distância.

10.4 Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.5 Aderir a programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

10.6 Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes, e às particularidades da educação Profissional.

10.7 Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola.

10.8 Garantir a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos, articulada à educação profissional, levando em consideração o perfil do egresso de cada curso e a integralidade do currículo.

10.9 Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades públicas e privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

10.10 Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.11 Aderir a Programas Federais e Estaduais que garantam a alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.

10.12 Ampliar a oferta com qualidade da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas, em parceria com a instituição responsável.

10.13 Instituir e implementar programas e mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

10.14 Expandir as matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

10.15 São vedadas a distribuição e a confecção de material, na rede pública municipal, que tenha como referência a orientação das "políticas de gênero, ideologia de gênero, orientação de gênero".

Meta 11:

Ampliar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em pelo menos 80%, assegurando a qualidade da oferta e promovendo a permanência e êxito dos alunos e a expansão dessa oferta no segmento público, ou em parceria com instituições privadas de ensino profissional.

Estratégias:

11.1 Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2 Participar da política de expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio, na rede pública estadual de ensino e na rede privada com o apoio da União e do estado.

11.3 Incentivar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio, na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade.

11.4 Incentivar a reestruturação das escolas de educação profissional levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos.

11.5 Implementar política de expansão do estágio, na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

11.6 Incentivar programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas.

11.7 Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.

11.8 Expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas de acordo com os seus interesses e necessidades.

11.9 Incentivar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial.

11.10 Colaborar na elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio.

11.11 Aderir a programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

11.12 Estimular políticas de incentivo ao acesso à educação profissional técnica de nível médio através de programas desenvolvidos na rede municipal de ensino, de maneira a fomentar o acesso universal à educação profissional e a inclusão social.

11.13 Fomentar estudos e pesquisas promovidos junto a entidades empresariais de trabalhadores para fomentar ofertas formativas nas instituições especializadas em educação profissional.

11.14 Fomentar e garantir estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.

11.15 Mapear quantitativamente os alunos do Ensino Médio que cursam o Ensino Profissionalizante no município.

Meta 12:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% e a taxa líquida para 40% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias:

12.1 Otimizar, com a participação da União, a capacidade instalada da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e comunitárias de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

12.2 Fomentar, com a participação da União, a oferta gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%; ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18, mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

12.3 Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita, prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.

12.4 Ampliar as políticas de assistência financeira, locais, estaduais e nacionais dirigidas aos alunos das instituições de educação superior do município, criando novas possibilidades de financiamento, como criação de convênios e parcerias com empresas diversas.

12.5 Expandir as formas de divulgação do acesso ao ensino superior, bem como de seus meios de financiamento.

12.6 Assegurar programas e projetos de pesquisa e extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.

12.7 Garantir, por meio de convênio, a oferta de estágios como parte da formação na educação superior.

12.8 Acompanhar as instituições de educação superior na adesão e participação dos programas de apoio financeiro do Governo Federal.

12.9 Acompanhar as condições de acessibilidade física, pedagógica e atitudinal nas instituições de educação superior, na forma de legislação.

12.10 Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.

12.11 Participar da consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior de modo a implementar e expandir projetos de educação bilíngue em todas as etapas da educação básica, em especial atenção aos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, com vistas a atender a estratégia.

12.12 Expandir o atendimento à população do campo, comunidades indígenas e quilombolas, a em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações.

12.13 Institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.14 Estimular a expansão e reestruturação das instituições de educação superior, estaduais e municipais cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades na oferta e qualidade da educação básica.

12.15 Participar, com a União, da consolidação de processos seletivos nacional e estadual, para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

12.16 Estimular mecanismos, em particular de comunicação, para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo, na educação superior.

12.17 Fortalecer as redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

12.18 Expandir o atendimento e instituir programas de permanência, na educação superior de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

Meta 13:

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80%, sendo, do total, no mínimo, 40% de doutores.

Estratégias:

13.1 Apoiar o processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.

13.2 Acompanhar a realização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, de modo a ampliar o quantitativo de alunos como também qualificar as áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação.

13.3 Acompanhar a realização das avaliações externas in loco, em relação aos processos de regulação que compreendem os Atos Autorizativos e Regulatórios de cursos e instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância.

13.4 Incentivar a melhoria da qualidade dos cursos de licenciaturas, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, permitindo aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos, combinando formação geral e específica com a prática didática.

13.5 Acompanhar a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares dos cursos de licenciatura e bacharelado, nas instituições de ensino superior, em consonância com o resultado do processo avaliativo.

13.6 Aderir à substituição do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE aplicado ao final do primeiro ano do curso de graduação pelo Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, a fim de apurar o valor agregado dos cursos de graduação.

13.7 Fomentar a formação de consórcios entre instituições de educação superior, para potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.8 Promover a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores.

13.9 Criar estímulos para elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% e, nas instituições privadas, 75% em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 anos, pelo menos 60% dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% dos alunos obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% nesse exame, em cada área de formação profissional.

13.10 Implementar política de formação docente do ensino superior em nível de pós-graduação stricto sensu.

Meta 14:

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu.

Estratégias:

14.1 Estimular a integração e atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e as Agências Estaduais de Fomento à Pesquisa.

14.2 Implementar ações para redução de desigualdades étnico-raciais e regionais para favorecer o acesso das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado.

14.3 Manter e expandir programas de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

14.4 Expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, possibilitando o uso de tecnologias de educação a distância.

14.5 Implementar ações para redução de desigualdades étnico-raciais e regionais para favorecer o acesso das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado.

14.6 Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e pós-graduação brasileira, incentivando a atuação em rede o fortalecimento de grupos de pesquisa.

14.7 Aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do país e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas e instituições de ensino superior – EIS e demais instituições científicas e tecnológicas - ICTs.

14.8 Estimular o acesso e permanência das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em especial nas áreas de engenharia, matemática, física, química, informática e outros no campo das ciências.

14.9 Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e dá pós-graduação brasileira, incentivando a atuação em rede e fortalecimento de grupos de pesquisa.

14.10 Estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação, a produção e o registro de patentes.

14.11 Expandir o financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu.

14.12 Ampliar a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas.

14.13 Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.

14.14 Ampliar o investimento na formação de doutores de modo a atingir a proporção de 4 doutores por 1.000 habitantes.

14.15 Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e biodiversidade, bem como, a gestão de recursos hídricos.

Meta 15:

Garantir, em regime de colaboração entre União, Estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano da vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação, de que tratam os incisos I, II e III do caput do Art. 61 da Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996, assegurado que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura, na área do conhecimento em que atuam.

Estratégias:

15.1 Ampliar a divulgação dos programas de formação de professores e programas permanentes de iniciação à docência e a adesão, para estudantes matriculados em cursos de licenciatura, com a finalidade de aprimorar a formação de profissionais para atuarem no magistério da educação básica.

15.2 Auxiliar na divulgação das plataformas eletrônicas, para organizar a oferta e as matrículas, em cursos de formação inicial e continuada, de profissionais da educação, e para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos.

15.3 Implementar programas específicos para formação profissional da educação para escolas do campo, de comunidades indígenas e quilombolas, e para educação inclusiva.

15.4 Participar da reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do aluno, dividindo a carga horária em formação geral, formação da área do saber e didática específica, e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica, de que tratam as estratégias 2.1, 2. 2, 3. 2, 3. 3 deste PME.

15.5 Garantir por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares.

15.6 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação, entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, conforme determina a legislação específica.

15.7 Implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação aos docentes, com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em áreas diversa de sua atuação docente, em efetivo exercício.

15.8 Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.

15.9 Implantar, no prazo de um ano da vigência desta lei, política nacional de formação continuada para os profissionais da Educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.

15.10 Instituir programa de concessão de bolsas de estudos, para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem.

15.11 Desenvolver modelo de formação docente para a educação profissional que valoriza a experiência prática, por meio da oferta, nas redes de ensino de educação profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.

15.12 Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da Educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de Educação Superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.

15.13 Fiscalizar e acompanhar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de Educação Básica.

Meta 16:

Formar, em nível de pós-graduação, no mínimo 75% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação e garantir, a todos os

profissionais da educação básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

16.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta, por parte das instituições das redes de ensino superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

16.2 Consolidar política nacional de formação de professores da Educação Básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas.

16.3 Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura, de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.

16.4 Ampliar e consolidar portal eletrônico, para subsidiar a atuação dos professores da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

16.5 Criar a oferta de bolsas de estudo para a pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica.

16.6 Fortalecer a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio de implementação de ações do plano nacional do livro e leitura e da instituição do programa nacional de disponibilização de recursos, para acesso a bens culturais pelo magistério público.

Meta 17:

Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PME.

Estratégias:

17.1 Participar do fórum permanente, de iniciativa do Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

17.2 Estabelecer ações e propor políticas por meio do Fórum

Municipal de Educação - FME, especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

17.3 Atualizar, bienalmente, os planos de carreira para os profissionais da educação básica pública municipal, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do art. 206, VIII, da Constituição Federal, e de acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

17.4 Valorizar os profissionais do magistério da rede pública da educação básica, a fim de equiparar, ao final do 6º ano de vigência do PME, o seu rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

17.5 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

17.6 Estruturar as redes públicas de Educação Básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90%, no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50%, no mínimo, dos respectivos profissionais da Educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

17.7 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, em portais de transparência, excedentes e permanentes.

17.8 Implantar, nas redes públicas de Educação Básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, através de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

17.9 Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de coordenação pedagógica, realizado por profissionais habilitados na área de atuação.

17.10 Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Estadual e dos Estatutos Municipais do Magistério das redes públicas de ensino.

17.11 Garantir, na forma da lei nacional vigente, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação pública do município.

17.12 Cumprir a legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais da educação pública do município.

17.13 Instituir política de formação continuada aos profissionais que atuam em unidades escolares.

17.14 Garantir mecanismos de assegurar a saúde dos profissionais da educação, realizando ações pertinentes, como saúde vocal e síndromes inerentes à profissão.

17.15 Atualizar os instrumentos de avaliação de desempenho, da Rede Municipal de Ensino, a partir da legislação vigente, bem como as atribuições inerentes às diferentes funções.

Meta 18:

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública, de todos os sistemas de ensino, e para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do Art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias:

18.1 Estruturar a rede pública de ensino de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo.

18.2 Implantar, nas redes públicas de Educação Básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, através de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

18.3 Facultar ao município a adesão, a cada dois anos, à prova nacional para subsidiar os municípios, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública de iniciativa do MEC.

18.4 Prever, nos planos de Carreira dos profissionais da educação do Estado e do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu.

18.5 Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas.

18.6 Garantir a existência de comissões permanentes de profissionais da educação, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos Planos de Carreira.

Meta 19:

Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de méritos e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

19.1 Analisar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho e a participação da comunidade escolar.

19.2 Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros, e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas.

19.3 Incentivar os estados, o Distrito Federal e os municípios a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de

coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital, efetuando o acompanhamento da execução deste PME e dos seus Planos de Educação.

19.4 Regulamentar, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

19.5 Regulamentar a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

19.6 Regulamentar a participação e a consulta de profissionais da Educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

19.7 Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.

19.8 Desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos.

Meta 20:

Ampliar o investimento público em educação pública, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º ano de vigência deste Plano, e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Estratégias:

20.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do §1º do Art.75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimentos e do esforço fiscal de cada ente federados, com vistas a atender suas demandas educacionais assegurando o padrão de qualidade nacional.

20.2 Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

20.3 Acompanhar a contribuição para o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina, nos termos do artigo 171 da Constituição Estadual.

20.4 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212 da Constituição Federal e aplicar, na forma da lei específica, a parcela da participação, no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214.

20.5 Desenvolver, com apoio da contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda, estudos e acompanhamentos regulares dos investimentos e custos, por aluno, da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades.

20.6 Adotar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

20.7 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério Público, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas do Estado.

20.8 Acompanhar a regulamentação do parágrafo único do art. 23 e o Art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, em material educacional, e a articulação do sistema estadual e municipal de educação, em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais.

20.9 Buscar, junto à União e ao Estado, a complementação de recursos financeiros para o Estado e municípios que comprovadamente não atingirem o valor do Custo Aluno Qualidade inicial - CAQi e, posteriormente, do CAQ.

20.10 Acompanhar a aprovação da Lei Responsabilidade Educacional para efetiva aplicação e cumprimento.

20.11 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, com aperfeiçoamentos que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União, para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do art. 211 da Constituição Federal.

20.12 Acompanhar e definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no §5º do art. 7º na Lei nº 13.005/2014.

20.13 Garantir e efetivar a articulação entre as metas do PME, alinhadas ao PNE e ao PEE, e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e município, e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, do Estado e do município, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

20.14 Acompanhar recursos provenientes da receita estadual para o financiamento público permanente da educação profissional pública, com o objetivo de expandi-la.

20.15 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

20.16 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em instituições de ensino público.

20.17 Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas com infraestrutura adequadas às

etapas e modalidades de ensino.

20.18 Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com a finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros dos mesmos.

DECRETO Nº 10.680/2015

DECRETO Nº 10.680, DE 15 DE JULHO DE 2015.

OUTORGA PERMISSÃO GRATUITA DE USO DE BENS MÓVEIS DO MUNICÍPIO À COOPERPROVE COOPERATIVA PROVE DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 19 e seus incisos da Lei Complementar n. 39, de 20 de novembro de 1992,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada em favor da COOPERPROVE COOPERATIVA PROVE DE BLUMENAU, com sede e foro nesta cidade, na Rua Erwin Manske 5.607, Bairro Vila Itoupava, inscrita no CNPJ sob n. 003.535.274/0001-73, Permissão Gratuita de Uso dos bens móveis abaixo descritos, adquiridos através do Projeto de Desenvolvimento do Setor Agropecuário Município de Blumenau – SC, Projeto nº 2622.0234.120-87/2007, aprovado pela União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, representado pela Caixa Econômica Federal, destinados ao desenvolvimento do setor Agropecuário no Município de Blumenau:

I - 01 (um) Tanque isotérmico rodoviário, em aço inox, capacidade de 4.000lt, exclusivo para coleta de leite e transporte de leite in natura, marca: Gelgas, inscrito no Tombo sob nº0000079871;

II - 01 (um) Veículo Caminhão/Tanque, marca/modelo; FORD/C-815 E, Diesel, Branco Diamante, Ano Fab/Mod.: 2009/2010, placa: MHQ 7231, Chassi: 9BFVCE1N5ABB45618, inscrito no Tombo sob nº0000079872;

III - 01 (um) Veículo Caminhonete/Furgão, marca: Peugeot/Boxer F 330M HDI, Diesel, Branco Banquise, Ano Fab/Mod.: 2009/2009, placa: MHQ 7201, Chassi: 936ZBPMFB92039226, inscrito no Tombo sob nº0000079869;

IV - 01 (um) Resfriador de leite com capacidade de 3.000lt de leite in natura, marca: RL Resfriadores, Ano Fab. 2010, inscrito no Tombo sob nº0000079873;

V - 01 (uma) Embaladeira automática, capacidade 1.200lt/hora, marca: Mec Milk, modelo: A 1200, fabricante: Disbrasil, inscrito no Tombo sob nº0000080020;

VI - 01 (um) Conjunto de pasteurização, tanque de recepção em aço inox, AISI 304, chapa no mínimo 1,5mm de espessura, acabamento sanitário interno, capacidade mínima 500lt, marca: Mec Milk, modelo Part 500, fabricante: Disbrasil, inscrito no Tombo sob nº0000080021;

VII - 01 (uma) caldeira vertical, capacidade acima de 350 Kg/vapor/hora, automática, marca: Misa/Sot Ronic, inscrito no Tombo sob nº0000080022.

Art. 2º A outorga é feita a título precário, de forma gratuita e por prazo indeterminado, sendo que as demais condições para o uso dos bens móveis constarão do respectivo termo de permissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de julho de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

TERMO DE PERMISSÃO GRATUITA DE USO DE BENS MÓVEIS QUE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU OUTORGA EM FAVOR DA COOPERPROVE COOPERATIVA PROVE DE BLUMENAU.

O Município de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, à Praça Victor Konder, 02, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, representado neste ato pelo Sr. Prefeito Municipal, NAPOLEÃO BERNARDES, outorga à COOPERPROVE COOPERATIVA PROVE DE BLUMENAU, com sede e foro nesta cidade, na Rua Erwin Manske 5.607, Bairro Vila Itoupava, inscrita no CNPJ sob n. 003.535.274/0001-73, a seguir designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada pelo Presidente, Sr. OSNI OTTO, com fundamento no Decreto nº 10.680, de 15 de julho, Permissão Gratuita de Uso, a título precário, dos bens abaixo descritos, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constituem objetos da presente Permissão Gratuita de Uso dos bens, integrantes do patrimônio da municipalidade, abaixo descritos:

I - 01 (um) Tanque isotérmico rodoviário, em aço inox, capacidade de 4.000lt, exclusivo para coleta de leite e transporte de leite in natura, marca: Gelgas, inscrito no Tombo sob nº0000079871;

II - 01 (um) Veículo Caminhão/Tanque, marca/modelo; FORD/C-815 E, Diesel, Branco Diamante, Ano Fab/Mod.: 2009/2010, placa: MHQ 7231, Chassi: 9BFVCE1N5ABB45618, inscrito no Tombo sob nº0000079872;

III - 01 (um) Veículo Caminhonete/Furgão, marca: Peugeot/Boxer F 330M HDI, Diesel, Branco Banquise, Ano Fab/Mod.: 2009/2009, placa: MHQ 7201, Chassi: 936ZBPMFB92039226, inscrito no Tombo sob nº0000079869;

IV - 01 (um) Resfriador de leite com capacidade de 3.000lt de leite in natura, marca: RL Resfriadores, Ano Fab. 2010, inscrito no Tombo sob nº0000079873;

V - 01 (uma) Embaladeira automática, capacidade 1.200lt/hora, marca: Mec Milk, modelo: A 1200, fabricante: Disbrasil, inscrito no Tombo sob nº0000080020;

VI - 01 (um) Conjunto de pasteurização, tanque de recepção em aço inox, AISI 304, chapa no mínimo 1,5mm de espessura, acabamento sanitário interno, capacidade mínima 500lt, marca: Mec Milk, modelo Part 500, fabricante: Disbrasil, inscrito no Tombo sob nº0000080021;

VII - 01 (uma) caldeira vertical, capacidade acima de 350 Kg/vapor/hora, automática, marca: Misa/Sot Ronic, inscrito no Tombo sob nº0000080022.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os bens públicos objeto da presente Permissão de Uso, foram adquiridos através do Projeto de Desenvolvimento do Setor Agropecuário do Município de Blumenau/SC, Projeto nº 2622.0234.120-87/2007, aprovado pela União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, representado pela Caixa Econômica Federal, e serão utilizados exclusivamente para o desenvolvimento do setor Agropecuário no Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - A PERMISSIONÁRIA não poderá ceder, transferir, sublocar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, o uso dos bens, objeto deste Termo, sendo-lhe igualmente vedado dar outro destino que não sejam aqueles especificados na cláusula

anterior.

CLÁUSULA QUARTA - O PERMITENTE não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidos com terceiros pela PERMISSONÁRIA, ainda que vinculados ou decorrentes do uso dos bens objetos desta permissão, bem como não se responsabilizará por quaisquer danos ou indenizações decorrentes de atos da PERMISSONÁRIA ou de seus empregados, subordinados, prepostos ou contratados.

CLÁUSULA QUINTA - Pelo uso dos bens públicos, a PERMISSONÁRIA fica obrigada a:

I – pagar as despesas de funcionamento, abastecimento e manutenção mecânica dos equipamentos e dos veículos constantes na cláusula primeira deste Termo, enquanto perdurar a presente permissão de uso;

II – pagar todas as despesas, inclusive o material necessário à utilização dos bens, tais como: mão de obra; motoristas devidamente habilitados; locomoção; seguros pessoais e veiculares; encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais de seus empregados, previstas na legislação vigente e quaisquer outras que forem devidas, relativamente à utilização dos bens;

III - prestar os esclarecimentos solicitados pelo PERMITENTE quando solicitados;

IV - corrigir, no prazo determinado, as eventuais imperfeições no curso da utilização dos bens, a partir da ocorrência verificada pela fiscalização do PERMITENTE;

V - restituir ao PERMITENTE, assim que requisitados, todos os bens constantes na cláusula primeira deste Termo, no estado de conservação em que foram recebidos, excetuando-se a deterioração natural dos bens.

CLÁUSULA SEXTA - Fica assegurado ao PERMITENTE o direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das cláusulas estabelecidas neste instrumento, devendo a PERMISSONÁRIA facilitar o acesso a todos os bens concedidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - A presente Permissão de Uso é outorgada a título precário de forma gratuita e por prazo indeterminado, podendo ser revogada a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir, ou em caso de descumprimento pela PERMISSONÁRIA, de qualquer uma de suas cláusulas, mediante comunicação expressa, com antecedência de trinta (30) dias.

CLÁUSULA OITAVA - Fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, as partes assinam este Termo de Permissão de Uso, na presença de duas (2) testemunhas.

Blumenau, em 15 de julho de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

OSNI OTTO
Presidente da Permissionária

Testemunhas

Assinatura:
Nome:
CPF:

Assinatura:
Nome:
CPF:

PORTARIA Nº 18.938/2015

PORTARIA Nº 18.938, DE 13 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA LEANDRO DA SILVA PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE - CMJ.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 5º, da Lei Complementar nº 921, de 24/03/2014 e atendendo ao Ofício nº 208/2015/GABSEMUS, de 09/07/2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 921, de 24/03/2015, para compor o Conselho Municipal da Juventude - CMJ, juntamente com os demais membros:

LEANDRO DA SILVA, representante suplente da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMI AD REFERENDUM Nº 12/2015

RESOLUÇÃO CMI AD REFERENDUM Nº 12/2015

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI, PARA IMPRESSÃO DE FOLDERS ALUSIVOS AO DIA MUNDIAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA EM 15 DE JUNHO DE 2015.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003; pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 15 de junho de 2015.

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 906 de 12 de setembro de 2013, que dispõe sobre o Fundo Municipal do Idoso - FMI e tem sua estrutura de execução e controle contábeis vinculados ao órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social;
- a Finalidade do Fundo Municipal do Idoso como instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinada a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltados aos idosos do Município de Blumenau, atendendo as diretrizes e deliberações do Conselho Municipal do Idoso;
- que compete ao CMI deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal do Idoso – FMI;
- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal do Idoso- FMI;
- a aprovação em caráter de urgência pela Mesa Coordenadora do Conselho para confecção de 500 impressões em folha A4 de folders alusivos ao "Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa" em 15 de junho de 2015;
- a aprovação pela Plenária Ordinária do CMI, datada de 15 de junho de 2015, conforme consta na Ata nº 07/2015, que aprovou o encaminhamento da Mesa Coordenadora e a referida despesa.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar em Ad Referendum, o custeio com recursos do FMI, de impressão de 500 folhas A4 coloridas (folders) no valor de R\$780.00 (setecentos e oitenta reais), alusivos ao "Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa" em 15 de junho de 2015;

Parágrafo Único: A referida despesa consta no Plano de Aplicação do Ano 2015 do Fundo Municipal do Idoso- FMI do Município de Blumenau, no Eixo - Manutenção/Implantação/Implementação de Ações ao Idoso – Ação 11 – Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 15 de junho de 2015.

Irene Joana Nerlich Sotto

Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso – CMI

Biênio 2013 - 2015

EXTRATO Nº 158/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 158/2015

Inexigibilidade de Licitação nº. 108/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, Caput, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de Filtros e Tubos de teste para ponto de entupimento e Válvula Solenóide para equipamento da marca Herzog.

Contratados: Pensalab Equipamentos Industriais S.A.

Valor/Dotação: R\$ 3.697,13 (três mil seiscentos e noventa e sete reais e treze centavos).

Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: 01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas)/ 3.3.90.30.00.00.00.00

Blumenau, 14 de julho de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD Nº 2.363

RESOLUÇÃO MD Nº 2.363

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO RICARDO MATOS BEZERRA CAVALCANTI VIEIRA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É concedida, a partir de 1º de julho de 2015, Gratificação de Função de Coordenador de Sítio Oficial ao servidor público efetivo Ricardo Matos Bezerra Cavalcanti Vieira, de 35% (trinta e cinco por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Diretoria de Comunicação, para exercer as funções previstas no art. 48, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º É revogada a Resolução MD nº 2.285, de 6 de abril de 2015.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE JULHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO

1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.364

RESOLUÇÃO MD Nº 2.364

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 1º de julho de 2015, o servidor público Diego Ricardo Pacher, ocupante do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Robinson Fernando Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE JULHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO

1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.365

RESOLUÇÃO MD Nº 2.365

NOMEIA THOMAS MADRIGANO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 1º de julho de 2015, Thomas Madrigano, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Robinsom Fernando Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE JULHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO

1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.366

RESOLUÇÃO MD Nº 2.366

NOMEIA MAICON GOLDBACH EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 2 de julho de 2015, Maicon Goldbach, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Robinsom Fernando Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 2 DE JULHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO

1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.367

RESOLUÇÃO MD Nº 2.367

RATIFICA CESSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA EDITE APARECIDA ADRIANO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É ratificada a cessão da servidora pública efetiva Edite Aparecida Adriano, do Poder Executivo, para desempenhar funções na Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É concedida, a partir de 6 de julho de 2015, Gratificação de Função de Coordenador de Estudo e Apoio Social à servidora pública efetiva Edite Aparecida Adriano, de 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Diretoria Geral, para exercer as funções previstas no art. 20-J, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 3º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 6 DE JULHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO

1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.368

RESOLUÇÃO MD Nº 2.368

DESIGNA COORDENADOR DE CONTROLE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESPONDER, TEMPORARIAMENTE, POR ATOS DO CONTROLADOR INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É designado, em caráter excepcional, no período de licença do titular, de 13 a 17 de julho de 2015 e sem qualquer acréscimo remuneratório, o Coordenador de Controle de Gestão Administrativa Djalma José dos Santos, para responder pelas atribuições do Controlador Interno da Câmara Municipal.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 6 DE JULHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO

1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 454

RESOLUÇÃO Nº 454

AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL PARA CESSÃO DE ESTAGIÁRIOS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Blumenau, por seu Presidente, autorizada a celebrar convênio com o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, para a Cessão de 5 (cinco) estagiários da estrutura atual do Poder Legislativo, maiores de 18 anos, para auxiliar nos procedimentos de cadastro, coleta de dados biométricos e comprovação de residência dos eleitores de Blumenau, a serem realizados pelo referido Tribunal.

Parágrafo único. O Termo de Convênio, que disciplina as cláusulas da Cessão, é parte integrante desta Resolução.

Art. 2º Os encargos remuneratórios dos estagiários cedidos, previstos no artigo 12, da Lei Federal nº 11.788/2008, serão pagos pela Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 14 DE JULHO DE 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente

Marcos da Rosa

Vice-Presidente

Célio Dias Marco

1º Secretário

Antonio Wanrowsky

2º Secretário

Bom Retiro

PREFEITURA

2281.15 - L LDO.2016

Lei n.º 2281/2015 de 15.07.15

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2016 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Orçamento do Município de Bom Retiro, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos demonstrativos anexos a esta lei.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 3º. As prioridades e metas físicas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas no Anexo das Metas de Despesas da Administração de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo demonstrará as metas financeiras, podendo aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo das Metas de Despesas da Administração, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações,

limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Na Lei Orçamentária Anual de 2016, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 637 de 18/10/2012.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001 e Portaria STN nº 637 de 18/10/2012 e alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação e Elementos de Despesa em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº

8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para X1. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2012. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2016. (Art. 8º e 50, I da LRF)

§ 1º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º. A Reserva de Contingência da Prefeitura Municipal de Bom Retiro será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal poderá ser fixada em até 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º. Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento Consolidado da Receita da Prefeitura Municipal, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito

Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balanços apartados da Prefeitura Municipal.

Art. 11. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios, bem como a peculiaridade de cada receita. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 12. Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, o Poder Executivo adotará o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos; II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas; III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior de cada Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos, bem como o superávit do exercício corrente.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo dos Riscos Fiscais desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos

ordinários, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência até o limite de 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício, os quais serão movimentados mediante prévia autorização legislativa. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados, pelo chefe do Poder Executivo, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 21. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias,

contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 22. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 23. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Art. 24. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal, mediante prévia autorização legislativa, quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 25. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 26. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada nas respectivas modalidades de aplicação.

Parágrafo Único – A transposição, o remanejamento, ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por ato do Chefe do Poder Executivo, conforme estabelecidos os limites na lei orçamentária anual para o exercício de 2016. (Art. 167 VI da CF).

Art. 27. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF).

Art. 28. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 29. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas semestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses agosto/2016 referente ao primeiro semestre de 2016 e fevereiro/2017 referente ao segundo semestre de 2016, de modo a acompanhar o cumprimento dos

seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas financeiras estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 30. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31. A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 32. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 33. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 30 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 12 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa ou resolução, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observado os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 169, Parágrafo 1º, Inciso II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 35. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 36. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

- I – eliminação das despesas com horas extras;
- II – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- III – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 37. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar

substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF).

Art. 39. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF).

Art. 40. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 41. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, nos limites de seus saldos, por ato do Chefe do Poder Executivo. (art. 167 § 2º CF/88).

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 45. O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e financeiras estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 46. As inclusões, exclusões ou alterações de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio desta Lei de diretrizes orçamentária, ou da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa,

as modificações consequentes.

Parágrafo Único – De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual.

Art. 47. O Poder Executivo passará ao Poder Legislativo, mensalmente, a título de transferência financeira, o disposto no art. 29-A CF/88.

Art. 48. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 15 de julho de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR LINS
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

EXTRATO CONTRATO 114 E 115/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 114/2015 Pregão Presencial 12/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: System Comércio e Distribuidora Ltda. ME

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos, destinados à manutenção da rede de Iluminação Pública do Município de Bom Retiro

Valor Total: R\$ 10.229,00 (dez mil duzentos e vinte e nove reais)

Extrato Contrato 115/2015 Pregão Presencial 12/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Lysing Comércio Atacadista de Materiais Elétricos Ltda.

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos, destinados à manutenção da rede de Iluminação Pública do Município de Bom Retiro

Valor Total: R\$ 18.827,90 (dezoito mil oitocentos e vinte e sete reais e noventa centavos)

Bom Retiro, 17 de julho de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 085/2015

DECRETO Nº 085/2015

Convoca X Conferencia Intermunicipal de Assistência Social

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, e etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a X Conferência Intermunicipal de Assistência Social, a realizar-se no dia 29 de julho de 2015, das 8:30 às 16:00 horas, no Clube dos Idosos, situado a Rua dos atiradores no município de Braço do Trombudo.

Art. 2º - A Conferência Intermunicipal de Assistência Social terá como tema central: " Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026, o SUAS que temos é o SUAS que queremos."

Art. 3º- O Poder Executivo Municipal expedirá Portaria ou Decreto, instituindo a Comissão Preparatória da Conferência Intermunicipal de Assistência Social.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 16 de julho de 2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02/2015 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 15/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02/2015 FMS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que a partir do dia 23/07/2015 estará recebendo os envelopes para o CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM PEDIATRIA., informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 17 de julho de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.619, DE 15 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº. 7.619, DE 15 DE JULHO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.831 de 17.12.14, a Lei nº 3.772 de 24.10.14, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 1.778.750,00 (Um milhão, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), para atender a programação abaixo especificada:

03.00 Procuradoria Geral do Município

03.001 Procuradoria Geral do Município

0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 60.000,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0365.0335.1009 Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.36.00 Salário Educação

VALOR R\$ 60.000,00

0012.0361.0025.1013 Construção Ampliação e Reformas Escolas Ens. Fundamental

0.3.36.00 Salário Educação

VALOR R\$ 100.000,00

0012.0361.0030.2003 Manutenção do Transporte Escolar

0.3.62.55 Transf. De Convênios Educação/Outros

VALOR R\$ 300.000,00

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 100.000,00

10.00 Secretaria Municipal de Turismo

10.002 Fundo Municipal de desenvolv. Turístico

0023.0695.0170.2237 Infra – Estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvolv. Turístico

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.34.54 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 12.750,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0310.1001 Obras de Infra Estrutura Urbana Projeto Tapete Preto

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 150.000,00

0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 70.000,00

0015.0452.0125.2038 Aquisição e Manutenção de Máquina, Veículos e Equipamentos

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50.000,00

0015.0451.0330.2249 Programa de Obras e Comunitárias - OP

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 500.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 150.000,00

0004.0122.0195.2056 Manutenção da JSM e Tiro de Guerra
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.12.00 Convênio de Trânsito - Prefeitura
VALOR R\$ 100.000,00
22.00 Fundação Municipal de Esportes
22.001 Fundação Municipal de Esportes
0027.0812.0070.2025 Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e Jasc
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 121.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

03.00 Procuradoria Geral do Município
03.001 Procuradoria Geral do Município
0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Desp. Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 20.000,00
09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0365.0335.1009 Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 60.000,00
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Desp. Correntes
0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
VALOR R\$ 100.000,00
10.00 Secretaria Municipal de Turismo
10.002 Fundo Municipal de desenvolv. Turístico
0023.0695.0170.2237 Infra – Estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvolv. Turístico
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.34.54 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 12.750,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0451.0310.1001 Obras de Infra Estrutura Urbana Projeto Tapete Preto
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 150.000,00
0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 30.000,00
0015.0452.0125.2038 Aquisição e Manutenção de Máquina, Veículos e Equipamentos
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
0015.0451.0330.2249 Programa de Obras e Comunitárias - OP
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 500.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 150.000,00
 0004.0122.0195.2056 Manutenção da JSM e Tiro de Guerra
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Desp. Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.000,00
 21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
 4.4.30.00 Transf. A Estado e ao Distrito Federal
 0.1.12.00 Convênio de Trânsito - Prefeitura
 VALOR R\$ 100.000,00
 22.00 Fundação Municipal de Esportes
 22.001 Fundação Municipal de Esportes
 0027.0812.0070.2025 Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e Jasc
 3.3.50.00 Transf. A Instituições Priv. S/Fins lucrativos – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 121.000,00

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Contábil	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
112510800000	Depósito Transferidos	0.1.36.00 0.3.36.00	545.200,20 982.155,40
TOTAL	Depósito Transferidos	0.1.72.00	1.527.355,60
TOTAL GERAL			1.527.355,60

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	3.816,12
Restos à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	574.563,99
TOTAL	0.1.36.00/0.3.36.00	578.380,11
TOTAL GERAL		578.380,11

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.36.00	948.975,49
Valor Utilizado Decreto nº 7605/2015		150.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7610/2015		150.000,00
TOTAL		648.975,49

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2013
32.541-8	B.BRASIL BESC – Transp. Escolar	0.1.22.55 0.3.22.55	583.802,30 462.420,34
TOTAL GERAL			1.046.222,64

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.22.55/0.3.22.55	168.067,95
DDO à Pagar	0.1.22.55/0.3.22.55	354,16
Restos à Pagar	0.1.22.55/0.3.22.55	57,00
TOTAL	0.1.22.55/0.3.22.55	168.479,11

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.22.55 – 0.3.62.55	877.743,53
Valor Utilizado Decreto nº 7569/2015		400.000,00
TOTAL		477.743,53

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 15/07/2015, revogando-se as disposições em contrário. Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de julho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO
 Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
 Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT
 Secretário de Orçamento e Gestão

EVANDRO CARNEIRO FLORA
 Chefe Gabinete do Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 006/2015 – FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 006/2015 – FMS

Espécie: Contrato nº 006/2015 – FMS, entre o Município de Brusque e empresa DJ Agência de Viagens e Turismo Ltda ME, em 09/07/2015. Objeto: Prestação de serviços de transporte de passageiros (van), para atender a demanda dos usuários com tratamento fora do domicílio – TFD (roteiro Brusque x Blumenau x Brusque). Valor: R\$ 72.805,50. Fundamento legal: Artigo 24, inciso IV da Lei 8666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 006/2015 - FMS. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ivonir Zanatta Webster e Orivam Sebastião de Souza.

EXTRATO CONTRATO Nº 007/2015 – FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 007/2015 – FMS

Espécie: Contrato nº 007/2015 – FMS, entre o Município de Brusque e empresa JHONITUR TURISMO LTDA - ME, em 09/07/2015. Objeto: Prestação de serviços de transporte de passageiros (van), para atender a demanda dos usuários com tratamento fora do domicílio – TFD (roteiro Brusque x Florianópolis x Brusque). Valor: R\$ 81.255,50. Fundamento legal: Artigo 24, inciso IV da Lei 8666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 005/2015 - FMS. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ivonir Zanatta Webster e João Luiz Porto.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 038/2015, em 14/07/2015. Objeto: Aquisição de ferramentas. Valor: R\$ 65.614,94. Origem: Pregão nº 042/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Cristiano Bittencourt.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 077/2014

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 077/2014 - QUANTITATIVO E QUALITATIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 077/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Terraplenagem Azza EIRELI, em 09/07/2015. Objeto: Acréscimo de quantitativo e alteração qualitativa dos serviços que compõe a planilha orçamentária do Contrato nº 077/2014, cujo objeto é a execução das obras de duplicação da Rodovia Antônio Heil (SC 486). Valor: R\$ 2.656.298,02. Fundamento legal: Artigo 58, inciso I e artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 010/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo Signatários: Miguel Comandolli Junior e Avelino Alvarez.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 072/2013

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 072/2013

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 072/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Comércio de Madeiras Limoeiro Ltda ME, em 15/07/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na locação máquinas, equipamentos e caminhão. Valor: R\$ 1.110.600,00. Fundamento legal: Artigo 57, inciso II c/c artigo 55, inc. III, ambos da Lei 8666/93. Origem: Pregão nº 054/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Miguel Comandolli Júnior e Emilio Becker Junior.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 077/2014 - SUPRESSÃO

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 077/2014 - SUPRESSÃO

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 077/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Terraplenagem Azza EIRELI, em 09/07/2015. Objeto: Supressão dos serviços que compõe a planilha orçamentária. Valor: R\$ 1.214.758,54. Fundamento legal: artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 010/2014. Signatários: Miguel Comandolli Junior e Avelino Alvarez.

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013

Espécie: 6º Termo Aditivo, Contrato nº 109/2013, entre o Município de Brusque e a empresa WDF SERVIÇOS LTDA, em 09/07/2015. Objeto: prorrogação de prazo. Fundamento legal: artigo 57, § 1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 029/2013. Signatários: IVANOR DE MENDONÇA e WILSON JOSE FRANCESCHI.

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 099/2012

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 099/2012

Espécie: Termo de Apostilamento, Contrato nº 099/2012, entre o Município de Brusque e a empresa Terraplenagem e Transporte Zabel Ltda., em 15/07/2015. Objeto: reajuste corrigido pelo INCC no contrato de 099/2012, cujo objeto consiste na execução das obras de terraplenagem, drenagem e revegetação do loteamento Cyro Gevaerd. Valor: R\$ 46.524,03. Origem: Concorrência nº 007/2012. Fundamento legal: artigo 65, § 8º, da Lei 8.666/93. Signatários: Cristiano Bittecourt.

RESOLUÇÃO Nº 003 DE 10 DE JULHO DE 2015 COMUSA

RESOLUÇÃO Nº 003 DE 10 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a criação da Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador(a) – CIST/Brusque.

O Conselho Municipal De Saúde De Brusque – COMUSA, em reunião ordinária realizada no dia 16 de Julho de 2014, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei 8080/90 na forma dos artigos 12 e 13, inciso VI, e conforme reza o artigo 1º, caput da Resolução Nº 493/MS/CNS de 07 de Julho de 2013.

Resolve:

Art. 1º Por finalidade regulamentar a competência, as atribuições, a organização e o funcionamento da Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador(a) – CIST do Conselho Municipal de Saúde – COMUSA do Município de Brusque, doravante denominada por simples abreviatura – CIST/Brusque.

Art. 2º A CIST/Brusque, é uma comissão subordinada ao COMUSA, instituída na forma dos artigos 12 e 13, inciso VI da Lei 8080/90 e conforme reza o artigo 1º, caput da Resolução Nº 493/MS/CNS de 07 de Julho de 2013.

Art. 3º A CIST/Brusque tem caráter consultivo e de assessoramento para implementação da Política Municipal de Saúde do Trabalhador (a), fiscalizando, acompanhando e respondendo as consultas interpeladas pelo COMUSA.

Art. 4º A CIST/Brusque é vinculada ao COMUSA, tendo seus pareceres deliberados por este conselho.

Art. 5º Está Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16/07/2014, revogando-se as disposições

em contrário.

Lucimara Zaluski Galinski Pavesi
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
COMUSA

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.469

DECRETO Nº 6.469, de 16 de julho de 2015.

Suplementa Dotações Orçamentárias, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância total de R\$ 253.000,00 (duzentos e cinquenta e três mil reais):

02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.006 – Manutenção da Procuradoria Geral do Município

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 23.000,00

02.03 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.071 – Manutenção da Secretaria da Infraestrutura

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 100.000,00

02.04 – DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016 – Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

02.07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.2.091 – Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 50.000,00

02.11 – SECRETARIA DA FAZENDA

4.123.0002.2.778 – Manutenção da Secretaria da Fazenda

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 20.000,00

16 – IPPUC – INST. PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

16.01 – IPPUC – INST. PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

15.451.0034.2.014 – Manutenção do IPPUC

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 253.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações especificadas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor total de R\$ 253.000,00 (duzentos e cinquenta e três mil reais), conforme segue:

02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.006 – Manutenção da Procuradoria Geral do Município

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 23.000,00

02.03 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.071 – Manutenção da Secretaria da Infraestrutura

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 100.000,00

02.04 – DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016 – Manutenção da Segurança Pública

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

02.07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABAST.

20.606.0026.2.091 – Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 50.000,00

02.11 – SECRETARIA DA FAZENDA

04.123.0002.2.778 – Manutenção da Secretaria da Fazenda

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 20.000,00

16 – IPPUC – INST. PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

16.01 – IPPUC – INST. PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

15.451.0034.2.014 – Manutenção do IPPUC

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 253.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de julho de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.470

DECRETO Nº 6.470, de 16 de julho de 2015.

Retifica incisos I e II do art. 1º do Decreto nº 6.450/2015, que Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam retificados os incisos I e II do art. 1º, do Decreto nº 6.450, de 25 de junho de 2015, que Aprova desmembramento de terreno urbano, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I – Gleba A, com superfície de 4.163,37m² (quatro mil, cento e sessenta e três metros e trinta e sete decímetros quadrados), partindo do marco 0=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 15.496; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.496 com o azimuth de 71°35'12" e a distância de 44.14m até o marco 1; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.496 com o azimuth de 141°46'41" e a distância de 8.36m até o marco 2; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.496 com o azimuth de 72°37'36" e a distância de 38.95m até o marco 3; deste, segue, confrontando com a "Gleba B" deste projeto de Desmembramento com o azimuth de 143°15'20" e a distância de 54.65m até o marco 12; deste, segue, confrontando com o imóvel

constante da matrícula nº 17.909 com o azimute de 248°09'20" e a distância de 35.22m até o marco 13; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 17.909 com o azimute de 324°24'08" e a distância de 14.65m até o marco 14; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 21.800 com o azimute de 247°30'29" e a distância de 39.91m até o marco 15; deste, segue, confrontando com a Rua São Bento do Sul com o azimute de 322°05'17" e a distância de 12.49m até o marco 16; deste, segue, confrontando com a Rua São Bento do Sul com o azimute de 232°05'17" e a distância de 5.29m até o marco 17; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.497 com o azimute de 322°05'05" e a distância de 43.92m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – Gleba B, com superfície de 4.407,52m² (quatro mil, quatrocentos e sete metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), partindo do marco 3=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 15.496; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.496 com o azimute de 72°37'36" e a distância de 98.83m até o marco 4; deste, segue, confrontando com a "área verde" com o azimute de 133°54'34" e a distância de 27.54m até o marco 19; deste, segue, confrontando com a "área institucional" com o azimute de 248°09'21" e a distância de 23.57m até o marco 18; deste, segue, confrontando com a "área institucional" com o azimute de 142°09'54" e a distância de 20.81m até o marco 11; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 5.163 e nº 7.667 e com a Rua Jaraguá do Sul com o azimute de 248°09'20" e a distância de 77.95m até o marco 12; deste, segue, confrontando com a "Gleba A" deste projeto de desmembramento com o azimute de 323°15'20" e a distância de 54.65m até o marco 3=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

III - "

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de julho de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.235

LEI Nº 3.235, de 16 de julho de 2015.

Autoriza a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador e Macieira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador e Macieira, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.060.095/0001-66, estabelecido na Avenida Barão do Rio Branco, nº 6, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 6.667,70 (seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta centavos), a serem pagos em uma única parcela, após a aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos transferidos nos termos da presente Lei destinam-se a custear despesas com a Festa do Agricultor.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento

vigente:

02.01 - SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.013 - Contribuições Financeiras às Entidades

3.3.50.00.00 - Transferências às Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 6.667,70

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de julho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.236

LEI Nº 3.236, de 16 de julho de 2015.

Denomina via pública - RUA JOSÉ AGUSTI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica denominada de RUA JOSÉ AGUSTI, a Rua "I", do Loteamento Abdalla Hazim, no Bairro dos Municípios.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de julho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.237

LEI Nº 3.237, de 16 de julho de 2015.

Denomina via pública - RUA OLGA ROSA TURATI AGUSTI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica denominada de RUA OLGA ROSA TURATI AGUSTI, a Rua "II", do Loteamento Abdalla Hazim, no Bairro dos Municípios.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de julho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.238

LEI Nº 3.238, de 16 de julho de 2015.

Altera a denominação de parte da Rua Marquês de Olinda situada no Bairro D.E.R.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica alterada para Rua XV de Novembro a denominação de parte da Rua Marquês de Olinda situada no Bairro D.E.R., no trecho compreendido entre as ruas José Reichmann e Absalão Carneiro.

Art. 2º A denominação da Rua Marquês de Olinda, em sua parte localizada no Bairro Santa Catarina, permanece inalterada, no trecho compreendido entre as ruas Frei Rogério e Ivo Raisel.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado as disposições pertinentes no art. 1º do Decreto-Lei nº 3 de 8 de maio de 1944.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de julho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO Nº 11 CMDCA

Resolução 11/2015 de 06 de julho de 2015

Dispõe sobre o repasse de recursos do FIA para a confecção de adesivos do "Fórum pelo fim da violência e exploração sexual infanto-juvenil 2015".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214, de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO Reunião Ordinária do dia 01 de junho de 2015, Ata nº 317;

CONSIDERANDO Reunião Ordinária do dia 06 de julho de 2015, Ata nº 318;

Resolve:

Art. 1º – Aprovar o repasse de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência- FIA para o pagamento de 15.000 (quinze mil) unidades de adesivos para o "Fórum pelo fim da violência e exploração sexual infanto-juvenil" no valor de R\$ 3.730,00 (três mil setecentos e trinta reais). Favorecido: ArtGraf Design & Impressos. CNPJ: 08.366.104/0001-26.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 06 de julho de 2015.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 19 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 19/2015 de 14 de julho de 2015.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação 2015 da Alta Complexidade- Acolhimento em Família Acolhedora.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Extraordinária, realizada dia 14 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal 2.869, de 22 de dezembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC – CMAS, e

CONSIDERANDO o Plano de Aplicação de 2015 apresentado e apreciado em reunião extraordinária realizada dia 14 de julho de 2015, Ata nº 252.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar:

I- Plano de Aplicação 2015 de Alta Complexidade- Acolhimento em Família Acolhedora- ACEIAS;

Art. 2º Faz parte integrante da presente Resolução, como anexo, cópia do Plano, conforme artigo 1º.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 14 de julho de 2015.

Arlete Torrezan

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 19 CMAS - ANEXO**PLANO DE APLICAÇÃO**

ACEIAS-2015

Entidade Recebedora: Prefeitura Municipal de Caçador – CMAS					
Nome do Responsável: Maria de Lourdes R.R. Ceratti – Coordenadora ACEIAS					
OBS: Quando o projeto for de melhorias, informar se é reforma, construção ou ampliação.					
Título do Projeto:					
Aplicação de verba de Alta Complexidade – Acolhimento em Família Acolhedora (2015)					
1.Finalidade e justificativa: (Demonstrar a necessidade da solicitação do recurso)					
O Serviço visa garantir as crianças e adolescentes em situação de risco e afastados da família de origem, a Proteção Integral, através do acolhimento provisório por famílias substitutas de apoio, respeitando o direito a convivência em ambiente familiar e comunitário e sua individualidade, buscando sempre que possível a preservação dos vínculos e o seu retorno ao convívio familiar.					
-Assegurar às crianças e adolescentes, através do serviço de acolhimento, a proteção integral, preservando os vínculos familiares visando, sempre que possível, o retorno à família de origem o mais breve possível;					
-Garantir às crianças/adolescentes que necessitam de acolhimento provisório por famílias substitutas de apoio, respeitando o seu direito à convivência familiar e comunitária;					
-Promover o acesso das crianças/adolescentes aos bens e serviços da comunidade. Ex: escola, creche, posto de saúde, áreas de lazer, esporte e outros;					
-Subsidiar o Juizado da Infância e da Juventude, seja para o retorno da criança ao convívio familiar ou indicando a necessidade de colocação em família substituta, quando esgotadas as possibilidades de retorno para a família de origem;					
-Oferecer atendimento de Profissionais na área de Psicologia, Pedagogia e Serviço Social;					
- Garantir orientação e apoio as Famílias Acolhedoras;					
- Ampliar o número de familiar.					
Quant.	Unid.de medida	2 – Recursos Humanos	Valor Unitário	Valor Total R\$	
01		Assistente Social Psicologa	7.136,81	99.915,34	
Quant.	Unid.de medida	3 – Custeio - (Despesas Correntes) - Subvenção Social Especificação (tipo, modelo, etc.).	Valor Unitário	Valor Total R\$	
	litros	Gasolina para as visitas domiciliares e material didático.	600,00	7.200,00	
Quant.	Unid.de medida	4- Investimento - (Material Permanente) – Auxílio Especificação (tipo, modelo, etc.).	Valor Unitário	Valor Total R\$	
	MES	S o m a R \$	7.651,09		
T O T A L /ano . . . R \$		107.115,26			

1º via – Processo de solicitação. 2º via - arquivo da entidade para controle do projeto.

Data: 10 de junho de 2015. _____

Assinatura do Presidente

RESOLUÇÃO Nº 20 CMAS**RESOLUÇÃO Nº 20/2015**

Dispõe sobre a retificação da Resolução 17/2015 do Conselho Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Resolução 17/2015 do CMAS que dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Caçador nos seguintes itens:

Onde se lê:

- Art. 2º, inciso I: "Casa Lar do Idoso São José: Sendo o valor de R\$ 35.350,00 reais para investimento e o valor de R\$ 29.928,88 reais para custeio".

Que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º, inciso I: "Casa Lar do Idoso São José: Sendo o valor de R\$ 38.550,00 reais para investimento e o valor de R\$ 29.928,88 reais para custeio".

Onde se lê:

- Resolução nº 17- ANEXO

RECURSO PARA INVESTIMENTO 2015: 50% VALOR TOTAL= R\$ 52.028,87

Sub Total: R\$ 35.350,00 do recurso Investimento da Casa Lar do Idoso.

Que passa a vigorar com a seguinte redação:

Resolução nº 17- ANEXO

RECURSO PARA INVESTIMENTO 2015: 50% VALOR TOTAL= R\$ 52.028,87

Sub Total: R\$ 38.550,00 do recurso Investimento da Casa Lar do Idoso.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 16 de julho de 2015.

Arlete Torrezan

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

LEI Nº 3.227 - RETIFICAÇÃO DO TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00446/2015)****DEVEDOR**

Ente Federativo/UF:	Caçador/SC	CNPJ:	83.074.302/0001-31
Endereço:	Avenida Santa Catarina	CEP:	89500-000
Bairro:	Centro	Fax:	(049) 3563-0322
Telefone:	(049) 3563-0322		
E-mail:	prefeito@cacador.sc.gov.br		
Representante legal:	Gilberto Amaro Comazzetto		
CPF:	550.201.009-00		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	Prefeito eleito em
E-mail:	prefeitobeto@cacador.sc.gov.br	Data início da gestão:	01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora:	IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos	CNPJ:	04.272.905/0001-71
Endereço:	Travessa General Osório,52	CEP:	89500-000
Bairro:	Centro	Fax:	(049) 3563-0216
Telefone:	(049) 3563-0216		
E-mail:	ipascontabil@cacador.sc.gov.br		
Representante legal:	Alcedir Ferlin		
CPF:	476.609.539-15		
Cargo:	Diretor	Complemento:	Presidente
E-mail:	ipascontabil@cacador.sc.gov.br	Data início da gestão:	02/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei nº 3.227, de 11 de junho de 2015 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Caçador da quantia de R\$ 1.980.654,65 (hum milhão e novecentos e oitenta mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 12/2014 a 04/2015, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Caçador confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 1.980.654,65 (hum milhão e novecentos e oitenta mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 33.010,91 (trinta e três mil e dez reais e noventa e um centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 33.010,91 (trinta e três mil e dez reais e noventa e um centavos), vencerá em 10/07/2015 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 1,00% (um por cento), conforme Lei nº Lei nº 3.227, de 11 de junho de 2015.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00446/2015)**

desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IGP-M acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Caçador - SC / 26/06/2015

Prefeitura Municipal de Caçador
Gilberto Amaro Comazzetto

IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador
Alcedir Ferlin

Testemunhas:

Karen Fernanda Ribeiro
Contadora
CPF: 031.763.409-74
RG: 4288094

Andreia Rodrigues
Assessor Financeiro
CPF: 041.198.409-80
RG: 4839332

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00446/2015)**

DECLARAÇÃO

Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00446/2015, firmado entre o/a Caçador e o IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador em 26/06/2015, foi publicado em ____/____/____ no

() mural

() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Caçador, ____/____/____

Gilberto Amaro Comazzetto
Prefeito

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00446/2015	Data	19/06/2015
Valor consolidado	1.980.654,65	Valor da prestação inicial	33.010,91
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	10/07/2015

DEVEDOR

Ente Federativo	Caçador/SC	CNPJ	83.074.302/0001-31
Representante Legal	Gilberto Amaro Comazzetto	CPF	550.201.009-00
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	0375-1
		Conta nº	3896-2

CREDOR

Unidade Gestora	IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador	CNPJ	04.272.905/0001-71
Representante Legal	Alcedir Ferlin	CPF	476.609.539-15
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0375-1
		Conta nº	25124-0

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;

1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Caçador/SC - 26/06/2015

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

LEI Nº 3.227 - RETIFICAÇÃO DO TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 83.074.302/0001-31 **Número do acordo:** 00446/2015 **Data de consolidação do Termo:** 19/06/2015
Ente: Prefeitura Municipal de Caçador / SC **Data de assinatura do Termo:** 26/06/2015
Título: Parcelamento contribuições previdenciárias suplementares patronais **Data de vencimento da 1ª** 10/07/2015
Lei autorizativa do parcelamento: Lei nº 3.227, de 11 de junho de 2015

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal

Competência: Inicial: 12/2014 Final: 04/2015 **Quantidade de Parcelas:** 60

Diferença apurada: 1.884.614,85 **Diferença apurada atualizada:** 1.980.654,65

Valor da parcela na data de consolidação: 33.010,91

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am	Tipo de juros: Simples	Multa: 1,00 %
---------------------	-------------------------------	-------------------------------	----------------------

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am	Tipo de juros: Simples
---------------------	-------------------------------	-------------------------------

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: GP-M	Taxa de juros: 1,00 am	Tipo de juros: Simples	Multa: 2,00 %
---------------------	-------------------------------	-------------------------------	----------------------



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
12/2014	141.428,21	0,78	5,34	7.552,27	2,50	3.724,51	1.414,28	154.119,27
13/2014	158.499,35	0,78	5,34	8.463,87	2,50	4.174,08	1.584,99	172.722,29
01/2015	393.980,89	1,24	4,05	15.956,23	2,00	8.198,74	3.939,81	422.075,67
02/2015	331.041,34	1,22	2,79	9.236,05	1,50	5.104,16	3.310,41	348.691,96
03/2015	332.448,25	1,32	1,46	4.853,74	1,00	3.373,02	3.324,48	343.999,49
04/2015	527.216,81	0,71	0,74	3.901,40	0,50	2.655,59	5.272,17	539.045,97
TOTAL:	1.884.614,85			49.963,56		27.230,10	18.846,14	1.980.654,65

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP****4. ASSINATURAS****ENTE:** Prefeitura Municipal de Caçador / SC - 83.074.302/0001-31**Representante Legal:** 550.201.009-00 - Gilberto Amaro Comazzetto**Data:** __/__/____ **Assinatura:** _____**UNIDADE GESTORA:** IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - 04.272.905/0001-71**Representante Legal:** 476.609.539-15 - Alcedir Ferlin**Data:** __/__/____ **Assinatura:** _____**TESTEMUNHAS:****Nome:** Karen Fernanda Ribeiro**Cargo:** Contadora**CPF:** 031.763.409-74**Nome:** Andreia Rodrigues**Cargo:** Assessor Financeiro**CPF:** 041.198.409-80

16/07/15 16:36 v1.1

Página 3 de 3

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.065/2015

DECRETO Nº 2.065/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizada pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 03 – Secretaria de Administração
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.010 – Manutenção dos Encargos Gerais do Convênio de Trânsito Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5012 – Convênio de Trânsito - Prefeitura
Código Reduzido: 42
VALOR: R\$ 30.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação dos recursos Convênio Multa de Trânsito, da Prefeitura Municipal de Camboriú, do exercício corrente, conforme preceituam os artigos 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com Inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 30 de junho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.066/2015

DECRETO Nº 2.066/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizada pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal Agropecuário.

Órgão: 04 – Fundo Municipal Agropecuário
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal Agropecuário
Função: 15 – Urbanismo
Sub-função: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 0008 – Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura
Atividade: 1.008 – Investimentos na Construção e Reformas de Praças
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.0000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 2
VALOR: R\$ 45.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 04 – Fundo Municipal Agropecuário
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal Agropecuário
Função: 15 – Urbanismo
Sub-função: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 0008 – Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura
Atividade: 1.008 – Investimentos na Construção e Reformas de Praças
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.0000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 1
VALOR: R\$ 45.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 30 de junho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.067/2015

DECRETO N.º 2.067/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0010 – Gestão da Educação com Qualidade
Atividade: 2.036 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 – Aplic. Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias
Fonte de Recurso: 5.0018 –Transferências do FUNDEB - 60%
Código Reduzido: 13
VALOR: R\$ 300.000,00

Órgão: 05 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0010 – Gestão da Educação com Qualidade
Atividade: 2.036 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 – Aplic. Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias
Fonte de Recurso: 5.0019 –Transferências do FUNDEB - 40%
Código Reduzido: 14
VALOR: R\$ 200.000,00

Órgão: 05 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0010 – Gestão da Educação com Qualidade
Atividade: 2.037 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 – Aplic. Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias
Fonte de Recurso: 5.0018 –Transferências do FUNDEB - 60%
Código Reduzido: 27
VALOR: R\$ 450.000,00

Órgão: 05 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0010 – Gestão da Educação com Qualidade
Atividade: 2.037 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.0019 –Transferências do FUNDEB - 40%
Código Reduzido: 30
VALOR: R\$ 50.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação do FUNDEB vinculado à Prefeitura Municipal de Camboriú, no exercício corrente, conforme preceituam os artigos 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 30 de junho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.070/2015

DECRETO N.º 2.070/2015

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;
CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área de terras de 317,42 m² (trezentos e dezessete vírgula quarenta e dois metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 32, situado na Rua Lauro Francisco dos Santos, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú.
Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao SUL com a Rua Lauro Francisco dos Santos, onde mede 12,60 m (doze vírgula sessenta metros); fundos ao NORTE com parte dos lotes 54 e 55, onde mede 14,60 m (quatorze vírgula sessenta metros); estrema ao LESTE com o Lote 31, onde mede 23,80 m (vinte e três vírgula oitenta metros) e estrema ao OESTE com o Lote 33, onde mede 23,40 m (vinte e três vírgula quarenta metros).

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal

n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de Eunice Motta, portadora do RG n.º 7.034.283 e inscrita no CPF sob o n.º 747.296.329-15, residente e domiciliada na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 09 de julho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.071/2015

DECRETO N.º 2.071/2015

Concede incentivo ao turismo rural com fundamento na Lei Municipal n.º 978/1993.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, VII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal n.º 978/1993, alterada pelas Leis Municipais n.º 1.191/1996 e n.º 2.604/2013 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado por PÉRICLES AUGUSTO TESTONI, o qual solicita a concessão do benefício previsto na Lei Municipal n.º 978/1993, alterada pelas Leis Municipais n.º 1.191/1996 e n.º 2.604/2013;

CONSIDERANDO a visita no local e o parecer favorável da Comissão de Turismo Ecológico-Rural, de 15 de junho de 2015;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido a PÉRICLES AUGUSTO TESTONI, pessoa física, inscrito no CPF sob o n.º 953.078.009-59, com empreendimento estabelecido na Estrada Geral dos Macacos, s/n.º, na localidade da Vila dos Macacos, na cidade de Camboriú/SC, por um período de 05 (cinco) anos, contados a partir do dia 15 de junho de 2015, os seguintes benefícios:

I - redução da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN para o percentual mínimo de 2% (dois por cento);
II - isenção do ISS sobre a obra, bem como de taxas referentes a regularização do espaço físico do empreendimento denominado Portal das Pedras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 10 de julho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.072/2015

DECRETO N.º 2.072/2015

Altera o Decreto Municipal n.º 2.048, de 21 de maio de 2015.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 79, inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º do Decreto Municipal n.º 2.048/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de Olga de Fatima Moraes, portadora do RG n.º 3.430.446-7 e inscrita no CPF sob o n.º 027.736.139-70, residente e domiciliada na referida área.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 14 de julho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 87/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 87/2015.

Considerando o Ofício nº 035/2015, recebido do Serviço de Planejamento e Obras, solicitando acréscimo e supressão de quantitativos ao contrato nº 73/2014;

Considerando o Parecer Jurídico favorável e a Autorização da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 73/2014 (originado do Processo Licitatório nº 56/2014, Tomada de Preços);

As partes contratantes RESOLVEM de comum acordo, acrescentar e suprimir quantitativos ao Contrato nº 73/2014, conforme segue:

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA ME

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representada Secretária Municipal de Administração Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 13.250.019/0001-38, com sede a Avenida 7 de Setembro, nº 1000, Centro, cidade de Tapejara-RS, representada por Márcio Parisotto, CPF nº 040.952.059-46, doravante denominado simplesmente CONTRATADA.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 73/2014 fica prorrogado por 60(sessenta) dias, até o dia 25 de agosto de 2015, contando a partir de 26 de junho de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 73/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre – SC, 25 de junho de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	MÁRCIO PARISOTTO PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA ME CONTRATADA
---	---

ADITIVO CONTRATUAL 88/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 88/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 36PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 74/2014, originado do Processo Licitatório nº 56/2014. Modalidade Tomada de Preços;

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 74/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 74/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 74/2014 fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, até o dia 25 de agosto de 2015, contando a partir de 26 de junho de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 74/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre – SC, 25 de junho de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	EDINALDO A. MARTINS DE LIMA Perfugel Perfurações Geológicas Ltda CONTRATADA
---	---

ADITIVO CONTRATUAL 89/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 89/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 037PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 56/2014 (originado do Processo Licitatório nº 57/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 56/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA A PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 56/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 56/2014 fica prorrogado por 60 (sessenta) dias até o dia 25 de agosto de 2015, contando a partir de 26 de junho de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 56/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente

instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 25 de junho de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	EDINALDO A. MARTINS DE LIMA Perfugel – Perfurações Geológicas Ltda CONTRATADA
---	---

CONVOCAÇÃO Nº 106/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015
CONVOCAÇÃO Nº 106/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr^a. EMANUELE CRISTINA GIRELLI CECCATO, inscrita no CPF/MF sob nº 063.588.219-11, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de ENFERMEIRO, na Função de ENFERMEIRO, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 21 de Julho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 16 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação.

CONVOCAÇÃO Nº 107/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015
CONVOCAÇÃO Nº 107/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr^a. LOURDES HIEHUES, inscrita no CPF/MF sob nº 868.941.299-91, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – DISTRITO DE FRAGOSOS, na Função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – DISTRITO DE FRAGOSOS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 21 de Julho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 16 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

CONVOCAÇÃO Nº 108/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014
CONVOCAÇÃO Nº 108/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr^a. EVA APARECIDA DA VEIGA ZENFE, inscrita no CPF/MF sob nº 854.963.089-68, aprovada em 54º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, na Função de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 21 de Julho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 16 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação.

DECRETO Nº 9.146 DE 16 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 9.146 DE 16 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE FECHAMENTO DE LOUGRADOUROS PÚBLICOS NOS DIAS 17; 18 e 19 DE JULHO DE 2015, POR OCASIÃO DO 12º FESTIVAL DE INVERNO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especialmente o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; DECRETA: Art.1º) Fica autorizado o fechamento dos seguintes Logradouros Públicos: Avenida Dr. Getúlio Vargas entre as Ruas Benjamin Constant e Nereu Ramos; Rua Cel. Raymundo Munhoz entre as Ruas Benjamin Constant e Rua Nereu Ramos, no Centro do Município, nas imediações do Calçadão Cascatinha, por ocasião do 12º FESTIVAL DE INVERNO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Parágrafo único - As interdições se darão a partir das 17:00 hs do dia 17/07/2015 (sexta-feira) até as 21:00 hs do dia 19/07/2015 (Domingo).

Art.2º) As Polícias Militar, Rodoviária e Civil deverão ser informadas do fechamento dos mencionados logradouros públicos para a realização do evento, a fim de promoverem a segurança pública no local.

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.147 DE 17 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.147 DE 17 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 108 de 25 de Setembro de 2014, em seu Artigo 1º; DECRETA:

Art.1º) Nomear o Sr. RODRIGO HRUSCHKA CUBAS, Matrícula Funcional nº 000824, Registro no Sistema sob nº 955497, ao Cargo Público de Motorista, Função Motorista de Transporte de Pessoas, a partir de 17 de Julho de 2015, Categoria Funcional Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, alterado pela Lei Complementar Municipal nº 108 de 25 de Setembro de 2014, a qual autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 3 Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 1.042,36 (um mil quarenta e dois reais, trinta e seis centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. RODRIGO HRUSCHKA CUBAS, aprovado em 3º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.063 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.063 DE 16 DE JULHO DE 2015

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 12.054 DE 15 DE JULHO DE 2015.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 12.054 de 15 de Julho de 2015.

Parágrafo único – A revogação de que trata o caput deste artigo em razão de emissão em duplicidade da respectiva Portaria.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a 15 de Julho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.064 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.062 DE 15 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, VERÔNICA WOJCIECHOSKI, Matrícula Funcional nº 000171, Registro no Sistema sob nº 299800, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 16 de Março de 2014 a 15 de Março de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 á 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
15 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.065 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.065 DE 16 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, BEATRIZ ZANGARI RANK, Matrícula Funcional nº 000752, Registro no Sistema sob nº 955344, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 18 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 à 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.066 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.066 DE 16 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, BERNADETE TERESINHA SCHUTA ODIA, Matrícula Funcional nº 000427, Registro no Sistema sob nº 954287, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 à 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.067 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.067 DE 16 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, BERTINA BAHAR, Matrícula Funcional nº 0230, Registro no Sistema sob nº 237202, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 02 de Fevereiro de 2014 a 01 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 à 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.068 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.068 DE 16 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CIRILA TELMA DRANKA, Matrícula Funcional nº 0152, Registro no Sistema sob nº 180501, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 19 de Fevereiro de 2014 a 18 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 á 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.069 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.069 DE 16 DE JULHO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CLAUDIA ROBERTA KARVAT DRANKA, Matrícula Funcional nº 000396, Registro no Sistema sob nº 954248, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 á 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.070 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.070 DE 16 DE JULHO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS, Matrícula Funcional nº 000015, Registro no Sistema sob nº 740400, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 15 de Agosto de 2014 a 14 de Agosto de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 á 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.071 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.071 DE 16 DE JULHO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ERNANI DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000015, Registro no Sistema sob nº 740400, ocupante do Cargo Público de Professor IX, exercendo a Função de Professor de História, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 á 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.072 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.072 DE 16 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, EROTIDES URBANEK PETROCEFSKI, Matrícula Funcional nº 000760, Registro no Sistema sob nº 955363, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 05 de Março de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 á 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.073 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.073 DE 16 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, GLÁDIS CONCEIÇÃO BENKENDORF, Matrícula Funcional nº 000194, Registro no Sistema sob nº 306000, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 15 de Fevereiro de 2014 a 15 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 á 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.074 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.074 DE 16 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, JANETE DRANCKA, Matrícula Funcional nº 000234, Registro no Sistema sob nº 612201, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 21 de Fevereiro de 2014 a 20 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 á 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.075 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.075 DE 16 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, JOSIANE VALERIA FRITZEN ROELL, Matrícula Funcional nº 000715, Registro no Sistema sob nº 955213, ocupante do Cargo Público de Professor VIII, exercendo a Função de Professor de Geografia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 à 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.076 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.076 DE 16 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, LEILA DINIZ DA CONCEIÇÃO SCHIEHL, Matrícula Funcional nº 000723, Registro no Sistema sob nº 955224, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 à 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.077 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.077 DE 16 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, Matrícula Funcional nº 000188, Registro no Sistema sob nº 302010, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Setembro de 2014 a 31 de Agosto de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 à 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.078 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.078 DE 16 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MÁRCIA FRANZ SCHIESSL, Matrícula Funcional nº 000113, Registro no Sistema sob nº 296610, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Abril de 2014 a 31 de Março de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 á 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.079 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.079 DE 16 DE JULHO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MARGARIDA DO ROCIO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 0270, Registro no Sistema sob nº 303680, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 09 de Fevereiro de 2014 a 08 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 á 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.080 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.080 DE 16 DE JULHO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MARLI TEREZINHA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000130, Registro no Sistema sob nº 154600, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 02 de Maio de 2014 a 01 de Maio de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 á 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.081 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.081 DE 16 DE JULHO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 08 (zero oito) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MARQUIELLI APARECIDA ROSÁRIO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000756, Registro no Sistema sob nº 955355, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 20 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 á 30 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.082 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.082 DE 16 DE JULHO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ, Matrícula Funcional nº 000059, Registro no Sistema sob nº 293510, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Novembro de 2013 a 31 de Outubro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 à 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.083 DE 16 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.083 DE 16 DE JULHO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, OLÍVIA MARTINS DE OLIVEIRA MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000105, Registro no Sistema sob nº 780300, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 12 de Março de 2014 a 11 de Março de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de Julho de 2015 à 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO 3 ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 056/2014.

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA ESCOLAR.

O MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 83.026.765/0001-28, com sede na Rua 1º de Maio, 736 Campo Erê, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RUDIMAR BORCIONI, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no RG nº 13/C – 1.656.103 e CPF nº 621.359.109-53, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA, estabelecida na Rua Astor Schoeninger, 94 – B – Centro – Campo Erê/SC, CEP 89.980-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo seu Sócio, Sr. HEDER VIGANÓ, portador do CPF nº. 031.952.639-98, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato 056/2014, oriundo do Processo de Licitatório nº 734/2014 modalidade Tomada de Preços nº 002/2014, com fundamento no Inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes e nas cláusulas a seguir mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o Prazo de vigência do Contrato 056/2014 para até 31/12/2015, com vigência a partir de 01 de Agosto de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 16 de Julho de 2015.

RUDIMAR BORCIONI	CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA
CONTRATANTE	

TESTEMUNHAS:

Gilmar Fior de Medeiros	Leonice de Fátima Comin
CPF: 743.984.409-25	CPF: 991.321.509-97

Ivonei Luiz Pastre
OAB/SC – 18.971

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 11/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 11/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 12/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição de 01 (um) veículo (ambulância), 0KM, para equipar o Fundo Municipal de Saúde de Canelinha, conforme especificações descritas no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 29 de julho de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 16 de julho de 2015.

ANTÔNIO DA SAILVA

Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

ERRATA DA PUBLICAÇÃO REALIZADA NESTE VEÍCULO, NA PÁGINA N.º 98 DA EDIÇÃO N.º 1784 DO DIA 15/07/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO N.º FMS 11/2015 (PRESENCIAL)
ERRATA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo, na página n.º 98 da Edição n.º 1.784 do dia 15/07/2015, referente a divulgação do Edital de Pregão n.º FMS 11/2015, onde lia-se, Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br, leia-se, Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 11/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 20/2015
PREGÃO N.º FMS 11/2015 (PRESENCIAL)
ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Fundo Municipal De Saúde - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou a nomenclatura dos objetos do Edital citado acima. Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 78/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 130/2015
EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 78/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/08/2015, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE MESA PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESA RETANGULAR, ARMARIO FECHADO EM MDP, BALCÃO FECHADO EM MDP, ARMÁRIO GUARDA-VOLUME, CADEIRA GIRATORIA ESTILO PRESIDENTE, CADEIRA FIXA ESTILO DIRETOR, POLTRONA COM RODÍZIO, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 03/08/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 19/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 199/2014
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 19/2014
REEQUILÍBRIO ECONÔMICO DOS ITENS 34, 65, 74, 94 E 170 DO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Prefeito, torna público os valores reequilibrados dos itens: a) 34 – coco ralado 100gr, que passa de R\$ 1,98 para o valor de R\$ 2,18 (fornecedor: Supermercado Hilário Fuchs Ltda); b) 65 – feijão carioca (kg), que passa de R\$ 3,20 para o valor de R\$ 4,17 (fornecedor: Supermercado Hilário Fuchs Ltda); c) 74 – granola tradicional (kg), que passa de R\$ 12,30 para o valor de R\$ 13,00 (fornecedor: Supermercado Hilário Fuchs Ltda); d) 94 – biscoito rosquinha de chocolate (kg), que passa de R\$ 5,35 para o valor de R\$ 5,89 (fornecedor: Supermercado Hilário Fuchs Ltda); e) 170 – filtro de papel 103 com 30 un, que passa de R\$ 1,95 para o valor de R\$ 2,46 (fornecedor: Supermercado Hilário Fuchs Ltda). O reequilíbrio foi solicitado pelos fornecedores. As cotações realizadas para o cálculo do reequilíbrio encontram-se apenas ao Processo, disponíveis aos interessados.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO N.º FMDR 04/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 4/2015
Licitação.....: 4/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E TRATOR DE ESTEIRAS, DESTINADAS AOS PROGRAMAS PORTEIRA ADENTRO E INCENTIVO A PECUÁRIA. SEGUIR AS DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE ESPECIFICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, CONFORME O ANEXO X.

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Total dos Itens Vencedores: 376,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	37790	- HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA - Unidade: hrs					
15935	CHV SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA		1,000	0,0000	199,00000	199,00	Venceu	1 *****
11703	ANA CARDOSO - ME		1,000	0,0000	200,00000	200,00	Perdeu	2
Item.....: 2	-	37797	- HORAS DE TRATOR ESTEIRA - Unidade: hrs					
15935	CHV SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA		1,000	0,0000	177,00000	177,00	Venceu	1 *****
11703	ANA CARDOSO - ME		1,000	0,0000	178,00000	178,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA - SUPLENTE
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC
JOSÉ CARLOS HERBST - CRC SC - 031639/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º FMAS 08/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 9/2015		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 21.760,00				
Licitação.....: 8/2015 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, TAIS COMO, TELEVISOR, KIT ANTENA E RECEPTOR DIGITAL, SUPORTE PARA TV E RECEPTOR, APARELHO DE SOM, CAMERA FOTOGRAFICA, E OUTROS, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMILIA.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 46618	- TV 48", FULL HD - Unidade: UN						
12064	INFOPLAN LTDA ME	PHILIPS-48PFG 500	1,000	0,0000	2.486,5591	2.486,56	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 11040394	- CABO HDMI 10 M, E CONECTORES - Unidade: UN						
12064	INFOPLAN LTDA ME	MD9INFO	1,000	0,0000	200,0000	200,00	Venceu	1 *****
Item.....: 3	- 311042331	- KIT ANTENA E RECEPTOR DIGITAL - Unidade: KIT						
12064	INFOPLAN LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4	- 46191	- SUPORTE PARA TV E RECEPTOR - Unidade: UN						
12064	INFOPLAN LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 5	- 22592	- PLACA DE VÍDEO HDMI PCI EXPRESS 2.0 - Unidade: UN						
12064	INFOPLAN LTDA ME	ZOOGIS	1,000	0,0000	250,0000	250,00	Venceu	1 *****
Item.....: 6	- 311042325	- APARELHO DE SOM COM CAIXA E MICROFONE - Unidade: UN						
12064	INFOPLAN LTDA ME	MOX	1,000	0,0000	994,6237	994,62	Venceu	1 *****
Item.....: 7	- 31294	- CAMÉRA FOTOGRAFICA DIGITAL 20.5 MP - Unidade: UN						
12064	INFOPLAN LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

21.760,00**Processo Administrativo:****Processo / Ano: 9/2015****Licitação.....: 8/2015 - PR****Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL**

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, TAIS COMO, TELEVISOR, KIT ANTENA E RECEPTOR DIGITAL, SUPORTE PARA TV E RECEPTOR, APARELHO DE SOM, CAMERA FOTOGRAFICA, E OUTROS, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 8	- 37051	- FRAGMENTADORA AUTOMATICA DE PAPEL - Unidade: UN						
12064	INFOPLAN LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 9	- 311042326	- DISPENSER - SUPORTE PARA COPOS - Unidade: UN						
12064	INFOPLAN LTDA ME	BRINOX	2,000	0,0000	109,4086	218,82	Venceu	1 ****
Item.....: 10	- 43943	- PROJETOR MULTIMÍDIA (DATA SHOW) - Unidade: UN						
12064	INFOPLAN LTDA ME	ACER P1185	1,000	0,0000	2.450,0000	2.450,00	Venceu	1 ****
Item.....: 11	- 37899	- IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER A CORES - Unidade: UN						
12064	INFOPLAN LTDA ME	HP	2,000	0,0000	1.250,0000	2.500,00	Venceu	1 ****
Item.....: 12	- 6410	- IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL A LASER MONOCROMÁTICA - Unidade: UN						
12064	INFOPLAN LTDA ME	HP	2,000	0,0000	1.590,0000	3.180,00	Venceu	1 ****

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 9/2015		Processo Administrativo:		21.760,00				
Licitação.....: 8/2015 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, TAIS COMO, TELEVISOR, KIT ANTENA E RECEPTOR DIGITAL, SUPORTE PARA TV E RECEPTOR, APARELHO DE SOM, CAMERA FOTOGRAFICA, E OUTROS, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 13	- 33103	- COMPUTADOR - PROCESSADOR 04 NUCLEOS - Unidade: UN						
12064	INFOPLAN LTDA ME	ITAUTEC	4.000	0,0000	2.370,0000	9.480,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em/...../.....	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -/...../.....	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -/...../.....	SUPLENTE PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -/...../.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -/...../.....	28.754/SC
TAYNÁ MACHADO -/...../.....	CRC/SC 037083/P-8

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 71/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 118/2015
Licitação.....: 71/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 500 CAIXAS DE LUVAS PARA PROCEDIMENTOS, EM LÁTEX, TAMANHO M. PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (BERÇÁRIOS) DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:
Total dos Itens Vencedores: 9.300,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 40012	- LUVAS PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEIS, EM LÁTEX, CAIXA COM 100 UN	- Unidade: CXA					
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		500,000	0,0000	18,6000	9.300,00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em/...../.....	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI	-/...../.....
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK	-/...../.....
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS	-/...../.....
MARCIANO FERNANDES CORREA	-/...../.....
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO	-/...../.....
VANESSA LANGER	-/...../.....

Capinzal

PREFEITURA

PORTARIA 667/2015

PORTARIA Nº 667, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Rosinês Goronzi, matrícula nº 317721/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, nível 65, referência E, conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 65, referência F, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 668/2015

PORTARIA Nº 667, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Rosinês Goronzi, matrícula nº 317721/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, nível 65, referência E, conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 65, referência F, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 669/2015

PORTARIA Nº 669, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Sebastiana Antunes da Costa Dorini, matrícula nº 318787/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência G, conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 309, referência H, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 670/2015

PORTARIA Nº 670, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Serli Tezinha Rodrigues de Freitas, matrícula nº 318973/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência H, conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 309, referência I, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 671/2015

PORTARIA Nº 671, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Sonia Maria Sabat Hilgemberg, matrícula nº 319503/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, nível 246, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 246, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 672/2015

PORTARIA Nº 672, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Tereza de Lima Cordeiro matrícula nº 319856/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Enfermagem, nível 58, referência E, conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 58, referência F, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 673/2015

PORTARIA Nº 673, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Valdelir Francisco de Souza, matrícula nº 320110/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Saneamento, nível 159, referência E, conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 159, referência F, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 674/2015

PORTARIA Nº 674, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Vilma Mascarelo Rodrigues, matrícula nº 100340/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, nível 65, referência I, conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 65, referência J, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 675/2015

PORTARIA Nº 675, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Zeferino Schmidt Soares, matrícula nº 321095/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência I, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 676/2015

PORTARIA Nº 676, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Carlos Alberto da Silva, matrícula nº 307050/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Música, nível 232, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 232, referência G, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 677/2015

PORTARIA Nº 677, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor João Luiz de Jesus, matrícula nº 312053/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Música, nível 232, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 232, referência G, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 678/2015

PORTARIA Nº 678, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Laercio Carlos Fachin, matrícula nº 312940/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência F, conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 309, referência G, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 679/2015

PORTARIA Nº 679, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Leni Meine, matrícula nº 313203/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência H, conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 309, referência I, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 680/2015

PORTARIA Nº 680, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Marilene Becker, matrícula nº 315338/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência G, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 681/2015

PORTARIA Nº 681, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Tânia Maria Surdi, matrícula nº 100790/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário de Gabinete, nível 269, J, conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 269, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 682/2015

PORTARIA Nº 682, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Josimara Poggere, matrícula nº 312509/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Informática, nível 231, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 231, referência G do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

RESOLUÇÃO 001/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

Aprova a reprogramação dos saldos financeiros referente aos recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei Complementar nº 026, de 17 de novembro de 1995;
Considerando a Lei n.º 8.742/93, LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social;

Resolve:

Art. 1º Fica aprovada a reprogramação dos saldos financeiros oriundos do FNAS.

Art. 2º IGD-SUAS o saldo é do valor de 2.259,83 (dois mil e duzentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos) que será utilizado na manutenção de atividades para aprimoramento do SUAS no município e atividades de capacitação dos trabalhadores do SUAS.

Art. 3º IGD-PBF tem um saldo de 5.742,12 (cinco mil e setessentos e quarenta e dois reais e doze centavos). o valor será aplicado na manutenção das atividades de aprimoramento do Programa Bolsa Família e do Cadastro único

Artº 4º Proteção Social Básica somam um valor de R\$ 31.600,79 (Trinta e Um Mil e Seiscentos Reais e Setenta e Nove Centavos). Sendo que R\$ 13.360,15 (Treze Mil e Trezentos e Sessenta Reais Cinze Centavos) são recursos do Piso Básico Variável – PBV I (Pro-Jovem), R\$ 147,45 (Cento e Quarenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos) são recursos do Piso Básico Variável – PBV II e R\$ 18.093,19 (Dezoito Mil e Noventa e Três Reais e Dezenove Centavos) são recursos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Todos os recursos acima citados serão utilizados, conforme reordenamento federal, na manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos sendo investido em material de consumo e serviços de terceiros. O valor de R\$ 28.222,16 (Vinte e Oito Mil e Duzentos e Vinte e Dois Reais e Dezesesseis Centavos) são recursos do Piso Básico Fixo – PBF I que serão aplicados em material de consumo, serviços de terceiros e pagamento de pessoal para o desenvolvimento das atividades do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Art. 5º Proteção Social Especial, o saldo total é de R\$ 57.360,61 (Cinquenta e Sete Mil e Trezentos e Sessenta Reais e Sessenta e Um Centavos). Sendo que R\$ 15.464,04 (Quinze Mil e Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Quatro Centavos) são recursos do Piso Variável de Média Complexidade – PVMC (PETI) que, conforme orientação do reordenamento federal, serão aplicados nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV. O valor de R\$ 31.655,38 (Trinta e Um Mil e Seiscentos e Cinquenta e Cinco Reais e Trinta e Oito Centavos) são recursos do Piso Fixo de Média Complexidade – PFMC I e serão aplicados em material de consumo, serviços de terceiros e pagamento de recursos humanos para o desenvolvimento das atividades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. O valor de R\$ 2.054,12 (Dois Mil e Cinquenta e Quatro Reais e Doze Centavos) são recursos do Piso de Transição de Média Complexidade – PTMC que serão repassado para a APAE para custeio do Programa “Prevenindo e acompanhando a pessoa com deficiência, sua família e cuidadores”, conforme aprovação do CMAS. O valor de R\$ 23.651,11 (Vinte

e Três Mil e Seiscentos e Cinquenta e Um Reais e Onze Centavos) são recursos do Piso de Alta Complexidade I e serão aplicados em material de consumo e serviços de terceiros no Acolhimento Institucional – Abrigo Cialar.

Art.6º ACESSUAS somam um total de R\$ 108.293,96 (Cento e Oito Mil e Duzentos e Noventa e Três Reais e Noventa e Seis Centavos) e serão reprogramados pagamento de material de consumo, serviços de terceiros e pagamento de pessoal para execução do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 26 de fevereiro de 2015.
LUCIANA CRISTINA BUSSACRO SOCCOL
Presidente

RESOLUÇÃO 002/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

Aprovação da Prestação de Contas dos recursos estaduais recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS no ano de 2014 para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei Complementar nº 026, de 17 de novembro de 1995;

Considerando a Lei n.º 8.742/93, LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social;

Considerando a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011;

Resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Prestação de Contas dos Recursos Estaduais recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS no ano de 2014 para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 24 de fevereiro de 2015.
LUCIANA CRISTINA BUSSACRO SOCCOL
Presidente

RESOLUÇÃO 003.2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 03/2015

Dispõe sobre aprovação do Plano de Ação 2015 para cofinanciamento do Governo Federal para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 21 de maio de 2015, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 026/1995, e Considerando a Lei n.º 8.742/93, LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social;

Considerando a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011;

Considerando que uma das atribuições do CMAS é acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social, bem como zelar pela implementação e efetivação do SUAS e acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos;

Resolve:

Art. 1º Aprovação do Plano de Ação 2015 para cofinanciamento do Governo Federal para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 2º O Plano de Ação é um instrumento de planejamento utilizado para ordenar e garantir o lançamento e validação anual das informações necessárias ao início ou a continuidade da transferência regular automática de recursos do cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal.

Capinzal (SC), 23 de maio de 2015

LUCIANA CRISTINA BUSSACRO SOCCOL

Presidente

DANIELA BORTOLI

Secretária

RESOLUÇÃO 004.2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

Aprova o Demonstrativo dos Serviços/Programas, IGD PBF E IGD SUAS referente ao ano de 2014.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei Complementar nº 026, de 17 de novembro de 1995;

Considerando que uma das atribuições do CMAS é exercer a orientação e o controle do Fundo Municipal de Assistência Social, bem como acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos;

Resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Demonstrativo dos Serviços/Programas, IGD PBF e IGD SUAS referente ao ano de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 23 de maio de 2015

LUCIANA CRISTINA BUSSACRO

Presidente

DANIELA BORTOLI

Secretária

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 71/2015

DECRETO N. 071/2015

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FHS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, Lei municipal n. 1.153/2008 e Lei Municipal nº 1.185/2009.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, composto por oito (8) titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes para mandato de dois anos, conforme segue:

Representantes da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento:

Titular: Nilmar Bonafé

Suplente: Vanderlei Taffarel

Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:

Titular: Eloir João Dalmagro

Suplente: Valdecir Giacomelli

Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Siumara Giacomelli Mucelini

Suplente: Cenira Mayer de Quadros

Representantes da Associação Comercial e Industrial de Caxambu do Sul - ACIAC:

Titular: Mônica Segatto Scalcon

Suplente: Wanderson Chiarello

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxambu do Sul/SC:

Titular: Antônio Arcangelo Marcante

Suplente: Rovair Baiotto

Representantes dos Servidores Públicos Municipais de Caxambu do Sul/SC:

Titular: Ivan Luiz Pompeo

Suplente: Amarildo Didomênico

Representantes da Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul/SC:

Titular: Osvaldo Huntemam

Suplente: Célio de Mello

Representantes do Movimento das Mulheres Camponesas de Caxambu do Sul

Titular: Julia Paes da Silva

Suplente: Dirlei Ziliotto

Art. 2º . Os membros do Conselho, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º . Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º . Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 121/2013.

Caxambu do Sul/SC 16 de Julho de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 86/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI - EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de Gêneros Alimentícios (merenda escolar), no atendimento a todas as escolas da rede municipal de Cocal do Sul.

Assinatura: 13/07/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

DECRETO SAF/Nº 336/15 DE 14/07/2015

DECRETO SAF/Nº. 336/15, de 14 de julho de 2015.

AUTORIZA O REAJUSTE DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO E DEMAIS SERVIÇOS DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o parágrafo único do art. 9º, da Lei nº. 009, de 16 de março de 1993.

DECRETA:

Art. 1º As Tarifas de Água e Esgoto, bem como os demais Serviços Prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, passam a ser os constantes das tabelas anexas ao presente Decreto.

Parágrafo único. O valor das tarifas estabelecidas por este decreto somente poderão incidir sobre as contas vencíveis a partir de 20 de setembro de 2015.

Art. 2º As tabelas mencionadas no Art. 1º, são partes integrantes deste decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto SAF/Nº. 309/14, de 09 de junho de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de julho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA

SAMAE DE COCAL DO SUL (SC)

ANEXO DO DECRETO Nº 336/2015

TARIFAS DE ÁGUA

O valor da tarifa estabelecida por este Decreto somente poderá incidir sobre as contas vencíveis a partir de 20/09/2015.

CATEGORIA - "A" – RESIDENCIAL/DOMICILIAR	VALORES TARIFÁRIOS
FAIXA DE CONSUMO	
Até 10m³ 29,50	
De 11m³ a 15m³ 29,50	4,70 p/m³ excedente de 10m³
De 16m³ a 20m³ 53,00	5,40 p/m³ excedente de 15m³
De 21m³ a 30m³ 80,00	6,00 p/m³ excedente de 20m³

De 31m³ a 40m³ 140,00	6,80 p/m³ excedente de 30m³
Acima de 40m³ 208,00	7,60 p/m³ excedente de 40m³
CATEGORIA - "B"- COMERCIAL E PODERES PÚBLICOS	
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS
Até 15m³ 55,85	
Acima de 15m³ 55,85	6,45 p/m³ excedente de 15m³
CATEGORIA - "C" - INDUSTRIAL	
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS
Até 25m³ 87,70	
Acima de 25m³ 87,70	6,55 p/m³ excedente de 40m³

Observações:

1 - Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos exposições, etc, equiparam-se as de Categoria Comercial.

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA
SAMAE DE COCAL DO SUL (SC)
ANEXO DO DECRETO Nº 336/2015

OUTRAS TAXAS

RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA	
No cavalete por falta de pagamento	R\$ 35,00
AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS:	
Por solicitação do usuário	R\$ 28,80
DESLIGAÇÃO:	
Por solicitação do usuário	R\$ 20,70
CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES ETC:	
Custo fixo de consumo até 15 dias	R\$ 248,60
Custo fixo mensal para permanência superior a 15 dias	R\$ 455,80
CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA:	
De encanador	R\$ 14,30
De auxiliar	R\$ 9,70
DESLOCAMENTO DO CAVALETE:	
Por solicitação do usuário	R\$ 35,00
AVISO DE CORTE:	
(art. 73 parágrafo 1.letra a e parágrafo 3.)	R\$ 7,50
TAXA DE EXPEDIENTE:	
Emissão de 2.via de conta de água	R\$ 6,10
ANÁLISE DE ÁGUA:	
Análise Físico-químico	R\$ 51,75
Análise Bacteriologia	R\$ 62,00
HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO	
Valor das peças empregadas mais taxas de aferição	
Hidrômetro	R\$ 97,20

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA
SAMAE DE COCAL DO SUL (SC)
ANEXO DO DECRETO Nº 336/2015

INFRAÇÕES

ITEM	INFRAÇÕES	VALOR EM R\$
01	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto.	R\$ 437,25
02	Ligações clandestinas.	R\$ 437,25
03	Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo.	R\$ 437,25
04	Interconexão da inst. predial com canalizações de água ou outra procedência.	R\$ 437,25
05	Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia.	R\$ 420,85
06	Ligações de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial	R\$ 858,10
07	Lançamento de águas pluviais na instalação de esgotos do prédio	R\$ 420,85
08	Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio.	R\$ 858,10
09	Início de obras de instalação de água e /ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMAE.	R\$ 1.798,15
10	Alteração de projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjunto de edificações, sem prévia autorização do SAMAE.	R\$ 1.229,75

11	Religação por conta própria da derivação predial	R\$ 437.25
12	Impontualidade no pagamento de tarifas devidas ao SAMAE.	2 %

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA
SAMAE DE COCAL DO SUL (SC)
ANEXO DO DECRETO Nº 336/2015

LIGAÇÕES DE ÁGUA

ATÉ 25mm

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO	VALOR TOTAL
A VISTA	-	166,00
02 pagamentos	84,50	169,00
03 pagamentos	57,00	171,00
04 pagamentos	42,75	171,00
05 pagamentos	34,20	171,00
06 pagamentos	28,50	171,00

OBS. Com diâmetro acima de 25mm será feito orçamento prévio de acordo com o diâmetro a instalar.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de julho de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/Nº 337/15 DE 14/07/2015

DECRETO SAF/Nº. 337/15, de 14 de julho de 2015

AUTORIZA O REAJUSTE DA TARIFA DE ÁGUA PARA AVIÁRIOS COM CRIAÇÃO DE AVES PARA CORTE OU POSTURA, NO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o parágrafo único do art. 9º, da Lei nº. 009, de 16 de março de 1993.

DECRETA:

Art. 1º A tarifa instituída pelo Decreto SAF/Nº 402/05, de 13 de julho de 2005, passa a valer R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos).

Art. 2º. O valor da tarifa estabelecida por este decreto somente poderá incidir sobre as contas vencíveis a partir de 20 de setembro de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto SAF/Nº. 310/14, de 09 de junho de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de julho de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de bolsa infantil para distribuição as gestantes da rede do Sistema único de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 04/08/2015.

Abertura: dia 05/08/2015, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 16 de julho de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2015 - PMC

Objeto: Aquisição de palanque em madeira plástica confeccionada em material 100% reciclado para fixação de placas de sinalização viária em diversas vias do município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 31/07/2015.

Abertura: dia 31/07/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 15 de Julho de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

DECRETO Nº 580/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 580/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Concede Promoção Horizontal a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração,

e considerando as avaliações efetuadas pelas comissões especialmente designadas.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento efetivo do Quadro de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B:

I – ANDRE LUIS ZANELATTO, ocupante do cargo de Agente de Autoridade de Trânsito, com efeitos retroativos a 2 de abril de 2015;

II – CLEUSA APARECIDA LICHESKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 4 de maio de 2015;

III – ELISABETE FALKOSKI, ocupante do cargo de Orientador de Informática, com efeitos retroativos a 5 de junho de 2015;

IV – MARLOU AUGUSTO GALLIANI, ocupante do cargo de Orientador de Informática, com efeitos retroativos a 2 de abril de 2015;

V – NEURI JOSE DE AGOSTINI, ocupante do cargo de Servente Braçal, com efeitos retroativos a 24 de março de 2015;

VI – SERGIO ALEXANDRE HACK, ocupante do cargo de Orientador de Informática, com efeitos retroativos a 2 de abril de 2015;

VII – VERENITE RITTA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 1º de março de 2015;

VIII – VIVIANE PALKEWICH HOFFMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 13 de abril de 2015;

IX – WILLIAN CEZAR NESPOLO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com efeitos retroativos a 12 de maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de junho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 581/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 581/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora DAIANE SCHWANTES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora DAIANE SCHWANTES, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, a partir de 29 de junho de 2015.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de junho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 582/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 582/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 2/2014.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 2/2014, de 25 de junho de 2014;

- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica fixado em "4" (quatro) o número de vagas para o cargo de Técnico Legislativo, disponibilizadas no Edital nº 2/2014.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de junho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 583/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 583/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 699/2013, de 24 de julho de 2013 e alteração, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.156, de 5 de março de 2010, nos Decretos nºs. 5.472, de 15 de março de 2010 e alteração e 5.515 de 9 de julho de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 699/2013, de 24 de julho de 2013 e alteração, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS, terá os seguintes dispositivos alterados:

I – a alínea "c" do inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) CLELIO IVO DAL PIAZ;" (NR)

II – o inciso II do parágrafo único do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"II – ANALU SLONGO – Assessora de Imprensa." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de junho de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 584/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 584/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Concede abono de permanência à servidora MARINES GIRARDI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à servidora MARINES GIRARDI, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 5894-00, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de junho de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 22 de junho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 585/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 585/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora SOLANGE CAIN BOIANI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora SOLANGE CAIN BOIANI, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 18 de junho de 2015.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de junho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 586/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 586/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora NEIDE MARIA FILBER VIEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, à servidora NEIDE MARIA FILBER VIEIRA, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 5 de novembro de 2007 a 4 de novembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de junho de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 587/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 587/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Dá nova redação a alínea "a" do inciso VI do art. 2º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam comissões especiais; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; nos arts. 20 a 27 e 33 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e nos Decretos nºs. 4.068, de 26 de janeiro de 1999 e 5.705, de 14 de maio de 2012.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "a" do inciso VI do art. 2º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam comissões especiais com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais, para efeitos de estágio probatório e avaliação de desempenho para fins de Promoção Horizontal, passa a vigorar com a seguinte redação, a partir de 1º de julho de 2015:

"Art. 2º (...)

a) presidente: LILIAN DE MATTOS;" (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida à servidora LILIAN DE MATTOS, ocupante do cargo Secretário Escolar, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, a partir de 1º de julho de 2015, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de junho de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 588/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 588/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor ANDRE RIVADAVIA ALVES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei

Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, ao servidor ANDRE RIVADAVIA ALVES, ocupante do cargo de Médico Veterinário, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de agosto de 2002 a 31 de julho de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

RUIIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 24 de junho de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 589/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 589/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Designa JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO, para responder pelo cargo de Diretor Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO, ocupante do cargo de Encarregado da Seção Legislativa, para responder pelo cargo de Diretor Administrativo, no período de 24 de junho a 5 de julho de 2015, enquanto perdurar o afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 24 de junho de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 590/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 590/2015, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor JOÃO BARBOSA COSTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 3.150 dias, ou seja: 8 (oito) anos, 7 (sete) meses e 20 (vinte) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor JOÃO BARBOSA COSTA, ocupante do cargo de Médico, matrícula 6505-08, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 10 de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de junho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 591/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 591/2015, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSEMARI SECCO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos, nos meses de julho a setembro de 2015, à servidora ROSEMARI SECCO, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 32697-00, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I – 1 (um) mês, pertinente ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2003 a 1º de fevereiro de 2008;

II – 2 (dois) meses, pertinentes ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2008 a 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de junho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 592/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 592/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Nomeia LUANA LIS REDECKER KUNRATH no cargo de Técnico Legislativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 9º, I, 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LUANA LIS REDECKER KUNRATH, no cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 593/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 593/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Nomeia ELISANGELA DE SOUZA STRINGHINI no cargo de Agente de Controle Interno.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ELISANGELA DE SOUZA STRINGHINI, no cargo de Agente de Controle Interno, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CLÉLIO IVO DAL PIAZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico e Turismo

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 594/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 594/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Nomeia CAMILA KRUSE no cargo de Agente Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, CAMILA KRUSE, no cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 595/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 595/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Nomeia CRISTIANE SILVEIRA CASADO no cargo de Agente Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, CRISTIANE SILVEIRA CASADO, no cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 596/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 596/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Nomeia MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA no cargo de Técnico Legislativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 9º, I, 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA, no cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Telefonista, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 597/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 597/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Nomeia ADRIANA FRANCISCO DA SILVA WEIRICH no cargo de Agente de Alimentação e Nutrição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ADRIANA FRANCISCO DA SILVA WEIRICH, no cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de

vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 598/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 598/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Nomeia ANGELITA FATIMA FRACASSO no cargo de Agente de Alimentação e Nutrição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ANGELITA FATIMA FRACASSO, no cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 599/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 599/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Nomeia FABIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS no cargo de Agente de Alimentação e Nutrição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, FABIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, no cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 600/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 600/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Nomeia MARIELE COREZZOLLA no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARIELE COREZZOLLA, no cargo de Professor – Educação Especial, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 601/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 601/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Nomeia PABLO LUIS ORLANDINI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, PABLO LUIS ORLANDINI, no cargo de Professor – Educação Física, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 602/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 602/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Nomeia FERNANDA KRÜGER no cargo de Agente Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, FERNANDA KRÜGER, no cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional – GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 603/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 603/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Nomeia MARCOS ANTONIO MIOR no cargo de Agente de Controle Interno.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, MARCOS ANTONIO MIOR, no cargo de Agente de Controle Interno, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 604/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 604/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Nomeia SIMONE CRISTINA DALBELLO DA SILVA no cargo de Assistente Social.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SIMONE CRISTINA DALBELLO DA SILVA, no cargo de Assistente Social, Grupo Ocupacional Especialista – GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 605/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 605/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora JAIRA ZAMPIERON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, à servidora JAIRA ZAMPIERON, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 19 de junho de 2008 a 18 de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 606/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 606/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ROSELAINE ZOTTI BEE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, à servidora ROSELAINE ZOTTI BEE, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 5 de abril de 2010 a 4 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 607/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 607/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SUSANE FATIMA VOLPIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 18 de julho de 2015, à servidora SUSANE FATIMA VOLPIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 5 de maio de 2008 a 4 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 608/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 608/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Dá nova redação à alínea “c” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 45/2015, de 19 de janeiro de 2015, que designa membros para compor a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 1.836, de 16 de maio de 1983 e alterações e nos Decretos nºs. 1.987, de 15 de junho de 1983 e 1.990, de 28 de junho de 1983.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “c” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 45/2015, de 19 de janeiro de 2015, que designa membros para compor a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC, do Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

c) ADERLI ANDOGNINI, representante da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 609/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 609/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Acompanhamento de Processos, a partir de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 610/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 610/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Altera expressão constante no inciso XXVI do art. 1º do Decreto nº 81/2015, de 29 de janeiro de 2015 e alteração, que nomeiam Diretores Escolares.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de dezembro de 2011 e alterações, na Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações e no Decreto nº 4.465, de 4 de julho de 2002 e alterações e considerando o resultado da eleição realizada no dia 29 de novembro de 2014, objeto do Edital de Eleição de Diretores de Unidades Escolares nº 1/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 1º de julho de 2015, a expressão: "a função gratificada" para: "o cargo em comissão", constante no inciso XXVI do art. 1º do Decreto nº 81/2015, de 29 de janeiro de 2015 e alteração, que nomeiam Diretores Escolares.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 611/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 611/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Extingue vínculo institucional.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, VII, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo institucional existente, tendo em vista o falecimento do servidor ARCILDO POPP, ocupante do cargo de Servente Braçal, regime estatutário, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 25 de junho de 2015.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 612/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 612/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 84/2015, de 29 de janeiro de 2015, que interrompe licença remunerada para cursar mestrado, concedida à servidora VANESSA FRIZON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do

Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.10, e 10.12, matrículas 92177-00 e 92177-05" para: "ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 92177-05", constante no art. 1º do Decreto nº 84/2015, de 29 de janeiro de 2015, que interrompe licença remunerada para cursar mestrado, concedida à servidora VANESSA FRIZON.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 613/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 613/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora MARCELA PICININ NESI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARCELA PICININ NESI, do cargo de provimento efetivo de Professor, código 10.12, matrícula 39926-02, a partir de 1º de julho de 2015.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 614/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 614/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre o desligamento da servidora LUCIA MARIA ROSA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica

do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 63 da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de julho de 2015, a servidora LUCIA MARIA ROSA, ocupante do cargo de Coordenadora, função: Creche, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 615/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 615/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre o desligamento do servidor JAIR PAGNO DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 63 da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligado, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de julho de 2015, o servidor JAIR PAGNO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente Operacional, função: Topógrafo Auxiliar, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 616/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 616/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Revoga Promoção Horizontal concedida a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada, a partir de 1º de julho de 2015, a Promoção Horizontal concedida aos servidores Alexandra Matiolo, Marli Pegoraro Balbinot, Mateus Alves da Silva, Sandra Regina Baldi e Sebastião Leninho Schuastz, pelos incisos II, IX, X, XII e XIII do art. 1º do Decreto nº 483/2015, de 22 de maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 617/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 617/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Designa o servidor ANGELO BENINI FANTIN como Gestor de Contratos; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e nos arts. 58, III e 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor ANGELO BENINI FANTIN, como Gestor de Contratos da Administração Pública Municipal Direta, Direta Descentralizada e Autarquia, a partir de 1º de julho de 2015, com as seguintes atribuições:

I – vistar as minutas dos contratos de processos licitatórios;

II – controlar o prazo de vigência dos instrumentos contratuais passíveis de prorrogação e encaminhar a informação à Unidade Administrativa, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do vencimento do Contrato;

III – anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IV – solicitar à Unidade Administrativa competente esclarecimentos de dúvidas relativas aos contratos;

V – colaborar com a Secretaria competente, no acompanhamento do cumprimento pela contratada, do cronograma físico-financeiro dos contratos de obras;

VI – colaborar com a comissão ou servidor responsável, se a entrega de materiais e/ou execução de serviços está de acordo com o previsto no termo contratual;

VII – informar à autoridade competente de ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

VIII – analisar e encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada e com parecer da Unidade Administrativa ou servidor responsável;

IX – informar à Unidade Administrativa, até 15 de dezembro de cada ano, os contratos que ultrapassam o exercício financeiro, visando à obtenção de empenhos para o exercício seguinte;

X – realizar a abertura dos processos administrativos para apuração de faltas ou irregularidades na execução dos contratos;

XI – primar pelo andamento dos processos administrativos descritos no inciso X deste artigo;

XII – proceder à primeira Decisão Administrativa dos processos administrativos.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida ao servidor ANGELO BENINI FANTIN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, gratificação pelo exercício de função de chefia, equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, a partir de 1º de julho de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o inciso I do art. 2º do Decreto nº 893/2014, de 31 de dezembro de 2014 e alteração.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 618/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 618/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Nomeia ANDREA BECKER RUSCHEL DA SILVA no cargo de Encarregada da Seção de Serviços Externos; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora ANDREA BECKER RUSCHEL DA

SILVA, ocupante do cargo de Escriturário, para exercer o cargo de Encarregada da Seção de Serviços Externos – Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provedimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de julho de 2015.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonera da a servidora ANDREA BECKER RUSCHEL DA SILVA, do cargo de provedimento em comissão de Responsável do Setor Administrativo, a partir de 1º de julho de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 619/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 619/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor DARCI BISOGNIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, ao servidor DARCI BISOGNIN, ocupante do cargo de Servente Braçal, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de junho de 2010 a 31 de maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 620/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 620/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora CATIANE ALBIERO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 6 de julho de 2015, à servidora CATIANE ALBIERO, ocupante dos cargos Professor, códigos 10.12, matrículas 39195-06 e 39195-08, gratificação pelo exercício de função de direção, equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre os respectivos vencimentos, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI José Garghetti, com dedicação exclusiva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Administração	Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 621/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 621/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ANDREIA FATIMA VARELA KAHER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, à servidora ANDREIA FATIMA VARELA KAHER, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 13536-02, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de novembro de 2007 a 3 de novembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 622/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 622/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SILVANA PORT KELLER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, à servidora SILVANA PORT KELLER, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de novembro de 2009 a 2 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 623/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 623/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor VILSON CARLOS DO AMARAL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, ao servidor VILSON CARLOS DO AMARAL, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 15 de junho de 2010 a 14 de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 624/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 624/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora BERE-NICE MARIA FLECK.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, à servidora BERE-NICE MARIA FLECK, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 93629-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 625/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 625/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 541/2015, de 5 de junho de 2015, que concede gozo de licença-prêmio à servidora ANA LOURDES FUHR.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX e considerando o disposto na CI DRH 478/2015, de 1º de julho de 2015, da Diretoria de Recursos Humanos.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: “no mês de julho de 2015” para: “no mês de agosto de 2015”, constante no art. 1º do Decreto nº 541/2015, de 5 de junho de 2015, que concede gozo de licença-prêmio à servidora ANA LOURDES FUHR.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 626/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 626/2015, DE 6 DE JULHO DE 2015.

Acresce inciso XV ao parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 223/2015, de 27 de fevereiro de 2015, que constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido inciso XV ao parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 223/2015, de 27 de fevereiro de 2015, que constitui e designa comissão especial com a incumbência de efetuar o acompanhamento e recebimento de obras e serviços de engenharia, como: construções, reformas, pavimentação asfáltica e pavimentação com paralelepípedos, com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

XV – JONAS TOIGO BITTENCOURT.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 6 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5982

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.982, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Altera expressão constante no inciso I do art. 1º do Decreto nº 5.973, de 28 de abril de 2015, que concede cesta alimentação e peru a servidores municipais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 4.750, de 28 de abril de 2015 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: “fevereiro” para “janeiro”,

constante no inciso I do art. 1º do Decreto nº 5.973, de 28 de abril de 2015, que concede cesta alimentação e peru a servidores municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 11/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 11/2015

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso de suas atribuições legais, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Processo Seletivo Público nº 10/2015, de 10 de julho de 2015.

Fica alterada para: "Cadastro de Reserva", o número de vagas para a Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Estados, constante no item 3 – Do número de vagas.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 15 dias do mês de julho de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 1/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 1/2015

ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica nº 1/2015, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor João Girardi e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA JACOB BIEZUS, inscrita no CNPJ sob nº 00.791.250/0001-97, representada pelo seu Presidente, senhor MARCOS PAULO LUCKWER.

OBJETO: Cooperar com o desenvolvimento das atividades da COOPERADA, coloca à disposição da mesma a área de terras de 676,11m2, onde está edificado o recreio coberto da Escola Básica Municipal Irmão Miguel, com área construída de 629,30m2, situada na Rua Andorinhas, Concórdia SC.

PRAZO: até 31.12.2016, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 22 de junho de 2015.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 1/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO O SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 1/2015

ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 1/2015, firmado em 12 de janeiro de 2015, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, representada pelo seu Presidente, senhor NADIR MATTIELLO.

OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) à Cláusula Terceira – da Participação do Município.

DATA DA ASSINATURA: 1º de julho de 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 699

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 699, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Associação de Moradores do Bairro Arvoredo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso, com prazo a ser fixado no respectivo Termo, da área de terras de 2.785,01m2, com a Associação de Moradores do Bairro Arvoredo, inscrita no CNPJ sob nº 01.331.178/0001-88, destinada à edificação de centro comunitário, caracterizada como: área para equipamentos públicos, do Loteamento Balsan, Bairro Arvoredo, registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 26.328, Livro nº 2.

Art. 2º Nos termos do art. 88 § 1º, da Lei Orgânica do Município e caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, fica dispensada/inexigida a realização de licitação para a referida concessão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de junho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

LEI ORDINARIA Nº 4775

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.775, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei nº 4.373, de 14 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as normas e institui o Programa de Prevenção e Controle de Zoonoses, mediante desenvolvimento de ações para controle da população de animais domésticos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica acrescido parágrafo único ao art. 15 da Lei nº 4.373, de 14 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as normas e institui o Programa de Prevenção e Controle de Zoonoses, mediante desenvolvimento de ações para controle da população de animais domésticos, com a seguinte redação:

“Art. 15. (...)

Parágrafo único. Excluem-se da vedação constante neste artigo os animais pertencentes aos grupos dos bovinos e equinos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças	ALESSANDRO VERNIZE Secretário Municipal de Saúde

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de junho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

LEI ORDINARIA Nº 4776

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.776, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Altera expressão constante no inciso I do art. 5º da Lei nº 4.750, de 28 de abril de 2015, que dispõe sobre a revisão geral anual das remunerações, o pagamento do auxílio-alimentação, a concessão de abono e de cesta alimentação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica alterada a expressão: “fevereiro” para: “janeiro”, constante no inciso I do art. 5º da Lei nº 4.750, de 28 de abril de 2015, que dispõe sobre a revisão geral anual das remunerações, o pagamento do auxílio-alimentação, a concessão de abono e de cesta alimentação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

LICENÇA Nº 1/2015

LICENÇA Nº 1/2015

A Secretária de Administração do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978 e obedecidas as disposições constantes nas Portarias do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM de nºs. 266, de 10 de julho de 2008 e 564, de 19 de dezembro de 2008, resolve conceder à empresa SANTASUL PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA. – ME, inscrita no CNPJ sob nº 21.157.133/0001-46, Inscrição Estadual nº 257.474.404, registro na Junta Comercial sob nº 42.205.241.918, com sede na Rua Tancredo de Almeida Neves, 4.131, Bairro São Cristóvão, no Município de Concórdia, SC, LICENÇA para extração de basalto, na localidade de Linha dos Coqueiros, Município de Concórdia, SC, em terreno de propriedade da requerente, pelo prazo de 30 (trinta) anos, a partir desta data, numa área de 11,25 hectares, cujas coordenadas geográficas (Lat/Long) no DATUM SIRGAS – 2000, são as seguintes, a partir do vértice 1 (um):

Memorial Descritivo		
Vértice	Latitude	Longitude
01	- 27°11'48"084	- 51°57'25"520
02	- 27°11'54"172	- 51°57'25"520
03	- 27°11'54"172	- 51°57'36"421
04	- 27°11'41"986	- 51°57'36"421
05	- 27°11'41"986	- 51°57'25"520
01	- 27°11'48"084	- 51°57'25"520

A presente licença fica condicionada à licença ambiental fornecida por órgão competente.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia, aos 9 dias do mês de julho de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 118/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 118/2015, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Transportes, na CI SEMUT 47/2015, protocolizada em 26 de junho de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor AMARILDO DE ARAUJO, ocupante do cargo de Agente de Manutenção, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 1º a 15 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 119/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 119/2015, DE 1º DE JULHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – ADRIANA ALBERTI PAGLIOCHI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 90050-02 e 90050-03, no período de 1º a 15 de julho de 2015;

II – ANDIARA SGARABOTTO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 102008-00 e 102008-06, no período de 1º a 15 de julho de 2015;

III – CLAUDIA RUECKERT, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 16 de julho de 2015;

IV – GIANE MARTELLO, ocupante do cargo de Pedagogo, no período de 1º a 15 de julho de 2015;

V – JANICE PAULA DE FRANCESCHI GASPERINI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 21 de julho de 2015;

VI – JOSIANE WIERZYNSKI PIOVEZAN, ocupante do cargo de Psicólogo, no período de 1º a 15 de julho de 2015;

VII – MARCIO SOARES, ocupante do cargo de Motorista, no período de 1º a 15 de julho de 2015;

VIII – RAFAELI DE MOURA MONTEMEZZO DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20 a 26 de julho de 2015;

IX – SAIONARA JUDITH MARION RODRIGUES PINTO, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Ensino Fundamental I, no período de 14 a 28 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 344/2015

DECRETO N. 344/2015 DE 13 DE JULHO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. DANIELA BORTESE , Agente Comunitária de Saúde – 40h semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de julho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 346/2015

DECRETO Nº 346/2015, DE 14 DE JULHO DE 2015

“ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 342/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto Nº 342/2015 no seguinte termo:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Concede 05 (cinco) dias consecutivos de licença por falecimento da mãe, à Sra .SALETE VARNIER ZANLUCHI , ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 10/07/2015 à 14/07/2015.

LEIA-SE:

Art. 1º Concede 05 (cinco) dias consecutivos de licença por falecimento da mãe, à Sra .SALETE VARNIER ZANLUCHI , ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 09/07/2015 à 13/07/2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 14 de julho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO PP 43/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, e o Fundo Municipal de Saúde através da sua gestora, tornam público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 80/2015.

Pregão Presencial R.P. n. 43/2015.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviço de lavagem de veículos, caminhões, máquinas e implementos para manutenção das atividades das secretarias solicitantes.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 29/07/2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 29/07/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br e no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC 16 de julho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

LEI N. 1144/2015

LEI N. 1144/2015

"Aprova o Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos - PMGIRS - do Município de CORDILHEIRA ALTA e dá outras providências."

Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial aos dispositivos da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei.

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos - PMGIRS - do Município de Cordilheira Alta, nos termos do ANEXO I desta Lei.

I – Fazem parte do anexo I desta Lei os Volumes I, II e III.

II – O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos apresenta metas a serem desenvolvidas, podendo sofrer alterações.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, com a participação das Secretarias Municipais, da Câmara de Vereadores e da sociedade civil realizará o acompanhamento e a avaliação da implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PMGIRS.

Art. 3º O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual serão elaborados de modo a dar suporte ao alcance dos objetivos e das metas constantes do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

ATA PROCESSO 73/2015 - PP 37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo,27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 37/2015 - PR
	Processo Administrativo: 73/2015 Processo de Licitação: 73/2015 Data do Processo: 30/06/2015

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE SAÚDE - VARIZES E OTORINOLARINGOLOGIA.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 14 de Julho de 2015, às 09:43 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 73/2015, Licitação nº 37/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aberta a sessão pela pregoeira, a mesma saudou os membros da equipe de apoio e informou aos mesmos que duas empresas protocolaram envelopes sem que nenhum representante permanecesse para a abertura da sessão. Logo após procedeu-se a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, que após rubricadas e analisadas constou-se que foi registrado o valor total da proposta equivocadamente pela empresa FERNANDO BONETTO SCHINKO, sendo o valor registrado R\$ 39.600,00 e o valor correto da soma R\$ 49.600,00, equívoco este que não inabilitará a empresa para o presente certame. A proposta apresentada pela empresa BANA E SCHERER ENDOCRINOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA apresentou a proposta dentro do exigido no edital.

LOTE: 1**Participante: 1917 - FERNANDO BONETTO SCHINKO ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO MÉDICO CIRURGICO PARA CIRURGIA DE VARIZES UNILATERAL	un	40,00		0,0000	900,00	36.000,00
2	ECODOPLER UNILATERAL	un	40,00		0,0000	340,00	13.600,00

Total do Participante -----> **49.600,00**

LOTE: 2**Participante: 1351 - BANA E SCHERER ENDOCRINOLOGIA E OTORRINOLAR. S/S**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	SERVIÇOS MÉDICO CIRURGICO PARA REALIZAÇÃO CIRURGIAS OTORRINOLARINGOLÓGICAS: ADENOIDECTOMIA, AMIGDALECTOMIA, ADENOAMIGDALECTOMIA, ADENOIDECTOMINA OU ADENOAMIGDALECTOMIA COM TUBO DE VENTILAÇÃO, SEPTOPLASTIA COM OU SEM TURBINECTOMIA, TIMPANOPLASTIA, TIMPANO-MASTOIDECTOMIA, SINUSECTOMIA.	un	15,00		0,0000	900,00	13.500,00

Total do Participante -----> **13.500,00**

Total Geral -----> **63.100,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04
R. Celso Tozzo,27
C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 37/2015 - PR**

Processo Administrativo: 73/2015
Processo de Licitação: 73/2015
Data do Processo: 30/06/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 14 de Julho de 2015

COMISSÃO:

MICHELE ENDLER	- - Pregoeiro(a)
SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI	- - SECRETARIA
CACHTIUZE MAGNANTI	- - MEMBRO
KELLY CRISTINA RANZAN	- - MEMBRO
OSNI COLPANI	- - MEMBRO
IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI	- - MEMBRO
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN	- - MEMBRO

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº139 DE 13 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº139 DE 13 DE JULHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORA APROVADA EM AVISO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, e

Considerando a licença gestante da servidora Carla Ravarena;

Considerando o resultado final de classificação por cargo relativo ao aviso público nº003/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente através do aviso público nº 003/2015, a servidora abaixo relacionada, iniciando as atividades em 13/07/2015 até término de Licença Gestante da Servidora Carla Ravarena ou até homologação de processo seletivo, podendo ocorrer a rescisão antecipada a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público, conforme especificado no quadro a seguir:

SERVIDORA	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA
KELLIN DAGMAR CASSOL	PROFESSOR ÁREA III - ARTES	10 HS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 13 de Julho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

ERRATA DO DECRETO Nº 430/12, DE 03 DE JANEIRO DE 2012, QUE REGULAMENTA A PRESTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SANEAMENTO NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERRATA DO DECRETO Nº 430/12, DE 03 DE JANEIRO DE 2012, QUE REGULAMENTA A PRESTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SANEAMENTO NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ONDE SE LÊ:

ERRATA DO DECRETO Nº 430/12, DE 03 DE JANEIRO DE 2012, QUE REGULAMENTA A PRESTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SANEAMENTO NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEIA-SE:

ERRATA DO DECRETO Nº 430/12, DE 03 DE JANEIRO DE 2012, QUE REGULAMENTA A PRESTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SANEAMENTO NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Corupá, 16 de julho de 2015.

LEI Nº 2189/15

LEI Nº 2189/15

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de infraestrutura e pavimentação asfáltica.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Parágrafo único: Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 15 de julho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos quinze dias do mês de julho de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3415/2015

TERMO DE ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

Processo RH n. 010/2015

Interessado: MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Assunto: Sindicância Administrativa para apurar os fatos narrados pelo servidor público Fábio Farias ao Ministério Público, nos autos do ICP n. 06.2015.00001084-5.

Conforme consta nos documentos anexos, determino a abertura de Sindicância Administrativa para as providências cabíveis, segundo a legislação vigente.

Corupá/SC, aos 15 de julho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3415/2015

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, conforme preconiza o artigo 191, parágrafo único da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar os fatos narrados pelo servidor público Fábio Farias, trabalhador braçal (matrícula profissional n. 5671-02), perante ao Ministério Público, nos autos do Inquérito Civil Público n. 06.2015.00001084-5, referente a possível desvio de roupas doadas pela Receita Federal do Brasil.

Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Sindicante será composta pelos servidores:

- SIRLENE MARIA MORAIS, brasileira, solteira, professora, portadora do RG n. 2.763.448 e CPF n. 751.474.089-91, com matrícula profissional n. 4181-02, residente e domiciliado à Rua São Miguel, 467, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-305 – Presidente da Comissão Processante;

- DARCI RUTSATZ, brasileira, solteira, assistente pedagógica, portador do RG n. 1.587.567 e CPF n. 543.769.639-68, com matrícula profissional n. 2390-01, residente e domiciliado à Avenida Getúlio Vargas, 60, na cidade de Corupá/SC;

- ELISABETE DA FONSECA FERREIRA TOMAZELLI, brasileira, casada, assistente pedagógica, portadora do RG n. 1.586.451 e do CPF n. 625.798.199-91, com matrícula profissional n. 6757-03, residente e domiciliada na Rua Ervino Emílio Moreira, na cidade de Corupá/SC, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 15 de julho de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal de Corupá

RESOLUÇÃO Nº 008/2015 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORUPÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORUPÁ
RESOLUÇÃO Nº 008/2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de CORUPÁ.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 14 de Julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 977 de 1994 de 22/12/1994 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Corupá – CMAS, e pela Lei Municipal nº 2188 de 08/07/2015 que institui o Fundo Municipal de Assistência Social de Corupá – FMAS.

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito

de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS .

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 26.073,65 (vinte e seis mil, setenta e três reais e sessenta e cinco centavos), referente ao ano de 2015, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

() 10% para custeio e 90% para investimento
() 90% para custeio e 10% para investimento
() 50% para custeio e 50% para investimento
() 30% para custeio e 70% para investimento
(X) 70% para custeio e 30% para investimento

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 14 de julho de 2015.

Celso Garcia

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

RESOLUÇÃO Nº 009/2015 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORUPÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORUPÁ
RESOLUÇÃO Nº 009/2015

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 1.464,86.

Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de situações de vulnerabilidade temporária (descrever em que serão aplicados recursos, ou seja, indicar se: auxílio funeral, natalidade, situações de vulnerabilidade temporária e/ou de calamidade pública);

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 14 de julho de 2015.

Celso Garcia

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

RESOLUÇÃO Nº 009/2015 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORUPÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORUPÁ
RESOLUÇÃO Nº 009/2015

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 1.464,86.

Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de situações de vulnerabilidade temporária (descrever em que serão aplicados recursos, ou seja, indicar se: auxílio funeral, natalidade, situações de vulnerabilidade temporária e/ou de calamidade pública);

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 14 de julho de 2015.

Celso Garcia

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

RESOLUÇÃO Nº 07/2015. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORUPÁ

RESOLUÇÃO Nº 07/2015.

Convoca a VI Conferência Municipal de Assistência Social

O Secretário Municipal de Assistência Social, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município, CONVOCA:

Art. 1º Fica convocada a VI Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 29 de Julho de 2015, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026. PACTO REPUBLICANO NO SUAS RUMO A 2026: O SUAS QUE TEMOS E O SUAS QUE QUEREMOS"

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 02 de Julho de 2015.

FELIPE RAFAEL RODRIGUES

Secretário Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

CELSONO GARCIA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 10/2015 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORUPÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORUPÁ
RESOLUÇÃO Nº 10/2015

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a Lei nº 2188/15 datada de 08 de Julho de 2015.

Art. 2º A Lei refere-se à criação e regulamentação do Fundo Municipal de Assistência Social de Corupá.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 14 de Julho de 2015.

Celso Garcia

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 06/2015 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 06/2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Dionísio Cerqueira - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 14 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 4.296/13, de 02/12/2013, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 76.032,00 (setenta e seis mil, trinta e dois reais), sendo que 50% destina-se para investimento e 50% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/ 2009:

I – Os recursos serão utilizados para a execução do PAEFI.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 14 de julho de 2015.

Elsa de Paula Dos Santos
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO 07/2015 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 07/2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Dionísio Cerqueira - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 14 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 4.296/13, de 02/12/2013, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito

de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 26.073,65 (vinte e seis mil, setenta e três reais com sessenta e cinco centavos), referente ao ano de 2015, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

- () 10% para custeio e 90% para investimento
- () 90% para custeio e 10% para investimento
- () 50% para custeio e 50% para investimento
- (X) 30% para custeio e 70% para investimento
- () 70% para custeio e 30% para investimento

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 14 de julho de 2015.

Elsa De Paula Dos Santos
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO 08/2015 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 08/2015

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de 4.654,17 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais com dezessete centavos).

Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de auxílio funeral, natalidade, situações de vulnerabilidade temporária e/ou de calamidade pública;

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 14 de julho de 2015.
Elsa de Paula Dos Santos
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO 09/2015 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 09/2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Dionísio Cerqueira - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 14 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 4.296/13, de 02/12/2013, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 20.897,75 (vinte mil, oitocentos e noventa e sete reais com setenta e cinco centavos), sendo que 90% destina-se para investimento e 10% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, nas modalidades de Acolhimento Institucional, dispostos da seguinte forma: I – Serviço de Acolhimento Institucional, sendo 90% para investimento e 10% para custeio.

Art. 3º O gestor da política de assistência social deve assumir o compromisso e a responsabilidade com o reordenamento da oferta de serviços para na modalidade Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 14 de julho de 2015.
Elsa de Paula Dos Santos
Presidente do CMAS

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 037/2015

Edital de Tomada de Preço nº 005/2015

Objeto: Execução de 3.761,82m² pavimentação asfáltica com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado Quente) em Estradas Municipais.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 30/07/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012A_2015-FMS

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0021A/2015 – SF
Registro de Preços nº 0020/2015
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação futura de empresa do ramo para coleta, transporte e destinação de resíduos sépticos; serviço de hidro-jateamento com equipamento combinado; e serviço com caminhão alto-vácuo para sucção e desentupimento de redes com limpeza de tanques de elevatórias, para prestação de serviços ao Órgão Gerenciador (SANEFRAI).

RETIFICAÇÃO: Fica retificado o nº do registro de Preços: Onde Se Lê: Registro de Preços 0020 – LEIA-SE: Registro de Preços 0011
Desta forma, como tal alteração não afetará a formulação das propostas, permanece o prazo inicialmente estabelecido, ou seja, dia 22/07/2015 às 09:15. O credenciamento deverá ser feito junto ao Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC, até as 09:15 horas do dia 22/07/2015, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de julho de 2015
Eloi Regalin
Presidente da SANEFRAI

PORTARIA Nº 1564/2015

PORTARIA Nº 1564, DE 16 DE JULHO DE 2015.
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 327.795.578-85, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 11406, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT15PMF88, Processo Administrativo Licitatório nº 0132/2015, Tomada de Preços nº 0012/2015, cujo objeto é a reforma do refeitório, sala de jogos e área de serviço da Escola Básica Municipal Santo Antônio, localizada na rua Hermes da Fonseca, no Bairro Santo Antônio, com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo/SC, 16 de julho de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1565/2015

PORTARIA Nº 1565, DE 16 DE JULHO DE 2015.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1005/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSENI DE ALMEIDA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o nº 058.851.549-37, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1566/2015

PORTARIA Nº 1566, DE 16 DE JULHO DE 2015.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1067/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSELI FATIMA DOS SANTOS, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o nº 463.561.779-34, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1567/2015

PORTARIA N.º 1567, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1066/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIZETE APARECIDA DA SILVA CAMARGO, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 737.629.979-34, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 20 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1568/2015

PORTARIA N.º 1568, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1063/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VERA LUCIA SANTIAGO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 613.502.149-49, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1569/2015

PORTARIA N.º 1569, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010, de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1062/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VANESA FÁTIMA CHAVES FÉLIX, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 070.247.879-29, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 17 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1570/2015

PORTARIA N.º 1570, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1061/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 065.363.859-00, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1571/2015

PORTARIA N.º 1571, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1060/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TEREZINHA THIBES DE SOUZA, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 310.118.539-49, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1572/2015

PORTARIA N.º 1572, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1059/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SUZANA CRISTINA DOS SANTOS GENUINO, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 085.148.559-64, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1573/2015

PORTARIA N.º 1573, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1058/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOFIA CAROLINA BECKEMBACH MISSEL, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 463.560.889-15, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1574/2015

PORTARIA N.º 1574, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1057/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSONI DE FÁTIMA GONÇALVES RICHTER, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 642.633.639-49, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1575/2015

PORTARIA N.º 1575, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1056/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSEMERI PEREIRA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 022.130.089-90, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1576/2015

PORTARIA N.º 1576, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1055/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSANE MARIA GRAFF, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 996.254.749-00, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 20 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1577/2015

PORTARIA N.º 1577, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1054/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PATRICIA NAZÁRIO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 056.887.809-40, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1578/2015

PORTARIA N.º 1578, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1053/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de OLIVETE MARIZE FUNK, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 036.244.939-22, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1579/2015

PORTARIA N.º 1579, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1052/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NOELI PRATES SILVEIRA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 479.561.279-04, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1580/2015

PORTARIA N.º 1580, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1051/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NICÉLI GOMES SCOLARO, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 304.895.209-87, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2015 até 20 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
N.º 0016 DE 25 DE JUNHO DE 2015**

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Médico Clínico Geral		Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO																																																																											
Código:	1		Área de Atuação:	Geral																																																																											
Disciplina:	Médico Clínico Geral		<p style="text-align: center;"><i>Critérios de Desempate</i></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>1º</th> <th>2º</th> <th>3º</th> <th>4º</th> <th>5º</th> <th>6º</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ordem Classific.</td> <td>1</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Número Inscrição</td> <td>1</td> <td colspan="5">EBER MARTINI JÚNIOR</td> </tr> <tr> <td>Soma de Pontos</td> <td colspan="6">24</td> </tr> <tr> <td>Nome do Candidato</td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td>Especializ ação</td> <td>10</td> <td>6</td> <td>0</td> <td>0</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tempo Serviço</td> <td></td> <td></td> <td>0</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Filhos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>0</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Portador Defic.</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>NAO</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Data Nascimento</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>09/08/1964</td> </tr> </tbody> </table>								1º	2º	3º	4º	5º	6º	Ordem Classific.	1						Número Inscrição	1	EBER MARTINI JÚNIOR					Soma de Pontos	24						Nome do Candidato							Especializ ação	10	6	0	0			Tempo Serviço			0				Filhos				0			Portador Defic.					NAO		Data Nascimento						09/08/1964
	1º	2º	3º	4º	5º	6º																																																																									
Ordem Classific.	1																																																																														
Número Inscrição	1	EBER MARTINI JÚNIOR																																																																													
Soma de Pontos	24																																																																														
Nome do Candidato																																																																															
Especializ ação	10	6	0	0																																																																											
Tempo Serviço			0																																																																												
Filhos				0																																																																											
Portador Defic.					NAO																																																																										
Data Nascimento						09/08/1964																																																																									

DECRETO Nº 143, DE 16 DE JULHO DE 2015.**HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0016, DE 26 DE JUNHO DE 2015.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0016 de 26 de junho de 2015, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 16 DE JULHO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 066/2015

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 066/2015, DATADO DE 30 DE MARÇO DE 2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA:

SAMUEL FERREIRA 05979445986

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 01 616 039 0001 09, com sede administrativa à Rua Adolfo Soletti, n° 750, na cidade de Frei Rogério – SC, Centro, CEP. 89.530 000, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor OSNY BATISTA ALBERTON, residente e domiciliado neste Município, inscrito no Cadastro de Pessoa Física, (CPF), sob o nº 569.572.629-87, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa SAMUEL FERREIRA 05979445986, estabelecida à Av. Salomão C. de Almeida, nº 388, ed. Gaboardi Master Center, Sala 35, na cidade de Curitiba- SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13 117 158 0001 98, representada neste ato pelo sócio administrador, senhor, SAMUEL FERREIRA, doravante denominada CONTRATADA, abaixo assinado em conformidade com a Lei 8.666/93 aditam ao presente contrato as seguintes disposições.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, VALORES E DO PAGAMENTO:

Em virtude de alguns serviços não terem sido contemplados inicialmente, as partes de comum acordo e em conformidade com o orçamento anexo, resolvem promover a alteração dos valores contratados, num total de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) para execução do seguinte serviço: Criação de vídeo institucional do Município para divulgação em site da internet, e apresentação durante as comemorações do vigésimo aniversário do Município, com duração mínima de 10 minutos, contendo flashes sobre o Município, sua história, pontos turísticos, dados geográficos, entre outros.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMBASAMENTO LEGAL:

O Presente aditivo é realizado com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

3 - CLÁUSULA TERÇA – DA DEMAIS CLAUSULAS:

As demais cláusulas do contrato que a este deu origem permanecem inalteradas

E, por estarem justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Frei Rogério (SC), 13 de julho de 2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

SAMUEL FERREIRA 05979445986

Contratada

Testemunhas:

Nome:

Nome:

RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO, 22/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 022/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

REGISTRO DE PREÇOS N° 05/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC torna público aos interessados que fará realizar, através da equipe de pregoeiros, nomeada pela portaria 09/2015, no dia 30 de julho de 2015, as 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, PARA REGISTRO DE PREÇOS, regida pelo decreto municipal 104/2007 e pelas leis 10520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, tendo por objetivo a aquisição de óleo diesel comum, gasolina comum, óleos lubrificantes e hidráulicos, aditivos para radiadores e freio, bem como serviços de lavagem, lubrificação e conserto de pneus dos veículos, máquinas e equipamentos da frota oficial do município.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério (SC), 17 de julho de 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2015 - 124 A 143

DECRETO Nº 124/2015

Convoca a 5ª Conferência Municipal de SAÚDE e dá outras providências

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no usando da atribuição que lhe confere o Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, que a Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei federal 8.142/90;

Considerando a Convocação da 15ª Conferência Nacional de Saúde;

Considerando a Convocação da 7ª Conferência Estadual de Saúde, resolve e,

DECRETA:

Art.1º. Fica convocada a 5ª Conferência Municipal de Saúde, a realizar-se no dia 08 de julho de 2015.

Art.2º. O tema central da Conferência será "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS" e o eixo "DIREITO DO POVO BRASILEIRO".

Art.3º. A Conferência Municipal de Saúde será realizada no Centro Cultural de Galvão, sito a Av. Sete de Setembro, 854 – Centro.

Art.4º. A Conferência será presidida pela Secretária Municipal de Saúde e coordenada pela presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Art.5º. As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria deliberadas pelo conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria municipal de Saúde

Art. 6º. As despesas para a realização do evento serão custeadas com recursos oriundos do Fundo Municipal de Saúde, bloco do Co-financiamento.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 02 de junho de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 125/2011

DISPÕE SOBRE OS VALORES DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL E DA TAXA DE COLETA DE LIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 244, Parágrafo 1º, da Lei Municipal nº 525/2005 de 19/12/2005;

Considerando o acumulado do INPC calculado até abril 2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a taxa de coleta, transporte e destino final do lixo, relativa ao exercício 2015, fixada em R\$ 92,75 (noventa e dois reais e setenta e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de junho de 2015

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 126/2015

ALTERA POR TEMPO DETERMINADO A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssatti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 721/2012 e Lei Municipal nº 520/2005, resolve e,

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada carga horária da servidora Munique Gallina, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com atuação na área do ensino fundamental, reduzindo sua carga horária para 30 (trinta) horas semanais, com efeitos a partir do dia 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de junho de 2015.

Neri Pederssatti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 127/2015

ALTERA POR TEMPO DETERMINADO A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssatti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 721/2012 e Lei Municipal nº 520/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a carga horária da servidora Elizabete Gema Gheler, ocupante do cargo efetivo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, passando sua carga horária para 30 (trinta) horas semanais durante o mês de junho de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de junho de 2015.

Neri Pederssatti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 128/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA – PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssatti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pela servidora, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência – proporcional, a servidora Salustiana dos Santos Gusthamann, ocupante do cargo de nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com início dia 12 de junho de 2015 e término previsto para o dia 30 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Fica estipulado que será trabalhado 3,5 (três vírgula cinco) dias por semana (28 horas) e folgando 1,5 (um vírgula cinco) dias por semana (12 horas), da seguinte forma: quarta-feira o dia todo e sexta-feira período da tarde, totalizando 28,5 semanas de licença.

Art. 3º. Fica ainda, recepcionado que a licença será equivalente a 02 (dois) meses ininterruptos, restando a ser usufruído 01 (um) mês para fechamento do período aquisitivo de 08/02/2010 até 07/02/2015.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de junho de 2015.

Neri Pederssatti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 129/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA – PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pela servidora, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência – proporcional, a servidora Marilucia Cossa Bertuzzi, ocupante do cargo de auxiliar de biblioteca, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com início dia 15 de junho de 2015 e término previsto para o dia 21 de julho de 2015, (sendo o primeiro período de 30 dias da licença), referente o período aquisitivo compreendido entre 20/01/2010 até 19/01/2015.

Parágrafo Único. Os outros 60 (sessenta) dias de licença, relativo ao período aquisitivo acima, será usufruído posteriormente.

Art. 2º. Fica ainda estipulado que a servidora desempenhará seus trabalhos normais na semana compreendida entre 21/06/2015 até 27/06/2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de junho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 130/2015

DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO FUNCIONAL DE SERVIDORA CONTRATADA POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 721/2012 e Lei Municipal nº 520/2005;

Considerando o requerimento formulado pela servidora, por motivos de conclusão de sua graduação, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o enquadramento funcional da servidora Nerediana Biazin, ocupante do cargo temporário de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, passando sua habilitação de magistério para licenciatura, a partir do mês de junho de 2015.

Art. 2º. Fica ainda, alterada a carga horária da mesma, passando sua carga de 40 (quarenta) horas para 30 (trinta) horas semanais, a partir do mês de junho de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de junho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 131/2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 820/2015, de 23/06/2015, resolve e,

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no orçamento do Município de Galvão - Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 4.501,90 (quatro mil, quinhentos e um reais e noventa centavos), na seguinte programação de despesa:

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
08.244.0801	2.023	Manut. do Fundo Municipal de Assistência Social	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3.350.00000	Transf. Inst. privadas s/ Fins Lucrativos	01.0000	4.501,90
Total	4.501,90		

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura deste Crédito Adicional Especial, serão utilizados recursos das dotações orçamentárias conforme segue:

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
08.244.0801	2.023	Manut. do Fundo Municipal de Assistência Social	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3.390.00000	Aplicações Diretas	01.0000	4.501,90
Total	4.501,90		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de junho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 132/2015

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 518/2005 de 03/11/2005 e 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Gilberto Natalino Baggio, nomeado para ocupar o cargo de Secretário Municipal, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cultura e Esportes, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de junho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 133/2015

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 518/2005 de 03/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Função Gratificada Nível II - Assessoramento na Execução de Programas de Governo, aos servidores Leonir Sezer Paloschi e Ademir da Silva, ambos ocupantes de cargo de provimento efetivo do Município de Galvão-SC, com efeitos a partir do mês de julho de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de junho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 134/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA – PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pelo servidor, resolve e,

Art. 1º. Fica concedido licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência – proporcional, ao servidor Leonídio Levinski, ocupante do cargo de tesoureiro, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão, pelo período de 6,5 meses, com início dia 01 de julho de 2015 e término previsto para o dia 15 de janeiro de 2016, sendo 04 (quatro) dias por mês de licença, equivalente a 30 (trinta) dias corridos,

referente o período aquisitivo compreendido entre 23/04/2006 até 22/04/2011.

Parágrafo Único. Os outros 60 (sessenta) dias de licença, relativo ao período aquisitivo acima, será usufruído posteriormente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de junho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 135/2015

ALTERA POR TEMPO DETERMINADO A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 721/2012 e Lei Municipal nº 520/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a carga horária da servidora Elizabete Gema Gheler, ocupante do cargo efetivo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, passando sua carga horária para 30 (trinta) horas semanais durante o mês de julho de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de junho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 136/2015

DISPÕES SOBRE DESMEMBRAMENTO DE LOTE URBANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 5º, da Lei Municipal nº 284/83, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica desmembrado o lote urbano nº 4 da Quadra 53, com área total de 750 m², situado no loteamento Galvão na cidade de Galvão, descrito e matriculado no CR de São Domingos SC sob o número 9.075, de propriedade de Garbim Materiais de Construção LTDA ME o qual passara denominar-se como segue:

I- fica denominado 4 A da quadra 53, com área de 375 m², ao norte com a Rua Frei Barnabé e ao Sul com o Lote nº 3 de propriedade de Garbim Materiais de Construção LTDA ME.

II- fica denominado 4 B da quadro 53, com área de 375 m², ao norte com a Rua Frei Barnabé e ao Sul com o Lote nº 3 de propriedade de Garbim Materiais de Construção LTDA ME.

Art. 2º. Faz parte integrante deste Decreto todo memorial descritivo, mapa, ARTs e Alvarás que competem a este processo conforme rege as Leis Municipais

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de julho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 137/2015

NOMEIA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

Considerando que o Município aderiu ao Plano Estadual de Regularização Fundiária com o Estado de Santa Catarina e ao Projeto Lar Legal, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Considerando a necessidade de formar uma comissão municipal de regularização fundiária, para ser o elo de ligação, entre o Município, o Estado de Santa Catarina e demais órgãos de governo ou privados e empresa credenciada e contratada, para a efetiva regularização fundiária no território municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, composta pelos seguintes membros:

- I – Ariane Velho dos Santos Poter - Presidente
- II – Marcos Cossa – Membro
- III – Vanessa Paula Ramos – Membro
- IV – Alana Renata Baccin – Membro
- V – Raphaela Palauro – Membro

Art. 2º. Compete a Comissão de Regularização Fundiária:

- I – localizar as áreas públicas ou privadas que necessitam de regularização fundiária, no âmbito do Município de Galvão;
- II – manter ligação com a empresa contratada nos termos do Edital de Credenciamento 0046/2012 SST/SC, para a efetivação da regularização fundiária;
- III – fornecer os dados solicitados pela empresa contratada pelo Estado de Santa Catarina, para a efetivação da regularização fundiária;
- IV – cumprir e fazer cumprir as obrigações objeto do Edital de Credenciamento 0046/2012 SST/SC e seus termos;
- V – praticar todos os atos necessários para a efetivação das áreas, objetos de regularização fundiária;
- VI – contribuir com sugestões, visando o bom andamento dos trabalhos.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste ato ocorrerão pelo orçamento municipal vigente e futuras.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de julho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 138/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando a documentação encontrada junto a Secretaria Municipal de Educação, comprovando que na época a servidora trabalhou como professora;

Considerando a não lavratura do Decreto de contratação da servidora quando da entrada em cargo junto ao Município de Galvão-SC, na data de 01/03/1977, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Maria Tereza Kielb, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, durante o ano letivo de 1977, atuação no ensino fundamental, com efeitos a partir do dia 01 de março de 1977 e término em 31 de dezembro de 1977.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de julho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 139/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando a documentação encontrada junto a Secretaria Municipal de Educação, comprovando que na época a servidora trabalhou como professora;

Considerando a não lavratura do Decreto de contratação da servidora quando da entrada em cargo junto ao Município de Galvão-SC, na data de 01/03/1978, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Maria Tereza Kielb, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, durante o ano letivo de 1978, atuação no ensino fundamental, com efeitos a partir do dia 01 de março de 1978 e término em 31 de dezembro de 1978.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de julho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 140/2015**DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES E LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DO CARGO DE NUTRICIONISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando a necessidade exclusiva (40 horas semanais), dos serviços executados pela servidora em questão, pela Secretaria Municipal de Educação, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Servidora Salustiana dos Santos Gusthamann, ocupante do cargo de nutricionista, designada para executar os serviços inerentes de seu cargo com exclusividade (40 horas semanais), na Secretaria Municipal de Educação, respondendo pelos programas dessa secretaria.

Art. 2º. Fica ainda, determinado que a mesma não responda pelos programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de julho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 141/2015**CONCEDE LICENÇA AUXILIO MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 520/2005, resolve e;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido Licença Auxílio Maternidade, para a servidora Silvana Terezinha de Quadros, ocupante do cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 150 dias, com efeitos a partir do dia 06 de julho de 2015 e término previsto para o dia 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de junho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 142/2015**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando a licença maternidade concedida para a servidora Silvana Terezinha de Quadros, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a carga horaria da servidora Clari Betiati, ocupante do cargo de Professor, passando sua carga horária para 40

(quarenta) horas semanais, pelo período de 150 dias, com efeitos a partir do dia 06 de julho de 2015 e término previsto para o dia 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de maio de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 143/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito adicional no valor de R\$ 219.999,00 (Duzentos e dezenove mil e novecentos e noventa e nove reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.02 / FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
20.606.2001	2.041	Manutenção de apoio ao Agricultor	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.1064-00	20.000,00

07.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
15.451.1501	1.009	Pavimentação de ruas e passeios	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.1064-00	199.999,00

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes: pelo excesso de arrecadação das seguintes receitas: 417629900000000 – Outras transferências convênios dos Estados, Fonte 01.1064 – R\$ 20.000,00 Conforme Convênio nº 2015TR846 – Processo nº SDR – 760/2015
424729901000000 – Convenio Estado Ação 009
Fonte 011064-R\$ 199.999.00 conforme Convênio nº TR000759/2015

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

LEI Nº 821

LEI Nº 0821/2015

DISPOE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS, DO MUNICÍPIO DE GALVÃO - SC E DÀ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas; Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 1º. - A Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de Resíduos do Município.

Art. 2º. - Para os efeitos desta lei considera-se:

Coleta seletiva: o recolhimento diferenciado de resíduos sólidos, previamente selecionados nas fontes geradoras, com o intuito de encaminhá-los para reciclagem, compostagem, tratamento ou outras destinações alternativas.

Definição final ambiental adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o

aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes de meio ambiente, saúde e vigilância sanitária, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e a segurança, e a minimizar os impactos ambientais adversos.

Disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e a segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

Geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direitos público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.

Gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, diretas ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, exigidos na forma da legislação.

Gestão integrada de resíduos sólidos: a maneira de conhecer, implementar, administrar os resíduos sólidos considerados uma ampla participação das áreas de governo responsáveis no âmbito estadual e municipal, sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalação operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

Logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

Minimização da geração de resíduos: a redução, ao menor volume, quantidade e periculosidade possível dos materiais e substâncias, antes de descartá-las no meio ambiente.

Reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

Rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

Resíduos de serviços de saúde: os provenientes de qualquer unidade que execute atividades de natureza médica assistencial ou animal, os provenientes de centros pesquisa e desenvolvimento ou experimentação na área de farmacologia e saúde, medicamentos e imunoterápicos vencidos ou deteriorados, os provenientes de necrotérios, funerários de medicina legal e os provenientes de barreiras sanitárias.

Resíduos perigosos: aqueles que pela função de suas propriedades químicas, físicas ou biológicas, possam apresentar riscos à saúde pública ou a qualidade do meio ambiente.

Resíduos sólidos: material ou substâncias resultante de atividade humanas em sociedade, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se deve proceder.

Resíduos urbanos: os provenientes de residências, estabelecimentos comerciais prestadores de serviço, de podas e da limpeza de vias, logradouros públicos e sistemas de drenagem urbana passíveis de contratação ou delegação a particular, nos termos de lei municipal.

Unidades receptoras de resíduos: as instalações licenciadas pelas autoridades ambientais para a recepção, segregação, reciclagem, armazenamento e para futura reutilização, tratamento ou destinação final de resíduos.

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º. - São princípios da Política Municipal de Resíduos Sólidos:

I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

IV - o desenvolvimento sustentável;

V - a eficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 4º. - São objetivos da Política Municipal de Resíduos Sólidos:

I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;

VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira.

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 5º. - Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 6º. - A Política Municipal de Gerenciamento Resíduos Sólidos contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Gerenciamento de Resíduos sólidos.

Art. 7º. - O Sistema Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de resíduos sólidos.

Art. 8º. - O Sistema Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos será composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Resíduos Sólidos;

II - Conselho Municipal de Resíduos Sólidos;

III - Fundo Municipal de Resíduos Sólidos;

Parágrafo Único: O Conselho Municipal de Resíduos Sólidos será criado no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação da presente Lei.

DO FUNDO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - FMGRS

Art. 9º. - Fica criado o Fundo Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - FMGRS, como unidade orçamentária do órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 10º. - Os recursos do FMGRS serão provenientes de:

I - Repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II - Valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

III - Valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

IV - Doações e legados de qualquer ordem.

Art. 11º. - O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

Art. 12º. - O Orçamento e a Contabilidade do FMGRS obedecerão às normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único - Os procedimentos contábeis relativos ao FMGRS serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 13º. - A administração executiva do FMGRS será de exclusiva responsabilidade do Município.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14º. - Será instituída, por Decreto do Executivo Municipal, a regulamentação de todos os dispositivos necessários à aplicação da presente Lei.

Art. 15º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de julho de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 133/2015

DECRETO N.º 133, DE 16 DE JULHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 29.335,26 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 29.335,26 (vinte e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e vinte e seis centavos) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	29.335,26
10301251.074 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. De Unidades de Saude	101,67
4.4.90.0.6.23.001015 - Aplicações Diretas	101,67
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	863,91
3.3.90.0.6.14.001015 - Aplicações Diretas	863,91
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	6.073,71
3.3.90.0.6.14.000061 - Aplicações Diretas	6.073,71
10301252.077 - Manutenção da Assistência Farmacêutica	21.180,34
3.3.90.0.6.14.000072 - Aplicações Diretas	21.180,34
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	1.115,63
3.3.90.0.6.14.000069 - Aplicações Diretas	1.115,63

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 29.335,26 (vinte e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e vinte e seis centavos), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de julho de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 134/2015

DECRETO N.º 134, DE 16 DE JULHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 6.202,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 6.202,00 (seis mil, duzentos e dois reais) no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.365,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.365,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	1.365,00
4.4.90.0.1.29.001001 - Aplicações Diretas	1.365,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	4.837,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	4.837,00
3.3.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas	4.837,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 6.202,00 (seis mil, duzentos e dois reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.365,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.365,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	1.365,00
3.3.90.0.1.29.001001 - Aplicações Diretas	1.365,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	4.837,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	4.837,00
3.1.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas	4.837,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de julho de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

ERRATA Nº 1: DECRETO Nº 130/2015

ERRATA N.º 1: Decreto nº 130, de 13 de julho de 2015

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração na publicação do Decreto nº 130/2015, publicado no DOM/SC, Edição 1783, pagina 132 em 13/07/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

Leiam – se

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.898 de 10/07/2015 e demais legislação vigente,

Os demais itens do decreto permanecem inalterados.

Garopaba, 16 de julho de 2015.
HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 17/07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

LEI Nº 1.901, DE 16 DE JULHO DE 2015

LEI Nº 1.901, DE 16 DE JULHO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 1.318, DE 28 DE JULHO DE 2009, QUE "INSTITUI O QUADRO DE CARGOS E DEFINE AS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA O ATENDIMENTO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF E NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 1º, da Lei Municipal n.º 1.318, de 28 de julho de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica instituído o Quadro de Cargos Temporários e Bolsista-formação descrito no Anexo I desta Lei, com o objetivo de atender às ações da Estratégia de Saúde da Família e Núcleo de Apoio a Família – NASF.

Art. 2º O Artigo 3º, da Lei Municipal n.º 1.318, de 28 de julho de 2009 passa a vigorar acrescido de Parágrafo Único:

Parágrafo Único: Os bolsistas-formação estão isentos do processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, cabendo esse procedimento ao Ministério da Saúde conforme disciplina a Lei nº 12.871 de 22 de outubro de 2013

Art. 3º O Artigo 9º, da Lei Municipal n.º 1.318, de 28 de julho de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º. São devidas, ainda, a todos os servidores do ESF/NASF, exceto aos bolsistas do Programa Mais Médicos:

I – Décimo Terceiro Salário;

II – Adicional de Férias.

Art. 4º O Artigo 11º, da Lei Municipal n.º 1.318, de 28 de julho de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. Quando terminar o repasse dos recursos oriundos do Ministério da Saúde para o ESF/NASF/Mais Médicos, os Cargos e a Bolsa-Formação criados por esta Lei Complementar serão extintos.

Art. 5º O Anexo I, da Lei Municipal n.º 1.318, de 28 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido de BOLSA-FORMAÇÃO, com 07 (sete) vagas, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, requisitos curso superior completo e registro no conselho da classe, o valor da Bolsa-Formação será de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) a cargo do município para custear despesas com moradia no valor de até R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), alimentação e transporte no valor de até R\$ 700,00 (setecentos reais) reajustados anualmente em janeiro pelo INPC acumulado dos últimos doze meses.

São atribuições da função de Bolsa-Formação:

- I - Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita;
- II - Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicílio;
- III - Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas pela Norma Operacional da Assistência à Saúde;
- IV - Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;

V - Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental etc.;

VI - Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;

VII - Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade o tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;

VIII - Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;

IX - Indicar internação hospitalar;

X - Solicitar exames complementares;

XI - Verificar e atestar óbito;

XII - Executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.

Art. 6º. A despesa decorrente desta Lei será atendida pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de julho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/ 07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 1.902, DE 16 DE JULHO DE 2015

LEI Nº 1.902, DE 16 DE JULHO DE 2015.

ALTERA IEI Nº 1.755/2013 que ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 1.318 de 28 de julho de 2009, AUTORIZA O MUNICÍPIO A ADERIR AO PROGRAMA MAIS MÉDICOS, firmar termo de compromisso com o Ministério da Saúde, a realizar a contratação de profissionais nos termos do programa E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o §3º do art. 5º da Lei Municipal n.º 1.755 de 02 de outubro de 2013.

Art. 2º O Artigo 2º, da Lei Municipal n.º 1.755, de 02 de outubro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Fica autorizada a contratação temporária de médicos para participação no Programa Mais Médicos, nos termos da Lei n.º 12.871 de 22 de outubro de 2013, que institui e regulamenta o programa e nos termos desta Lei.

Art. 3º O Artigo 3º, da Lei Municipal n.º 1.755, de 02 de outubro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. O Anexo I, da Lei Municipal n.º 1.318, de 28 de julho de 2009 e alterações, passa a vigorar acrescido de Bolsa-Formação, com 07 (sete) vagas, carga horária 40 horas semanais, o valor da Bolsa-Formação será de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) a cargo do município para custear despesas com moradia no valor de até R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), alimentação e transporte no valor de até R\$ 700,00 (setecentos reais) reajustados anualmente em janeiro pelo INPC acumulado dos últimos doze meses. Os demais requisitos de remuneração e condições para contratação, seleção e permanência no Programa serão a cargo do Governo

Federal Lei n.º 12.871 de 22 de outubro de 2013.

Art. 4º O Artigo 7º, da Lei Municipal n.º 1.755, de 02 de outubro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º. Os Bolsistas contratados nos termos da presente Lei tem por objetivo atender às ações de atendimento as demandas da Atenção Básica no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Art. 5º. A despesa decorrente desta Lei será atendida pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de julho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/ 07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 02/2015

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL NA 22ª FESTA DO COLONO DE GARUVA – SC - 2015.

EDITAL Nº SECET 002/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015.

A Prefeitura Municipal de Garuva – SC torna público aos interessados que se encontra aberto o Credenciamento de autorização de uso a título precário e oneroso para fins de Direito de venda de bebidas; Direito de espaços para praça de alimentação; Direito de espaço para expositores; Direito de venda de publicidade para patrocinadores; Obrigação de contratação de atrações do Palco alternativo e Premiações do Festival de Música sertaneja e Direito de espaço para Parque de Diversões nos arredores do Ginásio de Esportes Evandro Nagel, sito à Rua Carlos Boergenhausen, 526 – Centro, onde ocorrerá a 22ª Festa do Colono de Garuva – 2015, nos dias 31/07/2015, 01/08/2015 e 02/08/2015 de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

O presente Edital e seus anexos, bem como, quaisquer esclarecimentos aos seus termos, serão obtidos na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, no horário compreendido entre as 08h às 13h ou por meio do telefone 47-3445.4037.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Edital o credenciamento para cessão de autorização de uso a título precário e oneroso de espaço para exploração Direito de venda de bebidas; Direito de espaços para praça de alimentação; Direito de espaço para expositores; Direito de venda de publicidade para patrocinadores; Obrigação de contratação de atrações do Palco alternativo e Premiações do Festival de Música sertaneja e Direito de espaço para Parque de Diversões, nos arredores do Ginásio de Esportes Evandro Nagel, sito à Rua Carlos Boergenhausen, 551 – Centro, onde ocorrerá a 22ª Festa do Colono de Garuva – 2015, nos dias 31/07/2015, 01/08/2015 e 02/08/2015 mediante a disponibilização de:

1.1.1. 04 (quatro) espaços, sendo ao menos um ao entorno e o outro dentro do Ginásio de Esportes Evandro Nagel para ponto de venda de bebidas (água, refrigerante e cerveja), a realizar-se na praça de alimentação da 22ª Festa do Colono sito à Rua Carlos Boergenhausen, destinada à pessoas jurídicas de forma onerosa. (GRUPO A)

1.1.2. 16 (dezesseis) stands, medindo 12m² (doze metros quadrados – 3mx4m) de dimensão cada, para a exploração gastronômica, a realizar-se na praça de alimentação da 22ª Festa do Colono sito à Rua Carlos Boergenhausen, destinada à pessoas jurídicas de forma onerosa. (GRUPO A)

1.1.3. 03 (três) stands, medindo 12m² (doze metros quadrados – 3mx4m) de dimensão cada, para exploração de comércio em geral, a realizar-se na praça de alimentação da 22ª Festa do Colono sito à Rua Carlos Boergenhausen, destinada à pessoas jurídicas de forma onerosa. (GRUPO A)

1.1.4. 01 (uma) stand, medindo 12m² (doze metros quadrados – 3mx4m) de dimensão cada, 01 exploração de Restaurante, a realizar-se na praça de alimentação da 22ª Festa do Colono sito à Rua Carlos Boergenhausen, destinada à pessoas jurídicas de forma onerosa. (GRUPO A)

1.1.5. 10 (dez) stands, medindo 12m² (doze metros quadrados – 3mx4m) de dimensão cada, para a exploração de empresas ou indústrias na divulgação e comercialização de produtos, a serem montados no corredor da entrada da 22ª Festa do Colono, sito à Rua Carlos Boergenhausen, destinada a pessoas físicas ou jurídicas de forma onerosa. (GRUPO A)

1.1.6. 100 (cem) cotas “Prata” de publicidade para patrocinadores durante os três dias da 22ª Festa do Colono, destinado a pessoas jurídicas de forma onerosa. (GRUPO A)

1.1.7. 100 (cem) cotas “Ouro” de publicidade para patrocinadores durante os três dias da 22ª Festa do Colono, destinado a pessoas jurídicas de forma onerosa. (GRUPO A)

1.1.8. 10 (dez) obrigação contratações de atrações para o Palco Alternativo, conforme fornecida pela Comissão Organizadora do Evento, destinado a pessoas jurídicas de forma onerosa. (GRUPO A)

1.1.9. 20 (vinte) obrigação pagamento de participações e pagamento de premiação de 1º, 2º e 3º colocação no Festival de Música Sertaneja no palco alternativo, conforme programação de inscrições fornecidas pela Comissão Organizadora do Evento, destinado a pessoas jurídicas de forma onerosa. (GRUPO A)

1.1.10. 60 (sessenta) obrigação fornecimento de refeições para a brigada da polícia militar que fará reforço policial no evento, conforme cronograma fornecido pela Comissão Organizadora e solicitação do Comando Militar. (GRUPO A)

1.1.11. 01 (um) espaço de 50m x 20m na 22ª Festa do Colono ao lado do Ginásio de Esportes Evandro Nagel, sito à Rua Pe José Novack, para montagem e instalação de parque de diversões, destinado a pessoas jurídicas de forma onerosa. (GRUPO B)

1.2. Cada barraca servirá um grupo de especialidade a fim de diversificar os produtos oferecidos à Comunidade que prestigiará o evento, bem como, fomentar o desenvolvimento econômico local, conforme estabelecido a seguir:

1.2.1 Mediações da 22ª Festa do Colono – 2015, sito à na Rua Carlos Boergenhausen, esquina com a Rua Pe José Novack – dia 22ª Festa do Colono de Garuva – 2015, nos dias 31/07/2015, 01/08/2015 e 02/08/2015:

Grupos	Quant	Especialidade	Observações
A (item 1.1.1.)	04	Direito de ponto para exploração de venda de bebidas. (Obrigatório: água, refrigerante e cerveja.	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração se dará pela mesma pessoa jurídica ou outra; - O fornecimento da estrutura necessária ao item 1.1.1. será por conta da empresa vencedora; - Não será permitida a venda de produtos em garrafas, copos e/ou vasilhames de qualquer natureza de vidro; - Não será permitida a venda de bebida alcoólica destilada pura; - Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, e na dúvida sempre solicitar o documento de identificação, sendo de inteira responsabilidade da empresa vencedora esta fiscalização, devendo, ainda, afixar cartazes nos pontos de vendas sobre esta proibição; - É obrigatória a utilização de acessórios de higiene, tais como: luva, máscara e touca para os manipuladores de alimentos; - Deverá ser oferecida no mínimo 2 marcas de cerveja (entre: Brahma, Skol ou Antártica, Kaiser, Nova Schin) e 3 tipos de refrigerante (entre: Coca-Cola, Guaraná Antártica, Fanta, Sprite ou Soda Limonada); - Preço máximo a ser praticado em cervejas: R\$ 5,00 a unidade; - Preço máximo a ser praticado em refrigerantes: R\$ 4,00 a unidade; - Preço máximo a ser praticado na água: R\$ 3,00; - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade. - Toda estrutura de responsabilidade de quem explorar.
A (item 1.1.2.)	16	Direito de venda de espaços para exploração gastronômica.	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração se dará pela mesma pessoa jurídica ou outra; - O fornecimento da estrutura necessária ao item 1.1.2. será por conta Prefeitura de Garuva; - Não será permitida a venda de produtos em garrafas, copos e/ou vasilhames de qualquer natureza de vidro; - Não será permitida a venda de bebida alcoólica destilada pura; - Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, e na dúvida sempre solicitar o documento de identificação, sendo de inteira responsabilidade da empresa vencedora esta fiscalização, devendo, ainda, afixar cartazes nos pontos de vendas sobre esta proibição; - É obrigatória a utilização de acessórios de higiene, tais como: luva, máscara e touca para os manipuladores de alimentos; - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade.
A (item 1.1.3.)	03	Direito de venda de espaços para comércio em geral.	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração se dará pela mesma pessoa jurídica ou outra; - O fornecimento da estrutura necessária ao item 1.1.3. será por conta Prefeitura de Garuva; - Não será permitida a venda de produtos em garrafas, copos e/ou vasilhames de qualquer natureza de vidro; - Não será permitida a venda de bebida alcoólica destilada pura; - Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, e na dúvida sempre solicitar o documento de identificação, sendo de inteira responsabilidade da empresa vencedora esta fiscalização, devendo, ainda, afixar cartazes nos pontos de vendas sobre esta proibição; - É obrigatória a utilização de acessórios de higiene, tais como: luva, máscara e touca para os manipuladores de alimentos; - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade.

A (item 1.1.4.)	01	Direito de venda de espaço para Restaurante.	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração se dará pela mesma pessoa jurídica ou outra; - O fornecimento da estrutura necessária ao item 1.1.4. será por conta Prefeitura de Garuva; - Deverá ser oferecida no mínimo 3 tipos de carnes, 3 tipos de saladas, arroz e leguminosas. - Não será permitida a venda de produtos em garrafas, copos e/ou vasilhames de qualquer natureza de vidro; - Não será permitida a venda de bebida alcoólica destilada pura; - Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, e na dúvida sempre solicitar o documento de identificação, sendo de inteira responsabilidade da empresa vencedora esta fiscalização, devendo, ainda, afixar cartazes nos pontos de vendas sobre esta proibição; - É obrigatória a utilização de acessórios de higiene, tais como: luva, máscara e touca para os manipuladores de alimentos; - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade.
A (item 1.1.5.)	10	Direito de exploração de pontos para empresas ou indústrias na divulgação e comercialização de produtos.	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração se dará pela mesma pessoa jurídica ou outra; - O fornecimento da estrutura necessária ao item 1.1.5. será por conta Prefeitura de Garuva; - Não será permitida a venda de produtos em garrafas, copos e/ou vasilhames de qualquer natureza de vidro; - Não será permitida a venda de bebida alcoólica destilada pura; - Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, e na dúvida sempre solicitar o documento de identificação, sendo de inteira responsabilidade da empresa vencedora esta fiscalização, devendo, ainda, afixar cartazes nos pontos de vendas sobre esta proibição; - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade.
A (item 1.1.6.)	100	Direito de venda de cotas "Prata" de publicidade para patrocinadores.	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração se dará pela mesma pessoa jurídica ou outra; - O fornecimento da estrutura necessária ao item 1.1.6. será por conta Prefeitura de Garuva; - Deverá ser aplicado o valor de R\$100,00 para cada cota; - No caso do patrocinador desejar mais cotas, deverá ser multiplicado pelo valor total pago pelo patrocinador; - O patrocinador terá direito de veiculação de mídia institucional de até 15" (quinze segundos) no telão do palco alternativo, a cada hora no mínimo de 05 inserções diárias durante os três dias da 22ª Festa do Colono 2015; - O patrocinador terá direito veiculação de vídeo institucional de até 15" (quinze segundos) no telão do palco principal, antes de cada show artístico. - O patrocinador terá direito de veiculação de spot de 15" (quinze segundos) no som ambiente da 22ª Festa do Colono 2015, a cada 01 hora de comunicação realizada, limitada ao máximo de 10 inserções diárias. - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade.

A (item 1.1.7.)	100	Direito de venda de cotas "Ouro" de publicidade para patrocinadores.	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração se dará pela mesma pessoa jurídica ou outra; - O fornecimento da estrutura necessária ao item 1.1.7. será por conta Prefeitura de Garuva; - Deverá ser aplicado o valor de R\$.1.000,00 para cada cota; - No caso do patrocinador desejar mais cotas, deverá ser multiplicado pelo valor total pago pelo patrocinador; - O patrocinador terá direito de veiculação de mídia institucional de até 15" (quinze segundos) no telão do palco alternativo, a cada hora no mínimo de 05 inserções diárias durante os três dias da 22ª Festa do Colono 2015; - O patrocinador terá direito veiculação de vídeo institucional de até 15" (quinze segundos) no telão do palco principal, antes de cada show artístico. - O patrocinador terá direito de veiculação de spot de 15" (quinze segundos) no som ambiente da 22ª Festa do Colono 2015, a cada 01 hora de comunicação realizada, limitada ao máximo de 10 inserções diárias. - Disponibilização de 01 (uma) tenda de 100m² (10m x10m), já montada, com tablado de 25 m² (5m x 5m), contendo 01 ponto de água, 02 pontos de energia elétrica, em terreno pertencente ao município, localizado na Rua Carlos Borgenhausen, ao lado da sede da Celesc para ser compartilhado com os demais patrocinadores desta cota. - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade.
A (item 1.1.8.)	10	Obrigação de contratações de atrações para o Palco Alternativo	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração se dará pela mesma pessoa jurídica ou outra; - O fornecimento da estrutura necessária ao item 1.1.8. será por conta Prefeitura de Garuva; - Deverá ser aplicado o valor mínimo de R\$ 500,00 para cada apresentação no Palco Alternativo; - A contratação será feita após inscrição das atrações conforme Programação fornecida pela Comissão Organizadora; - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade.
A (item 1.1.9.)	20	Obrigação de pagamento de participação e Premiação do Festival de Música Sertaneja.	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração se dará pela mesma pessoa jurídica ou outra; - O fornecimento da estrutura necessária ao item 1.1.9. será por conta Prefeitura de Garuva; - Deverá ser aplicado o valor de R\$ 50,00 para cada participação no Festival de Música Sertaneja; - Deverá ser aplicado o valor de R\$ 500,00 para o primeiro colocado no Festival de Música Sertaneja; - Deverá ser aplicado o valor de R\$ 300,00 para o segundo colocado no Festival de Música Sertaneja; - Deverá ser aplicado o valor de R\$ 200,00 para o segundo colocado no Festival de Música Sertaneja; - O Festival de Música Sertaneja será elaborado e julgado por Comissão nomeada pela SECET; - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade.
(item 1.1.10)	60	Obrigação de fornecimento de refeições para a brigada da polícia militar que fará reforço policial no evento.	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar refeições para a brigada da polícia militar que fará o reforço policial conforme escala fornecida pela Comissão Organizadora para os dias 31/07, 01/08 e 02/08; - Disponibilizar o mínimo de 05 (cinco) almoços + mais 01 (uma) bebida não alcoólica/suco por dia, totalizando 15 (quinze) almoços completos para os três dias e mais 15 (quinze) refeições + mais 01 (uma) bebida não alcoólica/suco por dia, totalizando 45 (quarenta e cinco) refeições no período noturno para os três dias, conforme escala apresentada pela Comissão Organizadora. - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade.

B (item 1.1.11)	01	Parque de Diversões (inflável e mecânico) contendo no mínimo: 02 escorregador inflável, 02 piscina de bolinha, 04 camas elásticas, 01 labirinto.	<ul style="list-style-type: none"> - O fornecimento da estrutura necessária ao será por conta da empresa vencedora; - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora a disponibilização de monitores em quantidade suficiente para cada brinquedo; - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade e demais licenças, bem como com documentos de manutenção dos equipamentos; - A autorização perante os órgãos competentes (ex: Corpo de Bombeiros, etc), demais licenças e alvarás para realização da atividade, são de responsabilidade da Autorizada.
--------------------	----	--	--

2. DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Credenciamento quaisquer interessados nos ramos pertinentes que satisfaçam as condições do objeto deste Edital;

2.2. Os interessados deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, no dia 23 de Julho de 2015, entre as 9h e as 10h, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Garuva.

2.3. São requisitos para o credenciamento, a apresentação dos seguintes documentos originais, para que sua cópia seja autenticada, ou de fotocópias autenticadas:

- Registro Comercial, no caso de empresário individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Declaração emitida pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo III deste edital.

Certificado de Regularidade do FGTS.

f) Certidão Negativa de Débito do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

g) Certidão Negativa de Tributos Federais;

h) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

i) Certidão Negativa de Tributos Municipais da Sede do Licitante;

j) Certidão Negativa de Tributos Municipais da Sede Licitatória (Garuva);

k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Artigo 29, Inciso V, da Lei 8.666/93;

l) Telefones e e-mail para contato.

Parágrafo único: No caso de empresa representada por procurador, o documento deverá ser apresentado com reconhecimento de firma do proprietário da empresa;

2.4. Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente ou por servidor componente da comissão para realização deste chamamento público, publicação em órgão da imprensa oficial, ou pela Internet, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

2.4.1 As pessoas jurídicas interessadas deverão preencher todas as declarações e entregá-las assinadas para fins de conclusão do credenciamento.

2.5. Efetivado o Credenciamento, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos;

2.6. Serão aceitas inscrições por meio de terceiros, mediante a apresentação de: (a) procuração com firma reconhecida e com a especificação de poderes; (b) documento de identidade do procurador e; (c) cópia do documento de identidade daquele que pretende o credenciamento.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Estará Autorizada a usar a área a empresa que:

- Apresentar corretamente a documentação exigida;
- Concordar em pagar previamente o valor estipulado até 27 de Julho de 2015, referente à ocupação de área, por meio de DAM, com apresentação de original e entrega da cópia do comprovante de pagamento, conforme item 4.2.
- Protocolar sua documentação corretamente.

3.2. Caso haja 02 (duas) ou mais empresas que protocolem sua documentação para a mesma finalidade, o desempate será feito por meio de sorteio.

3.3. Não poderá participar direta ou indiretamente do presente processo servidor público municipal, conforme art. 9º, inc. III, § 3º da Lei 8.666/93 e suas alterações.

4. DO PAGAMENTO

4.1. Ficam estipulados os seguintes valores para ocupação nos dias 31/07/2015, 01/08/2015 e 02/08/2015, de acordo com a tabela abaixo:

Grupos	Especialidade	Valor
A (1.1.1.1. a 1.1.1.10)	Direito de venda de bebidas; Direito de espaços para praça de alimentação; Direito de espaço para expositores; Direito de venda de publicidade para patrocinadores;	R\$ 30.0000,00

	Obrigações de contratação de atrações do Palco alternativo; Obrigações de premiação Festival de Música Sertaneja; Obrigações de pagamento de refeições para a brigada da polícia militar que fará reforço policial no evento.	*
B (1.1.11.)	Parque de Diversões (inflável e mecânico) contendo no mínimo: 02 escorregador inflável, 02 piscina de bolinha, 04 camas elásticas, 01 labirinto.	R\$ 3.000,00

*Conforme especificações dos itens 1.1.8., 1.1.9 e 1.1.10.

4.2. O pagamento deverá ser efetuado em até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do resultado do credenciamento, ou seja, dia 27 de Julho de 2015 para pagamento.

4.3. O pagamento somente poderá ser realizado pelo interessado após o devido credenciamento e emissão do DAM – Documento de Arrecadação Municipal.

4.4. Somente serão válidos os pagamentos efetuados dentro do prazo do Item 4.2 efetuados em caixa, por meio do pagamento por código de barras, sendo vedado pagamento em sistemas de Caixa 24h ou similares na opção de depósito bancário.

4.5. O comprovante de pagamento deverá ser apresentado no ato da homologação do credenciamento, ou seja, até às 13h do dia 27 de Julho de 2015, em conjunto com a DAM emitida para o pagamento.

5. DA AUTORIZAÇÃO

5.1. Homologado o credenciamento, mediante a apresentação de todos os documentos exigidos e do comprovante de pagamento da DAM emitida referente ao valor estipulado no Item 4, o Município de Garuva, cede em caráter pessoal e intransferível, a título precário e oneroso, observadas as condições inerentes ao comércio a ser exercido.

5.2. A autorização poderá ser revogada pelo Município de Garuva a qualquer tempo, desde que configurada situação de conveniência e/ou oportunidade, sem que caiba à Autorizada ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for nos termos da legislação vigente.

5.3. A Autorizada deverá iniciar as atividades tendentes à ocupação da área Autorizada em tempo hábil para que esteja, até a data prevista, apta para explorar o espaço de acordo com a legislação vigente, sob pena revogação da autorização, devendo, inclusive, providenciar Alvará Sanitário para exploração comercial da área autorizada.

5.4. A exploração da área Autorizada deverá ser feita pela empresa ou pessoa Autorizada.

5.5. É de responsabilidade exclusiva e integral da Autorizada a utilização de pessoal para a exploração da área, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município de Garuva.

5.6. Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos da autorização, que é parte integrante desse chamamento público;

5.7. O Termo de Autorização a ser assinado está contido no Anexo IV;

5.8. Caso o credenciado não assine o Termo de Autorização no prazo previsto, mediante a apresentação do DAM devidamente paga, a Administração poderá convocar os candidatos remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual ou menor prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

6. DO PRAZO DE VALIDADE

6.1. A vigência do Termo de Autorização é exclusiva ao período de realização dos festejos da 22ª FESTA DO COLONO de Garuva, isto é, do dia 31 de Julho, 01 e 02 de Agosto de 2015, nas dependências e arredores do Ginásio de Esportes Evandro Nagel.

6.2. O prazo de execução dos serviços, bem como, o início dos trabalhos deverá ser simultâneo à realização do evento, conforme Programação da 22ª FESTA DO COLONO de Garuva a ser disponibilizada no momento da assinatura do Termo de Autorização mencionado no Item 5.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA AUTORIZADA

7.1. A Autorizada deverá atender às seguintes obrigações:

7.1.1. Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente;

7.1.2. Manter, durante toda a exploração da área que lhe foi Autorizada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;

7.1.3. Zelar pela área objeto da Autorização e comunicar de imediato, à Administração, a sua utilização indevida por terceiros;

7.1.4. Exercer unicamente o ramo que lhe foi autorizado através da Autorização de uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do Edital, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias pertinentes, providenciando inclusive Alvará Sanitário;

7.1.5. Responder civil, penal e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados a terceiros e à estrutura disponibilizada;

7.1.6. Não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Comissão Organizadora da Festa;

7.1.7. Manter a excelência de padrões de higiene e limpeza dos equipamentos e área Autorizada, observando a totalidade das exigências de ordem higiênica – sanitária, inclusive com a disponibilização de lixeiras aos consumidores;

7.1.8. Todos e quaisquer danos que porventura venham a ocorrer aos consumidores deverão ser reparados pela pessoa física ou jurídica Autorizada;

7.2. A Autorizada ainda deverá conservar o espaço com as mesmas características recebidas e atestadas no Termo de Recebimento das Instalações, mediante prévia vistoria que será realizada pela Comissão e pela Autorizada, no dia 31/07/2015.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada por parte do Credenciado em assinar a Termo de Autorização, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar dos prazos estabelecidos no Item 4.2, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida. Nesta hipótese, é facultada a Comissão Organizadora da Festa, convocar os cadastrados remanescentes na ordem de classificação;

8.2. O Credenciado desistente em prazo inferior a 03 (três) dias do evento sujeitar-se-á à multa equivalente a 20% (vinte por cento), do valor total do Termo de Autorização;

8.3. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Edital serão aplicadas às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, bem como penalidades administrativas, garantida a ampla defesa e o contraditório.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Comissão Organizadora da Festa, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora da Festa.

9.3. São partes integrantes deste Edital:

9.3.1. Anexo I (Modelo de Documento de Credenciamento);

9.3.2. Anexo II (Termo de Recebimento das Instalações, após vistoria ao local dos serviços objeto do credenciamento);

9.3.3. Anexo III (Declaração de obediência ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988);

9.3.4. Anexo IV (Termo de Autorização).

9.4. A parte interna da estrutura do espaço é de responsabilidade da Autorizada e deverá se adequar às normas da vigilância sanitária, bem como, a observar os manuais de boas práticas e demais exigências da ANVISA.

9.5. Em caso de se apresentar mais de um interessado para o mesmo grupo e especialidade e ultrapassando o número em relação ao quantitativo de barracas, será efetuado sorteio no dia 18/06/2015, às 11h15m, na sala de licitações, ou após o processo de Chamada Pública. O não comparecimento implicará em desclassificação do mesmo.

Garuva/SC, 15 de Julho de 2015

JOSÉ CHAVES

Prefeito de Garuva

Anexo I**DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO**

A Prefeitura Municipal de Garuva inscrito no CNPJ 83.102.848/0001-59, por intermédio da Secretaria de Cultura, Esporte, e Turismo, em comemoração 22ª FESTA DO COLONO de Garuva, CREDENCIA a pessoa física ou jurídica COMERCIAL MULTISOM LTDA com endereço ou sede na _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____,

_____, inscrita no CPF ou CNPJ n.º _____, para concessão de autorização de uso a título precário de espaço para exploração do serviço de Direito de espaços para praça de alimentação; Direito de espaço para expositores; Direito de venda de publicidade para patrocinadores;

Obrigação de contratação de atrações do Palco alternativo; Obrigação de premiação Festival de Música Sertaneja, Obrigação de pagamento de refeições para a brigada da polícia militar que fará reforço policial no evento e Direito de Instalação de Parque de Diversões (inflável e mecânico) contendo no mínimo: 02 escorregador inflável, 02 piscina de bolinha, 04 camas elásticas, 01 labirinto, Conforme Edital Chamada Pública SECET 02/2015, durante a 22ª FESTA DO COLONO de Garuva mediante a instalação de barraca(s) ou fornecimento de espaço físico, por concessão na área definida para a festa que será nas dependências ou mediações do Ginásio de Esportes Evandro Nagel. Afirma ainda que possui toda a infra-estrutura e documentação necessária para suprir as necessidades físicas do ponto a ser explorado.

Nesta oportunidade aceita todas as exigências do Edital SECET 02/2015 e se compromete a cumpri-las.

Garuva/SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

(representante legal)

Anexo II

(Declaração de vistoria ao local dos serviços)

Termo de Recebimento das Instalações

Declaramos em atendimento ao previsto nas condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público SECET nº 002/2015, que vistoriamos as instalações, objeto deste Edital, sendo do nosso inteiro conhecimento as condições e características dos mesmos e tudo o mais necessário à execução total dos serviços.

Garuva/SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

(representante legal)

Anexo III

(Declaração do Cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF)

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART.7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos em atendimento ao previsto Edital de Chamamento Público SECET nº 002/2015, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Garuva/SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

(representante legal)

ANEXO IV
(Termo de Autorização)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 02/2015

ÁREA DE OCUPAÇÃO GRUPO: A e B

MODALIDADE: CESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL

HORÁRIO PARA INSTALAÇÃO: 08 às 12hs, do dia 31/07/2015, ultrapassado o horário de instalação, os órgãos de fiscalização e controle poderão remanejar os autorizatários para outra área de ocupação conforme oportunidade e conveniência do agente público.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

A Prefeitura Municipal de Garuva inscrito no CNPJ 83.102.848/0001-59, por intermédio da Secretaria de Cultura, Esporte, e Turismo, autoriza a título precário, o (a) Senhor (a) COMERCIAL MULTISOM LTDA, inscrito no CNPJ sob nº, 00.842.605/000120 doravante denominado AUTORIZATÁRIO(a).

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto

O presente Termo tem por objetivo permitir o uso sem ocupação fixa da área pública, situada no endereço, área externa ou interna do Ginásio de Esportes Evandro Nagel, para exercer a atividade de comercialização e venda de: Direito de venda de bebidas; Direito de espaços para praça de alimentação; Direito de espaço para expositores; Direito de venda de publicidade para patrocinadores; Obrigação de contratação de atrações do Palco alternativo; Obrigação de premiação Festival de Música Sertaneja e Direito de Instalação de Parque de Diversões (inflável e mecânico) contendo no mínimo: 02 escorregador inflável, 02 piscina de bolinha, 04 camas elásticas, 01 labirinto, Conforme Edital Chamada Pública SECET 02/2015.

podendo colocar mesas e cadeiras dentro da área delimitada, inclusive “caixeiros”.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vigência

O presente Termo de autorização terá validade apenas a partir das 8h00m do dia 31/07/2015 até as 24h00m do dia 03/08/2015.

CLÁUSULA QUARTA – Da Cobrança do Preço Público

O Preço Público será cobrado pelo Município de Garuva.

A concessão do presente Termo fica condicionada à apresentação do Documento de Arrecadação Municipal – DAM devidamente quitado.

CLÁUSULA QUINTA – Disposições Gerais

É Obrigatória a utilização de acessórios de higiene tais como: luva, máscara e touca para os manipuladores de alimentos;

O prazo limite para desocupação do local será até 14h00m do dia 03/08/2015.

Em caso de uso de energia, deverá ser adquirida exclusivamente por meio de geradores.

É expressamente proibida a venda de produtos ilícitos e de qualquer tipo de BEBIDA DESTILADA PURA.

É expressamente proibida a venda em recipientes de vidro, de qualquer natureza.

Após o término da validade da autorização, deverá a Autorizada deixar o local que se encontrava limpo.

O não cumprimento de qualquer uma das normas acarretará na suspensão da autorização ou apreensão do material proibido.

Garuva/SC, _____ de _____ de _____.

José Chaves

Prefeito Garuva

Luis Carlos B. Weber

Secretário de Cultura, Esporte e Turismo

Credenciado

Anexo V

(Termo de Compromisso)

REQUERIMENTO PARA TRABALHAR EM EVENTOS Nº _____/2015

DADOS PESSOAIS

NOME: _____

CPF: _____ RG: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ UF: _____ CEP: _____

TELEFONE: _____ EMAIL: _____

DADOS DO EVENTO

LOCAL DO EVENTO: Ginásio Evandro Nagel e seus arredores

DATA DE INÍCIO: 31/07/2015 HORA DE INÍCIO: 14:00

DATA DE TÉRMINO: 03/08/2015 HORA DE TÉRMINO: 2:00

HORÁRIO PARA INSTALAÇÃO: 08:00 até 12:00 do dia 31/07/2015

TIPO DE MERCADORIA:

QTD DE DIAS: 03 VALOR A PAGAR R\$:

TERMO DE COMPROMISSO

- Não será permitida a venda de bebidas destiladas, em dose ou em garrafa;
- Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, e na dúvida sempre solicitar o documento de identificação;
- Os vendedores que estiverem comercializando alimentos terão de usar toucas, luvas e jalecos de acordo com a vigilância sanitária;
- Os vendedores deverão manter a higiene pessoal como: unhas cortadas e limpas, não utilizar anéis, pulseiras ou qualquer outro tipo de adereço que venha interferir nas normas da vigilância sanitária;
- Manter conservada e limpa a área utilizada e manter acondicionado o lixo, de forma adequada para os fins de coleta nos termos da legislação vigente;
- É proibido à utilização indevida de energia elétrica, gambiarras, gatos, puxar fios de postes. Caracterizando crime previsto em Lei.
- O ambulante que estiver em local não autorizado será penalizado com a possibilidade de perda de mercadoria.

O não cumprimento dessas normas presentes caberá em punições como:

I. Perderá o direito da utilização de espaço público

II. Podendo perder a sua mercadoria de acordo com as normas de fiscalização e estar sujeitos as devidas multas.

Li e assino o devido Termo de Compromisso:

Garuva/SC, _____ de _____ de _____ .

Credenciado

Gaspar

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 06/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 06, de 16 de julho de 2015.

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 9.426,40 (nove mil quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta centavos).

Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de auxílio funeral, natalidade e situações de vulnerabilidade temporária;

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de julho de 2015.

ELOIZA C. PROBST

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 07/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 07, de 16 de julho de 2015.

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Gaspar/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 16 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1648/97, de 16 de janeiro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 109.007,75 (cento e nove mil e sete reais e setenta e cinco centavos), sendo que 70% destina-se para investimento e 30% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, na modalidade de Acolhimento Institucional, para as seguintes entidades:

I – Serviço de Acolhimento Institucional – Grupo de Apoio a Infância e Adolescência Abrigada;

II – Serviço de Acolhimento Institucional – Ação Social e Cidadã – Abrigo Feminino;

III – Serviço de Acolhimento Institucional – Ação Social e Cidadã - CEGAPAM;

Art. 3º O gestor da política de assistência social deve assumir o compromisso e a responsabilidade com o reordenamento da oferta de serviços para na modalidade Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de julho de 2015.

ELOIZA C. PROBST

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 08/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 08, de 16 de julho de 2015.

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Gaspar/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 16 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1648/97 de 16 de janeiro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 114.048,00 (cento e quatorze mil e quarenta e oito reais), sendo que 70% destina-se para investimento e 30% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/ 2009:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;

II – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços a Comunidade- PSC;

III – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de julho de 2015.

ELOIZA C. PROBST

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 09/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 09, de 16 de julho de 2015.

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Gaspar/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 16 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1648/1997 de 16 de janeiro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de

Gaspar – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 52.147,30 (cinquenta e dois mil cento e quarenta e sete reais e trinta centavos), referente ao ano de 2015, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

() 10% para custeio e 90% para investimento

() 90% para custeio e 10% para investimento

() 50% para custeio e 50% para investimento

() 30% para custeio e 70% para investimento

(x) 70% para custeio e 30% para investimento

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de julho de 2015.

ELOIZA C. PROBST

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

SAMAE - GASPAR

AVISO DO II ADITIVO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015 - SAMAE

AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: Registro de Preços para aquisição de equipamentos de laboratórios para as ETA'S, que foram efetuadas alterações no edital, sendo alteradas as datas de recebimento e abertura dos envelopes. Fica redesignado o dia 06/08/2015 às 08:45 horas para o recebimento dos envelopes e às 09:00 horas do mesmo dia para abertura do certame. O local para entrega e abertura, é o Departamento de Compras do SAMAE, sito a Rua Barão do Rio Branco nº 500 - centro, Gaspar - SC ou através do site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), 16 de julho de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2015 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

Número do contrato: 28//2015

Data vigência: 08/07/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 23/2015 - Modalidade: Pregão Presencial
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA.

Objeto: Aquisição de conexões.

Valor R\$ 4.639,00 (quatro mil seiscentos e trinta e nove reais).

=====

Gaspar (SC), em 08 de julho de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2015 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

Número do contrato: 29/2015

Data vigência: 08/07/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 23/2015 - Modalidade: Pregão Presencial
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SANEMARCK COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA.

Objeto: Aquisição de conexões.

Valor R\$ 6.440,00 (seis mil quatrocentos e quarenta reais)

=====

Gaspar (SC), em 08 de julho de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2015 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 30//2015
Data vigência: 08/07/2015
Data vencimento: 31/12/2015
Número da Licitação: 23/2015 - Modalidade: Pregão Presencial
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA.
Objeto: Aquisição de conexões.
Valor R\$ 5.234,00 (cinco mil duzentos e trinta e quatro reais).
=====

Gaspar (SC), em 08 de julho de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2015 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 31/2015
Data vigência: 08/07/2015
Data vencimento: 31/12/2015
Número da Licitação: 23/2015 - Modalidade: Pregão Presencial
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MED. HIDR. E SANEAMENTO LTDA.
Objeto: Aquisição tubos e conexões.
Valor R\$ 6.178,00 (seis mil cento e setenta e oito reais)
=====

Gaspar (SC), em 08 de julho de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2015 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 32//2015
Data vigência: 08/07/2015
Data vencimento: 31/12/2015
Número da Licitação: 23/2015 - Modalidade: Pregão Presencial
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: LUIZ ANTÔNIO LOPES DE CASTRO LTDA. ME
Objeto: Aquisição tubos e conexões.
Valor R\$ 1.034,00 (hum mil e trinta e quatro reais)
=====

Gaspar (SC), em 08 de julho de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2015 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 33//2015
Data vigência: 08/07/2015
Data vencimento: 31/12/2015
Número da Licitação: 23/2015 - Modalidade: Pregão Presencial
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: C.E. MACEDO E CIA LTDA.
Objeto: Aquisição tubos e conexões.
Valor R\$ 5.620,75 (cinco mil seiscentos e vinte reais e setenta e cinco centavos)
=====

Gaspar (SC), em 08 de julho de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2015 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 34//2015
Data vigência: 09/07/2015
Data vencimento: 31/12/2015
Número da Licitação: 23/2015 - Modalidade: Pregão Presencial
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: STARTUBO COMERCIAL EIRELI - EPP.
Objeto: Aquisição de conexões.
Valor R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais)
=====

Gaspar (SC), em 09 de julho de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2015 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 35//2015
Data vigência: 09/07/2015
Data vencimento: 31/12/2015
Número da Licitação: 23/2015 - Modalidade: Pregão Presencial
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: DOAL PLASTIC IND. E COM. LTDA.
Objeto: Aquisição de conexões.
Valor R\$ 2.335,00 (dois mil trezentos e trinta e cinco reais)
=====

Gaspar (SC), em 09 de julho de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2015 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 36//2015

Data vigência: 09/07/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 23/2015 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: H.D.S. COMERCIAL HIDRÁULICA E SANEAMENTO EIRELI

Objeto: Aquisição de conexões.

Valor R\$ 3.429,30 (três mil quatrocentos e vinte e nove reais e trinta centavos), =====

Gaspar (SC), em 09 de julho de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2015 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 39//2015

Data vigência: 08/07/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 22/2015 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA.

Objeto: Aquisição de conexões.

Valor R\$ 91,50 (noventa e um reais e cinquenta centavos).

=====

Gaspar (SC), em 16 de julho de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2015 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 37//2015

Data vigência: 09/07/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 23/2015 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: PESCARA IND. E COM. DE MATERIAIS DE SANEAMENTO EIRELI

Objeto: Aquisição tubos e conexões.

Valor R\$ 304,00 (trezentos e quatro reais),

=====

Gaspar (SC), em 09 de julho de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2015 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 38/2015

Data vigência: 16/07/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 22/2015 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: TIGRE S/A TUBOS E CONEXÕES

Objeto: Aquisição tubos e conexões.

Valor R\$ 5.416,20 (cinco mil quatrocentos e dezesseis reais e vinte centavos).

=====

Gaspar (SC), em 16 de julho de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 037/2015 - ORÇAMENTO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000037/15 de 16 de Julho de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001984/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS	
14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
(072)3.3.90.00.00.00.00.2.038-3158 - Aplicacoes Diretas	2.185,06
Total Suplementação:	2.185,06

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS	
14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
(071)4.4.90.00.00.00.00.2.038-3158 - Aplicacoes Diretas	2.185,06
Total Anulação:	2.185,06

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Julho de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 16 de Julho de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 72.15 AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS CONserto BOMBA HIDRAULICA MOTONIVELADORA VOLVO 710A

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº72/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 93/15, Edital de Pregão Presencial Nº 72/15, Objeto: Aquisição de Peças e serviços para conserto da bomba hidráulico da moto niveladora volvo 710A; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 29/07/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 29/07/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 16 de julho de 2015.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 507/2015

DECRETO Nº. 507/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 580.603,74.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 580.603,74 (quinhentos e oitenta mil seiscientos e três reais e setenta e quatro reias), constante do orçamento Municipal, conforme Lei nº. 4234/2015, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.1007	Construção, Ampliação e Equipamentos para Centro D
3449000000000000	Aplicações Diretas
01360000	Tsalário Educação
Total Ação	35.000,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2024	Transporte Escolar do Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações Diretas
01190000	Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)
Total Ação	300.000,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.1011	Construcao, Implementacao de Espacos Esportivos e
3449000000000000	Aplicações Diretas
01640000	Transf.convênio -estado/outros
Total Ação	85.613,74

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corrego

3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	99.990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2092	Manutencao de Equipamentos Rodoviaros
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.1005	Construção, Ampliação, Equip. e Reforma para Escol
3449000000000000	Aplicações Diretas
01360000	Tsalário Educação
Total Ação	35.000,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3319000000000000	Aplicações Diretas
01180000	Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)
Total Ação	300.000,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1017	Construcao de Pontes e Pontilhoes
3449000000000000	Aplicações Diretas
01640000	Transf.convênio -estado/outros
Total Ação	85.613,74

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo

08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1037	Construcao, Implementacao de Sede P/ Sec. Obras e
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	99.990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.1025	Aquisicao de Veiculos, Maquinas e Equipamentos Rod
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4234/2015

LEI Nº. 4234/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 580.603,74.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 580.603,74 (quinhentos e oitenta mil seiscientos e três reais e setenta e quatro reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.1007	Construção, Ampliação e Equipamentos para Centro D
3449000000000000	Aplicações Diretas
01360000	Tsalário Educação
Total Ação	35.000,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2024	Transporte Escolar do Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações Diretas
01190000	Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)
Total Ação	300.000,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.1011	Construcao, Implementacao de Espacos Esportivos e
3449000000000000	Aplicações Diretas
01640000	Transf.convênio -estado/outros
Total Ação	85.613,74

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corrego
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	99.990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2092	Manutencao de Equipamentos Rodoviaros
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.1005	Construção, Ampliação, Equip. e Reforma para Escol
3449000000000000	Aplicações Diretas
01360000	Tsalário Educação
Total Ação	35.000,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3319000000000000	Aplicações Diretas
01180000	Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)
Total Ação	300.000,00

Dotações Anuladas	
-------------------	--

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1017	Construcao de Pontes e Pontilhoes
3449000000000000	Aplicações Diretas
01640000	Transf.convênio -estado/outros
Total Ação	85.613,74

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1037	Construcao, Implementacao de Sede P/ Sec. Obras e
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	99.990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.1025	Aquisicao de Veiculos, Maquinas e Equipamentos Rod
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 468/2015

PORTARIA Nº. 468/2015

Concede licença saúde para Conceição Lemos da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Conceição Lemos da Silva, na função de Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 22 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 469/2015

PORTARIA Nº. 469/2015

Concede licença saúde para Rogerio Jose dos Santos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Rogerio Jose dos Santos, na função de Inspetor de Produtos de Origem Animal, vinculado à Secretaria de Agricultura, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 470/2015

PORTARIA Nº. 470/2015

Concede licença saúde para Ana Cristina Dalpra Estrapazoli.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Ana Cristina Dalpra Estrapazoli, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 28 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 471/2015

PORTARIA Nº. 471/2015

Concede licença saúde para Lori Bosse Silveira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Lori Bosse Silveira, na função de Auxiliar de Creche, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 27 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 472/2015

PORTARIA Nº. 472/2015

Concede licença saúde para Angela Regina Pilar.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Angela Regina Pilar, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 473/2015**

PORTARIA Nº. 473/2015

Concede licença saúde para Valquiria Firl Mariano.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Valquiria Firl Mariano, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 21 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 474/2015**

PORTARIA Nº. 474/2015

Concede licença saúde para Leandro Beseke.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Leandro Beseke, na função de Calceteiro, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, a partir de 18 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 475/2015**

PORTARIA Nº. 475/2015

Retorna de licença saúde, Lisa Maria Persike Martins.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde, Lisa Maria Persike Martins, na função de Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 30 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 476/2015**

PORTARIA Nº. 476/2015

Retorna de licença saúde, Ana Cristina Dalpra Estrapazoli.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde, Ana Cristina Dalpra Estrapazoli, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 06 de julho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 477/2015**

PORTARIA Nº. 477/2015

Retorna de licença saúde, Ana Carolina Doring de Andrade.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde, Ana Carolina Doring de Andrade, na função de Fisioterapeuta, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 18 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 478/2015

PORTARIA Nº. 478/2015

Concede licença maternidade para Luciele Rubini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Luciele Rubini, na função de Professora de Educação Física, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 20 de junho de 2015, por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 479/2015

PORTARIA Nº. 479/2015

Nomeia Iara Maria Spezia Schorck.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Iara Maria Spezia Schorck, na função de Diretora de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 11 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 480/2015

PORTARIA Nº 480/2015

INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes da servidora C. B. A., levantadas pela Secretaria de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infrações administrativas, previstas no art. 49, incisos II, III, IX, XI, art. 50, inciso I da Lei Complementar nº. 007/2001, atribuída à servidora C. B. A., matrícula 297615, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Vanderlei Martins, Sirlene Scaburi e Maria do Nascimento Isidoro, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 481/2015

PORTARIA Nº. 481/2015

INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o servidor A. M. não alcançou a pontuação mínima exigida em uma avaliação do Estágio Probatório;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infração administrativa cometida pelo servidor A. M., matrícula 380849, Agente de Manutenção, vinculado à Secretaria de Esporte e Lazer, conforme dispõe o art. 7º, do Decreto nº. 82/2010.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Dilnei Marcelino, Gentília Dolinski e Rosária Maria Gonçalves Leonardo, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 482/2015

PORTARIA Nº. 482/2015

PRORROGA Sindicância Administrativa Instaurada pela Portaria nº. 427/2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o parágrafo único, art. 52 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº. 427/2015, por mais 30 (trinta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF PL 47

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 47/2015 - Pregão Presencial Nº. 25/2015

Objeto: Aquisição de Merenda Escolar (gêneros alimentícios) e material de limpeza para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 30/07/2015 (08:15 hrs – Documentação / 08:30 hrs abertura)

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 ou site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 16 de julho de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 116_2015

Decreto Municipal 116/2015

ISENTA CONTRIBUINTES DO PAGAMENTO DO IPU – IMPOSTO PREDIAL URBANO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial a Lei Municipal nº 1.944/2008 de 04 de Dezembro de 2008, em seu Artigo 139.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam ISENTOS do pagamento do Imposto Predial Urbano – IPU, durante o exercício de 2015, por se enquadrarem no Artigo 139, da Lei Complementar 1.944/2008 e da Lei Complementar nº 16/2014 de 26 de novembro de 2014 os seguintes contribuintes:

1	Aloysio Benno Kerkhoven	21	Honorio Aloysio Mallmann	41	Nilvo Sprandel
2	Amadeu Luiz Venturini	22	Ipenor Spada	42	Oscar Fritzen
3	Angelo Zaffonato	23	Irdes Matte	43	Osmar Fanck/Erica Fanck
4	Anildo Gomes dos Santos	24	Ivanir Salete Pires Becker	44	Otacílio de Aguiar Machado
5	Amélia Tortora	25	João Carlos Cattani	45	Otto Anselmo Shiremberck
6	Armélindo Spada	26	João Weber	46	Roque Limberger
7	Arno Antonio Schuh	27	Joceli Alice Zuse	47	Rosa Martina Menegazzo
8	Arsi Nair Gerlach	28	Laurindo Antonio Techio	48	Rudi Anildo Laux /Ereca Laux
9	Blasio Konzen	29	Leonildo Appelt	49	Sadi Schmidt
10	Brunilda Keiber	30	Lido João Ghidini	50	Saldino Schabarum
11	Camilo Schmidt	31	Liduino Caramori	51	Saul Caron
12	Cenilde Rohenkohl	32	Lourdes Rosina Rigoni Dall Agnol	52	Silvestre Martins da Silva
13	Claudio Germano Ruschel	33	Lucia Erica Knapp	53	Teresinha Maria Walter
14	Clavinha Inês Siebeneicher	34	Lucia Luiza Staelben	54	Theobaldo Krewer
15	Deolindo Claudino Gusatto	35	Luiz Gerando Kremer	55	Valdemiro Seibel
16	Domingos Barilli	36	Melita Eckhardt	56	Validio Antonio Fritzen
17	Elizabeta Dewes	37	Neivo Putrick	57	Venilda Marmett
18	Elzira Henicka Mantovani	38	Nelci Lucila Lermen	58	Vidal Hendges
19	Ereni Eckhardt	39	Nelma Neitzke		
20	Fidelis Kamer	40	Nelson Ferreira Gomes		

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto Administrativo, a Ata nº 01/2015 de 13 de Julho de 2015, com parecer da Comissão Especial criada pelo Decreto Administrativo nº 111/2015 de 03 de julho de 2015, que analisou a documentação dos processos que deram entrada na Prefeitura Municipal requerendo isenção do IPU.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em
13 de Julho de 2015
63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.
José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

- Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária da Administração e Fazenda

EDITAL NOTIFICAÇÃO IPTU 01/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 01/2015

NOTIFICA O LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, DA TAXA DE COLETA DE LIXO E DA TAXA DE SEGURANÇA CONTRA SINISTROS DO EXERCÍCIO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial o artigo 133 § 2º e 3º, da Lei Municipal nº. 1.603/2002 de 23 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar 04/2010 de 29 de setembro de 2010, e o Decreto Municipal nº. 111/2015 de 03 de Julho de 2015, NOTIFICA os senhores contribuintes, tornando público o seguinte aviso geral, do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, da Taxa de Coleta de Lixo e da taxa de Segurança contra Sinistros, do exercício de 2015.

1. Ficam os proprietários, titulares do domínio útil, promitentes compradores ou possuidores a qualquer título de imóvel localizados na zona Urbana do Município de Guarujá do Sul/SC, notificados do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, da Taxa de Coleta de Lixo e da Taxa de Segurança contra Sinistros do exercício de 2015, calculados de acordo com os parâmetros fixados pela Lei Complementar nº. 1.603/2002 de 23 de dezembro de 2002, artigos 110 a 141 e Lei Complementar nº. 1.863/2006 de 19 de dezembro de 2006.

2. As datas de vencimento serão as seguintes:

2.1. Para o pagamento em cota única, com o desconto de 10% (dez por cento) sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, até o dia 17 de Agosto de 2015;

2.1.1. Os contribuintes que optarem pelo parcelamento do IPTU não farão jus ao desconto;

2.1.2. O desconto anteriormente referenciado é restrito ao Imposto, não incidindo sobre a Taxa de Coleta de Lixo e a Taxa de Segurança contra Sinistros.

2.2. Para pagamento parcelado, a 1º parcela, até dia 17 de Agosto de 2015; 2º parcela, até 15 de Setembro de 2015; 3ª parcela até 15 de Outubro de 2015; 4ª parcela até 16 de Novembro de 2015 e 5ª parcela até 15 de Dezembro de 2015.

3. Os créditos tributários pagos fora dos prazos fixados, além da correção monetária, sofrerão acréscimo de multa e juros, conforme legislação vigente, e estarão sujeitos à inscrição em dívida ativa e à cobrança na forma da lei.

4. O contribuinte que não concordar com o lançamento dos tributos poderá protocolar reclamação, na forma do art. 51 e seguintes da lei complementar 1.603/2002, até 30 (trinta) dias, contados do 1º dia da publicação deste edital.

5. Os contribuintes deverão retirar os carnês no Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal, na Rua Paraná, 338, no município de Guarujá do Sul, SC, a partir de 27 de Julho de 2015.

6. Para obtenção de mais informações, o contribuinte poderá acessar a Internet no endereço eletrônico www.guarujadosul.sc.gov.br ou ligar o telefone (0**49) 3642 0122, das 7h30min às 11h30min ou das 13hs às 17hs.

7. Consideram-se notificados os contribuintes no 1º dia de publicação deste edital.

8. Este edital será publicado no quadro de publicações localizado na Prefeitura Municipal, por período não inferior a 10 (dez) dias, nos jornais de circulação regional e no endereço eletrônico www.guarujadosul.sc.gov.br e <https://diariomunicipal.sc.gov.br>

Guarujá do Sul, SC 16 de Julho de 2015
JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.439_2015

Lei nº 2.439/2015.

Autoriza a transferência de recursos financeiros a ASSOCIAÇÃO DE DANÇAS FOLCLÓRICAS ITALO-GERMANICAS DANZATORI DEL ZAUBER, e contém outras providências.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, autorizado a transferir no exercício de 2015, a importância de R\$ 5.000,00(cinco mil reais), a ASSOCIAÇÃO DE DANÇAS FOLCLÓRICAS ITALO-GERMANICAS DANZATORI DEL ZAUBER, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 73.667.867/0001-79, estabelecida na Avenida João Pessoa, s/n, neste município de Guarujá do Sul.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este Artigo visam auxiliar a referida Associação na manutenção, coordenação e desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

Art. 2º Os recursos serão repassados em uma única parcela no exercício de 2015, sendo obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Entidade bancária Oficial, movimentado por Cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Associação terá que comprovar à boa e regular aplicação dos recursos recebidos junto a Contadoria Geral do município, dentro do Exercício de 2015.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei acarretará no bloqueio da parcela seguinte e na devolução integral dos valores atualizados monetariamente em favor do Erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, serão atualizadas monetariamente e devolvidas à municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do Erário Público Municipal.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesoureiro).

Art. 8º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruídas com os seguintes documentos:

I - ofício de encaminhamento a prestação de contas;

II - balancete Modelo conforme padrão;

III - extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo se for o caso;

IV - fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e,

V - declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita Orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente ser assinados pelos Ordenadores Primário e Secundário.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando a averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 10. As despesas realizadas a conta dos recursos ora autorizados, quando cabível ao caso, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a legislação pertinente ao assunto.

Art. 11. As despesas decorrentes com a presente Lei, correrão por conta dos itens cabíveis na dotação orçamentária do Orçamento Municipal.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em

16 de julho de 2015.

63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Certifico que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra

ROSA ISABEL MONTAGNER

Secretária de Administração e Fazenda

CAMARA DE VEREADORES DE GUARUJÁ DO SUL**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 13/2015**

PORTARIA LEGISLATIVA nº 013/2015

EXONERA ZELADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Art. 34.º e seus Incisos do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a funcionária SUELI PIRES, ocupante do cargo em comissão de ZELADORA, da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, a partir de 15 de Julho de 2015.

Art. 2º. A presente exoneração está embasada no TAC 06.2014.00006098-6 assinado em 03/09/2014, no resultado do Concurso Público nº 001/2015 publicado em 10/07/2015 e no parecer jurídico em anexo a esta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrárias.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, aos 15 de julho de 2015.

Em sua 13ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, 1º período, 52º ano de sua Instalação Legislativa.

Alcione Roberto Straub
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Mônica Regina Taube
1º Secretária

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ATÉ O 1º SEMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6			R\$ 1,00
Receita Corrente líquida	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	13.991.635,10
Despesa Total com Pessoal - DTP	DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		% SOBRE A RCL	3,06
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>			6,00
			5,70
Dívida Consolidada Líquida	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		% SOBRE A RCL	0,00
			120,00
Total das Garantias Concedidas	GARANTIA DE VALORES	VALOR	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		% SOBRE A RCL	0,00
			22,00
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
		% SOBRE A RCL	

Operações de Crédito Externas e Internas 0,00 0,00

Operações de Crédito por Antecipação da Receita 0,00 0,00

Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas 2.238.661,62 16,00

Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita 979.414,46 7,00

RESTOS A PAGAR

INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO

DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)

Valor Total 1.030,00 55.015,69

FONTE:

Guarujá do Sul, 16/07/2015

ALCIONE ROBERTO STRAUB
Presidente

WALTER LUIZ STEFFENS
Tecnico Contab. CRC-SC 008.165/0-4

GUSTAVO DI DOMENICO
Controle Interno

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL JANEIRO A JUNHO 2015 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADO SE NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	R\$ 1,00
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demaís Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a) - (b) + c + d + e)		
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EXPOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXILIOS E CONTRIBUICOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXILIOS E CONTRIB. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

ALCIONE ROBERTO STRAUB
Presidente

WALTER LUIZ STEFFENS
Tecnico Contab. CRC-SC 008.165/0-4

GUSTAVO DI DOMENICO
Controlle Interno

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA

DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)

Dívida Mobiliária

Dívida Contratual

Internal

Externa

Precatório

Outras Dívidas

EDIÇÕES (II)

Dissonance (II)

Disponibilidade de Caixa Bruta
Demais Haveres Financeiros

Demais Haveres Financeiros

(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL

% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]

% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]

LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%

LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%

SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		R\$ 1,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
0,00		
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	55.176,03	—
0,00	0,00	0,00
0,00	80,17	0,00
0,00	-55.095,86	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00%	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
SALDO DO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	

DEBIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)

Passivo
Atuarial
Outras
Dívidas -
Inclusive
precatórios
vencidos e não

DEDUÇÕES (V)	pagos	0,00
	Disponibilidade de Caixa Bruta	
	Investimentos	
	Demais	
	Haveres	
	Financeiros	
	(-) Restos a pagar	
	processados (exceto precatórios)	
		0,00
		0,00
		0,00
		Continua 1/2

OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC**DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)**

FONTE:

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Guarujá do Sul, 16/07/2015

ALCIONE ROBERTO STRAUB
Presidente

WALTER LUIZ STEFFENS
Tecnico Contab. CRC-SC 008.165/0-4

GUSTAVO DI DOMENICO
Controle Interno

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL JANEIRO À JUNHO/2015 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	R\$ 1,00	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS			
(I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS			
(II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		SALDO DO	

	EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:
Guarujá do Sul, 16/07/2015

ALCIONE ROBERTO STRAUB
Presidente

WALTER LUIZ STEFFENS
Tecnico Contab. CRC-SC 008.165/0-4

GUSTAVO DI DOMENICO
Controle Interno

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL JANEIRO À JUNHO/2015 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)		
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00

Outras Operações de Crédito	0,00		
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00		0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00		0,00
De Tributos	0,00		0,00
De Contribuições Sociais	0,00		0,00
Previdenciárias	0,00		0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00		0,00
Do FGTS	0,00		0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00		0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00		0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00		0,00
		VALOR	% SOBRE A RCL
			—
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00		
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00		0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00		
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00		0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00		16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00		14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00		7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00		0,00

FONTE:

Guarujá do Sul, 16/07/2015

GUSTAVO DI DOMENICO
Controlle Interno

WALTER LUIZ STEFFENS
Tecnico Contab. CRC-SC 008.165/0-4

ALCIONE ROBERTO STRAUB
Presidente

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL JULHO/2014 À JUNHO/2015 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESAS COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	R\$ 1,00
LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)		
(a)			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		428.343,72	0,00
Pessoal Ativo		428.343,72	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista		0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)		428.343,72	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		13.991.935,10	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)		428.343,72	3,06
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		839.516,11	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		797.540,30	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		755.564,50	5,40

FONTE:

Guarujá do Sul, 16/07/2015

ALCIONE ROBERTO STRAUB
Presidente

WALTER LUIZ STEFFENS
Tecnico Contab. CRC-SC 008.165/0-4

GUSTAVO DI DOMENICO
Controle Interno

Herval d'Oeste

PREFEITURA

LEI Nº 3099 /2015

LEI Nº 3099 /2015.

“RECONHECE E APROVA CONTRATO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, O MUNICÍPIO DE HERVAL D’ OESTE E A EMPRESA ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SC – ADEHASC”.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d’ Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica reconhecido e aprovado pelo Poder Legislativo Municipal o Contrato de Credenciamento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, o MUNICÍPIO DE HERVAL D’ OESTE e a EMPRESA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SC – ADEHASC, que tem por objeto o desenvolvimento de ações integradas e a conjunção de esforços para implementar medidas de natureza administrativa e judiciais com vista a desenvolver a regularização fundiária no município.

Art. 3º As obrigações da CONTRATADA, do ESTADO e do MUNICÍPIO estão expressas na Cláusula Sétima, Oitava e Nona respectivamente, do Convênio em anexo.

Art. 4º O prazo de vigência do Contrato terá validade até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93, com vista a permitir a fiscalização de todas as etapas do Plano Estadual de Regularização Fundiária

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d’Oeste (SC), 16 de julho 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito

PORTARIA Nº 821/2015

PORTARIA Nº 821/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d’Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora ORAIDE SALETE CALDEROLI (Matr. 2083), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência “D”, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 16 de julho de 2015 a 19 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d’Oeste (SC), em 16 de Julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 822/2015

PORTARIA Nº 822/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d’ Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 16 de julho de 2015, da servidora GRACIELLA WEIMER (Matr. 2821), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d’Oeste (SC), em 16 de Julho de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 823/2015

PORTARIA Nº 823/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d’ Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora CARMEN TERESINHA GHIGGI (Matr. 059), nascida aos 16/07/1960, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/A anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/B, anexo XI, a partir de 16 de julho de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d’Oeste (SC), em 16 de julho de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 015/2015 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE IBIAM - SC
RESOLUÇÃO Nº 15/2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de IBIAM

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 06 de Julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 551, de 25 de agosto de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de IBIAM – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 26.073,65 (vinte seis mil setenta e três reais e sessenta e cinco centavos), referente ao ano de 2015, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

(x)50% para custeio e 50% para investimento

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IBIAM, 14 de Julho de 2015.

EDIR ROMANATTO DANI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Homologada em: 14/07/2015

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiam

Publicação e Registro:

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 001 - 2015 ILHOTAPREV - SOFTWARE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2015

ILHOTAPREV

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

MENOR PREÇO GLOBAL

Contratação de empresa para fornecimento da licença de uso de software por prazo determinado (locação), com atualização mensal, que garanta as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo, conversão, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – CREDENCIAMENTO, PROPOSTA DE PREÇOS e HABILITAÇÃO: até o dia 30/07/2015 às 09:30 hs, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 30/07/2015 às 09:30 hs, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMI – End. Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou site www.ilhota.sc.gov.br, mais informações pelo e-mail licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefones: (0xx47) 3343-8800 ramal 824.

ALEX MIRANDA

PREGOEIRO MUNICIPAL

Ilhota, 17 de julho de 2015.

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 047/2015

Objeto: Constitui como objeto à aquisição de Gêneros Alimentícios para uso da Secretaria Municipal de Administração e Finanças; Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural Pecuário; Secretária Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Secretária Municipal de Assistência e Promoção Social.

Tipo: Pregão Presencial, menor preço por item, registro de preço. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 29 de julho de 2015, às 14h00min horas. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2.º à 6.º feira, das 13:00 às 17:00 horas, no setor de licitação e também através do e-mail licitação@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 16 de Julho de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 048/2015

Objeto: Constitui como objeto a contratação de empresa para publicações legais em jornais de circulação local, regional e estadual, para uso das seguintes Secretarias: Secretária Municipal de Administração e Finanças; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Fundação Municipal do Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Pecuário; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura; Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude; Secretaria Municipal de Promoção Social; Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão; secretaria Municipal de Governo e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

Tipo: Pregão Presencial, menor preço por item, registro de preço. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 03 de Agosto de 2015, às 14h00min horas. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2.º à 6.º feira, das 13h00mim às 17h00mim, no Setor de Compras e Licitações e também através do e-mail licitação@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 16 de Julho de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 046/2015

O Município de Imaruí através da Prefeitura Municipal e seu Setor de Licitação torna público para conhecimento dos interessados a retificação do Edital do Pregão Presencial nº 046/2015, para instalação de rede de energia elétrica e instalação de ar condicionado contendo as seguintes alterações:

Onde se - lê:

"Constitui como objeto instalação de rede de energia elétrica e instalação de aparelhos de ar condicionado nas escolas E.E.F.M. Prefeito Portinho Bittencourt e na C.E.I.M. Carlos Gomes".

Leia-se:

"Constitui como objeto instalação de rede de energia elétrica nas escolas E.E.F.M. Prefeito Portinho Bittencourt e na C.E.I.M. Carlos Gomes".

Onde se - lê:

"Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 27 de Julho de 2015, às 14h00min"

Leia-se:

"Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 30 de Julho de 2015, às 14h00min"

Imaruí, 16 de Julho de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 074 DE 16 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº. 074 DE 16 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTEAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2015 na importância de R\$683.000,00 (seiscentos e oitenta e três mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA			
UNIDADE – 09.03	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA			
PROJ/ATIV. – 2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	128	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
Total Suplementação	5.000,00			

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA			
UNIDADE – 09.03	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA			
PROJ/ATIV. – 2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	126	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
Total Suplementação	5.000,00			

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 16 de julho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 075, DE 16 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº. 075, DE 16 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTEAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial as disposições contidas na Lei n.1.883, de 16 de julho de 2015, DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, exercício 2015, na importância de R\$490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
PROJ/ATIV. – 2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	10	1.000	Aplicações Diretas	3.000,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	24	1.000	Aplicações Diretas	187.000,00

PROJ/ATIV. – 2.016	CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÕES, CONSORCIOS E FEDERAÇÕES DE MUNICIPIOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	20	1.000	Aplicações Diretas	25.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
PROJ/ATIV. – 2.033	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	40	1.000	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 10.01	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.055	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	135	1.000	Aplicações Diretas	35.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	156	1.000	Aplicações Diretas	90.000,00
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	162	1.000	Aplicações Diretas	50.000,00
Total Suplementação	490.000,00			

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito suplementar disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 03	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	7	1.000	Aplicações Diretas	4.000,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 1.000	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	21	1.000	Aplicações Diretas	4.240,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
PROJ/ATIV. – 2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	33	1.000	Aplicações Diretas	150.000,00
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			

PROJ/ATIV. – 2.021	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	41	1.000	Aplicações Diretas	21.200,00
PROJ/ATIV. – 1.010	AQUISIÇÃO DE AREA, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	42	1.000	Aplicações Diretas	8.480,00
4.4.90.00.00.00.00.00	45	1.000	Aplicações Diretas	2.120,00
PROJ/ATIV. – 1.011	AQUISIÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PARQUE INFANTIL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	46	1.000	Aplicações Diretas	7.420,00
4.4.90.00.00.00.00.00	48	1.000	Aplicações Diretas	6.360,00
PROJ/ATIV. – 1.013	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRA POLIESPORTIVA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	51	1.000	Aplicações Diretas	5.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	53	1.000	Aplicações Diretas	15.900,00
PROJ/ATIV. – 1.014	IMPLANTAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	54	1.000	Aplicações Diretas	5.300,00
UNIDADE – 07.03	DIRETORIA DE CULTURA			
PROJ/ATIV. – 1.015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE BIBLIOTÉCA PÚBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	88	1.000	Aplicações Diretas	8.480,00
4.4.90.00.00.00.00.00	90	1.000	Aplicações Diretas	5.300,00
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 1.016	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CAMPO DE FUTEBOL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	96	1.000	Aplicações Diretas	15.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	98	1.000	Aplicações Diretas	1.060,00
PROJ/ATIV. – 1.017	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	99	1.000	Aplicações Diretas	10.600,00
PROJ/ATIV. – 2.036	MANUTENÇÃO DO PROJETO NAVEGAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	109	1.000	Aplicações Diretas	44.520,00
ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
UNIDADE – 08.01	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 1.002	URBANIZAÇÃO DA PLATAFORMA FERRY BOAT			

Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	111	1.000	Aplicações Diretas	2120,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA			
PROJ/ATIV. – 1.052	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE GALPÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	122	1.000	Aplicações Diretas	6.360,00
4.4.90.00.00.00.00.00	124	1.000	Aplicações Diretas	5.300,00
PROJ/ATIV. – 2.051	PROGRAMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	125	1.000	Aplicações Diretas	16.960,00
ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 10.01	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 1.056	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE TRAPICHES			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	130	1.000	Aplicações Diretas	3.180,00
PROJ/ATIV. – 1.057	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE GALPÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	137	1.000	Aplicações Diretas	6.360,00
4.4.90.00.00.00.00.00	139	1.000	Aplicações Diretas	5.300,00
PROJ/ATIV. – 2.056	PROGRAMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	140	1.000	Aplicações Diretas	16.960,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.060	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	170	1.000	Aplicações Diretas	10.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00	172	1.000	Aplicações Diretas	1.060,00
PROJ/ATIV. – 1.061	AQUISIÇÃO DE AREA, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PREDIOS PUBLICOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	148	1.000	Aplicações Diretas	6.360,00
4.4.90.00.00.00.00.00	150	1.000	Aplicações Diretas	2.120,00
PROJ/ATIV. – 1.062	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE TERMINAL RODOVIARIO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	174	1.000	Aplicações Diretas	1.060,00
PROJ/ATIV. – 1.063	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

4.4.90.00.00.00.00.00	176	1.000	Aplicações Diretas	5.300,00
PROJ/ATIV. – 1.064	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, VEICULOS E QUIPAMENTOS PARA FROTA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	184	1.000	Aplicações Diretas	5.300,00
PROJ/ATIV. – 1.067	CONSTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PUBLICAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	151	1.000	Aplicações Diretas	23.320,00
4.4.90.00.00.00.00.00	153	1.000	Aplicações Diretas	2.120,00
PROJ/ATIV. – 1.071	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	141	1.000	Aplicações Diretas	12.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	143	1.000	Aplicações Diretas	5.300,00

PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	159	1.000	Aplicações Diretas	9.670,00
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PUBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	163	1.000	Aplicações Diretas	10.600,00
PROJ/ATIV. – 2.062	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PUBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	160	1.000	Aplicações Diretas	8.850,00
ÓRGÃO – 12	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
UNIDADE – 12.01	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 1.085	AQUISIÇÃO DE AREA E CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	185	1.000	Aplicações Diretas	5.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	187	1.000	Aplicações Diretas	2.120,00
Total Suplementação	490.000,00			

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 16 de julho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 137, DE 14 DE JULHO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 137, DE 14 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETO:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para reforço e novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES			
Aquisição de Veículo			
04.122.0007-1.046			
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0092 (0195)	Aplicações Diretas	140.000,00	
Condomínio Industrial			
22.661.0007-1.045			
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0092 (0243) – novo item	Aplicações Diretas	50.000,00	
Total	190.000,00		

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto por Superávit Financeiro de recursos de alienação de ativos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 138, DE 14 DE JULHO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 138, DE 14 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES			
Aquisição de Veículo			
04.122.0007-1.046			
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0244)	Aplicações Diretas	86.000,00	
Total	86.000,00		

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios, referente exercício 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.587, DE 16 DE JULHO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.587, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Altera a Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo através das disposições desta Lei Complementar.

Art. 2º Fica criada 1(uma) vaga para o cargo de provimento em comissão de "Diretor" no Anexo I da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, conforme especificado no Anexo A, desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correm por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de Julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

ANEXO A

ANEXO I

LC nº 4.514, de 10/02/2015

NOMINATA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	9	Subsídio	5.200,00
Procurador(a) Geral	Procuradoria Geral	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Gabinete	Gabinete do Prefeito	1	Remuneração	4.500,00
Controlador(a) Geral	Controladoria Geral	1	Remuneração	3.700,00
Superintendente	Superintendência	8	Remuneração	3.700,00
Secretário(a) Executivo(a)	Secretaria Executiva	1	Remuneração	2.300,00
Procurador(a)	Procuradoria	4	Remuneração	2.300,00
Diretor(a)	Diretoria	16	Remuneração	1.900,00
Assessor Especial	Assessoria	4	Remuneração	1.900,00
Gestor(a) Institucional	Programa - PMAQ	1	Remuneração	1.800,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação Executiva	3	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) de Imprensa	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) I	Assessoria	7	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	32	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	16	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	26	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	35	Remuneração	800,00

LEI Nº 4.585, DE 16 DE JULHO DE 2015.

LEI Nº 4.585, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder Auxílio Financeiro à Associação Grupo de Mães e Idosos Sagrada Família e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder Auxílio Financeiro à Associação Grupo de Mães e Idosos Sagrada Família, inscrita no CNPJ sob o nº 11.304.572/0001-80, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no exercício de 2015.

Art. 2º O valor de que trata o Artigo 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º A Associação Grupo de Mães e Idosos Sagrada Família prestará contas até 30 (trinta) dias após o repasse da parcela pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará Termo de Convênio com a Associação Grupo de Mães e Idosos Sagrada Família, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de Julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.586, DE 16 DE JULHO DE 2015.

LEI Nº 4.586, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a firmar termo de convênio com o Centro Educacional Aquarela do Saber e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de convênio com o Centro Educacional Aquarela do Saber, inscrito no CNPJ sob o nº 15.183.316/0001-33, objetivando a manutenção material e pedagógica.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º Para atender o art. 1º será repassado, no exercício de 2015, o valor de até R\$ 4.460,00(quatro mil, quatrocentos e sessenta reais), conforme Plano de Aplicação previamente apresentado à Secretaria Municipal de Educação, que analisará e autorizará a sua

execução.

Art. 3º Fica o Centro Educacional Aquarela do Saber comprometido a disponibilizar um total de 5(cinco) vagas, visando atender a 5(cinco) alunos de 2(dois) a 4(quatro) anos de idade, como forma de contrapartida à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará Termo de Convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de Julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.588, DE 16 DE JULHO DE 2015.

LEI Nº 4.588, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Sociedade Amigos das Crianças e Dos Adolescentes - SAMCRAD, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Sociedade Amigos das Crianças e Dos Adolescentes - SAMCRAD, inscrita no CNPJ sob o nº 06.259.860/0001-20, a importância de até R\$ 15.000,00(quinze mil reais), no exercício de 2015.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo. Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará Termo de Convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de Julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

PORTARIA PMI/GGP Nº 421/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 421, de 15 de julho de 2015.

Dispõe sobre pedido de retorno da Licença Sem Vencimentos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 11.381, de 01 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Retornar a pedido, a servidora CLEUSA GABRIEL DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o n.º 800.285.789-53, Professora, matrícula n.º 7478, afastada por LICENÇA SEM VENCIMENTOS através da PORTARIA PMI/GGP Nº 304/2015, para retorno de suas atividades funcionais, a partir de 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 15 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 422/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 422, de 16 de julho de 2015.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Assistente Administrativa, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, contratada em caráter emergencial, admitida em 22 de julho de 2013 através da PORTARIA PMI/DGP Nº 468/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Tatiani Gonçalves Martins	Assistente Administrativa	059.898.499-23	20/07/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de julho de 2015.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Jair Figueiredo Alves
Superintendente de Gestão e Inovação

Indaial

PREFEITURA

ATA Nº 031/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.31/2015

Processo Licitatório Nº 15/00000102

Pregão Nº 45/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.31/2015

Aos dezesesseis dias do mês de julho de dois mil e quinze, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000102 – Pregão Nº 45/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 SINALBLU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.433.422/0001-74, estabelecida à RUA ARI BARROSO, nº 541 – Bairro SALTO DO NORTE, no município de Blumenau – Santa Catarina.
- 1.2 GP SINALIZACAO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.314.355/0001-20, estabelecida à RUA SC 438, nº – Bairro POUSO ALTO, no município de Gravatal – Santa Catarina.
- 1.3 SINAL CITY SINALIZACAO LTDA ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.137.396/0001-28, estabelecida à RUA JORGE CZERNIOWICZ, nº 907 – Bairro CZERNIOWICZ, no município de Jaraguá do Sul – Santa Catarina.
- 1.4 MADEVIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.197.303/0001-60, estabelecida à RUA AMANDUS OLSEN, nº 999 – Bairro LENÇOL, no município de Rio Negrinho – Santa Catarina.
- 1.5 DANNA COMERCIAL EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.31/2015**

13.550.358/0001-30, estabelecida à RUA LUIZ BOLLMANN, nº 83 – Bairro CENTRO, no município de São Bento do Sul – Santa Catarina.

- 1.6 BLU CORPORATION EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.891.378/0001-00, estabelecida à RUA HILDA THEISS, nº 123 – Bairro GARCIA, no município de Blumenau – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA.

- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

315320 - SINALBLU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA						
Lote: 2 - LOTE 02 - PLACAS.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
3	PLACA DE REGULAMENTAÇÃO CONFORME LEGISLAÇÃO CTB, 0,50 M DE DIÂMETRO CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO Nº 18 COM 1,25 MM; VERSO PINTADO COM TINTA ANTICORROSIVA NA COR PRETA FOSCA; FUNDO, ORLA, TARJA, SETA, LETRA, ALGARISMO E SÍMBOLO ADESIVADOS COM PELÍCULA REFLETIVA GT/GT 7 ANOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEMUTTIN.	UNIDADE		300	R\$57,78	R\$17.334,00
4	PLACA 0,50 X 015 M COM MENSAGEM COMPLEMENTAR "INÍCIO", CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA Nº 18 COM 1,25 MM; VERSO PINTADO COM TINTA ANTICORROSIVA NA COR PRETA FOSCA; FUNDO BRANCO, ORLA E ALGARISMOS PRETOS, AMBOS ADESIVADOS COM PELÍCULA REFLETIVA GT/GT 7 ANOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEMUTTIN.	UNIDADE		40	R\$11,56	R\$462,40
5	PLACA 0,50 X 015 M COM MENSAGEM COMPLEMENTAR "TÉRMINO", CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA Nº 18 COM 1,25 MM; VERSO PINTADO COM TINTA ANTICORROSIVA NA COR PRETA FOSCA; FUNDO BRANCO, ORLA E ALGARISMOS PRETOS, AMBOS ADESIVADOS COM PELÍCULA REFLETIVA GT/GT 7 ANOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEMUTTIN.	UNIDADE		40	R\$11,56	R\$462,40

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.31/2015**

6	PLACA 0,50 X 015 M COM MENSAGEM COMPLEMENTAR "A 50M", CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA Nº 18 COM 1,25 MM; VERSO PINTADO COM TINTA ANTICORROSIVA NA COR PRETA FOSCA; FUNDO AMARELO, ORLA E ALGARISMOS PRETOS, AMBOS ADESIVADOS COM PELÍCULA REFLETIVA GT/GT 7 ANOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEMUTTIN.	UNIDADE		40	R\$11,56	R\$462,40
7	PLACA 0,50 X 015 M COM MENSAGEM COMPLEMENTAR "A 100M", CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA Nº 18 COM 1,25 MM; VERSO PINTADO COM TINTA ANTICORROSIVA NA COR PRETA FOSCA; FUNDO AMARELO, ORLA E ALGARISMOS PRETOS, AMBOS ADESIVADOS COM PELÍCULA REFLETIVA GT/GT 7 ANOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEMUTTIN.	UNIDADE		60	R\$11,56	R\$693,60
8	PLACA 0,50 X 075 M COM MENSAGEM COMPLEMENTAR "EXCLUSIVO MOTOS", CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA Nº 18 COM 1,25 MM; VERSO PINTADO COM TINTA ANTICORROSIVA NA COR PRETA FOSCA; FUNDO BRANCO, ALGARISMOS PRETOS, TARJA VERMELHA, AMBOS ADESIVADOS COM PELÍCULA REFLETIVA GT/GT 7 ANOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEMUTTIN.	UNIDADE		20	R\$80,12	R\$1.602,40
9	PLACA 0,50 X 075 M COM MENSAGEM COMPLEMENTAR "EXCLUSIVO IDOSO", CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA Nº 18 COM 1,25 MM; VERSO PINTADO COM TINTA ANTICORROSIVA NA COR PRETA FOSCA; FUNDO BRANCO, ORLA E ALGARISMOS PRETOS, AMBOS ADESIVADOS COM PELÍCULA REFLETIVA GT/GT 7 ANOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEMUTTIN.	UNIDADE		10	R\$80,12	R\$801,20
10	PLACA 0,50 X 075 M COM MENSAGEM COMPLEMENTAR "EXCLUSIVO DEFICIENTE FÍSICO", CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA Nº 18 COM 1,25 MM; VERSO PINTADO COM TINTA ANTICORROSIVA NA COR PRETA FOSCA; FUNDO BRANCO, ALGARISMOS PRETOS, TARJA VERMELHA, SÍMBOLO AZUL, AMBOS ADESIVADOS COM PELÍCULA REFLETIVA GT/GT 7 ANOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEMUTTIN.	UNIDADE		10	R\$80,12	R\$801,20
11	PLACA 0,50 X 0,75 CM "TAXI N VAGAS" - CONFECCIONADA EM	UNIDADE		60	R\$80,12	R\$4.807,20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.31/2015

	CHAPA DE AÇO GALVANIZADA Nº 18 COM 1,25 MM; VERSO PINTADO COM TINTA ANTICORROSIVA NA COR PRETA FOSCA; FUNDO BRANCO, ORLA E ALGARISMOS PRETOS, AMBOS ADESIVADOS COM PELÍCULA REFLETIVA GT/GT 7 ANOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEMUTTIN.					
12	PLACA 0,50 X 0,75 CM "FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO POR VIDEOMONITORAMENTO - RES. 471/2013 CONTRAN" - CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA Nº 18 COM 1,25 MM; VERSO PINTADO COM TINTA ANTICORROSIVA NA COR PRETA FOSCA; FUNDO BRANCO, LETRAS PRETAS, AMBOS ADESIVADOS COM PELÍCULA REFLETIVA GT/GT 7 ANOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEMUTTIN.	UNIDADE		10	R\$80,12	R\$801,20
13	PLACA DE ADVERTÊNCIA CONFORME LEGISLAÇÃO CTB COM 0,50 M DE LADO, CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA Nº 18 COM 1,25 MM; VERSO PINTADO COM TINTA ANTICORROSIVA NA COR PRETA FOSCA; FUNDO, ORLA, TARJA, SETA, LETRA, ALGARISMO E SÍMBOLO ADESIVADOS COM PELÍCULA REFLETIVA GT/GT 7 ANOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEMUTTIN.	UNIDADE		200	R\$57,78	R\$11.556,00
14	PLACAS DE ORIENTAÇÃO DE DESTINO AÉREA CONFORME CTB 1.3.2 CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA Nº 18 COM 1,25 MM, COM BRAÇADEIRAS E PARAFUSOS AÇO ZINCADO; VERSO PINTADO COM TINTA ANTICORROSIVA NA COR PRETA FOSCA; FUNDO, ORLA, TARJA, SETA, LETRA, ALGARISMO E SÍMBOLO ADESIVADOS COM PELÍCULA REFLETIVA GT/GT 7 ANOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEMUTTIN.	METRO QUADRADO		10	R\$211,85	R\$2.118,50
15	PLACA PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS 0,40 X 0,60 M CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA Nº 18 COM 1,25 MM; VERSO PINTADO COM TINTA ANTICORROSIVA NA COR PRETA FOSCA; FUNDO AZUL, QUADRO INTERNO BRANCO ESÍMBOLO PRETO ADESIVADOS COM PELÍCULA REFLETIVA GT/GT 7 ANOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEMUTTIN.	UNIDADE		30	R\$50,85	R\$1.525,50
16	PLACA RUA 25 CM X 50 CM COM CANTOS ARREDONDADOS, CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA Nº 18 CM 1,25	UNIDADE		200	R\$32,36	R\$6.472,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.31/2015**

	MM, FUNDO PINTADO COM TINTA ANTICORROSIVA, NA COR AZUL DEL REI ADESIVADA COM NOME DE RUA E BAIRRO, COM BRAÇADEIRA INDIVIDUAL ENVOLTÓRIA AO TUBO EM CHAPA DE AÇO ZINCADO.					
					Total Lote:	R\$49.900,00
					Total Fornecedor:	R\$49.900,00

669857 - GP SINALIZACAO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -EPP

Lote: 6 - LOTE 06 - ESPELHO DE SEGURANÇA.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
42	ESPELHO DE SEGURANÇA CONVEXO COM SUPORTE DE ALUMÍNIO DE 60 CM.	UNIDADE		3	R\$377,00	R\$1.131,00
43	ESPELHO DE SEGURANÇA CONVEXO COM SUPORTE DE ALUMÍNIO DE 80 CM.	UNIDADE		3	R\$550,00	R\$1.650,00
					Total Lote:	R\$2.781,00
					Total Fornecedor:	R\$2.781,00

689300 - SINAL CITY SINALIZACAO LTDA ME.

Lote: 1 - LOTE 01 - COLUNA EM AÇO.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	COLUNA EM AÇO 1010 / 20, DIÂMETRO EXTERNO DE 2", PAREDE MÍNIMA 2,5MM EXTENSÃO DE 3000 MM, FECHADO NUMA EXTREMIDADE, C/ TRATAMENTO ANTICORROSIVO, GALVANIZADA A FOGO, INTERNO E EXTERNO, NBR7397/98/99 E NBR7400.	UNIDADE		300	R\$105,63	R\$31.689,00
2	COLUNA EM AÇO 1010 / 20, DIÂMETRO EXTERNO DE 2", PAREDE MÍNIMA 2,5MM EXTENSÃO DE 3500 MM, FECHADO NUMA EXTREMIDADE, C/ TRATAMENTO ANTICORROSIVO, GALVANIZADA A FOGO, INTERNO E EXTERNO, NBR7397/98/99 E NBR7400.	UNIDADE		250	R\$123,24	R\$30.810,00
					Total Lote:	R\$62.499,00
					Total Fornecedor:	R\$62.499,00

757780 - MADEVIA LTDA EPP

Lote: 3 - LOTE 03 - TINTA E SOLVENTE.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
17	TINTA ACRÍLICA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA COR BRANCA, LATA 18 LITROS CONFORME NBR 11862:2012.	LATA		20	R\$179,19	R\$3.583,80
18	TINTA ACRÍLICA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA COR AMARELA, LATA 18 LITROS CONFORME NBR 11862:2012.	LATA		50	R\$179,20	R\$8.960,00
19	TINTA ACRÍLICA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA COR PRETA, LATA 18 LITROS CONFORME NBR 11862:2012.	LATA		30	R\$150,14	R\$4.504,20
20	SOLVENTE PARA TINTA ACRÍLICA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIALATA 18 LITROS.	LATA		40	R\$98,80	R\$3.952,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.31/2015**

					Total Lote:	R\$21.000,00
Lote: 7 - LOTE 07 - TINTA SPRAY - SOLVENTE ÁGUA.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
44	TINTA SPRAY PRETA FOSCA 400 ML CAIXA COM 06 UNIDADES.	CAIXA		5	R\$26,68	R\$133,40
45	TINTA SPRAY BRANCA 400 ML CAIXA COM 06 UNIDADES	CAIXA		5	R\$26,68	R\$133,40
46	SOLVENTE ÁGUA RÁ. EMBALAGEM COM MÍNIMO DE 05 LITROS.	UNIDADE		20	R\$47,84	R\$956,80
47	TINTA ESMALTE SINTÉTICO 3,6 LITROS, COR BRANCA.	GALÃO		5	R\$71,76	R\$358,80
48	TINTA ESMALTE SINTÉTICO 3,6 LITROS, COR PRETA FOSCA.	GALÃO		5	R\$71,76	R\$358,80
49	TINTA ESMALTE SINTÉTICO 3,6 LITROS, VERMELHA.	GALÃO		5	R\$71,76	R\$358,80
					Total Lote:	R\$2.300,00
					Total Fornecedor:	R\$23.300,00

775789 - DANNA COMERCIAL EIRELI EPP						
Lote: 4 - LOTE 04 - MICROESFERA DE VIDRO - FITAS - ROLO DE POLIÉSTER - ROLO DE LÃ - PINCEL - ESPÁTULA E ESCOVA.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
21	MICROESFERA DE VIDRO, EMBALAGEM COM MÍNIMO DE 25 (VINTE E CINCO) KG.	PACOTE		20	R\$190,46	R\$3.809,20
22	FITA EM POLIETILENO PARA SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO DE ÁREAS, ZEBRADA AMARELA E PRETA, COM ESPESSURA DE 0,04 MM, LARGURA DE 7 CM E 200 M DE COMPRIMENTO.	ROLO		300	R\$5,76	R\$1.728,00
23	FITA EM POLIETILENO PARA SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO DE ÁREAS, ZEBRADA LARANJA E BRANCA, COM ESPESSURA DE 0,04 MM, LARGURA DE 7 CM E 200 M DE COMPRIMENTO.	ROLO		200	R\$7,62	R\$1.524,00
24	FITA KRAFT LARGA CREPADO, SATURADO, COBERTO COM ADESIVO A BASE DE SOLVENTE BORRACHA E RESINAS SINTÉTICAS, MEDINDO 25 X 50 M.	UNIDADE		500	R\$4,43	R\$2.215,00
25	ROLO DE POLIESTER 9CM COM CABO.	UNIDADE		30	R\$4,64	R\$139,20
26	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 23 CM, ALTURA DE 22 MM E COM CABO.	UNIDADE		30	R\$12,39	R\$371,70
27	PINCEL ¾.	UNIDADE		10	R\$0,93	R\$9,30
28	PINCEL 1 ½.	UNIDADE		30	R\$1,81	R\$54,30
29	PINCEL 3.	UNIDADE		10	R\$4,15	R\$41,50
30	PINCEL 4.	UNIDADE		10	R\$5,75	R\$57,50
31	PINCEL CHATO Nº 10.	UNIDADE		5	R\$2,79	R\$13,95
32	PINCEL CHATO Nº 12.	UNIDADE		5	R\$2,92	R\$14,60

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.31/2015**

775789 - DANNA COMERCIAL EIRELI EPP

Lote: 4 - LOTE 04 - MICROESFERA DE VIDRO - FITAS - ROLO DE POLIÉSTER - ROLO DE LÃ - PINCEL - ESPÁTULA E ESCOVA.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
33	PINCEL CHATO Nº 14.	UNIDADE		5	R\$3,32	R\$16,60
34	PINCEL REDONDO Nº 10.	UNIDADE		5	R\$2,52	R\$12,60
35	PINCEL REDONDO Nº 16.	UNIDADE		5	R\$2,92	R\$14,60
36	PINCEL Nº 16 PARA LETREIRO (MODELO DE REFERÊNCIA TIGRE 815).	UNIDADE		2	R\$3,37	R\$6,74
37	PINCEL Nº 18 PARA LETREIRO (MODELO DE REFERÊNCIA TIGRE 815).	UNIDADE		2	R\$3,72	R\$7,44
38	PINCEL Nº 24 PARA LETREIRO (MODELO DE REFERÊNCIA TIGRE 815).	UNIDADE		2	R\$6,41	R\$12,82
39	ESPÁTULA DE AÇO 4.	UNIDADE		5	R\$2,21	R\$11,05
40	ESCOVA MANUAL DE ARAME DE AÇO.	UNIDADE		10	R\$3,99	R\$39,90
Total Lote:						R\$10.100,00

Lote: 8 - LOTE 08 - PARAFUSO - PORCA - ARRUELA - PREGO.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
50	PARAFUSO CABEÇA SEXTAVADA UNC ZINCADO 5/16 X 2.1/2COM PORCA.	UNIDADE		2.000	R\$0,43	R\$860,00
51	PARAFUSO CABEÇA SEXTAVADA UNC ZINCADO 5/16 X ½ COM PORCA.	UNIDADE		600	R\$0,23	R\$138,00
52	PARAFUSO CABEÇA SEXTAVADA UNC ZINCADO 5/16 X 4 COMPORCA.	UNIDADE		1.000	R\$0,73	R\$730,00
53	PORCA SEXTAVADA UNC ZINCADA 5/16.	UNIDADE		36.000	R\$0,08	R\$2.880,00
54	ARRUELA LISA ZINCADA 5/16.	UNIDADE		4.000	R\$0,05	R\$200,00
55	PREGO COM CABEÇA 17 X 27 (PACOTE DE 1 KG).	QUILO		10	R\$8,23	R\$82,30
56	PREGO COM CABEÇA 12 X 12 (PACOTE DE 1 KG).	QUILO		10	R\$8,23	R\$82,30
Total Lote:						R\$4.972,60
Total Fornecedor:						R\$15.072,60

803871 - BLU CORPORATION EIRELI

Lote: 5 - LOTE 05 - CONE DE SINALIZAÇÃO.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
41	CONE SINALIZAÇÃO 75 CM COR LARANJA RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES PESO MÍNIMO 3 KG, COM DOIS ANÉIS HORIZONTAIS DE 10 CM CADA NA COR BRANCA, RETRO REFLETIVOS, MICROPRISMÁTICOS A BASE DE PVC COM FORRO PLÁSTICO COM REFLETIVIDADE MÍNIMA DE 300 CANDELAS/LUX/M2, CONFORME NBR15071: 2004.	UNIDADE		150	R\$45,00	R\$6.750,00
Total Lote:						R\$6.750,00
Total Fornecedor:						R\$6.750,00
Total Homologação:						R\$160.302,60

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.31/2015

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. **REAJUSTE DE PREÇOS:**

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. **EXECUÇÃO DAS COMPRAS:**

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. **FISCALIZAÇÃO:**

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. **PRAZO DE VALIDADE:**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. **OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.31/2015

fornecimento do objeto;

- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 033/2015 - Edital de Pregão nº 017/2015-10430.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
 - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
 - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.31/2015

- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
 - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
- 11. RESCISÃO DA ATA:**
- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.
- 11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.
- 12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**
- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.
- 13. FORO:**
- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.
- 14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**
- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
 - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
 - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.31/2015

- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 16 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

SINALBLU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

LICELI WESTPHAL
Representante

GP SINALIZACAO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

GILIANDRO JOSE CORREA DOS PASSOS
Representante

SINAL CITY SINALIZACAO LTDA ME.

ANTONIO CARLOS MERINI
Representante

MADEVIA LTDA EPP

WILSON BAIER
Representante

DANNA COMERCIAL EIRELI EPP

MARLON CRISTOF
Representante

BLU CORPORATION EIRELI

WILLIAN DANIEL DA SILVA
Representante

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.31/2015

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

DECRETO Nº 1469/15

. DECRETO Nº 1469/15
 . De 15 de julho de 2015

Nomeia Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo Secretaria Municipal de Educação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10 e Lei Municipal 4.724/12 e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, para compor a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo para a Secretaria Municipal de Educação, as pessoas a seguir relacionadas:

- Liliane Lange Kloch - Presidente
- Denise Stollmeier de Aviz - Membro
- Tânia Lúcia Petters - Membro

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 15 de julho de 2015.
 SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
 Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1470/15

. DECRETO Nº 1470/15
 . De 16 de julho de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 da Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, provenientes de excesso de arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/14.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente da Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, Crédito Adicional Suplementar proveniente de excesso de arrecadação no valor de R\$ 9.210,69 (Nove mil duzentos e dez reais e sessenta e nove centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
41.001.0013.0391.0041.1652.3339000000000000	01345407	9.210,69

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de julho de 2015.
 SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
 Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1471/15

. DECRETO Nº 1471/15
 . De 16 de julho de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 da Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/14.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.936,06 (Quatro mil novecentos e trinta e seis reais e seis centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
41.001.0013.0391.0041.1652.3339000000000000	03345407	4.936,06

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de julho de 2015.
 SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
 Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 145/2015.

Pregão Presencial nº 061/2015-10430

CHAMAMENTO PÚBLICO.

Objeto: Chamamento público para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar.

Entrega dos envelopes: 10/08/2015 as 14:15h.

Abertura das propostas: 10/08/2015 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
 Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 146/2015.

Dispensa nº 008/2015-10430

Objeto: Contratação de serviços de elaboração, aplicação e julgamento de processo seletivo.

Entrega dos envelopes: 17/07/2015

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
 Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO Nº 15/067 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA SEGVILLE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - EPP.

CT15/067

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa SEGVILLE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Professor Felício Fuzinato, nº 193, Bairro Costa e Silva na cidade de Joinville-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 01.567.432/0001-41, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto, serviços de segurança e limpeza, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	36	Contratação de empresa, para prestação de serviços de limpeza, a serem prestados por pessoal uniformizado, e com equipamentos de proteção individual, devidamente identificados. Dia 17/07/2015: Das 17h do dia 17/07/2015 até as 2h do dia 18/07/2015 ou ate cessarem os trabalhos, sendo 12 agentes de limpeza; Dia 18/07/2015: Das 17h do dia 18/07/2015 até as 4h do dia 19/07/2015 ou ate cessarem os trabalhos, sendo 12 agentes de limpeza; Dia 19/07/2015: Das 10h até as 20h do dia 19/07/2015 sendo 12 agentes de limpeza.	184,50	6.642,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0042/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 0029/2015, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 6.642,00 (seis mil seiscentos e quarenta e dois reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 31.07.2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS COMEMORATIVAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	049

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências

ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Será de obrigatoriedade da empresa vencedora:

12.1 – Prestar os serviços do objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas, sendo na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

12.2 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;

12.3 – Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes de trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, funcionários, terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto;

12.4 - Executar o objeto de acordo com o estipulado no item 2, os serviços objeto deste edital serão requisitados integralmente, de acordo com as necessidades do Município, e deverão ser iniciados conforme exigido em cada item do objeto, por conta e risco da licitante, dentro das normas técnicas exigidas, na forma da Lei vigente, e executadas com acompanhamento e anuência da Administração;

12.5 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

12.6 - Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;

12.7 - Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;

12.8 – Os agentes deverão estar devidamente uniformizados, será prestada em toda a área onde acontecerá as festividades do Município, entre as dependências da Escola Frei Evaristo e Paróquia São Luiz Gonzaga, rua São Luiz - Centro;

12.9 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

Será de obrigatoriedade da contratante:

12.10 - Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;

10.11 – Acompanhar a execução do contrato oriundo do presente processo;

10.12 - Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão;

10.13 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 09 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

SEGVILLE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/068 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP.

CT15/068

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Professor Felício Fuzinato, nº 193 Bairro Costa e Silva na cidade de Joinville-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 14.576.552/0001-57, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto, serviços de segurança e limpeza, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	60	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança desarmada, devidamente credenciada junto aos órgãos competentes, a serem prestados por pessoal treinado e capacitado para execução de segurança desarmada noturna; os segurança deverão se apresentar uniformizados, com nada consta da Polícia Civil, de empresa especializada no ramo e credenciada junto ao órgão competente: Dia 17/07/2015: Das 17h do dia 17/07/2015 até as 09h do dia 18/07/2015, sendo 20 agentes de segurança. Dia 18/07/2015: Das 17h do dia 18/07/2015 até as 09h do dia 19/07/2015, sendo 20 agentes de segurança. Dia 19/07/2015: Das 10h até a 1h do dia 20/07/2015, sendo 20 agentes de segurança.	185,00	11.100,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0042/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 0029/2015, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 31.07.2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS COMEMORATIVAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	049

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Será de obrigatoriedade da empresa vencedora:

- 12.1 – Prestar os serviços do objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas, sendo na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- 12.2 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;
- 12.3 – Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes de trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, funcionários, terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto;
- 12.4 - Executar o objeto de acordo com o estipulado no item 2, os serviços objeto deste edital serão requisitados integralmente, de acordo com as necessidades do Município, e deverão ser iniciados conforme exigido em cada item do objeto, por conta e risco da licitante, dentro das normas técnicas exigidas, na forma da Lei vigente, e executadas com acompanhamento e anuência da Administração;
- 12.5 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 12.6 - Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;
- 12.7 - Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;
- 12.8 – Os vigilantes deverão estar devidamente uniformizados, será prestada em toda a área onde acontecerá as festividades do Município, entre as dependências da Escola Frei Evaristo e Paróquia São Luiz Gonzaga, rua São Luiz - Centro;
- 12.9 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

Será de obrigatoriedade da contratante:

- 12.10 - Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;
- 10.11 – Acompanhar a execução do contrato oriundo do presente processo;
- 10.12 - Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão;
- 10.13 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 09 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/069 - PMI

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ A EMPRESA SICOOB – COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO VINHO CT69/2015

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF nº 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luciano Paganini, portador da CI nº 2.249.279 e CPF nº 868.603.139-00, doravante denominado MUNICÍPIO, e a empresa SICOOB – COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO VINHO, inscrita no CNPJ/MF nº 81.016.131/0001-69, estabelecida na Avenida Pedro Penso, 655, Centro – na cidade de Iomerê/SC neste ato representada por seu Diretor Operacional WILSON JOSÉ GUZZI, doravante denominada de CONTRATADA, firmam presente Contrato que se regerá pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e pelas Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1. A CONTRATADA efetuará prestações de serviço de administração a fim de efetuar o recebimento, diretamente em sua rede de agências bancárias e/ou por outros bancos via compensação nacional de documentos, inclusive boletos dos tributos de competência municipal, bem como contribuições de melhoria, taxas, preços públicos e outros emolumentos devidos ao MUNICÍPIO em cada exercício fiscal, na vigência do Contrato.

Parágrafo único. As partes, de comum acordo, concordam que os serviços de arrecadação, objeto deste Contrato, serão prestados por meio da modalidade Código de Barras Padrão FEBRABAN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1. Pela prestação de serviços constantes do objeto de presente Contrato, o MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos) por autenticação bancária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

3.1. Os preços não serão reajustados.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. Os serviços serão prestados no período de 24 (vinte e quatro) meses a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado se for de interesse do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Providenciar e suportar, com exclusividade, as medidas de segurança relacionadas com a movimentação de valores monetários a serem utilizados, assumindo a responsabilidade civil, administrativa e penal a quaisquer danos e prejuízos causados por si, seus empregados ou pressupostos, ao MUNICÍPIO e terceiros;

5.2. Responsabilizar-se pelas despesas referentes ao pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e quaisquer outros decorrentes da execução do Contrato;

5.3. A CONTRATADA não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstâncias, pelas declarações, cálculos e elementos consignados nos documentos de recolhimento do Município, inclusive pelo controle do domicílio fiscal dos contribuintes, competindo-lhe tão somente recusar o recolhimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- a) O documento de recolhimento for impróprio;
- b) O documento de recolhimento contiver emendas e /ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres;
- c) Não estiverem sendo recolhidos os acréscimos legais respectivos, se devidos;
- d) A soma das parcelas não conferir com o total declarado.

5.4. Permitir que o CONTRATANTE, por meio de seus propostos, inspecione a qualquer tempo o andamento dos serviços,

5.5. A CONTRATADA poderá aceitar os pagamentos através de cheques, desde que emitidos pelo próprio contribuinte, pagáveis na mesma praça ou em praça que integre o serviço de compensação, de valor exatamente igual ao constante de recolhimento de forma que fique vinculado ao pagamento, mediante anotação obrigatória em ser verso;

5.6. A CONTRATADA fica autorizada a estornar da conta depósito, o valor dos cheques que entregues pelos contribuintes para liquidação de seus compromissos, forem devolvidos pelos bancos sacados;

5.7. Autenticar mecanicamente, de forma que fique evidenciada a identificação do Banco, a máquina utilizada, o número da operação, a data do recolhimento e o valor recebido de todos descritivos de arrecadação;

5.8. Fornecer os dados descritivos da arrecadação diária ao Município, através de relatórios, meio magnéticos e /ou teleprocessamento, de acordo com as especificações técnicas acordadas;

5.9. Caso o MUNICÍPIO necessitar de segundas vias de arquivo magnético, o mesmo deverá efetuar tal solicitação através de sua agência, no máximo até 30 (trinta) dias após a arrecadação em questão;

5.10. A CONTRATADA não encaminhará ao MUNICÍPIO nenhum comprovante autenticado da arrecadação efetuada;

5.11. A CONTRATADA, através de suas agências bancárias, efetuará o cálculo dos acréscimos legais devidos nas parcelas em atraso, com base nas instruções fornecidas pelo MUNICÍPIO, sendo de inteira responsabilidade do mesmo o ressarcimento dos valores cobrados a menor;

5.12. As importâncias referentes aos recebimentos efetuados para o MUNICÍPIO serão creditadas em conta corrente mantida na agência, no mesmo dia ou até no dia seguinte dos recebimentos nos guichês da rede bancária da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1. O MUNICÍPIO se responsabilizará pela emissão dos documentos de arrecadação com os valores em REAIS que lhe forem devidos, ficando por conta desde efetuar a respectiva entrega aos contribuintes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E RESCISÃO CONTRATUAL E CASOS OMISSOS

7.1. Os casos de alteração e rescisão contratual e casos omissos serão regidos pela Lei nº 8.666/93, atualizada;

7.2. Este Contrato poderá ser rescindido, por notificação extrajudicial, nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;

7.3. Além das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, constituem causas de rescisão deste Contrato:

- a) interromper a prestação de serviços contratados por qualquer prazo, sem motivo que justifique, sem autorização expressa e escrita do CONTRATANTE;
- b) não satisfazer as exigências do CONTRATANTE com relação às estipulações avençadas no presente instrumento e seus anexos;
- c) Se a CONTRATADA se conduzir dolosamente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A CONTRATADA, se não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidade:

- a) Advertência;
- b) Rescisão Contratual;
- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- d) Suspensão do direito de licitar junto à Administração Pública Municipal;
- e) Declaração de Idoneidade.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este, será formalizada por escrito em 03 (três) vias, umas das quais visadas pelos destinatários, o que constituirá prova de sua efetiva entrega;

9.2. A fiscalização e o controle por parte do MUNICÍPIO, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Para as questões decorrentes da execução deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Videira, estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento com 02 (duas) testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

IOMERÊ-SC, 10 DE JULHO DE 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

LUCIANO PAGANINI – PREFEITO MUNICIPAL

SICOOB – COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO VINHO

CONTRATADA

VILSON JOSÉ GUZZI – DIRETOR OPERACIONAL

Testemunhas:

Juciliane de Camargo Isotton

Tatiane Priscila Legnani

CPF Nº043.575.009-74

CPF nº 077.507.129-33

CONTRATO Nº 15/070 - PMI

CONTRATO DE OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – EPP.

CT15/070

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rod SC 135, Bairro Nossa Senhora Aparecida, nº 1560 na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 81.301.350/0001-90, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do obra de engenharia, objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, no Processo Administrativo Licitatório nº 0038/2015, TOMADA DE PREÇOS nº 0003/2015, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para CONSTRUÇÃO DE MURO na rua Luiz Nora e BANHEIROS no Cemitério - CENTRO, na cidade de Iomerê, conforme especificações constantes no Edital de TP 03/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

2.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 115.684,38 (cento e quinze mil seiscientos e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos), sendo R\$ 102.088,67 (cento e dois mil oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos) para muro e R\$ 13.595,71 (treze mil quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e um centavos) para

os banheiros.

2.2 – O pagamento será efetuado através de medições, devendo a mesma ser comprovada através de laudo apresentado por engenheiro designado pelo Município.

2.2.2 – O pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de nota fiscal, boletim diário da obra, boletim de medição, negativas de débitos junto ao INSS e FGTS atualizadas, tendo o Município um prazo de até 15 (quinze) dias após a liquidação da nota fiscal para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

3.1 – O presente contrato terá vigência com início a partir de sua assinatura e término no dia 31.12.2015. O prazo de execução será de até 90 (noventa) dias, iniciando com a emissão e entrega da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado havendo concordância de ambas as partes e, por necessidade, em caso de retardo na liberação das verbas financeiras para pagamento da obra à empresa contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Projeto/Atividade	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA
Complem. Elemento	4490.5198 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	73 - 124

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado;

5.2 – Expirado o prazo de execução do contrato e não concluída a obra, será cobrada multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), enquanto perdurar o atraso, salvo quando o atraso se der por culpa do Município contratante, ou situações excepcionais, cuja ocorrência não pode ser atribuída à empresa contratada.

5.3 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – O CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário.

§ 1º - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

§ 2º - O CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda fazer relatórios sobre o andamento do contrato, sendo permitido multas por infrações cometidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**8.1 – São obrigações da CONTRATADA:**

- a) manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;
- b) dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do Município, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;
- c) executar o objeto não sendo admitida a subcontratação;
- d) executar a obra observando rigorosamente os prazos, projetos, detalhes, normas vigentes, especificações e técnicas citadas bem como as normas da ABNT, Código de Obra, Uso do Solo e demais normas e regulamentos oficiais atinentes a cada um dos projetos, efetuando os respectivos controles tecnológicos. Para todos os serviços a ausência de legislação específica enseja a observação das normas internacionais, citadas no Edital ou não;
- e) observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar e apresentar para o Município o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
- f) assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e serviços de qualidade;
- g) iniciar os serviços após recebimento da ordem de serviço e retirada do Alvará de construção no setor de tributação do município;
- h) manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto da proposta, devidamente uniformizado, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;
- i) fornecer, sempre que solicitado pelo Município, os comprovantes de pagamentos dos empregados, guia do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais;
- j) assumir responsabilidade pelos danos causados ao Município ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de seus empregados ou, ainda, dos terceirizados, mesmo em áreas do Município que não constem do objeto do presente Edital.
- k) manter permanentemente nos horários de serviço o pessoal técnico para o gerenciamento da obra que se responsabilizará diretamente pelos trabalhos, conforme informado na fase de habilitação, sendo admissível a substituição destes profissionais, desde que possuam qualificação igual ou superior e desde que aceite pelo Município.
- l) implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, onde serão lançados diariamente, todos os atos e fatos incidentes, especialmente data de início e término de cada etapa de serviço, e a mão de obra empregada, por especialidade (inclusive quantitativo) e será submetido à vistoria da fiscalização do Município.
- m) confeccionar e preencher o boletim de medição da obra visto pelo engenheiro responsável da execução da mesma, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, submetendo-o a fiscalização do Município para constatação da efetiva realização dos serviços;
- n) prestar caução de adimplemento do contrato, no valor equivalente à 5% do valor contratado, nas modalidades e critérios previstos no art. 56 da Lei nº 8.666/93;
- o) responsabilizar-se pela sinalização de advertência e outras necessárias a execução da obra, evitando a paralisação do trânsito e ou pedestres se houver necessidade;
- p) responsabilizar-se pela preservação das benfeitorias existentes;
- q) outras obrigações mencionadas no edital.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**9. 1 – São de responsabilidade do CONTRATANTE:**

- a) tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) manter pessoa ou constituir uma Comissão Especial designada pelo Prefeito Municipal, visando a fiscalização dos serviços;
- c) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em mural e/ou jornal de

circulação regional;

- d) arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos se ocorrerem.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS

10.1 – Os recursos interpostos às decisões proferidas pela fiscalização somente serão acolhidos nos termos do Capítulo V da Lei nº 8.666/93, se dirigidos diretamente ao Prefeito, e protocolado na Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos não dirigidos conforme determinação desta cláusula não serão conhecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS

11.1 – As despesas dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais correrão por conta da CONTRATADA, ficando esta, ainda, responsável pelo correto cumprimento da legislação de segurança do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro de Videira, SC, Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato,

bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 13 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

FEMAKS CONST. E INCORPORADORA LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

DECRETO 1625/2015

DECRETO Nº. 1625 DE 16 DE JULHO DE 2015.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 792/2014 de 27 de novembro de 2014, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 808/2015 de 16 de julho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 68.000,00 (sessenta e oitenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1010 Obras de Infraestrutura Rural
44900000 Aplicações Diretas
0100.00 Recursos Ordinários
R\$ 28.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2035 Manutenção da Malha Rodoviária
33900000 Aplicações Diretas
0100.00 Recursos Ordinários
R\$ 40.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara de Vereadores
1001 Construção da Sede Legislativa
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 68.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 16 de julho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

LEI 808/2015

LEI Nº. 808, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 792/2014 de 27 de novembro de 2014, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2015.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 68.000,00 (sessenta e oitenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1010 Obras de Infraestrutura Rural
44900000 Aplicações Diretas
0100.00 Recursos Ordinários
R\$ 28.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2035 Manutenção da Malha Rodoviária
33900000 Aplicações Diretas
0100.00 Recursos Ordinários
R\$ 40.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara de Vereadores

1001 Construção da Sede Legislativa
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 68.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 16 de julho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei nesta mesma data na Secretaria de Administração e Finanças

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2015

Município de Iomerê
Edital de Tomada de Preços nº 06/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Tomada de Preços visando a Contratação de empresa para execução de gabião (muro). A abertura das propostas se dará no dia 07/08/2015 às 09h na sede da Prefeitura Municipal. Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 16 de julho de 2015.
Luciano Paganini
Prefeito Municipal

RGF - RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.741.282,75	0,00
Pessoal Ativo	6.741.282,75	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.741.282,75	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.679.728,36	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	6.741.282,75	49,28
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.207.837,02	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.797.445,17	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.387.053,31	54,00

FONTE:

Iomerê, 09/07/2015

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.079.573,37	727.396,12	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.079.573,37	727.396,12	0,00
Interna	1.079.573,37	727.396,12	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.841.378,41	1.585.664,79	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.841.598,95	1.748.103,49	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	220,54	162.438,70	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-761.805,04	-858.268,67	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.392.540,26	13.679.728,36	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	8,06%	5,32%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-5,69%	-6,27%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	16.071.048,31	16.415.674,03	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	14.463.943,48	14.774.106,63	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.079.573,37	727.396,12	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.079.573,37	727.396,12	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	641.895,82	3.030.542,25	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Iomerê, 09/07/2015

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

FONTE:

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	13.392.540,26	13.679.728,36	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.946.358,86	3.009.540,24	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.651.722,97	2.708.586,22	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Iomerê, 09/07/2015

 Luciano Paganini
 Ordenador da Despesa

 Sirlei Altenhofen
 Contadora

 Douglas Francisco Zardo
 Secretário de Administração e Finanças

 Carina Falchetti Peretti
 Controlador Interno

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.679.728,36	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.188.756,54	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.969.880,88	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	957.580,99	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Iomerê, 09/07/2015

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	(b)	(c)						(d)
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)				
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas Alienação de Bens Destinados a Programas da Educação Alienações de Bens destinados a Outros Programas Alienações de Bens Destinados a Programas Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básic Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde Apoio a Pessoa Idosa - API Aporte ao RPPS – Alíquota Suplementar Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS Aporte para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS Assistência Farmacêutica Básica Assistência Farmacêutica Estratégica Atenção Básica Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Bolsa Família Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social – RPF Convênio de Trânsito - Civil Convênio de Trânsito - Militar Convênio de Trânsito - Prefeitura Convênio Trânsito - Civil Convênio Trânsito - Militar	90.609,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.609,92	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	3.449,18	0,00	0,00	0,00	10.320,00	0,00	(6.870,82)	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	33,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,96	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	(1.268,54)	0,00	0,00	0,00	487,50	0,00	(1.756,04)	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	127,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127,10	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.370,38	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	7.632,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.632,79	0,00	0,00	
	5.366,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.366,26	0,00	0,00	
6.501,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.501,06	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Continua 1/5

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RCF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/5
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito Polícia Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FIA Demais Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FIA Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Expl	6.413,87	0,00	12.850,00	0,00	12.850,00	(19.286,13)	682,31	0,00	
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Expl	9.046,59	0,00	0,00	0,00	0,00	9.046,59	0,00	0,00	
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Medicamentos de Dispensação Excepcional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Especificações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Não-Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento do SUS	4.883,07	0,00	0,00	0,00	0,00	4.883,07	0,00	0,00	
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.843,70	0,00	
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento do SUS	4,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4,18	0,00	0,00	
Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 2/5

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RCF – Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Continuação 4/5		R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)				
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		Demais Obrigações Financeiras							
		(a)	(b)	(c)	(d)					(e)			
Superavit conv. Transito Prefeitura	2.171,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.171,49	0,00	0,00	0,00			
Superavit Convenios SUAS	67.039,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.039,18	0,00	0,00	0,00			
Transferência de Convenio Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferência de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferência de Convênios da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferencia de Recursos do Fundo de Assistencia Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferência do FUNDEB	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios – Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios – União/Assistência Social	972,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	972,52	501,78	0,00	0,00			
Transferências de Convênios – União/Educação - Exercício Anterior	210.439,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.439,92	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios – União/Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	231.406,17	0,00	0,00			
Transferências de Convênios – União/Saude	362,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	362,49	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Educação	(893,14)	0,00	0,00	0,00	147.420,00	0,00	(148.313,14)	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Estado/Educação	4.590,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.590,58	34.898,72	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Estado/Educação - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Estado/Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Estado/Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Outros	(203.648,46)	0,00	0,00	0,00	144.945,40	0,00	(348.593,86)	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Saude	(18.066,92)	0,00	0,00	0,00	80.493,37	0,00	(98.560,29)	0,00	0,00	0,00			
Transferências do FUNDEB 60%	99.054,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.054,59	0,00	0,00	0,00			
Transferências do Sistema Único de Assistência Social	6.083,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.083,15	0,00	0,00	0,00			
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	188.045,61	0,00	956,19	0,00	0,00	956,19	186.133,23	38.963,12	0,00	0,00			
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	21.394,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.394,33	258,13	0,00	0,00			
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - Exercício Anterior	(2.364,77)	0,00	2.450,38	0,00	0,00	2.450,38	(7.265,53)	2.147,42	0,00	0,00			
Transferências Legais para o desenvolvimento da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Continua 4/5

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 5/5
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	850,00	0,00	(850,00)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.178.124,80	0,00	119.096,68	387.680,40	119.096,68	1.552.251,04	1.304.056,34	0,00	0,00
FIA Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	(1.315.198,10)	0,00	43.342,02	0,00	43.342,02	(1.401.882,14)	1.273.405,51	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Exercício Anterior	885.176,79	0,00	0,00	0,00	0,00	885.176,79	65.400,00	0,00	0,00
Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	(430.021,31)	0,00	43.342,02	0,00	43.342,02	(516.705,35)	1.338.805,51	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.748.103,49	0,00	162.438,70	387.680,40	162.438,70	1.035.545,69	2.642.861,85	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

Iomerê, 09/07/2015

Luciano Paganini Ordenador da Despesa	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Finanças	Sirlei Altenhofen Contadora
Carina Falchetti Peretti Controlador Interno		

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	13.679.728,36	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.741.282,75	49,28
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.207.837,02	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.797.445,17	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-858.268,67	-6,27
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.415.674,03	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.009.540,24	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.188.756,54	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	957.580,99	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	2.642.861,85	1.035.545,69

FONTE:

Iomerê, 09/07/2015

 Luciano Paganini
 Ordenador da Despesa

 Douglas Francisco Zardo
 Secretário de Administração e Finanças

 Sirlei Altenhofen
 Contadora

 Carina Falchetti Peretti
 Controlador Interno

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2015

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.015.694,00	14.015.694,00	2.357.617,41	16,82	6.926.845,43	49,42	7.088.848,57
RECEITAS CORRENTES	14.015.676,00	14.015.676,00	2.357.617,41	16,82	6.926.845,43	49,42	7.088.830,57
RECEITA TRIBUTÁRIA	574.200,00	574.200,00	200.955,77	35,00	401.393,93	69,90	172.806,07
IMPOSTOS	506.000,00	506.000,00	145.877,95	28,83	314.254,22	62,11	191.745,78
TAXAS	67.100,00	67.100,00	55.077,82	82,08	87.139,71	129,87	-20.039,71
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	71.500,00	71.500,00	22.639,32	31,66	54.239,62	75,86	17.260,38
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	71.500,00	71.500,00	22.639,32	31,66	54.239,62	75,86	17.260,38
RECEITA PATRIMONIAL	75.655,00	75.655,00	30.596,72	40,44	90.743,09	119,94	-15.088,09
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	12.100,00	12.100,00	1.882,86	15,56	4.813,94	39,78	7.286,06
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	63.555,00	63.555,00	28.713,86	45,18	85.929,15	135,20	-22.374,15
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
Outras Receitas Agropecuárias	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
RECEITA DE SERVIÇOS	20.900,00	20.900,00	3.557,16	17,02	43.079,58	206,12	-22.179,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.224.776,00	13.224.776,00	2.083.890,83	15,76	6.282.701,70	47,51	6.942.074,30
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.174.176,00	13.174.176,00	2.074.710,83	15,75	6.268.931,70	47,59	6.905.244,30
Transf. de Conv.	50.600,00	50.600,00	9.180,00	18,14	13.770,00	27,21	36.830,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.545,00	47.545,00	15.977,61	33,61	54.687,51	115,02	-7.142,51
Multas e Juros de Mora	20.790,00	20.790,00	9.956,47	47,89	27.957,71	134,48	-7.167,71
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.600,00	6.600,00	5.341,14	80,93	16.759,90	253,94	-10.159,90
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	6.270,00	6.270,00	434,63	6,93	6.469,16	103,18	-199,16
RECEITAS DIVERSAS	13.885,00	13.885,00	245,37	1,77	3.500,74	25,21	10.384,26
RECEITAS DE CAPITAL	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.015.694,00	14.015.694,00	2.357.617,41	16,82	6.926.845,43	49,42	7.088.848,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (e - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		0,00	2.357.617,41	16,82	6.926.845,43	7.088.848,57
DÉFICIT (VI)		—	—	—	1.498,20	—
TOTAL (VII) = (V + VI)		14.015.694,00	2.357.617,41	16,82	6.928.343,63	7.088.848,57
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro	—	780.523,54	—	—	327.955,39	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	780.523,54	—	—	327.955,39	—
		0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.015.694,00	15.048.144,80	2.299.247,14	9.571.205,48	5.476.939,32	2.684.806,84	6.928.343,63	8.119.801,17	6.765.904,93
	13.011.156,00	13.503.461,41	2.027.612,95	8.604.967,46	4.898.493,95	2.542.717,22	6.395.727,88	7.107.733,53	6.234.709,18
	6.776.781,00	6.969.732,41	1.142.113,22	3.241.467,25	3.728.265,16	1.146.507,59	3.225.385,12	3.744.347,29	3.223.590,77
	12.000,00	12.000,00	0,00	10.570,00	1.430,00	2.014,09	10.525,62	1.474,38	10.525,62
	6.222.375,00	6.521.729,00	885.499,73	5.352.930,21	1.168.798,79	1.394.195,54	3.159.817,14	3.361.911,86	3.000.592,79
	982.538,00	1.544.683,39	271.634,19	966.238,02	578.445,37	142.089,62	532.615,75	1.012.067,64	531.195,75
	445.438,00	1.007.583,39	271.634,19	431.531,27	576.052,12	24.697,20	180.438,50	827.144,89	179.018,50
	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00
	536.000,00	536.000,00	0,00	534.706,75	1.293,25	117.392,42	352.177,25	183.822,75	352.177,25
	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.015.694,00	15.048.144,80	2.299.247,14	9.571.205,48	5.476.939,32	2.684.806,84	6.928.343,63	8.119.801,17	6.765.904,93

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.015.694,00	15.048.144,80	2.299.247,14	9.571.205,48	5.476.939,32	2.684.806,84	6.928.343,63	8.119.801,17	6.765.904,93
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	6.926.845,43
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.015.694,00	15.048.144,80	2.299.247,14	9.571.205,48	—	2.684.806,84	6.928.343,63	—	13.692.750,36

FONTE:

Iomerê, 09/07/2015

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Iomerê, 09/07/2015

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/MÊS JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		410,00				3.928,52	-3.518,52
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA		410,00				3.928,52	-3.518,52
TOTAL		410,00				3.928,52	-3.518,52
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)							
Despesas de Capital		19.011,85					19.011,85
Investimentos		19.011,85					19.011,85
TOTAL		19.011,85					19.011,85
SALDO FINANCEIRO A APLICAR							
		Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		109.211,77					94.538,44

FONTE:

Iomerê, 09/07/2015

Luciano Paganini
Ordenador da DespesaSirlei Altenhofen
ContadoraCarina Falchetti Peretti
Controlador InternoDouglas Frandisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	520.520,00	520.520,00	324.465,33	62,34		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	99.000,00	99.000,00	79.060,75	79,85		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	99.000,00	99.000,00	50.294,66	50,80		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.000,00	110.000,00	73.923,80	67,20		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	198.000,00	198.000,00	110.985,01	56,05		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.060,00	5.060,00	2.028,83	40,10		
Dívida Ativa dos Impostos	5.610,00	5.610,00	5.706,03	101,71		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.850,00	3.850,00	2.506,25	65,10		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.088.020,00	13.088.020,00	6.285.075,58	48,02		
Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	3.243.683,99	49,15		
Cota-Parte ITR	3.520,00	3.520,00	294,84	8,38		
Cota-Parte IPVA	385.000,00	385.000,00	201.778,12	52,41		
Cota-Parte ICMS	5.720.000,00	5.720.000,00	2.784.385,62	48,68		
Cota-Parte IPI-Exportação	88.000,00	88.000,00	43.432,98	49,36		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	291.500,00	291.500,00	11.500,03	3,95		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	38.500,00	38.500,00	11.500,03	29,87		
Outras	253.000,00	253.000,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.608.540,00	13.608.540,00	6.609.570,91	48,57		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	873.260,00	873.260,00	322.368,74	36,92		
Provenientes da União	873.260,00	873.260,00	312.939,91	35,84		
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	9.428,83			
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	5.503,00	5.503,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.400,00	1.400,00	841,83	60,13		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	880.163,00	880.163,00	323.210,57	36,72		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.483.341,00	3.681.439,35	2.013.916,62	54,70	1.515.027,40	41,15
Pessoal e Encargos Sociais	2.103.200,00	2.170.907,59	921.899,85	42,47	914.399,85	42,12
Outras Despesas Correntes	1.380.141,00	1.510.531,76	1.092.016,77	72,29	600.627,55	39,76

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	62.903,00	81.684,19	37.248,55	45,60	32.674,70	40,00
Investimentos	62.903,00	81.684,19	37.248,55	45,60	32.674,70	40,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.546.244,00	3.763.123,54	2.051.165,17	54,51	1.547.702,10	41,13
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/ivf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/ivg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	879.863,00	1.077.961,35	361.546,16	17,63	320.177,49	20,69
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	879.863,00	1.077.961,35	361.546,16	17,63	320.177,49	20,69
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	879.863,00	1.077.961,35	361.546,16	17,63	320.177,49	20,69
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.666.381,00	2.685.162,19	1.689.619,01	82,37	1.227.524,61	79,31
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						18,57
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						236.088,97

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	
Atenção Básica	3.223.944,00	3.381.749,07	1.850.276,52	90,21	1.347.988,45
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	293.550,00	304.014,80	141.419,05	6,89	141.419,05
Vigilância Sanitária	13.750,00	62.359,67	57.839,60	2,82	56.664,60
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.000,00	1.630,00	0,08	1.630,00
TOTAL	3.546.244,00	3.763.123,54	2.051.165,17	100,00	1.547.702,10

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(i+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de Iomerê - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Iomerê, 09/07/2015

Ludiano Paganini
Ordenador da DespesaDouglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e FinançasSirlei Altenhofen
ContadoraCarina Falchetti Peretti
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

Iomerê, 09/07/2015

Luciano Paganini

Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen

Contadora

Douglas Francisco Zardo

Secretário de Administração e Finanças

Carina Falchetti Peretti

Controlador Interno

Município de Iomerê - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		14.015.694,00		
Previsão Atualizada		14.015.694,00		
Receitas Realizadas		6.926.845,43		
Déficit Orçamentário		1.498,20		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		327.955,39		
DESPESAS				
Dotação Inicial		14.015.694,00		
Créditos Adicionais		1.032.450,80		
Dotação Atualizada		15.048.144,80		
Despesas Empenhadas		9.571.205,48		
Despesas Liquidadas		6.928.343,63		
Despesas pagas		6.765.904,93		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		9.571.205,48		
Despesas Liquidadas		6.928.343,63		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		13.679.728,36		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	-500.000,00	-96.463,63	19,29	
Resultado Primário	484.445,00	275.275,52	56,82	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	641.895,82	0,00	254.215,42	387.680,40
EXECUTIVO	641.895,82	0,00	254.215,42	387.680,40
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	220,54	0,00	220,54	0,00
EXECUTIVO	220,54	0,00	220,54	0,00
TOTAL:	642.116,36	0,00	254.435,96	387.680,40
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.023.864,29	25%	30,62
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		652.802,13	60%	87,38
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		532.615,75	1.012.067,64	

Continua 1/2

Município de Iomeré - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores							
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					479,34	110,00	110,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					1.227.524,61	15,00	18,57
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Iomeré, 09/07/2015

Luciano Paganini	Sirlei Altenhofen	Douglas Francisco Zardo
Ordenador da Despesa	Contadora	Secretário de Administração e Finanças
Carina Falchetti Peretti		
Controlador Interno		

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

PRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)									R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	14.015.694,00	15.048.144,80	2.299.247,14	9.571.205,48	100,00	2.684.806,84	6.928.343,63	100,00	
	500.000,00	500.000,00	63.447,36	228.547,04	2,39	69.800,51	202.224,71	2,92	
Ação Legislativa	500.000,00	500.000,00	63.447,36	228.547,04	2,39	69.800,51	202.224,71	2,92	
Administração	1.657.050,00	1.677.050,00	203.075,19	1.127.292,10	11,78	549.757,90	875.704,72	12,64	
Administração Geral	1.657.050,00	1.677.050,00	203.075,19	1.127.292,10	11,78	549.757,90	875.704,72	12,64	
Segurança Pública	35.360,00	115.382,50	82.302,43	104.558,38	1,09	84.676,29	91.063,44	1,31	
Policimento	31.360,00	111.382,50	82.302,43	104.558,38	1,09	84.676,29	91.063,44	1,31	
Defesa Civil	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	244.781,00	244.781,00	22.029,26	120.220,48	1,26	34.838,15	85.416,04	1,23	
Assistência à Criança e ao Adolescente	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Comunitária	232.781,00	232.781,00	22.029,26	120.220,48	1,26	34.838,15	85.416,04	1,23	
Saúde	3.649.655,00	3.866.551,00	447.567,87	2.121.949,30	22,17	581.163,50	1.600.825,31	23,11	
Atenção Básica	3.223.944,00	3.381.749,07	396.477,11	1.850.276,52	19,33	501.514,52	1.347.988,45	19,46	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	293.550,00	304.014,80	51.090,76	141.419,05	1,48	162.595,75	141.419,05	2,04	
Vigilância Sanitária	13.750,00	62.359,67	0,00	57.839,60	0,60	0,00	56.664,60	0,82	
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.000,00	0,00	1.630,00	0,02	0,00	1.630,00	0,02	
Alimentação e Nutrição	100.110,00	100.126,46	0,00	70.784,13	0,74	28.558,22	53.123,21	0,77	
Abastecimento	3.301,00	3.301,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	3.854.553,00	4.023.789,71	516.008,77	2.402.865,69	25,11	770.145,53	1.852.781,75	26,74	
Ensino Fundamental	2.980.553,00	3.148.231,23	416.074,13	2.048.057,36	21,40	608.498,46	1.503.752,38	21,70	
Ensino Médio	185.000,00	185.000,00	930,00	1.960,00	0,02	930,00	1.960,00	0,03	
Ensino Superior	175.000,00	175.000,00	35.394,99	172.109,64	1,80	87.702,70	172.109,64	2,48	
Educação Infantil	501.500,00	503.058,48	63.609,65	171.117,09	1,79	71.090,05	171.111,09	2,47	
Educação Especial	12.500,00	12.500,00	0,00	9.621,60	0,10	2.878,40	3.848,64	0,06	
Cultura	367.500,00	367.500,00	240.300,19	315.504,33	3,30	44.371,49	64.724,38	0,93	
Diffusão Cultural	367.500,00	367.500,00	240.300,19	315.504,33	3,30	44.371,49	64.724,38	0,93	
Urbanismo	1.053.669,00	1.537.518,00	361.267,12	942.418,37	9,85	205.649,54	483.433,63	6,98	
Infra-Estrutura Urbana	17.104,00	500.953,00	236.128,74	236.128,74	2,47	0,00	0,00	0,00	
Serviços Urbanos	1.036.565,00	1.036.565,00	125.138,38	706.289,63	7,38	205.649,54	483.433,63	6,98	
Habituação	3.501,00	3.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Urbana	3.501,00	3.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/2

Continuação 22

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Gestão Ambiental	14.015.694,00	15.048.144,80	2.299.247,14	9.571.205,48	5.476.939,32	2.684.806,84	6.928.343,63	8.119.801,17
Preservação e Conservação Ambiental	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00
Agricultura	1.191.102,00	1.244.502,00	306.427,02	886.883,04	357.618,96	323.705,88	694.078,55	3.300,00
Promoção da Produção Vegetal	15.002,00	15.002,00	0,00	9.378,00	5.624,00	0,00	9.378,00	550.423,45
Extensão Rural	1.176.100,00	1.229.500,00	306.427,02	877.505,04	351.994,96	323.705,88	684.700,55	5.624,00
Indústria	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	544.799,45
Promoção Industrial	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00
Comércio e Serviços	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Turismo	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Transporte	624.089,70	655.136,29	57.844,99	539.227,50	115.908,79	102.673,11	499.102,98	156.033,31
Transporte Rodoviário	624.089,70	655.136,29	57.844,99	539.227,50	115.908,79	102.673,11	499.102,98	156.033,31
Desporto e Lazer	82.501,00	82.501,00	-1.023,06	70.461,73	12.039,27	14.307,27	40.712,75	0,59
Desporto Comunitário	82.501,00	82.501,00	-1.023,06	70.461,73	12.039,27	14.307,27	40.712,75	41.788,25
Encargos Especiais	714.131,30	714.131,30	0,00	711.277,52	2.853,78	145.444,67	438.275,37	275.855,93
Outros Encargos Especiais	714.131,30	714.131,30	0,00	711.277,52	2.853,78	145.444,67	438.275,37	275.855,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	14.015.694,00	15.048.144,80	2.299.247,14	9.571.205,48	5.476.939,32	2.684.806,84	6.928.343,63	8.119.801,17

FONTE:

Iomerê, 09/07/2015

Luciano Paganini Ordenador da Despesa	Silvia Altenhofen Contadora	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Finanças
--	--------------------------------	---

Carina Falchetti Peretti Controlador Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												RS 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Maio/2015	Jun/2015	TOTAL (JUL. 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
RECEITAS CORRENTES (I)		1.299.905,85	1.205.650,44	1.177.402,86	1.216.624,66	1.345.148,74	1.657.814,43	1.468.482,04	1.378.925,17	1.215.518,13	1.344.881,85	1.485.214,77	1.289.895,34	16.086.406,28	16.582.680,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		51.973,79	47.010,08	45.814,51	42.543,94	56.570,00	90.082,39	41.285,97	43.246,38	41.991,27	73.913,54	146.427,04	52.528,73	735.388,64	574.200,00
IPTU		4.650,00	612,75	4.260,89	1.076,19	4.219,81	791,82	0,00	0,00	0,00	16.780,26	61.724,67	566,82	94.662,21	98.000,00
IRPJ		19.762,88	16.944,73	16.642,21	8.473,21	26.883,69	38.665,64	19.930,04	17.533,78	17.535,00	18.963,36	16.727,42	18.575,42	236.407,57	198.000,00
I.R.R.F.		14.372,33	18.066,62	11.404,69	12.187,91	17.182,41	19.996,12	15.165,01	8.606,38	11.096,24	13.560,55	9.499,05	16.033,57	167.129,08	110.000,00
I.S.S.		8.496,13	10.000,00	7.000,00	14.383,05	4.966,24	27.916,50	4.863,80	10.902,00	4.983,90	9.152,96	5.840,00	14.952,00	123.065,59	99.000,00
I.T.E.I.		4.702,45	1.343,78	6.486,72	6.423,57	3.317,65	2.709,31	1.328,12	6.484,22	8.773,13	15.476,42	52.675,90	2.401,82	112.123,19	68.200,00
Outras Receitas Tributárias		5.788,49	62.366,63	6.304,12	7.205,46	7.126,60	6.951,38	7.964,94	7.283,42	6.696,22	9.762,72	10.590,65	12.078,67	93.864,30	71.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		15.699,18	10.793,50	12.975,98	14.376,05	12.745,01	13.631,19	13.285,48	13.684,30	17.446,73	15.729,96	15.302,68	15.294,04	170.884,01	75.655,00
RECEITA PATRIMONIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		1.140,00	0,00	0,00	405,00	0,00	6.294,93	2.393,96	28.737,75	5.615,23	2.692,49	2.991,29	625,77	52.665,51	20.900,00
RECEITA DE SERVIÇOS		1.223.983,64	1.135.038,40	1.109.501,69	1.150.479,57	1.260.117,92	1.542.266,89	1.300.702,17	1.278.641,30	1.139.121,80	1.229.905,77	1.299.540,14	1.201.804,39	14.961.123,68	15.791.780,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		366.126,63	446.405,05	393.082,94	371.503,64	491.732,86	540.132,51	596.335,67	611.805,61	445.610,52	480.931,82	591.411,98	514.988,39	5.557.689,82	6.600.000,00
Cota-Parte do FPM		422.716,17	443.475,70	475.514,37	490.711,00	540.884,63	520.991,59	503.907,98	448.524,46	450.454,81	484.215,07	458.190,81	439.002,49	5.676.679,08	5.720.000,00
Cota-Parte do ICMS		42.900,13	26.353,15	34.916,24	36.349,23	23.959,27	10.821,20	38.510,72	27.355,71	30.913,77	38.129,22	33.246,55	32.712,15	378.693,34	385.000,00
Cota-Parte do ITR		6,41	127,5	611,48	2.592,20	75,12	16,13	12,37	126,53	22,87	76,04	36,41	20,62	3.516,93	3.530,00
Outras Transferências Correntes		290.192,13	98.108,38	86.996,75	125.597,84	73.510,90	339.274,76	108.118,75	63.816,19	88.324,48	84.035,76	78.892,10	84.393,89	1.511.213,93	1.556.780,00
Transferências da LC 61/1989		7.161,97	7.403,04	6.995,65	7.460,70	8.567,10	8.453,25	10.500,71	6.247,33	6.126,45	6.416,60	7.240,88	6.896,95	89.465,69	88.000,00
Transferências da LC 87/1996		1.979,89	1.979,89	1.979,89	1.979,89	1.979,89	3.666,76	0,00	0,00	0,00	7.695,69	1.916,67	1.916,67	25.395,26	38.500,00
Transferências do FUNDEB		100.280,31	107.289,44	109.470,37	114.374,87	119.406,15	118.637,67	130.315,91	120.755,47	117.765,90	127.431,57	128.604,74	122.193,23	1.416.507,63	1.400.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.320,75	6.571,83	2.805,56	1.613,63	2.324,28	3.195,58	13.903,53	7.352,02	4.736,88	12.711,47	8.452,87	7.524,74	72.521,14	47.545,00
DEDUÇÕES (II)		163.701,99	185.331,91	182.614,71	182.101,19	213.439,57	216.674,68	230.453,30	216.813,72	186.065,87	203.687,28	216.408,46	199.045,24	2.065.677,92	2.557.004,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		163.701,99	185.331,91	182.614,71	182.101,19	213.439,57	216.674,68	230.453,30	216.813,72	186.065,87	203.687,28	216.408,46	199.045,24	2.065.677,92	2.557.004,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.134.203,86	1.019.718,53	994.788,15	1.034.523,47	1.131.709,17	1.440.939,75	1.238.028,74	1.160.111,45	1.028.913,26	1.141.174,57	1.268.806,31	1.090.811,10	13.979.728,36	14.015.676,00
FONTE:															
Iomerê, 09/07/2015															
Ordinador da Despesa	Sílei Altenhofen														
	Contadora														
Contratador Interno	Douglas Francisco Zardo														
	Secretário de Administração e Finanças														

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recapta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recapta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL						
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2015		2014
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS
RECETAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			Até o Bimestre/2015
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
RECETAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Recatta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Recatas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Recatta Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Recatas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Recatas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Recatas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Recatta de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Recatas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECETAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Recatas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Iomerê, 09/07/2015

Luciano Paganini	Sirlei Altenhofen	Douglas Francisco Zardo	Carina Falchetti Peretti
Ordenador da Despesa	Contadora	Secretário de Administração e Finanças	Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.079.573,37	844.788,54	727.396,12
DEDUÇÕES (II)	1.841.378,41	1.932.042,33	1.585.664,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.841.598,95	2.015.397,94	1.748.103,49
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	220,54	83.355,61	162.438,70
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-761.805,04	-1.087.253,79	-858.268,67
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-761.805,04	-1.087.253,79	-858.268,67

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2015 (C - A)
VALOR	228.985,12	-96.463,63

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-500.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Iomerê, 14/07/2015

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.952.121,00	6.840.916,28	6.575.399,02
Receita Tributária	574.200,00	401.393,93	358.052,03
I.P.T.U.	99.000,00	79.050,75	75.942,14
I.S.S.	110.000,00	73.923,80	55.821,26
I.T.B.I.	99.000,00	50.294,66	59.175,00
I.R.R.F.	198.000,00	110.985,01	98.874,59
Outras Receitas Tributárias	68.200,00	87.139,71	68.239,04
Receita de Contribuição	71.500,00	54.239,62	34.249,67
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	71.500,00	54.239,62	34.249,67
Receita Patrimonial Líquida	12.100,00	4.813,94	3.737,24
Receita Patrimonial	75.655,00	90.743,09	67.995,55
(-) Aplicações Financeiras	63.555,00	85.929,15	64.258,31
Transferências Correntes	13.224.776,00	6.282.701,70	6.157.114,26
F.P.M.	5.280.000,00	2.594.947,36	2.431.786,51
I.C.M.S.	4.576.000,00	2.227.509,05	2.169.454,03
Convênios	50.600,00	13.770,00	67.079,34
Outras Transferências Correntes	3.318.176,00	1.446.475,29	1.488.794,38
Demais Receitas Correntes	69.545,00	97.767,09	22.245,82
Dívida Ativa	6.270,00	6.469,16	1.844,07
Diversas Receitas Correntes	63.275,00	91.297,93	20.401,75
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18,00	0,00	1.405.587,70
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	519.390,00
Transferências de Capital	18,00	0,00	886.197,70
Convênios	18,00	0,00	886.197,70
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	0,00	886.197,70
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.952.139,00	6.840.916,28	7.461.596,72

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.503.461,41	8.604.967,46	7.619.930,24	6.395.727,88	5.714.710,73
Pessoal e Encargos Sociais	6.969.732,41	3.241.467,25	2.927.874,99	3.225.385,12	2.911.157,45
Juros e Encargos da Dívida (IX)	12.000,00	10.570,00	85.000,00	10.525,62	37.290,54
Outras Despesas Correntes	6.521.729,00	5.352.930,21	4.607.055,25	3.159.817,14	2.766.262,74
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.491.461,41	8.594.397,46	7.534.930,24	6.385.202,26	5.677.420,19
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.544.683,39	966.238,02	1.727.239,07	532.615,75	1.172.454,83
Investimentos	1.007.583,39	431.531,27	1.320.084,59	180.438,50	968.877,59
Inversões Financeiras	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	536.000,00	534.706,75	407.154,48	352.177,25	203.577,24
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.008.683,39	431.531,27	1.320.084,59	180.438,50	968.877,59
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.500.144,80	9.025.928,73	8.855.014,83	6.565.640,76	6.646.297,78

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-548.005,80	-2.185.012,45	-1.393.418,11	275.275,52	815.298,94
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	484.445,00

FONTE:

Iomerê, 09/07/2015

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	220,54	220,54	-	-	-	641.895,82	254.215,42	254.215,42	-	387.680,40	387.680,40
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	220,54	220,54	0,00	0,00	0,00	641.895,82	254.215,42	254.215,42	0,00	387.680,40	387.680,40
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010,00	1.010,00	1.010,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	220,54	220,54	0,00	0,00	0,00	104.109,92	19.114,92	19.114,92	0,00	84.995,00	84.995,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	364.830,50	207.090,50	207.090,50	0,00	157.740,00	157.740,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144.945,40	0,00	0,00	0,00	144.945,40	144.945,40
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	220,54	220,54	0,00	0,00	0,00	641.895,82	254.215,42	254.215,42	0,00	387.680,40	387.680,40
FONTE:												

FONTE:

Iomerê, 09/07/2015

Lucilene Paganini
Ordenador da DespesaSirllei Altenhofen
ContadoraDouglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e FinançasCarina Fachetti Perati
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	520.520,00	520.495,00	324.495,33	62,34
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	108.460,00	108.460,00	86.092,17	79,38
1.1.1- IPTU	99.000,00	99.000,00	79.050,75	79,85
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	660,00	660,00	66,93	10,14
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.500,00	5.500,00	5.055,77	91,92
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	3.300,00	3.300,00	1.918,72	58,14
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	99.000,00	99.000,00	50.294,66	50,80
1.2.1- ITBI	99.000,00	99.000,00	50.294,66	50,80
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	115.060,00	115.060,00	77.123,49	67,03
1.3.1- ISS	110.000,00	110.000,00	73.923,80	67,20
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	4.400,00	4.400,00	1.961,90	44,59
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110,00	110,00	650,26	591,15
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	550,00	550,00	587,53	106,82
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	198.000,00	198.000,00	110.985,01	56,05
1.4.1- IRRF	198.000,00	198.000,00	110.985,01	56,05
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	-	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	-	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.835.020,00	12.835.020,00	6.285.075,58	48,97
2.1- Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	3.243.683,99	49,15
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.600.000,00	6.600.000,00	3.243.683,99	49,15
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.720.000,00	5.720.000,00	2.784.385,62	48,68
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	38.500,00	38.500,00	11.500,03	29,87
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	88.000,00	88.000,00	43.432,98	49,36
2.5- Cota-Parte ITR	3.520,00	3.520,00	294,84	8,38
2.6- Cota-Parte IPVA	385.000,00	385.000,00	201.778,12	52,41
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.355.540,00	13.355.540,00	6.609.570,91	49,49
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	218.420,00	218.420,00	133.265,11	61,01
5.1- Transferências do Salário-Educação	132.000,00	132.000,00	96.869,08	73,39
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	40.000,00	40.000,00	16.756,00	41,89
5.4- Transferências Diretas - PNAE	44.000,00	44.000,00	14.460,94	32,87
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.420,00	2.420,00	5.179,09	214,01
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	44.002,00	44.002,00	19.439,47	44,18
6.1- Transferências de Convênios	44.002,00	44.002,00	13.770,00	31,29
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	5.669,47	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	257.070,00	257.070,00	6.687,26	2,60
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	519.492,00	519.492,00	159.391,84	30,68
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.567.004,00	2.567.004,00	1.257.013,87	48,97
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	648.736,63	49,15
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.144.000,00	1.144.000,00	556.876,57	48,68
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.700,00	7.700,00	2.299,99	29,87
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	17.600,00	17.600,00	8.686,58	49,36
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	704,00	704,00	58,94	8,37
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	77.000,00	77.000,00	40.355,16	52,41
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.400.000,00	1.400.000,00	747.066,82	53,36
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.400.000,00	1.400.000,00	747.066,82	53,36
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.167.004,00	-1.167.004,00	-509.947,05	43,70
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.403.300,00	1.403.300,00	652.802,13	46,52	652.802,13	46,52
13.1- Com Educação Infantil	126.500,00	126.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.276.800,00	1.276.800,00	652.802,13	51,13	652.802,13	51,13
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	33.685,34	33.685,30	100,00	33.685,30	100,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	33.685,34	33.685,30	100,00	33.685,30	100,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.403.300,00	1.436.985,34	686.487,43	47,77	686.487,43	47,77
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						686.487,43
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						87,38
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						4,51
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						8,11
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*		3.338.885,00		3.338.885,00	1.652.392,73	49,49
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	501.500,00	501.500,00	169.558,61	33,81	169.552,61	33,81
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.758.131,00	2.791.816,34	1.808.320,94	64,77	1.344.364,63	48,15
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.276.800,00	1.310.485,34	686.487,43	52,38	686.487,43	52,38
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.481.331,00	1.481.331,00	1.121.833,51	75,73	657.877,20	44,41
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.259.631,00	3.293.316,34	1.977.879,55	60,06	1.513.917,24	45,97
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-509.947,05
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-509.947,05
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						2.023.864,29
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						30,62
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	134.200,00	230.663,14	114.001,22	49,42	102.073,32	44,25
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	200.832,00	206.155,89	173.918,61	84,36	82.063,96	39,81
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	335.032,00	436.819,03	287.919,83	65,91	184.137,28	42,15
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.594.663,00	3.730.135,37	2.265.799,38	60,74	1.698.054,52	45,52

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		747.066,82	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		747.066,82	0,00

Iomerê, 09/07/2015

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

		R\$ 1,00		
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.544.683,39	966.238,02	532.615,75	578.445,37
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.544.683,39	966.238,02	532.615,75	578.445,37
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.544.683,39	-	-	-578.445,37

FONTE:

Iomerê, 09/07/2015

Luciano Paganini
Ordenador da DespesaSirlei Altenhofen
ContadoraDouglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e FinançasCarina Falchetti Peretti
Controlador Interno

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO Nº 2154

DECRETO Nº 2154 16 DE JULHO DE 2015

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por CHUVAS INTENSAS – 1.3.2.1.4.

O Senhor Valdir Zanella, Prefeito do município de Ipumirim, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VI, do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil e pelo art. 2º da Instrução Normativa nº 01 de 24 de agosto de 2012.

CONSIDERANDO:

I – Que as chuvas intensas (214 milímetros) ocorridas durante 72 horas entre os dias 12 e 15 de julho, atingiu o território do Município de Ipumirim, e mais diretamente nas áreas descritas e georreferenciadas constantes no Formulário de Informações do Desastre – FIDE;

II- Que em decorrência dos seguintes danos e prejuízos: 4.845 (quatro mil oitocentas e quarenta cinco) pessoas afetadas e prejuízos econômicos públicos e privados que totalizam R\$ 627.280,00 (Seiscentos e vinte sete mil duzentos e oitenta reais).

III – Que o parecer da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por

outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contada a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. O presente Decreto vigorará por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 16 dias do mês de julho de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.316/2015 DE 16 DE JULHO DE 2.015.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A JUCILENE GOLDONI CALIARI, matrículas 492-8, Licença Prêmio de 15 dias, relativa ao período aquisitivo de 2008 a 2013 e gozo de 22/07/2015 a 05/08/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 22 de Julho de 2015.

Ipumirim - SC, 16 de Julho de 2.015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2015,PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 05/08/2015, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 05/08/2015. Objeto da licitação: registro de preço para fornecimento de sêmen bovino e materiais, para atender o programa de melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Ipumirim, com as características e quantidades constantes no anexo III do presente edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 16/07/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46/2015,EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: aquisição de um PARQUE INFANTIL, destinado ao Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli, conforme características anexas. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 16/07/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

1.º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015

1.º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 66/2014, de fornecimento que entre si celebram o Município de Irineópolis e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda, estabelecida na rua Francisco Fernandes Luiz, número 685, bairro São Joaquim, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, CNPJ 78.695.996/0001-94, pelo seu representante, Sr. José Ravanello, sob nº de CPF 057.306.009-68 e RG 906.157, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1652/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 48/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 80/2014, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 66/2014, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 66/2014.

CLAUSULA SEGUNDA Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 42.791,00 (Quarenta e dois mil, setecentos e noventa e um reais) conforme abaixo discriminado:

Item 01: Óleo Diesel S10 – 75.000 litros – valor anterior R\$ 2,60 Total R\$ 195.000,00 – valor reajustado R\$ 2,786 – valor total: R\$ 208.950,00, sendo o valor aditivado de R\$ 13.950,00.

Item 03: Óleo Diesel Comum 151.000 – valor anterior R\$ 2,34 Total R\$ 353.340,00 – valor reajustado R\$ 2,531 - valor total: R\$ 382.181,00, sendo o valor aditivado de R\$ 28.841,00.

CLÁUSULA TERCEIRA Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 16 de julho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ RAVANELLO
CERES – COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

Testemunhas:

Nome: João Paulo Andreievski
CPF: 066.283.679-08

Nome: Robson Roberto Binder
CPF: 780.541.689-34

1.º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015

1.º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 67/2014, de fornecimento que entre si celebram o Município de Irineópolis e a empresa Anésio Buzzi & Cia Ltda.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Anésio Buzzi & Cia Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Avenida 22 de Julho nº 767 – sala, centro, cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 85.605.061/0001-35, neste ato representado pelo Sr. Gilmar José Cândido Buzzi, sob nº de CPF 558.125.119-34 e RG 1.459.609, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório nº 80/2014, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 67/2014, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 67/2014.

CLAUSULA SEGUNDA Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 14.751,60 (Quatorze mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos) conforme abaixo discriminado:

Item 01: Gasolina Comum – 47.894,785 litros – valor anterior R\$ 3,12 Total R\$ 149.431,72 – valor reajustado R\$ 3,428 – valor total: R\$ 164.183,32, sendo o valor aditivado de R\$ 14.751,60 CLÁUSULA TERCEIRA Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 16 de julho de 2015.

Município de Irineópolis Juliano Pozzi Pereira Contratante	Anesio Buzzi & Cia Ltda. Gilmar José Cândido Buzzi Contratada		
Testemunhas:			
Nome: João Paulo Andreievski	Nome: Robson Roberto Binder		
CPF: 066.283.679-08	CPF: 780.541.689-34		

1.º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015

1º Termo Aditivo ao Contrato de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Kerber & Cia Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, e a empresa Kerber & Cia Ltda, estabelecida na Localidade Rio D'Areia, Interior do Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CNPJ 78.408.960/0001-82, pelo seu representante, Sr. Josmar Kerber, sob nº de CPF 510.556.949-00 e RG 1.331.580, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1652/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 50/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 82/2014, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 69/2014, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 69/2014.

CLAUSULA SEGUNDA Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais) conforme abaixo discriminado:

Item 01: CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado Quente), com CAP – 500 Toneladas – valor anterior R\$ 185,00 Total R\$ 92.500,00 – valor reajustado R\$ 230,00 – valor total: R\$ 115.000,00, sendo o valor aditivado de R\$ 22.500,00. CLÁUSULA TERCEIRA Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 16 de julho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

JOSMAR KERBER
KERBER & CIA LTDA

Testemunhas:

Nome: João Paulo Andreievski
CPF: 066.283.679-08

Nome: Robson Roberto Binder
CPF: 780.541.689-34

ATA RP PROC 11/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 11/2015
PREGÃO PRESENCIAL 07/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 11/2015, Pregão Presencial nº 07/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Patricia Fabiane Fronczak, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Luis Kaminski- Luis Kaminski- ME, Vilma Schiffler- M. Móble Eireli EPP, Odirlei Dozorski- Fenix Informática e Telefonia Ltda- ME, Abel kaczoroski - representante da empresa Gráfica e Editora Kaygangue Ltda, João Francisco Candaten- Papelaria São Bento Ltda- EPP.

Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

A empresa Escrimate Comercial e Serviços de Informática Eireli enviou seus envelopes através da Empresa Brasileira de Telégrafos SEDEX DJ 24627151 8 BR.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Luis Kaminski- ME, M. Móble Eireli EPP, Fenix Informática e Telefonia Ltda- ME, Gráfica e Editora Kaygangue Ltda, Papelaria São Bento Ltda- EPP E Escrimate Comercial e Serviços de Informática Eireli as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento da proposta.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 11/2015, Pregão Presencial nº 07/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Patricia Fabiane Fronczak, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Luis Kaminski- Luis Kaminski- ME, Vilma Schiffler- M. Móble Eireli EPP, Odirlei Dozorski- Fenix Informática e Telefonia Ltda- ME, Abel kaczoroski - representante da empresa Gráfica e Editora Kaygangue Ltda, João Francisco Candaten- Papelaria São Bento Ltda- EPP.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Luis Kaminski- ME, M. Móble Eireli EPP, Fenix Informática e Telefonia Ltda- ME, Gráfica e Editora Kaygangue Ltda, Papelaria São Bento Ltda- EPP E Escrimate Comercial e Serviços de Informática Eireli, e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Escrimate Comercial e Serviços de Informática - Eireli,

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor máximo total R\$
27	30	unidade	Cartucho original HP 122 color	HP	33,36	1.000,80
28	40	unidade	Cartucho original HP 122 preto	HP	29,94	1.197,60
31	30	unidade	Cartucho original HP 662 preto	HP	20,94	628,20
32	30	unidade	Cartucho original HP 662 color	HP	23,17	695,10
	TOTAL R\$	3.521,70				

Fenix Informática e Telefonia Ltda – ME

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor máximo total R\$
15	01	unidade	Tubo de CD/R com 100 unidades	MULTI-LASER	90,00	90,00
29	06	unidade	Cartucho original HP 94 preto	HP	71,00	426,00
30	06	unidade	Cartucho original HP 95 color	HP	80,65	483,90
90	10	Unidade	Pen drive com 4gb	SAN-DISK	27,50	275,00
91	10	unidade	Pen drive com 8gb	SAN-DISK	23,40	234,00
108	60	unidade	Toner original HP 78A	HP	180,90	10.854,00
109	40	unidade	Toner original HP 85A	HP	172,79	6.911,60
	TOTAL R\$	19.274,50				

Gráfica e Editora Kaygangue Ltda

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor máximo total R\$
119	4.000	unidade	Capa de bloco de produtor rural folha triplex 250 G/M² 1x1 cores tamanho 23x21 cm	KAY-GANGUE	1,05	4.200,00
120	25.000	unidade	Nota fiscal de Produtor rural em 4 vias formulário contínuo carbonada	KAY-GANGUE	0,38	9.500,00
	TOTAL R\$	13.700,00				

Luis Kaminski – ME

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor máximo total R\$
79	900	unidade	Papel A4 Branco - Resma com 500 folhas	CO-PIMAX	13,29	11.961,00
	TOTAL R\$	11.961,00				

M Mobile Eireli - EPP,

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor máximo total R\$
02	12	Unidade	Apontador	LEO-NORA	0,50	6,00

03	05	Caixa	Alfinete de cabeça	LEO-NORA	4,78	23,90
07	15	unidade	Bloco autoadesivo amarelo	INFOR-MS	3,90	58,50
08	03	unidade	Bloco cubo lembrete cor branca	TA-MOIO	13,75	41,25
11	30	unidade	Borracha branca	RED BOR	0,38	11,40
12	10	unidade	Caderno 60 folhas capa dura	PANA-MERI-CANA	3,85	38,50
13	06	unidade	Caderno protocolo	SÃO DO-MIN-GOS	7,68	15,36
16	230	unidade	Caixa para arquivo morto	MAXI-MA	2,32	533,60
33	10	caixa	Clips nº 0 com 500gr	RG	8,82	88,20
34	05	caixa	Clips nº 1 com 500gr	RG	8,82	44,10
35	05	caixa	Clips nº 2 com 500gr	RG	8,82	44,10
36	05	caixa	Clips nº 3 com 500gr	RG	8,82	44,10
37	05	caixa	Clips nº 8 com 500gr	RG	8,82	44,10
38	20	unidade	Cola em bastão, atóxica, com glicerina, 08 gr	JOCAR	1,42	28,40
39	25	unidade	Cola branca liquida lavável, não tóxica 90 gr	PIRA-TININ-GA	1,35	33,75
40	20	unidade	Corretivo	FRAMA	1,64	32,80
41	02	caixa	Elástico nº 18, com no mínimo 50 unidades	FUL-GOR	3,40	6,80
56	10	unidade	Extrator de grampo	CAR-BRINK	1,20	12,00
66	50	caixa	Grampo para grampeador nº 26/6 caixa com 5.000 unidades	JOCAR	4,60	230,00
68	25	caixa	Grampo trilho de metal com 50 unidades	JOCAR	14,80	370,00
72	50	unidade	Lápis preto, nº 2 com madeira de boa qualidade	LABRA	0,58	29,00
73	50	unidade	Lápis nº 2 sextavado	JOCAR	0,65	32,50
74	02	unidade	Lapiseira 0,5	JOCAR	5,60	11,20
76	05	unidade	Livro de registro de empregados com 50 paginas	SÃO DO-MIN-GOS	14,12	70,60
80	10	rolos	Papel contact transparente com 25 metros	POLI-FIX	50,38	503,80
82	05	unidade	Papel fotográfico A4 com 50 folhas	MAS-TER-PRINT	57,70	288,50
92	50	caixa	Percevejo com 100 unidades	JOCAR	2,80	140,00
95	10	unidade	Pilha AA alcalina recarregável com 04 unidades	FLEX	17,50	175,00
96	10	unidade	Pilha AAA alcalina recarregável com 04 unidades	FLEX	17,50	175,00
110	01	rolo	TNT com 50 metros na cor branca	LEAL	88,60	88,60
111	01	rolo	TNT com 50 metros na cor rosa claro	LEAL	88,60	88,60
112	01	rolo	TNT com 50 metros na cor verde escuro	LEAL	88,60	88,60
113	01	rolo	TNT com 50 metros na cor vermelho	LEAL	88,60	88,60
114	01	rolo	TNT com 50 metros na cor amarelo	LEAL	88,60	88,60
115	01	rolo	TNT com 50 metros na cor azul claro	LEAL	88,60	88,60
116	01	rolo	TNT com 50 metros na cor preto	LEAL	88,60	88,60
117	01	rolo	TNT com 50 metros na cor laranja	LEAL	88,60	88,60
118	01	rolo	TNT com 50 metros na cor lilás	LEAL	88,60	88,60
121	01	unidade	Estante com 03 prateleiras e duas portas com chave em madeira ou metal cor branca	M. MO-BILE	615,00	615,00

124	01	unidade	Gaveteiro em MDF 2 gavetas para pasta suspensa, com chave, com rodinha, na cor cinza	M MOBILE	274,00	822,00
125	10	Unidade	Armário com 04 gavetas com rodígio e chave, em MDF 18mm, na cor cinza	M MOBILE	220,00	2.200,00
126	01	01	Armário prateleira, medindo 2,60 x 2,70 x 0,45 m, com 12 prateleiras, com 08 gavetas e portas de correr, em MDF 25mm, na cor cinza	M MOBILE	4.210,00	4.210,00
127	01	01	Armário em L, com 04 portas de correr e 32 prateleiras, medindo 2,30 x 2,80 x 2,70 x 0,45 m, em MDF 25mm, na cor cinza	M MOBILE	6.860,00	6.860,00
TOTAL R\$		18.636,86				

Papeleria São bento Ltda – EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor máximo total R\$
01	01	Unidade	Agenda Telefonica em espiral	TILIBRA	20,78	20,78
04	20	unidade	Almofada para carimbo	RADEX	4,97	99,40
05	06	unidade	Almofada para máquina de calcular modelo procalc LP 25	PRO-CALC	11,19	67,14
06	50	unidade	Bastão de cola quente grossa	RENDICOLA	0,78	39,00
09	10	unidade	Bloco de anotações	S. DOMINGOS	4,78	47,80
10	01	caixa	Bobina para calculadora PDV 57 mm, caixa com 30 unidades	ALFORM	39,80	39,80
14	50	unidade	CD regravável	DIGIKLONE	2,74	137,00
17	55	unidade	Caixa para arquivo morto em plástico	POLIBRAS	5,20	286,00
18	02	unidade	Calculadora científica	PRO-CALC	39,00	78,00
19	450	unidade	Caneta Esferográfica 1.0mm trilux Azul – ponta média, ponteira metálica.	FABER	0,89	400,50
20	20	unidade	Caneta Esferográfica 0,7mm Azul - ponta fina, com ponteira metálica	COMPACTOR	1,37	27,40
21	50	unidade	Caneta Preta	INJEXPEN	0,95	47,50
22	100	unidade	Caneta vermelha - ponta média	INJEXPEN	0,95	95,00
23	50	unidade	Caneta marca texto amarela	MAKE	1,70	85,00
24	10	unidade	Caneta marca texto verde	MAKE	1,70	17,00
25	10	unidade	Caneta marcador permanente CD/DVD, 1.0mm, preta	MARIPEL	3,05	30,50
42	100	unidade	Envelopes para CD	EPICOL	0,32	32,00
43	10	unidade	EVA cor rosa claro	MAKE	1,96	19,60
44	10	Unidade	EVA cor rosa escura	MAKE	1,96	19,60
45	10	unidade	EVA verde escuro	MAKE	1,96	19,60
46	10	unidade	EVA verde claro	MAKE	1,96	19,60
47	10	unidade	EVA cor vermelho	MAKE	1,96	19,60
48	10	unidade	EVA cor amarelo	MAKE	1,96	19,60
49	10	unidade	EVA cor azul escuro	MAKE	1,96	19,60
50	10	unidade	EVA cor azul claro	MAKE	1,96	19,60
51	10	unidade	EVA cor preto	MAKE	1,96	19,60
52	10	unidade	EVA cor marrom	MAKE	1,96	19,60
53	10	unidade	EVA cor laranja	MAKE	1,96	19,60
54	10	unidade	EVA cor lilás	MAKE	1,96	19,60
55	10	unidade	EVA cor branca	MAKE	1,96	19,60
60	40	unidade	Fita adesiva grande	POLO	1,39	55,60
61	30	unidade	Fita adesiva larga transparente	POLO	3,85	115,50
62	10	unidade	Fita corretiva de secagem rápida	RADEX	7,55	75,50

63	05	unidade	Fita crepe	POLO	4,30	21,50	
64	05	unidade	Fita crepe larga	SICAD	11,50	57,50	
67	05	caixa	Grampo para grampeador 9/14 com 5.000 unidades	BACHI	18,40	92,00	
69	40	caixa	Grampo trilho em plástico com no mínimo 50 unidades	DELLO	12,30	24,60	
70	40	minas	Grafite 2b. 0,5 mm preto	CIS	1,88	75,20	
71	05	unidade	Lápis borracha	FABER	1,90	9,50	
75	05	unidade	Livro ata	S. DO-MIN-GOS	8,90	44,50	
77	06	caixa	Marcador de páginas transparente com adesivo flags c/ 100 folhas	3M	18,20	109,20	
78	03	unidade	Organizador de escritório vertical cor cristal ou fumê	WAL-LEU	71,50	214,50	
81	02	unidade	Papel couchê colorido (azul claro/verde) resma	CHA-MEX	16,50	33,00	
84	20	unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com canaleta	POLI-BRAS	2,30	46,00	
85	60	unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com elástico	POLI-BRAS	2,14	128,40	
86	460	unidade	Pasta arquivo colorida com grampo trilho (verde, vermelha, preta)	POLI-CART	1,29	593,40	
87	40	unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com grampo trilho	POLI-BRAS	2,17	86,80	
88	15	unidade	Pasta AZ	FRAMA	10,60	159,00	
89	130	unidade	Pasta suspensa	FRAMA	2,00	260,00	
93	06	pacote	Pilha AA	ELGIN	6,15	36,90	
94	06	pacote	Pilha AAA	ELGIN	7,25	43,50	
97	10	unidade	Pincel atômico azul	MAKE	2,60	26,00	
98	10	unidade	Pincel atômico verde	MAKE	2,60	26,00	
99	10	unidade	Pincel atômico vermelho	MAKE	2,60	26,00	
100	10	unidade	Pincel atômico preto	MAKE	2,60	26,00	
101	01	rolo	Plástico para encapar pastas -cores diversas – rolo com 25M	DAC	48,90	48,90	
102	10	unidade	Prancheta de madeira	SOUZA	4,28	42,80	
103	20	unidade	Régua plástica transparente 30 cm	WAL-LEU	0,50	10,00	
104	06	unidade	Régua 30 cm em alumínio	JOCAR	4,86	29,16	
105	05	unidade	Tinta para carimbo	RADEX	4,15	20,75	
123	06	unidade	Arquivo de aço com 4 gavetas, chapa 26 cor cinza	W3	475,00	2.850,00	
	TOTAL R\$	7.192,33					

Irineópolis, 16 de julho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 35/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 35/2015

PREGÃO PRESENCIAL 19/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 35/2015, Pregão Presencial nº 19/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Cassiana Lais Brand, Sra. Patricia Fabiane Fronczak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sr. Sergio Luiz Ouriques - representante da empresa Banzai Serviços Administrativos e Comercio de Moveis e Equipamentos em Geral Ltda. ME, Sr. Odirlei Dozorski - representante da empresa Fênix Informática e Telefonia Ltda. e Fabio Luiz Egert - representante da empresa Ergo-Mobile Indústria e Comércio de Móveis Ltda.

Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Banzai Serviços Administrativos



e Comercio de Moveis e Equipamentos em Geral Ltda. ME, Fênix Informática e Telefonia Ltda. e Ergo-Mobile Indústria e Comércio de Móveis Ltda., seguem classificadas para a fase de lance e julgamento da proposta.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 35/2015, Pregão Presencial nº 19/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Cassiana Lais Brand, Sra. Patricia Fabiane Fronczak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sr. Sergio Luiz Ouriques - representante da empresa Banzai Serviços Administrativos e Comercio de Moveis e Equipamentos em Geral Ltda. ME, Sr. Odirlei Dozorski - representante da empresa Fênix Informática e Telefonia Ltda. e Fabio Luiz Egert - representante da empresa Ergo-Mobile Indústria e Comércio de Móveis Ltda.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Banzai Serviços Administrativos e Comercio de Moveis e Equipamentos em Geral Ltda ME, Fênix Informática e Telefonia Ltda. e Ergo-Mobile Indústria e Comércio de Móveis Ltda. e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Fenix Informática e Telefonia Ltda ME

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL R\$
09	01	Mini Rack 19 06U x 450 MM para parede preto; Marca: Nazca	355,00	355,00
10	01	Switch com 48 portas Ethernet (10/100) com suporte para rack, Marca: TP Link	890,00	890,00
11	02	Nobreak 600 VA bivolt, Marca: Ragtech	340,00	680,00
12	05	TV SMART com tela mínima de 40 polegadas, tipo LED, com conversor digital, entrada HDMI, portas USB, Resolução Full HD, Marca: Semp Toshiba	1.890,00	9.450,00
TOTAL R\$	11.375,00			

Banzay Serviços Administrativos e Comércio de Móveis e Equipamentos em Geral Ltda ME

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL R\$
03	06	ESTANTE BIBLIOTECA KIDS FLOR SIMPLES FACE BASE FECHADA, 03 PRATELEIRAS – 1,42M. Totalmente confeccionada em chapa de aço de baixo teor de carbono, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras nas cores: base inferior, colunas e travessa superior na cor verde, prateleiras na cor branca e anteparos laterais na cor vermelha. Contendo: 02 (duas) colunas de sustentação confeccionadas em chapa de aço nº 16 (1,50mm), com furação do tipo cremalheira em toda sua extensão, permitindo regulagem das prateleiras em passos de 6,0 cm. 01 (uma) base inferior em formato retangular, fechada, confeccionada em chapa nº 20 (0,90mm) com reforço interno em Omega confeccionada em chapa nº 20(0,90mm) e 02 (dois) anteparos laterais base confeccionados em chapa nº 16 (1,50mm) com encaixes para as colunas. 01 (uma) travessa superior horizontal (chapéu) com dobra interna para travamento das colunas, confeccionado em chapa nº 20 (0,90mm), unida as 02 (duas) extremidades das colunas através de 04 (quatro) parafusos com porcas de cada lado. 03 (três) prateleiras com dimensões de 1,00 (um) metro de comprimento e 23,5 cm de profundidade, confeccionadas em chapa nº 24 (0,60mm), cada prateleira unida pelo sistema de encaixe (sem parafusos) a 02 (dois) anteparos laterais em forma de flor, dotados de ganchos para encaixe na cremalheira das colunas, confeccionados em chapa nº 18 (1,20mm). Dimensões: Altura: 142 cm Largura 102 cm Profundidade: 33 cm. MARCA WTEC/BICCATECA	600,00	3.600,00
04	03	ESTANTE BIBLIOTECA KIDS FLOR DUPLA FACE BASE FECHADA, 06 PRATELEIRAS – 1,42M. Totalmente confeccionada em chapa de aço de baixo teor de carbono, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras nas cores: base inferior, colunas e travessa superior na cor verde, prateleiras na cor branca e anteparos laterais na cor vermelha. Contendo: 02 (duas) colunas de sustentação confeccionadas em chapa de aço nº 16 (1,50mm), com furação do tipo cremalheira em toda sua extensão, permitindo regulagem das prateleiras em passos de 6,0 cm. 01 (uma) base inferior em formato retangular, fechada, confeccionada em chapa nº 20 (0,90mm) com reforço interno em Omega confeccionada em chapa nº 20 (0,90mm) e 02 (dois) anteparos laterais base confeccionados em chapa nº 16 (1,50mm) com encaixes para as colunas. 01 (uma) travessa superior horizontal (chapéu) com dobra interna para travamento das colunas, confeccionado em chapa nº 20 (0,90mm), unida as 02 (duas) extremidades das colunas através de 04 (quatro) parafusos com porcas de cada lado. 06 (seis) prateleiras com dimensões de 1,00 (um) metro de comprimento e 235 mm de profundidade, confeccionadas em chapa nº 24 (0,60mm), cada prateleira unida pelo sistema de encaixe (sem parafusos) a 02 (dois) anteparos laterais em forma de flor, dotados de ganchos para encaixe na cremalheira das colunas, confeccionados em chapa nº 18 (1,20mm). Dimensões: Altura: 142 cm Largura 102 cm Profundidade: 58,5 cm. MARCA WTEC/BICCATECA	1.045,00	3.135,00

05	03	<p>EXPOSITOR KIDS FLOR PARA LIVROS BASE FECHADA, 03 PRATELEIRAS – 1,42M. Totalmente confeccionada em chapa de aço de baixo teor de carbono, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras nas cores: base inferior, colunas e travessa superior na cor verde, prateleiras na cor branca e anteparos laterais na cor vermelha. Contendo: 02 (duas) colunas de sustentação confeccionadas em chapa de aço nº 16 (1,50mm), com furação do tipo cremalheira em toda sua extensão, permitindo regulagem das prateleiras em passos de 6,0 cm. 01 (uma) base inferior em formato retangular, fechada, confeccionada em chapa nº 20 (0,90mm), 02 (dois) anteparos laterais base confeccionados em chapa nº 16 (1,50mm) com encaixes para as colunas.</p> <p>01 (uma) travessa superior horizontal (chapéu) com dobra interna para travamento das colunas, confeccionado em chapa nº 20 (0,90mm), unida as 02 (duas) extremidades das colunas através de 04 (quatro) parafusos com porcas de cada lado. 03 (três) prateleiras inclinadas com dimensões de 1,00 (um) metro de comprimento, confeccionadas em chapa nº 24 (0,60mm), cada prateleira unida com 02 (dois) parafusos e porcas a 02 (dois) anteparos laterais em forma de flor, dotados de ganchos para encaixe na cremalheira das colunas, confeccionados em chapa nº 18 (1,20mm). Dimensões: Altura: 142 cm Largura 102 cm Profundidade: 33 cm. MARCA WTEC/BICCATECA</p>	715,00	2.145,00
06	02	<p>ALMOFADA INFANTIL GIGANTE CENTOPEIA. Lavável e anti-alérgica.</p> <p>Enchimento em fibra siliconada (plush 85% -algodão/poliéster 15%). Composta de 01 almofada com o formato da cabeça com as medidas de 40cm de lado e frente e 32cm de altura com 2 antenas de 21cm de altura costurado na parte superior da cabeça. Corpo composto de 10 almofadas coloridas em formato de cubo com as medidas de 38 cm de lado e frente e 24 cm de altura. União entre almofadas que formam o corpo e cabeça através de conector consistido em ganchos e voltas usado para conectar objetos (velcro). Dimensões: Altura: 32cm, Largura: 40cm, Comprimento: 420cm. Medidas aproximadas podendo variar conforme o modelo e cores poderão. MARCA WTEC/BICCATECA</p>	1.940,00	3.880,00
07	08	<p>CONJUNTO FORMADO POR UMA MESA E SEIS CADEIRAS COLORIDAS. Cadeiras: A cadeira por sua vez é constituída de estrutura metálica, assento e encosto plásticos. O assento é confeccionado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento polido e dimensões de 330 mm de largura, 320 mm de profundidade 4 mm de espessura de parede com cantos arredondados, montados à estrutura por meio de 4 (quatro) cavidades reforçadas com aletas de no mínimo 2mm de espessura, que acomodam parafusos auto atarraxantes para plástico FL de diâmetro 5x30 mm fenda Phillips. A altura do assento até o chão é de 350 mm. O encosto é inteiriço, sem nenhum tipo de ventilação ou abertura, fabricado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento polido. Suas dimensões são 330 mm de largura por 185 mm de altura, com espessura de parede média de 3,5 mm. A peça possui cantos arredondados e une-se à estrutura por meio de encaixes de suas cavidades posteriores aos tubos da estrutura metálica da cadeira e é travada por dois pinos retráteis injetados em polipropileno copolímero, na mesma cor do encosto, dispensando a presença de rebites ou parafusos. A estrutura, fabricada em tubos de aço industrial, é composta por pernas e travessas em tubo de seção circular com diâmetro de 19,05 mm e espessura de parede de 1,06 mm e "L's" fabricados em tubo de seção quadrada 20x20 mm e espessura de parede de 1,2 mm. As peças são unidas entre si por meio de solda MIG. O conjunto ainda recebe tratamentos de banhos químicos e pintura epóxi (pó), o que possibilita proteção contra oxidação e maior vida útil à estrutura. Estrutura na cor (Branca). Assento e Encosto nas cores (Amarelo, Vermelho, Verde, Azul, Laranja e Roxo) Nas pontas dos tubos dos pés a cadeira recebe ponteiros plásticos de polipropileno para acabamento no padrão FDE, e nas extremidades das travessas são colocadas ponteiros de polipropileno com aba para proteção das estruturas quando as mesmas são empilhadas no transporte. Mesa: A mesa infantil sextavada confeccionada em MDF 15mm parte superior revestida em fórmica colorida, borda com perfil de PVC, estrutura 6 pés em tubo de aço redondo de 1" e ¼", com pintura epóxi na cor branca. Dimensões tampo 1200mm, altura 580mm. MARCA SCHOOL CENTER</p>	1.230,00	9.840,00
TOTAL R\$	22.600,00			

Ergo Mobili Industria e Comércio de Móveis Ltda

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL R\$
02	100	<p>CADEIRAS MONTADAS SOB LONGARINAS DE 03 E 05 LUGARES PARA AUDITÓRIO.</p> <p>Assento e encosto em compensado multilaminado com espessura de 15mm, moldados anatomicamente. Encosto com curvatura tripla e apoio lombar, ligado ao assento através de duas cantoneiras metálicas, formando um monobloco fechado, sendo ambos estofados com espuma de poliuretano injetado com espessura mínima de 60mm e densidade 47kg/m3, revestidos em resina vinílica plastificada com malha composta de 67% poliéster e 33% algodão com gramatura 480g/m2, cor a definir, com aplicação de bordado no encosto de cada cadeira, retratando o brasão do município de Irineópolis e caracteres Secretaria de Educação. Acabamento nas bordas em perfil de PVC semi-rígido, do tipo Macho/Fêmea (com largura de 15mm). Contra-capa do encosto em PSAI, moldada através do sistema de vacuum-forming. Estofado fixado à estrutura através de 4 parafusos sextavados e porcas-garras cravadas na madeira. Estrutura com pés horizontal em tubo industrial oblongo 29x58mm recobertos por capa de polipropileno injetada medindo 420mm(comp.) x 60mm(larg.) x 30mm (alt.). Coluna vertical em tubo de aço oblongo 40x77mm e longarina em tubo industrial 20x40mm. Acabamento nas extremidades dos tubos com ponteiros internos de polipropileno. Braço totalmente injetado em poliuretano (integral skin) com alma de aço. Componentes metálicos são ligados pelo processo de solda MIG, recebendo tratamento por banhos desengraxante, antioxidante, passivador e fosfatizante. Pintura eletrostática com tinta epóxi-pó com polimerização em estufa a temperatura de 180°C. As cadeiras serão montadas sobre longarinas de 02 e 03 lugares. As cadeiras/longarinas deverão possuir Certificado de Conformidade com a Norma NBR 13962/2006 emitido por laboratório idôneo, reconhecido pelo INMETRO, devendo ser apresentado junto com a proposta. Dimensões aproximadas: Assento: 48cm (largura) x 47cm (profundidade); Encosto: 48cm (largura) x 51cm (altura); Largura do apoio superior dos braços: 50mm. Largura total por lugar: 56 cm. MARCA: CEQUIPEL</p>	287,00	28.700,00
08	30	<p>CONJUNTO DE MICROCOMPUTADOR INTEGRADO A CARTEIRA ESCOLAR E CADEIRA PARA ALUNO.</p> <p>Composto de: tampo em madeira MDF com 18mm de espessura, revestida com filme melamínico texturizado, que por efeito de prensagem a quente, funde-se à madeira aglomerada, formando com ela um corpo único e inseparável, medindo 600X540mm, com altura total em relação ao solo de 644mm. Fixado à estrutura por meio de parafusos auto-atarrachantes; bordas laterais e frontais com acabamento em fita de PVC com 2,0mm de espessura com resistência a impactos e termicamente estável, colada ao substrato de madeira pelo processo "hot melt"; estrutura metálica confeccionada em tubo de aço industrial de 30x50mm (chapa 18), em formato de "Z", fixo, contendo travessa longitudinal de suporte para acomodação do tampo, acabamentos em ponteira de plástico; acabamento das peças metálicas, efetuado através de banho desengraxante à quente, por meio de imersão e tratamento anti-ferruginoso de proteção; pintura efetuada com tinta epóxi pó, híbrida, eletrostática, polimerizada em estufa a 180°C, com espessura mínima de película aplicada de 40microns; todos os componentes fixos que formam o conjunto deverão ser ligados entre si através de solda pelo processo MIG; composto por módulo distinto, de acesso independente e interligado entre si, através de sistema de comunicação integrado ao gabinete, possuindo conectividade através de cabeamento estruturado e tecnologia wireless simultaneamente; monitor de vídeo LCD Widescreen, com no mínimo 15", matriz ativa, suportando resolução mínima de 1024x768 pixels. Fixação em plataforma fabricada em aço, com regulagem de ângulo; Os equipamentos ficam em compartimento protegido contra vandalismos ou saques, afixados diretamente na estrutura; o acesso é efetuado através de tampa de aço, chaveadas com fechadura de segredo. Sistema liga/desliga com segredo acoplado a carenagem do hardware. Mother board com Processador com arquitetura de núcleo duplo, com, no mínimo, 1.5GHZ; Memória virtual com, no mínimo, 04GB DDRII SODIMM; Unidade de armazenamento com, no mínimo, 320GB; Adaptador gráfico de vídeo padrão ATI com resolução HDMI 1600x1200 – 1080i X 720; Interface de rede Ethernet Lan RTL8111C 10/100/1000 com wireless integrado; No mínimo, 02 portas USB externas e mais 06 portas USB internas; Interface de áudio analógica com saída para caixas acústicas e entrada para microfone; Fonte de alimentação: 12V/5; Sistema Operacional baseado em plataforma gráfica. CADEIRA, Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetados, moldados anatomicamente, pigmentados na cor VERMELHA. Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, Ø 20,7 mm, em chapa 14 (1,9 mm). Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de "repuxo", Ø 4,8 mm, comprimento 12 mm Ponteiros e sapatas em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetadas na cor VERMELHA, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expensor. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima 40 micrometros, na cor CINZA. Dimensões acabadas Cadeira: Assento – Largura: 360 x Comprimento 400mm, Encosto – Largura: 200 x Comprimento 400 mm, Altura final chão até o assento: 380 mm, com tolerância de (+ou-10 mm) em relação a estas medidas. MARCA: CEQUIPEL</p>	1.650,00	49.500,00
TOTAL R\$	78.200,00			

Irineópolis, 13 de julho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 36/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 36/2015

PREGÃO PRESENCIAL 21/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 36/2015, Pregão Presencial nº 21/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra., Patricia Fabiane Fronczak, Sra. Cassiana Lais Brand, Sr. Reinaldo Stasiak, Srª Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sr. Luis Kaminski, representante da empresa Luis Kaminski ME; Sr. Genésio dos Anjos, representante da empresa Hilton Comércio de Motos Ltda.

Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame: Luis Kaminski ME, Hilton Comércio de Motos Ltda, as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento das propostas.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 36/2015, Pregão Presencial nº 21/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra., Patricia Fabiane Fronczak, Sra. Cassiana Lais Brand, Sr. Reinaldo Stasiak, Srª Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sr. Luis Kaminski, representante da empresa Luis Kaminski ME; Sr. Genésio dos Anjos, representante da empresa Hilton Motos Ltda.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresas: Luis Kaminski ME Hilton Comércio de Motos Ltda., e foi constatado que a empresa Luis Kaminski ME entregou todos os documentos de acordo com o edital e a empresa Hilton Comercio de Motos Ltda., deixou de entregar o item 6.3. Qualificação econômico Financeira, sub item b) Balanço Patrimonial.

Conforme faculta o artigo 48, § 3º "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis. (parágrafo incluído pela lei nº 9.648, de 27/05/1998).", com isso abre-se o prazo para a entrega do devido documento de habilitação.

O representante da empresa Luis Kaminski ME, Sr. Luis Kaminski manifestou expressamente a concordância com a abertura do prazo para entrega do documento, pois os itens com os quais participaram são diferentes, e para agilidade da entrega, para que não haja nova abertura de processo.

Presentes à Sessão Pública relativo ao Processo Licitatorio 36/2015 - Pregão Presencial nº 21/2015, os membros da Comissão Permanente de Licitação: Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Presidente; Sra. Patricia Fabiane Fronczak, Sra. Cassiana Lais Brand, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher, designados pela Portaria 540/2014, , para analise dos documentos das pessoas interessadas em participar do presente processo.

A empresa Hilton Comércio de Motos Ltda entregou o documento restante de acordo com a ata nº 34/2015. Após recebimento e analise dos documentos encaminhados, foi verificado que o mesmo os enviou de acordo com o solicitado no item 6, do edital, Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Hilton Comércio de Motos Ltda

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
02	01	MOTOCICLETA NOVA, ANO/MODELO 2015, ESTILO SPORT, NO MÍNIMO 150.0 CILINDRADAS, TRANSMISSÃO: 5, TIPO DE MOTOR: 4 TEMPOS, FREIO: DISCO TRASEIRO E DIANTEIRO, REFRIGERAÇÃO A AR, SISTEMA DE PARTIDA ELÉTRICA, COMBUSTÍVEL: GASOLINA.	10.740,00	10.740,00

Luis Kaminski ME

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	TV LED NO MÍNIMO 42", NOVA, DIGITAL, COM 3 ENTRADAS USB, ENTRADA HDMI.	1.899,90	1.899,90

Irineópolis, 13 de julho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 77/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 77/2014

PREGÃO PRESENCIAL 46/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 31/12/2015

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 77/2014, Pregão Presencial nº 46/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014; Sra. Karina de Moura Borges- representante da empresa Lech & Cia Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representante da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Lech & Cia Ltda, segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 77/2014, Pregão Presencial nº 46/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014; Sra. Karina de Moura Borges- representante da empresa Lech & Cia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Lech & Cia Ltda, e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

LECH & CIA LTDA

Item	Quant	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	286	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo com 13 Kg	50,00	14.300,00
02	20	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo com 45 Kg	182,00	3.640,00
VALOR TOTAL DE R\$ 17.940,00				

Irineópolis, 16 de julho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 80/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 80/2014

PREGÃO PRESENCIAL 48/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 31/12/2015

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 80/2014, Pregão Presencial nº 48/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. José Donizett Ruckl - representante da empresa Ipe Comercio de Combustíveis Ltda; Sr. Luciano Moreira - representante da empresa Ceres Comercio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda; Ipe Comercio de Combustíveis Ltda e Anésio Buzzi e Cia Ltda. seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 80/2014, Pregão Presencial nº 48/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. José Donizett Ruckl - representante da empresa Ipe Comercio de Combustíveis Ltda; Sr. Luciano Moreira - representante da empresa Ceres Comercio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda; Ipe Comercio de Combustíveis Ltda e Anésio Buzzi e Cia Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a

presente ata.
CERES - COM.TRANSF.DERIV.PETROLEO LTDA

Item	Quant	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	100.000	Óleo diesel S10 – IPIRANGA	2,60	260.000,00
03	166.000	Óleo diesel Comum - IPIRANGA	2,34	388.440,00
VALOR TOTAL DE R\$ 648.440,00				

IPE - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Item	Quant	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	52.000	Gasolina Comum - IPIRANGA	3,12	162.240,00
VALOR TOTAL DE R\$ 162.240,00				

Irineópolis, 16 de julho de 2015.
Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 82/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 82/2014
PREGÃO PRESENCIAL 50/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 31/12/2015

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 82/2014, Pregão Presencial nº 50/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Kerber E Cia Ltda segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas.

O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 82/2014, Pregão Presencial nº 50/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Kerber E Cia Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.Os preços permanecem dentro dos valores de mercado.

KERBER & CIA LTDA

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total
01	500	TON	CBUQ CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE COM CAP	KERBER	185,00	92.500,00
Total	92.500,00					

Irineópolis, 16 de julho de 2015.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 35/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 35/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Banzay Servicos Administrativos e Comercio de Moveis e Equipamentos em Geral ME; Ergo Mobili Industria e Comércio de Móveis Ltda e Fenix Informática e Telefonia Ltda.

Irineópolis, 13 de julho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 36/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 36/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Hilton Comércio de Motos Ltda e Luis Kaminski ME.

Irineópolis, 13 de julho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 107/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 107/2015.

"DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DE VAGAS EM CARGO DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aumentar o número de vagas em cargo do quadro de servidores efetivos do Magistério Público Municipal, constante da Lei Complementar n.º 056/2012 de 08/02/2012, e posteriores alterações, conforme estabelecido nas disposições desta Lei.

Art. 2º Fica autorizada a criação de mais 01 (uma) vaga no cargo de Assistente Técnico Pedagógico, a qual fica incorporada ao Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Irineópolis conforme especificado no quadro abaixo:

Ampliação:

II – Profissionais de Apoio Pedagógico - Especialistas em Administração, Orientação e Supervisão Escolar Escolaridade: Formação de nível superior e especialização em pedagogia, e/ou habilitação específica em administração, supervisão ou orientação escolar.

Carga Horária: 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas		
		Q	P	V
Assistente Técnico Pedagógico	40h	04	-	04

§ 1º O Quadro II do Anexo III - QUADRO DE VAGAS E DE FUNÇÕES DE GESTÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, constante da LC nº 056/2012, passa a vigorar com a composição constante do ANEXO ÚNICO, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Complementar nº 056/2012.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis – SC, em 16 de Julho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO –LEI COMPLEMENTAR Nº 107/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 056/2012

ANEXO III

QUADRO DE VAGAS E DE FUNÇÕES DE GESTÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

GRUPOS OCUPACIONAIS COM QUADRO DE VAGAS

II – Profissionais de Apoio Pedagógico

Escolaridade: Formação de nível superior e especialização em pedagogia, e/ou habilitação específica em administração, supervisão ou orientação escolar.

Carga Horária: 40 horas semanais.

Cargo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas		
		Q	P	V
Administrador Escolar	40h	04	02	02
Orientador Escolar	40h	04	01	03
Supervisor Escolar	40h	03	01	02
Assistente Técnico Pedagógico	40h	04	03	01
Professor Assistente	40h	02	01	01

LEI Nº. 1.849/2015

LEI Nº 1.849/2015.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 672/1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a alteração da denominação do Fundo Municipal de Saúde - FMS, criado através da Lei nº 672/1993, de 09/07/1993, em atendimento as normas exigidas para a liberação de recursos das esferas Federal e Estadual da área da Saúde.

Art. 2º. O Fundo Municipal de Saúde do Município passa a denominar-se FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS – FMSI.

Art. 3º - Permanecem inalterados as demais disposições previstas na Lei nº 672/1993 de 09/07/1993.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis, em 16 de Julho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 1.850/2015

LEI Nº 1.850/2015.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 1.840/2015, que autoriza o Executivo Municipal a instituir o Prêmio Municipal Produtor Vencedor, e dá outras providências”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º- Fica autorizada pela presente Lei a alteração do artigo 9º da Lei nº 1.840/2015, de 27/05/2015, que passará a vigorar com nova redação, conforme segue:

“Art. 9º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento do exercício de 2015:

ÓRGÃO – 0200 PODER EXECUTIVO

UNIDADE – 02 GABINETE DO PREFEITO

ATIVIDADE – 2001 Manutenção do Gabinete do Prefeito

DOTAÇÃO – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicação Direta.”

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei nº 1.840/2015.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis - SC, 16 de Julho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 255/2015

PORTARIA Nº. 255/2015.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1st - Exonerar a pedido, em data de 30/07/2015, a servidora SANDRA MARIA GRAF, nascida em 20/05/1975, portadora do CPF nº 988.195.459-72, RG. nº 3.113.696, SESP/SC, do cargo efetivo de Professora Auxiliar em Educação Inclusiva (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público do Município de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 358/2014 de 06/08/2014.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30/07/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 14 de Julho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 256/2015

PORTARIA Nº. 256/2015.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1st - Exonerar a pedido, em data de 30/07/2015, a servidora MARILENA MARQUES FIGURA, nascida em 11/11/1966, portadora do CPF n º 020.734.519-85, RG. nº 3.814.067, SESP/SC, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 714/96 de 14/06/1996.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30/07/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 14 de Julho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2015

Processo Licitatório nº 40/2015 – Dispensa de Licitação nº 3/2015 – Objeto: aquisição de grades de ferro para janelas e portas, para o Centro de Educação Infantil Bom Jesus. Empresa: Valdir de Augustinho ME. Valor Total: R\$ 6.413,47. Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores. Prazo: 15 (quinze) dias. Itaiópolis, 15/07/2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 22/2015

Processo Licitatório nº 22/2015, Pregão Presencial nº 22/2015; Objeto: Contratação de Empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, para atender as necessidades da frota de veículos da Secretaria Municipal da saúde. Entrega dos Envelopes; Até às 14:00 horas do dia 03 de agosto de 2015; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 03 de agosto de 2015, na Secretaria Municipal de Saúde Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site www.itaioptolis.sc.gov.br - Fone 047 3652 1787. Eliseu Alexandre Gabardo - Secretário Municipal de Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

ATA PREGAO PRESENCIAL 124/2015 - DESERTA

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 121/2015

Às nove horas do nono dia do mês de julho de dois mil e quinze, nas dependências do setor de compras e licitações do Município, reuniu-se a comissão de julgamento nomeada por intermédio do Decreto nº 01/2015, para julgar a documentação apresentada ao Processo Administrativo de Licitação nº 121/2015, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE PORTAS DE MADEIRA DESTINADAS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DO PREDIO PARA FUTURAS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESTA MUNICIPALIDADE.. Aberta a sessão de julgamento, a comissão verificou não terem ocorrido interessados em participar do certame. Nada havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi redigida ata que será devidamente assinada pelos membros da comissão julgadora.

Janete F. Baumann
Pregoeira

Thiago Rohden
Membro

Ricardo Kraemer
Membro

ATA PREGAO PRESENCIAL Nº 121/2015 - DESERTA

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 121/2015

Às nove horas do nono dia do mês de julho de dois mil e quinze, nas dependências do setor de compras e licitações do Município, reuniu-se a comissão de julgamento nomeada por intermédio do Decreto nº 01/2015, para julgar a documentação apresentada ao Processo Administrativo de Licitação nº 121/2015, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE PORTAS DE MADEIRA DESTINADAS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DO PREDIO PARA FUTURAS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESTA MUNICIPALIDADE.. Aberta a sessão de julgamento, a comissão verificou não terem ocorrido interessados em participar do certame. Nada havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi redigida ata que será devidamente assinada pelos membros da comissão julgadora.

Janete F. Baumann
Pregoeira

Thiago Rohden
Membro

Ricardo Kraemer
Membro

DECRETO Nº 123, DE 13 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 123, DE 13 DE JULHO DE 2015.

Nomeia Comissão Administrativa para avaliação de imóvel urbano e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na alínea p do inciso I do art. 75 da Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto nomeados os senhores PEDRO REINOLDO CAGLIARI, RÉGIS K. BITTENCOURT e o Corretor

de Imóveis IVAN ROHDEN para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Administrativa para avaliação dos seguintes imóveis:

I – Parte do lote rural nº 25 da Linha Coqueiro, situado neste município de Itapiranga, com área de 1.000m² (hum mil metros quadrados), confrontando: ao NORTE, por linha seca, em 39,24 metros; ao LESTE, em 20,52 metros, por uma estrada; ao SUESTE, em 40,24 metros, por uma estrada, sempre com terras do mesmo lote nº 25, de propriedade da Mitra Diocesana de Chapecó; e ao OESTE, por linha seca, em 40,00 metros, com parte do mesmo lote nº 25, de propriedade do Estado de Santa Catarina, com benfeitorias conforme matrícula nº 6.771 do CRI de Itapiranga SC;

II – Parte do Lote Rural nº 25 da Linha Coqueiro assim denominado: Lote Rural nº 25-B, formado por parte do lote rural nº 25, da Linha Coqueiro, situado no município de Itapiranga-SC, sem benfeitorias, perfazendo uma área total 20.000,00 m² (Vinte mil metros quadrados), confrontando: ao NORDESTE, em 219,00 metros com terras do Lote Rural nº 26; ao SUDESTE, 92,10 metros com o Lote Rural nº 25-A; ao SUDOESTE, em 219,00 metros com o Lote Rural nº 25-A; ao NOROESTE, em 94,20 metros com o Lote Rural nº 25-A.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta do tesouro municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga – SC, 13 de julho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 122, DE 13 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 122, DE 13 DE JULHO DE 2015.

Desafeta imóvel e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e de conformidade a alínea "o" do inciso I do Art. 75 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.919, de 24 de junho de 2014, na qual autorizou a permuta do bem imóvel;

CONSIDERANDO a necessidade de desafetação para permuta passando da categoria de bens de uso comum do povo para categoria dos bens dominicais do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de autorização legal para a desafetação de imóvel e a exigência do Cartório de Registro de Imóveis para averbação na matrícula 6.771;

Decreta:

Art. 1º Fica desafetado da categoria de bens de uso comum do povo, passando a integrar a categoria dos bens dominicais do Município, o imóvel parte do lote rural nº 25, da Linha Coqueiro,

situado neste Município de Itapiranga SC, com área de 1.000,00m² (hum mil metros quadrados), constante na matrícula nº 6.771, do CRI de Itapiranga.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 13 de julho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 124 DE 13 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 124 DE 13 DE JULHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o credito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015, por conta do "Superavit Financeiro", verificado no exercício anterior, nas seguintes fontes de recurso 175 - Rec. do Tes. Exerc. Anterior – Alienação de bens, no valor de R\$ 13.761,00 (treze mil setecentos e sessenta um reais):

06.03 – Secretaria Municipal Educ. Cult. e Desp. – Outras fontes
27.812.0161.1031- Aquisição de Veículos e Equipamentos e Mat. Permanentes
44.90.00.00.00.00.00.0175 – Aplicações Diretas
..... R\$ 7.356,00

08.01 – Secretaria Municipal de Transportes
26.782.0151.1028- Construção de Abrigos de Passageiros
44.90.00.00.00.00.00.0175 – Aplicações Diretas
..... R\$ 6.405,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 13 de julho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 125, DE 14 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 125, DE 14 DE JULHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga – SC, exercício 2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.981, de 14 de julho de 2015;

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga-SC, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2015:

06.02 – Secretaria Municipal Educação Cultura e Desporto – Educação Infantil
12.365.0070.1021 – Construção e Manutenção de Escolas de Educação Infantil
44.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas R\$ 26.500,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total das seguintes dotações:

06.01 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto – Ensino Fundamental
12.362.0068.2035– Manutenção do Ensino Médio
35.50.00.00.00.00.00.0104 – Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 26.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 14 de julho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 126, DE 15 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 126, DE 15 DE JULHO DE 2015.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Inundações – COBRADE 1.2.1.0.0. e Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4, conforme IN/MI 01/2012.

O Senhor Milton Simon, Prefeito do município de Itapiranga, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que em virtude dos altos índices de precipitação pluviométrica ocorridos desde o dia 7 de julho de 2015, ocorridos no município abrangendo o centro da cidade, bairros e perímetro rural e em toda região sul do país:

a) inundações em função dos altos índices pluviométricos verificados na região sul do país, atingindo edificações residenciais, comerciais, industriais, de prestação de serviços, de serviços públicos e obras de infraestrutura pública no perímetros urbano nas Avenidas Beira Rio e Uruguai, Rua John Kennedy e adjacentes, Bairro Universitário e Santa Teresa Baixo; na área rural interdição de pontes, estradas gerais e vicinais, comprometendo a mobilidade,

educação, transporte de produção;

b) chuvas intensas em toda bacia hidrográfica do Rio Uruguai conforme informações do CIRAM e INMET;

II – Que o Parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município de Itapiranga SC, contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Inundações – COBRADE 1.2.1.0.0. e Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4, conforme IN/MI 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. O presente Decreto vigorará por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 15 dias do mês de julho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 127, DE 15 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 127, DE 15 DE JULHO DE 2015.

Designa Comissão para avaliação de bens do Município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.935, de 29 de outubro de 2014;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores: ALBERTO LENGERT, JOÃO CARLOS ENGEL, RICARDO KRAEMER, DANIELE ALVES MAIA e EGON HAAS para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão de Avaliação dos bens do patrimônio público municipal.

§ 1º A Comissão designada no caput deste artigo deverá através de laudo, posicionar-se quanto à verificação e avaliação de bens, bem como apresentar outras referências de interesse da Administração Municipal.

§ 2º Esta designação não conta ônus para os cofres municipais, por se tratar de serviço público relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga – SC, de 15 de julho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e THANARA PETRY

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 25/2015 onde altera a vigência de 24/06/2015 para 24/07/2015 do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil em 40 horas.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referência:

VIGÊNCIA: 24/06/2015 a 24/07/2015

Itapiranga – SC, 01 de julho de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e JESSICA THOME

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 47/2015 onde altera a vigência de 30/06/2015 para 31/07/2015 do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Servente em 40 horas.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referência:

VIGÊNCIA: 30/06/2015 a 31/07/2015

Itapiranga – SC, 01 de julho de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo sexto dia do mês de julho de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros MARIZA APARECIDA FILLA, SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA e MARIA APARECIDA ROCHA DE JESUS, nomeados pelo(a) Decreto nº 2438/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 27/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, CONFORME CRITÉRIOS DA PORTARIA Nº 2.047/2002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CLEITON ANDRE WAGNER

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preço da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi visto que a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA apresentou os itens 1 e 2 do edital com o valor da proposta acima do valor do edital conforme planilha de descrição do objeto que atrela o preço máximo unitário total, portanto foi considerada DESCLASSIFICADA nestes itens. Os itens 3 e 4 foram achados conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução do preço ofertado na proposta escrita conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. A empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresas Ganhadoras	Itens/Lotes	Valor Total
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3 e 4	R\$ 20.820,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a empresa ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a empresa supracitada

vencedora deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte do representante da licitante de intenção de interpor recurso. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 16 de julho de 2015.

	FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
MARIA APARECIDA ROCHA DE JESUS Membro		SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA Membro
MARIZA APARECIDA FILLA Membro		
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CLEITON ANDRE WAGNER		

DECRETO MUNICIPAL Nº 2506/2015 EXONERA, SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

DECRETO MUNICIPAL nº 2506/2015

Data: 16 de julho de 2015.

EXONERA, SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica exonerado o Srº JOSÊNIO VIEIRA BERNARDI do cargo de Secretario de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 16 de julho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2014 DO EDITAL Nº 056/2014

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO - EDITAL Nº 056/2014

MOTORISTA

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais e conforme solicitação da Secretaria de Obras CONVOCA o (a) candidato(a) EDVALDO ALVES DE FREITAS para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet site do TRE);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Duas foto recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Registro no CRTR/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet);
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Itapoá-SC, 15 de Julho de 2015.

Cristian Angelo Grassi

Secretário da Saúde

Joaçaba

PREFEITURA

CONTRATO 193/2014/PMJ - TA 01

CONTRATO Nº 193/2014/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO, representada neste ato por seu Secretário, Sr. JORGE RONALDO POHL, a seguir denominada simplesmente LOCATÁRIA e IVANDRO ZARPELON, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 021.262.019-37, portador da Carteira de Identidade nº 11/C 3.159.575, residente e domiciliado à Rua Thomas Kranz, s/nº, Bairro Monte Belo, nesta cidade de Joaçaba, SC, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, celebram de comum acordo o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 193/2014/PMJ, proveniente do Processo de Licitação nº 48/2014/PMJ - Termo de Dispensa de Licitação nº 3/2014/PMJ, cujo objeto é a locação de imóvel localizado na Rua Duque de Caxias, nº 704, sala 01, centro, Joaçaba, SC, destinado à instalação da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, de propriedade de I.Z.S.B. IMPLEMENTOS PARA LEITARIA LTDA – ME, por intermédio de Ivandro Zarpelon, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATADO DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 24 de julho de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATADO DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

O valor contratado fica reajustado em 9,3140%, relativos à variação do INPC/IBGE no período de julho/2014 a junho/2015, passando o valor mensal de R\$ 2.200,00 para R\$ 2.405,00 (dois mil quatrocentos e cinco reais).

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 28.860,00 (vinte e oito mil oitocentos e sessenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

JOAÇABA (SC), em 15 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, IND. COM. TURISMO E INOVAÇÃO

JORGE RONALDO POHL - Secretário

IVANDRO ZARPELON - LOCADOR

Ivandro Zarpelon

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

DECRETO Nº 4.784 DE 16 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 4.784 DE 16 DE JULHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.567 DE 23/12/14 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 2.527,99 (dois mil, quinhentos e vinte e sete reais e noventa e nove centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.074 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.035.0 (70)

Valor: R\$ 2.527,99

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 16 de julho de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO PL 75/2015/PMJ - PP 47/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2015/PMJ

Objeto: Aquisição de tubos de PVC e placas de concreto destinadas à obra de readequação do sistema de esgotamento sanitário da Escola Municipal Rotary Fritz Lucht. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 30/07/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 30/07/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 16 de julho de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO - Secretário

www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4516

PORTARIA Nº 4.516 DE 14 DE JULHO DE 2015

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ANDERSON CRISTIANO DA SILVA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Projetos Extracurriculares, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de julho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de julho de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4517

PORTARIA Nº 4.517 DE 14 DE JULHO DE 2015

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) KELLY ANILY PEREIRA BRESSAN durante o período de 02 de julho de 2015 a 16 de agosto de 2015, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital de chamada pública n.º 001/2015 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CERT em substituição a servidora Maria Elisa Bevilacqua Cavalli em afastamento médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de julho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 14 de julho de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

PORTARIA N.º 4518

PORTARIA Nº 4.518 DE 14 DE JULHO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor EVERTON FERNANDO GONÇALVES das funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar na EM Rotary Fritz Lucht para substituição da Sra. Lurdes da Silva a qual findou-se em 11/07/2015, não havendo mais a necessidade dos serviços.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de julho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de julho de 2015
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4519

PORTARIA Nº 4.519 DE 15 DE JULHO DE 2015.

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Sindicância", no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure fatos ocorridos no ESF Vila Remor, possibilitando vislumbrar possível infração disciplinar para instauração de processo administrativo se for o caso, face ao memorando n.º 419/2015 da Secretaria Municipal de Saúde e parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, JULIO CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de julho de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO Nº 008/2015/CMDCA

Resolução nº 008/2015/CMDCA

Inclui dispositivos na Resolução 007/2015/CMDCA, que dispõe sobre a propaganda eleitoral, vedações, processo e julgamento do processo eleitoral de escolha dos membros do Conselho Tutelar – Eleições Unificadas 2015 – e dá outras providências.

Art. 1º - Fica incluso o artigo 6º-A à Resolução 007/2015/CMDCA, com a seguinte redação:

Art. 6º-A – As condutas descritas nos artigos 4º, 5º e 6º serão consideradas infrações de natureza grave.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 16 de julho de 2015.
Cheila Sacchetti
Presidente do Conselho Municipal de
Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº: 012/2015/CMAS-JBA

Resolução nº: 012/2015/CMAS-JBA.

Aprova a de referendo projeto
que especifica:

A presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba – CMAS, Dorvalina Lange, no uso de suas atribuições, conferidas Instrução Normativa do TC-14/2012 do TCE/SC, a resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional de Assistência Social e a Resolução nº 16 de maio de 2010 do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a de referendo o Projeto: A Importância da Família na Socialização do Surdo apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS, solicitando liberação de subvenção social, pelo Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2015 no valor de R\$2.527,99(dois mil quinhentos e vinte e sete reais e noventa e nove centavos).

Art. 2º - Esta resolução será submetida a apreciação do plenário do CMAS em reunião ordinária no mês de agosto de 2015.

Art. 3º - Faz parte integrante da presente resolução o parecer número 14/2015.

Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 16 de julho de 2015.
Dorvalina Lange
Presidente CMAS – Joaçaba/SC

ATA SORTEIO SUBCOMISSÃO ANÁLISE TÉCNICA TP 2/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2015 - TP
	Processo Administrativo: 13/2015 Processo de Licitação: 13/2015 Data do Processo: 14/05/2015
Folha: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 15/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de agência de propaganda para a prestação dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir programas de prevenção à saúde, campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde e atos gerais da Secretaria Municipal de Saúde ao público em geral.

Aos dezesseis dias do mês de julho de 2015, às 15 horas, reuniu-se na sala do setor de licitações da Prefeitura de Joaçaba a comissão de licitações para promover o sorteio dos 02 (dois) integrantes da Subcomissão Técnica para auxiliar a Comissão de Licitações no julgamento das Propostas Técnicas do Processo Licitatório 13/2015/FMS - TP 2 /2015/FMS (em função da impossibilidade de dois dos três membros sorteados na sessão de 11/06/2015 - Wagner Lenhardt e Marcelo Santos participarem da sessão de julgamento pela subcomissão), conforme Edital de Divulgação de Sorteio da Subcomissão Técnica e Aviso de Novo Sorteio, publicados em Diário Oficial. Foi realizado pela comissão de licitações, o sorteio dos nomes, de acordo com o disposto no edital. Os nomes remanescentes, constantes no edital de divulgação de sorteio, foram acondicionados em envelope pardo em papéis dobrados de maneira igual, sendo sorteados os seguintes nomes: 1) ALESSANDRA ZILIO; 2) GUSTAVO DEON; 1º Suplente: ALEX BASSEGIO; 2º Suplente: MAYELLE HALL. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, às 15h31min., sendo que assinam a ata os presentes no sorteio.

Joaçaba, 16 de Julho de 2015

COMISSÃO:

ALTEVIR DA CÁS	- - Presidente da Comissão de Licitação
LUCIA SANTINI SARTORI MANTOVANI	- - MEMBRO
PRISCILA CONTINI	- - MEMBRO

NOTA DE LICITAÇÃO DESERTA PL 71/2015/PMJ - PP 45/2015/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 45/2015 - PR

Processo Administrativo: 71/2015
Processo de Licitação: 71/2015
Data do Processo: 22/06/2015

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a confecção e o fornecimento de uniformes, destinados aos servidores da 11ª CIRETRAN.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 11 / 2015

Motivo: Aos dezesesseis dias do mês de julho de 2015, às 14:00h, reuniram-se nas dependências do prédio da Prefeitura, o Pregoeiro e a sua Equipe de Apoio para proceder à abertura do Processo de Licitação nº 71/2015/PMJ - Edital de Pregão Presencial nº 45/2015/PMJ. Constatou-se que não acudiram interessados em participar da licitação, sendo a mesma declarada DESERTA.

Joaçaba, 16 de Julho de 2015

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0003/2015 - SIMAE**
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0003/2015

Aos vinte e dois dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0013/2015, na Ata de julgamento de preços, homologada em 16/04/2015, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Brita Graduada E Pó de Pedra para utilização no preenchimento de valas onde o SIMAE realiza reparos, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0013/2015.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 – BRITA GRADUADA

Quantidade – 2000. Unidade de medida – m³

1º. Colocado – PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA EPP, no valor de R\$ 50,90 (cinquenta reais e noventa centavos) por metro cúbico.

Item 02 – PÓ DE PEDRA

Quantidade – 500. Unidade de medida – m³

1º. Colocado – PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA EPP, no valor de R\$ 47,00 (quarenta e sete reais) por metro cúbico.

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Brita Graduada e Pó de pedra, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0013 /2015 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).
- c) Contrato 0023/2015

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 A Brita Graduada e Pó de Pedra deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Solicitação de Entrega – SE de Brita Graduada ou pó de pedra, as mesmas deverão ser entregues no prazo máximo de 04 (quatro) horas após a solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na SE.

4.3 Serão solicitadas entregas nos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste ou Luzerna, dependendo da necessidade do SIMAE.

4.4 No ato da entrega da brita ou pó de pedra a proponente deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica-NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do Gestor responsável.

4.5 Fica aqui estabelecido que os materiais serão recebidos:

- a) provisoriamente, para verificação da quantidade entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade da brita e pó de pedra com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade da brita e pó de pedra com a especificação e a consequente aceitação.

4.6 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.7 Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.8 Se a substituição da Brita ou pó de pedra recusada, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado mensalmente, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br.

5.1.2 – O pagamento será realizado pelo SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de

penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061 2.062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01. 14.01.

ELEMENTO: 3.3.90.30.51.00 3.3.90.30.51.00

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Efetuar a entrega da brita ou pó de pedra após solicitação em até 04 (quatro) horas, em horário comercial;

b) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, a brita e pó de pedra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

7.2 No caso de acréscimo contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

8.3 A recusa injustificada do detentor do preço registrado em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no item 9 desta ata.

12.4.1 Nas hipóteses de recusa do adjudicatário em firmar a Ata de Registro de Preços, a autoridade competente poderá convocar os demais licitantes para assinar a Ata, observada a ordem de classificação e os procedimentos de habilitação referidos no presente Edital do processo licitatório, atendendo ao disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/2002.

9. PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O SIMAE monitorará, periodicamente, o preço da Brita e Pó de pedra, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

10.2 O SIMAE convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

10.3 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

10.4 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo Fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

10.5 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da lei 8.666/93 (publicação trimestral

dos preços registrados).

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 16 de Abril de 2015.

Graciela Prato Bordin da Rosa

Pregoeiro

Pedreira Triângulo

Rudi Ohlweiler Junior/Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

João Carlos Ungericht
CREA-17019-3

Paulo César Lamin
CPF- 047.099.739-70

Lages

PREFEITURA

RERRATIFICAÇÃO CC 07-2015 PML

RERRATIFICAÇÃO Nº 02

ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 07/2015 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento, conforme segue abaixo:

- No Subitem 10.1.5, letra "c", onde se lê: Cópia da determinação da filiação ao SINAPRO, do Estado de origem da licitante; Leia-se: Cópia da determinação da filiação ao SINAPRO, do Estado de origem da licitante, ou cópia da filiação junto a Associação Brasileira das Agências de Publicidade.

Em razão da alteração, um novo edital será disponibilizado no site: www.lages.sc.gov.br

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 16 de julho de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PE 14-2015 SMS

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2015 SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E MOTOS PARA USO NO PROGRAMA DE CONTROLE E COMBATE DA DENGUE, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES PRESCRITAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de Impugnação, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que houveram algumas alterações no edital em comento. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 09:00 horas do dia 21/07/2015, para às 13:30 do dia 06/08/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 16 de julho de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL 010/2015

EDITAL Nº. 010/2015

ADILSON APPOLINÁRIO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 26/08/2015 (quarta-feira)

Horário: 19h00min

Pauta: O Projeto de Lei 61/2015 que autoriza o Poder Executivo Municipal de Lages – SC a alienar (vender) o terreno da antiga rodoviária.

Local: Câmara de Vereadores de Lages

Plenário Nereu Ramos.

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site

www.camarylages.sc.gov.br.

Lages, 13 de julho de 2015.

ADILSON APPOLINÁRIO

Presidente

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.421/15

DECRETO Nº 4.421 DE 13 DE JULHO DE 2015.

"RATIFICA A ELEIÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE LAGUNA E ALTERA MEMBROS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica ratificada a eleição para Composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Laguna, o qual, considerando a necessidade de substituição de servidores representantes do Poder Executivo, fica assim composto:

I - 08 (oito) representantes indicados pelo Poder Executivo sendo destes um representante do órgão responsável pelo setor de planejamento urbano, pelo órgão responsável pelo setor de obras e outro pelo órgão responsável pelo setor de meio ambiente do município:

a) Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação:

Titular: Grazielle Sitônio Duarte
Suplente: Humberto da Silva Costa

b) Secretaria de Obras:

Titular: Renato de Oliveira
Suplente: Célio Medeiros

c) Fundação Lagunense do Meio Ambiente:

Titular: Aline Triches Savi
Suplente: Inácia da Rosa Machado

d) Gabinete do Prefeito:

Titular: Ricardo Augusto Silveira
Suplente: Adriano Teixeira Massih

e) DEFESA CIVIL:

Titular: Jackson Barbosa Siqueira
Suplente: Ketlyn Sônia de Melo

f) DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO:

Titular: Rodolfo Michels Godinho
Suplente: Eder Alves Lúcia

g) FUNDAÇÃO LAGUNENESE DE CULTURA:

Titular: Leonardo Fernandes Pascoal
Suplente: Maria Senaide da Silva

h) DEPARTAMENTO DE ANÁLISE DE PROJETOS:

Titular: Claudione Fernandes Medeiros
Suplente: Luis Otávio Pereira

II - 02 (dois) representantes do Poder Legislativo:

Titular: Roberto Carlos Alves
Suplente: Antônio da Silva
Titular: José Luiz Siqueira
Suplente: Waldomiro de Andrade Barbosa

III - 12 (doze) representantes das regiões comunitárias no desenvolvimento do Plano Diretor Municipal:

a) SOCIEDADE AMIGOS DO MAR GROSSO:

Titular: Antônio Joaquim de Castro Farias
Suplente: não consta

b) ASSOCIAÇÃO MORADORES DO JARDIM JULIANA:

Titular: Wilson Roberto Silveira Medeiros
Suplente: Maria Regina Medeiros

c) CONSELHO COMUNITÁRIO DO BAIRRO MAGALHÃES E NAVESGANTES: Titular: Lúcio Ricardo Natal
Suplente: Valder Alexandro Camilo Alves

d) ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA PRAÇA NELSON MOREIRA NETTO:

Titular: Paulo Guimarães
Suplente: não consta

e) ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA DO SOL:

Titular: Adu Antônio Aiolfi
Suplente: Moacir Furlan

f) ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BARBACENA:

Titular: Wallaston de Oliveira
Suplente: Marivaldo Wisentainer

g) SOCIEDADE AMIGOS DA CAPUTERA:

Titular: Márcio de Souza Duarte
Suplente: Saleir Pereira

h) CONSELHO DO RIBEIRÃO:

Titular: Luiz Carlos Fidelix Duarte
Suplente: não consta

i) ASSOCIAÇÃO MORADORES DA PONTA DA BARRA:

Titular: Ademir José Ribeiro
Suplente: Jairo dos Santos

j) UAPI:

Titular: Maria Aparecida dos Santos Ramos
Suplente: Maria Regina Meura Passarela

k) SOCIEDADE AMIGOS DA PRAIA DA TERESA:

Titular: Fabrício Rampinelle Zanella
Suplente: Higino Bitencourt

l) ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DO CANTO DA LAGOA:

Titular: Arcênio Dutra
Suplente: Assis Cardoso

IV - 5 (cinco) representantes do setor do Comércio e Serviço e Indústria, sendo 2 (dois) representantes de entidades classe:

a) ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS E ARTESANAIS E AMIGOS DA LAGOA SANTO ANTONIO DOS ANJOS:

Titular: Rinaldo Florentino
Suplente: Nelson Siqueira

b) CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS - CDL DE LAGUNA:

Titular: Damianos Andreadis

Suplente: Samir Ahmad

c) ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL - ACIL DE LAGUNA:

Titular: Valéria Olivier Alves

Suplente: José Rosênio de Jesus

d) COLÔNIA DE PESCADORES Z-14:

Titular: Andresa Vicente de Souza

Suplente: Antônio Manoel de Souza

e) SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC DE LAGUNA

Titular: José Eduardo Fernandes de Oliveira

Suplente: não consta

V - 2 (dois) representantes de associações de moradores de Laguna:

a) ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES VILA VITÓRIA:

Titular: Júlia Guedes

Suplente: Leonor Machado

b) ASSOCIAÇÃO MORADORES DO MORRO DA GLÓRIA:

Titular: André Felipe da Rosa

Suplente: Rudnei Lopes Crispim Júnior

VI - 2 (dois) representantes de Sindicatos:

a) SINDICATO DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS:

Titular: Luiz Fernando Cardoso

Suplente: Robson Fernandes

b) SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO:

Titular: Nivaldo Rodrigues

Suplente: José Duarte Garcia

VII - 2 (dois) representantes de Entidade Não Governamental:

a) INSTITUTO AMBIENTAL BOTO FLIPPER:

Titular: José Antônio da Silva Santos

Suplente: Arnaldo D'Amaral Pereira Granja Russo

b) OSCIP TAMBORETE:

Titular: Elias Scolmeiter

Suplente: Valtoir Duarte

VIII - 2 (dois) representantes de órgãos responsáveis pela proteção histórica e cultural no Município - IPHAN:

Titular: Fabiano Teixeira dos Santos

Suplente: Tânia S. Francisco

Titular: Vladimir Fernando Stello

Suplente: Ana Paula Cittadin

IX - 1 (um) representante indicado por entidade vinculada à educação, pesquisa e cultura:

ACUSTRA:

Titular: Andréia Prates Pacheco Luckina

Suplente: Anselmo de Souza

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.422/15

DECRETO Nº 4.422 DE 15 DE JULHO DE 2015.

"FIXA OS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO PARA FINS DE PERCEPÇÃO DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, DE QUE TRATA A L.C. 315/15, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município e, no art. 4º da Lei Complementar nº 315/15,

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixados pelo presente Decreto, os critérios e procedimentos gerais para avaliação de desempenho individual e institucional, e pagamento da Gratificação Especial da Estratégia Saúde da Família - ESF, instituída pela L.C. 215/2015.

Parágrafo único. A gratificação prevista neste Decreto, somente será devida aos servidores efetivos ocupantes dos cargos de auxiliar de enfermagem e técnico de enfermagem, que trabalhem em jornada de 08 (oito) horas diárias na Estratégia de Saúde da Família.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, ficam definidos os seguintes termos:

I - avaliação de desempenho - monitoramento sistemático e contínuo da atuação individual do servidor, tendo como referência as metas definidas pela Chefia responsável;

III - equipe de trabalho - conjunto de servidores em exercício na mesma unidade de avaliação;

III - ciclo de avaliação - período de três meses considerado para avaliação de desempenho individual e avaliação de desempenho institucional; e

IV - plano de trabalho - documento em que serão registrados os dados referentes a cada etapa do ciclo de avaliação.

Art. 3º À Comissão de Avaliação de Desempenho de Servidores, de que trata o parágrafo único do art. 4º da LC nº 315/15, compete:

I - verificar os critérios e procedimentos gerais e específicos das avaliações de desempenho em cada unidade de avaliação;

III - determinar a data de início e término do ciclo de avaliação, prazo para processamento das avaliações e data a partir da qual os resultados da avaliação produzirão efeitos financeiros; e

IV - efetuar a avaliação de desempenho individual do servidor, tais como pontualidade, assiduidade, eficiência no serviço, cortesia e educação com os demais servidores e administrados, sempre ouvindo a Chefia imediata.

Art. 4º Na avaliação de desempenho individual do servidor, ouvindo a sua Chefia imediata, deverão ser analisados:

I - pontualidade;

II - assiduidade;

III - disciplina;

III - eficiência;

IV - dedicação;

V - produtividade, mediante prévios parâmetros estabelecidos pela Chefia;

VI - conhecimento de métodos e técnicas necessários ao desenvolvimento das atividades do cargo efetivo na unidade de exercício; e

VII - trabalho em equipe.

Art. 5º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas da

Secretaria Municipal de Saúde. .

Art. 6º Os valores pagos a título de Gratificação Especial na Estratégia Saúde da Família - ESF, serão calculados multiplicando o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho pelo valor do ponto.

Art. 7º As avaliações de desempenho serão apuradas trimestralmente e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período.

Art. 8º A avaliação individual produzirá efeito financeiro apenas se o servidor tiver permanecido em exercício de atividades inerentes ao respectivo cargo por, no mínimo, dois terços de um período completo de avaliação.

Art. 9º As avaliações de desempenho serão utilizadas como instrumento de gestão, identificados aspectos do desempenho que possam ser melhorados por meio de oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento profissional.

Art. 10 O avaliado poderá apresentar pedido de reconsideração, justificado, contra o resultado da avaliação individual, no prazo de dez dias, contado do recebimento de cópia de todos os dados sobre a avaliação.

§ 1º O pedido de reconsideração será apresentado à unidade de recursos humanos, que o encaminhará à Comissão de Avaliação para apreciação.

§ 2º O pedido de reconsideração será apreciado no prazo máximo de cinco dias, podendo a Comissão deferir o pleito, total ou parcialmente, ou indeferir-lo.

§ 3º A unidade de recursos humanos, consolidará os conceitos atribuídos ao servidor e dará ciência ao avaliado de todo o processo.

Art. 11 Em caso de afastamentos e licenças considerados pela Lei Complementar 136/2006, como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção da gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a Gratificação Especial da Estratégia Saúde da Família - ESF, correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a primeira avaliação após o retorno.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos de cessão.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
ORIENTAÇÕES DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

	SIGNIFICAÇÃO DA PALAVRA	ORIENTAÇÃO
ASSIDUIDADE	Caráter ou condição do que é assíduo: que se faz presente constantemente em determinado lugar, que não falta às suas obrigações, que se aplica com tenacidade às suas tarefas, que não sofre interrupção, contínuo, constante.	Comparecimento com regularidade ao serviço para desempenho de suas atribuições e, às atividades que lhe forem incumbidas de acordo com sua jornada de trabalho.

PONTUALIDADE	Qualidade ou condição de pontual, cumprimento de horário, compromisso com o horário combinado.	Comparecimento no horário e local indicado. Entrega de documentos, fichas, relatórios, planos de trabalho, projetos, programas e outros nos prazos estabelecidos.
DISCIPLINA	Obediência às regras, aos superiores, ao regulamento. Ordem, conduta que assegura o bem estar do indivíduo ou o bom funcionamento de uma organização. Comportamento metódico, determinado, constância.	Organização no desempenho das atribuições do cargo. Compromisso com as decisões coletivas. Colaboração e comprometimento com as regras. Registro da prática educativa em termos de processos desenvolvidos, atitudes desencadeadas, encaminhamentos desdobrados, monitoramento de resultados
EFICIÊNCIA	Capacidade de ser efetivo; efetividade, eficácia, virtude ou característica de (alguém ou algo); ser competente, produtivo, de conseguir o melhor rendimento com o mínimo de erros e/ou dispêndios possíveis.	Reflexão, avaliação e intervenção nas dificuldades. Utilização de critérios e estratégias éticos e dialógicos na resolução dos conflitos. A pesquisa faz parte do seu processo de trabalho, tanto enquanto princípio educativo, como eixo norteador da prática pedagógica. Propõe projetos de trabalho e intervenção a partir de necessidades focais.
DEDICAÇÃO	Qualidade ou condição de quem se dedica a alguém ou algo; entrega.	Efetivo envolvimento e participação no desenvolvimento de suas atribuições, efetivando os objetivos e as metas estabelecidas pela Chefia imediata e no órgão que atua. Propõe estratégias individuais e coletivas para enfrentamento das dificuldades e desafios relacionados às atribuições de seu cargo e do órgão onde trabalha.
PRODUTIVIDADE	Característica ou condição do que é produtivo; capaz de produzir	Utilização adequada do tempo nas atividades individuais ou com os colegas e ou grupo de trabalho, visando o cumprimento das metas e objetivos.
CONHECIMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS		Desenvolve as atribuições do cargo com conhecimento das matérias, regulamentos, leis e, normativas que lhe são afetas e, utiliza as técnicas necessárias para que o trabalho seja eficiente e produtivo.

TRABALHO EM EQUIPE	Sabe trabalhar com os demais colegas de trabalho, de maneira que o esforço coletivo acarrete no cumprimento das metas, das tarefas.
--------------------	---

DECRETO Nº 4.423/15

DECRETO Nº 4.423 DE 16 DE JULHO DE 2015.

"CONSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO DE QUE TRATA A L.C. 315/15, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município e, no parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 315, de 08 de julho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação da Gratificação Especial na Estratégia Saúde da Família - ESF, regulamentada pelo Decreto nº 4.422/15, pelos seguintes membros:

- I – Gláucia Soares;
- II – Germania Pinheiro; e
- III – Rosinete Ramos da Silveira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LC Nº 318/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 318 DE 13 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO PODER EXECUTIVO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a revisão geral anual de vencimento aos servidores públicos ativos, integrantes do quadro permanente e em extinção da Administração Direta, da Administração Indireta, Fundações e Autarquias do Município de Laguna, bem como aos inativos e pensionistas, no percentual de 8,17% (oito vírgula dezessete por cento), que incidirá sobre o vencimento do mês de maio de 2015.

Parágrafo único. A revisão de que trata o caput deste artigo, não se aplica ao vencimento dos servidores ocupantes de cargo de nível básico, cujo vencimento é equivalente ao valor do salário mínimo nacional, aos profissionais do magistério público da rede municipal, que por força do art. 5º da Lei Federal nº 11.738/2008, que instituiu o piso nacional, têm seus vencimentos revisados anualmente, em janeiro e, ao vencimento dos servidores ocupantes de cargo em comissão.

Art. 2º O percentual de reajuste previsto no artigo 1º desta Lei, se refere à recomposição da perda salarial medida pelo IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015.

Art. 3º A implantação do percentual de 8,17 % previsto no caput do art. 1º desta Lei, na folha de pagamento do servidor ocorrerá no mês de julho de 2015.

§ 1º A diferença de vencimento dos meses de maio e junho de 2015, decorrentes da não aplicação do percentual de 8,17 %, será paga a partir de julho de 2015, em três parcelas mensais, de maneira que na folha de julho do servidor, constará o vencimento já com a aplicação do percentual de 8,17% e, mais 1/3 (um terço) da diferença devida de maio e junho.

§ 2º As outras duas parcelas de 1/3 (um terço) cada uma, decorrente da diferença de maio e junho, serão pagas na folha de agosto e setembro de 2015.

Art. 4º Os recursos para implementação e execução desta Lei Complementar, correrão por conta do orçamento do Município.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de maio de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1.822/15

LEI Nº 1.822 DE 13 DE JULHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 148.900,00 (cento e quarenta e oito mil e novecentos reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 08 – Secretaria de Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura

Função: 20 - Agricultura

Programa: 206 -Gestão Geral

Subfunção: 602 – Promoção da Produção Animal

Recurso: 1.0034 -Transferências de Convênios - União/Outros (123)

Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários Orçamento Municipal (80)

Projeto/Atividade: 2.083 – Aquisição de Trator e Implementos Agrícolas

Elemento da Despesa:4.4.90.52.00.00.00.00.01.0034– Equipamento e Material Permanente
..... R\$ 145.177,50

Elemento da Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0000– Equipamento e Material Permanente
..... R\$ 3.722,50

Descrição: Permitir ao produtores rurais locais melhoria na produção agropecuária, através da mecanização das etapas de preparo do solo, plantio, manejo e colheita.

Objetivo: Aquisição de Trator Agrícola, Grade Hidráulica, Roçadeira, Guincho Traseiro e Plana, para permitir ao produtores rurais locais melhoria na produção agropecuária, através da mecanização das etapas de preparo do solo, plantio, manejo e colheita

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, fica autorizado o uso dos recursos oriundos do MAPA-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

proposta SICONV nº. 34616/2013, operação 1005203-13, no valor de R\$ 145.177,50 (cento e quarenta e cinco mil, cento e setenta e sete reais) e o restante de R\$ 3.722,50 (três mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), do orçamento vigente do Município com a anulação parcial da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 08 – Secretaria de Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura

Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários Orçamento Municipal (80)
Projeto/Atividade: 1.067 – Apoio ao pescador artesanal através do Caminhão do Peixe.

Elemento da Despesa: 267 - 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000–
Obras e instalações R\$ 3.722,50

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 101.562,50 (cento e um mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 08 – Secretaria de Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura

Função: 20 - Agricultura

Programa: 206 -Gestão Geral

Subfunção: 602 – Promoção da Produção Animal

Recurso: 1.0034 -Transferências de Convênios - União/Outros (123)

Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários Orçamento Municipal (80)
Projeto/Atividade: 2.083 – Aquisição de Trator e Implementos Agrícolas

Elemento da Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0034 – Equipamento e Material Permanente R\$ 97.500,00

Elemento da Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000– Equipamento e Material Permanente R\$ 4.062,50

Descrição: Permitir ao produtores rurais locais melhoria na produção agropecuária, através da mecanização das etapas de preparo do solo, plantio, manejo e colheita.

Objetivo: Aquisição de Trator Agrícola, Grade Hidráulica, Roçadeira, Guincho Traseiro e Plana, para permitir ao produtores rurais locais melhoria na produção agropecuária, através da mecanização das etapas de preparo do solo, plantio, manejo e colheita

Art. 4º Para atender a abertura do crédito adicional especial de que se trata o artigo 3º desta Lei, fica autorizado o uso em igual valor, dos recursos oriundos do MAPA-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, proposta SICONV nº. 5866/2015, no valor de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), e o restante R\$ 4.062,50 (quatro mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos), do orçamento vigente do Município com a anulação parcial da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 08 – Secretaria de Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura

Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários Orçamento Municipal (80)
Projeto/Atividade: 1.067 – Apoio ao pescador artesanal através do Caminhão do Peixe.

Elemento da Despesa: 267 - 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 –
Obras e instalações R\$ 4.062,50

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI 1.823/15

LEI Nº 1.823 DE 16 DE JULHO DE 2015.

"AUTORIZA O USO DOS IMÓVEIS VAGOS NO LOTEAMENTO LURDINHA SCHIEFLER PARA FINS QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Laguna aprovou e ele sancionou a seguinte lei:

Art 1º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os imóveis que foram retomados pelo Município de Laguna no Loteamento Lurdinha Schiefler, a famílias que estejam sendo desalojadas de seus imóveis pela Defesa Civil, por estarem em situação de risco.

§ 1º A utilização dos imóveis pelas famílias, dar-se-á a título provisório e precário, pelo prazo de 6 meses prorrogável por igual período.

§ 2º Para ser beneficiário da utilização de imóvel, conforme estabelecido nesta Lei, o Interessado deverá provar que sua família residia no imóvel embargado pela Defesa Civil há mais de 1 ano ou, em caso de prazo inferior, que o imóvel tenha sido construído com a aprovação da municipalidade, bem como, que a renda familiar não ultrapasse 3 salários mínimos.

Art 2º Não sendo os imóveis retomados pelo Município de Laguna, suficientes para a realocação dos moradores de áreas de riscos desalojados pela Defesa Civil, fica o poder executivo autorizado a realizar o pagamento da locação de imóveis para os desalojados que preencherem os requisitos do artigo anterior pelo prazo de seis meses prorrogáveis por igual período, observando:

I - o valor do aluguel não poderá ser superior a R\$ 600,00 (seiscentos reais) por imóvel;

II - o imóvel deverá ser avaliado por técnicos da municipalidade antes da locação e com o aval da comissão gestora do fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil.

Art 3º Após o prazo estipulado no artigo 1º desta Lei, os imóveis deverão ser restituídos pelas famílias que os ocupam de forma temporária e precária, de forma que seja dado continuidade a entrega dos imóveis na forma do programa habitacional existente.

Art 4º As despesas decorrentes da presente Lei serão custeadas pelo Fundo de Emergência da Defesa Civil.

Art 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lajeado Grande

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇO_004_2015

Município de Lajeado Grande

O Município de Lajeado Grande – SC, Torna Público a todos os interessados, que de acordo com a Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, que se encontra aberto o Processo Licitatório 028/2015, na modalidade de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia n. 004/2015 para Construção e Reforma da Rampa e Escada do Cemitério do Município de Lajeado Grande, compreendendo uma área total de 235,00m2. O recebimento e abertura dos envelopes dar-se-á até a data de 07 de agosto de 2015, às 09h00min, no Setor de Licitações e Contratos. Maiores informações e/ou a integra do presente edital poderão ser obtidas junto a Administração Municipal, sito a Rua Vitória, n. 503, centro, Lajeado Grande, CEP: 89828-000, de Segunda à Sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo fone 0xx49-33550012, ou pelo Site www.lajeadogrande.sc.gov.br

Lajeado Grande, 16 de julho de 2015.

VALMIR LOCATELLI

Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

EDITAL DE PREGAO Nº68/2015 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº68/2015 PMLM

PROCESSO Nº68/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 29 de julho de 2015 às 10:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Verterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de tendas para atendimento das demandas das secretarias e Fundo Municipal de Saúde do município de Lauro Muller - SC., para o ano de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 16 de julho de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

PORTARIA Nº 257/2015

PORTARIANº 257/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, GISELE MACHADO, do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/05/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 258/2015

PORTARIANº 258/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, EMERSON BORGES, do Cargo de Provimento

em Comissão de Supervisor do Departamento de Obras junto a Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 259/2015

PORTARIANº 259/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, AMÁLIA DAL-BÓ MACCARI DO NASCIMENTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor(a) do Departamento de Obras junto a Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DASI 1, fazendo cessar os efeitos da Portaria nº 338/2014, que concedeu o provimento em comissão de Coordenador do Departamento de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/05/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 260/2015

PORTARIANº 260/ 2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 10 de Julho de 2015, os efeitos da Portaria nº 231/2015, de 01/04/15, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de ROSELIA DA CRUZ LUCIANO, para a função de Professora de Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/05/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 261/2015

PORTARIANº 261/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DIMITIR, ANDRÉ DE SOUZA PEREIRA, Motorista contratado em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/05/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 262/2015

PORTARIANº 262/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ELIANE DA SILVA CROCETTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Gabinete junto ao Gabinete do Prefeito, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/05/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 263/2015

PORTARIANº 263/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DIMITIR A PEDIDO, TAIS FIGUEIREDO HEINZEN, Professora I – Educação Física contratado em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/05/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 264/2015

PORTARIA Nº 264/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

· Considerando que a Administração Municipal pode rever seus atos a qualquer momento;

· Considerando que na Portaria Nº 189/2015 que nomeou o servidor Valdir Wessler, encontrou-se erro de redação,

RESOLVE

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º da portaria nº 189/2015, que nomeou o servidor Valdir Wessler, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - NOMEAR, VALDIR WESSLER, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Setor junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 265/2015

PORTARIA Nº 265/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 04.05.2015 a 03.05.2016, para o funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, JOSÉ ARTUR FERNANDES, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/05/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 266/2015

PORTARIA Nº 266/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, RANIZI PEREIRA VALIM, para a função de Servente, em Caráter Temporário, pelo período de 21 de Maio de 2015 a 12 de Junho de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Isoneth Borges.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 21/05/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 267/2015

PORTARIA Nº 267/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARILZA DE OLIVEIRA, para a função de Servente, em Caráter Temporário, pelo período de 14 de Maio de 2015 a 07 de Julho de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária Marlete Rodrigues da Silva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 268/2015
PORTARIA Nº 268/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, EMANUELA GABRIEL, Técnica em Enfermagem do SAMU, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16/05/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE MAIO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 269/2015
PORTARIANº 269/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, ROSICLÉIA BORGES PACHECO, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador(a) do Departamento dos Esportes junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18/05/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE MAIO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 270/2015
PORTARIA Nº 270/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública ROSELI DE LIMA DA SILVA, Professora II – Ensino Fundamental, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves, partir de 20 de maio de 2015 à 18 de dezembro de 2015, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 20/05/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE MAIO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 271/2015
PORTARIA Nº 271/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, THAISE MOURO MARTINS, para a função de Professora I – Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 21 de Maio de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Rio Capivaras Alto por 10 (dez) horas semanais e na Escola de Educação Infantil Pequeno Príncipe por 10 (dez) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 21/05/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE MAIO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 272/2015

PORTARIANº 272/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, MARIA APARECIDA PACHECO HOFFMANN, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador(a) de Setor junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/ Nível DASI 3.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 25 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

RETOMADA DE ABERTURA EDITAL DE PREGAO Nº65/2015 PMLM

RETOMADA DE ABERTURA EDITAL DE PREGAO Nº65/2015 PMLM
PROCESSO Nº65/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que realizará processo com data para dia 29 de julho de 2015 às 09:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de computadores, impressora e material permanente para atendimento das demandas da Secretaria de Educação do município de Lauro Muller - SC., para o ano de 2015, posteriormente maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 16 de julho de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Lebon Regis

PREFEITURA

EDITAL DE CONCURSO Nº 001/2015

EDITAL DE CONCURSO Nº 001/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015

Abre inscrições e fixa normas para o Concurso Público de ingresso em cargo público da autarquia Municipal de Lebon Régis.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO, Presidente do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, autarquia do município de Lebon Régis(SC), no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Orgânica do Município de Lebon Régis, a Lei complementar nº 60, de 10 de dezembro de 2009, e demais legislações aplicáveis, torna público, pelo presente Edital, as normas para realização de CONCURSO PÚBLICO de ingresso e formação de cadastro de reserva de servidores em caráter efetivo do Quadro Permanente de Pessoal da autarquia Municipal.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da empresa contratada pelo Município - GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM, sediada em Joaçaba/SC.

1.2. O presente Concurso Público destina-se ao provimento dos cargos públicos de provimento efetivo a serem ocupados na atual situação e consoante a disposição do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.3. É de inteira responsabilidade do candidato inteirar-se do presente conteúdo, bem como fazer consultas diárias no site da organizadora do concurso www.aprender.com.br para estar ciente de todas as publicações legais do processo que norteia o presente Edital.

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para todos os cargos do referido Edital, serão recebidas SOMENTE POR INTERNET, através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico www.aprender.com.br na opção correspondente a autarquia Municipal de Lebon Régis do dia 15/07/2015 até às 16:00 min do dia 13/08/2015, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

2.1.1 O candidato deverá preencher o formulário de inscrição eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco, do contrário sua inscrição não será efetuada.

2.1.2.O candidato deverá prestar ATENÇÃO ao selecionar o cargo desejado para a realização da prova.

2.1.3.O candidato indicará um endereço eletrônico (e-mail) VÁLIDO cujo qual deverá permanecer ativo e lido constantemente até o final do concurso, sob responsabilidade do candidato. Caso o candidato não tenha um e-mail, é obrigação do mesmo providenciar o mais breve possível para conclusão de sua inscrição.

2.1.4. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados corretos para a inscrição.

2.2. A APRENDER.COM não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, endereço e-mail inválido, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.3. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverão ser mantidos em poder do candidato e recomenda-se apresentá-los no local de realização das provas caso houver qualquer intercorrência no dia.

2.3.1.O candidato que não portar junto no dia da realização da prova os documentos citados acima, perderá o direito de se manifestar frente a situações inesperadas que possam a vir acontecer momentos antes que antecedem a realização das provas.

2.4. O candidato deverá, no período das inscrições, pagar a importância indicada a seguir, de acordo com o nível de escolaridade ao cargo pretendido no referido certame.

Ensino Superior	R\$ 110,00	Cento e Dez reais.
Ensino Médio/Técnico	R\$ 60,00	Sessenta Reais.
Ensino Fundamental/Alfabetizado	R\$ 40,00	Quarenta Reais.

2.5. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública. Somente serão aceitos pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição do candidato doador de sangue fidelizado.

2.5.1 Os candidatos que requerem a isenção da taxa de inscrição deverão primeiramente efetuar todas as etapas da inscrição on-line e posteriormente encaminhar OBRIGATORIAMENTE via SEDEX/AR o pedido de isenção da taxa de inscrição (ANEXO VII do Edital), acompanhado do comprovante que ateste sua condição de doador.

2.5.2. A isenção será efetuada mediante a apresentação de comprovante de doador voluntário de repetição, de no mínimo duas vezes ao ano, durante o período de 2 (dois) anos imediatamente anteriores ao concurso.

2.5.3. A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora (hemocentro), informando o número de doações e data, enviando via SEDEX/AR para: A/C GEORGE ALMEIDA ME – APRENDER.COM, Assunto: Edital HMMSA 01/2015, com endereço na Rua Duque de Caxias, 844 – Edif. Dona Olga, Apto 01, Centro – 89.600-000 – Joaçaba/SC até a data limite estipulada no cronograma deste Edital, ou seja, prazo máximo até 13/07/2015, conteúdo obrigatoriamente dentro do

envelope o Requerimento de isenção de taxa de inscrição conforme modelo do Anexo VII do edital e a certidão expedida pelo Hemocentro (original e/ou cópia autenticada).

2.5.4 Os candidatos que tiverem os pedidos de isenção deferidos terão suas inscrições automaticamente efetivadas e estarão habilitados a todos os atos e termos do Edital. Os candidatos que tiverem os pedidos de isenção indeferidos deverão quitar o boleto bancário de acordo com o cronograma até a data limite constante do boleto.

2.6. A guia do boleto bancário e o comprovante de inscrição estarão disponíveis UMA ÚNICA VEZ no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br na aba correspondente ao certame em questão logo após o candidato ter preenchido o formulário de inscrição. A guia de pagamento bancário e o comprovante de inscrição DEVERÃO SER IMPRESSOS NA SEQUÊNCIA E MANTIDOS EM PODER DO CANDIDATO.

2.7 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data limite de vencimento constante no boleto, preferencialmente nas agências do Banco do Brasil, não sendo possíveis pagamentos com datas posteriores à data já estabelecida em edital.

2.8 A inscrição do candidato e o pagamento do boleto bancário implicarão no conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.9. O candidato declarará, ao efetuar sua inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da admissão.

2.10. As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

2.11. A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente concurso, implicará na eliminação automática do candidato, sem prejuízo das cominações legais.

2.12. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos constantes do Anexo I.

2.13. Caso a inscrição do candidato não conste na relação das inscrições pré-homologadas que será divulgada conforme data constante no Anexo V, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a empresa através do e-mail (contato@aprenderesc.com.br) anexando no corpo do e-mail o comprovante de Pagamento da guia bancária na forma digital (scaneada), conforme prazos recursais estabelecidos neste Edital, sob pena de não serem acatadas reclamações posteriores.

III – DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Ao candidato portador de necessidade especial é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público, devendo assinalar sua condição especial no item específico do requerimento de inscrição on-line.

3.2. Será reservada vaga para o candidato portador de necessidade especial para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de um para cada cinco vagas, conforme art. 37, VIII, da Constituição Federal, art. 36, VII, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n. 1.183/2005.

3.3. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas para pessoa com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Concurso Público.

3.4. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadre nas categorias descritas nos Decretos federais nº 3.298/1999 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações e na Lei federal nº 7.853/1989.

3.5. O candidato com deficiência após realizar sua inscrição conforme prevê o item 2.1 e fazer suas observações referente à deficiência, deverá encaminhar OBRIGATORIAMENTE VIA SEDEX, ou de forma presencial, o requerimento preenchido conforme modelo do Anexo VI, a cópia simples do CPF e a cópia do laudo médico (original ou cópia autenticada) especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício das funções do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital, para o endereço da empresa organizadora do certame, A/C GEORGE ALMEIDA ME, sito a Rua Duque de Caxias, 844 – Centro – Joaçaba/SC – CEP: 89.600-000.

3.6. O fornecimento da cópia simples do CPF e do laudo médico, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A autarquia municipal não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da cópia simples do CPF e do laudo a seu destino.

3.7. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto nos subitens anteriores terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

3.8 O candidato com deficiência submeter-se-á, quando da nomeação, à avaliação de equipe multiprofissional, que terá a decisão definitiva sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.9 O candidato com deficiência participará deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

- 3.10. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.
- 3.11. O candidato que tiver a necessidade de realizar as provas em braile ou em qualquer outra condição especial deverá requerer no ato da inscrição.
- 3.12. O candidato que tiver a necessidade de prova em fonte ampliada deverá requerer no ato da inscrição, apresentando laudo médico para a condição especial e indicando o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 18, 20, 22 ou 24.
- 3.13. O candidato com deficiência que não requerer e comprovar a condição especial na forma da legislação vigente, não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.
- 3.14. Não será realizado atendimento domiciliar em nenhuma hipótese.

IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 4.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo V e estarão disponíveis no mural público do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio em Lebon Régis, e no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br.
- 4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

V – DO VÍNCULO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

- 5.1 Os candidatos habilitados e classificados neste Concurso Público serão nomeados em caráter efetivo, conforme vagas previstas no Anexo I deste Edital em prazo vigente deste certame, ficando sujeitos ao Estágio Probatório, na forma da legislação vigente.
- 5.2. O candidato nomeado estará sujeito ao regime estatutário, definido pela LC n. 76/2012 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lebon Régis e estará vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

VI – DA PROVA

- 6.1. O Concurso Público, objeto deste Edital, constará de Prova objetiva de conhecimentos para todos os cargos.
- 6.2. O candidato que necessite de alguma condição especial para realização da prova deverá requerer quando da sua inscrição, bem como protocolar e comprovar o que lhe é de direito no ato da inscrição para que o atendimento seja concedido.
- 6.3 Os portões do local de prova serão fechados 10 (dez) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, **SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 08:20 HRS, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.**
- 6.4. As provas escritas serão realizadas na ESCOLA ESTADUAL FREI CANECA, situada na Rua Artur Barth, Centro – Lebon Régis, dia 30 de Agosto, com início às 08:30 horas.
- 6.4.1 Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, a organizadora do Concurso Público e a autarquia municipal poderão alterar os horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data e/ou turno, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar diariamente as publicações oficiais através do site www.aprenderesc.com.br.
- 6.3.2 É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o horário da realização das provas ao cargo que se inscreveu a partir da data da homologação final das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.
- 6.5. As provas escritas de conhecimento serão realizadas em etapa única de três horas (3h) de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.
- 6.6. Para entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar documentos de identificação válidos e com foto.
- 6.7. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo com foto).
- 6.8. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.
- 6.9. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo e sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.
- 6.10. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identificação válido, na forma definida no item 6.6, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.
- 6.11. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.12. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.13. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Concurso Público.

6.13.1. Os aparelhos de telefones celulares móveis e outros equipamentos eletrônicos deverão ser entregues desligados aos fiscais das salas antes do início das provas, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.13.2. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, bem como é vedado ao candidato entrar no pátio do local de provas com o aparelho ligado, sendo que a não obediência implicará na eliminação e na remoção do candidato do estabelecimento designado como local de provas.

6.14. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.15. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma hora de seu início.

6.16. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do Concurso Público.

6.17. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independente do cargo.

6.18. Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente.

6.19. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital.

VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, conforme ementa das disciplinas constantes dos Anexos presentes neste Edital.

7.2. A prova de conhecimentos será objetiva e constará de 35 (trinta e cinco) questões, com quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina será a seguinte:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	10	0,26	2,60
Matemática	05	0,24	1,20
Conhecimentos Gerais	10	0,24	2,40
Conhecimentos Específicos	10	0,38	3,80
Total	35	-----	10,00

7.4. Para realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.5. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.6. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

a) Emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), no cartão-resposta;

b) Mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;

c) Espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;

d) Cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor seja diferente do especificado no item 7.4 ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.7. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 01 (um) decimal, sem arredondamento.

7.8. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado a partir das 9h do primeiro dia útil subsequente à realização da referida prova no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br e no Mural Público do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio - Lebon Régis/SC.

7.9. O caderno de provas estará disponível de FORMA ÚNICA para todos os interessados que assim o requisitarem através do endereço eletrônico contato@aprenderesc.com.br.

7.10. Havendo impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher um requerimento no momento

em que estiver prestando a prova e entregar ao fiscal de sala.

7.10.1. O formulário de impugnação de questão estará disponível na sala de prova e poderá ser fornecido ao candidato no dia da realização da prova, caso este o solicite.

7.10.2. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Concurso Público, bem como o Gabarito Oficial definitivo, na ocorrência de recurso julgado procedente.

7.11. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

VIII – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. Serão considerados aprovados e farão parte da listagem final os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a cinco (5,0) pontos.

8.2. A nota final será calculada através da soma dos acertos na forma da Tabela constante do item 7.3 deste Edital.

8.3. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da média final.

8.4. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- b) maior nota na prova de Língua Portuguesa;
- c) maior nota na prova de Matemática;
- d) maior nota na prova de conhecimentos gerais;
- e) o candidato de maior idade.

IX – DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do Concurso Público que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo VI deste Edital.

9.2. Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulários modelos disponibilizados através do endereço eletrônico www.aprendercsc.com.br na aba correspondente a Autarquia Municipal de Lebon Régis, o qual deverá ser enviado para o e-mail contato@aprendercsc.com.br dentro dos prazos estabelecidos por este Edital.

9.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser encaminhados conforme item 9.2, cabendo a equipe técnica da empresa a apreciação dos mesmos.

9.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos automaticamente.

9.5. Às decisões dos recursos será dada divulgação, sejam elas através de publicações no mural público municipal ou divulgação no site da empresa responsável.

9.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

9.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

9.8. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer coletivamente.

9.9. A Comissão Especial do Concurso Público, nomeada pela Portaria n. 0496/2015, de 17 de Junho de 2015, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

X – DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. O resultado final do Concurso Público, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público da autarquia municipal, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC e no endereço eletrônico www.aprendercsc.com.br.

XI – DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

11.1 A nomeação dos candidatos aprovados no concurso público regulado por este certame, a juízo da conveniência e oportunidade, serão convocados, nomeados e empossados nos termos da LC n. 76/2012;

11.2 A convocação do candidato para apresentação dos documentos será realizada mediante publicação de Edital de Convocação no DOM/SC e contato através de email ou telefone, sendo de responsabilidade única e exclusiva do candidato informar seu endereço eletrônico e telefone corretamente quando do preenchimento do formulário de inscrição e mantê-los atualizado perante o departamento de pessoal do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio I após a homologação do certame.

11.3 No prazo de 10 (dez) dias após a convocação, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Cópia de:

1. Documento de Identidade (RG);
 2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 3. Título de Eleitor e certidão de quitação eleitoral;
 4. Certidão de Nascimento ou Casamento;
 5. Certidão de Nascimento de Filhos;
 6. CNH (se exigida para o cargo);
 7. Diploma ou certificado comprobatório da escolaridade exigida para o cargo;
 8. Carteira de inscrição no Conselho ou Órgão de Classe correspondente (quando exigido para o cargo);
- b) Quitação com as obrigações militares, em caso de candidato de candidato do sexo masculino, com a devida apresentação da cópia do comprovante de quitação com o serviço militar;
- c) 01 (uma) foto 3x4 colorida e recente;
- c) Laudo médico de saúde física e mental.

11.4. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para nomeação e posse.

11.5 Apresentada a documentação acima mencionada e/ou outras julgadas necessárias pelo Município, o candidato convocado será nomeado para o cargo público.

11.6 A posse no cargo público dar-se-á até 30 (trinta) dias após a nomeação, sob pena de decadência do direito de ser empossado.

XII – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1. Delega-se competência para empresa responsável pelo certame para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas de conhecimentos;
- b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- d) prestar informações sobre o Concurso Público;
- e) definir normas para aplicação das provas;
- f) constituir comissão interna do Concurso Público e designar bancas examinadoras, conforme a necessidade;
- g) selecionar fiscais para aplicação das provas.

XIII – DO FORO JUDICIAL

13.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Concurso Público de que trata este Edital é o da Comarca de Lebon Régis/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de realização da prova correspondente.

14.2. O prazo de validade do presente Concurso Público é de dois (02) anos, podendo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, mediante justificativa, interesse da autarquia municipal de Lebon Régis - Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio.

14.3. Os candidatos aprovados neste certame serão nomeados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas constante do Anexo I, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade, exceto os cargos que se destinam à formação de cadastro de reserva.

14.4. A aprovação no Concurso Público não assegura ao candidato o direito à nomeação imediata, devendo ocorrer conforme a necessidade do serviço público municipal durante a vigência do certame e de acordo com o número de vagas estabelecidas no Anexo I, sendo que as vagas criadas durante sua vigência serão providas seguindo a ordem de classificação dos aprovados em cada cargo.

14.5. Será excluído do presente Concurso Público, por ato da empresa responsável pelo certame, vencedora do processo licitatório, o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

14.6. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim em formulário disponível no site da empresa www.aprenderesc.com.br, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança, caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

14.7. O Gabarito Oficial da prova objetiva de conhecimentos e o resultado das provas serão divulgados no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br e no Mural Público do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio / Lebon Régis(SC).

14.8. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela empresa responsável pelo certame e pela Comissão Especial do Concurso Público designada pelo Decreto n. 75, de 27 de agosto de 2013.

14.9. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Dos Cargos, Vagas, Carga Horária, Vencimentos e Habilitação;
- b) ANEXO II - Do Conteúdo Programático Geral para todos os cargos de Nível Fundamental Primário;
- c) ANEXO III – Do Conteúdo Programático Geral para todos os cargos de Nível Médio, Técnico e Nível Superior;
- d) ANEXO IV – Do conteúdo Programático específico ao cargo;
- e) ANEXO V – Do Cronograma – (Sujeito a alterações);
- f) ANEXO VI – Requerimento / Declaração.
- g) ANEXO VII – Modelo Declaração Isenção da Taxa de Inscrição.

14.9. Será publicado Extrato do presente Edital para fins de publicidade legal, sendo que o Edital na íntegra estará disponível no Mural Público da autarquia municipal de Lebon Régis, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio e no endereço eletrônico www.aprender.sc.com.br.

Lebon Régis-SC, 15 de Julho de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente do Conselho Superior

ANEXO I

DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO

CARGOS	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Enfermeiro Padrão	CR*	40h	R\$ 2.559,40	Curso Superior de Enfermagem e inscrição no COREN.
Médico Clínico Geral	01+CR*	40h	R\$ 11.088,45	Curso Superior de Medicina e inscrição no CRM.
Recepcionista	01+CR*	40h	R\$ 788,00	Ensino Méd.io Complet
Servente	01+CR*	40 h	R\$ 788,00	Ensino Fundamental – Primário
Técnico em Enfermagem	01+CR*	40h	R\$ 1.037,58	Ensino Médio e Curso Profissionalizante de Técnico em Enfermagem, habilitação legal no exercício da profissão e Registro no COREN.
Técnico em Raio-X	01+CR*	24 h	R\$ 2.114,37	Ensino Médio e Curso Profissionalizante de Técnico em RX e habilitação legal no exercício da profissão e registro no COREN.

*CR - CADASTRO DE RESERVA

ANEXO II

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL PRIMÁRIO

Língua Portuguesa: Compreensão de Textos, Alfabeto; formas comuns de tratamento; plural e singular; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino; ortografia; tipos de frases: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa; substantivo; substantivos coletivos; adjetivos; sinônimos e antônimos; Separação de sílabas; Concordância Verbal e Nominal; Noções de fonética.

Matemática: Tabuada dos números; Números naturais: operações e problemas. Unidades de medida de tempo, de comprimento, de massa e de capacidade. Sistema monetário brasileiro. Leitura de horas em relógios e de informações em calendários. Reconhecimento de figuras planas (quadrado, retângulo, triângulo, círculo). Noções de razões, frações, proporções e porcentagem. Radiação; Divisibilidades; Regras de três simples e composta; Algarismos romanos; Resolução de problemas simples.

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Lebon Régis. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Lebon Régis. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Lebon Régis. Lei Orgânica Municipal.

ANEXO III

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO e SUPERIOR

Língua Portuguesa: leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, figuras de linguagem, estrutura das palavras, estilística, gramática em geral.

Matemática: Adição, subtração, multiplicação e divisão, com números inteiros, naturais, fracionários e mistos; Sistema métrico decimal; Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; Geometria plana; Trigonometria em triângulos retângulos e triângulos quaisquer; Divisão proporcional; Potências e raízes; Equações de primeiro e segundo grau; Juros e descontos simples; Médias e regras de três simples e compostas; Teoria dos Conjuntos e subconjuntos; Matrizes e Determinantes; Problemas envolvendo as operações; Progressões aritméticas e

geométricas; Análise Combinatória; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Radiciação; Exponenciação; Cálculos envolvendo medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura. Equações e Inequações; Relações e funções; operações com expressões algébricas.

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Lebon Régis. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Lebon Régis. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Lebon Régis. Lei Orgânica Municipal.

ANEXO IV

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO AO CARGO

MÉDICO: Operacionalização da Estratégia Saúde da Família; SUS – Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 – Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares: insuficiência cardíaca, insuficiência coronária, arritmias cardíacas, doença reumática, trombozes venosas, hipertensão arterial, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, trombo-embolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias, gastrite e úlcera péptica, colicistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon, insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólíticos e do sistema ácido base, nefrolitíase, infecções urinárias, hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal, anemias hipocrônicas, macrocíticas e hemolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios da coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão: osteoartrose, doença reumatóide juvenil, gota, tufos eritematosos sistêmicos, artrite infecciosa, doença do colágeno; neurológicas: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias, alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão; infecciosas e transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leishmaniose, malária, tracoma, estreptococciais, estafilococciais, doença meningocócica, infecções por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses; escabiose. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM: SUS – Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Fundamentos da enfermagem - técnicas básicas; Assistência de enfermagem em doenças transmissíveis; Ações de vigilância epidemiológica e imunização; Assistência de enfermagem em doenças crônicas degenerativas: diabetes e hipertensão; Enfermagem materno-infantil; Atendimento de enfermagem à saúde da mulher; Planejamento familiar; Pré-natal, parto e puerpério; Climatério; Prevenção do câncer cérvico - uterino; Atendimento de enfermagem à saúde de adolescentes; Cuidados com o recém-nascido, aleitamento materno; Crescimento e desenvolvimento; Doenças mais frequentes na infância; Principais riscos de saúde na adolescência; Enfermagem em urgência; Primeiros socorros. Ética profissional. Noções básicas de administração. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

ENFERMEIRO: Leis Orgânicas da Saúde: Lei 8080/90 (Princípios e diretrizes), e Lei 8142/90 (Financiamento e participação popular). Atualidades na Saúde e Indicadores de Saúde Pública. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária. Endemias/epidemias. Situação atual, medidas de controle e de tratamento. Planejamento e programação local de saúde, distritos sanitários e enfoque estratégico. Planejamento, organização, coordenação e supervisão do trabalho da enfermagem junto a Equipe de Saúde da Família, nos Centros de Saúde e na comunidade. Planejamento e coordenação da capacitação e educação permanente dos auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Assistência integral às pessoas em todas as fases da vida: criança, adolescente, adulto e idoso, no Centro de Saúde, domicílio, escolas, creches e asilos (saúde do trabalhador, saúde mental, doenças crônicas degenerativas, sexualidade, gravidez, parto e puerpério, aleitamento materno, climatério, prevenção do câncer de mama e cérvico-uterino, violência doméstica, doenças transmissíveis, planejamento familiar, vacinas e calendário básico de vacinação, infecções respiratórias agudas, diarreia, desidratação, desnutrição, crescimento e desenvolvimento infantil, etc.). Lei do Exercício Profissional e Código de Ética de Enfermagem. Técnicas Básicas de Enfermagem. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Mulher no Ciclo Grávido - Puerperal. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Criança. Crescimento e desenvolvimento. Controle das infecções respiratórias agudas. Controle das doenças diarreicas e prevenção a acidentes e intoxicações. Vacinação. Aspectos imunológicos e operacionais. Vacinas utilizadas. Conservação, programa e avaliação. Participação do Enfermeiro no Controle das Doenças Infecciosas e Parasitárias Prevalentes em Nosso Meio. Assistência de Enfermagem ao Adulto à Nível Ambulatorial. Fundamentos em geral da enfermagem. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

RECEPCIONISTA: Funções e/ ou atribuições da Recepcionista; Comportamento organizacional (motivação, liderança, comunicação, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, relações humanas). Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, impressão de páginas; Redação de documentos Ética Profissional; Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Comunicação telefônica, Comunicação escrita: recados, anotações e bilhetes; Fraseologia adequada para o recepcionista. Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, requerimento, circular e etc (de acordo com o Manual de Correspondência da Presidência da República).; Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Noções básicas de administração pública e direitos e deveres do servidor público. Noções de ética e cidadania; Constituição Federal - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade e Cidadania; Direitos e Partidos Políticos. Noções básicas de Informática. Conhecimentos inerentes à função, observando-se a prática do dia-a-dia.

SERVENTE GERAL: Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo. Lixo Orgânico e Reciclagem. Equipamentos para a segurança

e higiene. Limpeza dos diferentes espaços. Carregamento e descarregamento de mercadorias leves de veículos em geral. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Noções de Varrição de superfícies diversas, Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc.; Conhecimento e uso dos utensílios de trabalho braçal, mobiliários e utensílios; Limpeza interna e externa de prédios, banheiros, laboratórios, escolas, bem como de móveis e utensílios. Jardinagem, Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Noções de Primeiros Socorros, ética e cidadania. Conhecimentos inerentes observando-se a prática do dia-a-dia.

TÉCNICO EM RX: História da Radiologia; Exames Radiográficos; Proteção Radiológica; Mamografia e Tomografia; Exames contrastados; Radiações corpúsculas e eletromagnéticas; Imagens radiográficas, tecidos anatômicos tridimensionais; Qualidade da imagem –densidade radiológica; Produção do Raio X; Efeitos biológicos do Raio X; Ampola de Raio X; Espectros de raios X; Equipamentos para produção de Raios X; Técnicas radiológicas; Processamento radiológico; Patologia radiográfica; Técnicas radiológicas, no setor de diagnóstico; Técnicas radioterápicas, no setor de terapia; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

ANEXO V

DO CRONOGRAMA (Sujeito a alterações)

É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO FICAR ATENTO A TODAS AS PUBLICAÇÕES NO SITE DA APRENDERSC.COM.BR DURANTE OS PRAZOS ESTIPULADOS NO CRONOGRAMA ABAIXO.

ATOS	DATAS	
01.	Publicação do Edital na Íntegra	15/07/2015
02.	Publicação em jornal e/ou site oficial	15/07/2015
03.	Período de Inscrições (Exclusivamente por Internet)	15/07 até 13/08/2015
04.	Período de isenção de inscrição	15/07 até 27/07/2015
05.	Divulgação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	28/07/2015
06.	Divulgação da Homologação Provisória das Inscrições	17/08/2015
07.	Recursos quanto às Inscrições	17/08 até 19/08/2015
08.	Divulgação da Homologação Final das Inscrições Deferidas	20/08/2015
09.	Realização das Provas Escritas – Horário: 9:00h	30/08/2015
10.	Divulgação do Gabarito Provisório	31/08/2015
11.	Recursos quanto ao Gabarito Provisório	31/08 até 01/09/2015
12.	Divulgação do Gabarito Oficial e Recursos Recebidos	04/09/2015
13.	Divulgação Provisória dos Classificados	04/09/2015
14.	Recursos quanto à Classificação Provisória	04/09 até 07/09/2015
15.	Divulgação e Homologação final do Processo pós recursos	08/09/2015

O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito a alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.

ANEXO VI

REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____,

Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito para o Concurso Público 01/2015 da autarquia municipal de Lebon Régis, inscrição sob o número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

01) () Condição Especial para Deficiente Físico realizar a prova:

Deficiência: _____ CID nº: _____

Nome do Médico: _____ CRM: _____

02) () Condição Especial para realização da prova:

a) Prova com ampliação do tamanho da fonte ()-18 ()-20 ()-22 ()-24

b) Amamentação:

Nome do Acompanhante: _____

Horários Amamentação: _____

c) Outra Necessidade:

Especificar: _____

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do cargo a que me inscrevi. Estarei também sujeito à avaliação pelo desempenho dessas funções, para fins de habilitação durante o estágio probatório.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Lebon Régis-SC, ____ de _____ de 2015.

Assinatura Candidato

ANEXO VII

MODELO DE

DECLARAÇÃO E REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

(A DECLARAÇÃO DO HEMOCENTRO DO REFERIDO MUNICÍPIO ATESTANDO AS CONDIÇÕES DE DOADOR VOLUNTÁRIO DEVERÁ ESTAR ANEXADA A ESTA DECLARAÇÃO PARA TER VALIDADE.)

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Concurso Público objeto do Edital 001/2015 da autarquia municipal de Lebon Régis – SC, residente e domiciliado a Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____, cidade _____, Estado _____, CEP _____ DECLARO sobre as penas da lei de que sou doador de sangue.

Sendo assim REQUER a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de doador de Sangue.

Nestes Termos firma a presente declaração e

Pede Deferimento.

_____, ____ de _____ de 2015

(local e data)

Assinatura do Declarante/Requerente

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2015

Resumo de Edital de Concurso Público

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO

LEBON RÉGIS

Edital de Concurso Público Nº. 001/2015

Objeto: Abre inscrições e fixa normas para o Concurso Público de ingresso em cargo público da autarquia Municipal de Lebon Régis.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO, Presidente do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, autarquia do município de Lebon Régis(SC), no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Orgânica do Município de Lebon Régis, a Lei complementar nº 60, de 10 de dezembro de 2009, e demais legislações aplicáveis, torna público, pelo presente Edital, as normas para realização de CONCURSO PÚBLICO de ingresso e formação de cadastro de reserva de servidores em caráter efetivo do Quadro Permanente de Pessoal da autarquia Municipal.

OBS.: A íntegra do Edital em epígrafe, contendo todas as informações e normas necessárias estão disponíveis no site: www.aprenderesc.com.br

Lebon Régis, 30 de Junho de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 265/2015

PORTARIA Nº 265 DE 16 DE JULHO DE 2015

CEDE SERVIDOR PÚBLICO AO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CEDER o funcionário ALBERTO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de VIGIA, para prestar serviços junto ao Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, a partir de 16/07/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 16 de julho de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 16 de julho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 505/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0505/2015 de 13 de Julho de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e Lei 076 de 12/01/2012 em seu artigo 68.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS, a Servidora, ELAINE APARECIDA RISSON, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 20/04/2013 a 19/04/2014 e período de gozo de 13/07/2015 a 11/08/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 13 de Julho de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

RESOLUÇÃO N. 011/2015

RESOLUÇÃO N. 011/2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Lebon Régis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação Federal e Municipal, através da RESOLUÇÃO 11/2015, homologa os candidatos que participarão do pleito eleitoral de 2015 para o cargo de Conselheiro Tutelar no município de Lebon Régis.

CANDIDATO(A)	NOME - APELIDO	Nº
ADEMIR BATISTA COSTA	ADEMIR	90
ANGELA MARIA FARIAS DA COSTA	ANGELA	66
ANGELITA RIBEIRO SCHEFFMACHER PERETTI	ANGELITA	51
CAMILA OLIVEIRA DE LIMA CAMPOS	CAMILA	89
EVERTON LUIZ CAETANO	EVERTON	70
GRACIELA DE JESUS FERNANDES	GRACIELA - GRACI	63
JOSOENNI RAUEN XAVIER	JOSOENI - JÔ	77
JUCELE APARECIDA ORTIZ	JUCELE	59
LARESSA GABRIELA WEBBER	LARESSA	85
LUCIANO DE SOUZA BAUER	LUCIANO - BAUER	99
MARCIO FERNANDES DE PAULA	MARCIO - TIBOA	88
ROBERTO CAETANO MORAES	ROBERTO	75
ROSANE APARECIDA DA SILVA PAHL	ROSANE	67
SABRINA SIQUEIRA	SABRINA	93
STEFANI CARDOZO PEREIRA	STÉFANI - CARDOSO	55
VANESSA GOIS DE OLIVEIRA	VANESSA	50

Lebon Régis, 16 de julho de 2015

ENY TRAMONTINA COFFERRI

Presidente do CMDCA

Leoberto Leal**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2015 - PMLL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2015 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRAS E DIVERSOS, VISANDO À CONSTRUÇÃO, REFORMA, MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS A SEREM REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL EM VIAS URBANAS, REVITALIZAÇÕES, PRÉDIOS PÚBLICOS E OUTROS, CONFORME ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2015.

Aos 08 (oito) dias do mês de junho do ano de 2015, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de construção, madeiras e diversos, visando à construção, reforma, manutenção e investimentos a serem realizados pela Prefeitura Municipal em vias urbanas, revitalizações, prédios públicos e outros, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 022/2015.

FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

CNPJ: 79.695.086/0001-74

RODOVIA BR 470 KM 135, Nº 470, RAINHA, CEP: 89.160-000, RIO DO SUL/SC

JOSEMIR CADORIN ME

CNPJ: 04.461.076/0001-75

RUA ANITAPOLIS, SN, CAETE, CEP: 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

ODAIR LINHARES ME

CNPJ: 20.167.190/0001-43

ESTRADA GERAL, SN, RIBEIRÃO DOS OVOS, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

L&A COMÉRCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ: 09.526.261/0001-14

RUA PAPA PAULO VI, SN, PONTE DE IMARUIM, CEP: 88.130-780, PALHOÇA/SC

AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

CNPJ: 05.430.944/0001-12

RUA AQUINO DE CAMPOS, 203, CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais de construção, madeiras e diversos, visando à construção, reforma, manutenção e investimentos a serem realizados pela Prefeitura Municipal em vias urbanas, revitalizações, prédios públicos e outros, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 022/2015, a contar da data de assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

GRUPO I - MATE- RIAS DE CONS- TRUÇÃO								
Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Marca		Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
1	30	UN.	ADAPTADOR REDUÇÃO 3/4X1/2	KRONA		0,83	24,90	AGRO COM. LOPES LTDA ME

2	3	UN.	ALICATE DE BICO	DISMA	15,41	46,23	AGRO COM. LOPES LTDA ME
3	3	UN.	ALICATE DE PRESSÃO	DISMA	30,06	90,18	AGRO COM. LOPES LTDA ME
4	15	UN.	ANCINHO REFORÇADO 14 DENTES COM CABO	PANDOFO	17,75	266,25	AGRO COM. LOPES LTDA ME
5	10	UN.	ANEL BORRACHA AK (PARA CANO DE ESGOTO) 50MM	KRONA	1,37	13,70	AGRO COM. LOPES LTDA ME
6	50	KG	ARAME RECOZIDO	VOTORAÇO	6,57	328,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
7	300	M³	AREIA FINA	MINERAÇÃO RIO DO OURO	90,00	27.000,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
8	300	M³	AREIA GROSSA	MINERAÇÃO RIO DO OURO	80,00	24.000,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
9	50	UN.	ARGAMASSA AC3 SACA DE 20 KG	INKOR	29,00	1.450,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
10	50	UN.	ARGAMASSA AC1 SACA DE 20KG	INKOR	7,46	373,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
11	50	UN.	ARGAMASSA AC2 SACA DE 20KG	INKOR	17,59	879,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
12	15	UN.	BARRA RASCADA ZINCADA UNC 3/16 X 1M	STARRETI	5,25	78,75	AGRO COM. LOPES LTDA ME
13	5.000	UN.	BLOCO DE CONCRETO 40X20CM	BARRAÇÃO PRÉ	2,15	10.750,00	JOSEMIR CADORIN ME
14	5	UN.	BÓIA AUTOMÁTICA (PÊNDULA PARA POÇOS ARTESIANOS)	VONDER	34,00	170,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
15	10	UN.	BÓIA PARA CAIXA D'ÁGUA ½	CIPLA	6,57	65,70	AGRO COM. LOPES LTDA ME
16	10	UN.	BÓIA PARA CAIXA D'ÁGUA ¾	CIPLA	6,57	65,70	AGRO COM. LOPES LTDA ME
17	5	UN.	BOMBA SUBMERSA TIPO "SAPO" COM VAZÃO MÍNIMA DE 600 LITROS POR HORA	JS BOMBAS	220,80	1.104,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
18	100	M³	BRITA Nº1	AZZA	80,00	8.000,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
19	100	M³	BRITA Nº2	AZZA	80,00	8.000,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
20	5	UN.	BROCA AÇO RÁPIDO (PARA METAIS) 10"	IRWIN	20,08	100,40	AGRO COM. LOPES LTDA ME
21	5	UN.	BROCA AÇO RÁPIDO (PARA METAIS) 5"	IRWIN	6,28	31,40	AGRO COM. LOPES LTDA ME
22	5	UN.	BROCA AÇO RÁPIDO (PARA METAIS) 6"	IRWIN	7,18	35,90	AGRO COM. LOPES LTDA ME
23	5	UN.	BROCA DE AÇO RÁPIDO 12"	IRWIN	25,46	127,30	AGRO COM. LOPES LTDA ME
24	5	UN.	BROCA PARA MADEIRA 04"	IRWIN	4,62	23,10	AGRO COM. LOPES LTDA ME
25	6	UN.	BROCA PARA MADEIRA 06"	IRWIN	7,74	46,44	AGRO COM. LOPES LTDA ME
26	10	UN.	BROCA PARA MADEIRA 08"	IRWIN	10,79	107,90	AGRO COM. LOPES LTDA ME
27	5	UN.	BROCA PARA MADEIRA 10"	IRWIN	20,08	100,40	AGRO COM. LOPES LTDA ME
28	3	UN.	BROCA PARA MADEIRA 12"	IRWIN	25,46	76,38	AGRO COM. LOPES LTDA ME
29	10	UN.	BROCA VIDEA (PARA CONCRETO) 12MM X 210MM	IRWIN	22,25	222,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
30	5	UN.	BROCA VIDEA (PARA CONCRETO) 14MM X 210MM	IRWIN	40,25	201,25	AGRO COM. LOPES LTDA ME
31	3	UN.	BROCA VIDEA (PARA CONCRETO) 5"	IRWIN	7,00	21,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
32	20	UN.	BROCHA RETANGULAR PLÁSTICA 2-G - 17 CM	ROMA	8,25	165,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
33	3.000	UN.	BUCHA PARA PARAFUSO 10 MM	ROMA	0,19	570,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
34	1.000	UN.	BUCHA PARA PARAFUSO 6 MM	ROMA	0,10	100,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME

35	2.000	UN.	BUCHA PARA PARAFUSO 8 MM	ROMA	0,15	300,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
36	20	UN.	CABO MADEIRA P/ PÁ CAVAR	STAN	10,25	205,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
37	20	UN.	CABO MADEIRA P/ PÁ CORTAR	STAN	8,25	165,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
38	20	UN.	CADEADO EM AÇO Nº 30	STAN	12,50	250,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
39	20	UN.	CADEADO EM AÇO Nº 35	STAN	14,03	280,60	AGRO COM. LOPES LTDA ME
40	10	UN.	CADEADO EM AÇO Nº 40	STAN	16,53	165,30	AGRO COM. LOPES LTDA ME
41	5	UN.	CAIXA D' ÁGUA FIBRA 1000 LITROS	FIBROESTE	322,71	1.613,55	AGRO COM. LOPES LTDA ME
42	5	UN.	CAIXA D' ÁGUA FIBRA 500 LITROS	FIBROESTE	201,99	1.009,95	AGRO COM. LOPES LTDA ME
43	3	UN.	CAIXA FERRAMENTAS COM BANDEJA, 02 ENGATES PARA FECHAMENTO, C-48CM X L-22CM X ALT-21CM	VONDER	50,00	150,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
44	5	UN.	CAIXA P/ MEDIDOR ELETRICIDA-DE MONOFÁSICO	TAF	54,50	272,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
45	5	UN.	CAIXA P/ MEDIDOR ELETRICIDA-DE TRIFÁSICO	TAF	118,00	590,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
46	30	UN.	CAIXA PARA DESCARGA 20 LITROS	CIPLA	26,47	794,10	AGRO COM. LOPES LTDA ME
47	150	SC	CAL 20KG PARA REBOCO	ITABRANCA	9,50	1.425,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
48	20	L	CAL LÍQUIDO PARA REBOCO E ASSENTAMENTO DE BLOCOS E TIJOLOS.	KAL FACIL	6,50	130,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
49	50	UN.	CAL PARA PINTURA SACA COM 2KG	ITABRANCA	5,00	250,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
50	300	UN.	CAL PARA PINTURA SACA COM 5KG	ITABRANCA	9,50	2.850,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
51	10	UN.	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE CARINHO DE MAO	LEVORIN	17,75	177,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
52	80	UN.	CANAleta PVC BEGE 20MM X 10MM X 2,2M	PLASTIVALE	6,25	500,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
53	150	UN.	CANAleta PVC BEGE 50MM X 20MM X 2,2M	PLASTIVALE	10,25	1.537,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
54	30	UN.	CAP SOLDÁVEL 25MM X 20MM	KRONA	1,00	30,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
55	20	UN.	CAPA CHUVA COM MANGA E CAPUZ COM FORRO (TAMANHO ÚNICO)	VONDER	23,17	463,40	AGRO COM. LOPES LTDA ME
56	20	UN.	CARRINHO DE MÃO CAÇAMBA METAL E PNEU COM CÂMARA REFORÇADO	METASUL	101,67	2.033,40	AGRO COM. LOPES LTDA ME
57	15	UN.	CASTELO PARA REGISTRO – 20MM	KRONA	28,50	427,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
58	15	UN.	CASTELO PARA REGISTRO – 25MM	KRONA	30,00	450,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
59	10	UN.	CAVADEIRA ARTICULADA MÉDIA	SCHINAIDER	45,00	450,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
60	2	UN.	CHAVE PHILIPS AÇO CARBONO 1/8"X5"	DISMA	4,57	9,14	AGRO COM. LOPES LTDA ME
61	2	UN.	CHAVE PHILIPS AÇO CARBONO 3/16"X3"	DISMA	6,43	12,86	AGRO COM. LOPES LTDA ME
62	50	UN.	CILINDRO PARA FECHADURA CROMADO	SOPRANO	13,43	671,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
63	700	SACA	CIMENTO PORTLAND SC 50 KG	VOTORAN	26,50	18.550,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
64	20	UN.	CLIPS PARA CABO DE AÇO ZINCADO ¼	DISMA	2,75	55,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
65	20	UN.	CLIPS PARA CABO DE AÇO ZINCADO 3/16	DISMA	3,25	65,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME

66	40	UN.	CLIPS PARA CABO DE AÇO ZIN-CADO 5/16	DISMA	4,00	160,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
67	30	LITROS	COLA TIPO "CASCORES"	CASCOLA	20,43	612,90	AGRO COM. LOPES LTDA ME
68	100	M	CONDUTOR DE ENERGIA SUBTER-RÂNEA 32	CONDUCABO	14,00	1.400,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
69	50	MT	CORDA DE POLIETILENO 8 MM	PERLEX	1,25	62,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
70	40	UN.	DERIVAÇÃO SISTEMA X – COTO-VELO	PERLEX	1,50	60,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
71	30	UN.	DERIVAÇÃO SISTEMA X – L EXTERNO	PERLEX	1,50	45,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
72	50	UN.	DERIVAÇÃO SISTEMA X – L INTERNO	PERLEX	1,50	75,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
73	20	UN.	DISJUNTOR UNIPOLAR 25 AMPERES	SOPRANO	11,80	236,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
74	10	UN.	DISJUNTOR UNIPOLAR 30 AMPERES	SOPRANO	12,47	124,70	AGRO COM. LOPES LTDA ME
75	10	UN.	DISJUNTOR UNIPOLAR 40 AMPERES	SOPRANO	16,80	168,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
76	20	UN.	DOBRADIÇA FERRO POLIDA 2 ½"	SÃO ROMÃO	1,47	29,40	AGRO COM. LOPES LTDA ME
77	50	UN.	DOBRADIÇA FERRO POLIDA 2"	SÃO ROMÃO	1,22	61,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
78	30	UN.	DOBRADIÇA FERRO POLIDA 3 ½"	SÃO ROMÃO	2,30	69,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
79	30	UN.	DOBRADIÇA FERRO POLIDA 3"	SÃO ROMÃO	1,80	54,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
80	1.040	UN.	ELEMENTOS VAZADOS CERÂMI-COS 25X25	CERAMICA PRINCESA	1,63	1.695,20	AGRO COM. LOPES LTDA ME
81	3	UN.	ENTRADA COMPLETA DE ENERGIA COM NORMAS DA CELESC – MO-NOFÁSICA	TAF	866,67	2.600,01	AGRO COM. LOPES LTDA ME
82	25	UN.	ENXADA OLHO MARTELO COM CABO 25	METASUL	29,50	737,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
83	15	UN.	ENXADA OLHO OVAL COM CABO 22	METASUL	29,50	442,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
84	15	UN.	ENXADÃO 9,5CM	METASUL	29,50	442,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
85	2	UN.	ESCADA MULTIUSO PINHO/ARAU-CÁRIA 23 DEGRAUS	DISMA	245,00	490,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
86	18	UN.	ESCOVA AÇO COM CABO PLÁSTI-CO 3 FILEIRAS	ROMA	5,23	94,14	AGRO COM. LOPES LTDA ME
87	500	UN.	ETERNIT 2.44 X4RR	BRASILIT	12,50	6.250,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
88	500	UN.	ETERNIT 2.44X 6RR	BRASILIT	40,50	20.250,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
89	500	UN.	ETERNIT3.05 X 6RR	BRASILIT	51,50	25.750,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
90	500	UN.	ETERNIT3.66 X 6RR	BRASILIT	59,50	29.750,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
91	10	UN.	EXTENÇÃO 10M	MEC TRONIC	28,50	285,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
92	10	UN.	EXTENÇÃO 5M	MEC TRONIC	16,60	166,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
93	10	UN.	EXTENÇÃO DE 3M	MEC TRONIC	13,21	132,10	AGRO COM. LOPES LTDA ME
94	5	UN.	FECHADURA BICO PAPAGAIO CROMADA	SOPRANO	33,33	166,65	AGRO COM. LOPES LTDA ME
95	3	UN.	FECHADURA CILÍNDRICA CROMO	SOPRANO	32,50	97,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
96	20	UN.	FECHADURA CROMADA EXTERNA	SOPRANO	32,17	643,40	AGRO COM. LOPES LTDA ME
97	15	UN.	FECHADURA CROMADA INTERNA	SOPRANO	28,67	430,05	AGRO COM. LOPES LTDA ME
98	5	UN.	FECHADURA ESTREITA PARA PERFIL CROMADA	SOPRANO	34,83	174,15	AGRO COM. LOPES LTDA ME
99	5	UN.	FECHADURA TIPO FERROLHO COM PORTA CADEADOS 3"	SOPRANO	5,50	27,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME

100	10	UN.	FECHO ALAVANCA BRONZE	SOPRANO	12,50	125,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
101	100	BR	FERRO ¼	VOTORAÇO	14,00	1.400,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
102	200	BARRA	FERRO PARA CONSTRUÇÃO 3,8	VOTORAÇO	29,50	5.900,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
103	200	BARRA	FERRO PARA CONSTRUÇÃO 4,2	VOTORAÇO	7,00	1.400,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
104	300	BARRA	FERRO PARA CONSTRUÇÃO 5/16	VOTORAÇO	19,10	5.730,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
105	200	M	FIO DE ENERGIA 16MM FLEXÍVEL /	CORFIO	4,80	960,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
106	400	MT	FIO P/ TELEFONE	CORFIO	0,50	200,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
107	10	UN.	FIO PARA CERCA ELETRICA ROLO DE 50M	CORFIO	11,50	115,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
108	4	ROLO	FIO PARALELO 2 X 1,5 ROLO COM 100 METROS	CORFIO	150,00	600,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
109	4	ROLO	FIO PARALELO 2 X 2,5 ROLO COM 100 METROS	CORFIO	220,00	880,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
110	200	M	FIO PP FLEXIVEL	CORFIO	2,89	578,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
111	5	ROLO	FIO SÓLIDO 2,5MM X 100M - VERDE/AZUL/PRETO/VERMELHO	CORFIO	110,00	550,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
112	4	ROLO	FIO SÓLIDO 4MM - VERDE/AZUL/PRETO/VERMELHO	CORFIO	177,03	708,12	AGRO COM. LOPES LTDA ME
113	2	ROLO	FIO SÓLIDO 6MM X 100M - VERDE/AZUL/PRETO/VERMELHO	CORFIO	270,00	540,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
114	10	ROLO	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMAS 19MM X 20M	KRONA	7,22	72,20	AGRO COM. LOPES LTDA ME
115	10	UN.	FITA VEDA ROSCA 12MM X 25M	KRONA	2,50	25,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
116	20	UN.	FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M	KRONA	3,00	60,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
117	10	PCT	FIX FIO, PACOTE C/ 20 UN.	KRONA	3,00	30,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
118	10	UN	FLANGE PVC PARA CAIXA D'ÁGUA 32 MM	KRONA	12,50	125,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
119	10	UN	FLANGE PVC PARA CAIXA D'ÁGUA 40 MM	KRONA	15,50	155,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
120	20	UN	FLEXÍVEL DE PLÁSTICO PARA LAVATÓRIO	KRONA	6,50	130,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
121	25	UN.	FOICE DIREITA	METISA	25,00	625,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
122	1	UN.	FORMÃO CROMO VANADIUM PROFISSIONAL 1/2"	METISA	9,50	9,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
123	2	UN.	FORMÃO CROMO VANADIUM PROFISSIONAL 3/8"	METISA	7,50	15,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
124	100	UN	FUGA PARA PISO PACOTE 1KG	INKOR	3,00	300,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
125	40	UN.	GALÃO DE TINTA FUNDO 18 LITROS	BELLA CASA	95,00	3.800,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
126	30	UN	GLOBO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	PERLEX	25,00	750,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
127	10	UN.	HASTE TERRA COBREDA COM PRESILHA 1/2 X 2M	METASUL	42,25	422,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
128	30	UN.	INTERRUPTOR EXTERNO RETANGULAR	PERLEX	5,00	150,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
129	10	UN.	INTERRUPTOR EXTERNO SIMPLES 10A 250V	PERLEX	5,00	50,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
130	10	PCT	ISOLADOR 24X24	KRONA	0,38	3,80	AGRO COM. LOPES LTDA ME
131	50	UN	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 25MM	KRONA	1,50	75,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
132	30	UN	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 32MM	KRONA	2,00	60,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
133	30	UN	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL LADO ROSCA 25MM	KRONA	2,00	60,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME

134	30	UN	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL LADO ROSCA 32MM	KRONA	2,50	75,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
135	20	UN.	JOELHO 90° 25MM	KRONA	1,50	30,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
136	50	UN.	JOELHO BUCHA LATÃO 25MM – ½	KRONA	3,50	175,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
137	30	UN.	JOELHO BUCHA LATÃO 25MM – ¾	KRONA	3,50	105,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
138	20	UN.	JOELHO ESGOTO 45° - 100 MM	KRONA	6,50	130,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
139	20	UN.	JOELHO ESGOTO 45° - 40 MM	KRONA	2,50	50,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
140	10	UN.	JOELHO ESGOTO 45° - 50 MM	KRONA	3,00	30,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
141	20	UN.	JOELHO ESGOTO 45° - 75 MM	KRONA	4,50	90,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
142	40	UN.	JOELHO ESGOTO 90° - 100MM	KRONA	5,50	220,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
143	30	UN.	JOELHO ESGOTO 90° - 40MM	KRONA	2,00	60,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
144	40	UN.	JOELHO ESGOTO 90° - 75MM	KRONA	4,50	180,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
145	20	UN.	JOELHO ESGOTO 90° - 150MM	KRONA	28,70	574,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
146	20	UN.	JOELHO ESGOTO 90° - 50MM	KRONA	2,50	50,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
147	10	UN.	JOELHO LR 20MM X ¾	KRONA	3,50	35,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
148	20	UN.	JOELHO REDUÇÃO 90° 25MM X 20MM	KRONA	1,50	30,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
149	3	UN.	JOGO CHAVE COMBINADA 6-22 (10 PEÇAS)	DISMA	65,00	195,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
150	50	UN.	LÂMPADA ECONÔMICA 15W	EMPALUX	10,00	500,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
151	50	UN.	LÂMPADA ECONÔMICA 20W	EMPALUX	11,00	550,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
152	50	UN.	LÂMPADA ECONÔMICA 25W	EMPALUX	12,00	600,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
153	20	UN.	LÂMPADA ECONÔMICA 32W	EMPALUX	16,00	320,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
154	20	UN.	LÂMPADA ECONÔMICA 46W	EMPALUX	35,12	702,40	AGRO COM. LOPES LTDA ME
155	50	UN.	LÂMPADA ECONÔMICA 9W	EMPALUX	8,00	400,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
156	50	UN.	LÂMPADA FLUORESCENTE 1 X 32W	EMPALUX	6,50	325,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
157	20	UN.	LÂMPADA FLUORESCENTE 1X 20W	EMPALUX	6,50	130,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
158	50	UN.	LÂMPADA FLUORESCENTE 1X 40W	EMPALUX	6,50	325,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
159	80	UN.	LÂMPADA INCANDESCENTE 100 W	EMPALUX	4,50	360,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
160	80	UN.	LÂMPADA INCANDESCENTE 40W	EMPALUX	3,50	280,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
161	100	UN.	LÂMPADA INCANDESCENTE 60 W	EMPALUX	4,00	400,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
162	6	UN.	LÁPIS CARPINTEIRO	FABER CASTEL	2,50	15,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
163	20	UN.	LIMA ENXADA C/ CABO 8"	IRWIN	18,25	365,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
164	15	UN.	LIMA MOTOSSERRA 7/32	IRWIN	8,50	127,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
165	5	UN.	LINHA EM NILON 100MM ROLO COM 100M	ROMA	8,50	42,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
166	2	UN.	LINHA EM NILON 80MM ROLO COM 100M	ROMA	6,50	13,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
167	50	MT	LIXA D'ÁGUA 80	ROMA	3,00	150,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME

168	20	UN.	LUVA 25MM	KRONA	1,00	20,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
169	50	UN.	LUVA PVC SOLDÁVEL 25MM	KRONA	1,50	75,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
170	50	UN.	LUVA PVC SOLDÁVEL 32MM	KRONA	2,00	100,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
171	15	PAR	LUVA RASPA	KRONA	12,83	192,45	AGRO COM. LOPES LTDA ME
172	15	UN.	LUVA SOLDÁVEL PVC 50MM	KRONA	4,00	60,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
173	50	METRO	MANGUEIRA CRISTAL 3/8	KRONA	2,00	100,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
174	5	UN.	MANGUEIRA JARDIM PLÁSTICO ROLO C/ 50MT	KRONA	115,00	575,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
175	6	ROLO	MANGUEIRA PLÁSTICA PRETA ROLO C/ 100M ½"	KRONA	69,00	414,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
176	100	M²	MANTA ASFÁLTICA	ASFALTON	13,71	1.371,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
177	5	UN.	MARRETA COM CABO 2,0KG	METASUL	35,00	175,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
178	3	UN.	MARRETA COM CABO 5,0KG	METASUL	85,00	255,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
179	5	UN.	MARTELO FORJADO 25MM	DISMA	25,00	125,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
180	5	LATA	MASSA CORRIDA ACRÍLICA PARA USO EXTERIOR 3,6L	INKOR	27,50	137,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
181	3	LATA	MASSA CORRIDA ACRÍLICA PARA USO INTERIOR 3,6L	INKOR	25,00	75,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
182	10	KG	MASSA PARA COLOCAR VIDRO	INKOR	9,50	95,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
183	100	UN.	MEIA CALHA DE CONCRETO 30CM	BARRACÃO PRÉ	16,00	1.600,00	JOSEMIR CADORIN ME
184	100	UN.	MEIA CALHA DE CONCRETO 40CM	BARRACÃO PRÉ	23,70	2.370,00	JOSEMIR CADORIN ME
185	300	MT	MEIA CANA – PINUS	JP MADEIRAS	1,00	300,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
186	5	UN.	NEUTROL GALÃO 3,6 LITRO	ASFALTON	55,00	275,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
187	3	UN.	NÍVEL MADEIRA	MONFORT	20,00	60,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
188	15	UN.	PÁ CAVAR COM CABO	METASUL	27,25	408,75	AGRO COM. LOPES LTDA ME
189	15	UN.	PÁ CORTAR COM CABO	METASUL	27,25	408,75	AGRO COM. LOPES LTDA ME
190	15	UN	PACETA COM CABO 10"	METASUL	33,50	502,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
191	15	UN	PACETA COM CABO 20"	METASUL	55,00	825,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
192	50	UN.	PARAFUSO ¼X70	ANCORA	0,40	20,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
193	20	UN.	PARAFUSO MADEIRA ZINCADO 4,5X25	ANCORA	0,15	3,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
194	10	UN.	PARAFUSO MADEIRA ZINCADO 4,5X55	ANCORA	0,20	2,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
195	2.000	UN.	PARRAFUSO PARA ETERNIT	PREFIX	0,75	1.500,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
196	10	UN.	PIA DE BANHEIRO COM COLUNA	LOGASA	110,00	1.100,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
197	15	UN.	PINCEL ARTÍSTICO 615/22	PERLEX	3,50	52,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
198	10	UN.	PINO 3 SAÍDAS 10ª 250W	PERLEX	4,50	45,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
199	15	UN.	PINO PARA TELEFONE AMERICANO P4PA	PERLEX	4,50	67,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
200	20	UN.	PINO PARA TELEFONE TELEBRAS P4P	PERLEX	4,50	90,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
201	200	M²	PISO CERAMICO	PERLEX	13,14	2.628,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
202	15	UN.	PLUGUE 3 SAIDAS	PERLEX	4,50	67,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME

203	15	UN.	PLUGUE FÊMEA REFORÇADO	PERLEX	4,50	67,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
204	15	UN.	PLUGUE MACHO REFORÇADO	PERLEX	5,00	75,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
205	15	UN.	PLUGUE TRIANGULAR GIGANTE	PERLEX	5,50	82,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
206	15	UN.	PLUGUE TRIANGULAR PEQUENO	PERLEX	3,50	52,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
207	15	UN.	PLUGUE TRIPOLAR	PERLEX	4,00	60,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
208	10	UN.	PNEU PARA CARRINHO COM- PLETO	LEVORIN	45,00	450,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
209	100	UN.	PORCA SEXTAVADA ZINCADA ROSCA UNC 3/16	ANCORA	0,25	25,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
210	50	M²	PORTA DE FERRO EM CHAPA	MARTENDAL	190,00	9.500,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
211	10	UN.	PORTA EM MADEIRA MACIÇA 80X2,20M	JP MADEIRAS	245,00	2.450,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
212	10	UN.	PORTA PARA BANHEIRO 80X2,2	JP MADEIRAS	100,00	1.000,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
213	30	KG	PREGO 12X12	IMPRELL	9,50	285,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
214	100	KG	PREGO 17X27	IMPRELL	8,00	800,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
215	30	KG	PREGO 20X42	IMPRELL	8,00	240,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
216	200	KG	PREGO 23X60	IMPRELL	9,50	1.900,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
217	250	KG	PREGO 25X72	IMPRELL	9,50	2.375,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
218	20	UN.	REATOR DE FLUORESCENTE 1X20W	RCG	14,03	280,60	AGRO COM. LOPES LTDA ME
219	20	UN.	REATOR DE FLUORESCENTE 1X32W	RCG	20,03	400,60	AGRO COM. LOPES LTDA ME
220	20	UN.	REATOR DE FLUORESCENTE 1X40W	RCG	20,67	413,40	AGRO COM. LOPES LTDA ME
221	20	UN.	REATOR DE FLUORESCENTE 2X20W	RCG	22,63	452,60	AGRO COM. LOPES LTDA ME
222	20	UN.	REATOR DE FLUORESCENTE 2X32W	RCG	24,13	482,60	AGRO COM. LOPES LTDA ME
223	20	UN.	REATOR DE FLUORESCENTE 2X40W	RCG	26,94	539,40	AGRO COM. LOPES LTDA ME
224	3	CENTO	REBITE 3,2X08	ANCORA	7,00	21,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
225	3	CENTO	REBITE 3,2X10	ANCORA	8,00	24,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
226	10	UN.	REGADOR PLÁSTICO 15 LITROS	CIPLA	14,50	145,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
227	5	UN.	REGISTRO DE PRESSÃO SOLDÁ- VEL 32MM	KRONA	10,50	52,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
228	5	UN.	REGISTRO PRESSÃO SOLDÁVEL 25MM	KRONA	8,00	40,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
229	15	UN.	ROLO PARA PINTURA EM ESPU- MA, COM 23CM, COM CABO	ROMA	8,80	132,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
230	15	UN.	ROLO PARA PINTURA EM LÃ DE CARNEIRO, COM 23CM, COM CABO	ROMA	18,00	270,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
231	200	UN.	RONDANA	ROMA	0,40	80,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
232	20	UN.	SEPARADOR DE PISO PACOTE COM 100 UNIDADES	CIPLA	4,50	90,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
233	30	UN.	SERRA AÇO RÁPIDO FLEXÍVEL	IRWIN	4,50	135,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
234	2	JOGO	SERRA COPO COM 7 LÂMINAS PARA MADEIRA	BOCH	20,00	40,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
235	5	UN.	SERROTE COM DENTES TEMPE- RADOS PROFISSIONAL	MONFORT	38,00	190,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
236	10	UN.	SIFÃO SANFONADO PLÁSTICO 60CM.	BLUKIT	8,50	85,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME

237	20	UN.	SILICONE BASTÃO 5/16 X 30CM	FIXFIO	14,50	290,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
238	20	UN.	SOLVENTE PARA TINTA 900ML	FARBEN	12,00	240,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
239	20	UN.	SOQUETE FIXAR	FARBEN	3,50	70,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
240	80	UN.	STARTER 15/20W	RCG	2,50	200,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
241	80	UN.	STARTER 30/40W	RCG	2,50	200,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
242	3	UN.	TALHADEIRA SEXTAVADA EM AÇO	SÃO ROMÃO	9,50	28,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
243	20	UN.	TAMPA PARA VASO SANITÁRIO EM PLÁSTICO	CIPLA	20,00	400,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
244	5	UN.	TANQUE PLÁSTICO 24 LT, COR BRANCA	HERC	60,00	300,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
245	10	UN.	TEE LR 20MM X ½	KRONA	3,50	35,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
246	10	UN.	TEE PADRAO	MECTRONIC	6,00	60,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
247	3	RL	TELA DE ALAMBRADO 1,00M DE ALTURA X 25M COMPRIMENTO	BELGO	165,00	495,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
248	3	RL	TELA DE ALAMBRADO 1,20M DE ALTURA X 25M COMPRIMENTO	BELGO	195,00	585,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
249	100	UN.	TELA PARA PISO FERRO 4,2 MALHA 20CM²	VOTORAÇO	27,00	2.700,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
250	5.000	UN	TELHA PORTUGUESA	CERAMICA GALERA	0,85	4.250,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
251	3.000	UN.	TELHAO	CERAMICA GALERA	3,00	9.000,0	AGRO COM. LOPES LTDA ME
252	10	UN.	TESOURA PARA GRAMA	TRAMONTINA	25,00	250,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
253	10.000	UN.	TIJOLO MACIÇO 23X5X10CM	CERAMICA SÃO JOÃO	0,75	7.500,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
254	10.000	UN.	TIJOLOS – 6 FUIROS, 15CM 9X24, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS DA PORTARIA 152/98 DO INMETRO, FEITA COM BASE NA NORMA BRASILEIRA DA REGULAMENTAÇÃO (NBR) 7171, QUE TRATA DA INDICAÇÃO QUANTITATIVA E NOME DO FABRICANTE DOS ARTEFATOS CERÂMICOS.	CERAMICA PRINCESA	0,59	5.900,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
255	60	GALÃO	TINTA ACRÍLICA SEMI-BRILHO GALAO DE 18 LITROS	BELLACAS	270,00	16.200,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
256	10	CX	TOMADA 2P+TERRA SOBREPOR "S" COMPUTADOR	PERLEX	7,00	70,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
257	10	UN.	TOMADA COMPUTADOR EXTERNA (3 SAIDAS)	PERLEX	10,00	100,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
258	10	UN.	TOMADA EXTERNA TELEFONE F4F – TELEBRÁS	PERLEX	10,00	100,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
259	10	UN.	TOMADA EXTERNA TELEFONE F4FA – AMERICANO	PERLEX	10,00	100,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
260	20	UN.	TOMADA TRIPOLAR EXTERNA	PERLEX	7,50	150,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
261	20	UN.	TORNEIRA PLÁSTICA ¾	HERC	4,00	80,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
262	20	UN.	TRAVA DE PORTA PARA PISO NIQUELADO	SOPRANO	8,50	170,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
263	30	UN.	TRELISSA 6M	VOTORAÇO	24,50	735,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
264	5	UN.	TRINCHA CERDAS GRIS ½"	ROMA	5,50	27,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
265	5	UN.	TRINCHA CERDAS GRIS 3/2"	ROMA	8,50	42,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
266	2	UN.	TRONQUES ARMADOR CABO PLÁSTICO	MONFORT	20,90	41,80	AGRO COM. LOPES LTDA ME

267	40	BARRA	TUBO ESGOTO PVC 100MM	KRONA	39,37	1.574,80	AGRO COM. LOPES LTDA ME
268	20	BARRA	TUBO ESGOTO PVC 150MM	KRONA	118,33	2.366,60	AGRO COM. LOPES LTDA ME
269	20	BARRA	TUBO ESGOTO PVC 40MM	KRONA	17,92	358,40	AGRO COM. LOPES LTDA ME
270	30	BARRA	TUBO ESGOTO PVC 50MM	KRONA	29,00	870,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
271	30	BARRA	TUBO ESGOTO PVC 75MM	KRONA	38,89	1.166,70	AGRO COM. LOPES LTDA ME
272	20	BARRA	TUBO SOLDÁVEL PVC 25MM	KRONA	13,00	260,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
273	10	UN	VASO SANITARIO	LOGASA	110,00	1.100,00	AGRO COM. LOPES LTDA ME
274	15	UN.	VASSOURÃO GARI, 40CM, COM CABO	TRAMONTINA	24,50	367,50	AGRO COM. LOPES LTDA ME
GRUPO II – MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO PERÍMETRO URBANO							
Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
275	300	M²	PEIVER COR VERMELHA 20CM X 10CM X 05CM ESPESSURA	FRONZA	44,25	13.275,00	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
276	2.000	UN.	MEIO-FIO DE CONCRETO 10X30X100	BARRACÃO PRÉ	17,95	35.900,00	JOSEMIR CADORIN ME
GRUPO III - MADEIRAS							
Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
277	6	M³	CAIBRO DE PINUS 5CM X 10CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	ODAIR LINHARES ME	275,00	1.650,00	ODAIR LINHARES ME
278	200	UN.	CAIBRO EM MADEIRA PINUS MEDINDO 10X3,5M	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO	6,30	1.260,00	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO
279	100	M²	FORRO DE PINUS	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO	11,00	1.100,00	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO
280	10	M³	MADEIRA CERRADA DE EUCALÍPTO COM SERNE AVERMELHADO 5CM X 7CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO	380,00	3.800,00	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO
281	60	M³	PRANCHA DE EUCALÍPTO 6CM X 20CM A 6CM X 25CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	ODAIR LINHARES ME	370,00	22.200,00	ODAIR LINHARES ME
282	40	M³	PRANCHA DE EUCALÍPTO 6CM X 20CM A 6CM X 25CM X 4,00M DE COMPRIMENTO	ODAIR LINHARES ME	285,00	11.400,00	ODAIR LINHARES ME
283	10	M³	PRANCHA DE EUCALÍPTO 8CMX-15CM A 6CM X 25CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO	270,00	2.700,00	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO
284	4	M³	RIPA DE PINUS 2,5CM X 5CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO	220,00	880,00	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO

285	200	UN.	SARRAFO DE PINUS 2,5CM X 10CM X 3,00 METROS DE COMPRIMENTO	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO	4,00	800,00	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO
286	40	M³	TÁBUA DE EUCALÍPTO 2,5CM X 20CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO	220,00	8.800,00	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO
287	40	M³	TÁBUA DE PINUS 2,5CM X 20CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO	220,00	8.800,00	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO
288	8	M³	TÁBUA DE PINUS 2,5CM X 30CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO	280,00	2.240,00	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO
289	200	UN.	TÁBUA PARA CAIXARIA EM PINUS 2,5CM X 20 X 3M	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO	4,80	960,00	L&A COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002.2.002.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003.2.003.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da SACF

04.01.12.361.0004.2.004.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 - Funcionamento e Manutenção da SECD – EF

04.01.12.361.0004.2.004.3.3.90.00.00.00.00.01.0019 – Funcionamento e Manutenção da SECD – EF

04.01.12.365.0004.2.005.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 - Funcionamento e Manutenção da SECD– EI

04.01.12.365.0004.2.005.3.3.90.00.00.00.00.01.0019 – Funcionamento e Manutenção da SECD– EI

04.01.27.812.0005.2.014.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Comissão Municipal de Esportes - CME

05.03.08.244.0007.2.021.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S

06.01.15.451.0010.1.026.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Pavimentação de Ruas

06.01.26.782.0009.1.024.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Construção de Ponte de Concreto – Barra Grande

06.01.26.782.0009.1.048.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Construção de Ponte de Concreto – Rio das Pedras

06.01.26.451.0010.1.051.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Padronização de Calçadas

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da STOSU

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.01.0016 – Funcionamento e Manutenção da STOSU

06.01.15.452.0010.2.029.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas

07.01.20.606.0011.2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Funcionamento e Manutenção da SAMA

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das

testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 10 de junho de 2015.
JAQUELINE ROSALIA GUCHERT HOFFMANN
Pregoeira Municipal

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro

FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Empresa Vencedora

EPP JOSEMIR CADORIN ME
Empresa Vencedora

ODAIR LINHARES ME
Empresa Vencedora

AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
Empresa Vencedora

L&A COMÉRCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2015 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MARMITAS E ALMOÇOS PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, EM TRABALHOS DE CAMPO, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2015.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de junho do ano de 2015, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de marmitas e almoços para os funcionários da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente e Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município de Leoberto Leal, em trabalhos de campo, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 027/2015.

JUDITE MARIAN SCHEIDT OTTO ME
CNPJ: 02.961.295/0001-98
RUA: GERAL, SN, BOITEUXBURGO, CEP: 88.260-000, MAJOR GERCINO/SC

LUIZ C. FLORIANI & CIA LTDA ME
CNPJ: 01.733.075/0001-44
RUA: PEDRO WEBER, Nº 60, CENTRO, CEP: 88.443-000, VIDAL RAMOS/SC

HOTEL E CHURRASCARIA JK LTDA ME
CNPJ: 80.700.891/0001-28
RUA: PADRE ELY, Nº 39, CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de marmitas e almoços para os funcionários da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente e Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município de Leoberto Leal, em trabalhos de campo, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 027/2015, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

GRUPO I - Marmitas para os Funcionários que estiverem a serviço nas localidades do Município de Leoberto Leal.

Item	Descrição Material	Und.	Qt.	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
01	Marmitta contendo os seguintes ingredientes mínimos: arroz, feijão, massas, batata frita, dois tipos das seguintes saladas (maionese, tomate, repolho, cebola, beterraba, pepino, pimentão) e dois tipos de carnes (frango, linguícinha, carne suína, carne bovina), com peso mínimo de 950 gramas.	Und.	6.000	R\$ 11,00	R\$ 66.000,00	HOTEL E CHUR-RASCARIA JK LTDA ME
	TOTAL				R\$ 66.000,00	

GRUPO II – Almoço para os Funcionários que estiverem a serviço na região de Vinte Saltos, Ribeirão Grande, Ribeirão dos Ovos, Rio do Tigre, Rio Perau, Corridas, e Rio das Pedras – Localizadas no interior do Município de Leoberto Leal.

Item	Descrição Material	Und.	Qt.	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
02	Almoço contendo os seguintes ingredientes mínimos: arroz, feijão, massas, batata frita, dois tipos das seguintes saladas (maionese, tomate, repolho, cebola, beterraba, pepino, pimentão) e dois tipos de carnes (frango, linguícinha, carne suína, carne bovina).	Und.	2.000	R\$ 17,00	R\$ 34.000,00	LUIZ C. FLORIANI & CIA LTDA ME
	TOTAL				R\$ 34.000,00	

GRUPO III – Almoço para os Funcionários que estiverem a serviço na região de Vargem dos Bugres, Rio do Mich, Alto Rio das Pedras e Alto Rio Pedrinha – Localizadas no interior do Município de Leoberto Leal.

Item	Descrição Material	Und.	Qt.	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
03	Almoço contendo os seguintes ingredientes mínimos: arroz, feijão, massas, batata frita, dois tipos das seguintes saladas (maionese, tomate, repolho, cebola, beterraba, pepino, pimentão) e dois tipos de carnes (frango, linguícinha, carne suína, carne bovina).	Und.	1.500	R\$ 14,00	R\$ 21.000,00	JUDITE MARIAN SCHEIDT OTTO ME
	TOTAL				R\$ 21.000,00	

GRUPO IV – Buffet/Almoço para recepção de Autoridades, Técnicos de Assessoria dos Municípios e outros, desde que não recebam diária da origem a que representam.

Item	Descrição Material	Und.	Qt.	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
04	Almoço contendo os seguintes ingredientes mínimos: arroz, feijão, massas, batata frita, dois tipos das seguintes saladas (maionese, tomate, repolho, cebola, beterraba, pepino, pimentão) e dois tipos de carnes (frango, linguícinha, carne suína, carne bovina).	Und.	500	R\$ 17,00	R\$ 8.500,00	HOTEL E CHUR-RASCARIA JK LTDA ME
	TOTAL				R\$ 8.500,00	

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produtos(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das

informações correspondes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002.2.002.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003.2.003.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças

04.01.12.365.0004.2.005.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Funcionamento e Manutenção da SECD – Ensino Infantil

04.01.12.361.0004.2.004.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Funcionamento e Manutenção da SECD - Ensino Fundamental

05.03.08.244.0007.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção do FMAS

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da STOSU

07.01.20.606.0011.2.030.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da SAMA

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 29 de junho de 2015.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

JUDITE MARIAN SCHEIDT OTTO ME
EMPRESA VENCEDORA

LUIZ C. FLORIANI & CIA LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

HOTEL E CHURRASCARIA JK LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015

TIPO: Menor Preço (por lote). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviço de recauchutagem e vulcanizo de pneus para a frota municipal da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 036/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 29 de julho de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 16/07/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO - JUNHO 2015**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**
MES DE JUNHO DE 2015

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	62.419,45
1.2 - ITBI	7.239,82
1.3 - ISS	32.305,17
1.4 - FPM	3.243.683,99
1.5 - IRRF	83.544,42
1.6 - ICMS	1.546.595,65
1.7 - IPI	23.856,45
1.8 - IPVA	151.919,87
1.9 - ITR	1.246,08
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	6.316,55
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	702,06
1.12 - Multas e Juros de Mora	516,80
TOTAL	5.160.346,31

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.290.086,58
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	666.207,85
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	2.197,08
2.3 - Convênios	352.335,25
TOTAL	2.310.826,76

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	994.723,72	994.722,59	-1,13
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	401.042,96	530.991,18	129.948,22
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	267.361,97	125.350,33	-142.011,64
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	295.362,86	640.121,75	344.758,89
3.5 - Convênios e Transferências	352.335,25	257.897,68	-94.437,57
TOTAL	2.310.826,76	2.549.083,53	238.256,77

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Leoberto Leal, 10 de julho de 2015.

% APLICADO : 31,68%

Aplicado a maior : 344.757,76

PREFEITA MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - JUNHO 2015**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE JUNHO DE 2015**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	62.419,45
1.2 - ITBI	7.239,82
1.3 - ISS	32.305,17
1.4 - FPM	3.243.683,99
1.5 - IRRF	83.544,42
1.6 - ICMS	1.546.595,65
1.7 - IPI	23.856,45
1.8 - IPVA	151.919,87
1.9 - ITR	1.246,08
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	6.316,55
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	702,06
1.12 - Multas e Juros de Mora	516,80
TOTAL	5.160.346,31

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	774.051,95
2.2 - Rendimento de Aplicação	11.857,51
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	616.567,37
TOTAL	1.402.476,83

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	774.051,95	1.113.508,76	339.456,81
3.2 - Convênios e Transferências	628.424,88	368.413,19	-260.011,69
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	1.402.476,83	1.481.921,95	79.445,12

% aplicado = 21,58%
 Aplicado a maior = 339.456,81

Leoberto Leal, 10 de julho de 2015.

PREFEITA MUNICIPAL**CONTADOR****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - JUNHO 2015

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.269.224,13	0,00
Pessoal Ativo	5.958.353,31	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	310.870,82	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	233.224,18	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	21.582,92	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	211.641,26	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.035.999,95	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.820.242,36	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	6.035.999,95	51,06
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.382.930,87	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.063.784,33	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.744.637,79	48,60
FONTE:		

LEOBERTO LEAL, 14/07/2015

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita MunicipalDÉBORA VENTURIN
Secretária de Adm., Contab. e FinançasGIAN CARLOS KANUL
Auditor de Controle Interno

R.G.F - 1º SEMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.269.224,13	0,00
Pessoal Ativo	5.958.353,31	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	310.870,82	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	233.224,18	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	21.582,92	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	211.641,26	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.035.999,95	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.820.242,36	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	6.035.999,95	51,06
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.382.930,87	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.063.784,33	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.744.637,79	48,60
FONTE:		

LEOBERTO LEAL, 14/07/2015

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita MunicipalDÉBORA VENTURIN
Secretária de Adm., Contab. e FinançasGIAN CARLOS KANUL
Auditor de Controle Interno

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	447.100,00	368.200,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	447.100,00	368.200,00	0,00
Interna	447.100,00	368.200,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	601.630,64	453.671,48	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	602.622,09	809.112,56	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	991,45	355.441,08	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-154.530,64	-85.471,48	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.349.814,82	11.820.242,36	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,94%	3,11%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-1,36%	-0,72%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	13.619.777,78	14.184.290,83	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	12.257.800,01	12.765.861,75	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	447.100,00	368.200,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	447.100,00	368.200,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	63.917,26	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	61.608,11	992.571,38	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	8.033.944,18	8.778.035,70	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	87.046,72	3.573,97	0,00
Investimentos	7.950.298,44	8.781.667,71	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	3.400,98	7.205,98	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	540,00	27.175,11	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-8.033.944,18	-8.778.035,70	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	11.349.814,82	11.820.242,36	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.496.959,26	2.600.453,32	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.247.263,33	2.340.407,99	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.820.242,36	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.891.238,78	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.702.114,90	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	827.416,97	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		11.820.242,36	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		6.035.999,95	51,06
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		6.382.930,87	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		6.063.784,33	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-85.471,48	-0,72
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		14.184.290,83	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		2.600.453,32	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		1.891.238,78	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		827.416,97	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		981.267,42	2.088,82

FONTE:

R.G.F - 1º SEMESTRE DE 2015 - CÂMARA DE VEREADORES

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	545.957,55	0,00
Pessoal Ativo	545.957,55	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	545.957,55	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.820.242,36	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	545.957,55	4,62
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	709.214,54	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	673.753,81	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	638.293,09	5,40

FONTE:

Leoberto Leal, 15/07/2015

ARLÉCIO LEAL
Presidente da Câmara

BRUNA PRIM
Primeiro Secretário

GERVÁSIO BENTO
Segundo Secretário

JOELCIO DE OLIVEIRA
CONTADOR - CRC/SC 024685/O-3

R.R.E.O - 3º BIMESTRE DE 2015

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.767.484,00	16.767.484,00	2.203.203,48	13,14	6.461.844,02	10.305.639,98
RECEITAS CORRENTES	13.023.484,00	13.023.484,00	2.143.543,30	16,46	6.267.650,51	6.755.833,49
RECEITA TRIBUTÁRIA	392.300,00	392.300,00	58.331,80	14,87	241.429,47	150.870,53
IMPOSTOS	330.000,00	330.000,00	48.014,94	14,55	185.508,86	144.491,14
TAXAS	62.300,00	62.300,00	10.316,86	16,56	55.920,61	6.379,39
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	388.200,00	388.200,00	75.440,41	19,43	188.401,55	199.798,45
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	332.000,00	332.000,00	63.002,07	18,98	154.934,13	177.065,87
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	56.200,00	56.200,00	12.438,34	22,13	33.467,42	22.732,58
RECEITA PATRIMONIAL	1.119.600,00	1.119.600,00	173.987,56	15,54	533.794,35	585.805,65
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.119.600,00	1.119.600,00	173.987,56	15,54	533.794,35	585.805,65
RECEITA DE SERVIÇOS	4.400,00	4.400,00	662,00	15,05	881,40	3.518,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.064.684,00	11.064.684,00	1.829.839,50	16,54	5.295.456,27	5.769.227,73
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.931.084,00	10.931.084,00	1.829.160,17	16,73	5.294.365,77	5.636.718,23
Transf. de Conv.	133.600,00	133.600,00	679,33	0,51	1.090,50	132.509,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	54.300,00	54.300,00	5.282,03	9,73	7.687,47	46.612,53
Multas e Juros de Mora	16.100,00	16.100,00	1.388,46	8,62	2.252,59	13.847,41
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.100,00	23.100,00	36,08	0,16	441,80	22.658,20
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	10.800,00	10.800,00	872,16	8,08	1.938,25	8.861,75
RECEITAS DIVERSAS	4.300,00	4.300,00	2.985,33	69,43	3.054,83	1.245,17
RECEITAS DE CAPITAL	3.744.000,00	3.744.000,00	59.660,18	1,59	194.193,51	3.549.806,49
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.744.000,00	3.744.000,00	59.660,18	1,59	194.193,51	3.549.806,49
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	11.200,00	-11.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.744.000,00	3.744.000,00	59.660,18	1,59	182.993,51	3.561.006,49
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	660.000,00	660.000,00	126.002,21	19,09	310.300,75	349.699,25
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.427.484,00	17.427.484,00	2.329.205,69	13,37	6.772.144,77	10.655.339,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	17.427.484,00	2.329.205,69	13,37	6.772.144,77	38,86	10.655.339,23
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.427.484,00	17.427.484,00	2.329.205,69	13,37	6.772.144,77	38,86	10.655.339,23
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	442.909,42	—	—	276.174,00	—	—
Superávit Financeiro	—	442.909,42	—	—	276.174,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.824.984,00	17.889.632,15	1.696.484,48	6.882.577,50	1.922.907,95	12.023.951,60	5.568.036,75
DESPESAS CORRENTES	10.994.744,00	11.207.950,92	1.567.550,38	6.156.499,94	1.753.463,19	5.329.542,51	5.067.739,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.765.780,00	6.717.857,09	1.086.273,97	3.236.918,82	1.086.273,97	3.480.938,27	3.209.697,16
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.228.964,00	4.490.093,83	481.276,41	2.919.581,12	667.189,22	2.092.623,69	1.858.041,55
DESPESAS DE CAPITAL	4.321.240,00	5.172.681,23	128.934,10	726.077,56	169.444,76	536.138,04	500.298,04
INVESTIMENTOS	4.126.240,00	5.014.881,23	128.934,10	568.277,56	143.144,76	457.238,04	421.398,04
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	195.000,00	157.800,00	0,00	157.800,00	26.300,00	78.900,00	78.900,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00
	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	602.500,00	650.500,00	124.024,90	372.385,70	124.024,90	278.114,30	310.300,75
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.427.484,00	18.540.132,15	1.820.509,38	7.254.963,20	2.046.932,85	12.302.065,90	5.878.337,50

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.427.484,00	18.540.132,15	1.820.509,38	7.254.963,20	11.285.168,95	2.046.932,85	6.238.066,25	12.302.065,90	5.878.337,50
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	534.078,52	—	6.772.144,77
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.427.484,00	18.540.132,15	1.820.509,38	7.254.963,20	—	2.046.932,85	6.772.144,77	—	12.650.482,27

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 242.958,09

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	660.000,00	660.000,00	126.002,21	19,09	310.300,75	47,02
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	660.000,00	660.000,00	126.002,21	19,09	310.300,75	47,02
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	660.000,00	660.000,00	126.002,21	19,09	310.300,75	47,02
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	660.000,00	660.000,00	126.002,21	19,09	310.300,75	47,02

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	602.500,00	650.500,00	124.024,90	372.385,70	278.114,30	124.024,90	372.385,70	278.114,30	310.300,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	602.500,00	650.500,00	124.024,90	372.385,70	278.114,30	124.024,90	372.385,70	278.114,30	310.300,75

FONTE:

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LEOBERTO LEAL, 14/07/2015

DÉBORA VENTURIN
Secretária de Adm., Contab. e FinançasGIAN CARLOS KANUL
Auditor de Controle InternoTATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

PRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	16.824.984,00	17.889.632,15	1.696.484,48	6.882.577,50	94,87	11.007.054,65	5.865.680,55	94,03	12.023.951,60	
	655.000,00	655.000,00	96.383,66	296.660,77	4,09	358.339,23	99.251,02	4,61	367.380,11	
	655.000,00	655.000,00	96.383,66	296.660,77	4,09	358.339,23	99.251,02	4,61	367.380,11	
	1.641.300,00	1.551.300,00	205.529,66	877.852,19	12,10	673.447,81	237.519,85	11,37	841.784,28	
	1.641.300,00	1.551.300,00	205.529,66	877.852,19	12,10	673.447,81	237.519,85	11,37	841.784,28	
	805.380,00	929.448,73	66.365,37	478.990,71	6,60	450.458,02	125.315,53	7,16	482.902,17	
	152.000,00	258.547,63	6.627,86	224.038,82	3,09	34.508,81	67.052,94	3,59	34.508,81	
	32.000,00	32.000,00	0,00	30.385,92	0,42	1.614,08	5.379,36	0,25	16.176,96	
	83.000,00	83.000,00	14.921,77	37.534,80	0,52	45.465,20	15.403,41	0,58	47.060,39	
	383.380,00	400.901,10	44.815,74	187.031,17	2,58	213.869,93	37.479,82	2,74	230.156,01	
	155.000,00	155.000,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00	0,00	0,00	155.000,00	
	800.000,00	800.000,00	117.372,07	372.740,56	5,14	427.259,44	118.278,69	5,55	453.848,09	
	125.000,00	125.000,00	14.449,79	70.506,48	0,97	54.493,52	15.356,41	0,70	81.082,17	
	675.000,00	675.000,00	102.922,28	302.234,08	4,17	372.765,92	102.922,28	4,84	372.765,92	
	2.784.020,00	3.110.824,53	411.325,06	1.600.557,09	22,06	1.510.267,44	483.115,02	22,09	1.732.927,01	
	2.714.520,00	3.037.512,67	409.987,06	1.599.219,09	22,04	1.438.293,58	481.777,02	22,07	1.660.953,15	
	43.200,00	43.200,00	0,00	0,00	0,00	43.200,00	0,00	0,00	43.200,00	
	30.111,86	30.111,86	1.338,00	1.338,00	0,02	28.773,86	1.338,00	0,02	28.773,86	
	3.230.860,00	3.597.026,81	404.337,42	1.675.406,43	23,09	1.921.620,38	437.732,43	23,18	2.151.259,51	
	48.820,00	48.820,00	13.503,08	28.660,96	0,40	20.159,04	8.263,31	0,28	31.332,56	
	2.468.220,00	2.882.692,27	319.889,89	1.376.342,85	18,97	1.506.349,42	332.222,53	19,13	1.689.249,55	
	117.000,00	117.000,00	19.453,30	58.696,16	0,81	58.303,84	38.246,87	0,70	73.603,27	
	20.000,00	20.000,00	11.723,20	18.820,78	0,26	1.179,22	17.023,20	0,30	1.179,22	
	578.820,00	528.514,54	39.767,95	192.885,68	2,66	335.628,86	41.976,52	2,77	355.894,91	
	77.000,00	77.000,00	995,00	8.695,00	0,12	68.305,00	995,00	0,14	68.305,00	
	77.000,00	77.000,00	995,00	8.695,00	0,12	68.305,00	995,00	0,14	68.305,00	
	583.900,00	787.008,08	94.916,60	175.303,56	2,42	611.704,52	24.753,77	1,26	708.310,90	
450.000,00	634.195,32	73.834,99	73.834,99	1,02	560.360,33	0,00	0,00	634.195,32		
133.900,00	152.812,76	21.081,61	101.468,57	1,40	51.344,19	24.753,77	1,26	74.115,58		
580.500,00	595.500,00	136.352,20	414.504,97	5,71	180.995,03	141.858,14	5,56	248.747,25		
580.500,00	595.500,00	136.352,20	414.504,97	5,71	180.995,03	141.858,14	5,56	248.747,25		
2.298.134,00	2.296.134,00	146.604,86	773.823,73	10,67	1.522.304,27	211.248,63	11,25	1.594.637,65		
220.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00		
2.079.134,00	2.086.134,00	146.604,86	773.823,73	10,67	1.322.304,27	211.248,63	11,25	1.394.637,65		

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Desporto e Lazer	16.824.984,00	17.889.632,15	1.696.484,48	6.882.577,50	94,87	11.007.054,65	1.922.907,95	5.865.680,55	94,03	12.023.951,60
Desporto Comunitário	1.704.000,00	1.826.500,00	4.815,38	109.651,87	1,51	1.716.848,13	20.164,71	50.670,18	0,81	1.775.829,82
Lazer	1.694.000,00	1.774.000,00	332,50	69.243,99	0,95	1.704.756,01	7.993,93	34.062,30	0,55	1.739.937,70
Encargos Especiais	10.000,00	52.500,00	4.482,88	40.407,88	0,56	12.092,12	12.170,78	16.607,88	0,27	35.892,12
Outras Transferências	154.890,00	154.890,00	11.487,20	98.384,62	1,36	56.505,38	22.675,16	65.870,19	1,06	89.019,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	154.890,00	154.890,00	11.487,20	98.384,62	1,36	56.505,38	22.675,16	65.870,19	1,06	89.019,81
	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
RESERVA DO RPPS										
	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
Legislativa	602.500,00	650.500,00	124.024,90	372.385,70	5,13	278.114,30	124.024,90	372.385,70	5,97	278.114,30
Ação Legislativa	45.000,00	45.000,00	6.116,58	18.258,09	0,25	26.741,91	6.116,58	18.258,09	0,29	26.741,91
Administração	45.000,00	45.000,00	6.116,58	18.258,09	0,25	26.741,91	6.116,58	18.258,09	0,29	26.741,91
Administração Geral	73.000,00	73.000,00	13.513,61	39.775,95	0,55	33.224,05	13.513,61	39.775,95	0,64	33.224,05
Assistência Social	73.000,00	73.000,00	13.513,61	39.775,95	0,55	33.224,05	13.513,61	39.775,95	0,64	33.224,05
Assistência Comunitária	17.000,00	17.000,00	3.602,37	10.195,41	0,14	6.804,59	3.602,37	10.195,41	0,16	6.804,59
Saúde	17.000,00	17.000,00	3.602,37	10.195,41	0,14	6.804,59	3.602,37	10.195,41	0,16	6.804,59
Atenção Básica	82.000,00	130.000,00	34.905,76	104.024,43	1,43	25.975,57	34.905,76	104.024,43	1,67	25.975,57
Vigilância Sanitária	78.000,00	126.000,00	34.905,76	104.024,43	1,43	21.975,57	34.905,76	104.024,43	1,67	21.975,57
Educação	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Ensino Fundamental	234.000,00	234.000,00	45.409,87	138.185,58	1,90	95.814,42	45.409,87	138.185,58	2,22	95.814,42
Educação Infantil	181.000,00	181.000,00	40.274,53	123.419,54	1,70	57.580,46	40.274,53	123.419,54	1,98	57.580,46
Urbanismo	53.000,00	53.000,00	5.135,34	14.766,04	0,20	38.233,96	5.135,34	14.766,04	0,24	38.233,96
Serviços Urbanos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Agricultura	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Extensão Rural	47.500,00	47.500,00	4.727,56	14.083,64	0,19	33.416,36	4.727,56	14.083,64	0,23	33.416,36
	47.500,00	47.500,00	4.727,56	14.083,64	0,19	33.416,36	4.727,56	14.083,64	0,23	33.416,36

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Transporte	602.500,00	650.500,00	124.024,90	372.385,70	278.114,30	124.024,90	372.385,70	278.114,30
Transporte Rodoviário	102.000,00	102.000,00	15.749,15	47.862,60	54.137,40	15.749,15	47.862,60	54.137,40
	102.000,00	102.000,00	15.749,15	47.862,60	54.137,40	15.749,15	47.862,60	54.137,40
TOTAL (III) = (I + II)	17.427.484,00	18.540.132,15	1.820.509,38	7.254.963,20	11.285.168,95	2.046.932,85	6.238.066,25	12.302.065,90

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 13/07/2015

DÉBORA VENTURIN Secretária de Adm., Contab. e Finanças	GIAN CARLOS KANUL Auditor de Controle Interno
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal	

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Maio/2015	Jun/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	986.323,24	1.218.514,89	883.123,26	1.093.802,38	1.109.585,17	1.463.306,68	1.290.876,47	1.231.169,88	1.053.436,48	1.208.926,10	1.310.791,52	1.167.230,65	15.100.864,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	20.523,88	17.053,74	18.094,76	16.909,87	16.780,39	33.160,23	32.815,48	51.770,89	68.368,43	30.142,87	35.051,74	23.270,06	392.300,00
IPTU	274,29	0,00	190,78	95,37	84,06	0,00	14.178,76	17.955,27	21.107,75	4.605,59	4.559,08	0,00	60.000,00
IR.P.F.	8.680,23	9.505,15	9.825,02	8.511,59	8.763,52	30.812,61	7.607,41	16.412,85	15.806,24	14.227,97	14.994,01	14.553,84	162.000,00
I.S.S.	6.826,67	6.886,39	4.297,74	4.690,95	6.454,90	6.967,06	4.813,70	5.279,82	6.118,99	5.861,95	6.297,76	3.833,95	81.000,00
I.T.B.I.	4.772,69	360,00	2.643,60	1.310,85	1.172,60	0,00	602,00	1.640,00	1.260,52	0,00	1.955,27	1.781,03	27.000,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	302,20	1.037,62	2.341,00	285,31	380,56	5.619,61	10.472,85	24.072,93	5.444,36	7.314,82	3.002,24	62.300,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	27.117,09	27.689,08	28.625,80	29.918,43	30.588,98	79.080,21	5.220,13	34.850,74	33.818,76	39.271,49	38.447,23	36.993,18	388.200,00
RECEITA PATRIMONIAL	87.321,16	152.897,60	94.355,58	77.337,93	82.088,64	12.890,62	114.165,02	74.353,50	53.304,53	117.982,74	112.621,26	61.366,20	1.119.600,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	104,00	0,00	150,00	111,00	150,00	0,00	0,00	65,40	0,00	154,00	40,00	622,00	4.400,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	946.070,43	1.014.143,04	869.795,10	966.705,28	979.795,37	1.314.256,49	1.137.764,42	1.070.027,04	897.144,97	1.020.964,06	1.123.253,92	1.041.004,45	13.141.864,00
Cota-Parte do FPM	369.125,63	448.426,05	383.082,94	371.503,64	491.732,86	790.903,07	593.335,67	618.055,61	445.810,52	480.831,82	591.411,98	514.893,39	6.800.000,00
Cota-Parte do ICMS	216.991,14	229.467,89	245.986,12	253.903,02	279.687,39	269.135,06	280.927,43	250.125,30	249.593,84	268.999,04	255.407,64	241.177,40	3.120.000,00
Cota-Parte do IPVA	23.554,96	17.810,68	21.459,64	19.160,87	16.299,57	7.662,54	10.767,63	19.899,88	27.050,50	34.750,94	27.304,25	32.146,67	266.000,00
Cota-Parte do ITR	21,92	141,61	2.452,21	4.982,13	8.705,47	270,99	91,88	78,45	54,53	342,32	63,21	105,69	9.700,00
Outras Transferências Correntes	139.629,41	215.233,81	101.669,51	205.545,13	69.552,01	131.807,32	124.631,02	77.070,98	65.604,98	114.575,07	126.342,56	139.187,81	1.500.864,00
Transferências de LC 61/1999	3.675,53	3.788,67	3.595,33	3.818,18	4.384,39	4.326,12	5.767,91	3.431,51	3.366,09	3.525,51	3.977,17	3.788,26	54.000,00
Transferências de LC 67/1996	1.012,44	1.012,44	1.012,44	1.012,44	1.012,44	2.024,88	0,00	0,00	0,00	4.211,03	1.082,76	1.082,76	16.200,00
Transferências do FUNDEB	91.899,70	98.261,89	100.277,91	104.770,67	109.381,27	108.675,51	116.262,88	107.675,31	105.003,51	113.623,33	114.674,35	103.957,47	1.279.434,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.166,68	6.721,23	813,18	816,87	260,79	19.067,13	890,42	102,31	999,77	412,94	1.307,27	3.874,76	54.300,00
DEDUÇÕES (II)	146.385,62	163.678,95	158.079,33	156.336,47	163.897,25	238.962,02	179.377,90	206.928,55	173.960,46	191.968,84	207.878,84	189.542,10	2.431.180,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	23.109,31	23.549,69	24.598,02	25.446,58	25.231,47	74.373,80	0,00	29.890,55	28.654,95	33.415,91	32.031,62	30.970,45	332.000,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	123.276,31	140.128,26	133.481,31	130.877,89	158.465,78	164.588,22	179.377,90	177.088,00	145.305,89	158.551,93	175.847,22	158.571,65	2.077.180,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	839.937,62	1.054.835,94	725.043,93	937.475,91	925.887,92	1.224.344,66	1.111.498,57	1.024.241,33	879.475,99	1.016.959,26	1.102.862,68	977.688,55	12.669.684,00
FONTE:													
LEOBERTO LEAL , 13/07/2015													
DEBORA VENTURIN Secretária de Adm., Contab. e Finanças	GIACARLOS KANUL Auditor de Controle Interno	TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal											

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.445.000,00	1.445.000,00	693.459,18	620.168,02	
RECEITAS CORRENTES	1.445.000,00	1.445.000,00	693.459,18	620.168,02	
Recarga de Contribuições dos Segurados	332.000,00	332.000,00	154.934,13	121.912,22	
Pessoal Civil	332.000,00	332.000,00	154.934,13	121.912,22	
Ativo	330.000,00	330.000,00	154.934,13	121.912,22	
Inativo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	
Pensionista	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga Patrimonial	1.090.000,00	1.090.000,00	538.525,05	452.639,80	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	1.090.000,00	1.090.000,00	538.525,05	452.639,80	
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	23.000,00	23.000,00	0,00	45.616,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	22.000,00	22.000,00	0,00	45.616,00	
Demais Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	660.000,00	660.000,00	310.300,75	244.041,55	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	2.105.000,00	2.105.000,00	1.003.759,93	864.209,57	
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	
ADMINISTRAÇÃO	800.000,00	800.000,00	372.740,56	346.151,91	296.093,09
Despesas Correntes	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	32.141,48
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	32.141,48
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
	795.000,00	795.000,00	372.740,56	346.151,91	263.951,61
					Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014
Pessoal Civil	0,00		302.234,08	263.951,61	302.234,08	263.951,61
Aposentadorias	0,00		252.042,80	195.907,75	252.042,80	195.907,75
Pensões	0,00		50.191,28	68.043,86	50.191,28	68.043,86
Outros Benefícios Previdenciários	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	795.000,00	795.000,00	70.506,48	0,00	43.917,83	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	795.000,00	795.000,00	70.506,48	0,00	43.917,83	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	800.000,00	800.000,00	372.740,56	314.686,89	346.151,91	296.093,09
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.305.000,00	1.305.000,00	-	-	667.608,02	568.116,48
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						1.500.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015	2014		
Caixa			0,00	0,00		

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2015		2014	
Bancos Conta Movimento		3.573,97		10.844,33
Investimentos		8.781.667,71		7.408.887,40
Outros Bens e Direitos		0,00		0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	660.000,00	660.000,00	310.300,75	244.041,55
RECEITAS CORRENTES (MII)	660.000,00	660.000,00	310.300,75	244.041,55
Recarga de Contribuições Patronais	660.000,00	660.000,00	310.300,75	244.041,55
Pessoal Civil	660.000,00	660.000,00	310.300,75	244.041,55
Ativo	660.000,00	660.000,00	310.300,75	244.041,55
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	660.000,00	660.000,00	310.300,75	244.041,55

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LEOBERTO LEAL , 13/07/2015

DÉBORA VENTURIN	GIAN CARLOS KANUL	TATIANE DUTRA ALVES DA CUNH
Secretária de Adm., Contab. e Fin.	Auditor de Controle Interno	Prefeita Municipal

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	447.100,00	447.100,00	368.200,00
DEDUÇÕES (II)	601.630,64	601.630,64	453.671,48
Disponibilidade de Caixa Bruta	602.622,09	602.622,09	809.112,56
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	991,45	991,45	355.441,08
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-154.530,64	-154.530,64	-85.471,48
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-154.530,64	-154.530,64	-85.471,48

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2015 (C - A)
VALOR	69.059,16	69.059,16

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-14.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	8.033.944,18	8.033.944,18	8.778.035,70
Disponibilidade de Caixa Bruta	87.046,72	87.046,72	3.573,97
Investimentos	7.950.298,44	7.950.298,44	8.781.667,71
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	3.400,98	3.400,98	7.205,98
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-8.033.944,18	-8.033.944,18	-8.778.035,70
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-8.033.944,18	-8.033.944,18	-8.778.035,70

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 13/07/2015

DÉBORA VENTURIN
Secretária de Adm., Contab. e Finanças

GIAN CARLOS KANUL
Auditor de Controle Interno

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.563.884,00	6.044.156,91	5.568.382,48
Receita Tributária	392.300,00	241.429,47	201.394,81
I.P.T.U.	60.000,00	62.419,45	55.099,09
I.S.S.	81.000,00	32.305,17	33.592,87
I.T.B.I.	27.000,00	7.239,82	5.825,53
I.R.R.F.	162.000,00	83.544,42	64.216,41
Outras Receitas Tributárias	62.300,00	55.920,61	42.660,91
Receita de Contribuição	1.048.200,00	498.702,30	389.424,85
Receitas Previdenciárias	992.000,00	465.234,88	365.953,77
Outras Contribuições	56.200,00	33.467,42	23.471,08
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.119.600,00	533.794,35	485.476,13
(-) Aplicações Financeiras	1.119.600,00	533.794,35	485.476,13
Transferências Correntes	11.064.684,00	5.295.456,27	4.922.111,42
F.P.M.	5.440.000,00	2.594.947,36	2.431.786,51
I.C.M.S.	2.472.000,00	1.237.277,03	1.126.014,31
Convênios	133.600,00	1.090,50	1.230,67
Outras Transferências Correntes	3.019.084,00	1.462.141,38	1.363.079,93
Demais Receitas Correntes	58.700,00	8.568,87	55.451,40
Dívida Ativa	10.800,00	1.938,25	1.409,42
Diversas Receitas Correntes	47.900,00	6.630,62	54.041,98
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.744.000,00	194.193,51	130.250,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	86.500,00
Transferências de Capital	3.744.000,00	194.193,51	43.750,00
Convênios	3.744.000,00	182.993,51	43.750,00
Outras Transferências de Capital	0,00	11.200,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	3.744.000,00	194.193,51	43.750,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	16.307.884,00	6.238.350,42	5.612.132,48

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014	Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.858.450,92	6.528.885,64	6.544.714,68	5.701.928,21	5.225.836,94
Pessoal e Encargos Sociais	7.368.357,09	3.609.304,52	3.415.108,40	3.609.304,52	3.231.803,71
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.490.093,83	2.919.581,12	3.129.606,28	2.092.623,69	1.994.033,23
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.858.450,92	6.528.885,64	6.544.714,68	5.701.928,21	5.225.836,94
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.172.681,23	726.077,56	732.942,15	536.138,04	295.044,70
Investimentos	5.014.881,23	568.277,56	732.942,15	457.238,04	295.044,70
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	157.800,00	157.800,00	0,00	78.900,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.014.881,23	568.277,56	732.942,15	457.238,04	295.044,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	9.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.500.000,00	-	-	-	-

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014	Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	18.382.332,15	7.097.163,20	7.277.656,83	6.159.166,25	5.520.881,64
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.074.448,15	-858.812,78	-1.665.524,35	79.184,17	91.250,84
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.119.600,00

FONTE:

LEOBERTO LEAL , 13/07/2015

DÉBORA VENTURIN
Secretária de Adm., Contab. e Finanças

GIAN CARLOS KANUL
Auditor de Controle Interno

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		R\$ 1,00									
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RP NÃO PROCESSADOS									
		Inscritos		Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014								
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA GABINETE DO PREFEITO SEC. DA ADMINIST. CONT. E FINANÇAS SEC. DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO SEC. DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS INST. DE PREVIDÊNCIA - IPRELL - LEOBERTO LEAL IPRELL LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		3.433,16	969,27	-	0,00	4.392,43	-	0,00	0,00	4.392,43	0,00
		991,45	0,00	0,00	0,00	991,45	0,00	0,00	0,00	991,45	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		991,45	0,00	0,00	0,00	991,45	0,00	0,00	0,00	991,45	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.441,71	969,27	0,00	0,00	3.400,98	0,00	0,00	0,00	3.400,98	0,00
		2.441,71	969,27	0,00	0,00	3.400,98	0,00	0,00	0,00	3.400,98	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		3.433,16	969,27	0,00	0,00	4.392,43	0,00	0,00	2.263,08	6.655,51	

FONTE:

LEOBERTO LEAL , 13/07/2015

DEBORA VENTURIN
Secretária de Adm., Contab. e Finanças

GIAN CARLOS KANUL
Auditor de Controle Interno

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	350.300,00	350.300,00	190.226,95	54,30
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	72.700,00	72.700,00	67.007,46	92,17
1.1.1- IPTU	66.000,00	66.000,00	68.648,16	104,01
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.300,00	4.300,00	438,83	10,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.300,00	4.300,00	626,45	14,57
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.100,00	1.100,00	408,20	37,11
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(3.000,00)	(3.000,00)	(3.114,18)	103,81
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	27.000,00	27.000,00	7.239,82	26,81
1.2.1- ITBI	27.000,00	27.000,00	7.239,82	26,81
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	88.600,00	88.600,00	32.435,25	36,61
1.3.1- ISS	81.000,00	81.000,00	32.308,25	39,89
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.200,00	2.200,00	5,50	0,25
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.200,00	2.200,00	90,00	4,09
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.200,00	3.200,00	31,50	0,98
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	162.000,00	162.000,00	83.544,42	51,57
1.4.1- IRRF	162.000,00	162.000,00	83.544,42	51,57
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.265.900,00	10.265.900,00	4.973.818,59	48,45
2.1- Cota-Parte FPM	6.800.000,00	6.800.000,00	3.243.683,99	47,70
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.800.000,00	6.800.000,00	3.243.683,99	47,70
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.120.000,00	3.120.000,00	1.546.595,65	49,57
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	16.200,00	16.200,00	6.316,55	38,99
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	54.000,00	54.000,00	23.866,45	44,18
2.5- Cota-Parte ITR	9.700,00	9.700,00	1.246,08	12,85
2.6- Cota-Parte IPVA	266.000,00	266.000,00	151.919,87	57,11
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.616.200,00	10.616.200,00	5.163.845,54	48,64
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	132.280,00	132.280,00	89.804,88	67,89
5.1- Transferências do Salário-Educação	130.000,00	130.000,00	86.579,35	66,60
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.280,00	2.280,00	3.225,53	141,47
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	324.200,00	324.200,00	113.666,19	35,06
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	956.480,00	956.480,00	203.471,07	21,27
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.077.180,00	2.077.180,00	994.722,59	47,89
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.360.000,00	1.360.000,00	648.736,63	47,70
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	648.000,00	648.000,00	309.318,62	47,73
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.240,00	3.240,00	1.263,30	38,99
10.4- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.800,00	10.800,00	4.771,34	44,18
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.940,00	1.940,00	249,14	12,84
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	53.200,00	53.200,00	30.383,56	57,11
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.375.000,00	1.375.000,00	666.207,85	48,45
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.375.000,00	1.375.000,00	666.207,85	48,45
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-702.180,00	-702.180,00	-328.514,74	46,78
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.105.500,00	1.105.500,00	530.991,18	48,03	530.991,18	48,03
13.1- Com Educação Infantil	230.000,00	230.000,00	92.416,61	40,18	92.416,61	40,18
13.2- Com Ensino Fundamental	875.500,00	875.500,00	438.574,57	50,09	438.574,57	50,09
14- OUTRAS DESPESAS	275.000,00	275.000,00	130.884,63	47,59	125.350,33	45,58
14.1- Com Educação Infantil	130.000,00	130.000,00	40.117,08	30,86	34.582,63	26,60
14.2- Com Ensino Fundamental	145.000,00	145.000,00	90.767,55	62,60	90.767,50	62,60
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.380.500,00	1.380.500,00	661.875,81	47,94	656.341,51	47,54
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						656.341,51
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						79,70
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						18,82
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						1,48
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	2.654.050,00		2.654.050,00		1.290.961,39	48,64
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	615.000,00	559.091,26	199.699,91	35,72	181.470,47	32,46
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	615.000,00	559.091,26	199.699,91	35,72	181.470,47	32,46
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	360.000,00	360.000,00	132.533,69	36,81	126.999,44	35,28
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	255.000,00	199.091,26	67.166,22	33,74	54.471,03	27,36
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.872.280,00	1.890.988,74	1.253.549,54	66,29	1.114.992,79	58,96
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.020.500,00	1.020.500,00	529.342,12	51,87	529.342,07	51,87
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	851.780,00	870.488,74	724.207,42	83,20	585.650,72	67,28
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.487.280,00	2.450.080,00	1.453.249,45	59,31	1.296.463,26	52,92
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-328.514,74
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-328.514,74
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						1.624.978,00
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						31,47
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	188.600,00	188.600,00	37.726,23	20,00	35.638,31	18,90
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	846.280,00	1.253.835,82	364.531,57	29,07	288.742,36	23,03
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.034.880,00	1.442.435,82	402.257,80	27,89	324.380,67	22,49
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.522.160,00	3.892.515,82	1.855.507,25	47,67	1.620.843,93	41,64

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		666.207,85	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		666.207,85	0,00

LEOBERTO LEAL, 13/07/2015

DÉBORA VENTURIN
Secretária de Adm., Contab. e Finanças

GIAN CARLOS KANUL
Auditor de Controle Interno

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		0,00	0,00	0,00	0,00		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE							
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		26.300,00	26.300,00	12.297,31	46,76		
Provenientes da União		26.300,00	26.300,00	12.297,31	46,76		
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		4.100,00	4.100,00	10.630,46	259,28		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		30.400,00	30.400,00	22.927,77	75,42		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)							
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		2.686.020,00	2.866.312,67	1.611.388,99	56,22	1.398.647,95	48,80
		1.689.100,00	1.808.455,84	948.929,30	52,47	948.929,30	52,47
		996.920,00	1.057.856,83	662.459,69	62,62	449.718,65	42,51
DESPESAS DE CAPITAL		180.000,00	374.511,86	93.192,53	24,88	83.274,00	22,24
		180.000,00	374.511,86	93.192,53	24,88	83.274,00	22,24
Investimentos							

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	180.000,00	374.511,86	93.192,53	24,88	83.274,00	22,24
	180.000,00	374.511,86	93.192,53	24,88	83.274,00	22,24
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.866.020,00	3.240.824,53	1.704.581,52	52,60	1.481.921,95	45,73
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	746.380,00	1.121.184,53	408.623,07	23,97	368.413,19	24,86
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	746.380,00	1.121.184,53	408.623,07	23,97	368.413,19	24,86
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	746.380,00	1.121.184,53	408.623,07	23,97	368.413,19	24,86
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.119.640,00	2.119.640,00	1.295.958,45	76,03	1.113.508,76	75,14
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						1.113.508,76

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2014	0,00	3.578,07	8.162,72	-8.162,72		0,00
TOTAL	0,00	3.578,07	8.162,72	-8.162,72		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
SALDO INICIAL			RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
			DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014						
TOTAL (VIII)			3.578,07		0,00	
					3.578,07	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica		2.792.520,00	3.163.512,67	1.703.243,52	99,92	1.480.583,95	99,91
Vigilância Sanitária		47.200,00	47.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica		26.300,00	30.111,86	1.338,00	0,08	1.338,00	0,09
Outras Subfunções		5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		2.871.020,00	3.245.824,53	1.704.581,52	100,00	1.481.921,95	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LEOBERTO LEAL , 13/07/2015

DÉBORA VENTURIN Secretária de Adm., Contab. e Finanças	GIAN CARLOS KANUL Auditor de Controle Interno	TATIANE DUTRA ALVES DA Prefeita Municipal
---	--	--

Município de LEOBERTO LEAL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESpesas de PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LEOBERTO LEAL , 13/07/2015

DÉBORA VENTURIN Secretária de Adm., Contab. e Finanças	GIAN CARLOS KANUL Auditor de Controle Interno	TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal
---	--	--

Município de LEOBERTO LEAL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Semestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		17.427.484,00		
Previsão Atualizada		17.427.484,00		
Receitas Realizadas		6.772.144,77		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		276.174,00		
DESPESAS				
Dotação Inicial		17.427.484,00		
Créditos Adicionais		1.112.648,15		
Dotação Atualizada		18.540.132,15		
Despesas Empenhadas		7.254.963,20		
Despesas Liquidadas		6.238.066,25		
Despesas pagas		5.878.337,50		
Superavit Orçamentário		534.078,52		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Semestre		
Despesas Empenhadas		7.254.963,20		
Despesas Liquidadas		6.238.066,25		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Semestre		
Receita Corrente Líquida		11.820.242,36		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Semestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.003.759,93		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		346.151,91		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		657.608,02		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	-14.000,00	69.059,16	-493,28	
Resultado Primário	-1.119.600,00	79.184,17	-7,07	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	62.148,11	19.326,70	40.558,33	2.263,08
EXECUTIVO	61.448,11	19.326,70	39.858,33	2.263,08
LEGISLATIVO	700,00	0,00	700,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.392,43	0,00	0,00	4.392,43
EXECUTIVO	4.392,43	0,00	0,00	4.392,43
TOTAL:	66.540,54	19.326,70	40.558,33	6.655,51
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.624.978,00	25%	31,47
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		530.991,18	60%	79,70
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		536.138,04	4.636.543,19	

Continua 1/2

Município de LEOBERTO LEAL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			46.347,86	47.900,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.113.508,76	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LEOBERTO LEAL, 13/07/2015

DÉBORA VENTURIN
Secretária de Adm., Contab. e Finanças

GIAN CARLOS KANUL
Auditor de Controle Interno

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2703

DECRETO N.º 2.703/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.019 – Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

3.3.50.00.00.00.00.00.0104 – Transferência a Inst. Priv. Sem Fins LucratR\$ 3.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.019 – Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

4.4.50.00.00.00.00.00.0104 – Transferência a Inst. Priv. Sem Fins LucratR 3.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

EDITAL TP 09/2015 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa especializada para a realização de obra de deslocamento de rede elétrica na rodovia SC 473 no Bairro São Cristovão, através de mão-de-obra especializada e fornecimento de materiais elétricos, no dia 07 de agosto de 2015, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas para até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone

(0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 15 de julho de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 257/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 257/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015

RATIFICA ACORDO COM A EMPRESA BIOFINGER INDÚSTRIA DE COMBUSTÍVEIS E RESÍDUOS DE AGROFLORESTAIS LTDA - SOBRE A REVERSÃO DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS CONCEDIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 376 DE 12 DE ABRIL DE 2001; AUTORIZA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS A EMPRESA VENCEDORA DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º . Fica ratificado o acordo celebrado entre o Município de Lindóia do Sul/SC e a empresa Biofinger Indústria de Combustíveis e Resíduos Agroflorestais Ltda, sobre a reversão total dos incentivos, concedidos pela Lei Municipal nº 376, de 12 de abril de 2001, com devolução da posse do imóvel, nos termos do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º A petição do acordo poderá ser assinada pelas partes anteriormente a aprovação desta Lei, passando a ter eficácia após a sanção.

Art. 3º Após a formalização do termo de acordo de que trata o art. 1º desta Lei Complementar, fica o Poder Executivo do Município autorizado a conceder à empresa que vier a vencer processo licitatório na modalidade de Concorrência Pública, a título de incentivo econômico, a concessão de direito real uso gratuito do lote urbano com área de superficial de 2.482 m² (dois mil, quatrocentos e oitenta e dois metros quadrados), dentro de área maior registrada no Primeiro Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, matrícula 27.586 e área ideal de 250 m² da estrutura pré-fabricada de concreto do barracão industrial existente sobre a mesma, nas condições estabelecidas no termo de acordo que compõe o Anexo Único desta Lei Complementar.

§ 1º O prazo da concessão de uso de que trata o inciso I poderá ser de até 20 (vinte) anos, com a possibilidade de o beneficiado, durante este prazo, exercer o direito de aquisição dos bens objeto da concessão de direito real de uso de que trata o caput.

§ 2º A opção de compra de que trata o § 1º só poderá ser deferida se o beneficiado estiver em dia com suas obrigações e o valor dos bens será o da data da opção de compra, com pagamento podendo ser parcelado em até 240 (duzentos e quarenta) meses.

Art. 4º Os incentivos terão o objetivo de possibilitar as atividades relacionadas à fabricação de derivados, resíduos e beneficiamento de madeira e outras atividades similares.

Art. 5º As demais condições dos benefícios de que trata esta Lei Complementar constarão no Edital de Licitação, aplicando-se de forma subsidiária Lei n. 1.151/13.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua

publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO (LEI XXX, DE XX DE XXX DE XXX) TERMO DE ACORDO

O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 78.510.112/0001-80, com sede na Rua Tamandaré 98, Lindóia do Sul, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Pedro Ari Parizotto, portadora da Cédula de Identidade RG nº 518.634, e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.216.619.68, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa BIOFINGER INDÚSTRIA DE COMBUSTÍVEIS E RESÍDUOS DE AGROFLORESTAIS LTDA, inscrita CNPJ-MF sob o nº 04.456.108/0001-44, com sede no Bairro Caminho do Sol, s/nº, no Município de Lindóia do Sul, SC, representada neste ato, pelo seu Sócio Gerente, Senhor Osmar José Finger, portador da Cédula de Identidade nº 11435216 e inscrito no CPF-MF sob o nº 423.461.779-20, doravante denominada simplesmente DEVEDOR, e perante as testemunhas abaixo firmadas, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, pactuam o presente termo de acordo, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Considerando o entendimento de que os incentivos concedidos através da Lei Municipal nº 376, de 12 de abril de 2001 cujo objeto se destinava a produção de briquetes e outros produtos derivados de resíduos de madeira seja irregular em função de que não houve procedimento licitatório, as partes resolvem regularizar o mesmo nos termos das cláusulas a seguir.

1.2. Declara o Município que o presente acordo envolve apenas a devolução da posse da área superficial de 2.482 m² (dois mil, quatrocentos e oitenta e dois metros quadrados) dentro de área maior do lote urbano com registrado no Primeiro Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia sob a matrícula 27.586, tendo o Município de Lindóia do Sul como proprietário (o qual está sendo ocupado pelo Devedor) e a estrutura pré-fabricada de concreto do barracão industrial de 250 m², uma vez que, muito embora a Lei Municipal n. 376/01 cite outros incentivos, não foram localizados documentos ou provas de que o Município tenha efetivado os mesmos.

1.3. Declaram as partes que sobre o Município cedeu o uso do lote e a estrutura do barracão encravado sobre o mesmo (citados na sub-cláusula anterior) e que o Devedor modificou e ampliou o tamanho desse barracão, o qual passou a ter uma área de 735 m² (setecentos e trinta metros quadrados). Pelo qual, não é mais possível devolver a estrutura (de 250 m²) no estado original. Por outro lado, em vista da boa-fé do Devedor, a ampliação efetuada por este gera direito de retenção pelas benfeitorias úteis em seu favor (485 m² de barracão), o que se resolverá nos termos a seguir.

1.4. Declara o Município que nos registros constantes na Prefeitura foi apurado que o valor despendido para a estrutura do barracão de 250 m², atualizado até esta data, soma a quantia de R\$ 12.250,78 (doze mil, duzentos e cinquenta reais e setenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE REGULARIZAÇÃO

2.1. O Município publicará edital de licitação visando a cessão de uso da área superficial de 2.482 m² (dois mil, quatrocentos e oitenta e dois metros quadrados) dentro de área maior do lote urbano com registrado no Primeiro Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia sob a matrícula 27.586 e da parte ideal de 250 m² do barracão que existe sobre o mesmo, a título de incentivo econômico para o desenvolvimento de empresa do ramo de fabricação de móveis e esquadrias de madeira, aproveitamento de

derivados de madeira e outras atividades similares. O vencedor da licitação, caso não seja o próprio Devedor, deverá indenizar este pelo valor das benfeitorias (área ideal de 485 m²).

2.2. O DEVEDOR, independentemente de aviso ou intimação, compromete-se a devolver ao MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL a posse do terreno atualmente ocupado e os 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) do pavilhão industrial de 735 m² (setecentos e trinta e cinco metros quadrados) encravado no terreno quando da homologação do resultado do processo licitatório lançado pelo município para selecionar projeto a ser desenvolvido no local.

2.2.1. O titular do projeto homologado em certame licitatório para receber incentivos econômicos fará acordo e o pagamento de valor equivalente a 485 m² (quatrocentos e oitenta e cinco metros quadrados) do pavilhão industrial privado encravado sobre o terreno diretamente ao Devedor. Caso o próprio Devedor seja o vencedor da licitação, fica dispensado esse pagamento.

2.2.2. O não cumprimento da obrigação de devolução ao município de Lindóia do Sul da posse do imóvel e possibilidade de o vencedor da licitação vir a se instalar nele, acarretará no ajuizamento de ação judicial e indenização das perdas e danos, independentemente de aviso ou intimação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EFICÁCIA

O presente termo somente terá eficácia, se aprovado pela CMDE – Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, pela Câmara de Vereadores do Município de Lindóia do Sul e Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Lindóia do Sul, SC,

PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal Município	OSMAR JOSÉ FINGER BIOFINGER INDÚSTRIA DE COMBUSTÍVEIS E RESÍDUOS DE AGROFLORESTAIS LTDA Devedor
--	---

LEI COMPLEMENTAR Nº 258/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 258/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015
RATIFICA ACORDO COM A EMPRESA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA LTDA - COPÉRDIA SOBRE A REVERSÃO DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS CONCEDIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 346 DE 13 DE JANEIRO DE 2000; AUTORIZA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS A EMPRESA VENCEDORA DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º . 1º Fica ratificado o acordo celebrado entre o Município de Lindóia do Sul/SC e a empresa Cooperativa de Produção e Consumo Ltda - COPERDIA, sobre a reversão total dos incentivos, concedidos pela Lei Municipal nº 346, de 13 de janeiro de 2000, mediante a devolução de dinheiro de forma parcelada e da posse do imóvel, nos termos do anexo único desta Lei.

Art. 2º A petição do acordo poderá ser assinada pelas partes anteriormente a aprovação desta Lei, passando a ter eficácia após a sanção.

Art. 3º Após a formalização do ajuste contido no Anexo único desta Lei Complementar, a título de incentivo ao desenvolvimento econômico do Município fica o Poder Executivo do Município autorizado a conceder à empresa que vier a vencer processo licitatório na modalidade de Concorrência Pública o direito real de uso gratuito

do imóvel localizado na Rua Primeiro de Maio, município de Lindóia do Sul, composto de terreno com 1.971,03 m² de superfície de área e moinho com.

§ 1º O prazo da concessão de uso de que trata o caput poderá ser de até 20 (vinte) anos e durante este prazo o beneficiado poderá exercer o direito de aquisição do referido imóvel.

§ 2º A opção de compra de que trata o § 1º só poderá ser deferida se o beneficiado estiver em dia com suas obrigações e o valor do bem será o da data da opção de compra e o pagamento poderá ser parcelado em até 240 (duzentos e quarenta) meses.

Art. 4º Os incentivos terão o objetivo de possibilitar as atividades relacionadas á moinho, prioritariamente a produção de farinha de trigo e farinha de milho, bem como demais atividades afins.

Art. 5º As demais condições dos benefícios de que trata esta Lei Complementar constarão no Edital de Licitação, aplicando-se de forma subsidiária Lei n. 1.151/13.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO (LEI XXX, DE XX DE XXX DE XXX) TERMO DE ACORDO

O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 78.510.112/0001-80, com sede na Rua Tamandaré 98, Lindóia do Sul, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Pedro Ari Parizotto, portadora da Cédula de Identidade RG nº 518.634, e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.216.619.68, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA LTDA - COPERDIA, inscrita CNPJ-MF sob o nº 83.573.212/0001-95, com sede na Rua Doutor Maruri, no Município de Concórdia, SC, representada neste ato, pelo seu Presidente, Senhor Valdemar Bordignon, portador da Cédula de Identidade nº 380751e inscrito no CPF-MF sob o nº 423.476.889-87doravante denominado simplesmente DEVEDOR e GRISA & BALENSIEFER LTDA inscrita CNPJ-MF sob o nº 10.914.816/0001-04, com sede na Rua da Paz, s/nº, no Município de Lindóia do Sul, SC, representada neste ato, pelo seu Sócio Administrador, Senhor Alcino Luiz Grisa, portador da Cédula de Identidade nº 18733026e inscrito no CPF-MF sob o nº 021.582.489-04, neste ato denominado de ANUENTE, perante as testemunhas abaixo firmadas, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, pactuam o presente termo de acordo, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. As partes declaram que através da Lei Municipal nº 346 de 13 de janeiro de 2.000, a título de incentivo ao desenvolvimento econômico, o Município concedeu o auxílio de valores R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e a cessão de uso do lote urbano com área de 1.971,03. m² (um mil, novecentos e setenta e um metros e três centímetros quadrados) registrado na matrícula sob o n 11.780 do 1º Ofício do CRI da Comarca de Concórdia, SC, com um moinho encravado sobre o mesmo.

1.1.1. Através da Lei Complementar Municipal n. 135, de 10 de julho de 2009 foi autorizada a transferência da concessão desses incentivos para a empresa Grisa & Balensiefer Ltda.

1.2. Declara o Município que embora a Lei nº 346/00 cite outros incentivos, não foram localizados documentos ou provas da efetivação dos mesmos.

1.3. Em virtude do entendimento de que a concessão desses incentivos acima citados encontra-se irregular por ausência de

procedimento licitatório, as partes resolvem de comum acordo em efetuar a reversão dos mesmos nos termos das cláusulas a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE REGULARIZAÇÃO

2.1. Os valores em dinheiro recebidos pelo Devedor, atualizados até a presente data somam a quantia de R\$ 62.549,28 (sessenta dois mil quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos), os quais serão devolvidos ao Município pelo Devedor mediante o pagamento parcelado em 60 (sessenta) prestações mensais, com vencimento sempre no dia 20 de cada mês, vencendo a primeira em 20 de setembro de 2015.

2.1.1. Mensalmente, sempre a partir do dia 15 (quinze), o DEVEDOR deverá retirar, pessoalmente, ou por meio de preposto devidamente autorizado, o boleto relativo a cada parcela, junto ao departamento de tesouraria da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul.

2.2. O saldo devedor sofrerá correção monetária mensalmente, com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

2.3. O não pagamento de uma das parcelas, acarretará no inadimplemento da obrigação, vencendo antecipadamente as parcelas pretéritas, implicando em mora automática do DEVEDOR, independentemente de aviso ou intimação, dando ensejo à inscrição em dívida ativa e à cobrança mediante o competente processo de execução fiscal, a ser proposto no fórum da Comarca de Ipumirim/SC, independentemente de aviso ou intimação, com os encargos pertinentes.

2.4. O DEVEDOR, independentemente de aviso ou intimação, compromete-se a devolver ao MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL a posse do imóvel atualmente ocupado pela empresa Grisa & Balensiefer Ltda, que recebeu a concessão dos mesmos incentivos pela transferência autorizada pela Lei Complementar Municipal nº 135 de 10 de junho de 2009, quando da homologação do resultado do processo licitatório lançado pelo município para selecionar projeto a ser desenvolvido no local.

2.4.1. O não cumprimento da obrigação de devolução ao município de Lindóia do Sul da posse do imóvel, acarretará no ajuizamento de ação judicial, com pedido de reintegração e/ou imissão na posse independentemente de aviso ou intimação, com a indenização devida. O não pagamento dos valores implicará na incidência de multa de 02% (dois por cento), inscrição em dívida ativa e execução judicial.

2.5. A interveniente concorda e também se compromete em cumprir o disposto na Sub-Cláusula 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EFICÁCIA

O presente termo somente terá eficácia, se aprovado pela CMDE – Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, pela Câmara de Vereadores do Município de Lindóia do Sul e Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Lindóia do Sul, SC,

PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal Município	VALDEMAR BORDIGNON COPÉRDIA Devedor
ALCINO LUIZ GRISA MOINHOS GRISA & BALENSIEFER ANUENTE	

LEI COMPLEMENTAR Nº 259/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 259/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015
RATIFICA ACORDO COM A EMPRESA MÓVEIS E ESQUADRIAS JOVAL LTDA - SOBRE A REVERSÃO DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS CONCEDIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 307 DE 08 DE MAIO DE 1998; AUTORIZA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS A EMPRESA VENCEDORA DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º . Fica ratificado o acordo celebrado entre o Município de Lindóia do Sul/SC e a empresa Móveis e Esquadrias Joval Ltda, sobre a reversão total dos incentivos, em dinheiro e devolução de posse de imóveis, de forma parcelada, concedidos pela Lei Municipal nº 307, de 08 de maio de 1998, Lei Municipal nº 324, de 22 de abril de 1999 e Lei Municipal nº 329, de 11 de agosto de 1999, nos termos do anexo único desta Lei

Art. 2º A petição do acordo poderá ser assinada pelas partes anteriormente a aprovação desta Lei, passando a ter eficácia após a sanção.

Art. 3º Após a formalização do ajuste contido no Anexo único desta Lei Complementar, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico do Município fica o Poder Executivo do Município autorizado a conceder à empresa que vier a vencer processo licitatório na modalidade de Concorrência Pública, o incentivo econômico que consistirá na concessão de uso gratuito de imóvel localizado na área industrial do município de Lindóia do Sul, composto de terreno com 20.775 m² de superfície de área e barracão industrial com 840m² de área construída e no estado em que se encontra.

§ 1º O prazo da concessão de uso de que trata o caput será de até 20 (vinte) anos e, desde que cumpridos os compromissos assumidos, durante este prazo o beneficiado poderá exercer o direito de aquisição dos bens utilizados.

§ 2º O valor dos bens de que trata o § 1º será o da data da opção de compra e o pagamento poderá ser parcelado em até 240 (duzentos e quarenta) meses.

Art. 4º Os incentivos terão o objetivo de possibilitar as atividades relacionadas à fabricação de móveis, esquadrias de madeira e demais atividades afins

Art. 5º As demais condições dos benefícios de que trata esta Lei Complementar constarão no Edital de Licitação, aplicando-se de forma subsidiária Lei n. 1.151/13.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO (LEI XXX, DE XX DE XXX DE XXX)
TERMO DE ACORDO

O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 78.510.112/0001-80, com sede na Rua Tamandaré 98, Lindóia do Sul, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Pedro Ari Parizotto, portadora da Cédula de Identidade RG nº 518.634, e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.216.619.68, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa MÓVEIS E ESQUADRIAS JOVAL LTDA, inscrita CNPJ-MF sob o nº 79.811.8570001-41, com sede na Área

Industrial, s/nº, no Município de Lindóia do Sul, SC, representada neste ato, pelo seu Sócio Gerente, Senhor Adir Zonta, portador da Cédula de Identidade nº 702617e inscrito no CPF-MF sob o nº 195.926.049-91, doravante denominada simplesmente DEVEDOR, com a participação da INDÚSTRIA DE PORTAS SÃO CRISTÓVÃO EIRELI – ME, inscrita CNPJ-MF sob o nº 04.829.338/0001-01, com sede na Área Industrial, s/nº, no Município de Lindóia do Sul, SC, representada neste ato, pela sua Sócia Administradora, Senhora Adriane Lourdes Cagliari Loli, portadora da Cédula de Identidade nº 2697455 e inscrita no CPF-MF sob o nº 945.142.169-68, doravante denominada simplesmente ANUENTE, e perante as testemunhas abaixo firmadas, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, pactuam o presente termo de acordo, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Através da Lei Municipal nº 307, de 08 de maio de 1998, Lei Municipal nº 324, de 22 de abril de 1999 e Lei Municipal nº 329, de 11 de agosto de 1999, com o objetivo de viabilizar a instalação e funcionamento de atividade empresarial no ramo de produção de portas de madeira e industrialização de madeira, foram concedidos incentivos econômicos e fiscais ao Devedor.

1.2. As partes declaram que foram efetivados os seguintes incentivos econômicos:

a) doação do lote urbano com área superficial de 15.000 m², registrado sob a matrícula n. 18.194 do 1º Of. do CRI da Comarca de Concórdia, SC, cuja propriedade encontra-se em nome da Locadora São Cristóvão Ltda;

b) cessão de uso (posse) de uma área de 5.775 m², imóvel este cuja propriedade ainda está em nome de Fábio Conte e é objeto de regularização por parte do Município;

c) cessão de uso (posse) de um barracão industrial de 840 m²;

d) pagamento do valor da elaboração do projeto de engenharia civil, sendo o valor atualizado de R\$ 2.446,99;

e) isenção de tributos municipais sendo o valor atualizado de R\$ 32.107,54.

1.3. Declaram as partes que, muito embora as citadas Leis façam menção a outros incentivos os mesmos não foram diretamente em favor do Devedor.

1.4. Tendo em vista o entendimento de que a concessão desses benefícios encontra-se irregular por não terem sido efetuados mediante procedimento licitatório, as partes resolvem efetuar a sua reversão nos termos das cláusulas a seguir.

1.2. Reconhece o DEVEDOR, a dívida que possui em favor do CRE-DOR, que corrigida monetariamente até a presente data, corresponde a quantia de R\$ 34.554,53 (trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), referente a devolução dos incentivos econômicos e fiscais recebidos.

1.3. Reconhece ainda o DEVEDOR, a ocupação irregular de imóvel com terreno 15.000m² (quinze mil metros quadrados) de área superficial, registrado no Primeiro Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, matrícula 18.194 com titularidade da área em favor da Locadora São Cristóvão Ltda; de terreno com 5.775m² (cinco mil setecentos e setenta e cinco metros quadrados) adquirido pelo município através da Lei Municipal nº 33, de 29 de junho de 1999, ainda não desmembrado do imóvel de propriedade do Senhor Fábio Conte e um pavilhão industrial com 840 m² (oitocentos e quarenta metros quadrados) de área construída e encravada sobre o mesmo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE REGULARIZAÇÃO

2.1. O valor despendido com a elaboração do projeto e com a isenção de tributos soma a quantia de R\$ 34.554,53 (trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), a qual será devolvida ao Município em 60 (sessenta) parcelas mensais, com vencimento sempre no dia 20 de cada mês, vencendo a primeira em 20 de setembro de 2015.

2.1.1. Mensalmente, sempre a partir do dia 15 (quinze), o DEVEDOR deverá retirar, pessoalmente, ou por meio de preposto devidamente autorizado, o boleto relativo a cada parcela, junto ao

departamento de tesouraria da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul.

2.2. O saldo devedor sofrerá correção monetária mensalmente, com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

2.3. O não pagamento de uma das parcelas, acarretará no inadimplemento da obrigação, vencendo antecipadamente as parcelas pretéritas, implicando em mora automática do DEVEDOR, independentemente de aviso ou intimação, dando ensejo à inscrição em dívida ativa e à cobrança mediante o competente processo de execução fiscal, a ser proposto no fórum da Comarca de Ipumirim/SC, independentemente de aviso ou intimação, com os encargos pertinentes.

2.4. O Município efetuará processo licitatório visando a concessão de incentivos econômicos com a concessão de direito real de uso gratuito dos imóveis descritos na Sub-Cláusula 1.2, alíneas "a" e "b" e, para tanto, o DEVEDOR, independentemente de aviso ou intimação, compromete-se a devolver ao MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL a propriedade e posse do imóvel citado na Sub-Cláusula 1.2, alíneas "a" e a posse do imóvel citado na Sub-Cláusula 1.2, alíneas "b", quando da homologação do seu resultado. A propriedade do imóvel citado na Sub-Cláusula 1.2, alíneas "a" poderá ser transferida diretamente ao vencedor da licitação.

2.4.1. A Locadora São Cristóvão Ltda compromete-se em viabilizar o disposto na Sub-Cláusula 2.4.

2.4.2. O titular do projeto homologado em certame licitatório para receber incentivos econômicos fará o pagamento das benfeitorias privadas encravadas sobre os imóveis, que não foram cedidas pelo Município e que geram direito de retenção, uma vez que ao executá-las o Devedor encontrava-se de boa-fé. A discriminação das mesmas e o seu respectivo valor serão devidamente informadas no edital de licitação. O pagamento dessas benfeitorias privadas serão efetuadas diretamente ao Devedor.

2.5. O não cumprimento da obrigação de devolução ao município de Lindóia do Sul da posse do imóvel, acarretará no ajuizamento de ação judicial para reaver a posse, indenização, perdas e danos. O não pagamento dos valores acarretará a incidência de multa de 02% (dois por cento), inscrição em dívida ativa e execução judicial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EFICÁCIA

O presente termo somente terá eficácia, se aprovado pela CMDE – Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, pela Câmara de Vereadores do Município de Lindóia do Sul e Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Lindóia do Sul, SC,

PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal Município	ADIR ZONTA MÓVEIS E ESQUADRIAS JOVAL LTDA Devedor
--	--

ADRIANE LOURDES CAGLIARI LOLI
INDÚSTRIA DE PORTAS SÃO CRISTÓVÃO EIRELI – ME
ANUENTE

LEI COMPLEMENTAR Nº 260/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 260/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015

RATIFICA ACORDO COM A EMPRESA JUCEMAR CASON ME SOBRE A REVERSÃO DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS CONCEDIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 528 DE 22 DE JUNHO DE 2004; AUTORIZA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS A EMPRESA VENCEDORA DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica ratificado o acordo celebrado entre o Município de Lindóia do Sul/SC e a empresa Jucemar Cason ME, sobre a reversão total dos incentivos concedidos pela Lei Municipal nº 528, de 22 de julho de 2004 mediante a devolução da posse do imóvel e de pagamento parcelado dos benefícios fiscais recebidos de forma parcelada, nos termos do anexo único desta Lei.

Art. 2º. A petição do acordo poderá ser assinada pelas partes anteriormente a aprovação desta Lei, passando a ter eficácia após a sanção.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo do Município autorizado a conceder incentivo econômico, à empresa que vier a vencer processo licitatório na modalidade de Concorrência Pública, na forma de concessão de direito real de uso gratuito de imóvel localizado na área industrial do município de Lindóia do Sul, composto de terreno com 1.346,12 m² (um mil, trezentos e quarenta e seis mil e doze centímetros quadrados) de superfície de área e galpão industrial com 85,97 m² (oitenta e cinco metros e noventa e sete centímetros quadrados) de área construída e no estado em que se encontra.

§ 1º. A concessão de direito real de uso gratuita de que trata o caput será de até 20 (vinte) anos e, desde que o beneficiado esteja em dia com suas obrigações, durante este prazo o mesmo poderá exercer o direito de aquisição dos bens utilizados.

§ 2º. O valor dos bens de que trata o § 1º será o da data da opção de compra e o pagamento poderá ser parcelado em até 240 (duzentos e quarenta) meses.

Art. 4º. Os incentivos terão o objetivo de possibilitar a instalação e/ou ampliação de Fábrica de Móveis e/ou Atividades de Marcenaria.

Art. 5º As demais condições dos benefícios de que trata esta Lei Complementar constarão no Edital de Licitação, aplicando-se de forma subsidiária Lei n. 1.151/13.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO (LEI XXX, DE XX DE XXX DE XXX)
TERMO DE ACORDO

O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 78.510.112/0001-80, com sede na Rua Tamandaré 98, Lindóia do Sul, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Pedro Ari Parizotto, portadora da Cédula de Identidade RG nº 518.634, e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.216.619.68, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa JUCEMAR CASON ME, inscrita CNPJ-MF sob o nº 06.216.803/000164, com sede na Área Industrial, s/nº, no Município de Lindóia do Sul, SC, representada neste ato, pelo Senhor Jucemar Cason, portador da Cédula de Identidade nº 155166-7e inscrito no CPF-MF sob o nº 492.344.989-68, doravante

denominada simplesmente DEVEDOR, e perante as testemunhas abaixo firmadas, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, pactuam o presente termo de acordo, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Através da Lei Municipal nº 528 de 22 de julho de 2.004 o Município concedeu incentivos econômicos e fiscais ao Devedor com a finalidade de viabilizar o funcionamento de empresa para a produção de artefatos de madeira, cujo ato foi entendido ser irregular em função da ausência de procedimento licitatório. Diante disso, as partes resolver efetuar a reversão dos incentivos na forma que segue.

1.2. Muito embora a referida Lei cite outros incentivos, os documentos e registros existentes dão conta de que fora efetivado apenas a cessão do terreno e do barracão existente sobre o mesmo, bem como das isenções fiscais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE REGULARIZAÇÃO

2.1. O Devedor se compromete em devolver a posse do terreno e do barracão existente sobre o mesmo ao Município, assim como em pagar os benefícios fiscais recebidos.

2.2. O valor dos benefícios fiscais recebidos, atualizados até a presente data, somam a quantia de R\$ 1.989,53 (um mil novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos) e o DEVEDOR se compromete a efetuar o pagamento desta dívida em 12 (doze) parcelas mensais, com vencimento sempre no dia 20 de cada mês, vencendo a primeira em 20 de setembro de 2015.

2.2.1. Mensalmente, sempre a partir do dia 15 (quinze), o DEVEDOR deverá retirar, pessoalmente, ou por meio de preposto devidamente autorizado, o boleto relativo a cada parcela, junto ao departamento de tesouraria da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul.

2.2.2. O saldo devedor sofrerá correção monetária mensalmente, com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

2.2.3. O não pagamento de uma das parcelas, acarretará no inadimplemento da obrigação, vencendo antecipadamente as parcelas pretéritas, implicando em mora automática do DEVEDOR, independentemente de aviso ou intimação, dando ensejo à inscrição em dívida ativa e à cobrança mediante o competente processo de execução fiscal, a ser proposto no fórum da Comarca de Ipumirim/SC, independentemente de aviso ou intimação, com os encargos pertinentes.

2.3. O DEVEDOR, independentemente de aviso ou intimação, compromete-se a devolver ao MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL a posse do imóvel atualmente ocupado quando da homologação do resultado do processo licitatório lançado pelo município para selecionar projeto a ser desenvolvido no local.

2.3.1. O não cumprimento da obrigação de devolução ao município de Lindóia do Sul da posse do imóvel, acarretará no ajuizamento de ação judicial com a imputação das despesas perdas e danos e outros acréscimos, independentemente de aviso ou intimação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EFICÁCIA

O presente termo somente terá eficácia, se aprovado pela CMDE – Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, pela Câmara de Vereadores do Município de Lindóia do Sul e Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Lindóia do Sul, SC,

PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal Município	JUCEMAR CASON Jucemar Cason – ME Devedor
--	--

LEI COMPLEMENTAR Nº 261/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 261/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015
RATIFICA ACORDO COM A EMPRESA LUPA CONSTRUÇÕES LTDA, SOBRE A REVERSÃO DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS CONCEDIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 530 DE 18 DE AGOSTO DE 2004; AUTORIZA ALIENAR BEM IMÓVEL PERTENCENTE AO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica ratificado o acordo celebrado entre o Município de Lindóia do Sul/SC e a empresa Lupa Construções Ltda, sobre a reversão total dos incentivos concedidos pela Lei Municipal nº 530, de 18 de agosto de 2004, mediante devolução da posse de imóvel ocupado pela mesma e ressarcimento de forma parcelada dos incentivos fiscais recebidos, nos termos do anexo único desta Lei.

Art. 2º. A petição do acordo poderá ser assinada pelas partes anteriormente a aprovação desta Lei, passando a ter eficácia após a sanção.

Art. 3º. Fica declarado inservível à utilização nas finalidades públicas e autorizada a alienação do bem imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal, identificado como terreno de 2.024,38 m² (dois mil e vinte e quatro metros e trinta e oito centímetros quadrados) registrado no Primeiro Ofício do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia sob matrícula nº 11.761.

Parágrafo único. O ocupante do imóvel terá direito de retenção sobre as acessões efetuadas sobre o imóvel de que trata o caput, nos termos citados no anexo único desta Lei Complementar.

Art. 4º. A receita proveniente da alienação será devidamente contabilizada na Prefeitura Municipal e aplicada na forma estabelecida na LC 101/2000 de 04 de maio de 2000.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO (LEI XXX, DE XX DE XXX DE XXX)

TERMO DE ACORDO

O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 78.510.112/0001-80, com sede na Rua Tamandaré 98, Lindóia do Sul, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Pedro Ari Parizotto, portadora da Cédula de Identidade RG nº 518.634, e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.216.619.68, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa LUPA CONSTRUÇÕES LTDA, atual razão social da empresa Lupa Transportes Ltda, inscrita CNPJ-MF sob o nº 04.550.949/0001-19, com sede na Rua da Paz, s/nº, no Município de Lindóia do Sul, SC, representada neste ato, pelo seu Sócio Gerente, Senhor Osório Frare, portador da Cédula de Identidade nº 11141004e inscrito no CPF-MF sob o nº 423.443.609-72, doravante denominada simplesmente DEVEDOR, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo de acordo, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Através da Lei Municipal n. 530, de 18 de agosto de 2004, o Município concedeu incentivos fiscais e econômicos ao Devedor os foram reputados irregulares por não terem sido efetuados

mediante procedimento licitatório.

1.2. Por estar de boa-fé e na expectativa de obter a propriedade do terreno de 2.024,38m² (dois mil, vinte e quatro virgula trinta e oito metros quadrados) de área superficial, registrado no Primeiro Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, matrícula RI 11.761 com titularidade da área em favor do Município de Lindóia do Sul, o DEVEDOR encravou uma construção industrial com 245m² (duzentos e quarenta e cinco metros quadrados) de área construída, o qual gera direito de retenção.

1.3. Muito embora a Lei Municipal n. 530, de 18 de agosto de 2004 e o Termo de Concessão de Incentivos Econômicos datado de 23 de agosto do ano 2.004 citem outros, foram localizados registros e documentos que comprovam que apenas a cessão do terreno e a isenção de tributos foram efetivamente concedidos a título de incentivo.

1.4. O Devedor compromete-se em efetuar a reversão dos benefícios recebidos nos termos a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE REGULARIZAÇÃO

2.1. O valor relativo às isenções tributárias concedidas, atualizado até a presente data, soma a quantia de R\$ 4.235,90 (quatro mil duzentos e trinta e cinco reais e noventa centavos), cujo pagamento será efetuado em 12 (doze) parcelas mensais, com vencimento sempre no dia 20 de cada mês, vencendo a primeira em 20 de setembro de 2015.

2.1.1. Mensalmente, sempre a partir do dia 15 (quinze), o DEVEDOR deverá retirar, pessoalmente, ou por meio de preposto devidamente autorizado, o boleto relativo a cada parcela, junto ao departamento de tesouraria da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul.

2.1.2. O saldo devedor sofrerá correção monetária mensalmente, com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

2.1.3. O não pagamento de uma das parcelas, acarretará no inadimplimento da obrigação, vencendo antecipadamente as parcelas pretéritas, implicando em mora automática do DEVEDOR, independentemente de aviso ou intimação, dando ensejo à inscrição em dívida ativa e à cobrança mediante o competente processo de execução fiscal, a ser proposto no fórum da Comarca de Ipumirim/SC, independentemente de aviso ou intimação, com os encargos pertinentes.

2.2. O DEVEDOR, independentemente de aviso ou intimação, compromete-se a devolver ao MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL a posse do imóvel atualmente ocupado, quando da homologação do resultado do processo de leilão público lançado pelo município para a comercialização do imóvel.

2.2.1. Em virtude do direito de retenção citado na sub-cláusula 1.2, o titular do lance de compra homologado em leilão público, para receber a titularidade do terreno adquirido fará o pagamento da benfeitoria privada encravada sobre o terreno diretamente ao Devedor.

2.2.2. O não cumprimento da obrigação de devolução ao município de Lindóia do Sul da posse do imóvel, acarretará no ajuizamento de ação judicial e imputação das despesas, perdas e danos e outras despesas, independentemente de aviso ou intimação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EFICÁCIA

O presente termo somente terá eficácia, se aprovado pela CMDE – Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, pela Câmara de Vereadores do Município de Lindóia do Sul e Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Lindóia do Sul, SC,

PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal Município	OSÓRIO FRARE LUPA CONSTRUÇÃO LTDA Devedor
--	---

LEI COMPLEMENTAR Nº 262/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 262/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015

RATIFICA ACORDO COM A EMPRESA NOELI BERTOL ME SOBRE A REVERSÃO DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS CONCEDIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 477 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2002.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado o acordo celebrado entre o Município de Lindóia do Sul/SC e a empresa Noeli Bertol ME, sobre a reversão total dos incentivos concedidos pela Lei Municipal nº 477, de 14 de dezembro de 2002, mediante a devolução do valor recebido de forma parcelada, nos termos do anexo único desta Lei.

Art. 2º. A petição do acordo poderá ser assinada pelas partes anteriormente a aprovação desta Lei, passando a ter eficácia após a sanção.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO (LEI XXX, DE XX DE XXX DE XXX)

TERMO DE ACORDO

O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 78.510.112/0001-80, com sede na Rua Tamandaré 98, Lindóia do Sul, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Pedro Ari Parizotto, portadora da Cédula de Identidade RG nº 518.634, e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.216.619.68, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa NOELI BERTOL ME, na época inscrita CNPJ-MF sob o nº 02.777.155/0001-64, com sede em Linha Cotovelo, s/nº, interior, no Município de Lindóia do Sul, SC, representada neste ato, pelo Senhor Ivanor Carlos Bertol, portador da Cédula de Identidade nº 2465745 e inscrito no CPF-MF sob o nº 945.141.439-87, doravante denominada simplesmente DEVEDOR, e perante as testemunhas abaixo firmadas, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, pactuam o presente termo de acordo, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Através da Lei Municipal n. 477, de 14 de dezembro de 2002 e Termo de Concessão de Incentivos Econômicos datado de 28 de janeiro do ano 2.002 o Devedor se beneficiou de incentivos econômicos e em virtude do entendimento de que o mesmo foi irregular pela ausência de procedimento licitatório o mesmo se propõe em devolver os valores recebidos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE REGULARIZAÇÃO

2.1. Os valores concedidos a título de incentivo econômico corrigidos monetariamente até a presente data correspondem à quantia de R\$ 10.258,37 (dez mil duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos) e o DEVEDOR se compromete a efetuar a devolução dos mesmos em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com vencimento sempre no dia 20 de cada mês, vencendo a primeira em 20 de setembro de 2015.

2.1.1. Mensalmente, sempre a partir do dia 15 (quinze), o DEVEDOR deverá retirar, pessoalmente, ou por meio de preposto devidamente autorizado, o boleto relativo a cada parcela, junto ao departamento de tesouraria da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul.

2.2. O saldo devedor sofrerá correção monetária mensalmente, com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

2.3. O não pagamento de uma das parcelas, acarretará no inadimplimento da obrigação, vencendo antecipadamente as parcelas pretéritas, implicando em mora automática do DEVEDOR, independentemente de aviso ou intimação, dando ensejo à inscrição em dívida ativa e à cobrança mediante o competente processo de execução fiscal, a ser proposto no fórum da Comarca de Ipumirim/SC, independentemente de aviso ou intimação, com os encargos pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EFICÁCIA

O presente termo somente terá eficácia, se aprovado pela CMDE – Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, pela Câmara de Vereadores do Município de Lindóia do Sul e Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Lindóia do Sul, SC,

PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal Município	IVANOR CARLOS BERTOL NOELI BERTOL – ME Devedor
--	--

LEI COMPLEMENTAR Nº 263/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 263/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015
RATIFICA ACORDO COM A EMPRESA PANIFICADORA MAISA LTDA ME SOBRE A REVERSÃO DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS CONCEDIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 527 DE 22 DE JULHO DE 2004.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado o acordo celebrado entre o Município de Lindóia do Sul/SC e a empresa Panificadora Maisa Ltda ME, sobre a reversão dos incentivos recebidos pela mesma através da Lei Municipal nº 527, de 22 de julho de 2004, mediante o pagamento em dinheiro de forma parcelada, nos termos do anexo único desta Lei.

Parágrafo Único. O presente acordo não se estende à sucessora da Panificadora Maisa Ltda ME, ou seja, à empresa Maricoli Alimentos Ltda.

Art. 2º. A petição do acordo poderá ser assinada pelas partes anteriormente a aprovação desta Lei, passando a ter eficácia após a sanção.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO (LEI XXX, DE XX DE XXX DE XXX)
TERMO DE ACORDO

O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 78.510.112/0001-80, com sede na Rua Tamandaré 98, Lindóia do Sul, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Pedro Ari Parizotto, portadora da Cédula de Identidade RG nº 518.634, e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.216.619.68, doravante denominada simplesmente

MUNICÍPIO, e a empresa PANIFICADORA MAISA LTDA ME, na época inscrita CNPJ-MF sob o nº 01.058.310/0001-20, com sede na Área Industrial, no Município de Lindóia do Sul, SC, representada neste ato, pelo Senhor Valmir Cadore, portador da Cédula de Identidade nº 2465745e inscrito no CPF-MF sob o nº 845.590.209-49, doravante denominada simplesmente DEVEDOR, e perante as testemunhas abaixo firmadas, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, pactuam o presente termo de acordo, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Através da Lei Municipal n. 527, de 22 de julho de 2004 e Termo de Concessão de Incentivos de 26/07/04, o Município de Lindóia do Sul concedeu incentivos fiscais e econômicos à Devedora.

1.2. Muito embora a referida Lei Municipal e Termo de Concessão de Incentivos citem outros, segundo o apurado em registros e documentos existentes, foram efetivados os seguintes incentivos ao Devedor:

a) Estrutura pré-fabricada de concreto armado, com valores originais em R\$ 15.889,00 que atualizados até a presente data somam a quantia de R\$ 29.550,45;

b) INSS retido da empresa prestadora de serviço, com valores originais em R\$ 731,50 que atualizados somam a quantia de R\$ 1.360,45;

c) 5.000 tijolos, com valores originais em R\$ 1.500,00 que atualizados até a presente data somam a quantia de R\$ 2.742,76;

d) Tubos de Concreto (escoamento de águas pluviais), com valores originais em R\$ 700,00 que atualizados até a presente data somam a quantia de R\$ 1.270,92;

e) Isenção de tributos que atualizados até a presente data somam a quantia de R\$ 2.381,02.

Sendo que os valores atualizados totalizam R\$ 37.305,60 (trinta e sete mil, trezentos e cinco reais e sessenta centavos).

1.3. Posteriormente o Devedor transferiu a atividade empresarial e os incentivos recebidos para a Maricoli Alimentos Ltda, o qual foi autorizado pela Lei Municipal n. 830/09.

1.4. Sendo que em continuidade aos compromissos assumidos pelo Município, mediante garantia hipotecária de outro bem, este transferiu a propriedade do lote com área de 2.325,50 m², matrícula n. 24.865 do 1º Ofício do CRI da Comarca de Concórdia, SC, diretamente para a sucessora (Maricoli Alimentos Ltda), conforme escritura pública de 15 de julho de 2010, re-ratificada pela escritura pública de 13 de agosto do mesmo ano.

1.5. Posteriormente surgiu o entendimento de que todos esses benefícios foram concedidos irregularmente por ausência de procedimento licitatório.

1.6. O Devedor se dispôs em efetuar a regularização mediante a devolução de todos os benefícios que recebeu e a sucessora deste, em virtude de que o imóvel hoje se encontra hipotecado em favor de terceiros, assim como de que o Município ainda possui a garantia hipotecária, entendeu inviável a devolução do mesmo. A devolução dos benefícios recebidos pelo Devedor será efetuada nos termos a seguir.

1.7. Pelo qual, o presente acordo não envolve os benefícios concedidos após o Devedor transferir a atividade empresarial (Lei n. 830/09) e não abrange o lote com área de 2.325,50 m², matrícula n. 24.865.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE REGULARIZAÇÃO

2.1. Conforme Sub-Cláusula 1.2, o valor atualizado dos benefícios recebidos pelo Devedor somam a quantia de R\$ 37.305,60 (trinta e sete mil trezentos e cinco reais e sessenta centavos), a qual será paga ao Município em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com vencimento sempre no dia 20 de cada mês, vencendo a primeira em 20 de setembro de 2015.

2.1.1. Mensalmente, sempre a partir do dia 15 (quinze), o DEVEDOR deverá retirar, pessoalmente, ou por meio de preposto devidamente autorizado, o boleto relativo a cada parcela, junto ao departamento de tesouraria da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul.

2.2. O saldo devedor sofrerá correção monetária mensalmente, com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

2.3. O não pagamento de uma das parcelas acarretará no inadimplimento da obrigação, vencendo antecipadamente as parcelas pretéritas, implicando em mora automática do DEVEDOR, independentemente de aviso ou intimação, dando ensejo à inscrição em dívida ativa e à cobrança mediante o competente processo de execução fiscal, a ser proposto no fórum da Comarca de Ipumirim/SC, independentemente de aviso ou intimação, com os encargos pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EFICÁCIA

O presente termo somente terá eficácia, se aprovado pela CMDE – Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, pela Câmara de Vereadores do Município de Lindóia do Sul e Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Lindóia do Sul, SC,

PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal Município	VALMIR CADORE PANIFICADORA MAISA LTDA – ME Devedor
--	--

LEI COMPLEMENTAR Nº 264/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 264/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015
RATIFICA ACORDO COM A EMPRESA LEOPOLDO ZATTA ME - SOBRE A REVERSÃO DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS CONCEDIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 541 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2004; AUTORIZA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS A EMPRESA VENCEDORA DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica ratificado o acordo celebrado entre o Município de Lindóia do Sul/SC e a empresa Leopoldo Zatta – ME, sobre a reversão total dos incentivos concedidos pela Lei Municipal nº 541, de 06 de dezembro de 2004, mediante a devolução de posse de imóveis e pagamento em dinheiro de forma parcelada, nos termos do anexo único desta Lei.

Parágrafo Único. O presente acordo não se estende à antecessora da empresa Leopoldo Zatta - ME, ou seja, à empresa Serraria Santa Rita Ltda.

Art. 2º. A petição do acordo poderá ser assinada pelas partes anteriormente a aprovação desta Lei, passando a ter eficácia após a sanção.

Art. 3º. Após a formalização do ajuste contido no Anexo Único desta Lei Complementar, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico do Município fica o Poder Executivo do Município autorizado a conceder à empresa que vier a vencer processo licitatório na modalidade de Concorrência Pública, o incentivo econômico que consistirá na concessão de direito real de uso gratuito de imóvel localizado no Bairro Caminho do Sol, Município de Lindóia do Sul, composto de terreno com 6.775,26 m² de superfície e barracão industrial de 375 m² de área construída, no estado em que se encontra.

§ 1º O prazo da concessão de uso de que trata o caput será de até 20 (vinte) anos e, desde que cumpridos os compromissos assumidos, durante este prazo o beneficiado poderá exercer o direito de aquisição dos bens utilizados.

§ 2º O valor dos bens de que trata o § 1º será o da data da opção de compra e o pagamento poderá ser parcelado em até 240 (duzentos e quarenta) meses.

Art. 4º Os incentivos terão o objetivo de possibilitar as atividades relacionadas à serragem e/ou beneficiamento e industrialização de madeira e produção de seus derivados.

Art. 5º As demais condições dos benefícios de que trata esta Lei Complementar constarão no Edital de Licitação, aplicando-se de forma subsidiária Lei n. 1.151/13.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO (LEI XXX, DE XX DE XXX DE XXX) TERMO DE ACORDO

O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 78.510.112/0001-80, com sede na Rua Tamandaré 98, Lindóia do Sul, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Pedro Ari Parizotto, portadora da Cédula de Identidade RG nº 518.634, e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.216.619.68, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa LEOPOLDO ZATTA ME, inscrita CNPJ-MF sob o nº 83.569.665-000148, ATUAL DENOMINAÇÃO DE ZATTA BRUNIERA LDA, com sede no BAIRRO CAMINHO DO SOL, s/nº, no Município de Lindóia do Sul, SC, representada neste ato, pelo seu Sócio ADMINISTRADOR, Senhor JACIR ZATTA, portador da Cédula de Identidade nº 787443 e inscrito no CPF-MF sob o nº 310.840.449-00, doravante denominada simplesmente DEVEDOR, pactuam o presente termo de acordo, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Através da Lei Municipal n. 341, de 09 de dezembro de 1.999, o Município concedeu incentivos fiscais para a Serraria Santa Rita – Emerson Ari Lodi, os quais, mediante a autorização da Lei Municipal nº 541, de 06 de dezembro de 2004 e Termo de Concessão de Incentivos de 08 de dezembro de 2004 foram transferidos para o Devedor.

1.2. As partes declaram que foram efetivados os seguintes incentivos econômicos:

- doação do lote urbano com área superficial de 6.755,26 m², registrado sob a matrícula n. 25.412 do 1º Of. do CRI da Comarca de Concórdia, SC, cuja propriedade encontra-se em nome da empresa Zatta Bruniera;
- doação de um barracão industrial de 375 m², construído sobre o terreno citado na alínea anterior;
- elaboração de projeto e isenção de tributos municipais, sendo o valor atualizado de R\$ 2.343,16.

1.3. Declaram as partes que, muito embora as citadas Leis façam menção a outros incentivos os mesmos não foram diretamente em favor do Devedor.

1.4. Tendo em vista o entendimento de que a concessão desses

benefícios encontra-se irregular por não terem sido efetuados mediante procedimento licitatório, as partes resolvem efetuar a sua reversão nos termos das cláusulas a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE REGULARIZAÇÃO

2.1. O valor despendido com a elaboração do projeto e com a isenção de tributos soma a quantia de R\$ 2.343,16 (dois mil trezentos e quarenta e três reais e dezesseis quatro centavos), a qual será devolvida ao Município em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, com vencimento sempre no dia 20 de cada mês, vencendo a primeira em 20 de setembro de 2015.

2.1.1. Mensalmente, sempre a partir do dia 15 (quinze), o DEVEDOR deverá retirar, pessoalmente, ou por meio de preposto devidamente autorizado, o boleto relativo a cada parcela, junto ao departamento de tesouraria da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul.

2.2. O saldo devedor sofrerá correção monetária mensalmente, com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

2.3. O não pagamento de uma das parcelas, acarretará no inadimplemento da obrigação, vencendo antecipadamente as parcelas pretéritas, implicando em mora automática do DEVEDOR, independentemente de aviso ou intimação, dando ensejo à inscrição em dívida ativa e à cobrança mediante o competente processo de execução fiscal, a ser proposto no fórum da Comarca de Ipumirim/SC, independentemente de aviso ou intimação, com os encargos pertinentes.

2.4. O Município efetuará processo licitatório visando a concessão de incentivos econômicos com a concessão de direito real de uso gratuito dos imóveis descritos na Sub-Cláusula 1.2, alíneas “a” e “b” e, para tanto, o DEVEDOR, independentemente de aviso ou intimação, compromete-se a devolver ao MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL a propriedade e posse dos referidos bens, quando da homologação do seu resultado. A propriedade dos imóveis citados na Sub-Cláusula 1.2, alíneas “a” e “b” poderão ser transferidos diretamente ao vencedor da licitação.

2.4.2. O titular do projeto homologado em certame licitatório para receber incentivos econômicos fará o pagamento das benfeitorias privadas encravadas sobre os imóveis, que não foram cedidas pelo Município e que geram direito de retenção, uma vez que ao executá-las o Devedor encontrava-se de boa-fé. A discriminação das mesmas e o seu respectivo valor serão devidamente informadas no edital de licitação. O pagamento dessas benfeitorias privadas serão efetuadas diretamente ao Devedor.

2.5. O não cumprimento da obrigação de devolução ao município de Lindóia do Sul da posse do imóvel acarretará no ajuizamento de ação judicial para reaver a posse e propriedade, indenização, perdas e danos. O não pagamento dos valores acarretará a incidência de multa de 02% (dois por cento), inscrição em dívida ativa e execução judicial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EFICÁCIA

O presente termo somente terá eficácia, se aprovado pela CMDE – Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, pela Câmara de Vereadores do Município de Lindóia do Sul e Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Lindóia do Sul, SC,

PEDRO ARI PARIZOTTO JACIR ZATTA

Prefeito Municipal LEOPOLDO ZATTA - ME

MUNICÍPIO Devedor

LEI COMPLEMENTAR Nº 265/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 265/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015 RATIFICA ACORDO COM A EMPRESA SERRARIA SANTA RITA – EMERSON ARI LODI SOBRE A REVERSÃO DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS CONCEDIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 341 DE 09 DE DEZEMBRO DE 1999.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado o acordo celebrado entre o Município de Lindóia do Sul/SC e a empresa Serraria Santa Rita – Emerson Ari Lodi, sobre a reversão dos incentivos recebidos pela mesma através da Lei Municipal nº 341, de 09 de dezembro de 1999, mediante o pagamento em dinheiro de forma parcelada, nos termos do anexo único desta Lei.

Parágrafo Único. O presente acordo não se estende à sucessora da Serraria Santa Rita Ltda, ou seja, à empresa Zatta Bruniera Ltda.

Art. 2º. A petição do acordo poderá ser assinada pelas partes anteriormente a aprovação desta Lei, passando a ter eficácia após a sanção.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO (LEI XXX, DE XX DE XXX DE XXX)

TERMO DE ACORDO

O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 78.510.112/0001-80, com sede na Rua Tamandaré 98, Lindóia do Sul, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Pedro Ari Parizotto, portadora da Cédula de Identidade RG nº 518.634, e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.216.619.68, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa SERRARIA SANTA RITA – EMERSON ARI LODI, na época inscrita CNPJ-MF sob o nº 02.200.609/0001-30, com sede no Bairro Caminho do Sol, no Município de Lindóia do Sul, SC, representada neste ato, pelo Senhor Emerson Ari Lodi, portador da Cédula de Identidade nº 18769756 e inscrito no CPF-MF sob o nº 844.838.579-81, doravante denominada simplesmente DEVEDOR, e perante as testemunhas abaixo firmadas, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, pactuam o presente termo de acordo, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Através da Lei Municipal n. 341, de 09 de dezembro de 1999, o Município de Lindóia do Sul concedeu incentivos fiscais e econômicos à Devedora. Através da Lei Municipal n. 541, de 06 de dezembro de 2004 os incentivos foram transferidos à Zatta Bruniera Ltda.

1.2. Segundo o apurado em registros e documentos existentes, foram efetivados os seguintes incentivos ao Devedor:

a) Isenção de tributos que atualizados até a data da transferência da concessão de incentivos somam a quantia de R\$ 1.705,67.

1.3. Posteriormente o Devedor transferiu a atividade empresarial e os incentivos recebidos para a Zatta Bruniera Ltda, o qual foi autorizado pela Lei Municipal n. 541/04.

1.4. Posteriormente surgiu o entendimento de que todos esses benefícios foram concedidos irregularmente por ausência de procedimento licitatório.

1.5. O Devedor se dispôs em efetuar a regularização mediante a devolução de todos os benefícios que recebeu e que não foram transferidos à sucessora deste, ou seja, os tributos isentados. A devolução dos benefícios recebidos pelo Devedor será efetuada nos termos a seguir.

1.7. Pelo qual, o presente acordo não envolve os benefícios concedidos após o Devedor transferir a atividade empresarial (Lei n. 541/04) e não abrange o lote com área de 6.755,26 m², matrícula n. 25412 e barracão industrial encravado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE REGULARIZAÇÃO

2.1. Conforme Sub-Cláusula 1.2, o valor atualizado dos benefícios recebidos pelo Devedor somam a quantia de R\$ 1.705,67 (um mil setecentos e cinco reais e sessenta e sete centavos), a qual será paga ao Município em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com vencimento sempre no dia 20 de cada mês, vencendo a primeira em 20 de setembro de 2015.

2.1.1. Mensalmente, sempre a partir do dia 15 (quinze), o DEVEDOR deverá retirar, pessoalmente, ou por meio de preposto devidamente autorizado, o boleto relativo a cada parcela, junto ao departamento de tesouraria da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul.

2.2. O saldo devedor sofrerá correção monetária mensalmente, com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

2.3. O não pagamento de uma das parcelas acarretará no inadimplimento da obrigação, vencendo antecipadamente as parcelas pretéritas, implicando em mora automática do DEVEDOR, independentemente de aviso ou intimação, dando ensejo à inscrição em dívida ativa e à cobrança mediante o competente processo de execução fiscal, a ser proposto no fórum da Comarca de Ipumirim/SC, independentemente de aviso ou intimação, com os encargos pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EFICÁCIA

O presente termo somente terá eficácia, se aprovado pela CMDE – Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, pela Câmara de Vereadores do Município de Lindóia do Sul e Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Lindóia do Sul, SC,

PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal Município	EMERSON ARI LODI SERRARIA SANTA RITA – EMERSON ARI LODI Devedor
--	--

LEI COMPLEMENTAR Nº 266/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 266/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015
RATIFICA ACORDO COM A EMPRESA AUTO POSTO ATENA LTDA EPP - SOBRE A REVERSÃO DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS CONCEDIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 330 DE 11 DE AGOSTO DE 1999. Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado o acordo celebrado entre o Município de Lindóia do Sul/SC e a empresa Auto Posto Sigabem Ltda, atual razão

social Auto Posto Atena Ltda EPP sobre a reversão total dos incentivos, concedido pela Lei Municipal nº 330, de 11 de agosto de 1999, mediante a permuta de lotes, nos termos do anexo único desta Lei. Parágrafo único. O valor do lote a ser recebido pelo Município não poderá ser inferior ao que foi doado.

Art. 2º. A petição do acordo poderá ser assinada pelas partes anteriormente a aprovação desta Lei, passando a ter eficácia após a sanção.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO (LEI XXX, DE XX DE XXX DE XXX) TERMO DE ACORDO

O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 78.510.112/0001-80, com sede na Rua Tamandaré 98, Lindóia do Sul, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Pedro Ari Parizotto, portadora da Cédula de Identidade RG nº 518.634, e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.216.619.68, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa AUTO POSTO ATENA LTDA EPP, inscrita CNPJ-MF sob o nº 16.978.540/0001-84, com sede na Rodovia SC 473 km 31, Bairro Industrial, s/nº, no Município de Lindóia do Sul, SC, representada neste ato, pelo seu Sócio Gerente, Senhor Daniel Zonta, portador da Cédula de Identidade nº 37435434e inscrito no CPF-MF sob o nº 005.036.029-90, doravante denominada simplesmente DEVEDOR, e o Sr. Albino Frederico Techio, portador de Cédula de Identidade nº517.161 e inscrito no CPF – MF sob o nº 065.665.109-15 e sua esposa Sra Olga Zanella Techio CPF – MF sob o nº 923.792.229-91, doravante denominados promitentes PAGADORES, perante as testemunhas abaixo firmadas, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, pactuam o presente termo de acordo, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Tendo em vista o entendimento de que a doação do lote objeto da matrícula n. 16.812 do 1º Ofício do CRI de Concórdia, SC, autorizado pela Lei Municipal n. 330, de 11 de agosto de 1999, com o objetivo de instalar um posto de abastecimento de combustíveis, foi irregular em função da ausência de procedimento licitatório e que hoje o referido imóvel encontra-se hipotecado, impossibilitando a sua reversão imediata ao Município, as partes ajustam regularizar a situação nos termos das cláusulas seguintes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE REGULARIZAÇÃO

2.1. As partes efetuam o compromisso de permutar o imóvel doado pelo Município por outra área de terreno urbano a ser desdobrado do lote objeto da matrícula n. 16.813 do 1º Ofício do CRI de Concórdia, SC, de propriedade dos promitentes PAGADORES.

2.1.1. O DEVEDOR e os promitentes PAGADORES se comprometem, solidariamente, em efetuar o desdobro ou desmembramento da área de 2.000 m² do imóvel objeto da matrícula n. 16.813 do 1º Ofício do CRI de Concórdia, SC, individualizando a mesma junto ao CRI mediante a abertura de matrícula própria e depois transferirem a propriedade desta ao MUNICÍPIO, assinando a competente escritura pública e tudo mais que seja necessário para a transferência de pleno domínio e posse em favor deste último, livre de qualquer vício ou ônus.

2.1.2. Conforme avaliação efetuada pela Comissão Interna da Prefeitura Municipal e ART expedida por profissional habilitado, as partes declaram que os valores da presente regularização ou permuta de lotes envolvem as seguintes quantias:

a) lote doado pelo Município e objeto da matrícula n. 16.812 do 1º

Ofício do CRI de Concórdia, SC, com área de 2.000 m² (dois mil metros quadrados) sem qualquer acessão ou construção sobre o mesmo (terra nua), foi avaliado em R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais);

b) lote a ser desmembrado da matrícula n. 16.813 do 1º Ofício do CRI de Concórdia, SC, com área de 2.000 m² (dois mil metros quadrados), que deverá ser transferido ao Município, sem qualquer acessão ou construção sobre o mesmo (terra nua), foi avaliado em R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

2.2. A transferência definitiva da área de 2.000 m² citada na Cláusula 2.1.1, com o competente registro junto ao CRI, deverá ser efetuada tão logo o presente acordo seja aprovado nos setores competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

2.3. O não cumprimento da obrigação aqui assumida acarretará na imediata desocupação e devolução do lote objeto da matrícula n. 16.812 do 1º Ofício do CRI de Concórdia, SC, que foi doado pelo Município, sem prejuízo de o Município, a sua escolha, exigir o cumprimento da obrigação com a incidência da multa de 02% (dois por cento) sobre o valor especificado na Cláusula 2.1.2, “a”, cobrar perdas, danos e demais despesas.

CLÁUSULA QUARTA – DA EFICÁCIA

O presente termo somente terá eficácia, se aprovado pela CMDE – Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico e pela Câmara de Vereadores do Município de Lindóia do Sul e Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Lindóia do Sul, SC,

PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal Município	DANIEL ZONTA AUTO POSTO ATENA LTDA EPP Devedor
--	--

ALBINO FREDERICO TECHIO
PROMINENTE PAGADOR

LEI COMPLEMENTAR Nº 267/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 267/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015
AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS A EMPRESA VENCEDORA DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo do Município autorizado a proceder à reversão dos incentivos e benefícios citados no inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar n. 110, de 22 de novembro de 2007, destinados para a Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial Familiar de Lindóia do Sul - COPAFAL, com posterior transferência dos mesmos à empresa vencedora do processo licitatório na modalidade de Concorrência Pública.

Parágrafo único. A beneficiada com os incentivos de que trata a Lei Complementar n. 110/07 os devolverá ao Município, o qual, posteriormente, os repassará a outro interessado que desenvolva atividade similar, inclusive com atendimento das exigências de enquadramento estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Integração Nacional, órgão que repassou os recursos financeiros para viabilizar os benefícios.

Art. 2º. O vencedor da licitação ficará vinculado à obrigação de efetuar o trespasse dos demais bens do estabelecimento da Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial Familiar de Lindóia do Sul - COPAFAL e a dar continuidade na atividade na área territorial do Município de Lindóia do Sul.

Art. 3º. As demais condições da transferência dos incentivos de que trata esta Lei Complementar constarão no Edital de Licitação, aplicando-se de forma subsidiária Lei n. 580/2015 e alterações posteriores.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

LEI ORDINÁRIA Nº 1280/2015

LEI ORDINÁRIA Nº 1.280/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015
AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO, PARA ENTIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, para a Associação de Agricultores de Linha Mimosa, no montante de até R\$ 3.500,00 para a realização da Festa do Colono.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

LEI ORDINÁRIA Nº 1282/2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.282, DE 15 DE JULHO DE 2015
AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM ENTIDADE VISANDO A REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênio de cooperação com a Sociedade Esportiva e Recreativa Juventude para a entidade representar o Município de Lindóia do Sul em competições esportivas regionais, estaduais e interestaduais voltadas à promoção da modalidade esportiva do bolão.

Art. 2º Como participação do Município para a concretização do objetivo do convênio especificado no artigo anterior poderá efetuar o pagamento de bolsa aos atletas, providenciar o fardamento e/ uniformes aos mesmos, devidamente identificados com o nome do Município de Lindóia do Sul, viabilizar transporte aos atletas para o local das competições, repassar recursos financeiros e demais despesas relacionadas aos eventos desportivos em que houver a representação.

Art. 3º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei poderão ser no montante de até R\$ 3.000,00 (dois mil reais) e correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2015.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

LEI ORDINÁRIA Nº 1283/2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.283, DE 15 DE JULHO DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.019 – Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

3.3.50.00.00.00.00.0104 – Transferência a Inst. Priv. Sem Fins
LucratR\$ 3.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.019 – Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

4.4.50.00.00.00.00.0104 – Transferência a Inst. Priv. Sem Fins

LucratR 3.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

LIE ORDINÁRIA Nº 1281/2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.281, DE 15 DE JULHO DE 2015

AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM ENTIDADE VISANDO A REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO E PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ENTIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênio de cooperação com a Sociedade Esportiva e Recreativa Palmeira, de Linha Alegre para a entidade representar o Município de Lindóia do Sul em competições esportivas e para as despesas de manutenção da entidade.

Art. 2º Como participação do Município para a concretização do objetivo do convênio especificado no artigo anterior poderá viabilizar transporte aos atletas para o local das competições, repassar recursos financeiros e demais despesas relacionadas aos eventos desportivos em que houver a representação.

Art. 3º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei poderão ser no montante de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2015.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE CONVÊNIO 0242015

EXTRATO DE CONVÊNIO
PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 024/2015

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA LEÃOZINHO

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA LEÃOZINHO, a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

DOTAÇÃO: Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: Até 20/11/2015.

Luzerna, 16 de julho de 2015.

JULIANO SCHNEIDER Prefeito de Luzerna em exercício CONVENIENTE	MARLENE WEIRICH BALLER ASSOCIAÇÃO DE MORADO- RES DA LINHA LEÃOZINHO CONVENIADA			CONVENIADA
---	---	--	--	------------

PORTARIA 086/15

PORTARIA Nº 086/15 de 13 de julho de 2015.

“ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR A SERVIDORA QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR, temporariamente, até 18 de dezembro de 2015 ou o retorno da titular, CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR de mais 30 horas semanais a servidora JANELISE BRESSAN DE LÁZARO, contratada para exercer as funções de Professora II, 10 horas semanais, no ensino Fundamental, na disciplina de Artes, sendo 28 horas de trabalho com alunos e 07 horas de trabalho pedagógico, em substituição a servidora Vivian Emilli Fallgatter Silva, em licença saúde e posterior licença gestação, em conformidade com o inciso II do art. 9º, art.12, inciso III, e o §4º do art.13, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações posteriores, a partir de 14 de julho de 2015.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de junho de 2015.

Luzerna(SC), 13 de julho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 087/15

PORTARIA Nº 087/15 de 16 de julho de 2015.

“ACATA PEDIDO DE DISPENSA DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC) em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ACATAR PEDIDO DE DISPENSA da servidora CLENI IZABEL TURRA, contratada temporariamente para exercer a função de Professora II, 20 horas semanais, na Educação Infantil, através da Portaria nº 052/09 de 05 de fevereiro de 2009, a partir de 16 de julho de 2015.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de julho de 2015.

Luzerna(SC), 16 de julho de 2015.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito de Luzerna em exercício

Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 44/2015

PORTARIA Nº 44/2015, de 16 de julho de 2015

NOMEIA ASSESSORA LEGISLATIVA

Ver. Eder Gielgen, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, artigo 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07, e art. 2º da Lei Municipal nº 4087 de 10.03.2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Patrícia Pereira, para o cargo em Comissão de Assessora Legislativa, padrão DAS-3, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mafra, com vencimento de R\$ 2.710,25 (dois mil, setecentos e dez reais e vinte e cinco centavos), a partir do dia 17 (dezesete) de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 16 de julho de 2015.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 12/2015 - DISPENSA DE LICITAÇÃO - FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº 12/2015 - Dispensa de Licitação

Do objeto: Aquisição de medicamentos para hipertensos e diabéticos, medicamentos controlados e da farmácia básica para atender as necessidades dos municípios de Maracajá.

Do fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC, inscrito no CNPJ sob nº 01.356.308/0001-37.

Do valor: O valor global estimado dos serviços importa em R\$ 183.896,17 (cento e oitenta e três mil oitocentos e noventa e seis reais e dezessete centavos).

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Maracajá/SC, 16 de julho de 2015.
Itaionara Tramontin Recco
Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DA LICITAÇÃO 42/2015 - PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 42/2015 - Pregão Presencial - menor preço Item

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino e Peti, para manutenção das atividades do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, do Conselho Tutelar e das atividades da Melhor Idade, manutenção da Administração Municipal e para alimentação dos animais do parque ecológico, durante o período de agosto a dezembro de 2015

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 29/07/2015

Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08h30min as 12h e das 13h30min as 17h30min, em dias úteis ou no site www.maracaja.sc.gov.br . Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 17 de julho de 2015.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 75/2015

DECRETO Nº 75, DE 10 DE JULHO DE 2015.

Aprova Loteamento denominado "GIOMBELLI" e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aprovado o Loteamento denominado "GIOMBELLI", de propriedade de Odilo José Giombelli, portador da CI nº 353.332-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 098.073.819-91, e Claudina Pauletto Giombelli, portadora da CI nº 1.123.407-SESP/SC, inscrita no CPF sob nº 850.150.679-68, ambos brasileiros, casados, agricultores aposentados, residentes e domiciliados na Linha Engel, Interior, no Município de Maravilha/SC.

Art. 2º O imóvel onde está implantado o Loteamento "GIOMBELLI" é o seguinte: Chácara Urbana nº (29), situada no Bairro Padre Antônio, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de "Vinte e oito mil, quinhentos e noventa metros quadrados" (28.590,00 m²), sem edificações, com as confrontações constantes da Matrícula nº 17.928, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca.

Art. 3º Com a implantação do Loteamento "GIOMBELLI", o imóvel objeto da Matrícula nº 17.928, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca, com a área de 28.590,00 m², será fracionado e transformado em quadras, lotes urbanos e vias públicas, da seguinte forma:

A área de (28.590,00 m²) que constitui o Loteamento denominado "GIOMBELLI", será composta de 5 (cinco) quadras, estas divididas em 39 (trinta e nove) Lotes Urbanos, assim constituídos:

	Quadras	Quantidade de Lotes	Área em m²	Total em m²
	1	6	5.455,03	
	2	15	7.167,86	
	3	5	2.461,77	
	4	3	1.174,66	
	5	10	3.499,53	
Total	5	39	19.758,85	19.758,85
	Área das vias de circulação 8.831,15			
	Total da área loteada (área de matrícula 17.928) 28.590,00			

Art. 4º As vias públicas do Loteamento "GIOMBELLI", terão as seguintes denominações, larguras e direcionamento:

Prolongadas: Avenida Jorge Lacerda, com 16,00 metros de largura.

Rua Independência, com 16,00 metros de largura.

Projetadas: Rua Venancio Euclides de Andrade, com 12,00 metros de largura.

Direcionamento das Vias de Circulação:

- Norte - Sul: Avenida Jorge Lacerda e Rua Independência.
- Leste - Oeste: Rua Venancio Euclides de Andrade.

Art. 5º Caberá ao Poder Público Municipal a área de "catorze mil, seiscentos e cinquenta e dois metros e sessenta e oito centímetros quadrados" (14.652,68 m²), correspondente a 51,2510668% da área loteada, que passarão ao domínio do Município, por ocasião do registro do Loteamento, sendo:

Áreas destinadas ao Poder Público Municipal:

ÁREAS	TOTAIS / m²	TOTAIS %
Área das vias de circulação	8.831,15	30,8889471
Área de APP	3.286,68	11,4959076
-Lote Urbano nº 1, Quadra nº 1		
Área Verde	1.501,00	5,2500874
-Lote Urbano nº 1, Quadra nº 2		
Área Institucional (Equipamento Público)	1.033,85	3,6161245
-Lote Urbano nº 15, Quadra nº 2		
Totais	14.652,68	51,2510668%

Percentual Total da Área Loteada = 51,2510668%		
--	--	--

Art. 6º A área loteada destina-se a uma Zona Predominantemente Residencial, devendo ser, nas edificações, observada a legislação municipal que disciplina o assunto.

Art. 8º Este Decreto foi elaborado nos termos dos memoriais descritivos e plantas, devidamente assinadas por profissionais especializados e aprovadas pelos órgãos competentes.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

Decreto nº 76/2015

DECRETO Nº 76, DE 14 DE JULHO DE 2015

Declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência as áreas do Município de Maravilha atingidas por alagamento e inundação, e da outras providências.

ROSIMAR MALDANER, Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70 da Lei Orgânica do Município, nos termos do Artigo 7º, do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010 e na Resolução nº 3, de 02 de julho de 1999, do Conselho Nacional de Defesa Civil, Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, e Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006

Considerando as fortes chuvas que atingiram o Município na data de hoje, áreas urbana e rural, ocasionando alagamentos, enxurradas e inundações,

Considerando que as consequências de ordem social e material sofridas

Considerando a recomendação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil- COMPDEC , conforme ata anexa, parte integrante do presente

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por alagamento, enxurrada e inundações caracterizada por situação de emergência.

Parágrafo único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN e pelo Mapa ou Croqui da área afetada.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a lançar mão da legislação vigente, para que possa atender às necessidades resultantes da situação declarada, dentro dos limites de competência da Administração Pública.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 dias.

Parágrafo Único. O prazo de vigência deste Decreto pode se prorrogado até, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias.

Maravilha, SC, 14 de Julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal de Maravilha

SANDRO DONATI

Secretário de Planej. Adm.

DECRETO Nº 77/2015

DECRETO Nº 77, DE 14 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre suspensão das aulas na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A situação de calamidade pública em decorrência das chuvas ocorridas no dia 14 de julho do ano corrente provocando enxurradas e alagamentos em diversas áreas urbanas e rurais do Município de Maravilha/SC.

Que todas as escolas da Rede Municipal de Ensino foram atingidas pela enxurrada e necessitam de limpeza e reestruturação do espaço físico e reposição do material escolar.

Que o Centro de Educação Infantil Branca de Neve foi destruído com a enxurrada.

Que há comunidades do interior que estão isoladas, sem acesso em função da cheia dos rios, destruição de pontes, pontilhões, acessos e estradas ocasionadas pelas chuvas.

O perigo na trafegabilidade dos veículos que realizam o transporte escolar.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas as aulas da Rede Municipal de Ensino nos dias 14 e 15 de Julho de 2015.

Art. 2º Fica antecipado o recesso escolar para o período de 16 de julho a 3 de agosto de 2015 para o Ensino Fundamental e Pré-escola da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. A Educação Infantil, creches (berçário, maternal 1, maternal 2 e maternal 3) terá atendimento normal até o dia 20 de julho, exceto o Centro de Educação Infantil Branca de Neve.

Art. 3º Ficam suspensas as atividades do Centro de Educação Infantil Branca de Neve por período indeterminado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 14 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 80/2015

DECRETO Nº 80, DE 15 DE JULHO DE 2015

Declara Estado de Calamidade Pública nas áreas do Município afetadas por enxurradas - COBRADE: 12.200 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, nos termos do Artigo 7º, do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e do inciso VI, do artigo 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO,

Que as chuvas ocorridas no dia 14 do corrente provocaram significativo aumento no volume pluviométrico no Município de Maravilha, ocorrendo enxurradas e alagamentos em diversas áreas urbanas e rurais do Município, conforme FIDE (Formulário de Informações do Desastre);

Que a precipitação desse grande volume de água em um pequeno intervalo de tempo resultou em significativos danos e prejuízos constantes no FIDE;

Que a recomendação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC - relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Estado de Calamidade Pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Estado de Calamidade Pública nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como ENXURRADAS - COBRADE - 12.200, conforme IN/MI nº 01/2012, de 24 de agosto de 2012.

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo a lançar mão da legislação vigente, para que possa atender às necessidades resultantes da situação declarada, dentro dos limites de competência da Administração Pública.

Art. 3º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC - nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 4º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 5º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I- penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II- usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 6º Com base no inciso IV, do artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 8º Revoga-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 76, de 14 de julho de 2015.

Maravilha - SC, 15 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 80/2015

DECRETO Nº 80, DE 15 DE JULHO DE 2015

Declara Estado de Calamidade Pública nas áreas do Município afetadas por enxurradas - COBRADE: 12.200 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, nos termos do Artigo 7º, do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e do inciso VI, do artigo 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO,

Que as chuvas ocorridas no dia 14 do corrente provocaram significativo aumento no volume pluviométrico no Município de Maravilha, ocorrendo enxurradas e alagamentos em diversas áreas urbanas e rurais do Município, conforme FIDE (Formulário de Informações do Desastre);

Que a precipitação desse grande volume de água em um pequeno intervalo de tempo resultou em significativos danos e prejuízos constantes no FIDE;

Que a recomendação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC - relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Estado de Calamidade Pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Estado de Calamidade Pública nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como ENXURRADAS - COBRADE - 12.200, conforme IN/MI nº 01/2012, de 24 de agosto de 2012.

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo a lançar mão da legislação vigente, para que possa atender às necessidades resultantes da situação declarada, dentro dos limites de competência da Administração Pública.

Art. 3º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC - nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 4º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 5º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas

ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I- penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II- usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 6º Com base no inciso IV, do artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 8º Revoga-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 76, de 14 de julho de 2015.

Maravilha - SC, 15 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 81/2014

DECRETO Nº 81, DE 15 DE JULHO DE 2015

Prorroga pagamento da 3ª Parcela do IPTU 2015 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Decreto nº 156, de 3 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Calendário Fiscal do Município de Maravilha/SC para o exercício financeiro de 2015.

O Decreto nº 81, de 15 de julho de 2015, que declara Estado de Calamidade Pública no Município de Maravilha/SC.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o pagamento da 3ª Parcela do IPTU 2015 para até o dia 14 DE AGOSTO DE 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 15 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 82/2015

DECRETO Nº 82, DE 15 DE JULHO DE 2015.

Altera dispositivo do Decreto nº 37, de 13 de abril de 2015 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto alterado o art. 7º, do Decreto nº 37, de 13 de abril de 2015, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Fica caucionado conforme Termo de Compromisso e Caução e nos termos da Lei Municipal nº 1.344, de 22 de novembro de 1988, os lotes urbanos de nºs abaixo especificados, todos do Loteamento “GRANDO”, em garantia da execução das obras de infraestrutura descritas no Termo de Compromisso para Implantação de Infraestrutura de Loteamento, firmado aos 10 de março de 2015, e Cronograma Físico Financeiro apresentado.

Nº DO LOTE	Nº DA QUADRA	ÁREA DO LOTE	VALOR DO LOTE
8	1	420,00 m²	R\$ 84.000,00
1	2	320,74 m²	R\$ 64.148,00
2	2	315,10 m²	R\$ 63.020,00
1	3	397,15 m²	R\$ 79.430,00
4	3	350,00 m²	R\$ 70.000,00
5	3	300,00 m²	R\$ 70.200,00
6	3	300,00 m²	R\$ 60.000,00
7	3	325,00 m²	R\$ 65.000,00
8	3	300,00 m²	R\$ 60.000,00
9	3	300,00 m²	R\$ 60.000,00
10	3	300,00 m²	R\$ 60.000,00
11	3	310,00 m²	R\$ 62.000,00
7	4	302,40 m²	R\$ 60.480,00
8	4	302,40 m²	R\$ 60.480,00
3	5	351,00 m²	R\$ 70.200,00
4	5	351,00 m²	R\$ 70.200,00
5	5	351,00 m²	R\$ 70.200,00
6	5	351,00 m²	R\$ 70.200,00
7	5	364,00 m²	R\$ 72.800,00
8	5	338,00 m²	R\$ 67.600,00
9	5	335,40 m²	R\$ 67.080,00
10	5	364,00 m²	R\$ 72.800,00
11	5	349,70 m²	R\$ 69.940,00
12	5	349,70 m²	R\$ 69.940,00
15	5	347,97 m²	R\$ 69.594,00
16	5	362,94 m²	R\$ 72.588,00
TOTAL DE LOTES		ÁREA TOTAL	VALOR TOTAL
26		8.758,50 m²	R\$ 1.764.246,00

Art. 2º Os demais artigos do referido decreto permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 15 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

DECRETO Nº 83/2015

DECRETO Nº 83, DE 16 DE JULHO DE 2015

Aprova unificação de imóveis urbanos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a unificação dos seguintes imóveis: Parte do Lote Urbano nº (5), com área de (495,00 m²) e Parte do Lote Urbano nº (5), com área de (285,12 m²), perfazendo a área total de (780,12 m²), ambos da Quadra nº 19, Loteamento Bairro Padre Antônio, situados nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, objetos das Matrículas nº 1.174 e 19.977 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, de propriedade de Claudia Regina Serpa, brasileira, solteira, maior, secretária, nascida aos 16 de março de 1987, portadora da C.I. RG nº 4.391.904-SESP/SC, inscrita no CPF sob nº 064.073.849-40, filha de Eli dos Santos Serpa e Dorildes Luiza Dossena Serpa, domiciliada e residente na Rua Duque de Caxias, nº 340, apto 202, Centro, nesta Cidade, conforme mapa, memorial descritivo e RRT assinados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG. NAC./CAU A50862-4, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL UNIFICADO

PARTES DO LOTE URBANO Nº (5) DA QUADRA Nº (19), situado no Loteamento Bairro Padre Antônio, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com as áreas respectivas de (495,00 m² e 285,12 m²), perfazendo a área total de (780,12 m²), sem edificações, confrontando em conjunto:- ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº (5), na extensão de 33,00 metros, de Fábio Luiz Ballestreri, M. 1.100;- ao Sul, com a Avenida 27 de Julho, na extensão de 33,00 metros;- ao Leste, com a Rua Presidente Dutra, na extensão de 23,64 metros;- ao Oeste, com parte do lote urbano nº (6), na extensão de 23,64 metros, de Dayane Gheno e Maurício Devenci Vendrame, M. 9.414.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 40, de 15 de abril de 2015.

Maravilha - SC, 16 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 83/2015

DECRETO Nº 83, DE 16 DE JULHO DE 2015

Aprova unificação de imóveis urbanos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a unificação dos seguintes imóveis: Parte do Lote Urbano nº (5), com área de (495,00 m²) e Parte do Lote Urbano nº (5), com área de (285,12 m²), perfazendo a área total de (780,12 m²), ambos da Quadra nº 19, Loteamento Bairro Padre Antônio, situados nesta Cidade, Município

e Comarca de Maravilha/SC, objetos das Matrículas nº 1.174 e 19.977 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, de propriedade de Claudia Regina Serpa, brasileira, solteira, maior, secretária, nascida aos 16 de março de 1987, portadora da C.I. RG nº 4.391.904-SESP/SC, inscrita no CPF sob nº 064.073.849-40, filha de Eli dos Santos Serpa e Dorildes Luiza Dossena Serpa, domiciliada e residente na Rua Duque de Caxias, nº 340, apto 202, Centro, nesta Cidade, conforme mapa, memorial descritivo e RRT assinados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG. NAC./CAU A50862-4, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL UNIFICADO

PARTES DO LOTE URBANO Nº (5) DA QUADRA Nº (19), situado no Loteamento Bairro Padre Antônio, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com as áreas respectivas de (495,00 m² e 285,12 m²), perfazendo a área total de (780,12 m²), sem edificações, confrontando em conjunto:- ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº (5), na extensão de 33,00 metros, de Fábio Luiz Ballestreri, M. 1.100;- ao Sul, com a Avenida 27 de Julho, na extensão de 33,00 metros;- ao Leste, com a Rua Presidente Dutra, na extensão de 23,64 metros;- ao Oeste, com parte do lote urbano nº (6), na extensão de 23,64 metros, de Dayane Gheno e Maurício Devenci Vendrame, M. 9.414.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 40, de 15 de abril de 2015.

Maravilha - SC, 16 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Complementar nº 75/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 15 DE JULHO DE 2015

Institui contribuição de melhoria e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas de pavimentação com pedras irregulares, terraplenagem, drenagem pluvial, meio fio, sinalização viária e obras complementares, tendo como limite total as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado, compreendendo aqueles diretamente localizados no seguinte logradouro: Rua São José (trecho compreendido entre a Rua São Jorge e a Rua Nidolfo Mattje) na extensão de 909,00 m2.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, corresponde à quantia de R\$ 48.002,37 (quarenta e oito mil, dois reais e trinta e sete centavos), tendo como fonte recursos próprios do Município de Maravilha.

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º Para o cálculo da contribuição de melhoria será observado o seguinte:

I - a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, através do departamento de planejamento, encarregado pela execução da obra, elaborará a respectiva planta, na qual constarão os imóveis atingidos diretamente pela obra, que comporão a zona de influência, oportunidade na qual deverá elaborar o memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital.

II - a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, através do departamento competente, relacionará em lista própria, todos os imóveis que se encontrem dentro da zona de influência definida na forma do inciso anterior, conforme cadastro imobiliário municipal, bem como fixará seu valor venal territorial, por meio de avaliação, independentemente dos valores que constarem no cadastro imobiliário fiscal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado em face do valor de mercado dos imóveis.

III - após a conclusão da obra o Município realizará nova avaliação dos imóveis abrangidos pela valorização, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior e o atual.

IV - os valores obtidos nas avaliações referidas nos incisos II e III deste artigo balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel constante na zona de influência definida pelo inciso II do mesmo artigo.

V - o órgão competente municipal calculará o valor da contribuição de melhoria devida pelos titulares de cada imóvel constante na relação a que se refere o inciso I deste artigo, por meio de sistema de proporção simples (regra de três), no qual o somatório das valorizações dos imóveis balizará proporcionalmente cada valorização, assim como a parcela do custo a ser recuperada está para cada contribuição de melhoria.

Art. 6º As avaliações dos imóveis de que trata esta Lei serão efetivadas pela Comissão Municipal de Avaliação de Bens Imóveis designada através do Decreto Municipal nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 7º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, após a execução das obras, publicará o Edital contendo os seguintes requisitos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV - delimitação da zona beneficiada;

V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela

contidas;

VI - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, a contar do lançamento, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos nos incisos anteriores;

VII - valorização de cada imóvel e o valor da respectiva contribuição de melhoria.

VIII - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§ 1º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere o inciso III, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

Art. 8º Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação do lançamento, que não será inferior a 30 (trinta) dias, o contribuinte poderá impugnar quaisquer elementos do edital, cabendo-lhe o ônus da prova.

§ 1º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após manifestação através de parecer jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada:

I - da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:

a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) Pelo correio, com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte Pessoa Física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte Pessoa Jurídica;

c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

§ 2º Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de contribuinte Pessoa Física, simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de contribuinte Pessoa Jurídica ou via Oficial de Justiça.

Art. 9º O Poder Executivo Municipal arcará com o custo de 90% (noventa por cento) do valor da obra.

Art. 10. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei os imóveis pertencentes aos loteamentos realizados diretamente pelo Município e que sejam declarados em lei como loteamentos de interesse social para a residência de pessoas com baixa renda familiar e os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 11. Considera-se regularmente notificado o sujeito passivo na data da publicação do Edital de Contribuição de Melhoria no órgão oficial do Município ou no jornal de municipal ou regional.

Art. 12. As reclamações ou quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar a Administração na prática dos atos necessários ao

lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria poderá ser paga:

I - em 03 (três) parcelas fixas, mensais e consecutivas, com desconto de 10% (dez por cento);

II - em até 36 (trinta e seis) parcelas fixas, mensais e consecutivas, sem desconto.

Parágrafo único. No parcelamento, o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 14. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% ao mês, conforme disposto no art. 34, da Lei nº 1.942/93 (Código Tributário Municipal), e multa moratória de 2%, nos termos da Lei Municipal nº 2.544/2001.

Art. 15. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei nº 1.942/93, e suas alterações posteriores (Código Tributário Municipal).

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 15 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.877/2015

LEI Nº 3.877, DE 15 DE JULHO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Pavimentação de Asfáltica em ruas do perímetro urbano do Município.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder

Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Autoriza igualmente o Poder Executivo Municipal a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação

Maravilha, 15 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.878/2015

LEI Nº 3.878, DE 15 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre doação de material usado e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar 7 (sete) folhas de zinco usadas para a ONG Ame Bicho, inscrita no CNPJ sob o nº 17.947.445/0001-86, localizada na Rua São José, nº 58, Bairro União, neste Município.

Parágrafo único. As folhas de zinco, objeto da doação de que trata o presente artigo, foram retiradas da cobertura do Ginásio Municipal Gelson Tadeu Mello Lara, devido sua reforma.

Art. 2º As folhas doadas serão utilizadas pela ONG para arrecadação de valores a serem empregados nos trabalhos da organização.

Art. 3º A ONG Ame Bicho, beneficiada com o auxílio de que trata a presente Lei, deverá após a venda do material usado, prestar contas dos valores arrecadados, mediante apresentação dos comprovantes.

Art. 4º Em caso de aplicação diversa da finalidade descrita no art. 2º desta Lei, ou não aprovação da prestação de contas pelo órgão fiscalizador, a ONG deverá efetuar a devolução do material usado ao Município de Maravilha/SC.

Art. 5º Autoriza-se também a baixa dos bens de que trata a presente Lei do patrimônio público municipal.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha, 15 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.879/2015

LEI Nº 3.879, DE 15 DE JULHO DE 2015

Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 425.000,00 (Quatrocentos e vinte e cinco mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

15 – Urbanismo

15.451 – Infraestrutura Urbana

15.451.0011 – Serviços Urbanos

15.451.0011.1.007 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 225.000,00

15.452 – Serviços Urbanos

15.452.0011 – Serviços Urbanos

15.452.0011.1.106 – CONSTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

03.00 – SECRETARIA DO PLANEJ. ADM. E FAZENDA

03.02 – Diretoria Geral da Administração

04 – Administração

04.122 – Administração Geral

04.122.0004 – Administração Geral

04.122.0004.1.016 – REFORMA E PINTURA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

04.122.0004.1.017 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

03.05 – Encargos Gerais do Município

28 – Encargos Especiais

28.841 – Refinanciamento da Dívida Interna

28.841.000 – Encargos Especiais

28.841.000.0.001 – AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL E ENCARGOS DA DÍVIDA

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida

3.2.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01 – Departamento de Manutenção e Desenv. Ensino

12 – Educação

12.361 – Ensino Fundamental

12.361.0007 – Educação para a Cidadania

12.361.0007.1.025 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.5.00.00 – Inversões Financeiras

4.5.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 15 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.880/2015

LEI Nº 3.880, DE 15 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre cessão de uso de bens públicos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder, por meio de Cessão de Uso, bens públicos municipais, de propriedade do Município de Maravilha, sendo:

I - 4 botijões de semê m bovino com 20,5 litros, com capacidade de 1.200 doses de palheta de 0,25 ml, da Marca MVE Millenium XC20, brancos, adquiridos com recursos provenientes do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha – SDR;

II - 2 botijões de semê m bovino com 20,5 litros, com capacidade de 1.200 doses de palheta de 0,25 ml, da Marca MVE Millenium XC20, brancos, adquiridos com recursos próprios do Município de Maravilha/SC.

Art. 2º A cessão de uso dos bens de que trata o artigo 1º será concedida às seguintes entidades:

I - Associação Comunitária Unidos Linha Barro Preto, inscrita no CNPJ sob nº 00.977.508/0001-44, com sede na Linha Barro Preto,

nesta cidade;

II - Esporte Clube Primeiro de Novembro, inscrito no CNPJ sob nº 78.483.401/0001-37, com sede na Estrada Geral, Linha Pedreira, nesta cidade;

III - Associação Comunitária Mariporã, inscrita no CNPJ sob nº 01.045.505/0001-35, com sede na Linha Mariporã, nesta cidade;

IV - Esporte Clube Corinthians, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.180/0001-50, com sede na Linha Lajeado Couro, nesta cidade;

V - Associação Comunitária Água Cristalina, inscrita no CNPJ sob nº 01.101.565/0001-28, com sede na Linha Central, nesta cidade;

VI - Associação de Moradores do Centro Comunitário de Linha Sanga Silva, inscrita no CNPJ sob nº 02.973.273/0001-48, com sede na Linha Sanga Silva, nesta cidade.

Art. 3º Será firmado entre as partes Termo de Cessão de Uso estabelecendo as condições de utilização dos bens e prazo de duração.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 15 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.881/2015

LEI Nº 3.881, DE 15 DE JULHO DE 2015

Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 615.000,00 (Seiscentos e quinze mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01 – Departamento de Manutenção, e Desenv. do Ensino

12 – Educação

12.361 – Ensino Fundamental

12.361.0007 – Educação para a Cidadania

12.361.0007.2.013 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 340.000,00

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

12.365 – Educação Infantil

12.365.0007 – Educação para a Cidadania

12.365.0007.2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01 – Departamento de Manutenção, e Desenv. do Ensino

12 – Educação

12.361 – Ensino Fundamental

12.361.0007 – Educação para a Cidadania

12.361.0007.1.070 – AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 340.000,00

12.361.0007.1.091 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

12.365 – Educação Infantil

12.365.0007 – Educação para a Cidadania

12.365.0007.1.021 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 15 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.882/2015

LEI Nº 3.882, DE 15 DE JULHO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar bem imóvel dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar à Celesc Distribuição S.A, inscrita no CNPJ sob nº 08.336.783/0001-90, bem imóvel objeto da Matrícula nº 19.749, o qual será destinado a instalação de uma subestação de energia elétrica em nosso Município.

Art. 2º O bem móvel de que trata o artigo 1º compreende: Parte da chácara rural nº (11), do Bloco "C", situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de "Dez mil e quinhentos metros quadrados" (10.500,00 m²), sem edificações;- Confrontando:- ao Noroeste, com parte da mesma chácara rural nº (11) na extensão

de 100,00 m, de Luiz Ivo Forgiarini – M. 9.666;- ao Sudeste, com parte da mesma chácara rural nº (11) na extensão de 100,00 m, de Luiz Ivo Forgiarini – M. 9.666;- ao Nordeste, com parte da mesma chácara rural nº (11) na extensão de 105,00 m, de Luiz Ivo Forgiarini – M. 9.666;- ao Sudoeste, com parte da mesma chácara rural nº (11) na extensão de 105,00 m, de Luiz Ivo Forgiarini – M. 9.666.- CCIR do INCRA:- código do imóvel:- 815.179.014.559-0;- área total: 11,2000 ha;- nº módulo rural: 0,00;- fração mínima parcelamento: 2,0000 ha.- NIRF nº 4.313.463-7.

Art. 3º As despesas decorrentes da viabilização desta Lei serão consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.738, de 26 de fevereiro de 2014.

Maravilha, 15 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

CÂMARA DE VEREADORES DE MARAVILHA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARAVILHA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha-SC RATIFICA todos os atos praticados pela Comissão de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores, nos autos da licitação na modalidade CARTA CONVITE Nº 3/2015, HOMOLOGA o procedimento licitatório e torna público o seu resultado:

Processo Licitatório Nº 3/2015

TIPO: Menor preço por item.

OBJETO: Contratação de prestação de serviço de Assessoria Jurídica, com jornada de trabalho semanal de 30h, devendo estas serem cumpridas integralmente na Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, conforme seu horário de expediente pré-determinado, com atribuições de: oferecer parecer jurídico das Matérias que tramitam na Casa quando solicitadas pela Mesa Diretora, pelos Vereadores e pela Diretoria da Casa; fazer- se presente nas sessões; patrocinar as causas em que a Câmara de Vereadores for parte.

ADJUDICADO: RODRIGO CAMPANA – CPF: 032.248.789-75.

Maravilha-SC, 16 de julho de 2015.

Odair José Batistello

Presidente.

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 2.2015 - AQUISIÇÃO DE MERENDA - ADITIVO DE QUANTIDADE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 93/2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 55/2014

Aos quinze dias do mês de Julho de 2015, PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 93/2014- Pregão Presencial Nº. 55/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, PRÉ ESCOLAS E ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, PRÉ ESCOLAS E ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA/SC.

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	R\$ Unit.	R\$ Total
02	MERCADO MOA LTDA - ME	ABACAXI PEROLA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	UNID	IN NATURA	325	R\$ 2,99	R\$ 971,75
19	MERCADO MOA LTDA - ME	BATATA DOCE, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	45	R\$ 2,00	R\$ 90,00
57	MERCADO MOA LTDA - ME	LEITE EM PO PACOTE 400G	UNID	AURORA	250	R\$ 8,80	R\$ 2.200,00
62	MERCADO MOA LTDA - ME	MAÇÃ ARGENTINA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	160	R\$ 6,60	R\$ 1.056,00
63	MERCADO MOA LTDA - ME	MACA GALA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	1150	R\$ 3,05	R\$ 3.507,50
71	MERCADO MOA LTDA - ME	MARACUJÁ, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	50	R\$ 5,35	R\$ 267,50
75	MERCADO MOA LTDA - ME	MELAO IN NATURA	KG	IN NATURA	80	R\$ 2,85	R\$ 228,00
Total do Fornecedor: R\$ 8.320,75							
52	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FRANGO DESFIADO CONGELADO, EMBALADO EM PACOTE PLÁSTICO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURAE/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	KG	MACEDO	112	R\$ 14,48	R\$ 1.621,76
Total do Fornecedor: R\$ 1.621,76							
16	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA	AVEIA EM FLOCOS, RICOS EM FIBRAS, PROTEÍNAS E FONTE DE FERRO	KG	GRANOMEL	12	R\$ 13,75	R\$ 165,00
23	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA	BISCOITO DE POLVILHO, PACOTE COM 100 GRAMAS	Pcte	FORNADA	300	R\$ 3,45	R\$ 1.035,00
37	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA	CHA (CAMOMILA, HORTELA, ERVA-DOCE, LARANJA). CAIXA COM 10 UNID. DE 10 GRAMAS	CX	LEÃO	80	R\$ 2,35	R\$ 188,00
47	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA	FARINHA LACTEA 230 GRAMAS	Pcte	NUTRIMENTAL	80	R\$ 5,80	R\$ 464,00
73	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA	MASSA DE PIZZA PRE COZIDA	UNID	AIJO	180	R\$ 2,60	R\$ 208,00

Total do Fornecedor: R\$ 2.060,00							
Total Geral dos Itens: R\$ 12.002,51							

1.1. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 12.002,51 (doze mil, dois reais e cinquenta e um centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 93/2014 - Pregão Presencial Nº. 55/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

2.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

2.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que deu origem a este aditivo

Massaranduba – SC	15	de	Julho	de	2015
-------------------	----	----	-------	----	------

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

MARIO FERNANDO REINKE

Contratante

SUPERMERCADO FRONTAL LTDA VENESIO HORNBURG Contratada	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP VANDERLEI SPEZIA Contratada
---	---

MERCADO MOA LTDA - ME

MOACIR PRAWUTZKI

Contratada

ATA 4.2015 - AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES - EQUILIBRIO FINANCEIRO

ADITIVO DE VALOR – equilíbrio economico-financeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 4/2015

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 4/2015

Aos treze dias do mês de Julho do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, brasileiro, casado, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, residente e domiciliado neste Município, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05 gerenciado pela Sra. SUZANE ELISA FROEHLICH REINKE, brasileira, casada, CPF nº. 468.882.339.87, Cédula de Identidade nº. 1131963-1 e FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, gerenciados pela Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, brasileira, casada, CPF nº. 005.246.769-41, Cédula de Identidade nº. 1.988.587-3, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 4/2015 - Pregão Presencial nº. 4/2015 – Multientidade, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos pelas empresas quanto ao fornecimento de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio, para manutenção da frota veicular da Saúde, Educação, Urbano, Rodoviário e Agricultura do Município de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Fornecedor de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio, para manutenção da frota veicular da Saúde, Educação, Urbano, Rodoviário e Agricultura do Município de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Item	Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde saldo	R\$ Unit. licitado	R\$ Unit. Reajuste 5%	R\$ total
05	DYSPEF COMERCIO E REPRES. LTDA	OLEO 15W40: LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO PARA MOTORES A DIESEL DE ALTA POTENCIA, SUPERALIMENTADO OU TURBO ALIMENTADO QUE OPEREM EM CONDICOES SEVERAS, COM NÍVEL DE DESEMPENHO AP C I SL ACEA E7 - B4, MERCEDES BENS 228.3 TAMBOR COM 200L.	TAMBOR	YPF	6	R\$ 1.535,00	R\$ 1.611,75	R\$ 9.670,50
Total do Fornecedor: R\$ 9.670,50								

1.2. O valor estimado para a citada aquisição é de R\$ 9.670,50 (nove mil, seiscentos e setenta reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que deu origem a este aditivo.

3.2. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 4/2015 - Pregão Presencial nº. 4/2015 – Multientidade, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC	13	de	Julho	de	2015
MARIO FERNANDO REINKE	SUZANE E. F. REINKE		ANNA K. R. FRANZ		
Prefeito	Sec./Gestora Fundo Mun. Saúde		Sec./Gestora Fundo Ass. Social		

DYSPEF COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

CLAUDIONOR DE ALMEIDA

Contratada

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 028-2015 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 028/2015
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: SILVIA KARINA CORAL ME
Objeto: Contratação de entidade prestadora de serviço de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de Patologia (laboratórios) do referido grupo, na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde.
Valor: R\$ 36.000,00
Vigência: Início: 03/07/2015 Término: 03/07/2016.
Data da assinatura: 03 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 029-2015 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 029/2015
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: JOVANA PIAZZA ME
Objeto: Contratação de entidade prestadora de serviço de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de Patologia (laboratórios) do referido grupo, na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde.
Valor: R\$ 36.000,00
Vigência: Início: 03/07/2015 Término: 03/07/2016.
Data da assinatura: 03 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 030-2015 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 030/2015
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: DROGARIA IRMÃOS AMBONI LTDA ME
Objeto: Contratação de entidade prestadora de serviço de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de Patologia (laboratórios) do referido grupo, na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde.
Valor: R\$ 36.000,00
Vigência: Início: 03/07/2015 Término: 03/07/2016.
Data da assinatura: 03 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 031-2015 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 030/2015
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: DROGARIA IRMÃOS AMBONI LTDA ME
Objeto: Contratação de entidade prestadora de serviço de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de Patologia (laboratórios) do referido grupo, na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde.
Valor: R\$ 36.000,00
Vigência: Início: 03/07/2015 Término: 03/07/2016.
Data da assinatura: 03 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 032-2015 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 032/2015
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA/PRODUTOS DE HIGIENE E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
Valor: R\$ 5.659,25
Vigência: Início: 13/07/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 13 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 033-2015 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 033/2015
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: ATEKY INFORMÁTICA EIRELI EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA/PRODUTOS DE HIGIENE E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
Valor: R\$ 2.881,90
Vigência: Início: 13/07/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 13 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 034-2015 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 034/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: JOSÉ AMBONI PRESA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA/PRODUTOS DE HIGIENE E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 8.050,20

Vigência: Início: 13/07/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 13 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 035-2015 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 035/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA/PRODUTOS DE HIGIENE E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 4.790,31

Vigência: Início: 13/07/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 13 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 077-2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 077/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: STRADA MOTORS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO 0 km PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Valor: R\$ 42.400,00

Vigência: Início: 08/07/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 08 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 078-2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 078/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ESSOR SEGUROS S.A

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR EMPRESA ESPECIALIZADA EM APÓLICE DE SEGURO, PARA COBERTURA DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Valor: R\$ 32.967,10

Vigência: Início: 10/07/2015 Término: 10/07/2016.

Data da assinatura: 10 de julho de 2015.

PORTARIA N.º 253/2015

PORTARIA n.º 253/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita ESTELA MEZZARI SIMONI, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Inês Tonelli Nápole, em virtude do retorno da servidora Andreia de Cezaro Cavaler Pasini da Licença Prêmio.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 232/2015.

Meleiro, 16 de Julho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 254/2015

PORTARIA n.º 254/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora LÍVIA GONÇALVES ROCHA PASINI, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do retorno da servidora Vanessa Delair Toreti Scarabelot da Licença Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 095/2015.

Meleiro, 16 de Julho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 255/2015

PORTARIA n.º 255/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora DANIELA MANENTI, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em virtude do retorno da servidora Rosangela Ramos Pereira da Licença Prêmio.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 234/2015.

Meleiro, 16 de Julho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 256/2015

PORTARIA n.º 256/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita JUCIANE DONADEL VIEIRA BÁ, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do retorno da servidora Vanessa Delair Toreti Scarabelot das férias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 247/2015.

Meleiro, 16 de Julho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 257/2015

PORTARIA n.º 257/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita DAIELE BENDO PAGNAN, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 30 (trinta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em virtude do retorno da servidora Paula Maragno da Licença Prêmio.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 233/2015.

Meleiro, 16 de Julho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 379/2015

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 379/2015 – Modalidade Pregão Presencial n. 035/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 035/2015, do seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO, PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2015. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 30/07/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 16 de Julho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0111/2015

PORTARIA Nº 0111/2015 DE 15.07.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ERI EVALDO SIMÃO, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, ao servidor ERI EVALDO SIMÃO, ocupante do cargo efetivo de Motorista, conforme Decreto de nomeação nº 037/1990 de 02.05.1990, correspondendo a um mês da remuneração a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de julho de 2015, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 05/2005 a 05/2010 e de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 15 de julho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 070/2015

DECRETO Nº 070/2015, em 16 de Julho de 2015.

“CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.”

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser realizada no dia 20 de julho de 2015, tendo como tema central: “COMIDA DE VERDADE NO CAMPO E NA CIDADE”.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Julho de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ADILSON PEDRO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

ATA II PREGÃO PRESENCIAL 85/2015 PMN

ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PREGÃO 85/2015 PMN

Aos 14 de julho de 2015, às 09h00 min, na sede da (o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES (auditório), reuniram-se o pregoeiro e sua equipe de Apoio, designada por Portaria, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 85/2015, Licitação nº 85/2015- PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa (s) abaixo:

-AS 09:00 HORAS ABERTA A SESSÃO CONFORME AGENDADO E NOTIFICADO EM ATA ANTERIORMENTE, SENDO QUE ESTAVAM AUSENTES OS REPRESENTANTES DAS LICITANTES, ENTRETANTO O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO PRESENTES ABRIRAM A SESSÃO PARA VERIFICAR A DOCUMENTAÇÃO SE CORRESPONDIA A O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA 3ª COLOCADA EMPRESA MÁXIMA PAPELARIA LTDA EPP. POIS A COLOCADA EM 2ª NÃO APRESENTOU AMOSTRAS.

DANDO INÍCIO A ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, CONSTATOU QUE A EMPRESA ATENDEU COM O SOLICITADO NO EDITAL, NÃO HAVENDO MENÇÃO E RECURSO ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO.

Nada mais havendo a constatar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

II .RESULTADO AMOSTRAS PREGÃO Nº 85 2015 - PMN

A Equipe de apoio de apoio de licitação, informa avaliação dos proponentes habilitados para fornecimento de itens descritivos do Processo Licitatório nº 85/2015 – PR.

FAFES COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
1	Reprovado	Não apresentou amostra

COMERCIAL STORIN- NYLTDA- -EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
5	Reprovado	Não apresentou amostra

COMERCIAL MULTI- VILLE LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
8	Reprovado	Não apresentou amostra
22	Reprovado	Não apresentou amostra

JP DE LIMA COMÉRCIO DE PROD. DE LIMPEZA LTDA - EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
11	Reprovado	Não apresentou amostra

LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.		
Item	Avaliação	Descritivo
14	Reprovado	Não apresentou amostra

CELIA REGINA WAM- BOMMEL SANI - ME		
Item	Avaliação	Descritivo
17	Reprovado	Não apresentou amostra
18	Reprovado	Não apresentou amostra

L. MOHR LTDA- ITEM 20		
Item	Avaliação	Descritivo
20	Reprovado	Não apresentou amostra

LICITANTES JÁ HABILITADOS CONVOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL

ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME ITEM 1 E 8
LICISUL COMERCIAL LTDA - ME. ITEM 5
MÁXIMA PAPELARIA LTDA EPP ITEM 6 ,18
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA 9
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP ITEM 17

Pregoeiro(s) DOUGLAS LEMOS/ MARIA BENEDITA CORRÊA
Equipe de apoio
Josezite Dos Santos
Fernanda Hassmann Constâncio
Carla Claudino

Navegantes, 16 de julho de 2015.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 05/2015 FMC (2 º VEZ DESERTA)

Prefeitura Municipal de Navegantes.

EXTRATO ATA PREGÃO Nº 05/2015 FMC - DESERTA

OBJETO : REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, DEVIDAMENTE INSTALADOS, PARA SEREM UTILIZADOS NO AUDITÓRIO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA, PARA DAR CONTINUIDADE A EXECUÇÃO DO PROJETO EM ANDAMENTO "CENTRO INTEGRADO DE CULTURA"- PRONAC 122845, APROVADO POR MEIO DA LEI ROUANET, ATRAVÉS DO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

- DATA DE ACONTECIMENTO 13/07/2015 AS 09:00 H

RESULTADO – LICITAÇÃO FOI DESERTA PELA 2º VEZ.

Douglas Lemos

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE

Navegantes, 16 de julho de 2015.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 82/2015 PMN - DESERTO

Prefeitura Municipal de Navegantes.

EXTRATO ATA PREGÃO Nº 82/2014 PMN - DESERTA

OBJETO : PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TERMINAL DE GERENCIAMENTO DE SENHAS DE ATENDIMENTO - TOTEM DE DISPENSA DE SENHA E MONITOR DE CHAMADOS DE SENHAS PARA ENCAMINHAMENTO AOS GUICHES DO SETOR DE IPTU, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC- DATA DE ACONTECIMENTO 12/06/2015 AS 09:00 H

RESULTADO – LICITAÇÃO FOI DESERTA.

MARIA BENEDITA CORREA - - PREGOEIRA

PEDRO PAULO DA COSTA - - MEMBRO

CARLA CLAUDINO - - MEMBRO

JOZESITE DOS SANTOS - - MEMBRO

Navegantes, 12 de junho de 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 105/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MEDIÇÃO DE RUÍDOS E ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES, DESTINADOS A EMISSÃO DE LAUDOS QUANTITATIVOS NA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 29/07/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 29/07/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 16 de julho de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

CONTRATO Nº 23/2015 DISTRATO

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 23/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: Clínica São Marcos Ltda

Objeto: Constitui o objeto do presente o DISTRATO

á pedido do Município, conforme comunicação interna da Secretaria de Saúde a oficialização do rompimento contratual espelhado no contrato 023/2015 – á partir de 03/06/2015

Navegantes, SC.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

DECISÃO - PEDIDO REEQUILIBRIO - EMPRESA: EDITORA POSITIVO LTDA INDEFERIMENTO

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO - INDEFERIMENTO

EMPRESA: EDITORA POSITIVO LTDA

CNPJ: 79.719.613/0001-33

Aos 07 (sete) dias, do mês de fevereiro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas na Concorrência nº. 202/2013 PMN, a empresa foi vencedora.

Foi protocolado pela requerente no dia 26/06/2015 o pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro.

Esta comissão RESOLVE INDEFERIR o pedido de Reequilíbrio, tendo em vista que o pedido foi protocolado no dia mencionado acima, contudo, temos algumas divergências, tais como:

1 - As notas fiscais para comprovação de valores devem ser na data da referida concorrência, e, na data atual para que possamos fazer um diferencial e uma média para o reequilíbrio.

2 - As notas fiscais apresentadas estão emitidas para o CNPJ 75.104.422/0001-06 e o contrato de Prestação de Serviços no CNPJ 79.719.613/0001-33, ora, devem ser apresentadas NFs da GRAFICA E EDITORA POSIGRAF S/A , (caso esta seja prestadora de serviços) para EDITORA POSITIVO LTDA.

3 - Não tem que se falar em INPC, pois não se trata de reajuste.

4 - Esclarecer qual o percentual de reequilíbrio pretendido.

5 - Planilha detalhada da data quando aconteceu a concorrência e também da data atual que demonstre de fato o desequilíbrio.

Pedido Indeferido.

Publique-se.

Douglas Lemos

Presidente

Equipe de Apoio

Josezite dos santos

Leila Mengarda

Raul Couto Neto

Fernanda Hassman

Ratificando:

Silvana Maria .M. Francisco.
Secretária de Administração

DECRETO 391 DE 15 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 391 DE 15 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3009 de 15/07/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 2.551.000,00 (Dois milhões quinhentos e cinquenta um mil reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 02 – Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 01 – Gabinete do Prefeito

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 02 – Administração Superior

2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

05 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.500,00

ÓRGÃO: 02 – Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 02 – Diretoria de Audiências

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 02 – Administração Superior

2.003 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Audiências

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

06 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 02 – Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 03 – Diretoria de Expediente

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 02 – Administração Superior

2.004 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Expediente

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

07 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 03 – Gabinete do Vice Prefeito

UNIDADE: 01 – Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice Prefeito

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 02 – Administração Superior

2.005 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Vice Prefeito

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

10 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

11 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Comunicação Social

UNIDADE: 01 – Diretoria de Comunicação Social

Função: 04 – Administração

Subfunção: 131 – Comunicação Social

Programa: 03 – Comunicação na área pública, um direito de cidadania

2.008 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Comunicação Social

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

14 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.500,00

15 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Comunicação Social

UNIDADE: 03 – Diretoria de Marketing

Função: 04 – Administração

Subfunção: 131 – Comunicação Social

Programa: 03 – Comunicação na área pública, um direito de cidadania

2.010 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Marketing

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

18 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 07 – Secretaria Municipal de Governo

UNIDADE: 01 – Diretoria de Projetos

Função: 04 – Administração

Subfunção: 121 – Planejamento e Orçamento

Programa: 15 – Planejamento no Governo

2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

24 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

ÓRGÃO: 07 – Secretaria Municipal de Governo

UNIDADE: 02 – Diretoria de Captação de Recursos

Função: 04 – Administração

Subfunção: 121 – Planejamento e Orçamento

Programa: 15 – Planejamento no Governo

2.012 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Captação de Recursos

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

25 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 79.000,00

ÓRGÃO: 08 – Procuradoria Geral do Município

UNIDADE: 01 – Procuradoria Geral do Município

Função: 03 – Essencial à Justiça

Subfunção: 92 – Representação Judicial e Extrajudicial

Programa: 04 – Assessoramento Judicial e Extrajudicial

2.013 – Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

29 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 47.000,00

ÓRGÃO: 09 – Secretaria Municipal de Administração e Logística

UNIDADE: 03 – Diretoria de Tecnologia da Informação

Função: 04 – Administração

Subfunção: 126 – Tecnologia da Informatização

Programa: 05 – Administração Geral

2.016 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Tecnologia da Informação

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

40 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 81.500,00

ÓRGÃO: 09 – Secretaria Municipal de Administração e Logística

UNIDADE: 04 – Diretoria de Gestão Patrimonial

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 05 – Administração Geral

2.017 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão Patrimonial

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

42 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

43 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

ÓRGÃO: 10 – Secretaria Municipal de Finanças
UNIDADE: 01– Diretoria de Contabilidade
Função: 04 – Administração
Subfunção: 123 – Administração Financeira
Programa: 06 – Finanças Públicas
2.018 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Contabilidade
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
45 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 241 – Assistência ao Idoso
Programa: 31 – Programa de Atenção ao Idoso - PAI
1.014 – Construção de Centros de Convivência dos Idosos
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
54 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 30 – Assistência Social Comunitária
1.015 – Construção da Sede da Secretaria de Assistência Social
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
77 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 32 – Assistência à Criança e ao Adolescente/ Secretaria
1.016 – Construção do Abrigo Municipal
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
58 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 69 – Centro de Referência Especializado de Assistência
1.023 – Construção do CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
75 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 64 – Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
1.025 – Ampliação do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
71 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 64 – Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
1.026 – Construção do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
73 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais

Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 32 – Assistência à Criança e ao Adolescente/ Secretaria
1.028 – Construção da Sede do Conselho Tutelar
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
60 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 30 – Assistência Social Comunitária
1.033 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários p/ Unidades de Assistência Social
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
79 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 32 – Assistência à Criança e ao Adolescente/ Secretaria
2.023 – Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
66 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 30 – Assistência Social Comunitária
2.024 – Manutenção e Funcionamento dos Cursos de Geração de Trabalho e Renda
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
81 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.500,00
82 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 30 – Assistência Social Comunitária
2.027 – Manutenção e Funcionamento do Projeto do Povo p/ o Povo
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
83 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.500,00
84 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 32 – Assistência à Criança e ao Adolescente/ Secretaria
2.030 – Manutenção e Funcionamento do Projeto Navegando para o Futuro
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
67 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.500,00
68 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 32 – Assistência à Criança e ao Adolescente/ Secretaria
2.033 – Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
70 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
 Função: 08 – Assistência Social
 Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
 Programa: 30 – Assistência Social Comunitária
 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 91 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 99.500,00

ÓRGÃO: 14 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

UNIDADE: 01– Diretoria de Apoio à Pesca Artesanal
 Função: 20 – Agricultura
 Subfunção: 605 – Abastecimento
 Programa: 29 – Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal
 2.058 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 163 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00
 164 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 14 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

UNIDADE: 02– Diretoria de Apoio à Agricultura e Pecuária
 Função: 20 – Agricultura
 Subfunção: 606 – Extensão Rural
 Programa: 28 – Desenvolvimento Agrícola
 2.057 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio à Agricultura e à Pecuária
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 168 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 170 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 15 – Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social

UNIDADE: 01– Diretoria de Segurança e Defesa Social
 Função: 06 – Segurança Pública
 Subfunção: 182 – Defesa Civil
 Programa: 16 – Cidade Segura
 2.029 – Manutenção e Funcionamento da Defesa Civil
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 175 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00
 176 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00
 ÓRGÃO: 15 – Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social
 UNIDADE: 01– Diretoria de Segurança e Defesa Social
 Função: 06 – Segurança Pública
 Subfunção: 182 – Defesa Civil
 Programa: 16 – Cidade Segura
 2.059 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Segurança e Defesa Social
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 179 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 28.500,00

ÓRGÃO: 16 – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte

UNIDADE: 01– Diretoria de Eventos e Marketing
 Função: 23 – Comércio e Serviços
 Subfunção: 695 – Turismo
 Programa: 17 – Incentivar o Turismo é obter sucesso
 1.008 – Construção Portal Turismo e Construção Aquisição de Postos de Informações Turística
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 183 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 16 – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte

UNIDADE: 01– Diretoria de Eventos e Marketing
 Função: 23 – Comércio e Serviços
 Subfunção: 695 – Turismo
 Programa: 17 – Incentivar o Turismo é obter sucesso
 2.060 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 189 – 3.3.50.00.00.00 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 230.000,00
 196 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 79.500,00

ÓRGÃO: 28 – Secretaria Municipal de Saneamento Básico

UNIDADE: 02– Diretoria de Operação, Expansão e Comércio
 Função: 17 – Saneamento
 Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano
 Programa: 57 – Sanear
 1.034 – Termo de Ajuste de Conduta – Construção de Reservatórios
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 232 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 99.500,00

ÓRGÃO: 28 – Secretaria Municipal de Saneamento Básico

UNIDADE: 02– Diretoria de Operação, Expansão e Comércio
 Função: 17 – Saneamento
 Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano
 Programa: 57 – Sanear
 1.037 – Termo de Ajuste de Conduta – Aquisição de Equipamentos/Infraestrutura
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 234 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 225.000,00

ÓRGÃO: 30 – Secretaria Municipal de Gestão e Controle

UNIDADE: 01– Diretoria de Controle Preventivo
 Função: 04 – Administração
 Subfunção: 125 – Normatização e Fiscalização
 Programa: 61 – Controle na Gestão Pública
 2.135 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Controle Preventivo
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 242 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 27.500,00
 243 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 9.500,00

ÓRGÃO: 30 – Secretaria Municipal de Gestão e Controle

UNIDADE: 02– Diretoria Administrativa, Financeira e de Planejamento
 Função: 04 – Administração
 Subfunção: 122 – Administração Geral
 Programa: 61 – Controle na Gestão Pública
 2.136 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administração, Financeira e de Planejamento
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 247 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 30 – Secretaria Municipal de Gestão e Controle

UNIDADE: 03– Diretoria de Ouvidoria
 Função: 04 – Administração
 Subfunção: 122 – Administração Geral
 Programa: 61 – Controle na Gestão Pública
 2.137 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Ouvidoria
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 248 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00
 249 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 31 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita

UNIDADE: 01– Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa
 Função: 04 – Administração
 Subfunção: 129 – Administração de Receitas
 Programa: 62 – Nossa Arrecadação
 2.138 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 253 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 31 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita

UNIDADE: 03– Diretoria de Movimento Econômico
 Função: 23 – Comércio e Serviços
 Subfunção: 694 – Serviços Financeiros
 Programa: 56 – Investe e Cresce Navegantes
 2.140 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Movimentos Econômico
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 256 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 23.500,00

ÓRGÃO: 31 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita

UNIDADE: 04– Diretoria de Indústria e Comércio
 Função: 11 – Trabalho
 Subfunção: 334 – Fomento ao Trabalho
 Programa: 56 – Investe e Cresce Navegantes
 2.141 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 259 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 43.500,00
 261 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 14.500,00

ÓRGÃO: 31 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita

UNIDADE: 05– Diretoria do Sine
 Função: 11 – Trabalho
 Subfunção: 333 – Empregabilidade
 Programa: 56 – Investe e Cresce Navegantes
 2.143 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Sine
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 262 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 32 – Secretaria Municipal Criança, Adolescente e Juventude

UNIDADE: 01– Diretoria de Políticas da Criança e ao Adolescente
 Função: 08 – Assistência Social
 Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
 Programa: 65 – Pacto pela Criança
 2.006 – Manutenção e Funcionamento das Ações do Programa Pacto pela Criança
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 266 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

ÓRGÃO: 32 – Secretaria Municipal Criança, Adolescente e Juventude

UNIDADE: 01– Diretoria de Políticas da Criança e ao Adolescente
 Função: 08 – Assistência Social
 Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
 Programa: 65 – Pacto pela Criança
 2.144 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 270 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

ÓRGÃO: 32 – Secretaria Municipal Criança, Adolescente e Juventude

UNIDADE: 02– Diretoria de Políticas da Juventude
 Função: 08 – Assistência Social
 Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
 Programa: 63 – Pacto pela Juventude
 2.007 – Manutenção e Funcionamento das Ações do Programa Pacto pela Juventude
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 272 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 62.500,00

ÓRGÃO: 32 – Secretaria Municipal Criança, Adolescente e Juventude

UNIDADE: 02– Diretoria de Políticas da Juventude
 Função: 08 – Assistência Social
 Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
 Programa: 63 – Pacto pela Juventude

2.145 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas da Juventude

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 274 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

T O T A L
 R\$ 2.551.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 301 – Atenção Básica
 Programa: 49 – Serviços de Saúde
 2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde
 19 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 991.000,00
 23 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.560.000,00

T O T A L
 R\$ 2.551.000,00

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 15 de Julho de 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de Julho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 103/2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 103/2015

Processo: DL 103/2015

Data: 13 de julho de 2015.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ACOLHIMENTO DA ADOLESCENTE A.A.R A FIM DE DAR CUMPRIMENTO Á ORDEM JUDICIAL

EMANADA ORIGINARIAMENTE NOS AUTOS 0022808-03.2013.8.24 TRÂMITA NA 1ª VARA CIVIL DA COMARCA DE NAVEGANTES, SC.

Contratado: INSTITUTO REDENÇÃO

CNPJ: 10.197.909/0006-40.

Valor: R\$ 38.400,00

Fundamento: Art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93.

Navegantes, 13 de julho de 2015.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 019/2015.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS19/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº19/2015, relativa ao Pregão Presencial nº FMS 19/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDIMENTO A TODOS OS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.
Fornecedor: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - R\$ 111.940,00.

Fornecedor: AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - R\$ 38.121,00

Fornecedor: PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI - R\$ 33.452,50.

Fornecedor: JP DE LIMA COMERCIO DE PROD. LIMPEZA LTDA. R\$ 88.314,50.

Fornecedor: PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA. - R\$ 65.200,00

Fornecedor: LICISUL COMERCIAL LTDA. - R\$ 17.388,75

Fornecedor: DEIVID REINERT ME. - R\$ 20.925,00.

Vigência: 22/06/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 020/2015.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS20/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 20/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 20/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AS UNIDADES BÁSICAS E CENTROS DE REFERÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: ALTERMED MAT. MED HOSPITALAR.

Valor: R\$ 6.922,50.

Fornecedor: COINTER MAT MED HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 29.840,00

Fornecedor: K.C.R.S COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI.

Valor: R\$ 21.750,00

Fornecedor: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 22.043,00.

Vigência: 01/06/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

LEI 3009 DE 15 DE JULHO DE 2015

LEI Nº 3009 DE 15 DE JULHO DE 2015

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 2.551.000,00 (Dois milhões quinhentos e cinquenta um mil reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 02 – Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 01 – Gabinete do Prefeito

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 02 – Administração Superior

2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

05 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.500,00

ÓRGÃO: 02 – Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 02 – Diretoria de Audiências

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 02 – Administração Superior

2.003 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Audiências

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

06 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 02 – Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 03 – Diretoria de Expediente

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 02 – Administração Superior

2.004 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Expediente

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

07 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 03 – Gabinete do Vice Prefeito

UNIDADE: 01 – Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice Prefeito

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 02 – Administração Superior

2.005 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Vice Prefeito

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

10 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

11 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Comunicação Social

UNIDADE: 01 – Diretoria de Comunicação Social

Função: 04 – Administração

Subfunção: 131 – Comunicação Social

Programa: 03 – Comunicação na área pública, um direito de cidadania

2.008 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Comunicação Social

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

14 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.500,00

15 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Comunicação Social

UNIDADE: 03 – Diretoria de Marketing

Função: 04 – Administração

Subfunção: 131 – Comunicação Social

Programa: 03 – Comunicação na área pública, um direito de cidadania

2.010 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Marketing

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

18 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 07 – Secretaria Municipal de Governo

UNIDADE: 01 – Diretoria de Projetos

Função: 04 – Administração

Subfunção: 121 – Planejamento e Orçamento

Programa: 15 – Planejamento no Governo

2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

24 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

ÓRGÃO: 07 – Secretaria Municipal de Governo

UNIDADE: 02 – Diretoria de Captação de Recursos

Função: 04 – Administração

Subfunção: 121 – Planejamento e Orçamento

Programa: 15 – Planejamento no Governo

2.012 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Captação de Recursos

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

25 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 79.000,00

ÓRGÃO: 08 – Procuradoria Geral do Município

UNIDADE: 01 – Procuradoria Geral do Município

Função: 03 – Essencial à Justiça

Subfunção: 92 – Representação Judicial e Extrajudicial

Programa: 04 – Assessoramento Judicial e Extrajudicial

2.013 – Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

29 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 47.000,00

ÓRGÃO: 09 – Secretaria Municipal de Administração e Logística

UNIDADE: 03 – Diretoria de Tecnologia da Informação

Função: 04 – Administração

Subfunção: 126 – Tecnologia da Informatização

Programa: 05 – Administração Geral

2.016 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Tecnologia da Informação

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

40 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 81.500,00

ÓRGÃO: 09 – Secretaria Municipal de Administração e Logística

UNIDADE: 04 – Diretoria de Gestão Patrimonial

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 05 – Administração Geral

2.017 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão Patrimonial

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

42 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

43 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

ÓRGÃO: 10 – Secretaria Municipal de Finanças

UNIDADE: 01 – Diretoria de Contabilidade

Função: 04 – Administração

Subfunção: 123 – Administração Financeira

Programa: 06 – Finanças Públicas

2.018 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Contabilidade

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

45 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 01 – Diretoria de Programas Sociais

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 241 – Assistência ao Idoso

Programa: 31 – Programa de Atenção ao Idoso - PAI

1.014 – Construção de Centros de Convivência dos Idosos

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

54 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 01 – Diretoria de Programas Sociais

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 30 – Assistência Social Comunitária

1.015 – Construção da Sede da Secretaria de Assistência Social

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

77 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 01 – Diretoria de Programas Sociais

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 32 – Assistência à Criança e ao Adolescente/ Secretaria

1.016 – Construção do Abrigo Municipal

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

58 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 01 – Diretoria de Programas Sociais

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 69 – Centro de Referência Especializado de Assistência

1.023 – Construção do CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

75 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 01 – Diretoria de Programas Sociais

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 64 – Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

1.025 – Ampliação do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

71 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 01 – Diretoria de Programas Sociais

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 64 – Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

1.026 – Construção do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

73 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 01 – Diretoria de Programas Sociais

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 32 – Assistência à Criança e ao Adolescente/ Secretaria

1.028 – Construção da Sede do Conselho Tutelar

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

60 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 01 – Diretoria de Programas Sociais

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 30 – Assistência Social Comunitária

1.033 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários p/ Unidades de Assistência Social

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

79 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 01 – Diretoria de Programas Sociais

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 32 – Assistência à Criança e ao Adolescente/ Secretaria

2.023 – Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

66 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 01 – Diretoria de Programas Sociais

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 30 – Assistência Social Comunitária

2.024 – Manutenção e Funcionamento dos Cursos de Geração de Trabalho e Renda

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
81 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.500,00
82 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 30 – Assistência Social Comunitária
2.027 – Manutenção e Funcionamento do Projeto do Povo p/ o Povo
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
83 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.500,00
84 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 32 – Assistência à Criança e ao Adolescente/ Secretaria
2.030 – Manutenção e Funcionamento do Projeto Navegando para o Futuro
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
67 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.500,00
68 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 32 – Assistência à Criança e ao Adolescente/ Secretaria
2.033 – Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
70 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Programas Sociais
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 30 – Assistência Social Comunitária
2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
91 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 99.500,00

ÓRGÃO: 14 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca
UNIDADE: 01– Diretoria de Apoio à Pesca Artesanal
Função: 20 – Agricultura
Subfunção: 605 – Abastecimento
Programa: 29 – Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal
2.058 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
163 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00
164 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 14 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca
UNIDADE: 02– Diretoria de Apoio à Agricultura e Pecuária
Função: 20 – Agricultura
Subfunção: 606 – Extensão Rural
Programa: 28 – Desenvolvimento Agrícola
2.057 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio à Agricultura e à Pecuária
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
168 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
170 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 15 – Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Segurança e Defesa Social
Função: 06 – Segurança Pública
Subfunção: 182 – Defesa Civil
Programa: 16 – Cidade Segura

2.029 – Manutenção e Funcionamento da Defesa Civil
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
175 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00
176 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00
ÓRGÃO: 15 – Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social
UNIDADE: 01– Diretoria de Segurança e Defesa Social
Função: 06 – Segurança Pública
Subfunção: 182 – Defesa Civil
Programa: 16 – Cidade Segura
2.059 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Segurança e Defesa Social
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
179 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 28.500,00

ÓRGÃO: 16 – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte
UNIDADE: 01– Diretoria de Eventos e Marketing
Função: 23 – Comércio e Serviços
Subfunção: 695 – Turismo
Programa: 17 – Incentivar o Turismo é obter sucesso
1.008 – Construção Portal Turismo e Construção Aquisição de Postos de Informações Turística
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
183 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 16 – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte
UNIDADE: 01– Diretoria de Eventos e Marketing
Função: 23 – Comércio e Serviços
Subfunção: 695 – Turismo
Programa: 17 – Incentivar o Turismo é obter sucesso
2.060 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
189 – 3.3.50.00.00.00 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 230.000,00
196 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 79.500,00

ÓRGÃO: 28 – Secretaria Municipal de Saneamento Básico
UNIDADE: 02– Diretoria de Operação, Expansão e Comércio
Função: 17 – Saneamento
Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano
Programa: 57 – Sanear
1.034 – Termo de Ajuste de Conduta – Construção de Reservatórios
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
232 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 99.500,00

ÓRGÃO: 28 – Secretaria Municipal de Saneamento Básico
UNIDADE: 02– Diretoria de Operação, Expansão e Comércio
Função: 17 – Saneamento
Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano
Programa: 57 – Sanear
1.037 – Termo de Ajuste de Conduta – Aquisição de Equipamentos/ Infraestrutura
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
234 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 225.000,00

ÓRGÃO: 30 – Secretaria Municipal de Gestão e Controle
UNIDADE: 01– Diretoria de Controle Preventivo
Função: 04 – Administração
Subfunção: 125 – Normatização e Fiscalização
Programa: 61 – Controle na Gestão Pública
2.135 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Controle Preventivo
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
242 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 27.500,00

243 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 9.500,00

ÓRGÃO: 30 – Secretaria Municipal de Gestão e Controle

UNIDADE: 02– Diretoria Administrativa, Financeira e de Planejamento

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 61 – Controle na Gestão Pública

2.136 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administração, Financeira e de Planejamento

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

247 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 30 – Secretaria Municipal de Gestão e Controle

UNIDADE: 03– Diretoria de Ouvidoria

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 61 – Controle na Gestão Pública

2.137 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Ouvidoria

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

248 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

249 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 31 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita

UNIDADE: 01– Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa

Função: 04 – Administração

Subfunção: 129 – Administração de Receitas

Programa: 62 – Nossa Arrecadação

2.138 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

253 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

ÓRGÃO: 31 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita

UNIDADE: 03– Diretoria de Movimento Econômico

Função: 23 – Comércio e Serviços

Subfunção: 694 – Serviços Financeiros

Programa: 56 – Investe e Cresce Navegantes

2.140 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Movimentos Econômico

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

256 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 23.500,00

ÓRGÃO: 31 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita

UNIDADE: 04– Diretoria de Indústria e Comércio

Função: 11 – Trabalho

Subfunção: 334 – Fomento ao Trabalho

Programa: 56 – Investe e Cresce Navegantes

2.141 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

259 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 43.500,00

261 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 14.500,00

ÓRGÃO: 31 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita

UNIDADE: 05– Diretoria do Sine

Função: 11 – Trabalho

Subfunção: 333 – Empregabilidade

Programa: 56 – Investe e Cresce Navegantes

2.143 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Sine

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

262 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 32 – Secretaria Municipal Criança, Adolescente e Juventude

UNIDADE: 01– Diretoria de Políticas da Criança e ao Adolescente

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 65 – Pacto pela Criança

2.006 – Manutenção e Funcionamento das Ações do Programa Pacto pela Criança

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

266 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

ÓRGÃO: 32 – Secretaria Municipal Criança, Adolescente e Juventude

UNIDADE: 01– Diretoria de Políticas da Criança e ao Adolescente

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 65 – Pacto pela Criança

2.144 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

270 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

ÓRGÃO: 32 – Secretaria Municipal Criança, Adolescente e Juventude

UNIDADE: 02– Diretoria de Políticas da Juventude

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 63 – Pacto pela Juventude

2.007 – Manutenção e Funcionamento das Ações do Programa Pacto pela Juventude

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

272 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 62.500,00

ÓRGÃO: 32 – Secretaria Municipal Criança, Adolescente e Juventude

UNIDADE: 02– Diretoria de Políticas da Juventude

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 63 – Pacto pela Juventude

2.145 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas da Juventude

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

274 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

T O T A L R\$ 2.551.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

19 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 991.000,00

23 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.560.000,00

T O T A L R\$ 2.551.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 15 de Julho de 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 15 de Julho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 3010 PROIBIÇÃO DE INSTALAÇÃO DE CAIXAS ELETRÔNICOS EM POSTOS DE GASOLINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

LEI N º 3010 DE 16 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE INSTALAÇÃO DE CAIXAS ELETRÔNICOS NO PÁTIO DE LOJAS DE CONVENIÊNCIAS DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1 º Fica vedada a instalação de caixas eletrônicos no pátio e nas lojas de conveniência dos postos de gasolina, obedecendo-se a uma distância mínima de 50 (cinquenta) metros do estabelecimento.

Parágrafo Único: Fica igualmente vedada a instalação de caixas eletrônicos perto de depósitos de qualquer objeto de natureza explosiva.

Art. 2 º Os caixas eletrônicos já instalados nos postos de gasolina deverão ser removidos no prazo de noventa dias a contar da publicação desta lei.

Art. 3 º Fica igualmente vedada a renovação de alvará dos referidos estabelecimentos que possuam caixas eletrônicos, na forma do artigo anterior.

Art. 4 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA DE NOVA TRENTO

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015

PROCESSO Nº 076/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2015

Aos 16 dias do mês de julho de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 16/07/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em locação e serviços de montagem, desmontagem e sucção de BANHEIROS QUÍMICOS – Cabines Individuais e/ou Container, para a XXIII Incanto Trentino, que será realizada nos dias 06 a 09 de Agosto de 2015, conforme quantidades e especificações técnicas contidas no anexo I, tipo menor preço por Lote.

As Licitantes registradas para os serviços cotados são:

LOTE I – FALCÃO SANEAMENTO LTDA ME (CNPJ Nº 18.786.010/0001-60)

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário/4 dias	Valor Total
1	BANHEIROS QUÍMICOS – Femininos e Masculinos Especificações: • Banheiro Químico individual, confeccionado em polietileno, em bom estado de conservação, com teto translúcido, porta papel higiênico, assento sanitário com tampa, piso antiderrapante, placa de identificação "Feminino e Masculino", fechadura da porta do tipo rolete com identificação de livre/ocupado, porta com sistema de mola para fechamento automático quando não está em uso. • Lavagem, sucção e desinfecção com produtos químicos adequados, desodorizante, transporte, montagem e desmontagem e toda logística por conta da contratada. OBS.: Incluído 1 sucção no dia 07/08/15 (manhã), duas sucções no dia 08/08/15 (manhã e tarde) e duas no dia 09/08/15 (manhã e tarde). Locação para os dias 06 a 09 de agosto de 2015. Instalação até o dia 05 de agosto de 2015 e apresentação de ART de instalação.	Unid.	16	360,00	5.760,00
2	BANHEIROS QUÍMICOS – PNE (Portador de Necessidades Especiais) Especificações: • Banheiro Químico individual, confeccionado em polietileno, em bom estado de conservação, com teto translúcido, com rampa, porta papel higiênico, assento sanitário com tampa, piso antiderrapante, placa de identificação, fechadura da porta do tipo rolete com identificação de livre/ocupado, porta com sistema de mola para fechamento automático quando não está em uso. • Lavagem, sucção e desinfecção com produtos químicos adequados, transporte, montagem e desmontagem e toda logística por conta da contratada. OBS.: Incluído 1 sucção no dia 07/08/15 (manhã), duas sucções no dia 08/08/15 (manhã e tarde) e duas no dia 09/08/15 (manhã e tarde). Locação para os dias 06 a 09 de agosto de 2015. Instalação até o dia 05 de agosto de 2015 e apresentação de ART de instalação.	Unid.	2	1.000,00	2.000,00
TOTAL R\$ 7.560,00					

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 7.560,00 (Sete mil quinhentos e sessenta reais)

LOTE II – EVOLUTION CONSTRUTORA E LOCAÇÕES EIRELI ME (CNPJ Nº 13.314.872/0001-76)

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário/ 4 dias	Valor Total
3	<p>CONTAINER: Banheiros Femininos, Masculinos e Cadeirante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo 4 cabines masculinas e 4 cabines femininas, equipadas com vaso sanitário, caixa d' água acoplada em cerâmica, tampa do vaso em plástico basculante e papel para papel higiênico em plástico; - No mínimo 1 cabine para Cadeirante medindo aproximadamente 2,00m x 1,5m, com rampa basculante de acesso em alumínio antiderrapante, barras de apoio ao usuário, papel para papel higiênico e para papel toalha, vaso sanitário e pia adaptados, acondicionada conforme exigência das normas específicas vigentes ABNT/NBR 9050; - No mínimo 1 Cabine, equipada com mictório em alumínio com 2m comprimento tipo calha, encanamento para esgoto e descarga controlada. <p>Equipado (interno ou externo) com lavatório para higienização (com pias e torneiras).</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 (uma) Caixa de Dejetos capacidade de 5.000 litros – caixa horizontal, com dois dutos para entrada e sucção dos dejetos. <p>* Transporte, montagem e desmontagem e toda logística por conta da contratada.</p> <p>Locação para os dias 06 a 09 de agosto de 2015.</p> <p>Instalação até o dia 05 de agosto de 2015 e apresentação de ART de instalação.</p>	Unid.	1	6.000,00	6.000,00
TOTAL R\$ 6.000,00					

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os serviços deverão ser executados conforme a necessidade da municipalidade.

Nova Trento/SC, 16 de julho de 2015.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

DECRETO Nº 109/2015

DECRETO nº109/2015

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 001/2014 – QUARTA CHAMADA, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 17 a 27 de julho de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - 01 (uma) foto 3/4

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V- Cópia do Título Eleitoral;

VI - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII - Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

IX – Cópia Comprovante de Residência;

X - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II).

XI – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XII - Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIII – Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/Médio/Curso Técnico), se for o caso;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso

XVI - Inscrição no PIS/PASEP;

XVII - Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato,

expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento.

XVIII- Declaração de bens, Declaração de acúmulos ou não de cargos, Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos).

XIX – Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo III).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 14 de julho de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº109 /2015)

CARGO: PROF E. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS 20H |

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
5º	28950	Greice Cristina Darós

DECRETO Nº 111/2015

DECRETO Nº 111, de 14 de julho de 2015.

Suspende a Concessão de Alvará de Licença para Comércio Ambulante e Eventual, no local que especifica.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, item VIII da Lei Orgânica do Município de Nova Trento,

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa no período de 03 à 09 de agosto de 2015, a concessão de Alvará de Licença para Comércio Ambulante e Eventual, constante no Art. 122, do Código Tributário Municipal, alterado pela Lei Complementar nº 096, de 22 de dezembro de 2005, especificamente na Rua dos Imigrantes, no trajeto compreendido entre o nº 258 à 390, por ocasião da XXIII Festa Incanto Trentino, exceto os participantes da Incanto Trentino, autorizados pelo município, conforme Processo Licitatório 80/2015. (Chamamento Público 009/2015).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura e Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretario M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.582/2015

LEI Nº 2.582, de 16 de julho de 2015

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, mediante convênio, a transferir R\$ 6.382,00 (seis mil trezentos e oitenta e dois reais) à entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais –APAE de Nova Trento, cadastrada no CNPJ sob o nº 78.540.846/0001-01, com sede à Rua Salvador Gessele, nº 50, na cidade de Nova Trento nº 50, em uma única parcela, para a aquisição do Guincho de Transferência, objetivando facilitar a transferência de pessoas portadoras de deficiência, além de contribuir com o trabalho diário de professores e técnicos, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Município.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria, dentro da Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 16 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.583/2015

Lei nº 2.583, de 16 de julho de 2015.

Concede Subvenção ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Trento - SITTRUNT e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30 inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Trento – SITTRUNT, estabelecido à Rua Nereu Ramos, 255, na cidade de Nova Trento, cadastrado no CNPJ sob o nº 85.235.497/0001-80, declarado de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.364/2010.

Art. 2º – O valor a que se refere o Artigo 1º da presente Lei, será destinado para cobrir despesas com a realização da Festa da Família Agricultora, no dia 12 de julho de 2015 e que acontecerá na localidade de São Valentim.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de recursos próprios dentro do Orçamento Fiscal Vigente do Município.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 16 de julho de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.584/2015

Lei nº 2.584, de 16 de julho de 2015.

Altera a redação dos arts. 30, caput, 31, 70 e 105, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento, e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento em exercício, Estado de Santa Catarina, usando as atribuições que lhe confere a Lei, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os arts. 30, caput, 31, 70 e 105, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30 O servidor nomeado para o cargo efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de 3 (três) anos, com objetivo de apurar requisitos necessários à confirmação no cargo para qual foi nomeado.

[...]

Art. 31 São estáveis, após 3 (três) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

[...]

Art. 70 Estabilidade é o direito que adquire o servidor nomeado por concurso de não ser exonerado ou demitido, após 3 (três) anos de tempo de serviço, senão em virtude de sentença judicial ou processo disciplinar em que lhe tenha assegurado ampla defesa.

[...] Fls.02 Lei nº 2.584/2015

Art. 105 Para efeito de aposentadoria não especial, será contado em dobro o tempo de licença prêmio que o servidor não tiver gozado até 16 de dezembro de 1998. Após essa data, a contagem do prazo de licença prêmio não gozado será feita de forma simples.

Art. 2º O estágio probatório de 03 (três) anos se aplica aos servidores que estiverem em período de prova na data de entrada em vigor desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento/SC, 16 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.585/2015

Lei Nº 2.585, de 16 de Julho de 2015

Dá a Denominação de Virgílio Tomasi, ao Ponto de Taxi, localizado na Praça Del Comune, neste município.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Senhor Gian Francesco Voltolini, usando das atribuições que lhe confere o item XXV do Art.94 da Lei Orgânica Municipal, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Ponto de Taxi nº 001, localizado na Praça Del Comune, neste município, anexo ao Ponto de Informações Turísticas, denominar-se-á “VIRGILIO TOMASI”.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 16 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.586/2015

Lei Nº 2.586, de 16 de julho de 2015

Dá Denominação as Canchas de Bocha, anexas ao Ginásio de Esportes Inácio Gulini, neste município.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Senhor Gian Francesco Voltolini, usando das atribuições que lhe confere o item XXV do Art.94 da Lei Orgânica Municipal, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º As Canchas de Bochas, estabelecidas à Rua Imigrantes, neste município, anexas ao Ginásio de Esportes Inácio Gulini, passam a denominar-se: "Cancha de Bocha Davi Mario Orsi" e "Cancha de Bocha Edegar Francisco Mazzola".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 16 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 507/2015 "A"

PORTARIA Nº 507/ 2015 "A"

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o Servidor Público Municipal VAUDINEI JOSE MINATTI, matrícula nº 6457, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 31 de maio de 2015.

Art. 2º – NOMEAR, o Servidor Público Municipal, VAUDINEI JOSE MINATTI, matrícula nº 6713, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Transportes, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de junho de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de junho de 2015.
Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 507/2015 "B"

PORTARIA Nº 507/ 2015 "B"

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a Servidora Pública Municipal SONIA SOLANGE DE SOUZA E SILVA, matrícula nº 6352, ocupante do cargo de Enfermeiro - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 31 de maio de 2015.

Art. 2º – NOMEAR, a Servidora Pública Municipal SONIA SOLANGE DE SOUZA E SILVA, matrícula nº 6714, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de junho de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de junho de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 535/2015

PORTARIA Nº 535/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 443/2015, que Concedeu Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal ANDREIA ALESSANDRA DA SILVA, matrícula nº 6309, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 08 (oito) dias, a contar de 02 de junho de 2015 a 09 de junho de 2015, conforme resultado pericial datado de 09/06/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 16 de junho de 2015.
Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 549/2015

PORTARIA Nº 549/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Junho/2015, à Servidora Pública Municipal TEREZINHA DELLAGNOLO BATTISTI, matrícula nº 504, concursada, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 03/11/2013 a 02/11/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de junho de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 564/2015

PORTARIA Nº 564/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal, ANGELICA PIFFER, matrícula nº 6687, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossas Senhoras da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento a partir do dia 01 de julho de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 01 de julho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 567/2015

PORTARIA Nº 567/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 481/2015, que concedeu Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal ROQUE GONSALES MONTIBELLER, matrícula nº 927, concursado, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 29 de junho de 2015 a 27 de agosto de 2015, conforme resultado pericial datado de 06/07/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 06 de julho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 572/2015

PORTARIA Nº 572/ 2015

Designa Servidor Para Substituição Remunerada

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal MARIANA CONCEIÇÃO FAGUNDES BOSIO, matrícula nº 5852, atuante no cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Almoxarifado, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 dias, a contar de 13 de julho de 2015 a 11 de agosto de 2015, para substituição remunerada do Servidor Anderson Bertotti, que estará em gozo de férias, conforme o art. 61 e 62 do Estatuto do Funcionário Público Municipal.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 07 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 07 de julho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 576/2015

PORTARIA Nº 576/ 2015

Concede Licença Maternidade

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e o art. 94, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal IDINEIA TURACI, matrícula nº 6280, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 08 de julho de 2015 a 04 de novembro de 2015, conforme atestado médico datado de 08/07/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de julho de 2015.

Valdemir Luiz Quaitto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Portaria em 08 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 577/2015

PORTARIA Nº 577/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, JOSÉ BOTAMELLI NETO, matrícula nº 6193, ocupante do cargo de Operador de Máquina, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 07 de julho de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 08 de julho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 079/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 008/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2015

Origem: Edital de Licitação nº 079/2015 – Inexigibilidade de Licitação nº 008/2015. Homologação: 25/06/2015 – Fundamentação: Art. 25, CAPUT da Lei 8666/93; Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: JMM ELÉTRICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o número 13.226.152/0001-59, para fornecer PEÇAS ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS PARA CONCERTO DE PRÉDIOS PÚBLICOS EM QUE MÃO DE OBRA NECESSITAR SER CONTRATADA COM VENCEDOR DO CERTAME LICITATÓRIO Nº 035/2015 - PREGÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015. Valor para 12 meses: R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais).

Nova Trento 25 de junho de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito de Nova Trento

PROCESSO Nº 083/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2015 - SRP Nº 025/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 083/2015 – Pregão Presencial nº 056/2015 – Registro de Preços Nº 025/2015

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de Macadame Britado e o transporte do mesmo para depósito localizado no Município de Nova Trento, para recuperação e manutenção das estradas do interior do Município, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 30/07/2015 até as 09:30 horas. Abertura: 30/07/2015 – 09:30 Horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 / 3267.3211 - E-mail: compras@nova-trento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PP047/2015

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

HOMOLOGAÇÃO: 13/07/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Limpeza e Serviços de Seguranças (diurno e noturno), para execução de segurança desarmada, uniformizados, durante a realização da "XXIII Incanto Trentino" que será nos dias 06, 07, 08 e 09 de agosto de 2015, no município de Nova Trento, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI. (CNPJ Nº 08.160.936/0001-91) – Valor Total de R\$ 8.050,00 (Oito mil e cinquenta reais).

MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI. (CNPJ Nº 05.913.862/0001-29) – Valor total de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais).

Nova Trento/SC, 13 de julho de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 031/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA : 15/07/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS

RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRATADO: MADEIREIRA FAVERO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.204,56 (Dezessete mil duzentos e quatro reais e cinquenta seis centavos)

CONTRATADO: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.399,56 (Onze mil trezentos e noventa nove reais e cinquenta seis centavos).

CONTRATADO: VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.275,00 (Um mil duzentos e setenta e cinco reais)

CONTRATADO: BRIDI & FABRO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.530,00 (Quatro mil quinhentos e trinta reais)

DATA: 15/07/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

DISPENSA 72/2015 PMO

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÕES

PROCESSO Nº 86/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 84/2015

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de veículo para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS

Fornecedor: UNITA VEÍCULOS LTDA

Valor R\$ 41.650,00

Data de homologação 13/07/2015

PROCESSO Nº 87/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2015

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar para atender as escolas do município.

Fornecedor: ANTONIO VOLPATO EPP

Valor R\$ 23.553,15

Fornecedor: BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP

Valor R\$ 700,00

Fornecedor: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA

Valor R\$ 11.428,00

Fornecedor: COPAL ALIMENTOS LTDA

Valor R\$ 112,00

Fornecedor: DIFafa DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Valor R\$ 42.559,20

Fornecedor: MERCADO DEBIAZI LTDA ME

Valor R\$ 23.097,60

Fornecedor: ORLEANS INFORMATICA EPP

Valor R\$ 1.805,00

Fornecedor: SUPERLIDER ALIMENTOS LTDA

Valor R\$ 2.421,00

Fornecedor: SUPERMERCADO RH LTDA

Valor R\$ 48.338,72

VALOR TOTAL R\$ 154.014,67

Data de homologação 13/07/2015

PROCESSO Nº 88/2015

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 86/2015

Tipo: menor preço global

Objeto: CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO GINÁSIO DE ESPORTES DA COMUNIDADE DE RIO DAS FURNAS CONFORME CONVENIO Nº 2014TR003613 ESTADO/MUNICÍPIO

Fornecedor: ATTUALE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Valor R\$ 133.332,91

Data da homologação 13/07/2015

PROCESSO Nº 98/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 72/2015

Objeto: Construção de um muro de pedra e estrutura de concreto armado medindo 06m de comprimento por 03m de altura totalizando 18m² sito ao redor da escola do Bairro São Jerônimo

Valor R\$ 9.467,10

Contratado: Antonio Bombazar 29069548968

Fundamento legal: art. 24 II da Lei 8.666/93 consolidada. Conforme Parecer Jurídico e as justificativas anexadas no processo.

Homologado em 16/07/2015

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

ERRATA PROCESSO 35 FMS

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 35/2015 FMS

ERRATA

Onde se Lê "PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015 – FMS", Leia-se TOMADA DE PREÇOS Nº. 35/2015 FMS

Onde se lê: "Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 29/07/2015 às 15h:30min. Abertura das Propostas: dia 29/07/2015, às 16h00min."

Leia-se: Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 04/08/2015 às 15h:30min. Abertura das Propostas: dia 04/08/2015, às 16h00min

Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

Orleans - SC, 16 de julho de 2015.

ANA REGINA ZOMER

Secretária de Saúde

TPO 91/2015 QUADRAS

PROCESSO Nº 97/2015

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 91/2015

Tipo: Menor Preço/GLOBAL

Objeto: CONSTRUÇÃO DE DUAS QUADRAS COBERTAS COM 622,15 M² CONFORME PROJETOS, ARTs, MEMORIAIS, ORÇAMENTOS ANEXOS. CONTRATO DE REPASSE 794500/2013, PROCESSO 1010898/2013 ME/CEF/MUNICÍPIO

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 06/08/2015 às 13h:00min.

Abertura das Propostas: dia 06/08/2015, às 13h30min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada.

Orleans - SC, 16 de julho de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

Ouro

PREFEITURA

PR 24/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 30/07/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n.0043/2015, na modalidade Pregão Presencial n. 0024/2015, tipo menor preço global, sob regime de entrega imediata. Objeto: Aquisição de Sistema de Equipamento Roll on Roll Off Hidráulico com plataforma reforçada para Transporte de Maquinas e container caçamba. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 30/06/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 035, DE 03 DE JULHO DE 2015.

CONVÊNIO Nº 035, DE 03 DE JULHO DE 2015.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Ação Social Ponte do Imaruim.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, neste ato representado por seu gestor, Sr. ADRIANO DA SILVA MATTOS e, de outro lado a AÇÃO SOCIAL PONTE DO IMARUIM, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 79.524.708/0001-00, com sede na Rua João Febrônio de Oliveira, nº 65, Bairro Ponte do Imaruim, CEP 88.130-385 Palhoça/SC, representado neste ato pela sua Presidente Sra. Inês Nienkotter de Melo, inscrita no CPF/MF sob o nº 007.685.649-64, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.268, de 03 de julho de 2015 e Decreto Legislativo nº 383/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do município na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelas entidades privadas socioassistenciais no que se refere a execução indireta dos serviços da política de assistência social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, repassará a importância de R\$: 4.667,64 (quatro mil seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), divididos e pagos em 04 parcelas, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I – As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, no valor de total de R\$: 4.667,64 (quatro mil seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos). Serão repassados através da seguinte dotação orçamentária: Referência de Dotação: 339

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 0008 – Assistência Social

Subfunção: 0244 – Assistência Comunitária

Programa: 0033 – Assistência Social

Ação: 2004 – Contribuição a Entidade Não Govern. e Privadas

Elemento: 3335000000000000000 – Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos

Vínculo: 01000152 – Recursos Ordinários Livres

II – Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela

PMP/FMAS à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I – A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II – Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III – O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FMAS

O MUNICÍPIO/FMAS obriga-se a:

I – Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II – Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III – Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV – Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V – Fornecer ao Conselho Municipal de Assistência Social informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I – Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços seguindo os critérios estabelecidos pelo CMAS através da RESOLUÇÃO 01/2014, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II – Ressarcir ao Município/FMAS os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III – Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FMAS de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV – Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V – Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI – Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/FMAS, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII – Encaminhar ao MUNICÍPIO/FMAS, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebido destes;

VIII – Manter conta corrente específica sob o título Entidade/Municipal/FMAS;

IX – Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI – Devolver ao MUNICÍPIO/FMAS, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII – Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FMAS, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII – Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FMAS CMAS, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV – Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV – Dispor de pessoal técnico – administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

XVI – Observar e desenvolver as obrigações previstas no art. 7º da Resolução 001/2014.

É vetado:

I – Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no edital 001/2014, ainda que em caráter de emergência;

II – Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, depositados em conta corrente da Entidade;

III – Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV – Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SEXTA – DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/

ou FUNDO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Processo de concessão dos recursos (minuta do convênio);
3. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
4. Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

5. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

6. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;

7. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

8. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

9. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

10. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

11. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfico, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

12. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

13. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

14. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

15. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando

as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

16. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

17. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.
....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 18. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ANEXOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos, sendo:

I – Anexo I - Plano de Trabalho,

II – Anexo II - Resolução 001/2015 do CMAS,

III – Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

a) Solicitação ao dirigente máximo do concedente;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, a ser adquirido através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

c) Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;

d) Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;

e) Comprovante de inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social;

f) Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;

g) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;

h) Certificação de entidade beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;

i) Cópia da Lei de utilidade pública, quando exigida pela legislação do concedente;

j) Cópia do RG, CPF e comprovante de residência atualizado do Presidente ou representante legal munido de procuração da entidade beneficiada;

k) Cópia do comprovante do Endereço atualizado da entidade;

l) Alvará Sanitário e do Corpo de Bombeiros ou protocolo, não havendo a entidade deve apresentar justificativa dos motivos;

m) Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa – CPD-EM emitido pela Previdência Social;

n) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF;

o) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico <http://www.sef.sc.gov.br>, quando o concedente for o Estado;

p) Certidão Negativa de débitos municipais, quando o concedente for o município;

q) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;

r) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com recursos pretendidos.

s) Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;

t) Declaração informando possuir em seu quadro permanente, os responsáveis técnicos mínimos que assegurem a regularidade na prestação do serviço a que se propõe a entidade, através de contrato de trabalho ou contrato de voluntariado.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata pelo MUNICÍPIO/FMAS, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos § 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, 03 de julho de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ADRIANO DA SILVA MATTOS
Secretário de Assistência Social

Inês Nienkotter de Melo
Presidente da Ação Social Ponte do Imaruim

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 036, DE 03 DE JULHO DE 2015.

CONVÊNIO Nº 036, DE 03 DE JULHO DE 2015.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, neste ato representado por seu gestor, Sr. ADRIANO DA SILVA MATTOS e, de outro lado a ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83.598.136/0001-72, com sede na Rodovia Virgílio Várzea, nº 1300, Bairro Saco Grande II, CEP 88.032-001, Florianópolis/SC, representado neste ato pela sua Presidente Sr. JAIRO DA SILVA, inscrita no CPF/MF sob o nº 025.733.619-26, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.267, de 03 de julho de 2015 e Decreto Legislativo nº 382/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do município na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelas entidades privadas socioassistenciais no que se refere a execução indireta dos serviços da política de assistência social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, repassará a importância de R\$: 23.672,88 (vinte e três mil seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), divididos e pagos em 04 parcelas, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I – As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de

Assistência Social - FMAS, no valor de total de R\$: 23.672,88 (vinte e três mil seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos). Serão repassados através da seguinte dotação orçamentária: Referência de Dotação: 339
Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 0008 – Assistência Social
Subfunção: 0244 – Assistência Comunitária
Programa: 0033 – Assistência Social
Ação: 2004 – Contribuição a Entidade Não Govern. e Privadas
Elemento: 3335000000000000000 – Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01000152 – Recursos Ordinários Livres
II – Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FMAS à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I – A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II – Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor recebedor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III – O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FMAS

O MUNICÍPIO/FMAS obriga-se a:

I – Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II – Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III – Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV – Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V – Fornecer ao Conselho Municipal de Assistência Social informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I – Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços seguindo os critérios estabelecidos pelo CMAS através da RESOLUÇÃO 01/2014,

sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II – Ressarcir ao Município/FMAS os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III – Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FMAS de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV – Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V – Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI – Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/FMAS, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII – Encaminhar ao MUNICÍPIO/FMAS, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebido destes;

VIII – Manter conta corrente específica sob o título Entidade/Municipal/FMAS;

IX – Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI – Devolver ao MUNICÍPIO/FMAS, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII – Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FMAS, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII – Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FMAS CMAS, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV – Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV – Dispor de pessoal técnico – administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigente;

XVI – Observar e desenvolver as obrigações previstas no art. 7º da Resolução 001/2014.

É vetado:

I – Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no edital 001/2014, ainda que em caráter de emergência;

II – Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, depositados em conta corrente da Entidade;

III – Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV – Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SEXTA – DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FUNDO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Processo de concessão dos recursos (minuta do convênio);
3. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
4. Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
5. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
6. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
7. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
8. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancaria onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
9. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
10. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
11. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

12. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

13. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento

do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

14. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

15. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

16. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

17. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 18. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ANEXOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos, sendo:

I – Anexo I - Plano de Trabalho,

II – Anexo II - Resolução 001/2015 do CMAS,

III – Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que se-guem a abaixo:

a) Solicitação ao dirigente máximo do concedente;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, a ser adquirido através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

c) Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;

d) Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;

e) Comprovante de inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social;

f) Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;

g) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;

h) Certificação de entidade beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;

i) Cópia da Lei de utilidade pública, quando exigida pela legislação do concedente;

j) Cópia do RG, CPF e comprovante de residência atualizado do Presidente ou representante legal munido de procuração da entidade beneficiada;

k) Cópia do comprovante do Endereço atualizado da entidade;

l) Alvará Sanitário e do Corpo de Bombeiros ou protocolo, não havendo a entidade deve apresentar justificativa dos motivos;

m) Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa – CPD-EM emitido pela Previdência Social;

n) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF;

o) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico <http://www.sef.sc.gov.br>, quando o concedente for o Estado;

p) Certidão Negativa de débitos municipais, quando o concedente for o município;

q) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;

r) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com recursos pretendidos.

s) Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;

t) Declaração informando possuir em seu quadro permanente, os responsáveis técnicos mínimos que assegurem a regularidade na prestação do serviço a que se propõe a entidade, através de contrato de trabalho ou contrato de voluntariado.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata pelo MUNICÍPIO/FMAS, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos § 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, 03 de julho de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ADRIANO DA SILVA MATTOS
Secretário de Assistência Social

JAIRO DA SILVA
Presidente da Associação Catarinense para Integração do Cego

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

ERRATA 001 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
ERRATA Nº 001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2015

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital Convocatório, ficando apazado para o dia 29/07/2015, às 14:00hs, o recebimento dos envelopes e a sessão de lances do Pregão Presencial nº 78/2015. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.atende.net. Palhoça, 16 de julho de 2015. A PREGOEIRA.

LEI Nº 4.267, DE 03 DE JULHO DE 2015.

LEI Nº 4.267, DE 03 DE JULHO DE 2015.

CONVÊNIO. Assistência Social. Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83.598.136/0001-72, com sede na Rodovia Virgílio Várzea, nº 1300, Bairro Saco Grande II, CEP 88.032-001, Florianópolis/SC, no valor global de R\$ 23.672,88 (vinte e três mil, seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos) com o objetivo de conferir o apoio efetivo do Município na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelas entidades privadas socioassistenciais no que se refere a execução indireta dos serviços da política de assistência social.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Referência de Dotação: 339

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 0008 – Assistência Social

Subfunção: 0244 – Assistência Comunitária

Programa: 0033 – Assistência Social

Ação: 2004 – Contribuição a Entidade Não Govern. e Privadas

Elemento: 33350000000000000000 – Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos

Vínculo: 01000152 – Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Palhoça, 03 de julho de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.268, DE 03 DE JULHO DE 2015.

LEI Nº 4.268, DE 03 DE JULHO DE 2015.

CONVÊNIO. Assistência Social. Ação Social Ponte do Imaruim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Ação Social Ponte do Imaruim, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 79.524.708/0001-00, com sede na Rua João Febrônio de Oliveira, nº 65, Bairro Ponte do Imaruim, CEP 88.130-385 Palhoça/SC, no valor global de R\$ 4.667,64 (quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) com o objetivo de conferir o apoio efetivo do Município na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelas entidades privadas socioassistenciais no que se refere a execução indireta dos serviços da política de assistência social.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Referência de Dotação: 339

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 0008 – Assistência Social

Subfunção: 0244 – Assistência Comunitária

Programa: 0033 – Assistência Social

Ação: 2004 – Contribuição a Entidade Não Govern. e Privadas

Elemento: 333500000000000000 – Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01000152 – Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 03 de julho de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 107-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº107/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 107/2015, no dia 30 de julho de 2015, às 14:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº107/2015 tem como objeto a aquisição de equipamentos para serem utilizados nas cozinhas das Unidades Escolares e para a Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da Secretaria de Educação de Palhoça, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 16 de julho de 2015. A Pregoeira.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2015 – Pregão
 Presencial 45/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 GRAFICA MADRI LTDA. OBJETO: Serviços de confecção de
 materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS
 II, CEAP, NEPS, CEO e demais setores da Secretária, com fornecimento
 de todos os materiais necessários.
 DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: GRAFICA MADRI LTDA				CNPJ: 04.300.682/0001-09	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Atestado médico AD (Álcool e outras Drogas), tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas					
6	50,00	BL		R\$2,1700	R\$108,5000
Especificação: Atestado médico CAPS II, tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas					
7	50,00	BL		R\$2,1700	R\$108,5000
Especificação: Bloco de anotações personalizado, com as seguintes especificações: CAPA em papel couchê 180 g/m², impressão 4x0 (colorida), com a arte NEPS escrita na capa (art e design do logotipo será fornecida). CONTRACAPA em papel couchê 180 g/m², sem impressão. FOLHAS INTERNAS em papel offset 75 g/m², cor branca, com a logo do NEPS PALHOÇA no lado inferior direito, conforme modelo abaixo (art e design a cargo da gráfica). ACABAMENTO: capas e folhas coladas na parte superior. Bloco com 20 folhas internas e medindo 14 x 21 cm.					
10	200,00	UN		R\$2,2000	R\$440,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Assistente Social - CAPS AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
18	50,00	BL		R\$2,9300	R\$146,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Assistente Social - NASF, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
19	50,00	BL		R\$2,9300	R\$146,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Dermatologista, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
22	60,00	BL		R\$2,6700	R\$160,2000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Endócrino, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
24	40,00	BL		R\$3,3700	R\$134,8000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Farmacêutico - NASF, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
26	50,00	BL		R\$2,9100	R\$145,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Neurologista, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com					

1x50 fls.					
30	80,00	BL		R\$2,3500	R\$188,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Otorrinolaringologista, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
32	60,00	BL		R\$2,6700	R\$160,2000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Pedagogo CAPS AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
33	50,00	BL		R\$2,9300	R\$146,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Pedagogo CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
34	50,00	BL		R\$2,9300	R\$146,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Pediatra, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
35	60,00	BL		R\$2,6700	R\$160,2000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Técnico Enfermeiro, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
37	70,00	BL		R\$2,1900	R\$153,3000
Especificação: Capa de prontuário Componente Especializado, formato 50x33cm, papel offset branco 180gr, 1x1, com 1 dobra.					
47	1500,00	UN		R\$0,3300	R\$495,0000
Especificação: Capa de prontuário para ação judicial, formato 50x33cm, papel offset branco 180gr, 1x1, com 1 dobra.					
48	500,00	UN		R\$0,8900	R\$445,0000
Especificação: Cartão de agendamento, formato 30x12cm, Frente e Verso, 2 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em azul - 1x1.					
53	40000,00	UN		R\$0,0600	R\$2.400,0000
Especificação: Cartão de Controle de Medicação - Program de Saúde mental, formato 21x8cm, Frente e Verso, 1 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em preto - 1x0.					
54	2000,00	UN		R\$0,1100	R\$220,0000
Especificação: Cartão de Identificação Brasil Sorridente, formato 100mmx70mm, papel 180gr, branco com impressão em duas cores (preto e verde), 2x0					
55	2000,00	UN		R\$0,0700	R\$140,0000
Especificação: Cartão de Medicamentos, formato 100mmx70mm, papel off set 180gr, cor 1x0.					
56	2000,00	UN		R\$0,0700	R\$140,0000
Especificação: Cartão de visita, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 4x 0 cor, quantidade para ser personalizado para 7 servidores.					

57	1000,00	UN		R\$0,2400	R\$240,0000
Especificação: Certificados em Papel off-set 180 gr Formato 29,7 cm x 21,0 cm, 8 cores.					
66	5000,00	UN		R\$0,2200	R\$1.100,0000
Especificação: Contrato Terapêutico AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
70	20,00	BL		R\$5,2900	R\$105,8000
Especificação: Contrato Terapêutico CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
71	20,00	BL		R\$5,2900	R\$105,8000
Especificação: Folder Dia dos Pais 20 x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial 170 gr, 1 dobra, vinco.					
104	2000,00	UN		R\$0,2000	R\$400,0000
Especificação: Folder Dia Internacional da Mulher 20X21CM, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170gr comercial, 1 dobra, vinco.					
105	3000,00	UN		R\$0,1600	R\$480,0000
Especificação: Folder Explicativo com a história NEPS Arte e Design fica a cargo da gráfica (logotipo do NEPS tem que aparecer no canto superior esquerdo) x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial 170Gr, 1 dobra, vinco.					
106	100,00	UN		R\$3,0000	R\$300,0000
Especificação: Folder Prevenção 20x 21cm, 1Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial, 1 dobra, vinco.					
114	2000,00	UN		R\$0,2100	R\$420,0000
Especificação: Folder Transmissão vertical 20 x 21cm, 1Folha 4x4 cores em papel couché brilho 170 gr comercial, 1 dobra, vinco					
116	2000,00	UN		R\$0,2100	R\$420,0000
Especificação: Folder Vivendo com HIV 20x21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial , 1 dobra, vinco					
117	2000,00	UN		R\$0,2100	R\$420,0000
Especificação: Folheto dia das mães 30x15cm, 1 folha 4x4 cores em papel 180 gr comercial, dobra, corte e vinco, faca.					
118	2000,00	UN		R\$0,2700	R\$540,0000
Especificação: Folhetos 1º dezembro 15x10 cm, 1 folha 4x4 cores em papel offset 120gr comercial, 1 dobra, vinco.					
119	2000,00	UN		R\$0,1500	R\$300,0000
Especificação: Informativos modelos diversos, tamanho 15 x 21 cm, em papel mais barato 4x0 cor.					
123	100000,00	UN		R\$0,0800	R\$8.000,0000
Especificação: Ordem de abastecimento, bloco 2x50, formato 150 x 110mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via					

branco e 2ª via azul carbonado com impressão em preto - 1x0.

129	1000,00	BL		R\$1,6900	R\$1.690,0000
-----	---------	----	--	-----------	---------------

Especificação: Receituário de controle especial " A" Amarela, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.

138	100,00	BL		R\$2,9800	R\$298,0000
-----	--------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Receituário de controle especial " B-1" Azul, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.

139	1600,00	BL		R\$1,8900	R\$3.024,0000
-----	---------	----	--	-----------	---------------

Especificação: Receituário de controle especial " B-2" Azul, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.

140	100,00	BL		R\$2,9800	R\$298,0000
-----	--------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Termo consentimento livre escolha, tamanho 21x30cm, 1x0 cor , 1ª via em papel offset 75gr, 1 capa sem impressão em papel capa AG 90 gr, tamanho 42,00x30,00cm, bloco 50x1.

153	300,00	UN		R\$2,3900	R\$717,0000
-----	--------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Vale Camisinha 6x9cm 4x0 cores 1 Folha 4x1 cores em papel off-set 90 grs.

157	10000,00	UN		R\$0,0500	R\$500,0000
-----	----------	----	--	-----------	-------------

Valor Total		(vinte e cinco mil, quinhentos e quarenta e três reais e oitenta centavos)			R\$25.543,80
--------------------	--	---	--	--	---------------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2015 – Pregão
 Presencial 45/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO. OBJETO: Serviços de confecção de
 materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS
 II, CEAP, NEPS, CEO e demais setores da Secretária, com fornecimento
 de todos os materiais necessários.
 DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA				CNPJ: 13.919.051/0001-63	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Capa de prontuário, formato 50x33cm, papel off set branco 180gr, 1x1, com 1 dobra.					
50	100000,00	UN		R\$0,2100	R\$21.000,0000
Especificação: Cartão de Agendamento do EAD, formato 21x8cm, Frente e Verso, 1 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em preto - 1x0.					
52	500,00	UN		R\$0,2500	R\$125,0000
Especificação: Cartão odontológico, tam. 13x10cm, papel off-set 180gr, cor 1x0.					
58	8000,00	UN		R\$0,0400	R\$320,0000
Especificação: Cartão para autorização de consultas, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.					
59	3000,00	UN		R\$0,0500	R\$150,0000
Especificação: Cartão para entrega de exames, frente e verso, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.					
60	3500,00	UN		R\$0,0500	R\$175,0000
Especificação: Cartão para marcação de exames de CD4/CD8, papel off-set 240 gr, tamanho 6x8 cm, impressão 1x 0 cor.					
61	3000,00	UN		R\$0,0500	R\$150,0000
Especificação: Cartão para resultados teste Anti-HIV, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.					
62	15000,00	UN		R\$0,0300	R\$450,0000
Especificação: Cartão Pré-Natal, papel off-set 240gr, 03 vincos, tamanho 13,5 x 51 cm, impressão 4x4 cores.					
63	3000,00	UN		R\$0,3300	R\$990,0000
Especificação: Cartilha História de Vida, capa confeccionado em papel couche 170gr com cores 4x0, miolo confeccionado em papel couche 115gr com cores 4x4, acabamento intercalado e grampeado, com 20 (vinte) páginas, 5 folhas A\$ frente e verso, tamanho 15x21cm fechado, aberto 21x31cm.					
65	20000,00	ENV		R\$0,6500	R\$13.000,0000

Especificação: Ficha A - Cadastro de famílias, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

81	5000,00	BL		R\$1,5000	R\$7.500,0000
----	---------	----	--	-----------	---------------

Especificação: Ficha clinica, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

86	6000,00	BL		R\$1,4500	R\$8.700,0000
----	---------	----	--	-----------	---------------

Especificação: Ficha de atendimento SAMU, blocos 3x20 fls, papel auto copiativo (carbonadas), folhas nas cores branca, amarela e azul, papel off-set 63gr, impressão 1x0, formato officio.

93	2000,00	BL		R\$3,5000	R\$7.000,0000
----	---------	----	--	-----------	---------------

Especificação: Ficha de para controle de visitas domiciliares dos ACS, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

98	600,00	BL		R\$1,5900	R\$954,0000
----	--------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Folder Adolescente 20 x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial 170Gr, 1 dobra, vinco.

102	3000,00	UN		R\$0,1900	R\$570,0000
-----	---------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Folder Alterações Frequentes na Gestação, 30x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial 170Gr, 2 dobra, vinco.

103	3000,00	UN		R\$0,2100	R\$630,0000
-----	---------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Folder informativo da Anti-Rábico, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.

107	5000,00	UN		R\$0,1700	R\$850,0000
-----	---------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Folder informativo da Coqueluche, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.

108	5000,00	UN		R\$0,1700	R\$850,0000
-----	---------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Folder informativo da Dengue, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.

109	10000,00	UN		R\$0,1400	R\$1.400,0000
-----	----------	----	--	-----------	---------------

Especificação: Folder informativo da Hepatite, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.

110	5000,00	UN		R\$0,1700	R\$850,0000
-----	---------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Folder informativo da Meningite, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.

111	5000,00	UN		R\$0,1700	R\$850,0000
-----	---------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Folder Saúde da Família, papel gouche brilho, 170 gr comercial, formato A4, com 02 (duas) dobras, impressão 4x4 cores, frente e verso.

115	20000,00	UN		R\$0,1200	R\$2.400,0000
-----	----------	----	--	-----------	---------------

Especificação: Receituário de Controle Especial, bloco 2x50, formato 190x145mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via branco e 2ª via amarela com impressão em preto - 1x0.

141	6000,00	BL		R\$1,4500	R\$8.700,0000
-----	---------	----	--	-----------	---------------

Especificação: Relatório SSA2, formato 230x180mm, frente e verso, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

147	700,00	BL		R\$1,1000	R\$770,0000
-----	--------	----	--	-----------	-------------

Valor Total		(setenta e oito mil e trezentos e oitenta e quatro reais)			R\$78.384,00
--------------------	--	--	--	--	---------------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2015**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Pág 1 / 7



Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2015 – Pregão Presencial 45/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: WEBERGRAFIC COMERCIO DE MATERIAIS GRAFICOS LTDA. OBJETO: Serviços de confecção de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, CEAP, NEPS, CEO e demais setores da Secretária, com fornecimento de todos os materiais necessários.

DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: WEBERGRAFIC COMERCIO DE MATERIAIS GRÁFICOS LTDA				CNPJ: 11.505.113/0001-65	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Acompanhamento de tuberculose - ficha B-TB, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
1	50,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,5000	R\$125,0000
Especificação: Adesivo redondo, formato 7x7 cm, impressão 4x0 cor, com faca					
2	500,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,3000	R\$150,0000
Especificação: Agenda de gestante, capa plastificada em papel triplex 280 gr em 4x4 cores, tamanho fechado 16x22cm, miolo com 36 páginas, papel off-set 90gr, impressão 4x4 cores, acabamento com grampo, 1 (uma) bolsa interna 4x0 cor, tamanho aberto 21x16 cm, corte especial e cola, papel off-seet 240 gr.					
4	3000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$1,6000	R\$4.800,0000
Especificação: Atestado de saúde, tamanho 11,5x16cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas					
5	2000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,4300	R\$860,0000
Especificação: Atestado médico para gestante, tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas.					
8	500,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,9500	R\$475,0000
Especificação: Boletim de produção ambulatorial - BPA - I (individualizado), formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
12	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6700	R\$501,0000
Especificação: Boletim de produção ambulatorial - BPA consolidado, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
13	1000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4700	R\$1.470,0000
Especificação: Boletim de produção mensal e boletim bimestral de encaminhamento, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
14	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6700	R\$250,5000
Especificação: Boletim de reconhecimento geografico RG 01, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
15	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,8500	R\$277,5000
Especificação: Boletim de reconhecimento geografico RG 02, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					

IPM - Informática Ltda

Identificador: WCO341207-1232-ZWONC-158944455 - Emitido por: ROBERTA DE BRITO MEDEIROS

14/01/2015 15:14



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pág 2 / 7

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

16	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,8500	R\$277,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Cardiologista, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
20	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$338,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Educador Físico - NASF, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
23	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6700	R\$250,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Enfermeiro, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
25	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$338,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Gineco, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
27	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$338,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Médico, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
29	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$338,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Nutricionista, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
31	110,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,9700	R\$216,7000
Especificação: Boletim diário de atendimento odontológico - endodontia, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
38	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$253,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento odontológico - PAB e procedimentos coletivos, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
39	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$253,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento odontológico - periodontia, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
40	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$253,5000
Especificação: Boletim diário de Pequenas Cirurgias, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
41	60,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,6800	R\$160,8000
Especificação: Boletim mensal de doses aplicadas de vacinas de rotina, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
42	60,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,6800	R\$160,8000
Especificação: Bolsa personalizada em TNT (retornável), gramatura 60, cor bege, tamanho: 30cm alt.x22cm larg., com serigrafia em 02 cores e estampa em 01 lado.					
43	5000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$3,1000	R\$15.500,0000



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pág 3 / 7

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

Especificação: Cadastro de paciente Anexo 01 - Medicamento Excepcionais/Alto Custo, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

44	15,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$5,2000	R\$78,0000
----	-------	----	-------------	-----------	------------

Especificação: Calendário de mesa, 4X0 cores em papel triplex 300 gr comercial 30 gr, tamanho 18,00 x 36,00 cm, vinco, faca pronta, plastificação com brilho.

46	1100,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,6000	R\$660,0000
----	---------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Capa de prontuário para cadastro clopidogrel, formato 50x33cm, papel offset branco 180gr, 1x1, com 1 dobra.

49	1500,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,3400	R\$510,0000
----	---------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Capa para processo, formato 50x33 cm, papel 180gr, rosa, 1x0 cor, com 1 dobra

51	200,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,6000	R\$120,0000
----	--------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Cartazes assim pega, assim não pega 42X60cm, 4X0 cores 1 folha, papel couche brilho 150 gr comercial.

64	1000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,9200	R\$920,0000
----	---------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Comunicação Interna, papel off-set 63g branco, tamanho 15x21,5cm, 1x0 cor, bloco 2x50.

67	10,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$8,5000	R\$85,0000
----	-------	----	-------------	-----------	------------

Especificação: Comunicado dos Agentes Comunitário, formato 9,50x12cm, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote, grampo e cola.

68	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,9900	R\$99,0000
----	--------	----	-------------	-----------	------------

Especificação: Confeção de banner em lona impressa, medindo 90x120 cm, em 8 cores.

69	30,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$50,0000	R\$1.500,0000
----	-------	----	-------------	------------	---------------

Especificação: Dados da mãe e recém-nascido "Acolher ao Nascer", formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote, grampo e cola.

73	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,0900	R\$209,0000
----	--------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Declaração de Comparecimento, 1x50, formato 205x150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., cor branco com impressão em preto - 1x0.

74	5000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,7800	R\$3.900,0000
----	---------	----	-------------	-----------	---------------

Especificação: Envelope saco ouro timbrado, tamanho 18x 24cm, impressão 1x0 cor, papel off-set com gramatura de 90 g/m2.

76	1000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,2300	R\$230,0000
----	---------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Envelope Saco Timbrado, formato 260x360mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branco com impressão em preto - 1X0.

77	6000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,2400	R\$1.440,0000
----	---------	----	-------------	-----------	---------------

Especificação: Envelope timbrado 114x229mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.

78	6000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,0800	R\$480,0000
----	---------	----	-------------	-----------	-------------



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pág 4 / 7

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço**Especificação:** Envelope timbrado saco 250x175mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.

79	3000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,2000	R\$600,0000
----	---------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Ficha B-dia, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

82	1000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$1.490,0000
----	---------	----	-------------	-----------	---------------

Especificação: Ficha B-HA - Acompanhamento de hipertensos, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

83	1000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$1.490,0000
----	---------	----	-------------	-----------	---------------

Especificação: Ficha Clínico - Ginecológica, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

87	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$507,0000
----	--------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Ficha D - Programa saúde da Família, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

88	400,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6800	R\$672,0000
----	--------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Ficha de acompanhamento de gestante / B-GES, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pág 5

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ficha de acompanhamento de gestante / B-GES, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
90	1000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$1.490,0000
Especificação: Ficha de avaliação de fisioterapêutica, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
94	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6700	R\$501,0000
Especificação: Ficha de cadastramento da gestante, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
95	400,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$676,0000
Especificação: Ficha de notificação/investigação de Hanseníase - SINAN, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
97	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$507,0000
Especificação: Ficha de visita às maternidades "Acolher ao Nascer", formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
99	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,0800	R\$208,0000
Especificação: Ficha de visita Programa do Controle de Febre Amarela e Dengue, formato 155x110mm, papel offset com gramatura de 63gr, cor 1x0, bloco 1x50 folhas.					
100	400,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,6500	R\$260,0000
Especificação: Ficha para Investigação de atendimento Anti-Rábico, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
101	10000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,3700	R\$13.700,0000
Especificação: Formulário de acolhimento AD, Frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
120	60,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,6800	R\$160,8000
Especificação: Formulário de acolhimento CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
121	60,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,6800	R\$160,8000
Especificação: Formulário de alteração de carga Horária formato A4, frente e verso, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls. Os modelos serão enviados em anexo. Com o logotipo do NEPS no canto superior esquerdo Arte e Design fica a cargo da gráfica.					
122	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,8300	R\$366,0000
Especificação: Levantamento de saúde mental, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
125	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,7900	R\$358,0000
Especificação: Livro capa dura em preto para controle de entrega de medicamentos do CEAP, com formato 20,5x30cm, papel interno off-set com gramatura 75g, cor 1x0, com 200 folhas numeradas, cola.					



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pág 6

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

126	5,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$130,0000	R\$650,0000
Especificação: Mapa de acompanhamento anual do hipertenso e/ou diabético, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
127	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$507,0000
Especificação: Orientações para Projeto Terapêutico Compartilhado, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
130	40,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$3,3800	R\$135,2000
Especificação: Pasta porta documentos, transparente, formato retangular medindo 36x26 cm e fechamento botão de pressão, confeccionada em filme calandrado plastificada 100% policloreto de nivela, espessura 20 com no mínimo 250 gr/m2; aba medindo 12 cm de comprimento por 36 cm de largura, inteira continuando a extensão do corpo principal (dobrado com o dorso frisado através de termo solda e fechamento 2 botões de pressão de PVC branco; um bolso sobreposto fixado por meio de termo solda com a lateral direita aberta com a finalidade de compor o bolso literalmente; as parte laterais e inferior são fechadas através de termo solda, proporcionando acabamento uniforme e resistente.					
131	1000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$14,5000	R\$14.500,0000
Especificação: Pedido de Marcação - Unidade Origem, bloco com 1x50, formato 210 x 150 mm, papel offset 63gr, branco com impressão preto -1x0.					
132	400,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,9900	R\$396,0000
Especificação: Projeto Terapêutico AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
134	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: Projeto Terapêutico CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
135	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: RASS - CAPS II e AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
136	50,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,9400	R\$147,0000
Especificação: Recibo de dispensação ação judicial, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
142	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,9900	R\$199,0000
Especificação: Recibo de dispensação, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
143	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: Registro de Controle da Dengue - PNCD, Vigilância Entomológica, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
144	1500,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$2.235,0000
Especificação: Registro diário do serviços Antivetorial, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Pág 7

Compras
Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

145	1500,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$2.235,0000
Especificação: Relatório de produção e de marcadores para avaliação - PMA2, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
146	500,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,5900	R\$795,0000
Especificação: Requerimento componente especializado - Anexo 2, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
148	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: Requisição de Material, bloco 2x50, formato 230 x 150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via branco e 2ª via azul com impressão em preto - 1x0.					
152	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,2900	R\$458,0000
Especificação: Termo de recebimento do Kit do "Acolher ao Nascer", formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
154	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,9900	R\$199,0000
Especificação: Termo de responsabilidade AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
155	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: Termo de responsabilidade CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
156	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Valor Total		(oitenta e três mil, novecentos e setenta e três reais e sessenta centavos)			R\$83.973,60

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2015 – Pregão Presencial 45/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA. OBJETO: Serviços de confecção de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, CEAP, NEPS, CEO e demais setores da Secretária, com fornecimento de todos os materiais necessários.
 DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: NORTE INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA				CNPJ: 18.486.182/0001-18	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Agenda de 2016, capa plastificada em papel triplex 280 gr em 4x4 cores, tamanho fechado 16x22cm, miolo com 36 páginas, papel off-set 90gr, impressão 4x4 cores, acabamento com grampo, 1 (uma) bolsa interna 4x0 cor, tamanho aberto 21x16 cm, corte especial e cola, papel offset 240 gr. Com a arte NEPS escrita na capa (art. e design do logotipo será fornecida)					
3	30,00	UN		R\$32,1000	R\$963,0000
Especificação: Atestado médico, tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas					
9	5000,00	BL		R\$0,7800	R\$3.900,0000
Especificação: Bloco para anotações, papel off-set 63 gr, Formato 20,8 cm x 15,0 cm, 1x0 cor branco com 50 folhas					
11	3000,00	BL		R\$0,7700	R\$2.310,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento da Psicologia, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
17	200,00	BL		R\$1,6800	R\$336,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Clínico Geral, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
21	800,00	BL		R\$1,5000	R\$1.200,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Médico da Saúde da Família, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
28	400,00	BL		R\$1,6000	R\$640,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Psiquiatra, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
36	500,00	BL		R\$1,6000	R\$800,0000
Especificação: Cadastro do SISVAN, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
45	700,00	BL		R\$1,4500	R\$1.015,0000
Especificação: Convite Venha Fazer seu HIV, tamanho 7,5X10cm, 4X0 cores, papel off-set 180 gr comercial.					
72	5000,00	UN		R\$0,0800	R\$400,0000

Especificação: Encaminhamento de paciente, Frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

75	3000,00	BL		R\$1,5000	R\$4.500,0000
----	---------	----	--	-----------	---------------

Especificação: Etiqueta laboratório Dengue/Entomologia, formato A4, papel off set 75gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote 7,20x7,00cm, grampo e cola.

80	400,00	UN		R\$2,0000	R\$800,0000
----	--------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Ficha B-HAN, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

84	300,00	BL		R\$1,6800	R\$504,0000
----	--------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Ficha clinica evolução Anamnese CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

85	1000,00	BL		R\$1,5000	R\$1.500,0000
----	---------	----	--	-----------	---------------

Especificação: Ficha de acompanhamento da criança - FAC, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

89	2000,00	BL		R\$1,5000	R\$3.000,0000
----	---------	----	--	-----------	---------------

Especificação: Ficha de ANAMNESE CAPS II, formato tamanho 42x29,7cm, papel off set 75 gr, cor 1x0, frente e verso, com 1 vinco.

91	1000,00	UN		R\$0,9800	R\$980,0000
----	---------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Ficha de atendimento do Centro de Triagem, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

92	8000,00	BL		R\$1,3900	R\$11.120,0000
----	---------	----	--	-----------	----------------

Especificação: Ficha de cadastro de Hipertenso e/ou Diabético, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

96	500,00	BL		R\$1,6000	R\$800,0000
----	--------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Folder informativo sobre os Agravos de Notificação Compulsória, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.

112	1000,00	UN		R\$0,3800	R\$380,0000
-----	---------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Folder informativo sobre Testes Rápidos, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.

113	2000,00	UN		R\$0,2400	R\$480,0000
-----	---------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Laudo de solicitação, avaliação e autorização de medicamentos, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

124	150,00	BL		R\$1,9800	R\$297,0000
-----	--------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Mapa de acompanhamento do SISVAN, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

128	700,00	BL		R\$1,5000	R\$1.050,0000
-----	--------	----	--	-----------	---------------

Especificação: Pedido de Marcação - Unidade Solicitante, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

133	2000,00	BL		R\$1,5000	R\$3.000,0000
-----	---------	----	--	-----------	---------------

Especificação: Receita Médica, bloco 1x50, formato 210x150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., cor branco com impressão em preto - 1x0.

137	18000,00	BL		R\$0,7400	R\$13.320,0000
-----	----------	----	--	-----------	----------------

Especificação: Requisição de exame citopatológico, colo do útero, frente e verso, papel offset 63 gr, cor branco com impressão em rosa, bloco com 1x50 fls.

149	200,00	BL		R\$1,7000	R\$340,0000
-----	--------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Requisição de exame mamografia, frente/verso, bloco com 1x50, papel off-set com gramatura 63g, branco com impressão verde, formato A4.

150	200,00	BL		R\$1,7000	R\$340,0000
-----	--------	----	--	-----------	-------------

Especificação: Requisição de exame, formato 205x140mm, papel off set 75gr, cor 1x0, bloco com 1x50fls

151	10000,00	BL		R\$0,7500	R\$7.500,0000
-----	----------	----	--	-----------	---------------

Valor Total		(sessenta e um mil e quatrocentos e setenta e cinco reais)			R\$61.475,00
--------------------	--	---	--	--	---------------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2015 – Pregão Presencial 46/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA. OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática e eletroeletrônicos para o NEPS - Núcleo de Educação Permanente da Saúde e CAPS II, UPA Centro, UBSs, Setor de Endemias e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.
 DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA				CNPJ: 09.159.503/0001-89	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: HD Externo 500GB com SATA III 32mb Buffer. Para o CAPS II.					
3	3,00	UN	WESTERN DIGITAL WDPGC5000ABK	R\$240,0000	R\$720,0000
Especificação: NOBREAK - Especificações Técnicas mínimas: Saída: Capacidade de Potência de Saída 2100 Watts/ 3000 VA; Tensão nominal de saída 115V; 8 (oito) Conexões de Saída padrão NBR 14136. Entrada: Tensão nominal de entrada 115V, 220V; Frequência de entrada 60 Hz; Tipo de Conexão de Entrada NBR 14136; Intervalo de tensão de entrada ajustável para as principais operações 90 - 140 / 180 - 250V; Corrente Máxima de Entrada 26A. Baterias: Tipo de bateria selada Chumbo-Acido livre de manutenção e a prova de vazamento; Quantidade de RBC? 4; Comunicação & Gerenciamento: Soar alarme quando na bateria e Alarme distinto de pouca bateria. Proteção contra surtos e filtragem: Classe de surto de energia 381 Joules Garantia Padrão 2 anos para reparo ou substituição e 1 ano para baterias. Para o NEPS					
6	1,00	UN	RAGTECH INFINIUM DIGITAL 3200VA	R\$1.800,0000	R\$1.800,0000
Especificação: ROTEADOR WIRELESS: Padrão 802.11a, 802.11b, 802.11g, 802.11n, draft 802.11ac, 802.3ab, 802.3u. 4 portas LAN 10/100/1000 e 1 porta WAN 10/100/1000. Faixa frequência de 2.4 GHz e 5 GHz simultâneos, Antenas: 4 internas ou mais. Suporte nativo IPv6. Tensão: Bivolt. Certificações mínimas: ANATEL, IPv6 Ready, Wi-Fi Certified e Wi-Fi Protect Setup (WPS). Para o NEPS.					
16	4,00	UN	D-LINK DIR-868L	R\$725,0000	R\$2.900,0000
Especificação: Televisor, tela de LED com 42", com conversor digital, entrada de HDMI, portas de USB, Full HD; na cor preta. Garantia mínimo 01 ano. Para o CAPS II.					
21	1,00	UN	LG 42 LY340C	R\$1.549,0000	R\$1.549,0000
Valor Total				(seis mil e novecentos e sessenta e nove reais)	
				R\$6.969,00	

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2015 – Pregão
 Presencial 46/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 ZOOM TECNOLOGIA LTDA. OBJETO: Aquisição de equipamentos de
 informática e eletroeletrônicos para o NEPS - Núcleo de Educação
 Permanente da Saúde e CAPS II, UPA Centro, UBSs, Setor de Endemias
 e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.
 DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: ZOOM TECNOLOGIA LTDA				CNPJ: 06.105.781/0001-65	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: PROJETOR - Especificações mínimas: Sistema de visualização: Sistema 3LCD. Tipo de projetor: Teto e mesa. Dispositivo Visual: 0,63 pol. (16 mm), 3 placas, faixa de aspecto 4 por 3. Número de pixels: 2.359.296 pixels (1024 x 768 pixels, painéis de 3 placas). Lente de Projeção: Zoom manual (aprox. 1.2x); Foco Manual. Lâmpada: Lâmpada de alta pressão 210W. Vida Útil da Lâmpada: Até 7.000h. Tamanho da tela: Imagem projetada de 30 a 300 polegadas (0,76m a 7,62m). Saída de Luz: 2600 lumens. Resolução: Resolução de sinal de entrada máximo de computador de 1600 x 1200 (visualização reformatada), Resolução de tela de 1024 x 768 pixels / Sinal de vídeo - NTSC, PAL, SECAM, 480/60i, 576/50i, 480/60p, 576/50p, 720/50p, 1080/60i, 1080/50i, 1080/60p e 1080/50p. Taxa de Contraste: 2500 por 1. Entradas: HDMI, Vídeo Composto, S-Video, Vídeo GB/Componente e Au-dio estéreo. Acessórios Fornecidos: Controle Remoto (1), Bateria de lítio CR2025 (1), Cabo HD D-sub de 15 pinos (1,8m) (1), Eti-queta de segurança (1), CD-Rom de Instrução de operação (1), Manual de referência rápida (1), Regulamentos de Segurança (1), Tampa de lente, (1) bolsa de transporte. Garantia: 36 meses. 06 unidades para o NEPS, 01 para o CAPS II e 01 para Setor de Endemias. 01 UPA					
12	1,00	UN	Sony VPL-dx130B	R\$1.850,0000	R\$1.850,0000
Valor Total				(um mil e oitocentos e cinquenta reais)	
				R\$1.850,00	

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2545, DE 16.07.2015 - DECRETA LUTO OFICIAL

DECRETO Nº 2545, DE 16.07.2015.

DECRETA LUTO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o falecimento do Ex-Prefeito Félix Wawrzyniak ocorrido na data de 15.07.2015;
CONSIDERANDO a trajetória do homem público que foi, ocupando o cargo de Prefeito do Município de Papanduva no período de 01.02.1983 a 31.12.1988 e o cargo de Vice-Prefeito no período de 01.01.2001 a 31.12.2004, deixando visíveis marcos de progresso;
CONSIDERANDO ainda os grandes laços de amizade com a população papanduvense,

DECRETA

Art. 1º. Fica Decretado Luto Oficial por 07 (sete) dias a contar desta data em todo o território do Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, em homenagem ao Ex-Prefeito Félix Wawrzyniak, pelo seu falecimento, devendo a bandeira do Município ser hasteada a meia verga, na sede do Paço Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 16 de julho de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 029/2015 DE 16 DE JULHO DE 2015

Portaria Nº 029/2015 de 16 de julho de 2015

“DISPENSA OS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DO CUMPRIMENTO DO EXPEDIENTE DE TRABALHO NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no art. 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Ficam dispensados do cumprimento do expediente de trabalho os servidores do Poder Legislativo Municipal no dia 16 de junho de 2015 em virtude do funeral do senhor Feliz Wawrzyniak ex-prefeito do município de Papanduva realizado nas dependências deste órgão.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 16 de julho de 2015.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI
Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ
1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI
2ª Secretária

Passos Maia

PREFEITURA

RGF - 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)					
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.Cor.	1.935,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.935,88	0,00	0,00	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CIDE - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE - Tes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	(257,09)	0,00	0,00	0,00	0,00	(257,09)	0,00	0,00	0,00	
Contribuição dos servidores para regime próprio de previdência	(400.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(400.000,00)	0,00	0,00	0,00	
Contribuição dos servidores para regime próprio de previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.687,10	0,00	
Conv.Trânsito Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio de Trânsito - Civil	3.702,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.702,90	0,00	0,00	0,00	
Convênio de Trânsito - Militar	4.224,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.224,62	0,00	0,00	0,00	
Convênio de Trânsito - Prefeitura	(3.510,08)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.510,08)	0,00	0,00	0,00	
Convênio Polícia Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Polícia Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Civil - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Militar - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Prefeitura - superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênios Educação - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Farmácia Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fundo Especial de Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Expt	7.252,23	0,00	5.981,00	0,00	0,00	(4.709,77)	4.937,16	0,00	0,00	
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
lqd suas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS ESPECIFICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento de	14.132,44	0,00	0,00	0,00	0,00	6.391,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento de	0,00	0,00	6.391,00	0,00	0,00	(6.391,00)	9.026,64	0,00	0,00	
Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado/Outras Ti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/4

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)			
Outros Rec.Fundo Nac.Deserv.Educ-FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Fundo Nac. FNAS - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Progr.peti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ROYALTIES DE PETROLEO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário-Educação	59.102,61	0,00	0,00	0,00	0,00	59.102,61	127.915,00	0,00
Serviços de Saúde - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit CIDE	101,45	0,00	0,00	0,00	0,00	101,45	0,00	0,00
Superavit Conv. Educação - Estado	39.483,70	0,00	0,00	0,00	0,00	39.483,70	0,00	0,00
Superavit Conv. Outros-Estado	22.004,35	0,00	0,00	0,00	0,00	22.004,35	0,00	0,00
Superavit Conv. Polícia Civil	1.455,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.455,14	0,00	0,00
Superavit Conv. Polícia Militar	5.158,61	0,00	0,00	0,00	0,00	5.158,61	0,00	0,00
Superavit Conv. Prefeitura	3.781,28	0,00	0,00	0,00	0,00	3.781,28	0,00	0,00
Superavit FEP	401,14	0,00	0,00	0,00	0,00	401,14	0,00	0,00
Superavit Transf. de Convênios - União/Saude	34.215,21	0,00	0,00	0,00	0,00	34.215,21	0,00	0,00
Superavit Transf. FNAS	68.809,86	0,00	0,00	0,00	0,00	60.009,86	0,00	0,00
Superavit. Transf. FNDE	457,44	0,00	0,00	0,00	0,00	457,44	0,00	0,00
Transf. Conv.União/Superavit	(17.314,63)	0,00	7.040,63	0,00	0,00	(31.395,89)	3.242,80	0,00
TRANSF. CONVENIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Educação - Superavit Final	119,76	0,00	0,00	0,00	0,00	119,76	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Outros	322.911,95	0,00	250.617,04	0,00	0,00	(179.344,79)	162.265,50	0,00
Transferências de Convênios – União/Saúde	1.322,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.322,50	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação	27.798,69	0,00	20.926,32	0,00	0,00	(14.053,95)	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios Assistência Social - Tesouro-Ex.Cor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DO FUNDEB 60%	93.692,74	0,00	162.928,31	0,00	0,00	(232.163,88)	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social	(49.284,05)	0,00	18.260,10	0,00	0,00	(86.033,78)	15.260,00	0,00

Continua 2/4

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				
	(a)				(e)			
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/IE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	(909,00)	0,00	69.067,71	0,00	70.071,77	(140.048,48)	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União/Supera	4.691,23	0,00	0,00	0,00	0,00	4.691,23	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	81.968,36	0,00	0,00	0,00	0,00	81.968,36	0,00	0,00
Transferências Fundeb - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Legais para o desenvolvimento da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FUNDEB 40%	54.212,39	0,00	6.193,59	0,00	6.193,59	41.825,21	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	30.241,21	0,00	0,00	0,00	0,00	30.241,21	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	411.902,84	0,00	551.805,70	0,00	554.061,95	(693.964,81)	328.334,20	0,00
Atenção Básica - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor.	(7.435,88)	0,00	0,00	0,00	0,00	(7.435,88)	0,00	0,00
Outras Especificações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transf. Recursos do Fundo de Assist.Social - FNAS Super	2.173,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2.173,20	0,00	0,00
Outras Transf. Recursos do Fundo de Assist.Social - FNAS Super	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Soci	(34.215,21)	0,00	0,00	0,00	0,00	(34.215,21)	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Tesouro-Ex.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE sup	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Impostos Educação - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transf de Impostos - Saúde superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	(98.386,50)	0,00	114.946,75	0,00	115.078,90	(328.412,15)	106.683,48	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - T	743.652,62	0,00	185.550,92	0,00	187.669,09	370.432,61	236.328,01	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Superavit	2.691.020,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.691.020,63	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro	661.324,84	0,00	0,00	0,00	393.029,40	268.295,44	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro	0,00	0,00	1.168,00	0,00	0,00	(1.168,00)	29.693,28	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro	112.553,65	0,00	0,00	0,00	5.576,02	106.977,63	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro	0,00	0,00	300.466,72	0,00	0,00	(300.466,72)	546.746,40	0,00
Salário Educação - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/4
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
	(a)								
Salário Educação - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Recurso Ordinário	2.112,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.112,08	0,00	0,00
TRANSF. CONVENIOS SAUDE	34.215,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.215,21	0,00	0,00
TRANSF. CONVENIOS - OUTROS	0,00	192,90	0,00	0,00	0,00	0,00	(192,90)	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	4.107.014,64	192,90	602.132,39	0,00	701.353,41	2.803.335,94	919.451,17	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	4.518.917,48	192,90	1.153.938,09	0,00	1.255.415,36	2.109.371,13	1.247.785,37	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON PREFEITO MUNICIPAL	FLAVIO ROBERTO ROSSI CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO CONTROLE INTERNO
---------------------------------------	---	---

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.Cor.	1.935,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.935,88	0,00	0,00	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CIDE - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE - Tes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	(257,09)	0,00	0,00	0,00	0,00	(257,09)	0,00	0,00	0,00	
Contribuição dos servidores para regime próprio de previdência	(400.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(400.000,00)	0,00	0,00	0,00	
Contribuição dos servidores para regime próprio de previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conv.Trânsito Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.687,10	0,00	0,00	
Convênio de Trânsito - Civil	3.702,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.702,90	0,00	0,00	0,00	
Convênio de Trânsito - Militar	4.224,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.224,62	0,00	0,00	0,00	
Convênio de Trânsito - Prefeitura	(3.510,08)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.510,08)	0,00	0,00	0,00	
Convênio Polícia Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Polícia Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Civil - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Militar - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Prefeitura - superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênios Educação - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Farmácia Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fundo Especial de Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Expl	7.252,23	0,00	5.981,00	0,00	0,00	(4.709,77)	4.937,16	0,00	0,00	
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Igd suas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS ESPECIFICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento de	14.132,44	0,00	0,00	0,00	0,00	7.741,44	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento de	0,00	0,00	6.391,00	0,00	0,00	(6.391,00)	9.026,64	0,00	0,00	
Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado/Outras Ti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/4

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
Outros Rec.Fundo Nac.Deserv.Educ-FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Fundo Nac. FNAS - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Progr.peti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ROYALTIES DE PETRÓLEO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário-Educação	59.102,61	0,00	0,00	0,00	0,00	59.102,61	127.915,00	0,00	0,00
Serviços de Saúde - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit CIDE	101,45	0,00	0,00	0,00	0,00	101,45	0,00	0,00	0,00
Superavit Conv. Educação - Estado	39.483,70	0,00	0,00	0,00	0,00	39.483,70	0,00	0,00	0,00
Superavit Conv. Outros-Estado	22.004,35	0,00	0,00	0,00	0,00	22.004,35	0,00	0,00	0,00
Superavit Conv. Polícia Civil	1.455,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.455,14	0,00	0,00	0,00
Superavit Conv. Polícia Militar	5.158,61	0,00	0,00	0,00	0,00	5.158,61	0,00	0,00	0,00
Superavit Conv. Prefeitura	3.781,28	0,00	0,00	0,00	0,00	3.781,28	0,00	0,00	0,00
Superavit FEP	401,14	0,00	0,00	0,00	0,00	401,14	0,00	0,00	0,00
Superavit Transf. de Convênios - União/Saude	34.215,21	0,00	0,00	0,00	0,00	34.215,21	0,00	0,00	0,00
Superavit Transf. FNAS	68.809,86	0,00	4.400,00	0,00	0,00	60.009,86	0,00	0,00	0,00
Superavit. Transf. FNDE	457,44	0,00	0,00	0,00	0,00	457,44	0,00	0,00	0,00
Transf. Conv.União/Superavit	(17.314,63)	0,00	7.040,63	0,00	0,00	(31.395,89)	3.242,80	0,00	0,00
TRANSF. CONVENIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Educação - Superavit Final	119,76	0,00	0,00	0,00	0,00	119,76	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Outros	322.911,95	0,00	250.617,04	0,00	0,00	(179.344,79)	162.265,50	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Saúde	1.322,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.322,50	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação	27.798,69	0,00	20.926,32	0,00	0,00	(14.053,95)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios Assistência Social - Tesouro-Ex.Cor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DO FUNDEB 60%	93.692,74	0,00	162.928,31	0,00	0,00	(232.163,88)	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social	(49.284,05)	0,00	18.260,10	0,00	0,00	(86.033,78)	15.260,00	0,00	0,00

Continua 2/4

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
	(a)	(b)		(c)	(d)	(e)			
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/IE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	(909,00)	0,00	69.067,71	0,00	0,00	70.071,77	(140.048,48)	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União/Supera	4.691,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.691,23	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	81.968,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.968,36	0,00	0,00
Transferências Fundeb - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Legais para o desenvolvimento da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FUNDEB 40%	54.212,39	0,00	6.193,59	0,00	0,00	6.193,59	41.825,21	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	30.241,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.241,21	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	411.902,84	0,00	551.805,70	0,00	0,00	554.061,95	(693.964,81)	328.334,20	0,00
Atenção Básica - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor.	(7.435,88)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(7.435,88)	0,00	0,00
Outras Especificações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transf. Recursos do Fundo de Assist.Social - FNAS Super	2.173,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.173,20	0,00	0,00
Outras Transf. Recursos do Fundo de Assist.Social - FNAS Super	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Soci	(34.215,21)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(34.215,21)	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Tesouro-Ex.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE sup	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Impostos Educação - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transf de Impostos - Saúde superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	(98.386,50)	0,00	114.946,75	0,00	0,00	115.078,90	(328.412,15)	106.683,48	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - T	743.652,62	0,00	185.550,92	0,00	0,00	187.669,09	370.432,61	236.328,01	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Superavit	2.691.020,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.691.020,63	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro	661.324,84	0,00	0,00	0,00	0,00	393.029,40	268.295,44	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro	0,00	0,00	1.168,00	0,00	0,00	0,00	(1.168,00)	29.693,28	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro	112.553,65	0,00	0,00	0,00	0,00	5.576,02	106.977,63	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro	0,00	0,00	300.466,72	0,00	0,00	0,00	(300.466,72)	546.746,40	0,00
Salário Educação - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/4
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Salário Educação - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Recurso Ordinário	2.112,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.112,08	0,00	0,00
TRANSF. CONVENIOS SAUDE	34.215,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.215,21	0,00	0,00
TRANSF. CONVENIOS - OUTROS	0,00	192,90	0,00	0,00	0,00	0,00	(192,90)	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	4.107.014,64	192,90	602.132,39	0,00	0,00	701.353,41	2.803.335,94	919.451,17	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	4.518.917,48	192,90	1.153.938,09	0,00	0,00	1.255.415,36	2.109.371,13	1.247.785,37	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON PREFEITO MUNICIPAL	FLAVIO ROBERTO ROSSI CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO CONTROLE INTERNO
---------------------------------------	---	---

RGF - 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	21.329,82	16.236,82	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	21.329,82	16.236,82	0,00
Interna	21.329,82	16.236,82	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.503.206,85	3.364.786,49	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.735.969,80	4.518.917,48	0,00
Demais Haveres Financeiros	14.165,13	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	246.928,08	1.154.130,99	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.481.877,03	-3.348.549,67	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.899.982,89	15.343.350,24	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,14%	0,11%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-23,37%	-21,82%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	17.879.979,47	18.412.020,29	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	16.091.981,52	16.570.818,26	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	21.329,82	16.236,82	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	14.848,08	14.848,08	0,00
Interna	14.848,08	14.848,08	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	6.481,74	1.388,74	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	43.736,49	101.477,27	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	127.368,38	1.247.785,37	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

FONTE:

RGF - 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.856.256,30	0,00
Pessoal Ativo	7.717.300,48	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	134.643,31	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.312,51	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	134.643,31	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	134.643,31	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.721.612,99	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.343.350,24	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	7.721.612,99	50,33
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.285.409,13	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.871.138,67	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.456.868,22	48,60

FONTE:

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RGF - 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	15.343.350,24	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.216.668,93	53,55
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.206.010,14	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	8.745.709,64	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.348.549,67	-21,82
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.412.020,29	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.375.537,05	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.454.936,04	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.074.034,52	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.247.785,37	2.109.371,13

FONTE:

Passos Maia, 15/07/2015

 IVANDRE BOCALON
 PREFEITO MUNICIPAL

 FLAVIO ROBERTO ROSSI
 CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

 KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
 CONTROLE INTERNO

RGF - 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.343.350,24	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.454.936,04	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.209.442,43	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.074.034,52	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RGF - 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	14.899.982,89	15.343.350,24	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.277.996,24	3.375.537,05	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.950.196,61	3.037.983,35	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RGF - 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.351.312,24	0,00
Pessoal Ativo	8.212.356,42	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	134.643,31	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.312,51	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	134.643,31	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	134.643,31	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.216.668,93	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.343.350,24	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	8.216.668,93	53,55
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.206.010,14	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.745.709,64	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.285.409,13	54,00

FONTE:

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS						R\$ 1,00
RECEITA DE CAPITAL						
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		550,00			0,00	550,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00			0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00			0,00	0,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA		550,00			0,00	550,00
TOTAL		550,00			0,00	550,00
DESPESAS						
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)						
Despesas de Capital	Investimentos	550,00	0,00	0,00	0,00	550,00
		550,00	0,00	0,00	0,00	550,00
TOTAL		550,00	0,00	0,00	0,00	550,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)			SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		0,00			0,00	0,00
FONTE:						

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPALFLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
ADMINISTRAÇÃO					
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Passos Maia - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015	2014		
Caixa			0,00	0,00		

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2015		2014	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (MII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)				

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON	FLAVIO ROBERTO ROSSI	KARINA APARECIDA MARINI RIBE
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 020.308/O-7	CONTROLE INTERNO

RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de Passos Maia - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		16.510.200,00		
Previsão Atualizada		16.510.200,00		
Receitas Realizadas		7.932.434,50		
Déficit Orçamentário		68.792,76		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		472.576,76		
DESPESAS				
Dotação Inicial		16.510.200,00		
Créditos Adicionais		1.226.724,49		
Dotação Atualizada		17.736.924,49		
Despesas Empenhadas		9.249.012,63		
Despesas Liquidadas		8.001.227,26		
Despesas pagas		6.847.289,17		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		9.249.012,63		
Despesas Liquidadas		8.001.227,26		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		15.343.350,24		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	133.327,36	0,00
Resultado Primário		0,00	-245.318,97	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	127.368,38	0,00	127.368,38	0,00
EXECUTIVO	127.368,38	0,00	127.368,38	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	246.928,08	0,00	246.735,18	192,90
EXECUTIVO	246.928,08	0,00	246.735,18	192,90
TOTAL:	374.296,46	0,00	374.103,56	192,90
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.987.798,02	25%	31,46
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		845.198,11	60%	78,20
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		805.211,56	1.424.978,58	

Continua 1/2

Município de Passos Maia - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores							
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	550,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					1.770.146,38	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Passos Maia, 15/07/2015

VANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	21.329,82	16.236,82	16.236,82
DEDUÇÕES (II)	3.503.206,85	3.599.782,38	3.364.786,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.735.969,80	4.030.529,24	4.518.917,48
Demais Haveres Financeiros	14.165,13	11.666,20	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	246.928,08	442.413,06	1.154.130,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.481.877,03	-3.583.545,56	-3.348.549,67
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.481.877,03	-3.583.545,56	-3.348.549,67

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2015 (C - A)
VALOR	234.995,89	133.327,36

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.257.617,12	1.334.336,48	1.371.518,01	1.471.046,55	1.438.399,23	1.991.682,02	1.484.706,78	1.552.577,22	1.340.904,44	1.490.915,37	1.574.669,90	1.406.776,68	17.625.549,70
RECEITA TRIBUTÁRIA	53.316,47	35.218,94	54.593,34	59.164,60	48.140,94	73.371,65	33.314,77	13.646,43	75.392,55	42.616,54	122.033,70	31.599,02	642.397,85
IPT.U.	1.022,71	506,23	180,22	4.661,62	0,00	1.880,24	0,00	0,00	0,00	10.867,13	50.030,66	3.038,22	72.077,03
I.R.R.F.	16.513,93	0,00	18.964,41	16.262,75	18.091,86	32.291,22	31.061,48	0,00	48.461,72	0,00	35.433,98	0,00	185.919,47
I.S.S.	33.274,14	33.781,03	33.172,03	33.172,03	28.510,04	35.102,00	35.102,00	13.110,82	24.205,64	18.171,66	16.790,93	21.693,97	324.664,59
I.T.B.U.	0,00	447,70	1.948,00	1.390,90	800,00	1.000,00	250,00	0,00	800,00	4.219,20	3.465,50	3.692,12	18.033,32
Outras Receitas Tributárias	2.505,69	483,88	314,68	2.075,58	829,04	3.068,19	2.003,29	535,61	1.905,19	8.561,55	16.283,03	3.184,71	41.763,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	7.725,21	4.017,65	4.476,03	4.892,43	3.817,44	0,00	0,00	13.103,93	5.666,61	0,00	5.661,35	49.572,65
RECEITA PATRIMONIAL	33.871,20	32.391,84	32.944,05	33.918,61	30.193,99	36.791,55	33.870,33	29.390,12	36.388,37	36.733,79	35.708,39	37.277,35	409.362,59
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.133,90	7.467,40	19.460,96	11.129,55	5.726,25	14.128,55	23.489,15	8.190,90	10.294,45	13.579,06	5.397,15	6.510,15	130.529,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.162.148,69	1.251.581,29	1.293.121,30	1.356.066,44	1.343.819,42	1.772.847,18	1.383.471,78	1.236.814,84	1.204.890,52	1.390.302,81	1.390.760,50	1.316.704,94	16.136.197,99
Cota-Parte do FPM	369.126,63	446.426,05	393.882,94	371.503,84	491.732,86	622.435,92	517.032,26	611.805,61	445.610,52	490.931,82	591.411,98	514.598,39	5.857.688,82
Cota-Parte do ICMS	349.116,90	385.261,99	392.722,39	404.897,35	446.711,03	430.281,55	474.952,65	423.991,58	425.755,30	457.864,83	433.087,57	415.016,41	5.020.379,57
Cota-Parte do IRPJ	26.061,57	25.197,03	22.241,16	21.774,96	14.330,51	6.248,13	7.738,98	13.046,57	26.681,96	26.122,92	25.293,96	23.472,10	245.915,35
Outras Transferências Correntes	218.316,08	189.626,88	230.703,12	232.141,45	145.603,02	470.330,57	192.106,75	64.479,36	128.054,65	184.394,73	144.134,78	171.645,13	2.371.735,52
Transferências de LC 61/1989	5.891,54	6.114,10	6.276,43	6.223,96	7.146,95	7.058,53	10.048,24	5.964,43	5.853,59	6.143,45	6.930,50	6.594,64	80.276,36
Transferências de LC 87/1996	1.635,38	1.635,38	1.635,38	1.635,38	1.635,38	3.270,76	0,00	0,00	0,00	7.246,31	1.811,58	1.811,58	22.317,13
Transferências do FUNDEC	191.139,79	204.461,35	208.656,24	216.004,78	227.598,39	226.129,90	188.693,74	173.996,88	169.659,87	183.594,87	185.274,93	176.038,22	2.353.453,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.146,16	491,90	2.484,72	6.271,32	5.621,20	1.078,77	590,75	204.535,03	794,82	1.891,57	20.770,06	9.643,87	257.489,57
DEDUÇÕES (II)	150.539,61	171.488,44	163.752,11	181.187,84	194.123,42	215.206,59	202.485,08	211.673,76	181.435,03	204.464,47	212.269,97	193.604,14	2.282.199,46
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	150.539,61	171.488,44	163.752,11	181.187,84	194.123,42	215.206,59	202.485,08	211.673,76	181.435,03	204.464,47	212.269,97	193.604,14	2.282.199,46
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.107.076,51	1.163.378,04	1.207.765,90	1.289.858,71	1.244.275,81	1.686.475,43	1.282.221,70	1.340.903,46	1.159.469,41	1.286.350,90	1.362.399,93	1.213.172,54	15.343.350,24

FONTE:

Passos Maia, 15/07/2015

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

IVANDE BOCCALON
PREFEITO MUNICIPAL

RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS										RS 1,00
PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidads	Pagos	Cancelados	
Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014									
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	246.928,08	-	192,90	-	127.368,38	127.368,38	-	-	-	192,90
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	246.928,08	0,00	192,90	0,00	127.368,38	127.368,38	0,00	0,00	0,00	192,90
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	6.567,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL		0,00	2.673,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	61.754,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO		0,00	190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADM. FAZENDA E PLANEJAMENT		0,00	4.342,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV. ECONI		0,00	99.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES		0,00	51.397,15	0,00	0,00	0,00	127.368,38	127.368,38	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DES. URBAN		0,00	17.356,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	2.946,90	0,00	192,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192,90
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	246.928,08	0,00	192,90	0,00	127.368,38	127.368,38	0,00	0,00	0,00	192,90

ONTE:

FONTE:

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPALFLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)
DESPESAS CORRENTES	3.694.907,00	3.820.827,83	1.975.023,10	51,69	1.738.695,09
Pessoal e Encargos Sociais	2.356.600,00	2.356.600,00	977.877,49	41,50	977.877,49
Outras Despesas Correntes	1.338.307,00	1.464.227,83	997.145,61	68,10	760.817,60
DESPESAS DE CAPITAL	99.412,00	142.012,00	59.169,00	41,66	59.169,00
Investimentos	99.412,00	142.012,00	59.169,00	41,66	59.169,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	99.412,00	142.012,00	59.169,00	41,66	59.169,00	41,66
Investimentos	99.412,00	142.012,00	59.169,00	41,66	59.169,00	41,66
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.794.319,00	3.962.839,83	2.034.192,10	51,33	1.797.864,09	45,37
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	40.070,00	40.070,00	27.717,71	1,36	27.717,71	1,54
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	40.070,00	40.070,00	27.717,71	1,36	27.717,71	1,54
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	40.070,00	40.070,00	27.717,71	1,36	27.717,71	1,54
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	3.754.249,00	3.922.769,83	2.006.474,39	98,64	1.770.146,38	98,46
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						1.770.146,38

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				PAGOS		A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS				
				0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL				0,00	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º									
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
				0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)				0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26									
				LIMITE NÃO CUMPRIDO					
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
				-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)									
				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até Bimestre (l)	% (Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica				3.763.949,00	3.763.949,00	1.929.236,75	94,38	1.692.908,74	93,64
Assistência Hospitalar e Ambulatorial				136.950,00	136.950,00	68.055,35	3,33	68.055,35	3,76
Vigilância Sanitária				13.420,00	55.940,83	46.900,00	2,29	46.900,00	2,59
Vigilância Epidemiológica				16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				3.930.319,00	3.972.839,83	2.044.192,10	100,00	1.807.864,09	100,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.763.949,00	3.763.949,00	1.929.236,75	94,38	1.692.908,74	93,64
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	136.950,00	136.950,00	68.055,35	3,33	68.055,35	3,76
Vigilância Sanitária	13.420,00	55.940,83	46.900,00	2,29	46.900,00	2,59
Vigilância Epidemiológica	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.930.319,00	3.972.839,83	2.044.192,10	100,00	1.807.864,09	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON PREFEITO MUNICIPAL	FLAVIO ROBERTO ROSSI CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	KARINA APARECIDA MARIN CONTROLE INTERNO
---------------------------------------	---	--

RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	16.261.828,00	7.435.139,49	7.047.732,98
Receita Tributária	814.200,00	318.596,01	338.616,80
I.P.T.U.	77.000,00	63.736,01	61.594,05
I.S.S.	350.000,00	126.064,50	121.957,14
I.T.B.I.	44.000,00	12.456,82	10.908,93
I.R.R.F.	275.000,00	83.885,30	103.636,27
Outras Receitas Tributárias	68.200,00	32.453,38	40.520,41
Receita de Contribuição	57.200,00	24.643,89	23.193,67
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	57.200,00	24.643,89	23.193,67
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	248.355,00	209.378,35	153.417,51
(-) Aplicações Financeiras	248.355,00	209.378,35	153.417,51
Transferências Correntes	15.134.538,00	6.786.012,94	6.610.524,87
F.P.M.	5.368.000,00	2.529.104,62	2.355.582,51
I.C.M.S.	4.000.000,00	2.104.311,13	1.790.660,85
Convênios	255.000,00	54.680,31	104.008,44
Outras Transferências Correntes	5.511.538,00	2.097.916,88	2.360.273,07
Demais Receitas Correntes	255.890,00	305.886,65	75.397,64
Dívida Ativa	16.500,00	1.705,11	2.923,10
Diversas Receitas Correntes	239.390,00	304.181,54	72.474,54
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17,00	287.916,66	1.048.710,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	17,00	287.916,66	1.048.710,00
Convênios	17,00	287.916,66	1.048.710,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17,00	287.916,66	1.048.710,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	16.261.845,00	7.723.056,15	8.096.442,98

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.484.734,35	8.257.817,42	7.982.751,00	7.196.015,70	7.000.382,20
Pessoal e Encargos Sociais	9.142.600,00	3.905.939,07	3.693.885,46	3.905.939,07	3.693.885,46
Juros e Encargos da Dívida (IX)	35.000,00	13.706,15	10.829,35	13.706,15	10.829,35
Outras Despesas Correntes	6.307.134,35	4.338.172,20	4.278.036,19	3.276.370,48	3.295.667,39
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.449.734,35	8.244.111,27	7.971.921,65	7.182.309,55	6.989.552,85
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.230.190,14	991.195,21	2.618.531,00	805.211,56	1.285.923,66
Investimentos	1.883.690,14	972.049,22	2.588.152,11	786.065,57	1.255.544,77
Inversões Financeiras	301.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	301.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	45.000,00	19.145,99	30.378,89	19.145,99	30.378,89
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.185.190,14	972.049,22	2.588.152,11	786.065,57	1.255.544,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	22.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	17.656.924,49	9.216.160,49	10.560.073,76	7.968.375,12	8.245.097,62
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.395.079,49	-1.493.104,34	-2.463.630,78	-245.318,97	-148.654,64
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	2.230.190,14	991.195,21	805.211,56	0,00	1.238.994,93
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.230.190,14	991.195,21	805.211,56	0,00	1.238.994,93
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.230.190,14	-991.195,21	-	-	-1.238.994,93

FONTE:

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPALFLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RREO - 3º BIMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	759.860,00	759.860,00	287.870,35	37,88
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	88.660,00	88.660,00	65.463,73	73,84
1.1.1- IPTU	77.000,00	77.000,00	63.736,01	82,77
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	660,00	660,00	48,03	7,28
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.600,00	6.600,00	1.143,36	17,32
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	4.400,00	4.400,00	536,33	12,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	44.000,00	44.000,00	12.456,82	28,31
1.2.1- ITBI	44.000,00	44.000,00	12.456,82	28,31
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	352.200,00	352.200,00	126.054,50	35,79
1.3.1- ISS	350.000,00	350.000,00	126.054,50	36,02
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	275.000,00	275.000,00	83.885,30	30,50
1.4.1- IRRF	275.000,00	275.000,00	83.885,30	30,50
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.167.600,00	12.167.600,00	6.029.667,48	49,56
2.1- Cota-Parte FPM	6.710.000,00	6.710.000,00	3.161.380,58	47,11
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.710.000,00	6.710.000,00	3.161.380,58	47,11
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.000.000,00	5.000.000,00	2.630.388,35	52,61
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	24.200,00	24.200,00	10.869,47	44,92
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	70.400,00	70.400,00	41.524,85	58,98
2.5- Cota-Parte ITR	143.000,00	143.000,00	57.142,14	39,96
2.6- Cota-Parte IPVA	220.000,00	220.000,00	128.362,09	58,35
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.927.460,00	12.927.460,00	6.317.537,83	48,87
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	479.600,00	479.600,00	197.758,11	41,23
5.1- Transferências do Salário-Educação	264.000,00	264.000,00	139.363,71	52,79
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	70.400,00	70.400,00	17.904,00	25,43
5.4- Transferências Diretas - PNATE	145.200,00	145.200,00	40.490,40	27,89
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	215.003,00	215.003,00	54.680,31	25,43
6.1- Transferências de Convênios	215.003,00	215.003,00	54.680,31	25,43
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	277.860,00	277.860,00	7.459,13	2,68
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	972.463,00	972.463,00	259.897,55	26,73
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.433.520,00	2.433.520,00	1.205.932,45	49,56
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.342.000,00	1.342.000,00	632.275,96	47,11
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.000.000,00	1.000.000,00	526.077,22	52,61
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.840,00	4.840,00	2.173,88	44,91
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	14.080,00	14.080,00	8.304,97	58,98
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	28.600,00	28.600,00	11.428,39	39,96
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	44.000,00	44.000,00	25.672,03	58,35
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.755.500,00	2.755.500,00	1.080.825,45	39,22
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.750.000,00	2.750.000,00	1.077.463,51	39,18
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.500,00	5.500,00	3.361,94	61,13
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	316.480,00	316.480,00	-128.468,94	-40,59
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.928.300,00	1.928.300,00	845.198,11	43,83	845.198,11	43,83
13.1- Com Educação Infantil	330.000,00	330.000,00	110.770,86	33,57	110.770,86	33,57
13.2- Com Ensino Fundamental	1.598.300,00	1.598.300,00	734.427,25	45,95	734.427,25	45,95
14- OUTRAS DESPESAS	827.200,00	827.200,00	256.922,82	31,06	256.922,82	31,06
14.1- Com Educação Infantil	44.000,00	44.000,00	38.628,03	87,79	38.628,03	87,79
14.2- Com Ensino Fundamental	783.200,00	783.200,00	218.294,79	27,87	218.294,79	27,87
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.755.500,00	2.755.500,00	1.102.120,93	40,00	1.102.120,93	40,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.102.120,93
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						78,20
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						23,77
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-1,97
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)		3.231.865,00		3.231.865,00	1.579.384,46	48,87
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	619.000,00	619.000,00	336.736,97	54,40	336.719,62	54,40
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.203.245,00	3.203.245,00	1.632.637,53	50,97	1.525.971,40	47,64
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.381.500,00	2.381.500,00	952.722,04	40,01	952.722,04	40,01
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	821.745,00	821.745,00	679.915,49	82,74	573.249,36	69,76
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.822.245,00	3.822.245,00	1.969.374,50	51,52	1.862.691,02	48,73
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-128.468,94
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						3.361,94
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-125.107,00
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						1.987.798,02
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						31,46
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	697.463,00	836.525,48	461.938,04	55,22	324.966,40	38,85
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	697.463,00	836.525,48	461.938,04	55,22	324.966,40	38,85
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.519.708,00	4.658.770,48	2.431.312,54	52,19	2.187.687,42	46,96

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.077.463,51	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.361,94	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.080.825,45	0,00

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPALFLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	759.860,00	759.860,00	287.870,35	37,88
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	88.660,00	88.660,00	65.463,73	73,84
1.1.1- IPTU	77.000,00	77.000,00	63.735,01	82,77
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	660,00	660,00	48,03	7,28
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.600,00	6.600,00	1.143,36	17,32
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	4.400,00	4.400,00	535,33	12,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	44.000,00	44.000,00	12.456,82	28,31
1.2.1- ITBI	44.000,00	44.000,00	12.456,82	28,31
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	352.200,00	352.200,00	126.054,50	35,79
1.3.1- ISS	350.000,00	350.000,00	126.054,50	36,02
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	275.000,00	275.000,00	83.885,30	30,50
1.4.1- IRRF	275.000,00	275.000,00	83.885,30	30,50
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.167.600,00	12.167.600,00	6.029.667,48	49,56
2.1- Cota-Parte FPM	6.710.000,00	6.710.000,00	3.161.380,58	47,11
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.710.000,00	6.710.000,00	3.161.380,58	47,11
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.000.000,00	5.000.000,00	2.630.388,35	52,61
2.3- ICMS-Desoneração - LC. nº87/1996	24.200,00	24.200,00	10.869,47	44,92
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	70.400,00	70.400,00	41.524,85	58,98
2.5- Cota-Parte ITR	143.000,00	143.000,00	57.142,14	39,96
2.6- Cota-Parte IPVA	220.000,00	220.000,00	128.362,09	58,35
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.927.460,00	12.927.460,00	6.317.537,83	48,87
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	479.600,00	479.600,00	197.758,11	41,23
5.1- Transferências do Salário-Educação	264.000,00	264.000,00	139.363,71	52,79
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	70.400,00	70.400,00	17.904,00	25,43
5.4- Transferências Diretas - PNATE	145.200,00	145.200,00	40.490,40	27,89
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	215.003,00	215.003,00	54.680,31	25,43
6.1- Transferências de Convênios	215.003,00	215.003,00	54.680,31	25,43
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	277.860,00	277.860,00	7.458,13	2,68
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	972.463,00	972.463,00	259.897,55	26,73
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.433.520,00	2.433.520,00	1.205.932,45	49,56
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.342.000,00	1.342.000,00	632.275,96	47,11
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.000.000,00	1.000.000,00	526.077,22	52,61
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.840,00	4.840,00	2.173,88	44,91
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	14.080,00	14.080,00	8.304,97	58,98
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	28.600,00	28.600,00	11.428,39	39,96
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	44.000,00	44.000,00	25.672,03	58,35
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.755.500,00	2.755.500,00	1.080.825,45	39,22
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.750.000,00	2.750.000,00	1.077.463,51	39,18
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.500,00	5.500,00	3.361,94	61,13
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	316.480,00	316.480,00	-128.468,94	-40,59
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.928.300,00	1.928.300,00	845.198,11	43,83	845.198,11	43,83
13.1- Com Educação Infantil	330.000,00	330.000,00	110.770,86	33,57	110.770,86	33,57
13.2- Com Ensino Fundamental	1.598.300,00	1.598.300,00	734.427,25	45,95	734.427,25	45,95
14- OUTRAS DESPESAS	827.200,00	827.200,00	256.922,82	31,06	256.922,82	31,06
14.1- Com Educação Infantil	44.000,00	44.000,00	38.628,03	87,79	38.628,03	87,79
14.2- Com Ensino Fundamental	783.200,00	783.200,00	218.294,79	27,87	218.294,79	27,87
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.755.500,00	2.755.500,00	1.102.120,93	40,00	1.102.120,93	40,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.102.120,93
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						78,20
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						23,77
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-1,97
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)		3.231.865,00		3.231.865,00	1.579.384,46	48,87
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	619.000,00	619.000,00	336.736,97	54,40	336.719,62	54,40
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.203.245,00	3.203.245,00	1.632.637,53	50,97	1.525.971,40	47,64
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.381.500,00	2.381.500,00	952.722,04	40,01	952.722,04	40,01
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	821.745,00	821.745,00	679.915,49	82,74	573.249,36	69,76
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.822.245,00	3.822.245,00	1.969.374,50	51,52	1.862.691,02	48,73
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-128.468,94
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						3.361,94
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-125.107,00
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						1.987.798,02
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						31,46
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	697.463,00	836.525,48	461.938,04	55,22	324.966,40	38,85
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	697.463,00	836.525,48	461.938,04	55,22	324.966,40	38,85
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.519.708,00	4.658.770,48	2.431.312,54	52,19	2.187.687,42	46,96

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.077.463,51	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.361,94	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.080.825,45	0,00

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPALFLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		17.736.924,49	2.667.793,29	9.249.012,63	100,00	2.856.601,44	8.001.227,26	9.735.697,23
Legislativa	16.510.200,00	800.000,00	122.701,99	321.715,65	3,48	99.804,23	292.022,37	507.977,63
Ação Legislativa	800.000,00	800.000,00	122.701,99	321.715,65	3,48	99.804,23	292.022,37	507.977,63
Administração	1.751.000,00	1.751.000,00	237.314,96	898.709,83	9,72	283.423,93	732.610,28	1.018.389,72
Administração Geral	1.751.000,00	1.751.000,00	237.314,96	898.709,83	9,72	283.423,93	732.610,28	1.018.389,72
Segurança Pública	38.730,00	38.730,00	4.686,57	18.186,81	0,20	12.460,41	18.186,81	20.543,19
Policimento	38.730,00	38.730,00	4.686,57	18.186,81	0,20	12.460,41	18.186,81	20.543,19
Assistência Social	1.318.081,00	1.424.875,35	201.996,61	684.212,67	7,40	222.673,02	597.920,76	826.954,59
Assistência ao Idoso	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	75.000,00	75.000,00	0,00	60.000,00	0,65	15.000,00	25.000,00	50.000,00
Assistência Comunitária	1.223.081,00	1.329.875,35	201.996,61	624.212,67	6,75	207.673,02	572.920,76	756.954,59
Saúde	4.114.270,00	4.156.790,83	638.165,57	2.152.477,65	23,27	655.436,35	1.916.149,64	2.240.641,19
Atenção Básica	3.763.949,00	3.763.949,00	590.648,26	1.929.236,75	20,86	594.555,08	1.692.908,74	2.071.040,26
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	136.950,00	136.950,00	17.833,33	68.055,35	0,74	17.833,33	68.055,35	68.894,65
Vigilância Sanitária	13.420,00	55.940,83	0,00	46.900,00	0,51	0,00	46.900,00	9.040,83
Vigilância Epidemiológica	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
Alimentação e Nutrição	180.950,00	180.950,00	39.683,98	108.285,55	1,17	43.049,94	108.285,55	72.664,45
Abastecimento	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00
Educação	4.480.758,00	4.619.820,48	762.432,35	2.417.398,66	26,14	703.361,11	2.173.773,54	2.446.046,94
Ensino Fundamental	3.815.757,00	3.964.819,48	633.214,42	2.069.685,16	22,38	573.229,53	1.826.067,39	2.128.762,09
Educação Infantil	633.001,00	633.001,00	128.620,23	347.135,80	3,75	129.533,88	347.118,45	285.882,55
Educação Especial	32.000,00	32.000,00	597,70	597,70	0,01	597,70	597,70	31.402,30
Cultura	66.500,00	66.500,00	1.000,00	11.195,93	0,12	2.300,00	7.945,93	58.554,07
Difusão Cultural	66.500,00	66.500,00	1.000,00	11.195,93	0,12	2.300,00	7.945,93	58.554,07
Urbanismo	283.423,00	906.435,31	25.716,78	726.312,63	7,85	294.498,75	537.669,02	368.766,29
Infra-Estrutura Urbana	76.003,00	699.015,31	0,00	663.013,31	7,17	274.684,73	480.272,46	218.742,85
Serviços Urbanos	207.420,00	207.420,00	25.716,78	63.299,32	0,68	19.814,02	47.396,56	150.023,44
Habituação	150.501,00	202.613,22	-0,77	50.685,30	0,55	4.296,79	50.665,30	151.947,92
Habituação Urbana	150.501,00	202.613,22	-0,77	50.685,30	0,55	4.296,79	50.665,30	151.947,92
Saneamento	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00
Saneamento Básico Urbano	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00
Gestão Ambiental	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00
Preservação e Conservação Ambiental	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00
Agricultura	971.202,00	1.217.451,00	280.489,98	698.740,96	7,57	211.271,81	616.602,81	600.848,19
Extensão Rural	966.200,00	966.200,00	280.489,98	698.740,96	7,57	211.271,81	616.602,81	349.597,19

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.510.200,00	17.736.924,49	2.667.793,29	9.249.012,63	8.487.911,86	2.856.601,44	8.001.227,26	9.735.697,23
Agricultura	971.202,00	1.217.451,00	280.489,98	699.740,96	517.710,04	211.271,81	616.602,81	600.848,19
Promoção da Produção Agropecuária	5.002,00	251.251,00	0,00	0,00	251.251,00	0,00	0,00	251.251,00
Indústria	180.501,00	180.501,00	0,00	20.015,00	160.486,00	0,00	20.015,00	160.486,00
Promoção Industrial	180.501,00	180.501,00	0,00	20.015,00	160.486,00	0,00	20.015,00	160.486,00
Transporte	1.820.533,00	1.837.506,30	331.853,30	988.331,55	849.174,75	277.702,83	842.329,91	995.176,39
Transporte Rodoviário	1.820.533,00	1.837.506,30	331.853,30	988.331,55	849.174,75	277.702,83	842.329,91	995.176,39
Desporto e Lazer	113.400,00	113.400,00	15.381,30	36.332,75	77.067,25	21.054,30	36.332,75	77.067,25
Desporto Comunitário	113.400,00	113.400,00	15.381,30	36.332,75	77.067,25	21.054,30	36.332,75	77.067,25
Encargos Especiais	395.000,00	395.000,00	46.054,65	223.717,24	171.282,76	68.279,91	159.003,14	235.996,86
Outros Encargos Especiais	395.000,00	395.000,00	46.054,65	223.717,24	171.282,76	68.279,91	159.003,14	235.996,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.510.200,00	17.736.924,49	2.667.793,29	9.249.012,63	8.487.911,86	2.856.601,44	8.001.227,26	9.735.697,23

FONTE:

Passos Maia, 15/07/2015

MAYRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPALFLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

Passos Maia, 15/07/2015

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO A REALIZAR (a - c)
				% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	16.510.200,00	16.510.200,00	2.617.239,03	15,85	7.932.434,50	8.577.765,50
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.510.183,00	16.510.183,00	2.575.572,37	15,60	7.644.517,84	8.865.665,16
IMPOSTOS	814.200,00	814.200,00	153.622,72	18,87	318.596,01	495.603,99
TAXAS	746.000,00	746.000,00	134.174,98	17,99	286.142,63	459.857,37
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	59.400,00	59.400,00	19.447,74	32,74	32.453,38	26.946,62
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.800,00	8.800,00	0,00	0,00	0,00	8.800,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	57.200,00	57.200,00	5.851,35	10,23	24.643,89	32.556,11
RECEITA PATRIMONIAL	57.200,00	57.200,00	5.851,35	10,23	24.643,89	32.556,11
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	248.355,00	248.355,00	72.985,74	29,39	209.378,35	38.976,65
RECEITA AGROPECUÁRIA	248.355,00	248.355,00	72.985,74	29,39	209.378,35	38.976,65
Outras Receitas Agropecuárias	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	137.500,00	137.500,00	11.907,30	8,66	67.490,75	70.009,25
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.134.538,00	15.134.538,00	2.300.591,33	15,20	6.786.012,94	8.348.525,06
Transf. de Conv.	14.879.538,00	14.879.538,00	2.264.137,79	15,22	6.731.332,63	8.148.205,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	255.000,00	255.000,00	36.453,54	14,30	54.680,31	200.319,69
Multas e Juros de Mora	93.390,00	93.390,00	30.613,93	32,78	238.395,90	-145.005,90
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.860,00	13.860,00	2.516,92	18,16	5.300,26	8.559,74
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	7.700,00	7.700,00	27.461,86	356,65	231.390,53	-223.690,53
RECEITAS DIVERSAS	16.500,00	16.500,00	635,15	3,85	1.705,11	14.794,89
RECEITAS DE CAPITAL	55.330,00	55.330,00	0,00	0,00	0,00	55.330,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17,00	17,00	41.666,66	245,098,00	287.916,66	-287.899,66
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	17,00	17,00	41.666,66	245,098,00	287.916,66	-287.899,66
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.510.200,00	16.510.200,00	2.617.239,03	15,85	7.932.434,50	8.577.765,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)		
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)			0,00	16.510.200,00	2.617.239,03	15,85	7.932.434,50	8.577.765,50		
DÉFICIT (VI)			—	—	—	—	—	—		
TOTAL (VII) = (V + VI)			16.510.200,00	16.510.200,00	2.617.239,03	15,85	8.001.227,26	8.577.765,50		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)			—	551.426,64	—	—	472.576,76	—		
Superávit Financeiro			—	551.426,64	—	—	472.576,76	—		
Reabertura de Créditos Adicionais			—	0,00	—	—	0,00	—		
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	(d)	(e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
				No Bimestre	Até o Bimestre	(f)	(g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre	(h) = (i-h)
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.510.200,00	17.736.924,49	2.667.793,29	9.249.012,63	8.487.911,86	2.856.601,44	8.001.227,26	9.735.697,23	6.847.289,17
	DESPESAS CORRENTES	15.383.623,00	15.484.734,35	2.647.441,07	8.257.817,42	7.226.916,93	2.548.377,93	7.196.015,70	8.288.718,65	6.325.659,79
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.138.600,00	9.142.600,00	1.308.211,34	3.905.939,07	5.236.660,93	1.308.211,34	3.905.939,07	5.236.660,93	3.377.815,12
	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	35.000,00	35.000,00	13.408,87	13.706,15	21.293,85	13.408,87	13.706,15	21.293,85	13.706,15
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.210.023,00	6.307.134,35	1.325.820,86	4.338.172,20	1.968.962,15	1.226.757,72	3.276.370,48	3.030.763,87	2.934.138,52
	DESPESAS DE CAPITAL	1.104.577,00	2.230.190,14	20.352,22	991.195,21	1.238.994,93	308.223,51	805.211,56	1.424.978,58	521.629,38
	INVESTIMENTOS	758.077,00	1.883.690,14	6.299,23	972.049,22	911.640,92	294.170,52	786.065,57	1.097.624,57	502.483,39
	INVERSOES FINANCEIRAS	301.500,00	301.500,00	0,00	0,00	301.500,00	0,00	0,00	301.500,00	0,00
	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	45.000,00	45.000,00	14.052,99	19.145,99	25.854,01	14.052,99	19.145,99	25.854,01	19.145,99
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)		16.510.200,00	17.736.924,49	2.667.793,29	9.249.012,63	8.487.911,86	2.856.601,44	8.001.227,26	9.735.697,23	6.847.289,17

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.510.200,00	17.736.924,49	2.667.793,29	9.249.012,63	8.487.911,86	2.856.601,44	8.001.227,26	9.735.697,23	6.847.289,17
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	7.932.434,50
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.510.200,00	17.736.924,49	2.667.793,29	9.249.012,63	—	2.856.601,44	8.001.227,26	—	14.779.723,67

FONTE:

Passos Maia, 15/07/2015

NANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

Paulo Lopes

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA PORTARIA Nº. 12/2015

ERRATA

PORTARIA Nº. 12/15

Na portaria nº 12/15, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 10/07/2015, onde se lê "10 de junho de 2015" Leia-se "10 de julho de 2015".

Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 17 de julho de 2015.

Oziel Evaldo Silva

Presidente

Publicada a presente Portaria em 17 de julho de 2015.

Penha

PREFEITURA

2360/2015

DECRETO Nº 2360 / 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, NO VALOR DE R\$ 124.000,00 (CENTO E VINTE E QUATRO MIL REAIS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2734/2014 DE 10/12/2014.

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 2734 de 10/12/2014, por conta da redução parcial de dotação orçamentária, destinado a reforçar a seguinte dotação:

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
Programa de Trabalho: 04.121.0016
Atividade: 2.044 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
Fonte de Recursos: 0.0.0001 – Recursos Próprios
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.0000/139 – Aplicações diretas
..... R\$ 40.000,00

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano
Unidade Orçamentária: 05 – Departamento de Fiscalização
Programa de Trabalho: 04.125.0016
Atividade: 2.048 – Funcionamento e manutenção do departamento de fiscalização
Fonte de Recursos: 0.0.0001 – Recursos Próprios
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.0000/151 – Aplicações diretas
..... R\$ 30.000,00

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano
Unidade Orçamentária: 06 – Departamento de Águas e Saneamento
Programa de Trabalho: 17.512.0016
Atividade: 2.049 – Funcionamento e manutenção do departamento de águas e saneamento
Fonte de Recursos: 0.0.0001 – Recursos Próprios
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.0000/154 – Aplicações diretas
..... R\$ 54.000,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento da presente Lei de abertura de crédito suplementar correrá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
Programa de Trabalho: 04.121.0016
Atividade: 2.044 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
Fonte de Recursos: 0.0.0001 – Recursos Próprios
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.0000/141 – Aplicações diretas
..... R\$ 40.000,00

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano
Unidade Orçamentária: 05 – Departamento de Fiscalização
Programa de Trabalho: 04.125.0016
Atividade: 2.048 – Funcionamento e manutenção do departamento de fiscalização
Fonte de Recursos: 0.0.0001 – Recursos Próprios
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000/152 – Aplicações diretas

..... R\$ 20.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.0000/153 – Aplicações diretas
..... R\$ 10.000,00

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano
Unidade Orçamentária: 06 – Departamento de Águas e Saneamento
Programa de Trabalho: 17.512.0016
Atividade: 2.049 – Funcionamento e manutenção do departamento de águas e saneamento
Fonte de Recursos: 0.0.0001 – Recursos Próprios
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000/155 – Aplicações diretas
..... R\$ 54.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada suas disposições em contrário.

Penha/SC, 16 de julho de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

4º TERMO ADITIVO Nº 133/2015- PMP

4º Termo aditivo nº 133/2015- PMP
Ao contrato nº 28/2014 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº 02/14 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 01/14 – PMP.
Objeto: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em paver, drenagem pluvial e sinalização da Rua Waldemar Werner.

Pelo presente instrumento de 4º Termo Aditivo nº 133/2015-PMP ao Contrato Administrativo nº 28/2014 PMP de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, Casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, com sede na cidade de Balneario Piçarras, na Rua Henrique Todeschini, nº 300, no Centro, Cep 88.380-000, telefone 47-3345-0803, inscrita no CNPJ sob o nº 00.145.589/0001-16, neste ato representada pelo Sr. Edson Vito Varella Boscato, CPF 295.521.849-91 doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a pavimentação com paver de concreto, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor previsto na cláusula primeira do contrato administrativo nº 28/2014 PMP fica aditivado o valor em 6,22% do valor global do contrato, o que corresponde o valor de R\$:36.932,55 (trinta e seis mil, novecentos e trinta e dois e cinquenta e cinco centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 12 – Secretaria de Serviços Urbanos
Unidade: 12.03 – Departamento Operacional
Funcional: 15.451.0307 – Infra-Estrutura Urbana
Projeto: 1.012 – Pavimentação de vias públicas
Elemento: 3.4.90.00.00.00.00.00.01.0034 - Aplicações Diretas
Código Reduzido: 000126

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 16 de Julho de 2015.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

CH04/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2015 – FMS

Objeto: CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ALTA COMPLEXIDADE PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC DE ACORDO COM A TABELA SAI/SUS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 29/07/2015

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 – Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro – Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 16 de julho de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 13/2015-FUMTUR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2015 – FUMTUR
Processo Licitatório nº. 03/2015 - PMP, modalidade Carta Convite nº. 02/2015 – FUMTUR
CONTRATADA: LIND GUIMAR MACHADO ME
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO QUE SERÁ UTILIZADA NOS DIVERSOS EVENTOS DA SECRETARIA DE TURISMO
VALOR TOTAL: R\$: 8.400,00(oito mil e quatrocentos reais)
VIGÊNCIA: ATÉ 31/12/2015
PENHA, 16 DE JULHO DE 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 369/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014
CONTRATO Nº 369/2015 – RH/PMP
Contratado (A): FRANCIELE RAQUEL HICKMANN, na função de Professor I, início em 16/07/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de Julho de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 041/2015

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 041/2015

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, torna público a alteração efetuada no Aviso de Licitação 041/2014, em razão de equívoco, o cabeçalho do edital foi alterado para 041/2015.

Demais itens do Aviso de Licitação permanecem inalterados.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 15 de julho de 2015.

PEDRO RABUSKE

Vice – Prefeito em Exercício.

Pomerode

PREFEITURA

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 063 / 2014 ACRÉSCIMO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 063 / 2014
ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 102 / 2014.
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 007 / 2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL PROFESSOR VIDAL FERREIRA, LOCALIZADA NA RUA LEOPOLDO BLAESE, N.º 170, BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 532,63 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.
Valor Acréscimo – R\$239.849,11 (duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e quarenta e nove reais e onze centavos).
Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 33,69% em razão de ser obra de reforma de unidade de ensino fundamental já existente, cujos serviços e materiais não estavam previstos em sua totalidade no projeto e imprescindíveis na execução e finalização da obra, de acordo com a justificativa e planilha em anexo, conforme CLÁUSULA NONA do Contrato Administrativo n.º 063/2014 e § 1º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 10 de Julho de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032/2014 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032/2014
PRAZO

Processo Administrativo n.º 034/2014.
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DR. WUNDERWALD, SITUADA NA RUA DR. WUNDERWALD, N.º 3.209 - BAIRRO WUNDERWALD, POMERODE/SC,

COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL.

Prorrogação – 90 dias – prazo final – 14/08/2015.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 032/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93, diante da necessidade de ajustes e modificações solicitadas pela Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a fim de garantir a funcionalidade do educandário, atendendo às demandas pedagógicas das diversas faixas etárias ali matriculadas.

Pomerode/SC, 04 de Maio de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032/2014 ACRÉSCIMO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032/2014
ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 034/2014.
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DR. WUNDERWALD, SITUADA NA RUA DR. WUNDERWALD, N.º 3.209 - BAIRRO WUNDERWALD, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL.
Valor Acréscimo – R\$3.411,24 (três mil, quatrocentos e onze reais e vinte e quatro centavos).
Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 0,86%, conforme planilha anexa, em função de acréscimos nos revestimentos para melhorar a drenagem sob o piso de concreto, cujos serviços e mão de obra não foram previstos em sua totalidade necessária no contrato, porém imprescindíveis na finalização da obra, em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 032/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 07 de Julho de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO Nº 2.953, DE 10 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 2.953, DE 10 DE JULHO DE 2015.

APROVA O LOTEAMENTO DENOMINADO "RESIDENCIAL EUGÊNIO SCHOENAU" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 62, III, e 74, inciso I, alíneas "I" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 30 de março de 1990, e

Considerando a Lei Complementar nº 162, de 12 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Código Urbanístico de Pomerode;

Considerando a Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Código de Obras de Pomerode;

Considerando a Lei Complementar nº 164, de 12 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Código de Posturas de Pomerode;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Loteamento sob a denominação de "RESIDENCIAL EUGÊNIO SCHOENAU", a ser implantado na Rua Ribeirão Areia, bairro Ribeirão Areia, em Pomerode/SC, de propriedade de ROGÉRIO VICK, com fulcro no Parecer Técnico da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente datado de sete (07) de julho (07) de dois mil e quinze (2015).

Art. 2º Ficam oficializadas a rua e logradouros públicos, as áreas livres para sistema de recreio e áreas institucionais, na forma prevista em planta e memorial descritivo constantes do Processo Administrativo Loteamento "RESIDENCIAL EUGÊNIO SCHOENAU" conforme descrito no artigo 3º seguinte.

Art. 3º Fica ao Município de Pomerode à Reserva Técnica do Loteamento, parte da área do imóvel sob Matrícula nº 5201 junto ao Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de Pomerode, passando a propriedade dos seguintes lotes, devidamente descritos, ao Município:

I - Lote 05 – Área Verde, possui forma irregular e área de 948,36m² (Novecentos e quarenta e oito metros e trinta e seis decímetros quadrados), fazendo frente em três linhas, sendo a 1ª a partir da direita em 24,00m(Vinte e quatro metros) com o lote 06, a segunda em 38,51m(Trinta e oito metros e cinquenta e um centímetros) com a Rua a ser Inominada e a terceira em 20,00m(Vinte metros) com o lote 04, fundos em 56,00m(Cinquenta e seis metros), lado direito em 19,10m(dezenove metros e dez centímetros) e Lateral esquerda em 20,10m(Vinte metros e dez centímetros).

II - Lote 06 – Área comunitária, O lote possui forma retangular e área de 474,18m² (Quatrocentos e setenta e quatro metros e dezoito decímetros quadrados), fazendo frente em 19,75m(dezenove metros e setenta e cinco centímetros) com a rua a ser nominada, Fundos em 19,75m(dezenove metros e setenta e cinco centímetros), Lateral direita em 24,00m(Vinte e quatro metros) e Lateral esquerda em 24,00m(Vinte e quatro metros).

III – Lote 10 - Destinado para a Via Projetada (sem denominação definida): área de 3.561,06m² (Três mil quinhentos e sessenta e um metros e seis decímetros quadrados).

Art. 4º Fica para este caso, adotado índices construtivos estabelecidos na Lei Complementar nº162, de 12 de dezembro de 2008.

Art. 5º As despesas com a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 10 de julho de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.954 DE 14 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 2.954 DE 14 DE JULHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 380.900,00 (trezentos e oitenta mil novecentos reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.1003 – Aquisição de Terrenos, Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física Escolar

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03360000 – Salário Educação R\$ 239.900,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2025– Iluminação Pública - Cosip

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03080000 – Contribuição para o Cosip R\$ 141.000,00

TOTAL R\$ 380.900,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 14 de julho de 2015.

ROLF NICOLODELLI

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

DECRETO Nº 2.955, DE 16 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 2.955, DE 16 DE JULHO DE 2015.

APROVA O LOTEAMENTO DENOMINADO "RESIDENCIAL ALVORADA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 62, III, e 74, inciso I, alíneas "I" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 30 de março de 1990, e

Considerando a Lei Complementar nº 162, de 12 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Código Urbanístico de Pomerode;

Considerando a Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Código de Obras de Pomerode;

Considerando a Lei Complementar nº 164, de 12 de dezembro de

2008, que dispõe sobre o Código de Posturas de Pomerode;
DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Loteamento sob a denominação de "RESIDENCIAL ALVORADA", a ser implantado na Rua Norberto Raduenz, bairro Testo Central, em Pomerode/SC, de propriedade de FRADEMIR ANTONIO DE ALCANTES, com fulcro no Parecer Técnico da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente datado de vinte e dois (22) de junho (06) de dois mil e quinze (2015).

Art. 2º Ficam oficializadas a rua e logradouros públicos, as áreas livres para sistema de recreio e áreas institucionais, na forma prevista em planta e memorial descritivo constantes do Processo Administrativo Loteamento "RESIDENCIAL ALVORADA" conforme descrito no artigo 3º seguinte.

Art. 3º Fica ao Município de Pomerode à Reserva Técnica do Loteamento, parte da área do imóvel sob Matrícula nº 2494 junto ao Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de Pomerode, passando a propriedade dos seguintes lotes, devidamente descritos, ao Município:

I - Lote 09 - ÁREA INTERESSE SOCIAL – Um terreno situado nesta cidade, à Rua Projetada – "A" (sem denominação definida), contendo a área de 633,47m² (seiscentos e trinta e três metros quarenta e sete decímetros quadrados) de forma irregular, fazendo frente ao sul com vinte e um metros e cinquenta centímetros (21,50m) com o lado esquerdo da Rua Projetada - "A" (sem denominação definida); nos fundos ao norte com vinte um metros e cinquenta centímetros (21,50m) com terras de Edwigs Glau (R.1- 1411); extremado pelo lado direito a leste em vinte e nove metros e quarenta e nove centímetros (29,49m) com terras de Frademir Antonio de Alcantes (lote 10); e, extremado pelo lado esquerdo a oeste em vinte e nove metros e cinquenta centímetros (29,50m) com terras de Frademir Antonio de Alcantes (lote 08). Distanto do vértice da frente do lado esquerdo cento e oitenta e dois metros e setenta e seis centímetros (182,76m) da esquina formada entre a Rua Projetada – "A"(sem denominação definida) com a rua Norberto Raduenz..

II - Lote 15 - ÁREA INSTITUCIONAL - Um terreno situado nesta cidade, à Rua Projetada – "A" (sem denominação definida), contendo a área de 1.266,94m² (um mil, duzentos e sessenta e seis metros e noventa e quatro decímetros quadrados) de forma irregular, fazendo frente ao norte com quarenta e três metros e quinze centímetros (43,15m) com o lado direito da Rua Projetada - "A" (sem denominação definida); nos fundos ao sul com quarenta e três metros e quinze centímetros (43,15m) com terras de Kyly Indústria Têxtil Ltda (R.2- 2490); extremado pelo lado direito a oeste em vinte e nove metros e quarenta e oito centímetros (29,48m) com terras de Frademir Antonio de Alcantes (lote 14); e, extremado pelo lado esquerdo a leste em vinte e nove metros e vinte e três centímetros (29,23m) com terras de Frademir Antonio de Alcantes (lote 16). Distanto do vértice da frente do lado direito cento e sessenta e seis metros e quarenta e seis centímetros (166,46m) da esquina formada entre a Rua Projetada – "A"(sem denominação definida) com a rua Norberto Raduenz.

III - Lote 17 – ÁREA VERDE - Um terreno situado nesta cidade, à Rua Projetada – "A" (sem denominação definida), contendo a área de 6.525,00m² (seis mil, quinhentos e vinte e cinco metros quadrados) de forma irregular, fazendo frente a oeste, em dois lances, o primeiro com sete metros e cinquenta centímetros (7,50m), o segundo com sete metros e cinquenta centímetros (7,50m), todos com o lado esquerdo da Rua Projetada - "A" (sem denominação definida); nos fundos a leste em dois lances, o primeiro em quarenta e oito metros (48,00m) com terras de Willy Morsch Gaspar, o segundo em vinte e cinco metros (25,00m) com terras de Ingo Baehre e Wanda Baehr (R.3-2716); extremado pelo lado direito ao sul em três lances, o primeiro em quarenta e dois metros e setenta e um centímetros (42,71m) com terras de Frademir Antonio de Alcantes (lote 16), o segundo em trinta e cinco metros e doze

centímetros com terras de Frademir Antonio de Alcantes (lote 16) e o terceiro em oitenta e um metros e cinquenta e um centímetros (81,51m) com terras de Kyly Indústria Têxtil Ltda (R.2- 2490); e, extremado pelo lado esquerdo a norte em cento e quatro metros e trinta centímetros (104,30m) com terras de Edwigs Glau (R.1- 1411). Distanto do vértice da frente do lado esquerdo duzentos e quarenta e dois metros e trinta e um centímetros (242,31m) da esquina formada entre a Rua Projetada – "A"(sem denominação definida) com a rua Norberto Raduenz.

IV – Área de 2.945,13m² (dois mil novecentos e quarenta e cinco metros e treze decímetros quadrados) destinada para abertura da rua Projetada (sem denominação definida).

Art. 4º Fica para este caso, adotado índices construtivos estabelecidos na Lei Complementar nº162, de 12 de dezembro de 2008.

Art. 5º As despesas com a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode 16 de julho de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.956, DE 16 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 2.956, DE 16 DE JULHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA GESTÃO DAS DESPESAS E CONTROLE DO GASTO COM PESSOAL E DE CUSTEIO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE POMERODE.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO a necessidade de manter a responsabilidade na gestão Fiscal do Município, que se efetiva, entre outras ações, com o equilíbrio entre a receita e a despesa públicas;

CONSIDERANDO, que resta ao Poder Público Municipal, regular a forma administrativa para a recondução do equilíbrio financeiro,

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto estabelece medidas para contenção de despesas de custeio e de pessoal, para o exercício de 2015, que deverão ser observadas e efetivadas pelos órgãos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Fica suspensa a realização de serviço extraordinário no serviço público municipal, exceto para os servidores que exerçam funções de motorista da área da saúde, motorista de ônibus da área de educação, motorista à disposição do Conselho Tutelar, Agentes de Trânsito, motorista de caminhão pipa e servidores de serviços essenciais do SAMAE.

Parágrafo Único: Em havendo caso de extrema necessidade da realização de hora extraordinária essa somente poderá ser realizada pelo servidor mediante prévia autorização do Secretário e ciência e anuência do Prefeito Municipal.

Art. 3º Ficam suspensos em caráter temporário:

I – a concessão de novos incentivos, previstos na Lei Municipal 1225/95 que cria incentivos fiscais e estímulos econômicos e define critérios de concessão ao Desenvolvimento Econômico do Município;

II - autorização de diárias, cursos ou similares, que impliquem em aumento com gastos de pessoal, excluídos para as funções citadas no artigo 2º deste decreto.

Art. 4º Fica criada a Comissão de Controle e Redução de Gastos Públicos, não remunerada, que será composta por:

I - Secretário de Gestão Administrativa e Financeira;

II - Procurador-Geral;

III – Controlador Municipal;

IV – Secretário de Governo.

§ 1º O objetivo da Comissão é fiscalizar as Secretarias para o cumprimento das medidas determinadas no presente Decreto, visando sempre o controle e redução de gastos, bem como, a adoção de medidas que visem o aumento da arrecadação, a curto e longo prazo;

§ 2º A comissão deverá analisar e adotar medidas destinadas a reduzir as despesas da administração pública.

§ 3º A Comissão deverá se reunir, pelo menos, uma vez por semana, para as análises e autorizações que se fizerem necessárias.

Art. 5º Fica expressamente determinado aos Secretários Municipais a estrita observação e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, ficando sob sua responsabilidade a adoção de medidas necessárias à sua implementação.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Pomerode, 16 de julho de 2015.

Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 003 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 003 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 004 / 2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASTAS EXECUTIVAS CONFECCIONADAS EM NYLON 600 COM FORRO E BORDADO NA PARTE FRONTAL PARA OS AGENTES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 30/07/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 30/07/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: compras.saude@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 16 de Julho de 2015.

WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032 / 2015

Processo Administrativo n.º 052 / 2015.

Inexigibilidade de Licitação n.º 011 / 2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO VOLKMANN LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSES ESCOLARES PARA TRANSPORTE COLETIVO DE ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, EM CONFORMIDADE COM OS CRITÉRIOS DEFINIDOS NA LEI MUNICIPAL N.º 2.337/2011.

Valor unitário do passe escolar: R\$1,55 (um real e cinquenta e cinco centavos).

Valor total contratado: R\$267.627,65 (duzentos e sessenta e sete mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Prazo de vigência de 01/07/2015 à 31/12/2015.

Pomerode/SC, 29 de Junho de 2015.

ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 033 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 033 / 2015

Processo Administrativo n.º 048 / 2015.

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 009 / 2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTURAS METÁLICAS PARA GARAGENS DE VEÍCULOS DE SERVIÇO E CONSTRUÇÃO DE MUROS E PASSEIOS PÚBLICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Valor total contratado: R\$98.254,48 (noventa e oito mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

Prazo de execução: 90 dias – Prazo final: 29/09/2015.

Pomerode/SC, 30 de Junho de 2015.

ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034 / 2015

Processo Administrativo n.º 037 / 2015.
Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DO CALÇAMENTO DE RUAS PAVIMENTADAS COM PARALELEPÍPEDOS OU LAJOTAS DE CONCRETO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS VIAS MUNICIPAIS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM OS MEMORIAIS DESCRITIVO E QUANTITATIVO ANEXOS AO EDITAL DE LICITAÇÃO.
Valor total contratado: R\$539.950,00 (quinhentos e trinta e nove mil e novecentos e cinquenta reais).
Prazo de execução: 12 meses – Prazo final: 30/06/2016.

Pomerode/SC, 01 de Julho de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 035 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 035 / 2015

Processo Administrativo n.º 037 / 2015.
Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DO CALÇAMENTO DE RUAS PAVIMENTADAS COM PARALELEPÍPEDOS OU LAJOTAS DE CONCRETO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS VIAS MUNICIPAIS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM OS MEMORIAIS DESCRITIVO E QUANTITATIVO ANEXOS AO EDITAL DE LICITAÇÃO.
Valor total contratado: R\$417.140,00 (quatrocentos e dezessete mil e cento e quarenta reais).
Prazo de execução: 12 meses – Prazo final: 30/06/2016.

Pomerode/SC, 01 de Julho de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 036 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 036 / 2015
Processo Administrativo n.º 056 / 2015.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 011 / 2015.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA DE 02 (DUAS) PONTES DE CONCRETO PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.
Valor total contratado: R\$87.000,00 (oitenta e sete mil reais).
Prazo de execução: 45 dias – Prazo final: 24/08/2015.

Pomerode/SC, 09 de Julho de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

LEI ORDINÁRIA Nº 2.723, DE 16 DE JULHO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.723, DE 16 DE JULHO DE 2015.
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE POMERODE A REALIZAR CONVÊNIO, AUTORIZANDO A CESSÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº15.211.786/0001-63, objetivando a cessão de materiais e equipamentos à Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Pomerode, nos termos da minuta do convênio anexo, que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 2º Para aquisição dos materiais e equipamentos serão investidos, pelo Município de Pomerode, aproximadamente R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Art. 3º Os materiais e equipamentos objetos desta Lei deverão ter seu uso destinado exclusivamente à execução dos serviços de policiamento pela Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Pomerode, ficando responsável pelo bom uso dos materiais e equipamentos.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da manutenção, conservação e utilização dos materiais e equipamentos, correrão à conta da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º A cessão dos materiais e equipamentos será de forma permanente e a relação será especificada em termo próprio, sendo encaminhada, para ciência, ao Legislativo após formalização.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 6º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 16 de julho de 2015.
Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 515/2015

DECRETO Nº 515/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“NOMEIA ASSISTENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeado o Sr. ITAMAR DOS SANTOS, portador da Carteira de Identidade n. 5.458.725-5 e do CPF 063.379.229-21, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE, Padrão “CC”, Nível “06”, com 40:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 517/2015

DECRETO Nº 517/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. ALESSANDRA PAULA ALMEIDA, matrícula 1531, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 518/2015

DECRETO Nº 518/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARTA FLORA DA SILVA AMARAL, Matrícula 6198, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 12 de fevereiro de 2014 a 11 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 15 de julho de 2015 a 29 de julho de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 519/2015

DECRETO Nº 519/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. GABRIELA PAVELSKI, Matrícula 1428, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo 05 de julho de 2014 a 04 de julho de 2015, para serem gozadas de 15 de junho de 2015 a 04 de julho de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 524/2015

DECRETO Nº 524/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a classificação no Processo Seletivo nº 003/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ERENILDA DE OLIVEIRA DA SILVA, portadora do RG n. 3.698.296 e do CPF n. 078.336.499-70, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 17 de Junho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 525/2015

DECRETO Nº 525/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARISTELA GIOMBELLI, Matrícula 5729, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014, para serem gozadas de 20 de julho de 2015 a 18 de agosto de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 526/2015

DECRETO Nº 526/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em razão de aprovação em concurso público o Sr. GINOMAR ALVES PEREIRA, portador do RG n. 4.738.021 e do CPF n. 044.646.669-73, para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 19 de junho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 527/2015

DECRETO Nº 527/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. PERLA SUZANE MARTINS, Matrícula 836 ocupante do cargo de DIRETORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2013 a 31 de agosto de 2014, para serem gozadas de 15 de julho de 2015 a 13 de agosto de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 538/2015

DECRETO Nº 538/2015, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. IRADI TEREZINHA BERTE FORNARI, Matrícula 204, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 15 (quinze) dias, a contar do dia 29 de Junho de 2015, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 539/2015

DECRETO Nº 539/2015, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. RONIEMI MAGNAGUAGNO, Matrícula 1573, ocupante do cargo de ASSESSORA, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 10 de abril de 2014 a 09 de abril de 2015, para serem gozadas de 30 de junho de 2015 a 14 de julho de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 540/2015

DECRETO Nº 540/2015, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

"NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a partir do dia 1º de Julho de 2015, a Sra. GRAZIELI MELANIA ACUNHA, portadora do RG 4.165.786 e do CPF 008.673.849-64, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, Padrão "CC", Nível "01", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 541/2015

DECRETO Nº 541/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. KATIA VICCARI ALVES DE CANDIDO, Matrícula 1586, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 60(sessenta) dias, a contar do dia 26 de Junho de 2015, conforme cópia em anexo, podendo ser a licença prorrogada ou antecipada conforme decisão pericia médica a ser realizada pelo médico do INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 542/2015

DECRETO Nº 542/2015, DE 02 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. SUZINEI HARTZ, Matrícula 1540 ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 17 de fevereiro de 2014 a 16 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 03 de julho de 2015 a 01 de agosto de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 543/2015

DECRETO Nº 543/2015, DE 02 DE JULHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado a partir de hoje, que a servidora CRISLENE ALVES, matrícula 1562, ocupante do cargo efetivo de VIGIA, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 544/2015

DECRETO Nº 544/2015, DE 02 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. CRISLENE ALVES, Matrícula 1562 ocupante do cargo de VIGIA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 17 de março de 2014 a 16 de março de 2015, para serem gozadas de 06 de julho de 2015 a 20 de julho de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 545/2015

DECRETO Nº 545/2015, DE 02 DE JULHO DE 2015.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal

Srª. MARIA MARTA GABIATTI COSTA, Matrícula 6243, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 12 de outubro de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 546/2015

DECRETO Nº 546/2015, DE 02 DE JULHO DE 2015.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a apresentação de atestado médico datado de 30 de junho de 2015 que determina o afastamento da funcionária do trabalho por 90 (noventa) dias;

CONSIDERANDO o requerimento de concessão de benefício junto ao INSS protocolado sob nº 167335453;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal

Srª. CLAUDIA BATISTA ALLEGRI NI MARTELLO, Matrícula 28, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte.

Art. 2º - A perícia médica do benefício foi agendada para o dia 08 de julho de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 547/2015

DECRETO Nº 547/2015, DE 02 DE JULHO DE 2015.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ZELI APARECIDA DAMACENO, Matrícula 6190, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O pedido de reconsideração do benefício foi concedido até o dia 05 de agosto de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 548/2015

DECRETO Nº 548/2015, DE 06 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. PATRICIA PEROZA, Matrícula 5742 ocupante do cargo de PSICÓLOGA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 21 de novembro de 2013 a 20 de novembro de 2014, para serem gozadas de 10 de julho de 2015 a 24 de julho de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 548/2015

DECRETO Nº 548/2015, DE 06 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. PATRICIA PEROZA, Matrícula 5742 ocupante do cargo de PSICÓLOGA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 21 de novembro de 2013 a 20 de novembro de 2014, para serem gozadas de 10 de julho de 2015 a 24 de julho de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 549/2015

DECRETO Nº 549/2015, DE 06 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. FRANCINARA MAGRINI FERREIRA, Matrícula 890 ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2013 a 31 de março de 2014, para serem gozadas de 01 de julho de 2015 a 15 de julho de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 550/2015

DECRETO Nº 550/2015, DE 06 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. JUCELI CAMARGO DOS SANTOS VIEIRA, Matrícula 6204, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 12 de fevereiro de 2014 a 11 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 01 de julho de 2015 a 30 de julho de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 551/2015

DECRETO Nº 551/2015, DE 06 DE JULHO DE 2015.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a partir do dia 15 de julho de 2015, a Sra. RONIEMI MAGNAGUAGNO, matrícula 1573, ocupante do cargo de ASSESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 552/2015

DECRETO Nº 552/2015, DE 06 DE JULHO DE 2015.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. IVANIR FERREIRA DA CRUZ, portadora do RG n. 3.289.077 e do CPF n. 028.293.779-07, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 553/2015

DECRETO Nº 553/2015, DE 08 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE LUIZA CELESTRINO, Matrícula 847, ocupante do cargo de FISCAL DA VIGILANCIA SANITARIA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 10 de agosto de 2013 a 09 de agosto de 2014, interrompidas através do Decreto nº 052/2015, para serem gozadas de 20 de julho de 2015 a 08 de agosto de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 554/2015

DECRETO Nº 554/2015, DE 08 DE JULHO DE 2015.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a concessão de licença para tratamento de assuntos particulares através da Portaria Nº 288/2007, de 07 de agosto de 2007, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2007;

CONSIDERANDO a prorrogação da licença por mais dois anos, a contar do dia 1º de agosto de 2009, através do Decreto Nº 485/2009, de 20 de agosto de 2009;

CONSIDERANDO a impossibilidade de prorrogação da licença, por expressa vedação disposta no art. 101, da Lei Complementar nº 022/2003, e a ausência de retorno voluntário ao trabalho por parte da servidora ao término da licença;

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. ROSA MARIA MEIER, matrícula 390, ocupante do cargo de AGENTE EDUCACIONAL I, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 1º de agosto de 2011.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 556/2015

DECRETO Nº 556/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde ao Funcionário Público Municipal Sr. ROQUE JOSE PRAMIO, Matrícula 759, ocupante do cargo de MOTORISTA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia 08 de Julho de 2015, conforme cópia em anexo, podendo ser a licença prorrogada ou antecipada conforme decisão pericia médica a ser realizada pelo médico do INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO 066/2015

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 066/2015 Dispensa de Licitação nº 016/2015. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARRINHOS DE BEBÊ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROGRAMA BRASIL CARRINHOSO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: MARCIO ANTONIO MORAS ME

Endereço: PONTE SERRADA – Santa Catarina CEP: 89.683-000

CNPJ 85.253.474/0001-06

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 5.980,00 (Cinco mil novecentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: de 16 de Julho á 30 de setembro de 2015. Podendo ser prorrogado

Ponte Serrada/SC, 15 de julho de 2015

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 2015

CONTRATO Nº 0122/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 025/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: BAZAR E CONFECÇÕES ALICE LTDA ME

CNPJ: 95.828.075/0001-71

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAPA DE TRAVESEIRO E CAPA DE COLCHÃO PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR: R\$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: DE 16 DE JULHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.356 - CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DECRETO Nº 1.356, DE 16 DE JULHO DE 2015.

“CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

Decreta:

Art. 1º Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 04 de agosto de 2015, no Centro de Convivência do Idoso, tendo como tema central: “Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026”.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, 16 de julho de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

RESOLUÇÃO Nº 006 - 2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 006/2015

Institui a comissão organizadora e convoca da VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Belo/SC (CMAS) em reunião extraordinária, realizada no dia 25 de junho de 2015, no uso de suas competências e atribuições que lhes são conferidas pela Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social e pela Lei Municipal nº 944, de 2 de abril de 1997, que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS,

Resolve:

Art. 1º. Instituir a comissão organizadora da VIII Conferência Municipal de Assistência Social e nomeia os membros que a constituem:

Soraia Joselita Depin

Ailton Eccel Maçaneiro

Marcelo Alexandre Rodrigues

Fernanda Maria da Silva

Art. 2º. Convocar a VIII Conferência Municipal de Assistência Social para o dia 04 de agosto de 2015, no horário das 18h as 22h, a ser realizada no Centro de Convivência do Idoso de Porto Belo.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 14 de julho de 2015.

AILTON ECCEL MAÇANEIRO

Presidente do CMAS

Porto União

PREFEITURA

ATA 007/2015 - PREFEITURA

ATA 007/2015

Aos 03 (três) dias do mês de julho do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório 084/2015, Pregão Presencial 046/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA, Filipe Comércio de Peças Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Filipe Comércio de Peças Ltda – EPP, inscrito no CNPJ/MF nº 73.202.475/0001-34, sito a Rua Maurício Cardoso, nº 360, Centro, município de Frederico Westphalen, estado do Rio Grande do Sul, CEP 89.400-000, Telefone (55)3744-1640, representado neste ato pelo Sr. Cláudio Antonio Filipe, inscrito no CPF sobre o número 723.154.310-34.

Registro de Preços para aquisição de peças e acessórios destinada à manutenção da frota de Máquinas Pesadas do Município, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

LOTE	ITEM	CÓDIGO DA PEÇA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	863147	Bucha	2	R\$ 11,57	R\$ 23,15
1	2	862589	Bucha	2	R\$ 44,84	R\$ 89,70
1	3	862627	Bucha	12	R\$ 9,24	R\$ 110,96
1	4	365572	Pino graxeira	7	R\$ 5,78	R\$ 40,46
1	5	862620	Pino	2	R\$ 43,75	R\$ 87,50
1	6	862624	Arruela	2	R\$ 3,70	R\$ 7,40
1	7	375096	Contrapino	24	R\$ 2,89	R\$ 69,35
1	8	862626	Barra	2	R\$ 1,005,61	R\$ 2.011,22
1	9	862627	Bucha	8	R\$ 9,36	R\$ 74,90
1	10	365572	Pino graxeiro	8	R\$ 1,67	R\$ 13,41
1	11	862663	Pino	10	R\$ 20,57	R\$ 205,75
1	12	862691	Bucha	4	R\$ 19,99	R\$ 79,99
1	13	862617	Pino	2	R\$ 83,75	R\$ 167,51
1	14	862666	Arruela	2	R\$ 4,27	R\$ 8,55
1	15	862989	Amortecedor	2	R\$ 81,87	R\$ 163,75
1	16	353434	Arruela	4	R\$ 0,04	R\$ 0,19
1	17	353431	Porca	4	R\$ 0,23	R\$ 0,92
1	18	339402	Porca	4	R\$ 0,46	R\$ 1,85
1	19	862661	Pino	4	R\$ 23,11	R\$ 92,47
1	20	376448	Porca	4	R\$ 0,69	R\$ 2,77
1	21	355617	Arruela	2	R\$ 0,25	R\$ 0,50
1	22	353918	Porca	2	R\$ 0,33	R\$ 0,67
1	23	353438	Porca	2	R\$ 0,63	R\$ 1,27
1	24	353758	Arruela	2	R\$ 1,15	R\$ 2,31
1	25	71028	Elemento	1	R\$ 23,46	R\$ 23,46
1	26	2710804	Elemento	1	R\$ 31,03	R\$ 31,03
1	27	2710805	Elemento	1	R\$ 22,97	R\$ 22,97
1	28	423651	Elemento	1	R\$ 13,81	R\$ 13,81
1	29	1482841	Motor de partida	1	R\$ 1.914,90	R\$ 1.914,90
1	30	3147824	Disco	1	R\$ 582,75	R\$ 582,75
1	31	3585341	Rolamento	1	R\$ 93,91	R\$ 93,91
1	32	886727	Colar	1	R\$ 36,41	R\$ 36,41
1	33	193334	Mola	2	R\$ 3,35	R\$ 6,70
1	34	195503	Retentor	1	R\$ 13,64	R\$ 13,64
1	35	1850909	Rolamento	1	R\$ 174,42	R\$ 174,42
1	36	34464	Cruzeta	1	R\$ 227,32	R\$ 227,32
1	37	191250	Rolamento	1	R\$ 43,25	R\$ 43,25
1	38	1850090	Rolamento	1	R\$ 112,12	R\$ 112,12
1	39	185777	Cone	1	R\$ 320,76	R\$ 320,76
1	40	34648	Coroa e pinhão	1	R\$ 952,63	R\$ 952,63
1	41	894778	Bucha	2	R\$ 20,13	R\$ 40,26
1	42	3585916	Semi-arvore	2	R\$ 855,35	R\$ 1.710,70
1	43	897005	Engrenagem	2	R\$ 225,05	R\$ 450,10
1	44	1860503	Rolamento	2	R\$ 102,10	R\$ 204,20
1	45	2801334	Cubo	2	R\$ 1.952,56	R\$ 3.905,13

1	46	3149093	Barra de ligação	2	R\$ 140,63	R\$ 281,26
1	47	3145063	Protetor	4	R\$ 31,78	R\$ 127,15
1	48	3148998	Terminal	2	R\$170,49	R\$ 340,98
1	49	3147970	Terminal curto	2	R\$ 75,13	R\$ 150,26
1	50	3410721	Cilindro	1	R\$ 792,93	R\$ 792,93
1	51	2730372	Haste	1	R\$ 70,39	R\$ 70,39
2	52	87800662	Filtro combustível	1	R\$ 120,65	R\$ 120,65
2	53	87840590	Elemento filtrante	1	R\$ 78,63	R\$ 78,63
2	54	81879134	Elemento filtrante	1	R\$ 39,67	R\$ 39,67
2	55	73162121	Correia	1	R\$ 93,63	R\$ 93,63
2	56	87840057	Esticador	1	R\$ 214,29	R\$ 214,29
2	57	75249578	Amortecedor	1	R\$ 1.908,33	R\$ 1.908,33
2	58	75287702	Retentor	1	R\$ 28,38	R\$ 28,38
2	59	75288479	Rolamento	1	R\$ 154,64	R\$ 154,64
2	60	75289382	Engrenagem	1	R\$ 1.853,70	R\$ 1.853,70
2	61	75288476	Anel	1	R\$ 449,81	R\$ 449,81
2	62	75288477	Anel elástico	1	R\$ 2,24	R\$ 2,24
2	63	75288480	Rolamento	1	R\$ 57,43	R\$ 57,43
2	64	75288424	Oring	1	R\$ 4,78	R\$ 4,78
2	65	75288480	Rolamento	1	R\$ 57,43	R\$ 57,43
2	66	75289380	Engrenagem	1	R\$ 972,99	R\$ 972,99
2	67	75289047	Gremalheira	1	R\$ 2.691,16	R\$ 2.691,16
2	68	75289084	Par cônico	1	R\$ 4.343,69	R\$ 4.343,69
2	69	75219488	Cilindro de direção	2	R\$ 123,55	R\$ 247,11
2	70	75221277	Extremidade	1	R\$ 121,97	R\$ 121,97
2	71	73124684	Rolamento	2	R\$ 128,38	R\$ 256,76
2	72	70684817	Rolamento	2	R\$ 101,35	R\$ 202,71
3	73	22213kejw33c3	Rolamento	6	R\$ 325,00	R\$ 1.950,00
10	241	20	Lâminas 8 furos 3/4 - Lâmina Vermelha	20	R\$ 475,90	R\$ 9.518,13
10	242	20	Lâminas 13 furos 3/4 - Lâmina Vermelha	20	R\$ 483,84	R\$ 9.676,78
10	243	20	Lâminas 15 furos 3/4 - Lâmina Vermelha	20	R\$ 563,15	R\$ 11.263,14
10	244	720	Parafusos para Lâmina 5/8	720	R\$ 1,58	R\$ 1.142,21
10	245	720	Porca para Lâmina 5/8	720	R\$ 0,55	R\$ 399,74
Valor Total: R\$ 63.750,00 (sessenta e três mil setecentos e cinquenta)						

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 084/2015, Pregão Presencial 046/2015, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 046/2015.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 046/2015, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 046/2015.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 084/2015, Pregão Presencial 046/2015, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. (a) Cláudio Antonio Filippe, qualificado preambulamente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Filippe Comércio de Peças Ltda – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

EDITAL N.º 01/2015 - ELEIÇÕES DO IMPRESS

COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE ELEIÇÃO, VISANDO A COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO IMPRESS E DA AMASPU,

NOMEADA PELA PORTARIA Nº 033, DE 07 DE JULHO DE 2015. EDITAL Nº 001/2015

Abre as inscrições e dispõe sobre normas para a realização das Eleições, visando à composição do Conselho Diretor e dos Conselhos Fiscais do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais – IMPRESS e da Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos Municipais – AMASPU.

A Comissão Especial, nomeada pela Portaria nº 033, de 07 de julho de 2015, torna público que fará realizar no dia 08 de outubro de 2015, no horário compreendido entre 8 horas e 18 horas, exceto para as urnas itinerantes (Intendência de Santa Cruz e Intendência de São Miguel, conforme estabelecido no item 6.2), as eleições para a Composição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal do IMPRESS e do Conselho Fiscal da AMASPU, sendo OBRIGATÓRIO O VOTO para os Conselhos.

Os locais de votação estão descritos no item 6.2, podendo ser alterados conforme especificado no item 6.3 deste Edital. As listas nominais, indicando onde os servidores deverão obrigatoriamente votar, serão afixados em edital na sede do IMPRESS, Sede da Prefeitura Municipal de Porto União e em suas respectivas Secretarias, no dia 21 de setembro de 2015, ficando vedado o “voto em trânsito”.

A realização da Eleição do Conselho Diretor e dos Conselhos Fiscais seguirá as datas e prazos de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Cronograma das Atividades	Período
1	Período de inscrições	22/07 a 03/08/2015
2	Sabatina técnica – na Câmara Legislativa Municipal	11/08/2015 às 19h
3	Homologação das inscrições do Conselho Diretor e dos Conselhos	18/08/2015
4	Recurso contra a homologação das inscrições	18 a 20/08/2015
5	Homologação final das inscrições	21/08/2015
6	Período de Campanha	26/08 a 09/09/2015
7	Divulgação com locais de votação de cada servidor	21/09/2015
8	Requerimento para transferência de local de votação junto ao Recursos Humanos	21 a 23/09/2015
9	Divulgação com locais de votação de cada servidor	28/09/2015
10	Urnas a serem lacradas na sala de Licitações da Prefeitura	07/10/2015 às 16h30min
11	Eleição para escolha do Conselho Diretor e Fiscal	08/10/2015 - 08h às 18h
12	Apuração dos votos – sala de Reuniões da Sede do IMPRESS	08/10/2015 após as 18h
13	Homologação de resultado final	13/10/2015
14	Posse da nova Diretoria e Conselhos	01/01/2016

1- DAS INSCRIÇÕES

1.1- DO PERÍODO

As inscrições deverão ser feitas no período compreendido entre 22 de julho a 03 de agosto de 2015, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min, na Chefia de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Porto União.

1.2- DA CANDIDATURA

Todo o Servidor Público Municipal de carreira regido pelo Regime Jurídico Único – Estatutário, com estágio probatório concluído tem o direito de candidatar-se para concorrer ao Conselho Diretor e Conselhos Fiscais do IMPRESS e da AMASPU, observando a Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005, e da Lei Municipal nº 3.233, de 25 de outubro de 2006, combinado com o Decreto nº 812, de 29 de agosto de 2008.

2- DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CONSELHO DIRETOR E DOS CONSELHOS FISCAIS DO IMPRESS E DA AMASPU

A estrutura administrativa do IMPRESS, que deverá ser composto através de sufrágio direto e secreto, será constituída por:

2.1- CONSELHO DIRETOR

O Conselho Diretor terá oito (08) membros, os quais deverão ser servidores de carreira do Município, sendo seis (06) eleitos pelos servidores municipais, e dois (02) membros indicados, sendo um (01) pelo Chefe do Poder Executivo, e outro pelo Sindicato de Classe, devendo estes ser pessoas com formação de nível médio e superior, dependendo o cargo, assim constituído:

I - Presidente;

II- Vice-Presidente;

III- Primeiro Tesoureiro;

IV- Segundo Tesoureiro;

V- Primeiro Secretário;

VI- Segundo Secretário;
VII- Diretor de Patrimônio do IMPRESS (indicado);
VIII- Diretor de Patrimônio da AMASPU (indicado);

2.2- CONSELHOS FISCAIS

Os Conselhos Fiscais, órgãos responsáveis por examinar a conformidade dos atos e deveres legais, regulamentares e estatutários, subsidiando o Conselho Diretor, será composto pelos:

I- Conselho Fiscal do Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais;
II- Conselho Fiscal do Fundo de Assistência Social dos Servidores Municipais;

Os Conselhos Fiscais serão compostos por três (03) membros efetivos e três (03) membros suplentes, sendo que quatro (04) dos membros serão eleitos pelos servidores, e dois (02) indicados, sendo um (01) pelo Prefeito Municipal e um (01) pelo Sindicato da Classe, devendo estes ser pessoas detentoras de no mínimo primeiro grau completo.

3- DOS REQUISITOS E DA INSCRIÇÃO PARA A CANDIDATURA NO CONSELHO DIRETOR E CONSELHOS FISCAIS DO IMPRESS E DA AMASPU.

3.1- PARA O CONSELHO DIRETOR

Os servidores públicos municipais de carreira, regidos pelo Regime Jurídico Único – Estatutário, com estágio probatório concluído, interessados em concorrer ao Conselho Diretor, deverão formar uma chapa que obrigatoriamente terão que apresentar no ato da inscrição, fotocópia dos documentos abaixo discriminados, bem como suas respectivas originais para autenticação pela Comissão de Eleição.

- Para o cargo de Presidente – Diploma de formação de nível Superior e Certificação em Investimentos, segundo os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social;

- Para o cargo de Vice-Presidente – Diploma de Nível Superior;

- Para o cargo de 1º Tesoureiro – Diploma Curso Técnico de Contabilidade (requisito mínimo), e registro no CRC - Conselho Regional de Contabilidade;

- Para os cargos de 2º Tesoureiro, 1º Secretário e 2º Secretário – Diploma de formação em nível médio (requisito mínimo);

- Todos os candidatos que compuserem a chapa do Conselho Diretor, além dos documentos acima citados, deverão obrigatoriamente apresentar no ato da concretização das inscrições Fotocópia da Identidade e CPF, e ainda, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, exarada pela Vara Criminal da Comarca;

- Ficha de Inscrição previamente fornecida pela Comissão de Eleição em forma de Arquivo (Word), anexo I do Edital, devidamente preenchida, sem rasuras, emendas ou espaços em branco.

Nenhuma Chapa inscrita para concorrer ao próximo mandato ao Conselho Diretor, poderá ser formada na sua totalidade pelos membros que fazem parte do atual mandato, conforme estabelecido no § 2º do Art. 139, da Lei nº 3.079/2005.

3.2- PARA OS CONSELHOS FISCAIS DO IMPRESS E DA AMASPU

Os servidores públicos municipais de carreira, regidos pelo Regime Jurídico Único – Estatutário, com estágio probatório concluído, interessados em concorrer aos Conselhos Fiscais, concorrerão à vaga individualmente, e no ato da candidatura, obrigatoriamente, deverão apresentar fotocópias dos documentos abaixo discriminados, bem como suas respectivas originais para autenticação pela Comissão de Eleição:

- Certificado de Conclusão de Primeiro Grau Completo (requisito mínimo);

- Fotocópia da Identidade e CPF;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, exarada pela Vara Criminal da Comarca;

- Ficha de Inscrição Individual, fornecida pela Comissão de Eleição, devidamente preenchida, sem rasuras ou emendas, indicando para qual Conselho irá candidatar-se, anexo II do Edital.

3.3- DA VALIDAÇÃO À CANDIDATURA AO CARGO DE PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

Os pré-candidatos ao cargo de presidente do Conselho Diretor deverão obrigatoriamente ser submetidos a processo seletivo, através de uma Sabatina Técnica, realizada pela Câmara Legislativa Municipal, em Audiência Pública, no dia 11 de agosto de 2015 às 19h, a qual deverá ser dirigida pelo Presidente da Casa, sendo obrigatória a participação de no mínimo cinco (05) vereadores.

A Sabatina Técnica será composta por diversas rodadas de perguntas, através das quais os Vereadores procederão a uma avaliação dos pré-candidatos ao cargo de presidente do Conselho Diretor, quanto aos seus conhecimentos técnicos sobre Regimes de Previdência, Administração Pública, Direito Previdenciário, Administrativo e Financeiro, aplicações financeiras, distribuição e mediação de títulos, valores mobiliários e derivativos, bem como legislação complementar pertinente.

A falta de participação do pré-candidato na Sabatina será motivo incontestável para a desclassificação do mesmo, ficando impedido de participar da eleição na qualidade de presidente do Conselho Diretor (art. 45, Parágrafo único do Decreto 812/2008).

A validação da candidatura ao cargo de Presidente do Conselho Diretor depende da aprovação pela Sabatina Técnica realizada pelos Vereadores, a qual deverá ocorrer em conformidade com a Seção IV, do Decreto nº 812, de 29 de agosto de 2008.

4- DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Cumpridos os requisitos exigidos no Decreto nº 812, de 29/08/2008, bem como na Lei Municipal nº 2.108/95, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079/2005, a Comissão de Eleição analisará, no prazo máximo de cinco (05) dias, após a realização da sabatina técnica, as inscrições para o Conselho Diretor e Conselho Fiscal, homologando aquelas que se encontrarem em estrita conformidade com as exigências da Legislação Municipal e do presente Edital.

A homologação será feita através de Edital no dia 18 de agosto de 2015, o qual será afixado no quadro de Editais do IMPRESS, na Sede da Prefeitura Municipal e suas respectivas Secretarias, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, bem como em diário de circulação municipal.

5- DO PRAZO RECURSAL

A chapa inscrita para o Conselho Diretor, ou o candidato inscrito para o Conselho Fiscal que sentir-se prejudicado da decisão de homologar ou deixar de homologar a inscrição da candidatura pela Comissão de Eleição, caberá recurso administrativo, no prazo de três (03) dias úteis a contar do dia 18 de agosto do corrente, o qual deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal, que no mesmo prazo modificará ou manterá, justificadamente, a decisão exarada, através de retificação ou ratificação do EDITAL de Homologação das inscrições.

6- DO PROCESSO DE ELEIÇÃO

6.1- DO DIREITO AO VOTO

Todos os servidores de carreira efetivos e aposentados do Poder Executivo e Legislativo, inclusive os servidores concursados que se encontram em estágio probatório, regidos pelo Regime Jurídico Único – Estatutário, são OBRIGADOS a votar, para a composição do Conselho Diretor e Conselhos Fiscais, e sua falta injustificada acarretará a suspensão dos benefícios previstos no Plano de Assistência à Saúde pelo prazo de trinta (30) dias, conforme disposto no Art. 26, § 1º, do Decreto 812, de 29 de agosto de 2008.

O servidor, ao comparecer no local de votação conforme item 6.2, deverá apresentar um documento com foto, se o mesário assim achar necessário, e assinar a Lista Nominal de Presença. Após depositar o voto na urna, o servidor receberá o comprovante de votação para garantir seus direitos previstos no Plano de Assistência à Saúde.

6.2- DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO

No horário das 08 às 18 h, conforme já estipulado neste Edital, serão mantidas as urnas de votação, para que os servidores exerçam o seu direito de voto, nos locais ora discriminados:

- Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Padre Anchieta, 126, Centro;
- Sede da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Av. João Pessoa nº 1454 – Centro;
- Sede da Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua Frei Rogério nº 367 – Centro;
- Sede da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, sito à Rua Cruzeiro, s/nº - Bairro Santa Rosa.

Para os servidores que trabalham ou residem no interior do município, considerando que o voto é obrigatório, a Comissão de Eleição disponibilizará uma urna ITINERANTE, que estará à disposição dos servidores nos locais e horários discriminados:

- Sede da Intendência de Santa Cruz do Timbó, no horário das 08 às 12 horas;
- Sede da Intendência de São Miguel da Serra, no horário das 13 às 17 horas.

6.3- DA OPÇÃO AOS LOCAIS DE VOTAÇÃO

Os servidores serão obrigados a votar nas urnas que estão designados ou lotados para trabalhar. Porém, sendo o voto obrigatório, e não sendo permitido o voto em trânsito, após a divulgação da Lista Nominal, em 21 de setembro de 2015, contendo o nome e o local onde cada servidor deverá votar, se necessitar a transferência de seu voto para outro local de votação, o servidor deverá manifestar-se por escrito à Comissão de Eleição, junto à Chefia de Recursos Humanos, no prazo máximo de três (03) dias, a contar da data da divulgação da Lista Nominal, para a transferência de seu nome ao local de votação que melhor lhe convir.

6.4- DA JUSTIFICATIVA DA FALTA DO VOTO

O Servidor que deixar de votar, poderá justificar a sua falta, mediante apresentação do motivo que o impediu do exercício do direito ao voto, no dia útil subsequente ao designado para a eleição, ao Conselho Diretor atual do IMPRESS/AMASPU, que julgará sua procedência, conforme §2º do art. 26 do Decreto 812/2008.

7- DA CAMPANHA DOS CONSELHOS DIRETOR E FISCAL

7.1- DO PERÍODO DE CAMPANHA

Após 48 h (quarenta e oito horas) da homologação das inscrições para os Conselhos Diretor e Fiscais, iniciar-se-á o período destinado à campanha de eleição, o qual estender-se-á de 26 de agosto de 2015 a 09 de setembro de 2015.

A propaganda eleitoral somente é permitida durante o prazo acima estipulado, e deverá ocorrer em conformidade com a seção V do Decreto 812/2008.

7.2- DA VIOLAÇÃO À PROPAGANDA ELEITORAL

Em caso de denúncia por escrito devidamente comprovada, o responsável pela violação que tenha prévio conhecimento da mesma, será penalizado e multado a pagar um (01) salário mínimo, conforme Art. 6º do Decreto 812/2008, que reverterá para o IMPRESS e a AMASPU, se descumprir com o disposto na Seção V, do mesmo Decreto.

8- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1- As responsabilidades e competências que se atribui aos Conselhos Diretor e Fiscal são as previstas no Decreto 812, de 29/08/2008, Leis Municipais e suas alterações.

8.2- Para o Conselho Diretor, será eleita a chapa que obtiver o maior número de votos, e para os Conselhos Fiscais, serão eleitos os servidores que obtiverem o maior número de votos individualmente, de acordo com o que dispõe o Parágrafo único do Art. 28, do Decreto 812/2008.

8.3- No dia anterior à eleição, a Comissão Responsável lacrará as urnas, às 16h30min, na sala de Licitações da Prefeitura, ficando desde já convocados a se fazer presente, pelo menos, um representante de cada chapa do Conselho Diretor, e aberto a todos que tiverem interesse em acompanhar o processo.

8.4- A Comissão de Eleição, se achar necessário, poderá designar um servidor para auxiliar o mesário no dia da Eleição.

8.5- As Chapas candidatas ao Conselho Diretor, poderão designar 01 (um) membro para fiscalizar o processo de votação nos locais já estipulados neste Edital, devendo permanecer somente um (01) fiscal em cada sessão, em escala de revezamento, sob comum acordo.

8.6- No dia da votação fica proibido qualquer manifestação dos candidatos ou servidores nos locais de votação ou próximo a eles (100 m), acerca da eleição.

8.7- Os votos diretos e secretos serão dados pelos funcionários públicos em cédula única.

8.8- Imediatamente após o término da votação, a urna deverá ser lacrada pelo responsável de cada sessão, e assinada por pelo menos 03 (três) testemunhas.

8.9- Reunidas todas as urnas, iniciar-se-á o processo de contagem dos votos pela Comissão Especial, podendo ser assistida por todos os Servidores, indistintamente.

8.10- Servirá de local de apuração dos votos, a sala de Reuniões da Sede do IMPRESS, sita à Avenida Getúlio Vargas, nº 228 – Centro – PU.

8.11- Após a divulgação do resultado da votação pela Comissão de Eleição, o candidato ou servidor que julgar necessário a recontagem dos votos, desde que haja fundamentos válidos, deverá manifestar-se por escrito à Comissão de Eleição, no prazo de 24 h (vinte e quatro horas) que, se entender que os motivos são procedentes, poderá no mesmo prazo determinar a recontagem dos votos, em local a ser designado pelo presidente da comissão de eleição, sendo permitida a presença de qualquer interessado, e obrigatoriamente a presença de pelo menos um representante por chapa candidata.

8.12- Esgotado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que haja qualquer requerimento quanto à recontagem dos votos apurados, será homologado o resultado formal da eleição para Composição do Conselho Diretor e Conselhos Fiscais do IMPRESS e da AMASPU.

9- DA POSSE

A posse da nova Diretoria do Conselho Diretor e dos membros dos Conselhos Fiscais do IMPRESS e da AMASPU dar-se-á no 1º dia do ano subsequente ao ano da eleição.

10- DO MANDATO

Os Conselhos Diretor e Fiscais do IMPRESS e da AMASPU terão mandato de três (03) anos, conforme § 2º da Lei Municipal nº 3.079/2005, combinado com o Art. 27 e seu Parágrafo único, do Decreto 812, de 29/08/2008.

11- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial das Eleições para o Conselho Diretor e Conselhos Fiscais do IMPRESS e da AMAS-PU.

Porto União (SC), em 16 de julho de 2015.
VANESSA NALON DOS SANTOS
Presidente da Comissão

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ELEIÇÕES DO CONSELHO DIRETOR – IMPRESS/AMASPU – 2015

INSCRIÇÃO Nº ____/2015

NOME DA CHAPA: _____

PRESIDENTE	
VICE-PRESIDENTE	
PRIMEIRO SECRETÁRIO	
SEGUNDO SECRETÁRIO	
PRIMEIRO TESOUREIRO	
SEGUNDO TESOUREIRO	

Através da presente, nós, da Chapa _____, funcionários públicos Municipais de carreira sob o Regime Estatutário, vimos nos candidatar ao CONSELHO DIRETOR do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais – IMPRESS e da Autarquia Municipal de Assistência à Saúde – AMASPU, submetendo-nos às normas constantes no Edital nº 001/2015, e conhecedores da Lei Municipal nº 3079, de 06 de julho de 2005 e da Lei Municipal nº 3.233, de 25 de outubro de 2006, combinado com o Decreto nº 812, de 29 de agosto de 2008.

Porto União (SC), em ____ de ____ de 2015.

VISTO DA COMISSÃO: ____/____/ ____

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ELEIÇÕES DO CONSELHO FISCAL – IMPRESS/AMASPU

INSCRIÇÃO Nº ____/2015

Através do presente, EU, _____, funcionário público Municipal de carreira sob o Regime Estatutário, venho candidatar-me ao CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE _____, submetendo-nos às normas constantes no Edital nº 001/2015, e conhecedores da Lei Municipal nº 3079, de 06 de julho de 2005 e da Lei Municipal nº 3.233, de 25 de outubro de 2006, combinado com o Decreto nº 812, de 29 de agosto de 2008, que regulamenta a Estrutura Administrativa do IMPRESS, e dá outras providências.

Porto União (SC), em ____ de ____ de 2015.

Assinatura do Candidato

VISTO DA COMISSÃO: ____/____/ ____

EXTRATO DE CONTRATO 016/2015 - SAÚDE

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 016/2015 - SAÚDE

Partes: Município de Porto União e Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI – EPP.

Objeto: Fornecimento de legumes, frutas, verduras e outros, destinados aos usuários do CAPS - I de Porto União em cumprimento a portaria nº 336/02 do Ministério da Saúde.

Valor Total: R\$ 9.362,88 (nove mil trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 014/2015 – SAÚDE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 10 de julho de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI – EPP.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 017/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 017/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Mecânica Marjovam Ltda.
Objeto: Fornecimento de peças e prestação de serviços de mecânica, elétrica e funilaria para manutenção corretiva e preventiva em veículos da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor Total: R\$ 38.209,00 (trinta e oito mil duzentos e nove reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 015/2015 – SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 13 de julho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Mecânica Marjovam Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 018/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 018/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Peças e Oficina São José Ltda - ME.
Objeto: Fornecimento de peças e prestação de serviços de mecânica, elétrica e funilaria para manutenção corretiva e preventiva em veículos da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor Total: R\$ 3.791,80 (três mil setecentos e noventa e um reais e oitenta centavos)
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 015/2015 – SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 13 de julho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Peças e Oficina São José Ltda - ME.
Contratada

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 015/2015 - PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 108/2015 - PREFEITURA
Extrato de Edital de Tomada de Preços 015/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, para pavimentação asfáltica em CAUQ, da Rua Marechal Deodoro, Cidade Nova, de uma área de 2.077,28 m2, incluindo material e mão de obra. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 07 de agosto de 2015 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.
Porto União - SC, 16 de julho de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 024/2015 – SAÚDE
Pregão Presencial 014/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa ANAMIR TEREZINHA BOSCATTO LOPES RODRIGUES EIRELI – EPP.
Porto União SC, 10 de julho de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 015/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 025/2015 – SAÚDE
Pregão Presencial 015/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas MECÂNICA MARJOVAM LTDA e PEÇAS E OFICINA SÃO JOSÉ LTDA – ME.
Porto União SC, 13 de julho de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 046/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 084/2015 – PREFEITURA
Pregão Presencial 046/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas FILIPPE COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA – EPP e SERVITRAL SERVIÇOS HIDRÁULICOS E TRATORES LTDA –EPP.
Porto União SC, 03 de julho de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

LEI 2011

REFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.611/2015 de 15/07/2015

Institui Regras e Critérios para a formalização de Apoio a Eventos Culturais e de Turismo para incremento do fluxo econômico local, e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído regras e critérios para a formalização de apoio a eventos que visem ao desenvolvimento, à promoção, à comercialização e à divulgação da cultura e turismo em âmbito local mediante a gestão descentralizada, para proporcionar e incrementar a expansão do cenário cultural e turístico local.

Art. 2º - Podem habilitar-se a receber apoio do através do Município, os órgãos ou entidades da Administração Municipal direta ou indireta, assim como entidades privadas sem fins lucrativos, desde que estejam devidamente cadastrados no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica com atividades periódicas anuais.

§ 1º - Somente poderão receber apoio as entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que disponham de condições técnicas para executar o projeto proposto e cujas competências/objeto social sejam compatíveis com as características de evento cultural e turístico.

§ 2º - A destinação de recursos às entidades privadas sem fins lucrativos dependerá de análise pela área da Cultura quanto à viabilidade e adequação de projeto proposto, que deverá ser apresentado 90 (noventa) dias antes a realização do evento, acompanhado dos seguintes documentos:

I - comprovação da atividade regular da entidade nos últimos 3 (três) anos, a qual será atestada pela inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II - declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, emitida por 1 (uma) autoridades locais, sob as penas da lei, em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentária do respectivo exercício;

III – Certidões Negativas Federal, Estadual e Municipal.

Art. 3º - Os eventos a serem apoiados pelo Município de Pouso Redondo deve servir ao fortalecimento das políticas públicas e ao desenvolvimento e a promoção da cultura e turismo interno, desde que contemplem ações capazes de contribuir para:

I - gerar novos empregos e ocupações, a fim de proporcionar melhoria na distribuição de renda e na qualidade de vida das comunidades;

II - valorizar, conservar e promover o patrimônio cultural, natural e social com base no princípio da sustentabilidade;

III - estimular processos que resultem na criação e qualificação de produtos turísticos que caracterizem a regionalidade, genuinidade e identidade cultural do Município;

IV - promover à qualificação profissional, o incremento do produto cultural e turístico, a diversificação da oferta, a estruturação de destinos e segmentos, além da ampliação do mercado de trabalho e do consumo cultural e turístico;

V – incentivar atividades culturais que visem a interação social e tenham o escopo de reunir de forma saudável participantes com interesse em comum como forma de fortalecimento de grupos para solenizar o evento.

Parágrafo único - Para fins desta Lei, consideram-se eventos os encontros planejados e de temporalidade determinada, em função de assuntos, temas, idéias ou ações que fomentem o desenvolvimento das atividades culturais e turísticas, promovam a imagem, os atrativos do Município e os destinos culturais e turísticos e gerem fluxo turístico e interatividade social.

Art. 4º - Os eventos de que trata esta Lei serão classificados nas seguintes categorias:

I - Eventos da Cultura e Turismo;

II - Eventos Geradores de Fluxo Turístico;

III – Eventos Culturais;

IV - Eventos Temáticos.

Art. 5º - A solicitação de apoio deve ser apresentada sob a forma de projeto que, dentre as diversas ações, estruturas e conteúdos, contemple também os seguintes aspectos:

I – Motivação do evento;

II – Valor aplicado pela entidade para a realização do evento;

III – Programação completa com datas e horários de cada atividade planejada;

IV – Liberação e Alvarás dos órgãos competentes, com a liberação para a realização do evento, obrigatório apresentação do alvará de liberação da Vara da Infância e Juventude.

IV – Comprovação de que o evento oferece segurança para sua realização;

V – Comprovação do local onde será realizado o evento;

VI – Comprovação da promoção de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência sensorial ou motora ou com mobilidade reduzida, às de atendimento prioritário e a outros especificados no Decreto nº 5.296/2004.

Art. 6º - É vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos, em conformidade com os princípios elencados no art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Será considerada promoção pessoal, dentre outras: a utilização de faixas, painéis, cartazes, folders, outdoors ou outras formas de divulgação onde constem nomes ou imagens de autoridades ou servidores públicos.

Art. 7º - Nos eventos apoiados pela Prefeitura Municipal de Pouso Redondo é obrigatória a inserção das logomarcas do Governo Municipal, em toda e qualquer ação ou material relacionado com a execução do objeto apoiado, ressalvados os casos previstos em Lei.

Art. 8º - Fica aprovado um valor máximo 18.000 (dezoito) mil UFM's cada exercício orçamentário para ser aplicado nos eventos descritos nesta Lei.

§ 1º - O teto máximo a ser aprovado para apoio a cada evento será de até 715 (setecentos e quinze) UFM's por evento, limitado a um evento por entidade a cada 12 (doze) meses.

Art. 9º - Poderão ser apresentados projetos para as categorias de eventos previstos nesta Lei para os seguintes eventos:

Cavalgadas;

Etapas de Eventos Esportivos;

Encontro de carros antigos;

Trilhas de moto caráter não esportivo;

Festas Juninas;

Festividades Natalinas;

Festivais de Cinema;

Festivais Culturais;

Festivais Folclóricos;
Festivais Gastronômicos;
Festivais de Inverno; e,
Feiras e Exposições de Produtos locais, regionais.
Art. 10 - Serão aceitos dentro do projeto despesas com, à aquisição de bens e à contratação dos seguintes serviços:

Locação de palco;
Locação de tenda;
Locação de som;
Locação de iluminação;
Locação de banheiros químicos;
Contratação de serviços de segurança;
Locação de alambrados/fechamentos;
Locação de estandes;
Locação de grupo gerador de energia;
Locação de arquibancadas;
Contratação de serviços de limpeza;
Contratação de recepcionistas;
Locação de vídeo e imagem (telão e/ou projetor); e
Pagamento de cachês de artistas e/ou bandas e/ou grupos.

Art. 11 - A Prefeitura Municipal exigirá Nota Fiscal relativa a prestação do serviço que deverá ser emitida em conformidade com as normas do Departamento Contábil para comprovação do serviço e efetivo recebimento do serviço prestado por parte dos mesmos, a ser apresentado como forma de prestação de contas.

Art. 12 - O proponente deverá enviar sua proposta para análise, protocolada no Departamento de Cultura, com antecedência mínima de 90 (trinta) dias da data de início da vigência do repasse, acompanhada, ainda, de toda documentação que comprove e valide as informações prestadas por ocasião da apresentação do pleito.

Parágrafo Único - Após o cadastramento e envio da proposta para análise da área técnica, fica vedada a alteração do objeto proposto e da data do evento, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, quando a alteração deverá ser justificada e comprovada.

Art. 13 - Todo o qualquer evento apoiado, será amplamente divulgado para a participação de público.

Art. 14 - O Município de Pouso Redondo a qualquer momento poderá acompanhar e fiscalizar, por meio de um ou mais representantes, especialmente designados para este fim, a boa execução dos recursos municipais aplicados para consecução do objeto dos eventos, avaliando, entre outros aspectos, os seus resultados e reflexos, conforme estabelecido no respectivo Instrumento e, ainda, a fiel execução do objeto de acordo com o Plano de Trabalho aprovado.

§ 1º - Nos eventos apoiados pelo Município deverá ser franqueado o acesso dos servidores especialmente designados para a função fiscalizatória aos processos, documentos ou informações referentes à execução dos recursos, que não poderão ser sonegados, sob as penas da lei.

§ 2º - O realizador do evento deverá, sempre que solicitado, disponibilizar um representante para acompanhar o servidor no ato da fiscalização in loco.

Art. 15 - Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço constrangimento ou obstáculo à atuação dos servidores municipais, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos municipais, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Art. 16 - A Secretaria de Administração, poderá criar resoluções para implementar o programa, normatizando as datas de entrega, formas de entrega e melhor forma de atendimento.

Art. 17 - A despesa decorrente da execução da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de julho de 2015.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

LEI 2612

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº. 2.612/2015, de 15/07/2015

Dispõe sobre Celebração de Convênio com o Clube de Convivência do Idoso de Pouso Redondo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Executivo autorizado a celebrar convênio com o CLUBE DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO DE POUSO REDONDO, inscrito no CNPJ sob o nº 79.373.536/0001-02, com sede a Rua Itajai, s/n, Bairro Progresso - Pouso Redondo -SC, o qual consistirá na cooperação financeira para ser utilizado em eventos culturais, cívicos e artísticos e viagens que representem o Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — O termo de Convênio em anexo é parte integrante da presente Lei.

Art. 3º - A despesa decorrente da aplicação da presente Lei correrá a conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Órgão: 13 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.244.0028.2.038 Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos
3.3.50.00.00.00.00.0130 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 4º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de julho de 2015.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO e a CLUBE DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO DE POUSO REDONDO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade, Rua: Antonio Carlos Thiesen, 74 – Bairro Centro, CEP 89172-000, Pouso Redondo – SC, (47) 3545-1133, CNPJ 83.102.681/0001-26, representada neste ato por sua prefeita Sra. NAIR GOULART, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, e o CLUBE DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO DE POUSO REDONDO, inscrito no CNPJ sob o nº 79.373.356/0001-02, com sede a Rua Itajai s/n, Bairro Progresso, Pouso Redondo -SC, doravante denominado simplesmente CLUBE., representada neste ato pela Presidente, Sra. ZENI CIDRAL SIMPLICIO, brasileira, portadora do CPF nº 029.483.879-14, residente e domiciliada, neste município, celebram este Termo de Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo, o repasse de recursos financeiros para serem utilizados como forma de promover e apoiar a integração social, apoiar eventos culturais, cívicos e artísticos, que visem representar o Município de Pouso Redondo.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS CUSTOS

A PREFEITURA repassará o valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

§ único - O pagamento será efetuado mediante prestação de contas com apresentação de documentos fiscais que devem ser apresentados ao Departamento Financeiro em tempo hábil para o recebimento do pagamento seguinte pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA.

São obrigações da PREFEITURA:

I – Fazer o pagamento do valor mediante apresentação de Nota Fiscal de serviços ou material utilizado.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CLUBE.

I – Manter a entidade em funcionamento de acordo com a Legislação Vigente;

II – Utilizar os recursos somente para com atividades relacionadas ao Clube de Convivência do Idoso de Pouso Redondo.

III – Emitir Nota Fiscal de prestação de serviços para efetuar a cobrança;

CLÁUSULA QUINTA: DA CONTRATAÇÃO DO PESSOAL

A contratação do pessoal necessário à execução do objeto deste Convênio não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária para a PREFEITURA.

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO

O prazo do presente Convênio inicia-se com assinatura do convênio até 20 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO

As partes poderão rescindir a qualquer tempo o presente Convênio, mediante aviso prévio e por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, ou, sem aviso prévio, quando ocorrer inadimplemento de qualquer condição ajustada.

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central/SC para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste convênio, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Convênio, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Pouso Redondo/SC, 15 de julho de 2015.

NAIR GOULART

ZENI CIDRAL SIMPLICIO

Prefeita Municipal

Presidente do CLUBE

TESTEMUNHAS:

Nome: Neuma Anderle Felizari
CPF: 818.495.249-04

Nome: Tayse Vendramin Marchi
CPF: 056.653.669-27

LEI 2613

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.613/2015 de 15/07/2015.

“REGULAMENTA A APLICAÇÃO DOS DISPOSTOS NO INCISO IX, ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, o Município poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de emergência ou de calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos;

III - admissão de professor substituto;

IV - admissão de pessoal para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais;

V - admissão de pessoal em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso;

VI - admissão de pessoal em decorrência de abertura de novas vagas, até a realização de novo concurso;

VII - substituição de cargos de carreira para exercerem mandatos eletivos ou designados para ocupar cargos comissionados.

§ 1º - A contratação de professor substituto a que se refere o inciso III, far-se-á exclusivamente para suprir a falta de docente da carreira, para suprir déficit em sala de aula.

Art. 3º. A contratação será efetuada pelo tempo estritamente necessário para atender às hipóteses previstas nesta lei, observada a existência de recursos financeiros e o prazo máximo de até 12 (doze) meses, podendo, se for o caso ser prorrogado por igual período, ressalvada, quanto à vigência, a contratação para função docente, que fica limitada ao ano letivo fixado no calendário escolar.

Art. 4º. A contratação nos termos desta lei será celebrada pelo Poder Executivo Municipal, e dependerá de:

I – autorização expressa do Prefeito Municipal;

II – será precedida de processo seletivo simplificado de seleção, submetido às condições estabelecidas em regulamento próprio;

III – deverá ser objeto de ampla divulgação.

Art. 5º - Os contratos celebrados através da presente lei serão regidos pelo REGIME JURIDICO ESPECIAL.

§ 1º - O contratado na forma do disposto nesta lei ficará vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da legislação federal.

Art. 6º - Fica assegurado ao contratado nos termos desta lei:

I – o décimo terceiro salário, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração superior a 15 (quinze) dias;

II – o pagamento das férias, decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função, e proporcionais na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração superior a 15 (quinze) dias.

§ Único – Não adquire estabilidade provisória o servidor que durante a vigência do contrato requerer afastamento por licença maternidade, auxílio doença acidentário e auxílio doença.

Art. 7º - Serão considerados como dias trabalhados as ausências do contratado em virtude de:

I – casamento até 03 (três) dias consecutivos;

II – falecimento de pais, irmãos, cônjuge, companheiro ou filhos, até 02 (dois) dias consecutivos;

III – serviços obrigatórios por lei.

Art. 8º - O contratado perderá a totalidade da remuneração do dia quando comparecer ou retirar-se do serviço fora de horário, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas pela autoridade competente.

§ Único. Será descontado em sua totalidades os dias como falta quando esta ocorrerem em datas que antecedam ou precedam sábados, domingos e feriados, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas pela autoridade competente.

Art. 9º - As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, observado ainda o limite de gasto com pessoal estabelecido pela Lei nº 101/2000.

Art. 10 - São condições para admissão temporária:

I - ser brasileiro;

II - ter idade mínima de 18 anos;

III - estar em dia com o serviço militar;

IV - ter capacidade física para a função a ser desempenhada;

V - estar legalmente habilitado quando a função a ser exercida assim o exigir;

VI - apresentar declaração dos cargos que exerce.

Art. 11 - É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias.

§ 1º - Excetua-se do disposto no caput deste artigo a contratação dos profissionais previstos no inciso XVI, artigo 37 da Constituição Federal de 1988, condicionada à formal comprovação da compatibilidade de horários.

§ 2º - Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive solidariamente quanto à devolução dos valores pagos indevidamente.

Art. 12 - A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada em importância não superior ao valor do vencimento, em início de carreira, do cargo correspondente às funções a serem exercidas pelo contratado.

Art. 13 - As obrigações do pessoal contratado nos termos desta Lei serão aquelas definidas no Estatuto do Servidor Público Municipal, no que couber.

Art. 14 - O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - por iniciativa do Município, presente a conveniência administrativa;

IV - quando o contratado não atender às exigências disciplinares, administrativas e sendo professor, ainda as pedagógicas.

§ 1º - A extinção do contrato, no caso do inciso II e III, será

comunicada com a antecedência mínima de trinta dias, sem direito a indenização do período remanescente.

§ 2º - Na hipótese do inciso IV deste artigo a rescisão será operada sumariamente, sem direito a quaisquer indenizações, inclusive aos direitos previstos no artigo 6º desta lei.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário e em especial a Lei nº 2.392/2012.

Pouso Redondo, 15 de julho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

LEI 2614

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº. 2.614/2015 de 15/07/2015.

Dispõe sobre a inclusão de elementos de despesa no Plano Plurianual 2014-2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 e Lei Orçamentária 2015 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Ficam incluídos no Plano Plurianual 2014-2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 e Lei Orçamentária 2015 o elemento de despesa, a saber:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0018.2.014 – Manutenção do Transporte Escolar - Terceirizados

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 18 – Criança na Escola

Projeto-Atividade: 2.014 – Manutenção do Transporte Escolar - Terceirizados

Recurso: 0.1.0174- Recursos Transporte Escolar Estadual

Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0174 - Aplicações Diretas

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 15 de julho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

LEI 2615

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.615/2015, de 15/07/2015.

Concede Revisão Geral Anual e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município combinado com Parágrafo Único da Lei Complementar nº 001/2013 e suas alterações, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder Revisão Geral Anual relativa ao período de junho de 2014 até maio de 2015 a todos os servidores municipais do quadro de efetivos, comissionados, agentes políticos, estagiários, bolsistas e temporários, na ordem de 8,41% (oito vírgula quarenta e um por cento), a partir do dia 01 de julho de 2015.

§ 1º - O valor da Revisão Geral Anual correspondente aos meses de maio e junho do ano em curso a quem de direito será pago na seguinte forma:

I – Maio será pago juntamente com o mês de julho;

II – Junho será pago juntamente com o mês de agosto.

Art. 2º - Excetuam-se desta Lei os servidores lotados nos cargos de professor e Coordenador Pedagógico, constantes na Lei nº 1.972/2007, que pela natureza do cargo obtiveram reajuste de acordo com o Piso Nacional do Magistério.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2015.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de julho de 2015.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

RETIFICAÇÃO PROCESSO 31 2015 PMPR E 014 2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
RETIFICAÇÃO
PROCESSO Nº. 31/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, fica retificado o edital, acima citado, de objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Internet (Links Dedicado e Compartilhado) para utilização na sede da Prefeitura Municipal, Secretaria de Esportes, Pólo UAB, Junta de Serviço Militar, Ademavipi, Crás, Secretaria de Agricultura, Escolas e Creches do Município, inclusive quanto a data de julgamento e entrega de envelopes, que passa a ser dia 30/07/2015 às 09:00horas. As demais cláusulas permanecem inalteradas. Maiores informações e a Retificação completa serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 16 de Julho de 2015.

Nair Goulart
Prefeita Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POUSO REDONDO
RETIFICAÇÃO
PROCESSO Nº. 14/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, fica retificado o edital, acima citado, de objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Internet (Links Dedicado e Compartilhado) para utilização nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde de Pouso Redondo (Postos de Saúde Centro, Progresso, Pombinhas, Aterrado, Corruchel, Hospital), inclusive quanto a data de julgamento e entrega de envelopes, que passa a ser dia 30/07/2015 às 10:00horas. As demais cláusulas permanecem inalteradas. Maiores informações e a Retificação completa serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 16 de Julho de 2015.

Nair Goulart
Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 29 (vinte e nove) de julho de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais médico hospitalares destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 16 DE JULHO DE 2015.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4806, DE 09 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 4806, de 09 de julho de 2015.

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA AGRO REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.201/2005

DECRETO:	

Art.1º- Fica concedido à AGRO REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA., CNPJ 07.359.609/0001-09, localizada na Rodovia BR 470, 7325, bairro Santa Galo, município de Rio do Sul, com cadastro imobiliário nº 12886, cadastro mobiliário nº 48701, matrícula no Registro de Imóveis nº 4599, com base no parecer exarado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, inserido nos autos do Protocolo 153918/2015, incentivo na forma que segue:

- isenção em até 50% (cinquenta por cento) da Taxa de Licença para Localização e Permanência no Local;

- isenção em até 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

- isenção em até 50% (cinquenta por cento) de ISS para as obras e serviços executados para a implantação e/ou ampliação de projetos das entidades beneficiadas por esta Lei de Incentivos.

Art.2º	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
-	
Art.3º	Revogam-se as disposições em contrário.
-	

GABINETE DO PREFEITO.

09 de julho 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

MARCO AURÉLIO ROSAR

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

DECRETO Nº 4808, DE 10 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 4808, de 10 de julho de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015 - FMS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 021/2015 - FMS, de 30.06.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- VANDERLEI ZANIS.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

10 de julho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4808/2015

Pregão Presencial nº 21/2015 - FMS, de 30.06.2015.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, HIDRÁULICA E ELÉTRICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E POSTOS DE SAÚDE.

Participante:

- VANDERLEI ZANIS;

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- VANDERLEI ZANIS.

DECRETO Nº 4811, DE 14 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 4811, de 14 de julho de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 074/2015-SMO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 074/2015 - SMO, de 25.06.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- CENTRAL DE BRITAGEM CASTELINHO LTDA – ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de julho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARISO SAVIO GIACOMINI

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO AO DECRETO Nº 4811/2015.

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 074/2015 de 25.06.2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL BRITADO TIPO ARDOSIA-NO PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Participante:

- CENTRAL DE BRITAGEM CASTELINHO LTDA – ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- CENTRAL DE BRITAGEM CASTELINHO LTDA – ME.

DECRETO Nº 4812, DE 14 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 4812, de 14 de julho de 2015.

“REVOGA DECRETO Nº 4788, DE 02 DE JULHO DE 2015, QUE CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA CONSOLI EVENTOS LTDA.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º - Fica revogado o Decreto nº 4788, de 02 de julho de 2015, que concede à empresa CONSOLI EVENTOS LTDA EPP incentivo econômico com base na Lei Nº 4201, de 11 de julho de 2005.

Parágrafo único – A revogação decidida se dá por em virtude do parecer da Defesa Civil Municipal, com base no Decreto nº 4725, de 27 de maio de 2015, mapa 12, área 16, eis que o referido local localiza-se em área de risco, sendo proibido qualquer tipo de intervenção.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de julho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

MARCO AURÉLIO ROSAR

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

DECRETO Nº 4813, DE 14 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 4813, de 14 de julho de 2015.

“SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos no art. 26 da Resolução nº 038/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, para o quadriênio do exercício 2014 – 2018, dos seguintes membros devidamente indicados por suas entidades:

I - Como representantes do Poder Executivo:

Suplente: Elenir Holler substitui Silmara Sarai da Silva.

II - Como representantes dos Professores:

Titular: Lenita Galvani Scharf substitui Vlademir Luiz Brasil Junior

Suplente: Iara Siewes substitui Adelina de Fátima Ferreira Tenfen

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de julho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4814, DE 15 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 4814, de 15 de julho de 2015.

“EXONERA MAURICIO BERLANDA”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 17/07/2015, o servidor MAURICIO BERLANDA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão Levantamento e Acompanhamento de Dados Estatístico, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de julho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LEI 5.620

LEI Nº 5.620, de 15 de julho de 2015.

"ALTERA O ART. 7º DA LEI Nº 4.354, DE 25 DE ABRIL DE 2006, QUE DEFINE OS VALORES PARA USO DO CENTRO DE EVENTOS HERMANN PURNHAGEM".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Altera o art. 7º, da Lei 4.354, de 25 de abril de 2.006, passando a vigorar a seguinte redação:
	<p>"Art. 7º Para efeito de definição do valor do preço relativo à autorização de uso do Centro de Eventos, será levado em consideração a categoria do evento, conforme especificação a seguir:</p> <p>a) CATEGORIA 1 Festivais de música e/ou dança, teatro e artes, convenções, seminários, congressos, conferências e concursos, sem cobrança de ingresso: (utilização Pavilhão Marcelo Franm) valor 600 UFM's (utilização Pavilhão Valmor Roussenq) valor 550 UFM's (uso externo) valor 600 UFM's</p> <p>b) CATEGORTA 2 Feiras e exposições de produtos, inventos e tecnologia, leilões, sem cobrança de ingresso e sem comercialização de produtos a varejo, sendo isentos desta última condição os expositores incluídos no Cadastro Econômico do Município de Rio do Sul: (utilização Pavilhão Marcelo Franm) valor 950 UFM's (utilização Pavilhão Valmor Roussenq) valor 760 UFM's (uso externo) valor 950 UFM's</p> <p>c) CATEGORIA 3 Formatura sem baile: (utilização Pavilhão Marcelo Franm) valor 1000 UFM's (utilização Pavilhão Valmor Roussenq) valor 800 UFM's (uso externo) valor 1000 UFM's</p> <p>d) CATEGORTA 4 Formatura com baile: (utilização Pavilhão Marcelo Franm) valor 2.000 UFM's (utilização Pavilhão Valmor Roussenq) valor 1.600 UFM's (uso externo) valor 2.000 UFM's</p> <p>e) CATEGORIA 5 Eventos com cobrança de ingressos, tais como: shows musicais, espetáculos artísticos, similares e outros: (utilização Pavilhão Marcelo Franm) valor 3.000 UFM's (utilização Pavilhão Valmor Roussenq) valor 2.400 UFM's (uso externo) valor 3.000 UFM's</p> <p>f) CATEGORIA 6 Feiras e exposições com comercialização a varejo com participação de expositores não incluídos no Cadastro Econômico do Município de Rio do Sul: (utilização Pavilhão Marcelo Franm) valor 5.200 UFM's (utilização Pavilhão Valmor Roussenq) valor 4.500 UFM's (uso externo) valor 5.200 UFM's" (NR)</p>

Art. 2º-	Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

15 de julho de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

PORTARIA Nº 0517/RH

PORTARIA Nº. 0517/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Reintegrar, a partir de 13/07/2015, a servidora LAURA KNAUL, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, em conformidade com a decisão proferida nos Autos da Apelação Cível nº 2009.071807-0, e Art. 28 da Lei Complementar n.º 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de julho de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

TERMO DE CONVOCAÇÃO - JANAINA SENS EICHHOLZ
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JANAINA SENS EICHHOLZ, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 16 de julho de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - JOCIMARA MARINO DE LIMA MARCHI**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) JOCIMARA MARINO DE LIMA MARCHI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 16 de julho de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - SONIA REGINA POLI**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) SONIA REGINA POLI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 16 de julho de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.404, DE 16 DE JULHO DE 2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.404, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Outorga a Comenda do Mérito Agropecuário "Francisco Frankenger" ao agricultor Orlando Heiber e à agricultora Neusa Renken Heiber.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art.1o Fica outorgada a Comenda do Mérito Agropecuário "Francisco Frankenger" ao agricultor Orlando Heiber e à agricultora Neusa Renken Heiber, pelo destaque em suas atividades agrícolas no município de Rio do Sul durante o ano de 2015.

Art. 2o Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 16 de julho de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Nº: 23/2015

Espécie: Contrato de Fornecimento Nº 48/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Contratada: Philips Medical Systems LTDA

Objeto: Referente a aquisição de peça PC DISPLAY PROCESSOR 945 ENVISOR para manutenção do equipamento Envisor Ultrasound System - US3849 para atendimento no Centro de Atendimento a Mulher – CAM.

Amparo Legal: Lei Federal nºs 8.666 , de 21/06/1993

Valor: R\$ 17.615,00 (dezessete mil seiscentos e quinze reais)

Data da Assinatura: 10/07/2015

Signatários: Luiz Carlos Zanis, pelo Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, e Rene Dantas Lima , pela Philips Medical Systems LTDA .

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2015 - FMS

Prefeitura de Rio do Sul

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Suprimentos – Setor de Compras

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2015 - FMS

OBJETO: Referente a aquisição de peça PC DISPLAY PROCESSOR 945 ENVISOR para manutenção do equipamento Envisor Ultrasound System - US3849 para atendimento no Centro de Atendimento a Mulher - CAM

JUSTIFICATIVA: Único fornecedor, com base no artigo 25, inciso I da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que estabelece "é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição".

VALOR DO OBJETO: R\$ 17.615,00 (Dezete mil seiscentos e quinze reais)

FORNECEDORES:

* Philips Medical Systems LTDA, situada na Avenida Marcos Penteado Ulhoa Rodrigues, nº 401, bairro Tanboré, município Barueri – SP. CNPJ 58.295.213/0001-78

Rio do Sul (SC), 09 de julho de 2015

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 60/2015 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ÍTENS DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
Extrato do Edital de Pregão Nº 60/2015
Tipo do Julgamento: Menor Preço
Tipo de Comparação: por lotes

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ÍTENS DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 20/01/2015 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 30/07/2015 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 16/07/2015.
Fernando Tomaselli
Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 003/2015

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º : 0003/2015.

CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.

CONTRATADO : EDUARDO MAURÍCIO SONDA.

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

VIGÊNCIA : 06/06/2015 à 06/08/2015.

AMPARO LEGAL....: Lei Municipal Nº 1.516/2014.

FUNÇÃO : MOTORISTA CLASSE II.

LOCAL : SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.

SALÁRIO BASE: R\$ 1.999,07.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 131/2015 FERIAS CLAUDIDIO TELEKEN

PORTARIA Nº 131/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (TRINTA) dias, ao servidor público municipal Sr. CLAUDIDIO TELEKEN, matrícula nº10677/01 ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS AGRICOLAS, lotado na Secretaria Municipal de AGRICULTURA, relativamente ao período aquisitivo 01/02/2014 A 31/01/2015, a serem gozadas no período de 14/07/2015 A 12/08/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14/07/2015.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 16 de Julho 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 181/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 181/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 30 de julho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COLCHÕES, MANTAS, LONAS, CESTAS BÁSICAS, ÁGUAS, KIT HIGIÊNE E LIMPEZA, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 16 de julho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 65/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2015 – FMS

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 05 de agosto de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PAPELARIA DIVERSOS PARA AS OFICINAS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA ESF DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 08 de julho de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira

EDITAL Nº 007/2015

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL N.º 007/2015

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo a Administração Direta e Indireta, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

1. DOS CARGOS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas, referentes aos cargos disposto no quadro a seguir sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

Cargo	Carga Horária	Vencimento	Requisitos
Professor - Artes (habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Artes (não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.159,22	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação

Professor - Oficina Música - Coral (habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Habilitação = Licenciatura Plena em Música ou áreas afins
Professor - Oficina Música - Coral (não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.159,22	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso mínimo 120 horas na área específica
Professor-Oficina Capoeira (habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Habilitação = Licenciatura Plena em Educação Física, com registro no conselho da classe da região
Professor -Oficina Capoeira - (não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.159,22	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso mínimo 120 horas na área específica

1.2 O Processo Seletivo Simplificado terá validade para o ano de 2015.

1.3 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, ficando a nomeação dentro do interesse e conveniência da administração.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

2.2. A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade da admissão para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas.

2.3. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos da Lei 2397/2009 o disposto na Consolidação das leis do Trabalho, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos do regime jurídico dos servidores municipais.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições de 20 de julho de 2015 a 28 de julho de 2015.

3.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado previsto neste Edital, o candidato deverá, fazer sua inscrição durante o período de inscrições junto à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul no Depto de Recursos Humanos sito à Rua Jorge Lacerda, 75- Centro, no horário das 8:00 horas às 11:30 horas e 13:30 hora às 16:00 horas

3.3 O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e verificar a exatidão das declarações nela contidas, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas;

3.4 Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por instrumento procuratório com fins específicos.

3.5 Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital.

3.6 O teor do Edital estará disponível no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br, no link Editais de RH, e publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção deste documento.

3.7 São condições de inscrição:

3.7.1 Nacionalidade brasileira;

3.7.2 O gozo dos direitos civis e políticos;

3.7.3 A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

3.7.4 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão;

3.7.5 Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;

3.7.6 Ser aprovado em exame médico pré-admissional;

3.8 Ao preencher sua Ficha de inscrição, o candidato estará declarando formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas no item 3.7 deste Edital.

3.9 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou quanto ao cargo.

3.10 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no presente Edital.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS

4.1 Tempo de Serviço na área de atuação:

a) Até 05 anos: 03 pontos

b) De 05 anos a 10 anos: 05 pontos

c) Acima de 10 anos: 10 pontos

5 – CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de:

5.1.1 Que tenha maior número de dependentes até 16 anos, comprovado no ato da inscrição;

5.1.2 Que seja mais idoso.

5.2 A lista com o resultado final será divulgada no site www.saobentodosul.sc.gov.br, no link Editais de RH e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

5.3 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto à Secretaria Municipal de Administração.

6. DO REGIME JURÍDICO

6.1 Os habilitados e classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime Administrativo Especial, conforme Lei Complementar nº

2.397 de 09 de Setembro de 2009.

7. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

7.1 Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo função.

7.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul. A admissão é de competência da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

7.3 Por ocasião da admissão serão exigidos do candidato habilitado os seguintes documentos, sob pena de exclusão do presente processo: é ABERTURA DE CONTA CORRENTE no Banco Caixa Econômica Federal – SBS;

é Documentos necessários para Abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Depto. Recursos Humanos da PMSBS).

é 01 Foto 3x4

é Exame Pré-admissional;

é Declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;

é Declaração de que não percebe Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;

é Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;

é Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;

é Certidões Negativas expedidas pelos cartórios de Crimes e Fiscais da Comarca – Fórum de São Bento do Sul (apresentar cópias da R.G., do C.P.F. e Comprovante de Residência);

Fotocópias (xerox):

é Cédula de Identidade;

é C.P.F.;

é Título de Eleitor e comprovante de votação da última Eleição;

é Certidão de Nascimento, e ou, Casamento;

é Certidão de Nascimento e da Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos, (páginas contendo o nome e comprovação das vacinas);

é Atestado de Frequência Escolar dos Filhos entre 06 e 14 anos;

é Certificado de Alistamento Militar;

é Comprovante de Residência Atual;

é Comprovante de Escolaridade Diploma ou Certificado de conclusão; com apresentação do original no ato da admissão;

é Carteira de vacina contra Rubéola. (Frente e Verso)

é Nº do PIS/PASEP e sua data de Cadastro;

é Carteira de Trabalho onde constam a Foto, os dados Pessoais e a página contendo à Contribuição Sindical.

7.4 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

a) Fizer em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;

b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Recursos Humano sito à Rua Jorge Lacerda nº 75 – Centro, e preencher documento indicando seu cargo função - fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.

8. DA ESCOLHA DE VAGA

8.1 – A escolha da vaga ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada pela Secretaria Municipal de Educação.

8.2 – A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato não podendo ser realizada por meio de procuração;

8.3 – No surgimento de vagas caberá a Secretaria Municipal de Educação realizar a chamada para contratação via telefone, e_mail ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);

8.4 O candidato terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de recebimento da comunicação via telefone, email ou de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com aviso de recebimento (AR), para se apresentar.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O Poder Executivo do Município de São Bento do Sul - SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato na fase de admissão, decorrentes de:

a) endereço não atualizado;

b) endereço de difícil acesso;

c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;

d) correspondência recebida por terceiros.

9.2. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo o candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, devendo em caso de alteração do mesmo comunicar oficialmente ao – Diário Oficial dos Municípios.

9.3. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo, será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos para admissão nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades e disponibilidade financeira, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos.

9.4 O número de aulas oferecidas em uma Unidade Escolar não poderá ser fragmentado, exceto quando for maior que a carga horária permitida semanalmente.

9.5 O candidato que não comparecer na data agendada pelo Departamento de Recursos Humanos para a realização do exame médico admissional, este não será reagendado, ficando o candidato desclassificado.

9.6 Não será permitido ao candidato contratado, e em exercício, desistir de parte de sua carga horária, exceto quando for de interesse da Administração Municipal.

- 9.7 Exercido o direito de escolha, não será permitido à transferência de Unidade Escolar ou Centro de Educação Infantil, ressalvo o interesse público ou retorno do titular da vaga.
- 9.8 Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisadas e deferidas pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal de São Bento do Sul.
- 9.9 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo função.
- 9.10 O Edital, resultado final e homologação serão publicados no Diário dos Municípios e disponibilizados no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br - no link /EditaisRH
- 9.11 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão organizadora.
- 9.12 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.
- 9.13 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

São Bento do Sul-SC, 16 de julho de 2015.

Fernando Tureck
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 06/2015 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL – CMDCA

EDITAL CMDCA Nº 06/2015

Dispõe sobre o resultado final do Fórum para a escolha das entidades não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul/SC para o biênio 2015/2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento Do Sul – CMDCA no uso de suas atribuições legais, e com base no Edital CMDCA nº 03/2015 e no fórum realizado no dia 13 de julho de 2015. Torna público o resultado do fórum realizado para a escolha das entidades não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul/SC para compor o CMDCA no biênio 2015/2017, sendo escolhidas as seguintes entidades, por ordem alfabética:

- I – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;
- II – Centro de Integração Empresa Escola – CIEE;
- III – Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE;
- IV – Grupo de Estudo e Apoio a Adoção de São Bento do Sul – Gerando a Amor;
- V – Instituto de Desenvolvimento Integral – IDI;
- VI – JCI São Bento do Sul.

São Bento do Sul, 16 de julho de 2015

Otto Müller
Presidente do CMDCA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2015 FMD

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2015 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens (Vale Transporte), que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento parcelado de 480 Passagens (Vale Transporte), linha São Bento do Sul x Rio Negrinho para Funcionário da Fundação Municipal de Desportos, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 011/2015, de 23 de junho de 2015.

DO VALOR: R\$ 2.059,20 – Valor Total

DAVIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01 de julho de 2015 e a terminar em 30 de junho de 2016.

São Bento do Sul, 01 de julho de 2015.

ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.
REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 196/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 196/2015

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 339/2014, firmado entre O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA, em 19 de NOVEMBRO de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 302/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 339/2014, que constitui na ampliação do Centro de Educação Infantil Municipal Castelo Encantado, situado à Rua Alzira Carvalho, Bairro Colonial, em São Bento do Sul, com área a ser ampliada de 312,65 m², conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao processo do Edital de Tomada de Preços nº 302/2014;

Considerando que a Contratada entrou com pedido de reequilíbrio econômico financeiro referente às esquadrias de alumínio do Contrato nº 339/2014 conforme Processo nº 2923/2015, deferido conforme Parecer Jurídico nº 179/2015, anexos a este Termo Aditivo;

Considerando que os demais serviços só podem ser executados após a colocação destas esquadrias, e também a necessidade de ajustes devido à alteração do projeto arquitetônico, tendo como justificativa a melhoria da segurança dos usuários da CEIM Castelo Encantado, faz-se necessário aditar e prorrogar os prazos de execução e de vigência do referido Contrato, conforme Art. 65, I, "d", Art. 65, parágrafo 1º e Art. 57, parágrafo 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso o valor de R\$ 19.177,20 (dezenove mil cento e setenta e sete reais e vinte centavos) referente ao reequilíbrio econômico financeiro.

Fica incluso o valor total de R\$ 25.350,92 (vinte e cinco mil trezentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos).

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 40 (quarenta) dias, a contar de 10 de julho de 2015 e com término em 18 de agosto de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 40 (quarenta) dias, a contar de 07 de agosto de 2015 e com término em 15 de setembro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2015.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

LN CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 200/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 200/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 212/2014, firmado entre O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, em 27 de JUNHO de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 186/2014 de 10 de JUNHO de 2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº 212/2014 que consiste na prestação de serviços de monitoramento de alarme eletrônico para a Secretaria de Assistência Social, CAFI e CRAS de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 186/2014.

Considerando que a Contratada entrou com pedido de reajuste referente aos valores praticados conforme Processo nº 4249/2015, deferido conforme Parecer Jurídico nº 213/2015, sendo autorizado o reajuste de 4,1041% com base no índice IGPM/FGV;;

Considerando o término de Contrato no dia 30 de junho de 2015, e a necessidade de manter o serviço de monitoramento eletrônico dos setores da Secretaria Municipal de Assistência Social, para assim garantir a integridade do patrimônio público, e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário aditar e prorrogar a vigência do referido Contrato com base na Cláusula Oitava – do Reajuste, Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusulas Quarta – da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de julho de 2015 e com término em 30 de junho de 2016.

Ficam alterados os valores mensais de R\$ 83,00 (oitenta e três reais) unidade/mês para R\$ 86,44 (oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) unidade/mês, sendo o valor total do Contrato em R\$ 7.260,96 (sete mil duzentos e sessenta reais e noventa e seis centavos), para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original:

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2015.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, como Contratada.

RESOLUÇÃO Nº 10/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 10/2015

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DOS ANEXOS DO EDITAL CMDCA Nº 02-2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 3540, de 27 de maio de 2015; e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 16 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º – Aprovar os anexos II, III, IV e V do Edital CMDCA nº 02/2015 que Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São Bento do Sul, SC., sendo:

I - Anexo II – Conteúdo programático da prova;

II – Anexo III – Definições acerca da realização das provas e recurso;

III – Anexo IV – Cronograma de provas e recursos; e

IV – Anexo V – Formulário de recurso de questão (Gabarito).

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de julho de 2015

Otto Müller

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ANEXO II – Conteúdo Programático da Prova

CONHECIMENTOS GERAIS: ATUALIDADES

Assuntos de interesse geral nas esferas: Municipal, Estadual e Nacional, Internacional, amplamente veiculados na imprensa escrita e/ou falada (jornais, revistas, rádio, televisão e/ou sites na internet). Notícias locais, nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época, Exame. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades (UOL, Terra, Globo e similares). História do Município de São Bento do Sul, www.saobentodosul.sc.gov.br, História do Brasil e História de Santa Catarina. Lei Orgânica do Município.

CONHECIMENTOS GERAIS: INFORMÁTICA BÁSICA

Conhecimentos sobre princípios básicos de informática, incluindo hardware, impressoras, scanners e multifuncionais. Conhecimento básico sobre Segurança da Informação. Sistema Operacional BrOffice. Sistemas Operacionais Microsoft Windows XP e Windows 7 e Windows 8. Teclas de Atalho do Windows e de seus aplicativos. Aplicativos do Microsoft Office 2007 e superiores. Navegador Internet Explorer 9 e superiores. Navegador Google Chrome versão 43 ou superior. Navegador Mozilla Firefox versão 38 ou superior. Noções de segurança na internet. Noções sobre correio eletrônico.

CONHECIMENTOS GERAIS: LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos; Ortoépia, prosódia; Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Pontuação; Divisão silábica; Acentuação tônica e gráfica (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Semântica: denotação e conotação; sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos; ambiguidade; Classes de palavras: identificação e flexões; Sintaxe: termos das orações; orações coordenadas e subordinadas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Crase; Colocação pronominal; Verbos; Conjugação verbal; Correspondência de segmentos falados com os segmentos escritos da Língua Portuguesa; Textos separando as palavras; Divisão de texto escrito em frases, usando letras maiúsculas e sinais de pontuação adequadamente; Conhecimento sobre as regularidades ortográficas e as irregularidades das palavras; A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos; Coesão e coerência textuais; Intertextualidade e polifonia; A Língua: norma culta e variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria; Língua padrão: ortografia, acentuação e pontuação; Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras; classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições; sintaxe de colocação. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Vícios de linguagem.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE AO CARGO)

Constituição Federal de 1988. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal 8.069/90 e suas alterações – texto integral consolidado. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9394/1996. Lei Organiza de Assistência Social: Lei 8742/1993. Lei Organiza do Sistema Único de Saúde: Lei 8080/1990. Tipificação Nacional dos Serviços socioassistenciais: Resolução CNAS n.º 109/2009. Atribuições do Conselho Tutelar e questões relativas às atividades inerentes a função.

ANEXO III – Definições acerca da Realização das Provas e Recursos

1. DAS PROVAS

1.

1.1. Serão considerados APROVADOS, os candidatos que obterem, no mínimo, 5,00 (cinco) pontos.

1.2. Para os cargos de que trata este edital, a avaliação deste Concurso Público constará de prova escrita objetiva e prova escrita dissertativa.

1.

2.

3.

4.

5.

5.1.

5.2.

5.2.1.

1.2.1. Esta prova terá 40 (quarenta) questões, as de múltipla escolha, terão alternativas de "A" a "D", sendo 10 (dez) de Conhecimentos Gerais (Atualidades, Língua Portuguesa e Informática Básica) e 30 (trinta) de conhecimentos específicos distribuídos e avaliados conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA E OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Conhecimentos específicos inerentes ao Cargo de Conselheiro Tutelar	30	0,30	9,00
Conhecimentos gerais: atualidades, Língua Portuguesa e Informática Básica	10	0,10	1,00
Valor total da prova escrita:	10,00		

1.2.2. Dentre as 30 (trinta) questões de conhecimentos específicos, 4 (quatro) questões serão dissertativas, abordando situação que implica em resolver algum problema relativo às atividades do Conselho Tutelar, abordando temas definidos no conteúdo programático.

1.3. Os conteúdos programáticos das provas escritas compreende todas as atividades inerentes ao cargo, além do exposto no Edital CMDCA Nº 02/2015.

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 5.1.
- 5.2.
- 5.3.
- 1.4. No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:
 - a) contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
 - b) contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;
 - c) não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);
 - d) não forem assinados;
 - e) for(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.
- 1.5. No preenchimento das questões dissertativas, serão avaliados todos os critérios inerentes a solução dos problemas propostos, bem como, a ortografia e gramática utilizadas. Será atribuído a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova dissertativa que:
 - a) contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
 - b) não tenham solução adequada ao problema proposto;
 - x) não estiverem com a letra legível;
 - õ) não forem assinados.

2 DIVULGAÇÃO DO GABARITO E RECURSOS

- 1.
- 2.
- 2.1. O gabarito provisório da prova escrita objetiva será divulgado no 1º dia útil posterior ao da aplicação da prova, no mural de Publicações da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, no site www.saobentodosul.sc.gov.br e no site www.nubesconcursos.com.br.
- 2.2. Quanto ao gabarito divulgado, caberá pedido de recurso, desde que devidamente fundamentado, protocolado junto a Comissão Especial, no prazo máximo previsto no Edital CMDCA nº 02/2015, com o preenchimento completo do formulário de recurso disposto no site www.nubesconcursos.com.br e no Anexo V deste Edital.
- 2.3. O recurso deverá ser protocolado no site da empresa organizadora: www.nubesconcursos.com.br, ou ainda enviado diretamente para o e-mail sbs@nubesconcursos.com.br, com as seguintes especificações:
 - 1) Nome do candidato;
 - 2) Número de inscrição;
 - 3) Número do documento de identidade;
 - 4) A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
 - 5) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso;
 - 6) Preenchimento completo do formulário de recurso – Anexo V do Edital;
 - 7) As referências utilizadas no embasamento, seguindo o padrão da ABNT (NBR 6023).
- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 6.1.
- 6.2.
- 6.3.
- 2.4. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada e também as referências, no padrão citado no item 2.3, também sob pena de sua desconsideração.
- 2.5. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.
- 2.6. As respostas dos recursos poderão ser publicadas no site da empresa, ou direcionadas diretamente ao candidato por e-mail ou ainda disponibilizados na área restrita.
- 2.7. Na hipótese de anulação de questão(ões) da prova objetiva, a pontuação equivalente a questão anulada será rateada entre as demais questões do grupo (língua portuguesa, informática básica, conhecimentos gerais/atualidades ou conhecimentos específicos), majorando em igual proporção as questões válidas.

ANEXO IV – Cronograma de Provas e Recursos

DATA PREVISTA	ATO
26/07/2015	Data das provas escritas Horário: 08h00min Local: Auditório do Centro Administrativo Leopoldo Zschoeper Rua Benjamin Constant, nº 120 – Centro - São Bento do Sul/SC Orientação: Chegar com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência
27/07/2015	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.

28/07/2015 a 30/07/2015	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
03/08/2015	Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial.
07/08/2015	Publicação da lista de aprovados pelo CMDCA de São Bento do Sul

Cronograma sujeito a alterações, divulgadas pelos meios previstos em edital.

ANEXO V – Formulário de Recurso de Questão (Gabarito)

Ilmo. Sr.
Presidente da Comissão Eleitoral do Processo de Escolha dos Candidatos ao Conselho Tutelar
SÃO BENTO DO SUL/SC

Nome do Candidato: _____ .

Nº do Documento de Identidade: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: CONSELHEIRO TUTELAR

Número da Questão: _____ .

Transcrição completa da questão, inclusive com as alternativas A à D:
Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:
Referências Bibliográficas (conforme norma ABNT 6023):
Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 168, DE 16 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 168, de 16 de julho de 2015.

“REVOGA PORTARIA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - REVOGAR a portaria nº 15/2013 que concedeu a servidora IVONETE TEREZINHA VIERNE GONÇALVES DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de saneamento II, afastamento das atividades para prestar serviços junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 18 de maio de 2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.74/2015 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. N°:74/2015

Edital: PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS N°.:74/2015

Tipo : Menor Preço/Por Item

Objeto: TRANSPORTE DE ATLETAS E OUTROS

Entrega dos Envelopes :08:00 horas do dia 30 de julho de 2015

Abertura dos Envelopes :08:00 horas do dia 30 de julho de 2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e

horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta,
das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 49 3325 3000.

SAO CARLOS, 16 de julho de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2022 DE 16 07 2015 - CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 2022, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Educação. O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 033, de 16/12/2010, e Lei Complementar Municipal nº 0051, de 30/04/2015, e:

· Considerando o encerramento do mandato dos membros que fazem parte da atual composição do Conselho Municipal de Educação;

· Considerando o disposto no art. 14, da Lei Complementar nº 033/2010, que trata da possibilidade de recondução dos conselheiros, sendo obrigatória a renovação de 50% (cinquenta por cento) de seus membros de cada dois (02) anos;

· Considerando a indicação das entidades que compõe o Conselho Municipal de Educação;

· Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Educação, os seguintes membros:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes: Silvia Rozani de Brito Baggio;

II - Representante do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de São Domingos – SITESPM: Iraci Svierk Invitti;

III - Representante da Câmara Municipal de Vereadores: Flávio Triches;

IV - Profissional da educação, representante da Rede Estadual: Claiton Bocchi;

V - Profissional da Educação Especial, representante da Rede Municipal: Loreni Ivonete Cavani Szczepkowski;

VI - Profissional da educação, representante do ensino fundamental da Rede Municipal e Estadual: Eva Leocádia Zarembski Bertozzo;

VII - Profissional da educação, representante da Educação Infantil: Rozani Fátima Ghidini;

VIII - Representante dos Servidores dos serviços gerais das escolas públicas municipais: Solange de Fatima Ferreira;

IX - Representante dos Conselhos Escolares da Rede Municipal: Nair Fátima Babinski Roell;

X - Representante dos Diretores das Escolas Municipais: Ivanete Rodrigues Hennerich.

Parágrafo único. Os membros acima terão mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução, sendo obrigatória a renovação de 50% (cinquenta por cento) de seus membros a cada 02 (dois) anos.

Art. 2º As atividades do Conselho Municipal de Educação, serão gratuitas e consideradas como serviços relevantes prestados ao Município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 1105, de 11 de julho de 2012.

São Domingos/SC, 16 de julho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

LEI N. 1763 DE 16 07 2015 BENEFÍCIOS EVENTUAIS

LEI Nº 1763, DE 16 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS ATRAVÉS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Lei objetiva disciplinar a provisão de benefícios eventuais, estabelecendo suas caracterizações, princípios, conteúdo, significado e responsabilidades no âmbito da gestão da política municipal de assistência social.

Art. 2º Os benefícios eventuais constituem provisões de proteção social de caráter suplementar e temporário que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

§ 1º Os benefícios eventuais destinam-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, da unidade familiar e a sobrevivência de seus membros.

§ 2º Os benefícios eventuais só devem atender situações de vulnerabilidade pertinentes à Política de Assistência Social, sendo assim, não serão considerados benefícios eventuais de assistência social situações relacionadas à programas, projetos, serviços e benefícios na área de saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais.

CAPÍTULO II

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 3º Os benefícios eventuais que integram esta Lei caracterizam-se pelas modalidades:

I - Auxílio Natalidade;

II - Auxílio Funeral;

III - Aluguel Social;

IV - Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária;

V - Auxílio à Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública.

§ 1º O benefício eventual deve ser ofertado de forma articulada à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas.

§ 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual.

§ 3º É proibida a exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e vítimas de calamidades públicas e situações de emergência.

SEÇÃO I

DO AUXÍLIO NATALIDADE

Art. 4º O Auxílio Natalidade consiste no benefício temporário concedido para reduzir situação de vulnerabilidade, provocada por nascimento de membro da família, através do repasse de recurso financeiro, em parcela única, conforme valor fixado no inciso I do art. 33.

Art. 5º O Auxílio Natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

I - necessidades do recém-nascido;

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;
II - apoio à família no caso de morte da mãe decorrente do parto.

§ 1º São documentos essenciais para a concessão do Auxílio Natalidade:

- I - Requerimento do benefício assinado preferencialmente pela mãe;
- II - Cópia da certidão de nascimento da criança;
- III - Comprovante ou declaração de renda familiar;
- IV - Cópia dos documentos pessoais do requerente;
- V - Comprovante de residência do requerente no município, de no mínimo 12 meses anteriores ao nascimento, mediante a apresentação de conta de água, energia elétrica, telefone, CadÚnico ou declaração de residência;
- VI - Declaração de acompanhamento da família através do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF e/ou Nascer Saudável;
- VII - Comprovante do acompanhamento do pré-natal;
- VIII - Declaração de que não é assegurada da Previdência Social;
- IX - Comprovante de cadastro atualizado no CadÚnico.

§ 2º O Auxílio Natalidade não poderá ser concedido à beneficiária do salário maternidade pago pela Previdência Social.

§ 3º O Auxílio Natalidade deverá ser requerido junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, em até 30 dias após o nascimento, preferencialmente pela mãe.

§ 4º Em caso de nascimento de duas ou mais crianças será acrescido, ao valor do benefício, o percentual de 100% para cada recém-nascido.

Art. 6º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício do Auxílio Natalidade será igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo.

Art. 7º O profissional de Serviço Social deverá realizar um plano de aplicação do valor total do Auxílio Natalidade juntamente com a família.

SEÇÃO II DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 8º O Auxílio Funeral consiste no benefício temporário concedido para reduzir situação de vulnerabilidade, provocada por morte de membro da família, através do repasse de recurso financeiro, em parcela única, conforme valor fixado no inciso II do art. 33.

Art. 9º O Auxílio Funeral atenderá:

- I - a despesas de urna funerária;
- II - as necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros;
- III - o ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

§ 1º São documentos essenciais para a concessão do Auxílio Funeral:

- I - Requerimento do benefício assinado por familiar, preferencialmente pelo pai, mãe, cônjuge ou filho, com quem residia o falecido;
- II - Cópia da certidão de óbito do falecido;
- III - Comprovante ou declaração de renda familiar do requerente;
- IV - Comprovante de residência da pessoa que veio a óbito e do requerente, mediante a apresentação de conta de água, energia elétrica, telefone, CadÚnico ou declaração de residência;
- V - Cópia dos documentos pessoais do requerente;
- VI - Apresentação de orçamento das despesas com o funeral, fornecido pela empresa prestadora do serviço funerário;
- VII - Comprovante do cadastro atualizado no CadÚnico;

§ 2º O Auxílio Funeral deverá ser requerido em até 30 dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da política de assistência social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inserido no serviço de Alta Complexidade, o responsável pela entidade ou cuidador

podará solicitar o Auxílio Funeral.

§ 4º O valor do Auxílio Funeral, quando se tratar de usuário da política de assistência social em situação de abandono, morador de rua, ou indivíduo sem vínculo familiar conhecido será o total dos custos das despesas decorrentes do funeral, sendo gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 10. O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de Auxílio Funeral será igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo.

Parágrafo único. Excetuam-se deste critério as famílias que possuam renda mensal per capita familiar acima do estabelecido no caput deste artigo, que se encontram em situação peculiar de vulnerabilidade social, mediante estudo sócioeconômico emitido pelo assistente social do Município.

SEÇÃO III

DO ALUGUEL SOCIAL

Art. 11. O Aluguel Social consiste no benefício eventual concedido para custear, integral ou parcialmente, a locação de imóvel residencial situado no Município de São Domingos, objetivando disponibilizar o acesso à moradia segura em caráter emergencial e temporário, à famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social, através do repasse de recurso financeiro, conforme valor fixado no inciso III do art. 33.

Art. 12. Serão beneficiárias com Aluguel Social as famílias privadas de sua moradia nas seguintes hipóteses:

- I - por motivo de riscos naturais ou ocupação de áreas de preservação ambiental, e que estejam inseridas em projetos de reassentamentos;
- II - nos casos decorrentes de desocupação de moradias submetidas a riscos insanáveis, iminentes ou desabamento;
- III - nos casos de reconstrução de imóvel em situação de risco estrutural ou geológico, quando esta medida for declarada necessária pelos órgãos competentes e havendo absoluta impossibilidade de acomodação em casas de parentes;
- IV - em situação de emergência e estado de calamidade pública, hipótese em que o Aluguel Social poderá, excepcionalmente, ser disponibilizado sem comprovação de tempo mínimo de moradia no município;
- V - em situação de vulnerabilidade social relevante.

Parágrafo único. Os casos previstos nos incisos I à IV, deverão, obrigatoriamente ser avaliados por técnicos e assistentes sociais do Município de São Domingos, devendo ser emitido laudo que ateste a ocorrência de alguma das hipóteses descritas nos referidos incisos.

Art. 13. Além das hipóteses descritas no art. 12, são requisitos para a concessão do benefício de Aluguel Social às famílias privadas de sua moradia, cumulativamente:

- I - residir no município há pelo menos 01 (um) ano ou, excepcionalmente, estar em alojamento/abrigo provisório por intermédio de programas/projetos públicos;
- II - locar imóvel que não esteja situado em área pública ou em área de preservação permanente;
- III - ter renda per capita igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo;
- IV - não possuir imóvel no município de São Domingos ou fora dele;
- V - ser avaliado por assistente social do Município de São Domingos;

Parágrafo único. O titular do benefício concedido será representado preferencialmente pela mulher, salvo nos casos de incapacidade comprovada da mesma.

Art. 14. Terá prioridade na concessão do Aluguel Social a família que:

- I - tiver entre os membros, idosos, pessoas com deficiência, ou que apresentem doenças crônicas degenerativas, mediante a

apresentação de laudo médico;

II - possuir menor renda per capita;

III - for removida de área que apresente risco geológico, risco à salubridade, área de interesse ambiental ou intervenção urbana, que esteja em projetos habitacionais, sendo excluída deste vínculo a que estiver em abrigos/alojamentos provisórios;

IV - ser chefiada preferencialmente por mulher;

V - possuir maior número de dependentes.

Art. 15. O benefício do Aluguel Social será concedido pelo período de até 06 (seis) meses, permitida a prorrogação por igual período, mediante laudo social, caso mantidas as condições de vulnerabilidade e risco social, conforme estabelecido no artigo 2º, §1º.

§ 1º O valor do benefício concedido deverá ser utilizado integralmente para locação de moradia transitória, situada em área segura e salubre, sendo vedada a sua utilização para outros fins.

§ 2º Caso o valor do aluguel mensal contratado for inferior ao valor do benefício, este estará limitado ao valor do aluguel do imóvel locado e, na hipótese do aluguel mensal contratado ser superior ao valor do benefício é de responsabilidade do beneficiário o complemento do valor.

§ 3º A Administração Pública Municipal não será responsável por qualquer ônus financeiro ou legal com relação ao imóvel locado, em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula contratual ou ajustada verbalmente.

Art. 16. A gestão e execução do benefício de Aluguel Social serão feitas através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 17. São documentos essenciais para a concessão de Aluguel Social:

I - Requerimento do benefício, assinado preferencialmente pela mulher;

II - Comprovante ou declaração de renda familiar;

III - Cópia dos documentos pessoais do requerente;

IV - Comprovante de residência no município do requerente, de no mínimo 12 meses, mediante a apresentação de conta de água, energia elétrica, telefone, CadÚnico ou declaração de residência;

V - Comprovante do cadastro atualizado no CadÚnico;

VI - Contrato de locação do imóvel com a qualificação completa do locador e do locatário, bem como o endereço do imóvel, vigência e valor pago a título de aluguel;

VII - Em caso de pessoas com deficiência ou que possuam doenças crônicas degenerativas na família, comprovar com laudo médico.

Parágrafo único. Para continuidade do pagamento do benefício, o beneficiário deverá apresentar, a cada mês, o comprovante de pagamento do aluguel referente ao mês anterior, junto à Secretaria de Assistência Social para posterior liberação do recurso.

Art. 18. O Benefício do Aluguel Social será extinto ou suspenso nos seguintes casos:

I - por requerimento do beneficiário, indicando a sua motivação;

II - por descumprimento das disposições constantes nesta Lei, especialmente quando constatada declaração falsa ou aplicação dos valores recebidos para destinação diversa;

III - por alteração de dados cadastrais que impliquem em perda das condições de habilitação ao benefício, conforme relatórios que serão realizados pela equipe competente;

IV - pela extinção das condições que determinaram sua concessão;

V - quando houver sublocação do imóvel;

VI - quando for constatada qualquer tentativa de fraude aos objetivos da presente Lei;

VII - quando não for apresentado o comprovante de pagamento do mês anterior.

Art. 19. Os atuais beneficiários do Aluguel Social ficam sujeitos às normas estabelecidas nesta Lei.

SEÇÃO IV

DO AUXÍLIO À SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

Art. 20. O Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária consiste no repasse de benefícios concedidos em caráter transitório e eventual, com a finalidade de atender contingências, assegurar a sobrevivência e/ou reconstruir a autonomia individual e/ou familiar,

através da redução de vulnerabilidades e impactos decorrentes de riscos sociais.

Art. 21. A Situação de Vulnerabilidade Temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos, ou seja, modificação das condições biológicas consideradas normais;

II - perdas: privação de bens e de segurança material;

III - danos: agravos sociais e ofensa.

Art. 22. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

a) acesso a condições e meios para produzir segurança social e suprir as necessidades básicas do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação;

c) domicílio;

II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos e família;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - de desastres e de calamidade pública;

V - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência ou coloquem em risco social o indivíduo ou a família.

Art. 23. São considerados benefícios pertinentes ao Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária, desde que não ofertadas por outras políticas setoriais:

I - Auxílio Alimentação: consiste na concessão de cesta de alimentos e leite;

II - Auxílio Transporte: consiste na concessão de passagem para viagem intermunicipal ou interestadual para o acesso aos serviços socioassistenciais, em razão de:

a) doença ou falecimento de parente consanguíneo até primeiro grau;

b) chamamento para assumir vaga de trabalho em outra cidade;

c) retorno para a cidade de origem de pessoa itinerante;

d) necessidade de obtenção de documentos pessoais;

e) realização de procedimentos vinculados ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

III - Auxílio Documento: consiste na concessão de fotografia para emissão de documentos pessoais e na solicitação de segunda via de certidão de nascimento, casamento e óbito, desde que não disponibilizados por sistemas oficiais facilitadores de documentação;

IV - Auxílio Vestuário: consiste na concessão de vestuário, agasalhos, colchões e cobertores;

V - Auxílio para Pagamento de Taxa: consiste na concessão de benefício para pagamento de taxa de serviço de energia elétrica e água.

Art. 24. São documentos essenciais para a concessão do Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária:

I - Requerimento do benefício assinado pelo requerente;

II - Comprovante de residência do requerente, mediante a apresentação de conta de água, energia elétrica, telefone, CadÚnico ou declaração de residência;

III - Comprovante ou declaração de renda familiar;

IV - Cópia dos documentos pessoais do requerente;

V - Comprovante do cadastro atualizado no CadÚnico;

VI - Em caso de concessão do auxílio transporte, para assumir vaga de trabalho em outra cidade, o requerente deverá apresentar documento que comprove esta condição;

VII - Em caso de pessoa itinerante, este fica isento de apresentar comprovante de residência.

Art. 25. O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de situação de vulnerabilidade temporária é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo.

Parágrafo único. Excetuam-se deste critério as famílias que possuam renda mensal per capita familiar acima do estabelecido no caput deste artigo, que se encontram em situação peculiar de vulnerabilidade social que impeça ou dificulte o enfrentamento

da situação vivenciada, mediante estudo sócio econômico emitido pela assistência social do Município.

SEÇÃO V

DO AUXÍLIO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Art. 26. O Auxílio para Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública consiste no apoio e proteção à população através da oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

Parágrafo único. O órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social deverá assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas.

Art. 27. A Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública caracteriza-se quando há reconhecimento pelo poder público de situações anormais como: temperaturas excessivamente baixas/altas, tempestades, vendavais, tornados, enchentes, enxurradas, inversões térmicas, estiagens, desabamentos, incêndios e epidemias, causando sérios danos à comunidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 28. Para atendimento das vítimas de Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública, o benefício eventual deverá ser gestionado de forma articulada com o serviço de proteção socioassistencial de alta complexidade.

Art. 29. São consideradas provisões compatíveis com o Auxílio de Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública, as destinadas à:

I - aquisição de materiais para alojamento e reconstrução de residências;

II - aquisição de materiais de limpeza e desinfecção;

III - vestuário, agasalhos, colchões e cobertores;

IV - alimentação;

V - estrutura para guarda de pertences e documentos;

VI - outras necessidades que atendam as particularidades da situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Art. 30. A forma de acesso ao Auxílio à Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública se dará através de notificação de órgãos da Administração Pública Municipal e da Defesa Civil, sendo dispensada a comprovação de renda.

SEÇÃO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Caberá à Secretaria de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento e a avaliação da prestação dos benefícios eventuais;

II - a emissão de pareceres, laudos socioeconômicos, estudos da realidade e monitoramento da demanda para concessão dos benefícios eventuais;

III - a expedição de instruções e a instituição de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 32. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - estabelecer critérios de acesso aos benefícios eventuais, quando não previstos nesta Lei;

II - fiscalizar a aplicação dos Benefícios Eventuais concedidos.

Art. 33. Os valores constantes desta Lei são os seguintes:

I - Auxílio Natalidade: R\$ 300,00 (trezentos reais);

II - Auxílio Funeral: R\$ 700,00 (setecentos reais);

III - Aluguel Social: até R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Art. 34. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social, em cada exercício financeiro.

Parágrafo único. Em caso de ocorrência de Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública os recursos financeiros deverão ser complementados e articulados com os recursos destinados a Defesa Civil.

Art. 35. Fica revogada a Lei nº 1.625 de 04 de maio de 2010.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 16 de julho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 022/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 022/2015

PREGÃO PRESENCIAL FMS N. 007/2015

O Pregoeiro Oficial do Município TORNA PÚBLICO que até as 14:00 horas do dia 29 de julho de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 10 de julho de 2015.

FLÁVIO CELESTE LORENZI - PREGOEIRO OFICIAL.

TERMO DE COMPROMISSO 012-SDC2014

DADOS E TEXTO DE TERMO DE COMPROMISSO:

Mês/Ano: Setembro/2014

Número do Termo de Compromisso: 012/SDC/2014 de 15 de Setembro 2014 (Processo nº 4249/2013)

Descrição: Constitui objeto deste Termo de Compromisso a Transferência de 01 (um) Kit para transposição de obstáculo para resbalecimento de acesso, fabricado em concreto ou aço resistente à corrosão (galvanizado a fogo), com largura de 5,00 m (cinco) metros e comprimento de 10 (dez) metros, em conformidade com as normas NBR 7187 e 7188, classe 30, para recuperação da ponte na localidade de Rio Lageado, conforme expediente apresentado pelo Município e aprovado por esta Secretaria, o qual integra este Termo de Compromisso, independente de sua transcrição.

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Secretaria de Estado da Defesa Civil

CNPJ: 04.426.883/0001-57

São João do Oeste

PREFEITURA

PP 46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2015 – exclusivo para empresas
MPes(MEI, ME e EPP).

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de troféus e medalhas para premiação nos Jogos Abertos de São João do Oeste, Concurso Municipal de Oratória e Festival Estudantil da Canção.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 29 de Julho de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 16 de julho de 2.015.
SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 47/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2015 – exclusivo para empresas
MPes(MEI, ME e EPP).

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Serviço de Transporte eventual de atletas e comissões para participação em competições esportivas, grupos folclóricos de representações artísticas e culturais, educandos para visitas técnicas e intercâmbios, grupos da melhor idade, equipes técnicas para visitação de feiras e exposições, servidores públicos, associações do município e demais transporte intermunicipal de passageiros quando estes representarem o Município de São João do Oeste em eventos oficiais.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 10:30 horas do dia 29 de Julho de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 16 de julho de 2.015.
SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 48/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015 – exclusivo para empresas
MPes(MEI, ME e EPP).

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para as diversas secretarias do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 30 de Julho de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 16 de julho de 2.015.
SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 49/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2015

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos para manutenção das redes de água e ETAs do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 30 de Julho de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 16 de julho de 2.015.
SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São Joaquim

PREFEITURA

PREGÃO 38-2015 BATERIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº86/2015 - Registro de Preços
PREGÃO PRESENCIAL 38/2015

OBJETO: Aquisição de baterias para Frotas das Secretarias Municipais (Sec. de Obras e Viação e Sec. da Agricultura e Meio Ambiente e Sec. da Educação)

Tipo: Menor Preço Por Item
Abertura: 10/08/2015 às 09:30 horas
Valor estimado: R\$ 52.881,21

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411. Edital: <http://www.saojoaquim.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/5088>

São Joaquim, 16 de julho de 2015.
Humberto Luiz Brighenti
Prefeito Municipal

PROCESSO 06/2015 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 06/2015
Pregão Presencial 04/2015
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para o CRAS e CREAS
Tipo: Menor preço por item – Registro de preço
Abertura: 03/08/2015 - 09:30 horas
Valor estimado: R\$ 42.104,23

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 16 de julho de 2015
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ACÓRDÃO Nº 004/2015

ACÓRDÃO Nº 004/2015

Processo 21.525/2013

Requerente THIVES E DAUM LTDA

Assunto: BAIXA DE ATIVIDADE E PRESCRIÇÃO LEGAL

Conselheiro Relator: VALMOR DOS SANTOS JUNIOR

Acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na Sessão 191ª, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, MANTER A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO DO REQUERENTE.

São José, 16 de Julho de 2015.

FERNANDO ARTUR RAUPP

Presidente Suplente

VALMOR DOS SANTOS JUNIOR Conselheiro	TADEU PEDRO VIEIRA Conselheiro
NADIR TEREZINHA KOERICH Conselheira	MARIO ANTONIO VIEIRA Conselheiro
KARINA DA SILVA GRACIOSA Representante da Fazenda Municipal	ROZANA MARIA KUSTER Secretária Geral

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Processo 21.525/2013

Requerente THIVES E DAUM LTDA

Assunto: BAIXA DE ATIVIDADE E PRESCRIÇÃO LEGAL

Conselheiro Relator: VALMOR DOS SANTOS JUNIOR

Certifico que o CONSELHO MUNICIPALDE CONTRIBUINTES em sessão ordinária hoje realizada, julgou os presentes autos, tendo decidido, por votação unânime, acompanhar a decisão de primeira instância, negando-lhe o provimento.

Tomaram parte no julgamento: O Conselheiro Sr. Valmor dos Santos Junior - Relator, o Conselheiro Tadeu Pedro Vieira, o Conselheiro Sr. Mario Antonio Vieira e a Conselheira Sra. Nadir Terezinha Koerich.

Presidiu a Sessão O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes Sr. Fernando Artur Raupp

Representou a Fazenda Municipal a Procuradora Sra. Karina da Silva Graciosa.

Para constar, lavro a presente certidão e dou fé.

São José, 17 de Julho de 2015

Rozana Maria Kuster

Secretária Geral

--	--

CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO Nº 003/2013/SMS/PMSJ – SERVIÇO DE FISIOTERAPIA.

CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO Nº 003/2013/SMS/PMSJ – SERVIÇO DE FISIOTERAPIA.

A Comissão Especial de Contratualização de Prestadores de Serviços de Saúde (CCP), vem pela presente publicação informar que fica cancelado o Credenciamento de nº 003/2013, Processo 212/2013, considerando sua fragilidade.

LOCAL E DATA: São José (SC), 16 de julho de 2015.

Claudete Cazonatti

Presidente da Comissão

Secretaria Municipal da Saúde de São José

DECRETO Nº 4.726/2015

DECRETO Nº 4.726/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando Processo Administrativo nº 013300/2015 datado de 15/06/2015.

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensado, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
GIACOMO FOPPA NETO	Professor - H	14/07/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/07/2015.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de julho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4.727/2015

DECRETO Nº 4.727/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ROSA CANDIDA BATISTA MAIO	Professor-M	09/07/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/07/2015.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de julho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4.728/2014

DECRETO Nº 4.728/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando Processo Administrativo nº 013299/2015 datado de 15/06/2015.

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensado, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
OTTONIEL CARLOS TOMAZ	Professor - H	15/07/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15/07/2015.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de julho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4718/2015

DECRETO Nº 4718/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 4595/2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência do Sr. Manoel Elizandro da Silva Neto em tomar posse no cargo no qual foi nomeado por meio do decreto 4595/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 4595 de 08 de junho de 2015, que nomeou MANOEL ELIZANDRO DA SILVA NETO para ocupar o cargo de Gerente de Unidades de Conservação – CCM6, com lotação na Fundação Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de junho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de julho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4719/2015

DECRETO Nº 4719/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ENIKS DE SOUZA para o cargo em comissão de Gerente de Unidades de Conservação – CCM6, com lotação na Fundação Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos da Lei Complementar nº 066/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de julho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4725/2015

DECRETO Nº 4.725/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
JANICE MARIA MAZZOLA	Auxiliar de Ensino	13/07/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13/07/2015.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de julho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

EDITAL Nº. 014/2015/FUNDESJ

EDITAL Nº. 014/2015/FUNDESJ

ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR SUBSTITUTO POR TEMPO DETERMINADO.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José – USJ – Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições regimentais, tornam pública a abertura de inscrições com vista ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Ensino Superior Substituto, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, nos termos das Leis nº 4.955 de 26 de abril de 2010 e nº 5.388 de 30 de abril de 2014.

1. Das inscrições:

1.1. Período de Inscrição: 17/07/2015 a 23/07/2015. Caso não haja candidatos(as) inscritos(as) no período acima especificado, o prazo de inscrição poderá ser prorrogado por igual período.

1.2. Horário de Inscrição: das 13h30min às 20h30min.

1.3. Locais: As inscrições serão realizadas na Sede Administrativa do USJ: Rua: Silvia Maria Fabro, nº 97 – Kobrasol – São José – Cep: 88102-430, Setor de Gestão de Pessoas.

1.4. Taxa de Inscrição: R\$ 50,00 (cinquenta reais), que deverão ser creditados através de depósito identificado na conta da Fundação Educacional de São José – CNPJ: 07.159.202/0001-20 - Banco do Brasil, Agência 2638-7, conta corrente 505.145-2 (o código identificador é o CPF do candidato). Esta taxa, uma vez recolhida, não será restituída em hipótese alguma.

a) Serão aceitas inscrições por procuração com firma reconhecida em cartório e apresentação da Carteira de Identidade do requerente legal.

b) Serão aceitas as inscrições enviadas pelo Correio, para o endereço indicado no item 1.3, por meio de Sedex com AR, desde que postadas até o dia 22/07/2015, e preenchidos a ficha de inscrição (Anexo I) e os demais requisitos necessários.

1.5 No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá apresentar cópia do "Curriculum Vitae" modelo Plataforma Lattes, com cópia e original dos comprovantes dos requisitos exigidos no presente edital e comprovante de recolhimento da taxa de inscrição. Serão validadas as atualizações do Curriculum Lattes dos últimos 05 (cinco) anos, exceto para os itens nº 1 (titulação), nº 2 (atividades de ensino), nº 3.2, 3.3, e 3.4 (publicações de livro, organização de livro e capítulo de livro) do Anexo II;

a) O Curriculum Vitae no modelo da Plataforma Lattes, do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPQ – www.cnpq.br – deverá estar devidamente comprovado e apostilado, na sequência do formulário Lattes, com toda a documentação, titulação, produção, orientações e demais atividades devidamente identificadas, acompanhado dos seguintes documentos (frente e verso):

* Fotocópia da Carteira de Identidade;

* Comprovante da titulação exigida: Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente.

1.6. Somente serão aceitos diplomas de Graduação e Pós-Graduação validados pelos órgãos de educação. Os diplomas de Graduação e Pós-Graduação obtidos em instituição estrangeira serão aceitos mediante sua revalidação no Brasil. A revalidação do diploma estrangeiro deverá ser comprovada no ato da inscrição.

1.7 Os documentos desse processo poderão ser retirados do Setor de Gestão de Pessoas do USJ no horário e endereço citados nos itens 1.2 e 1.3, a partir de 48 horas após a publicação da homologação do resultado final do processo seletivo e ficará a disposição do responsável até a data de 31 de agosto de 2015. Após essa data o material será incinerado.

1.8 A Comissão do Processo Seletivo poderá realizar a chamada dos (as) candidatos(as) para esclarecimentos quanto aos documentos apresentados para a prova de títulos.

2. Da prova de títulos

2.1 Para a prova de títulos, a Banca Examinadora analisará os Curriculum Vitae dos(as) candidatos(as), atribuindo-lhes uma pontuação com base nos últimos 05 (cinco) anos, exceto para as atividades citadas no item 1.5, a partir do Gabarito de Avaliação que consta no (Anexo II) deste edital.

2.2 Na prova de títulos serão computadas as atividades devidamente comprovadas, e submetidas à avaliação da banca examinadora.

2.3 A nota bruta da prova de títulos de cada candidato(a) será calculada proporcionalmente, com base na pontuação bruta do (Anexo II), em razão da maior pontuação bruta dentre os(as) candidatos(as), atribuída pela Banca Examinadora, pela expressão:

$$PBC \times 10$$

$$NFPT = \frac{\text{PBC} \times 10}{PB}$$

$$PB$$

Onde:

NFPT = Nota final da prova de títulos;

PBC = Pontuação bruta do(a) candidato(a);

PB = Maior pontuação bruta entre os(as) candidatos(as).

3. Cronograma das atividades

Data	Atividades
17/07/2015 a 23/07/2015	Inscrições (13h30min às 20h30min).
17/07/2015 a 22/07/2015	Prazo para envio de inscrições pelo Correio.
24/07/2015	Publicação do Edital com as Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo.
27/07/2015	Período de Recursos (13h30min às 20h30min).
27/07/2015	Publicação do Edital com a Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo. (Após às 20h30min).

28/07/2015	Publicação do Edital com a divulgação da classificação na Prova de Títulos.
29/07/2015	Período de recursos (13h30min às 20h30min).
30/07/2015	Publicação do Edital com a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo.

4. Da Homologação e Publicação das Inscrições e do Resultado do Processo Seletivo.

4.1. Da Publicação dos Editais do Processo Seletivo cabe pedido de revisão à Banca Examinadora, desde que encaminhado no dia seguinte da publicação dos resultados, conforme cronograma de atividades (item nº 3).

4.2 Os recursos deverão ser entregues no endereço indicado no item 1.3.

4.3. O resultado final do Processo Seletivo será homologado pela Superintendente da FUNDESJ e pela Reitora do USJ, sendo publicado no Mural da Sede Administrativa da Reitoria e no site do USJ (www.usj.edu.br), obedecendo à ordem de classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

5. Das Vagas do Processo Seletivo:

5.1 As vagas do Processo Seletivo estão relacionadas no (Anexo III).

5.2 As disciplinas e os dias da semana previstos para cada vaga poderão ser alterados de acordo com a necessidade do Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

6. Remuneração Mensal:

Carga Horária Semanal / Titulação / Remuneração Mensal

6.1 05 (cinco) horas semanais: Especialização: R\$ 482,61 / Mestrado: R\$ 566,50 / Doutorado: R\$ 826,30.

6.2 10 (dez) horas semanais: Especialização: R\$ 965,22 / Mestrado: R\$ 1133,01 / Doutorado: R\$ 1652,61.

7. Seleção e Contratação:

7.1. O(A) candidato(a) aprovado(a) será contratado(a) nos termos da Lei nº 4.955/2010 e da Lei 5.388/2014, e perceberá remuneração de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação e conforme os valores estabelecidos no presente edital.

7.2. O(A) candidato(a) selecionado(a) será contratado(a) por tempo determinado, pelo período de até 06 (seis) meses, sendo admitida a prorrogação de contrato desde que o prazo total não exceda 02 (dois) anos.

7.3. O(A) candidato(a) que ocupar cargo público, que não o de Magistério, poderá ser contratado(a) desde que ocupe cargo técnico científico e que tenha compatibilidade de horário comprovada.

7.4. Os(as) candidatos(as) estrangeiros(as) deverão comprovar no ato da inscrição o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente.

7.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, a contar da data da publicação.

7.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 16 de julho de 2015.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha

Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

ANEXO I

(Exclusivo para Inscrições encaminhadas através do Correio)

Formulário de Inscrição

Edital nº 014/2015/FUNDESJ – Processo Seletivo Simplificado Contratação de Professor Substituto Por Tempo Determinado

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
Nome Completo:
Identidade: Órgão Emissor: Uf: Data de Emissão:
Cpf: Data de Nascimento: Sexo: () Masc. () Fem.
Nacionalidade: Visto Permanente: () Sim () Não
Endereço Residencial (Rua / Av.):
Bairro: CEP: Cidade: UF:
País: DDD: Tel: Cel:
E-mail:
ÁREA DE INSCRIÇÃO
Código Vaga: ()
Área de Inscrição: _____

São José, __ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato(a) _____

ANEXO II

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

1.	Titulação Acadêmica (considera-se apenas a maior titulação):	PONTOS	PONTUAÇÃO
1.1	Doutorado com Estágio Pós-Doutoral	95,0	
1.2	Doutorado	85,0	
1.3	Mestrado	50,0	
1.4	Especialização	30,0	
Total			

2.	ATIVIDADES DE ENSINO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício do Magistério no Ensino Superior	3,0 /ano	
Total			

3.	PRODUÇÃO ACADÊMICA:	PONTOS	PONTUAÇÃO
3.1	Publicações:	autor ou co-autor	
3.2	Livro	20,0	
3.3	Organização de livro	15,0	
3.4	Capítulo de livro	10,0	
3.5	Artigo publicado em periódico indexado (Qualis)	10,0	
3.6	Artigo publicado em periódico não indexado:		
	Revista	2,0	
	Jornal	1,0	
3.7	Trabalho completo publicado em anais de evento técnico-científico	5,0	
3.8	Tradução de livro publicado	10,0	
3.9	Tradução de artigo ou capítulo de livro publicado	5,0	
Total			

4.	ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Trabalho de conclusão de curso - TCC	0,5/orientação	
	Iniciação Científica – por bolsista	0,5/bolsista	
	Monografia de curso "Lato-Sensu"	1,0/orientação	
	Dissertação de mestrado	3,0/orientação	
	Tese de doutorado	6,0/orientação	
Total			

5.	Bancas (Participação como membro efetivo)		
	Trabalho de conclusão de curso – TCC	0,1/ banca	
	Monografia de curso "Lato-Sensu"	0,2 /banca	
	Dissertação de mestrado	0,6 /banca	
	Tese de doutorado	1,0/ banca	
Total			

6.	ATIVIDADES PROFISSIONAIS NA AREA OBJETO DO CONCURSO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício profissional na área de conhecimento, excetuando atividades universitárias e de docência.	2,0 /ano	
Total			

Total de Pontos do Candidato	
------------------------------	--

ANEXO III

Das Vagas do Processo Seletivo:

Área: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (02 vagas)

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VA-GAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação em Sistemas de Informação ou Ciências da Computação e Mestrado em Sistemas de Informação, Ciências da Computação, Engenharias ou áreas afins; com experiência em projetos de governança de tecnologia da informação e na docência do ensino superior.	Metodologia de Projetos (4h/a)	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Terça-feira 18h30min às 22h00min	01	1.1	10h.

		Engenharia de Requisitos (4h/a)	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Quinta-feira 18h30min às 22h00min			
ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VA-GAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação em Sistemas de Informação ou Ciências da Computação e Especialização e/ou mestrado em Computação, Sistemas de Informação, Engenharias ou áreas afins; com experiência em Programação JAVA para WEB.	Linguagem de Programação II (4h/a)	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Segunda-feira 18h30min às 22h00min	01	1.2	05h.

Área: Direito (02 vagas)

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VA-GAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Direito	Graduação em Direito; Especialização com habilitação ao Magistério Superior.	Legislação em Informática e Ética Profissional (4h/a)	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Sexta-feira 18h30min às 22h00min	01	2.1	05h.
ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VA-GAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Direito	Graduação em Direito e Especialização em áreas afins.	Direito do Trabalho e Previdenciário (4h/a)	Ciências Contábeis	Quarta-feira 18h30min às 22h00min	01	2.2	10h.
		Direito do Trabalho e Previdenciário (4h/a)	Administração	Sexta-feira 18h30min às 22h00min			

Área: Ciências Contábeis (02 vagas)

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VA-GAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Ciências Contábeis	Graduação em Ciências Contábeis e Especialização em áreas afins.	Contabilidade IV (4h/a)	Ciências Contábeis	Quinta-feira 18h30min às 22h00min	01	3.1	05h.
ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VA-GAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Ciências Contábeis	Graduação em Ciências Contábeis e Especialização em áreas afins.	Teoria da Contabilidade (4h/a)	Ciências Contábeis	Quinta-feira 18h30min às 22h00min	01	3.2	05h.

Área: Matemática (01 vaga)

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VA-GAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Matemática	Graduação em Matemática e Mestrado em áreas afins.	Métodos Quantitativos (4h/a)	Ciências Contábeis	Sexta-Feira 18h30min às 22h00min	01	4.1	05h.

Área: Administração (02 vagas)

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VA-GAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
------	-------------------	---------------------------------------	-------	------------------------	-----------	-------------	-----------------------

Administração Financeira	Graduação em Administração e Mestrado em Administração com experiência e/ou pesquisa na área da disciplina.	Administração Financeira (4h/a)	Administração	Sexta-feira 18h30min às 22h00min	01	5.1	05h.
ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VA-GAS	CÓ-DIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Administração	Graduação em Administração e Mestrado em Administração.	Gestão de Negócios Internacionais (4h/a)	Administração	Sexta-feira 18h30min às 22h00min	01	5.2	05h.

LEI COMPLEMENTAR N.º 067 DE 10 DE JULHO DE 2015**Gabinete
da Prefeita****SÃO JOSÉ
PREFEITURA****PUBLICADO NO D.O.M./SC**

Edição: _____

De: ____/____/____

LEI COMPLEMENTAR N.º 067 DE 10 DE JULHO DE 2015.

ESTABELECE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ O PISO SALARIAL PROFISSIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DE QUE TRATA A LEI FEDERAL Nº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – O vencimento dos cargos que integram a Classe 1 do Anexo I da Lei Complementar nº 054/2011 passa a vigorar com a redação contida do Anexo Único desta Lei Complementar.

Parágrafo único – Caberá à Secretaria de Administração providenciar a adequação da remuneração dos servidores, considerando os valores contidos no Anexo Único desta Lei Complementar e a referência e o nível de vencimento em que atualmente se encontram.

Art. 2º – As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias específicas da lei orçamentária anual, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado, se houver necessidade, a proceder às aberturas de créditos adicionais especiais ou suplementares suficientes à execução da presente Lei Complementar.

Art. 3º – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2015.

Paço Municipal, em São José (SC), 10 de julho de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

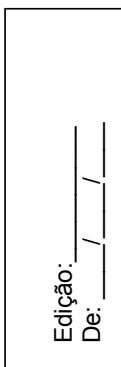
Página 1 de 2

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC CEP 88.103-790

(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br



PUBLICADO NO D.O.M./SC

LEI COMPLEMENTAR N.º 067 DE 10 DE JULHO DE 2015.

ANEXO ÚNICO

ADENDO AO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA SAÚDE (ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR N° 054/2011)

CLASSE	NOMENCLATURAS	GOC	QTDE	C/H	INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO												
						NÍVEIS DE VENCIMENTO	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	
							A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
							R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
1					I	1.014,00	1.064,70	1.117,94	1.173,83	1.232,52	1.294,15	1.358,86	1.426,80	1.498,14	1.573,05	1.651,70	1.734,28	
					II	x	1.117,94	1.173,83	1.232,52	1.294,15	1.358,86	1.426,80	1.498,14	1.573,05	1.651,70	1.734,28	1.821,00	
					III	x	x	x	1.294,15	1.358,86	1.426,80	1.498,14	1.573,05	1.651,70	1.734,28	1.821,00	1.912,05	
					IV	x	x	x	x	x	1.498,14	1.573,05	1.651,70	1.734,28	1.821,00	1.912,05	2.007,65	

Legenda:

GOC: Grupos Ocupacionais

QTDE: Quantidade de vagas

C/H: Carga Horária/Jornada Semanal

GO: Grupo Operacional

Página 2 de 2

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José SC CEP 88.103-790
(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

LEI N.º 5.491 DE 30 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE NORMAS GERAIS PARA EVITAR A PROLIFERAÇÃO DO MOSQUITO TRANSMISSOR DA DENGUE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O controle e a prevenção da proliferação de mosquitos transmissores da dengue e outras doenças infecciosas também transmitidas por vetores, no âmbito do Município de São José obedecerão às normas e as competências estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º Será considerada atividade que resulta em condição propícia à proliferação do mosquito transmissor da dengue e demais vetores independentemente da intenção de obtenção de lucro do proprietário ou possuidor, a conduta de ação ou omissão da pessoa física ou jurídica que, em virtude de deter a propriedade ou posse, a qualquer título, de bem imóvel, com ou sem edificação, venha a expor, deixar exposto, manter ou permitir que se exponha qualquer tipo de recipiente que acumule ou possa acumular água de forma a servir de criadouro para o mosquito transmissor da dengue.

Art. 3º Todo e qualquer imóvel no Município de São José estarão submetidos à fiscalização pelo órgão responsável da Vigilância Sanitária, ficando o seu responsável sujeito às penalidades previstas nesta lei e nas demais legislações pertinentes.

Parágrafo único. Durante a visita, o profissional deverá informar ao responsável pelo imóvel todas as medidas de controle a serem adotadas, a fim de evitar e impedir a proliferação do mosquito transmissor.

Art. 4º Aos proprietários, possuidores, locatários ou responsáveis por propriedades particulares ou não e a Administração Direta e Indireta do Município de São José em relação aos bens públicos como: suas sedes, praças, praças de esporte, parques, margens dos córregos, nascentes, compete:

I. Conservar a limpeza dos quintais, com o recolhimento de lixo, pneus, latas, plásticos, outros objetos ou recipientes inservíveis em geral que possam acumular água;

II. Conservar adequadamente vedadas as caixas d'água;

III. Promover a substituição de plantas aquáticas por outras que não necessitam estar em contato direto com água;

IV. Tomar medidas para que os objetos, plantas ornamentais ou árvores que possam acumular água, tenham seus pontos de acúmulo corrigidos ou eliminados para evitar a proliferação de larvas;

V. Conservar as piscinas limpas e tratadas, estando ou não em uso, sendo que:

a) Quando não utilizadas e for removida de seu interior a totalidade da água, não havendo a possibilidade de guardá-la, a piscina deverá ter um sistema para mantê-la vazia, e sua limpeza deve ser constante; e

b) Quando cheia, conservá-la com hipoclorito de sódio na forma de pastilhas, respeitando sempre o volume da piscina.

VI. Manter limpos as calhas e ralos; e

VII. Manter cobertos os carrinhos de mão e caixas de confecção de massa de construções civis, ou dispostos de maneira a não permitir de forma alguma o acúmulo de água que permita o desenvolvimento de larvas.

Art. 5º Aos proprietários de terrenos baldios compete remover os entulhos ali depositados e fazer o cercamento do lote, sob pena deste serviço ser feito pelo Poder Público Municipal e as despesas havidas, cobradas de seus respectivos proprietários.

Art. 6º Aos industriais, comerciantes, concessionários e prestadores de serviço, nos ramos de laminadoras de pneus, borracharias, depósitos de material em geral, inclusive de construção, ferros-velhos e comércio similar, serviços funerários, floriculturas e comércio de plantas e mudas frutíferas e arbóreas, e residências de forma

geral, compete:

a) manter os pneus sem água e em locais que garantam que assim irão permanecer, sem a utilização de lona ou equipamentos que sejam similares;

II. Manter secos e abrigados de chuva quaisquer recipientes, avulsos ou não, suscetíveis à acumulação de água;

III. Remover, permanentemente, os pratos dos vasos de planta e demais recipientes equivalentes;

IV. Manter vasos de plantas florais e não florais em locais onde possam dar vazão à água remanescente após terem sido aguados;

V. Atender às determinações emitidas pelos agentes de saúde pública.

Art. 7º. Para fins do disposto no art. 3º desta Lei, na hipótese de o responsável pelo imóvel recusar, por duas vezes consecutivas, o recebimento da visita dos agentes de controle de endemias, ele será notificado por correspondência com AR, pelo órgão de fiscalização, a permitir e possibilitar o acesso do agente ao imóvel, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sob pena de aplicação de multa.

§1º A notificação será realizada por meio de publicação no Diário Oficial do Município ou jornal de circulação local no prazo máximo de 2 (dois) dias, se frustrada aquela feita por AR.

§2º Caso permaneça a recusa quanto à visita dos profissionais ou se o responsável pelo imóvel não se manifestar após a notificação descrita no caput, será aplicada a pena da multa prevista no inciso I do art. 11 desta Lei.

§3º Considera-se órgão de fiscalização, aqueles com competências legalmente estabelecidas.

Art. 8º Para fins do disposto no art. 3º desta Lei, na hipótese de o imóvel se encontrar fechado em todas as tentativas de visita, com impossibilidade de sua realização dentro do prazo de 3 (três) dias, após duas ou mais tentativas, o responsável pelo imóvel será informado, por aviso afixado na fachada ou em local visível do imóvel, acerca da necessidade de permitir o acesso ao bem, no prazo de 02 (dois) dias úteis imediatamente subsequentes, sob pena de aplicação da multa prevista no inciso I do art. 11 desta Lei.

Parágrafo único. Em cada uma das tentativas de visita de que trata o caput, o profissional deverá deixar um comunicado no imóvel, informando data e horário do seu comparecimento no local e indicando telefone de contato para agendamento de nova visita.

Art. 9º Na hipótese de recusa à visita do agente de controle de endemias ou de o imóvel se encontrar fechado em todas as tentativas de visita, conforme, respectivamente, os arts. 7º e 8º desta Lei, além da aplicação da pena de multa, para garantir à coletividade, o direito à vida e à saúde pública, o imóvel ficará sujeito à intervenção da autoridade competente.

§ 1º Para o fiel cumprimento das disposições deste artigo, o Poder Municipal poderá, se necessário, valer-se de mandado judicial.

§2º No requerimento de mandado judicial, deve prever a autorização para que os agentes de combate de endemias solicite o apoio da Polícia Militar em casos de extrema necessidade de rompimento de obstáculo, mediante a elaboração de relatório circunstanciado redigido na presença de duas testemunhas.

§3º A autoridade responsável pela intervenção deverá limitar suas providências às medidas estritamente necessárias para prevenção e combate de focos de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, lavrando o termo próprio.

Art. 10. Na hipótese de imóvel fechado sob a responsabilidade de imobiliárias ou construtoras ficam os responsáveis destas empresas obrigados a possibilitar a entrada do coordenador do núcleo de zoonoses ou profissionais por ele indicado, para a realização da inspeção de possíveis criadouros do mosquito *Aedes aegypti*.

§ 1º A inspeção deverá ser efetuada, preferencialmente, com o acompanhamento do proprietário do imóvel ou de alguém indicado por ele, seja o representante da imobiliária ou construtora,

conforme o caso.

§ 2º A inspeção, quando devidamente autorizado pelo coordenador do núcleo de zoonoses, poderá ser efetuada pelos agentes de controle de endemias e vigilância ambiental (supervisores de endemias e referência técnica na Vigilância Ambiental), mediante apresentação dos documentos pessoais e identificação funcional que comprovem vínculo com este órgão.

§ 3º Acaso seja fornecida a chave do imóvel para a inspeção, a mesma deverá ser devolvida no mesmo dia, tão logo concluso a vistoria.

§ 4º As imobiliárias ou construtoras deverão ser notificadas para que deem condições de vistoria, no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, sob pena de aplicação da multa prevista no inciso I do art. 11 desta Lei.

Art. 11. Constituem infrações a esta Lei, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis:

I. Descumprir as orientações e determinações sanitárias da autoridade municipal o que será considerado infração leve, sujeita à penalidade de advertência ou multa;

II. Permitir a exposição direta às intempéries de local insalubre, conforme o potencial de risco constante na Tabela de Dosimetria anexa a esta Lei, ou material propício à formação de focos de mosquito transmissor da dengue, o que será considerado infração moderada, grave ou gravíssima, conforme o caso sujeita a multa.

Parágrafo único. A pena de advertência prevista no inciso I deste artigo poderá ser aplicada quantas vezes forem necessárias ao responsável pelo imóvel, podendo ser dispensada, a critério do órgão competente para fiscalização, para aplicação imediata da multa e encontrando reincidência esta será dobrada e assim sucessivamente, podendo ser incluída na dívida ativa.

Art. 12. A pena de multa de que trata esta Lei, tem o seu valor estabelecido nos seguintes termos:

I. Grau 4 ou infrações leves – multa de 1 a 2 URM (Unidade de Referência Municipal);

II. Grau 3 ou infrações moderadas – multa de 3 a 5 URM (Unidade de Referência Municipal);

III. Grau 2 ou infrações graves – multa 6 a 9 URM(Unidade de Referência Municipal);

IV. Grau 1 ou infrações gravíssimas – multa de 10 a 14 URM (Unidade de Referência Municipal), em virtude de locais os quais esteja confirmado a intenção dolosa da preservação de focos e ou afins.

Art. 13. O Município poderá manter um ou mais números de telefones para denúncia de possíveis focos de contaminação da dengue. Parágrafo único. Fica resguardada a identidade do comunicante para todos os efeitos legais.

Art. 14. Instruções e/ou orientações regulares que, se for o caso, se fizerem necessárias à aplicação ou execução desta Lei, devem ser expedidas mediante atos do Poder Executivo Municipal.

Paço Municipal, em São José (SC), 30 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

TABELA DE DOSIMETRIA

Esta Tabela será aplicada de acordo com o encontrado no local, devendo receber valores mais elevados os locais que após análise criteriosa e documentado por imagens fotográficas, forem emitidos aos responsáveis ou representantes, for entendido que o risco o qual está sendo oferecido é de similaridade ao crime doloso (com intenção de matar) devido ao excesso de focos encontrados, focos com ou sem larvas prontas para fazerem a disseminação da doença. Será então aplicada a multa.

I. Serão considerados como infração GRAVÍSSIMA ou GRAU 1:

Locais sejam eles quais forem que estiverem apresentando focos que estejam espalhados de forma difusa ou não, estando em número igual ou superior a 100 unidades de foco, (entendendo por uma unidade de foco todo e qualquer recipiente capaz de acumular água em diferentes estados de pureza, diluição e volume que sejam capazes de ser encontradas larvas, atualmente, podendo haver alteração, o menor recipiente identificado capaz de acumular água onde foi visto larva é a tampinha metálica de garrafa de vidro). E também demais unidades de foco em especial as que sabidamente já consagrados como focos em potencial, como por exemplo, pneus, pratos de vasos de plantas, caixas d'água sem a vedação adequada ou reservatórios de água (como provisão hídrica) sem a vedação adequada, assim também como tanques, ralos, piscinas, calhas, lajes, entre outros com similaridade. Incluindo terrenos e residências abandonadas e ou para alugueis não mantidos limpos que estejam servindo de depósito aos focos de dengue.

II. Serão considerados como infração GRAVE ou GRAU 2:

Locais sejam eles quais forem que estiverem apresentando focos, que estejam espalhados ou não, estando em número entre 50 e 99 unidades de foco. E também forem encontradas situações que possam possibilitar a formação de focos, por não promover a limpeza adequada e remoção da água ou limpeza e tratamento adequados, ou a remoção constante da água, como por exemplo, vasilhames de bebida dos animais, bacias, baldes, entre outros com similaridade.

III. Serão considerados como infração MODERADO ou GRAU 3:

Locais sejam eles quais forem que estiverem apresentando focos, que estejam espalhados ou não, estando em número entre 15 e 49 unidades de foco. E também forem encontradas situações que possam possibilitar a formação de focos, por não promover a limpeza adequada e remoção da água ou limpeza e tratamentos adequados ou a remoção constante da água, como por exemplo, os recipientes de recolher água que ficam próximo ao motor de geladeiras e refrigeradores, freezers, coletores de ar condicionados, entre outros com similaridade.

IV. Serão considerados como infração LEVE ou GRAU 4:

Locais sejam eles quais forem que estiverem apresentando focos, que estejam espalhados ou não, estando em número entre 1 e 14 unidades de foco. E também forem encontradas situações que possam possibilitar a formação de focos, por não promover a limpeza adequada e remoção da água ou limpeza e tratamentos adequados ou a remoção constante da água, como por exemplo, os recipientes usados para depositar talher sobre a pia, reservatórios de recolher água de goteira, entre outros com similaridade.

PORTARIA Nº 1.168 DE 10 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº 1.168 de 10 de Julho de 2015

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;

-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;

-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 015744/2015, relativo a ato disciplinar do servidor A.C.T.L.L e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Terezinha de Souza e Lenice Lucia Cauduro da Silva para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 10 de Julho de 2015
Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1.169 DE 10 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº 1.169 de 10 de Julho de 2015

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 015745/2015, relativo a ato disciplinar do servidor J.B.O.N e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Terezinha de Souza e Lenice Lucia Cauduro da Silva para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 10 de Julho de 2015
Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1.171 DE 14 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº 1.171 de 14 de Julho de 2015

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 015999/2015, relativo a ato disciplinar do servidor H.A.P. e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Patrícia Ana Marques e Claudia Regina Macário para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 14 de Julho de 2015
Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE Nº 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Data: 15/07/2015 Processo: 169/2015
--	--

Resultado da Inexigibilidade nº 007/2015 REFERÊNCIA: Processo nº 169/2015 - Inexigibilidade nº 007/2015

OBJETO: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

1 - A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 3.764/2015 de 09 de janeiro de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 - Após a abertura dos envelopes de habilitação e proposta fica classificada a empresa abaixo:

Lote	Item	Fornecedor	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
1	1	EPAGRI EMP. DE PESQ. AGROPECUARIA E EXT. RURAL SC	1,0	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00

Valor Total	Valor Total Extenso
R\$ 38.000,00	trinta e oito mil reais

São José, 15 de julho de 2015.

CLÁUDIA SCHWEITZER PFLEGER Presidente CPL INTERINA		PAULO DUTRA Membro	
KETY SILVA TRIERVEILER Membro	RAMON S. CAMPOS MARTINS Membro		REJANE MAGALI S. MEDEIROS Membro

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DE REABERTURA – FASE CLASSIFICAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CNPJ: 83.708.248/0001-39 Praça Arnaldo de Souza nº 38 Centro - São José/SC, CEP: 88.103-005 Fone: (48) 3029-1321	CONVITE nº 002/2015 Processo nº: 21/2015 Data: 16/07/2015
--	---

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ARQUITETURA E PROJETOS COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA, COM AS CORRESPONDENTES APROVAÇÕES NOS ÓRGÃOS COMPETENTES, BEM COMO SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ-SC, QUE SERÁ CONSTRUÍDA NA AVENIDA BEIRA MAR DE SÃO JOSÉ-SC, COM ÁREA CONSTRUÍDA ESTIMADA EM 3.600,00M²

ATA DE REABERTURA – FASE CLASSIFICAÇÃO

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de julho de 2015, às 14h30m, na sede da CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pelas Portarias nº 023/2015 e 041/2015, para dar continuidade a licitação do Convite n.º 02/2015 Processo Administrativo n.º 021/2015 FASE DE CLASSIFICAÇÃO. Estiveram presentes também, o Excelentíssimo Senhor Doutor Edmo Cidade de Jesus, Procurador-Geral da Câmara Municipal de São José, as representantes das empresas TOPOSOLO ENGENHARIA E TOPOGRAFIA SS CNPJ 80.994.904/0001-05, MUNDO URBANO ECO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA. CNPJ n.º 18.156.450/0001-33, bem como a representante do Observatório Social de São José que ao final assinam.

Parecer da Comissão:			
----------------------	--	--	--

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) deu início a sessão pública de reabertura da licitação, ato contínuo foram abertos envelopes das propostas de preços das empresas MAGNUS PROJETOS E CONTRUÇÕES E REP. COM.LTDA. - CNPJ N.º 09.549.705/0001-37, MUNDO URBANO ECO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA. - CNPJ n.º 18.156.450/0001-33 e TOPOSOLO ENGENHARIA E TOPOGRAFIA SS - CNPJ 80.994.904/0001-05, respeitada a ordem do protocolo dos envelopes.

Foram ofertados os seguintes preços:

Empresas Licitantes:	Preço:
MUNDO URBANO ECO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA ME	R\$ 99.060,00
TOPOSOLO ENGENHARIA E TOPOGRAFIA SS	R\$ 122.646,29
MAGNUS PROJETOS CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R\$ 139.199,00

A representante da empresa TOPOSOLO ENGENHARIA E TOPOGRAFIA SS alegou que a proposta apresentada pela empresa MUNDO URBANO ECO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA ME não indicou o prazo de execução dos serviços, exigência prevista no item 11.7 do Convite. Em análise a alegação a a CPL verificou que a proposta da empresa MUNDO URBANO ECO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA ME não atendeu o item 11.7 do instrumento convocatório, bastando para tanto desclassificar a licitante, conforme prevê a primeira parte do item 12.3.

Diante disso, é a ordem classificatória:

Empresas Licitantes:	Preço:	Classificação:
MUNDO URBANO ECO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA ME	R\$ 99.060,00	Desclassificada
TOPOSOLO ENGENHARIA E TOPOGRAFIA SS	R\$ 122.646,29	1º
MAGNUS PROJETOS CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R\$ 139.199,00	2º

Declarada vencedora a empresa TOPOSOLO ENGENHARIA E TOPOGRAFIA SS.

A saber que, esse resultado será devidamente publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de São José, data que inicia o prazo para apresentação de recursos.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

São José/SC, 16 de julho de 2015

COMISSÃO:

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA	PRESIDENTE	
GABRIEL NIENCHOTTER	MEMBRO	
ROBERVAL WAN-DALL	MEMBRO	
ROMEU ERCKMANN	MEMBRO	
PAULO ROBERTO CORREA	MEMBRO	

EDMO CIDADE DE JESUS Procurador-Geral _____

MAGNUS PROJETOS E CONTRUÇÕES E REP. COM.LTDA. AUSENTE
CNPJ N.º 09.549.705/0001-37

MUNDO URBANO ECO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA. _____
CNPJ n.º 18.156.450/0001-33

TOPOSOLO ENGENHARIA E TOPOGRAFIA SS _____
CNPJ 80.994.904/0001-05

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE SÃO JOSÉ

NADIA NELMA BORBA TASCA _____

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº. 132/2015 - SF

DECRETO Nº. 132/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 14.010,00 (catorze mil e dez reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPRTE E OBRAS
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
2.043 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
"220"3.3.90.30.00.00.1.0008 Material de Consumo
..... R\$10.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV SOCIAL E HABITAÇÃO
"325" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Recursos de Terceiros – Pessoa Jurídica..R\$1.010,00

2.106 PROGRAMA INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA
"355"3.3.90.30.00.00.1.0035 Material de Consumo
..... R\$3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 14.010,00 (catorze mil e dez reais), das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPRTE E OBRAS
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
2.043 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
"221"3.3.90.39.00.00.1.0008 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$10.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV SOCIAL E HABITAÇÃO
"324"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$1.010,00

2.106 PROGRAMA INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA
"356"3.3.90.36.00.00.1.0035 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de julho de 2015.
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 133/2015 - SF

DECRETO Nº. 133/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I da Lei Municipal 4.317/2014 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$5.102,12 (cinco mil cento e dois reais e doze centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS
"228"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações
..... R\$5.102,12

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, Fonte Nº 1.0000, no valor de R\$5.102,12 (cinco mil cento e dois reais e doze centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de julho de 2015.
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 053/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 053/2015

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto do Magistério Municipal, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumir o cargo a seguir discriminado, de forma temporária:

MOTORISTA*****

***** Vaga para trabalhar nas linhas do transporte escolar na região dos assentamentos.

GILNEI VILLE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de julho de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EXTRATO DISPENSA 76-15

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 76/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/15

HOMOLOGAÇÃO: 16/07/15

CONTRATADO: ELETRICA RAO DE LUZ LTDA-ME.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO
CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE UMA

BOMBA SUBMERSÍVEL PARA FINS DE SUBSTITUIÇÃO NO

SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO RIO DAS FLORES, SENDO QUE O EQUIPAMENTO EXISTENTE FOI DANIFICADO POR DESCARGA ELÉTRICA/CURTO CIRCUITO PROVOCADO PELAS FORTES CHUVAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.500,00 (quatorze mil quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

DATA: 16/07/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -
Prefeito Municipal

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - 1º SEMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	37.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	18,00	0,00	7.983,30	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	3.149,26	0,00	244.743,73	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas para Outros Programas	0,00	0,00	0,00	831.050,17	0,00	0,00	
Outras Especificações	0,00	0,00	0,00	159,00	0,00	0,00	
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento	0,00	0,00	25.550,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	590,00	0,00	0,00	
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	12.098,57	0,00	0,00	
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	24.703,20	0,00	0,00	
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física	0,00	0,00	0,00	6.081,00	0,00	0,00	
Recursos de Impostos e de Transferências de Impostos	0,00	2.329,67	0,00	348.632,77	0,00	0,00	
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	1.840,00	0,00	0,00	
SF - Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	109.200,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	181.989,87	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	83.734,30	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	122.925,00	188.162,10	0,00	0,00	
Transferências do Fundeb - 40%	0,00	44,16	1.935,00	131.154,31	0,00	0,00	
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	7.400,98	0,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	37.000,00	5.541,09	332.399,87	1.997.533,43	0,00	0,00	
Bolsa Família	0,00	400,00	0,00	3.551,15	0,00	0,00	
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública	0,00	0,00	54.743,72	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	0,00	0,00	19.210,60	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	2.420,19	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	4.558,00	0,00	0,00	
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	3.801,40	4.060,00	0,00	0,00	
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino	0,00	0,00	0,00	34.178,33	0,00	0,00	
Recursos de Impostos e de Transferências de Impostos	0,00	404,42	0,00	36.684,58	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	59.021,95	74.078,90	1.522.019,21	0,00	0,00	
SF - Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	1.299,00	0,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	59.826,37	151.834,62	1.608.770,46	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	37.000,00	65.367,46	484.234,49	3.606.303,89	0,00	0,00	

Continua 1/2

30/06/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00

FONTE:

Nota: 1ª disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/06/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

30/06/2014

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - 1º SEMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.328.375,35	1.935.817,49	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.328.375,35	1.935.817,49	0,00
Interna	1.328.375,35	1.935.817,49	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.875.621,85	4.220.465,43	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.000.930,64	4.322.832,89	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	125.308,79	102.367,46	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.547.246,50	-2.284.647,94	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	25.589.106,65	27.200.146,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,19%	7,12%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-9,95%	-8,40%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	30.706.927,98	32.640.175,20	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	27.636.235,18	29.376.157,68	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.328.375,35	1.935.817,49	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	34.141,32	9.221,46	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	34.141,32	9.221,46	0,00
Previdenciárias	34.141,32	9.221,46	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.294.234,03	1.926.596,03	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	56.608,49	57.439,59	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.625.142,96	4.139.618,59	0,00

FONTE:

Continua 1/2

30/06/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/06/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

FONTE:

30/06/2014

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - 1º SEMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	25.589.106,65	27.200.146,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.629.603,46	5.984.032,12	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	5.066.643,12	5.385.628,91	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

30/06/2014

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - 1º SEMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	13.521.268,92	49,71
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	16.320.087,60	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	15.504.083,22	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.284.647,94	-8,40
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	32.640.175,20	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.984.032,12	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	969.730,00	3,57
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.352.023,36	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.904.010,22	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	3.606.303,89	0,00

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/06/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

30/06/2014

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - 1º SEMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	969.730,00	969.730,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	969.730,00	969.730,00
Interna	969.730,00	969.730,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	969.730,00	969.730,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	27.200.146,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	969.730,00	3,57
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	4.352.023,36	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.916.821,02	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.904.010,22	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	969.730,00	3,57

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/06/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITORUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNODÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

30/06/2014

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - 1º SEMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	44.886,57	37.000,00	7.886,57
Alienação de Bens destinados a Programas da Educação Básica	25.619,43	0,00	25.619,43
Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde	(27.343,79)	0,00	(27.343,79)
Assistência Farmacêutica Básica	12.710,34	18,00	12.692,34
Atenção Básica	118.393,30	67.778,06	50.615,24
Gestão do SUS	3.361,68	0,00	3.361,68
Outras Especificações	(6.289,32)	0,00	(6.289,32)
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	18.392,84	25.550,00	(7.157,16)
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	6.043,46	0,00	6.043,46
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE/FNDE	5.460,00	0,00	5.460,00
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	(3.656,39)	0,00	(3.656,39)
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	1.670,53	0,00	1.670,53
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	6.274,51	0,00	6.274,51
Rec.de Remun.Dep. Banc. - Saúde / Convênios	967,29	0,00	967,29
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	7.327.028,81	(50.508,74)	7.377.537,55
Salário Educação	20.054,68	0,00	20.054,68
SF - Convênios da Saúde	(124.703,82)	905,77	(125.609,59)
SF - Gestão do SUS	(3.323,14)	0,00	(3.323,14)
SF - Outros Recursos do FNDE	(6.416,78)	0,00	(6.416,78)
Transf. Conv.Munic.S.J.Cedro, Guarujá e Princesa -	13.029,38	0,00	13.029,38
Transferências de Convênios - Assistência Social	(55.128,47)	181.989,87	(237.118,34)
Transferências de Convênios - Educação	158.893,68	0,00	158.893,68
Transferências de Convênios - Outros	1.472.281,40	122.317,73	1.349.963,67
Transferências de Convênios - Saúde	206.004,15	(905,77)	206.909,92
Transferências do Fundeb - 40%	1.268.735,02	1.962,88	1.266.772,14
Transferências do Fundeb - 60%	(1.035.180,07)	3.419,32	(1.038.599,39)
Vigilância em Saúde	117.605,77	2,74	117.603,03
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	9.565.371,06	389.529,86	9.175.841,20
Bolsa Família	8.729,79	400,00	8.329,79
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	226.733,40	54.743,72	171.989,68
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	19.847,43	19.210,60	636,83
Convênio Trânsito - Civil	8.538,86	0,00	8.538,86
Convênio Trânsito - Militar	40.569,07	0,00	40.569,07
Convênio Trânsito - Prefeitura	10.781,02	0,00	10.781,02
Fundo Especial do Petróleo	38.747,62	3.801,40	34.946,22
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	54.016,09	0,00	54.016,09
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	5.231,10	0,00	5.231,10
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	(904.248,61)	5.339,89	(909.588,50)
Recursos Ordinários	(4.759.721,82)	171.016,07	(4.930.737,89)
Recursos Ordinarios	11.125,88	0,00	11.125,88
SF - Convênio Trânsito - Militar	(2.888,00)	0,00	(2.888,00)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	(5.242.538,17)	254.511,68	(5.497.049,85)
TOTAL (III) = (I + II)	4.322.832,89	644.041,54	3.678.791,35
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

30/06/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

FONTE:

Nota: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/06/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

30/06/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	44.886,57	37.000,00	7.886,57
Alienação de Bens destinados a Programas da Educação Básica	25.619,43	0,00	25.619,43
Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde	(27.343,79)	0,00	(27.343,79)
Assistência Farmacêutica Básica	12.710,34	18,00	12.692,34
Atenção Básica	118.393,30	67.778,06	50.615,24
Gestão do SUS	3.361,68	0,00	3.361,68
Outras Especificações	(6.289,32)	0,00	(6.289,32)
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	18.392,84	25.550,00	(7.157,16)
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	6.043,46	0,00	6.043,46
Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE/FNDE	5.460,00	0,00	5.460,00
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	(3.656,39)	0,00	(3.656,39)
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	1.670,53	0,00	1.670,53
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	6.274,51	0,00	6.274,51
Rec.de Remun.Dep. Banc. - Saúde / Convênios	967,29	0,00	967,29
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	7.327.028,81	(50.508,74)	7.377.537,55
Salário Educação	20.054,68	0,00	20.054,68
SF - Convênios da Saúde	(124.703,82)	905,77	(125.609,59)
SF - Gestão do SUS	(3.323,14)	0,00	(3.323,14)
SF - Outros Recursos do FNDE	(6.416,78)	0,00	(6.416,78)
Transf. Conv.Munic.S.J.Cedro, Guarujá e Princesa -	13.029,38	0,00	13.029,38
Transferências de Convênios - Assistência Social	(55.128,47)	181.989,87	(237.118,34)
Transferências de Convênios - Educação	158.893,68	0,00	158.893,68
Transferências de Convênios - Outros	1.472.281,40	122.317,73	1.349.963,67
Transferências de Convênios - Saúde	206.004,15	(905,77)	206.909,92
Transferências do Fundeb - 40%	1.268.735,02	1.962,88	1.266.772,14
Transferências do Fundeb - 60%	(1.035.180,07)	3.419,32	(1.038.599,39)
Vigilância em Saúde	117.605,77	2,74	117.603,03
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	9.565.371,06	389.529,86	9.175.841,20
Bolsa Família	8.729,79	400,00	8.329,79
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	226.733,40	54.743,72	171.989,68
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	19.847,43	19.210,60	636,83
Convênio Trânsito - Civil	8.538,86	0,00	8.538,86
Convênio Trânsito - Militar	40.569,07	0,00	40.569,07
Convênio Trânsito - Prefeitura	10.781,02	0,00	10.781,02
Fundo Especial do Petróleo	38.747,62	3.801,40	34.946,22
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	54.016,09	0,00	54.016,09
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	5.231,10	0,00	5.231,10
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	(904.248,61)	5.339,89	(909.588,50)
Recursos Ordinários	(4.759.721,82)	171.016,07	(4.930.737,89)
Recursos Ordinarios	11.125,88	0,00	11.125,88
SF - Convênio Trânsito - Militar	(2.888,00)	0,00	(2.888,00)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	(5.242.538,17)	254.511,68	(5.497.049,85)
TOTAL (III) = (I + II)	4.322.832,89	644.041,54	3.678.791,35
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

30/06/2014



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

FONTE:

Nota: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/06/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

30/06/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	44.886,57	37.000,00	7.886,57
Alienação de Bens destinados a Programas da Educação Básica	25.619,43	0,00	25.619,43
Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde	(27.343,79)	0,00	(27.343,79)
Assistência Farmacêutica Básica	12.710,34	18,00	12.692,34
Atenção Básica	118.393,30	67.778,06	50.615,24
Gestão do SUS	3.361,68	0,00	3.361,68
Outras Especificações	(6.289,32)	0,00	(6.289,32)
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	18.392,84	25.550,00	(7.157,16)
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	6.043,46	0,00	6.043,46
Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE/FNDE	5.460,00	0,00	5.460,00
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	(3.656,39)	0,00	(3.656,39)
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	1.670,53	0,00	1.670,53
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	6.274,51	0,00	6.274,51
Rec.de Remun.Dep. Banc. - Saúde / Convênios	967,29	0,00	967,29
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	7.327.028,81	(50.508,74)	7.377.537,55
Salário Educação	20.054,68	0,00	20.054,68
SF - Convênios da Saúde	(124.703,82)	905,77	(125.609,59)
SF - Gestão do SUS	(3.323,14)	0,00	(3.323,14)
SF - Outros Recursos do FNDE	(6.416,78)	0,00	(6.416,78)
Transf. Conv.Munic.S.J.Cedro, Guarujá e Princesa -	13.029,38	0,00	13.029,38
Transferências de Convênios - Assistência Social	(55.128,47)	181.989,87	(237.118,34)
Transferências de Convênios - Educação	158.893,68	0,00	158.893,68
Transferências de Convênios - Outros	1.472.281,40	122.317,73	1.349.963,67
Transferências de Convênios - Saúde	206.004,15	(905,77)	206.909,92
Transferências do Fundeb - 40%	1.268.735,02	1.962,88	1.266.772,14
Transferências do Fundeb - 60%	(1.035.180,07)	3.419,32	(1.038.599,39)
Vigilância em Saúde	117.605,77	2,74	117.603,03
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	9.565.371,06	389.529,86	9.175.841,20
Bolsa Família	8.729,79	400,00	8.329,79
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	226.733,40	54.743,72	171.989,68
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	19.847,43	19.210,60	636,83
Convênio Trânsito - Civil	8.538,86	0,00	8.538,86
Convênio Trânsito - Militar	40.569,07	0,00	40.569,07
Convênio Trânsito - Prefeitura	10.781,02	0,00	10.781,02
Fundo Especial do Petróleo	38.747,62	3.801,40	34.946,22
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	54.016,09	0,00	54.016,09
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	5.231,10	0,00	5.231,10
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	(904.248,61)	5.339,89	(909.588,50)
Recursos Ordinários	(4.759.721,82)	171.016,07	(4.930.737,89)
Recursos Ordinarios	11.125,88	0,00	11.125,88
SF - Convênio Trânsito - Militar	(2.888,00)	0,00	(2.888,00)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	(5.242.538,17)	254.511,68	(5.497.049,85)
TOTAL (III) = (I + II)	4.322.832,89	644.041,54	3.678.791,35
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

30/06/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

FONTE:

Nota: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/06/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

30/06/2014

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - 1º SEMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.037.646,39	0,00
Pessoal Ativo	12.693.006,25	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	103.030,03	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	241.610,11	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	731,90	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	731,90	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	13.036.914,49	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	13.036.914,49	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		27.200.146,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		47,93
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		14.688.078,84
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		13.953.674,90
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%		13.219.270,96

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/06/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

30/06/2014

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

ATO DE NOMEAÇÃO E DELEGAÇÃO DE PODERES

ATO DE NOMEAÇÃO E DELEGAÇÃO DE PODERES

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por meio de seu responsável, usando de suas atribuições legais, DECLARA, para os devidos fins e a quem interessar possa, que a Sra. Gisele de Vargas, brasileira, casada, servidora pública, inscrita no CPF nº 055.295.839-54, residente e domiciliada em São Lourenço do Oeste/SC, ocupante do cargo de Gerente de Administração Financeira, nomeada pela Portaria nº 005, de 02 de janeiro de 2013, detêm autorização para efetuar as movimentações dos recursos das respectivas contas correntes do MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 11.359.214/0001-75, da Agência nº 0777-3, do Banco do Brasil S/A, de São Lourenço do Oeste/SC, estando outorgada dos poderes abaixo especificados.

PODERES:

- 1) EMITIR CHEQUES
- 2) ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO
- 3) AUTORIZAR COBRANÇAS
- 4) RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO
- 5) SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS
- 6) REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES
- 7) AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES
- 8) RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
- 9) ENDOSSAR CHEQUE
- 10) ASSINAR INSTR DE CRÉDITO
- 11) EMITIR DUPLICATAS
- 12) ASSINAR PROPOSTAS DE EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO
- 13) ASSINAR ORÇAMENTO
- 14) ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPÉCIE
- 15) EMITIR TÍTULO DE CRÉDITO COMERCIAL
- 16) EMITIR TÍTULO DE CRÉDITO INDUSTRIAL
- 17) ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO
- 18) ASSINAR A APOLICE DE SEGURO
- 19) ENDOSSAR TÍTULOS DE CRÉDITO
- 20) SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
- 21) CANCELAR CHEQUES
- 22) BAIXAR CHEQUES
- 23) EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS
- 24) CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
- 25) EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE
- 26) EFETUAR SAQUES – POUPANÇA
- 27) EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO
- 28) EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO
- 29) RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO
- 30) LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTO NO GER. FINANCEIRO/AASP
- 31) SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
- 32) SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- 33) EMITIR COMPROVANTES
- 34) EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE MEIO ELETRÔNICO
- 35) ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITO
- 36) CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZADO DDA

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de julho de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.132, DE 14 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 5.132, DE 14 DE JULHO DE 2015.

Designa Comissão Especial, responsável pela emissão de parecer acerca da vulnerabilidade social da família requerente à concessão do benefício de que trata o Programa de Reforma de Moradias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 2.222, de 19 de junho de 2015, que institui o Programa de Reforma de Moradias às famílias em situação de vulnerabilidade social, mais especificamente, o contido no art. 6º que prevê quais os requisitos que devem ser atendidos pelas famílias requerentes à concessão do benefício, entre eles o previsto no inciso II: laudo ou parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, ou Comissão indicada pelo Conselho Municipal de Habitação e nomeada pelo Prefeito Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros a seguir relacionados, para comporem a COMISSÃO ESPECIAL, responsável pela emissão de parecer acerca da vulnerabilidade social da família requerente à concessão do benefício de que trata o Programa de Reforma de Moradias, instituído pela Lei nº 2.222, de 19 de junho de 2015:

I - Joel Begnini, ocupante do cargo de Tecnólogo em Edificações, matrícula nº 1968/01 e membro da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC;

II - Itamar Fernandes, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula nº 847/01;

III - Rubens Vaz de Oliveira, ocupante do cargo de Agente de Construção e Manutenção de Obras Públicas, matrícula nº 1775/01;

IV - Érico Echer, inscrito no CPF sob o nº 422.253.539-72 e membro do Conselho Municipal de Habitação;

V - João Antonio Garcias, ocupante do cargo de Gerente de Habitação, matrícula nº 1142/02.

Parágrafo único. Os membros da Comissão Especial nomearão, entre seus representantes, um Presidente.

Art. 2º Por se tratar de serviços de relevante interesse social, os membros da Comissão de que trata o presente Decreto não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 3º No desempenho de suas funções, a Comissão deverá analisar e cumprir com as disposições da Lei nº 2.222, de 19 de junho de 2015, e demais normas vigentes aplicáveis à matéria.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 14 de julho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 - ICSL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERV. Nº 001/2015

OBJETO: CONCESSÃO À PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COZINHA DURANTE A REALIZAÇÃO DO 43º FLIC (FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO), QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 16, 17 E 18 DE JULHO DE 2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ Nº 83.021.873/0001-08.

CONTRATADO: CORAL SÃO LOURENÇO, CNPJ Nº 78.504.925/0001-67

VALOR: R\$ 100,00 (cem reais).

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso V, da Lei n. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A contar da data de assinatura do contrato até 31 de julho de 2015.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da vencedora do certame, não onerando os cofres públicos.

São Lourenço do Oeste – SC, 14 de julho de 2015.

ALTAMIR LEMES DA ROSA

Presidente do ICSL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2015, DE 14 DE JULHO DE 2015 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2015, DE 14 DE JULHO DE 2015 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 003/2015, Modalidade Concorrência para Compras e Serviços nº 001/2015.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: L. J. COMÉRCIO DE DEBIDAS LTDA - ME, CNPJ nº 21.726.520/0001-56.

Objeto: CONCESSÃO DE COPA E COZINHA PARA REALIZAÇÃO DO 43º FLIC (FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO), QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 16, 17 E 18 DE JULHO DE 2015.

Valor: R\$ 6.695,00 (seis mil, seiscentos e noventa e cinco reais).

Pagamento: Mediante depósito na Conta Corrente de titularidade do ICSL, dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da execução da prestação dos serviços constantes do objeto licitado, acompanhada da respectiva Prestação de Contas.

Recursos Financeiros: Os recursos orçamentários serão por conta da Contratada, consistentes da oferta realizada na licitação.

Data de Assinatura: 14/07/2015.

Vigência: de 14/07/2015 a 31/07/2015.

Signatários: Altamir Jorge Lemes da Rosa (Presidente da Autarquia) - pela contratante e João Lazzarotto - pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2015, DE 08 DE JULHO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2015, DE 08 DE JULHO DE 2015. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº

Origem: Processo Licitatório nº 029/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Itacon Engenharia e Obras Ltda. EPP, CNPJ nº 07.594.361/0001-52.

Objeto: Aditar o valor global do Contrato nº 087/2015, de 13/04/2015, em R\$ 105.194,58 (cento e cinco mil, cento e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos); prorrogar os prazos vigência e de execução do Contrato nº 087/2015, de 13/04/2015, por 30 (trinta) dias, em virtude do acréscimo de serviços detalhados na justificativa técnica e constantes da planilha de aditivo.

Valor Aditado: R\$ 105.194,58 (cento e cinco mil, cento e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão por conta do Município, exercício financeiro de 2015.

Rubrica Orçamentária: a) D - 37/2015 - 08.01.12.361.4505.1.055.4.4.90.00.00.00.00.01.0001 - Construção e Ampliação Reforma da Rede de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Educação; e b) D - 38/2015 - 08.01.12.361.4505.1.055.4.4.90.00.00.00.00.01.0019 - Construção e Ampliação Reforma da Rede de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 08/07/2015.

Prazo de Execução: de 23/11/2015 a 23/12/2015.

Prazo de Vigência: de 21/12/2015 a 20/01/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rogério Evandro Mortari - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2015, DE 08 DE JULHO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2015, DE 08 DE JULHO DE 2015. Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 200/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 107/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pandini Construções e Incorporações Ltda., CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Prorrogar os prazos de vigência e de execução do Contrato nº 200/2014, de 03/09/2014 por 60 (sessenta) dias, em razão do atraso na liberação das parcelas do convênio do Fundo Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 08/07/2015.

Prazo de Vigência: de 10/07/2015 a 10/09/2015.

Prazo de Execução: de 14/07/2015 a 14/09/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 070/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 018/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 013/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Renata Cristina Radin Ricardi - ME, CNPJ nº 13.397.299/0001-01.

Objeto: Aditar os itens de 1 a 11 do Contrato nº 070/2015, de 24/03/2015 em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial contratada, conforme a solicitação da Secretaria de Assistência Social; a fim de compor mais cestas básicas para serem distribuídas

para as famílias em situação de vulnerabilidade social no Município, eis que a quantidade inicialmente licitada não foi suficiente para suprir a demanda.

Valor Aditado: R\$ 1.435,35 (um mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos)

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015. Rubrica orçamentária: D - 145/2015 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.32.03.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 09/07/2015.

Vigência: de 09/07/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Renata Cristina Radin Ricardi - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015. Origem: Processo Licitatório nº 093/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 059/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: VENDOR COMERCIAL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., CNPJ nº 05.524.998/0001-47.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE SOB O Nº 1.022.253-72/2014/MDA/CAIXA E CONVÊNIO Nº 815267/2014, QUE SE REFERE ÀS AÇÕES RELATIVAS AO MDA PRONAT - MAQUINÁRIO, COM A FINALIDADE DE REALIZAR ATIVIDADES OPERACIONAIS INERENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AQUICULTURA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta do Contrato de Repasse Nº 1.022.253-72/2014/MDA/CAIXA do Convênio Nº 815267/2014, celebrado entre o Município e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Referente à Execução de Ações Relativas ao MDA PRONAT - Maquinário; e contrapartida com recursos Próprios do Município. Além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do Contrato, serão custeadas através do contrato de repasse nº 1.022.253-72/2014/MDA/CAIXA do Convênio nº 815267/2014, celebrado entre o Município e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Referente à Execução de Ações Relativas ao MDA PRONAT - Maquinário; e contrapartida com recursos Próprios do Município por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 128/2015 - 10.01.20.606.4507.1.048.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para o Parque de Máquinas da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura; D - 199/2015 - 10.01.20.606.4507.1.048.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para o Parque de Máquinas da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 09/07/2015.

Vigência: 90 (noventa) dias, contados da data de sua assinatura, ou seja de 09/07/2015 a 07/10/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Abram Goldberg e Jorge Luiz Gonçalves da Rosa - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2015, DE 14 DE JULHO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2015, DE 14 DE JULHO DE 2015. Origem: Processo Licitatório nº 101/2015, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 009/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Chiquito & Bordoneio Ltda. ME, CNPJ nº 07.778.490/0001-09.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO GRUPO "CHIKUITO E BORDONEIO", PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 26 JULHO DE 2015, NA PRAÇA DA LIBERDADE, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DO 57º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Pagamento: Imediatamente após a execução do objeto contratado, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes desta contratação serão efetuadas à conta da respectiva dotação orçamentária, estabelecidas para o exercício fiscal de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 34/2015 - 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades Comemorativas do Município.

Data de Assinatura: 14/07/2015.

Vigência: de 14/07/2015 a 31/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Francisco Desidério Alves Correa - pela Contratada.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 009, DE 17 DE JULHO DE 2015.

Resolução CMDCA nº. 009, de 17 de Julho de 2015.

Dispõe sobre o Calendário Anual das reuniões plenárias Ordinárias e Extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Lourenço do Oeste - SC, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA - de São Lourenço do Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - e a Lei Municipal 1.827/2009, torna público:

CONSIDERANDO a deliberação e aprovação unânime do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Plenária Ordinária realizada na data de 14 de julho de 2015;

CONSIDERANDO os princípios da descentralização e municipalização do atendimento, dispostos na Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

CONSIDERANDO que o CMDCA, de acordo com seus princípios e responsabilidades, é um órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da política pública de promoção, atendimento e defesa dos direitos da criança e adolescente, além de articular, integrar e fiscalizar as ações das entidades governamentais ou não governamentais relativas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, conforme preconizado na Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Calendário Anual das sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - na forma dos artigos seguintes.

Art. 2º As sessões ordinárias que ocorrerão ainda neste ano de 2015, serão realizadas todas as segundas terças-feiras de cada mês, a partir do mês de agosto.

Parágrafo único. As reuniões ordinárias iniciarão às 08h, com término previsto para as 09h30min, na Sala de Grupos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, localizado à Rua Dom Pedro II, nº 984, Centro, neste município de São Lourenço do Oeste/SC.

Art. 3º As reuniões extraordinárias serão convocadas por ordem do Presidente do Conselho de Direito, por membro designado pelo Presidente do CMDCA, ou pelo Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias serão comunicadas com antecedência, com a designação de data, horário e local, que respeitará o território pertencente ao município de São Lourenço do Oeste.

Art. 4º As reuniões das Comissões Especiais serão convocadas por ordem do Presidente ou coordenador das mesmas, bem como quando solicitado pelo Presidente do CMDCA.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de julho de 2015.

Claita Cristina Malossi Iecker

Presidente do CMDCA

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EXT. CONTRATO 30.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 30/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 29/2015
PREGÃO PRESENCIAL 13/2015
OBJETO AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA OS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA A.F nº 606, 608, 609/2015.
VALOR: R\$ 4.530,00
CONTRATADO: JK PNEUS LTDA
VIGÊNCIA: 31/12/2015.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: IGOR TERNUS
São Miguel do Oeste, SC., 05 de março de 2015

EXT. CONTRATO 31.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 31/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 29/2015
PREGÃO PRESENCIAL 13/2015
OBJETO AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA OS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA A.F nº 607/2015.
VALOR: R\$ 1.584,00
CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA
VIGÊNCIA: 31/12/2015.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: IGELSO LUDOVICO CECON
São Miguel do Oeste, SC., 05 de março de 2015

EXT. CONTRATO 32.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 32/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL 14/2015
OBJETO Aquisição de óleos lubrificantes, querosene e Graxas destinados para os veículos e maquinários das Secretarias Municipais conforme as especificações e quantidades constantes no anexo I do edital
VALOR: R\$ 123.451,50
CONTRATADO: CONTEINER ÓLEO LTDA ME
VIGÊNCIA: 31/12/2015.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: LUIZ FELIPE LAZAROTTO
São Miguel do Oeste, SC., 10 de março de 2015

EXT. CONTRATO 33.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 33/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 31/2015
INEXIGIBILIDADE 07/2015
OBJETO Chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, lei nº 11.947 do FNDE, conforme convênio nº 880706, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 06 meses, sendo vencedor dos itens: 01 a 14
VALOR: R\$ 75.856,14
CONTRATADO: COOP DE PROD AGRIC FAMILIAR E EC. SOL. SMO - COOPAFESMO
VIGÊNCIA: 06 MESE.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: EMIGDIO PELISSARI
São Miguel do Oeste, SC., 10 de março de 2015

EXT. CONTRATO 34.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 34/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 32/2015
PREGÃO PRESENCIAL 15/2015
OBJETO Aquisição de gás P-13 e P-45 destinados para a manutenção e conservação das Escolas de Ensino Fundamental e Infantil, da Rede Municipal de Ensino, para o exercício de 2015, de acordo com as quantidades e especificações constantes no edital.
VALOR: R\$ 76.518,00
CONTRATADO: NILOSUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
VIGÊNCIA: 31/12/2015.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: GILBERTO FRANCISCO HAAS
São Miguel do Oeste, SC., 12 de março de 2015

EXT. CONTRATO 35.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 35/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 33/2015
PREGÃO PRESENCIAL 16/2015
OBJETO Contratação de empresa para serviços de mão de obra de corte de grama, limpeza de pátio e poda de árvores, destinados para manutenção e conservação das Unidades de Ensino Fundamental e Infantil da Rede Municipal de Ensino para o exercício de 2015, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.
VALOR: R\$ 34.155,00
CONTRATADO: GILMAR DOS SANTOS MEI
VIGÊNCIA: 31/12/2015.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: GILMAR DOS SANTOS
São Miguel do Oeste, SC., 12 de março de 2015

EXT. CONTRATO 36.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 36/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 26/2015
INEXIGIBILIDADE 05/2015
CREDENCIAMENTO 01/2015
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FISICAS
E/OU JURIDICAS DEVIDAMENTE INSCRITAS NO
ENTE DE CLASSE COMPETENTE (CRECI) PARA,
NOS TERMOS DA LEI N. 7.084/2014, REALIZAR
AVALIAÇÕES NO ÂMBITO DA MUNICIPALIDADE.
VALOR: R\$ 400,00 POR AVALIAÇÃO
CONTRATADO: IVAIR JOSÉ BARBIERI
VIGÊNCIA: 31/12/2015.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: IVAIR JOSÉ BARBIERI
São Miguel do Oeste, SC., 16 de março de 2015

EXT. CONTRATO 37.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 37/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 26/2015
INEXIGIBILIDADE 05/2015
CREDENCIAMENTO 01/2015
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FISICAS
E/OU JURIDICAS DEVIDAMENTE INSCRITAS NO
ENTE DE CLASSE COMPETENTE (CRECI) PARA,
NOS TERMOS DA LEI N. 7.084/2014, REALIZAR
AVALIAÇÕES NO ÂMBITO DA MUNICIPALIDADE.
VALOR: R\$ 400,00 POR AVALIAÇÃO
CONTRATADO: FABIO JUNIOR STRAPASSON
VIGÊNCIA: 31/12/2015.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: FABIO JUNIOR STRAPASSON
São Miguel do Oeste, SC., 16 de março de 2015

EXT. CONTRATO 38.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 38/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 25/2015
TOMADA DE PREÇO 04/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS
DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS
DESTINADOS PARA A EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA
AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÃO DA ESCOLA EMEIEF SÃO
JOÃO BATISTA DE LA SALLE, LOCALIZADA NO BAIRRO
MORADA DO SOL CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO,
ORÇAMENTOS QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FISICO-
FINANCEIRO E PROJETOS, PARTES INTEGRANTES DESTE
PROCESSO LICITATORIO.
VALOR: R\$ 20.759,74
CONTRATADO: ALEX CONSTRUTORA LTDA
VIGÊNCIA: 01 MÊS.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: RENATO ROQUE GUSI
São Miguel do Oeste, SC., 16 de março de 2015

EXT. CONTRATO 39.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 39/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 26/2015
INEXIGIBILIDADE 05/2015
CREDENCIAMENTO 01/2015
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FISICAS
E/OU JURIDICAS DEVIDAMENTE INSCRITAS NO
ENTE DE CLASSE COMPETENTE (CRECI) PARA,
NOS TERMOS DA LEI N. 7.084/2014, REALIZAR
AVALIAÇÕES NO ÂMBITO DA MUNICIPALIDADE.
VALOR: R\$ 400,00 POR AVALIAÇÃO
CONTRATADO: PEDRO LUIZ STRAPASSON
VIGÊNCIA: 31/12/2015.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: PEDRO LUIZ STRAPASSON
São Miguel do Oeste, SC., 20 de março de 2015

EXT. CONTRATO 40.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 40/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 26/2015
INEXIGIBILIDADE 05/2015
CREDENCIAMENTO 01/2015
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FISICAS
E/OU JURIDICAS DEVIDAMENTE INSCRITAS NO
ENTE DE CLASSE COMPETENTE (CRECI) PARA,
NOS TERMOS DA LEI N. 7.084/2014, REALIZAR
AVALIAÇÕES NO ÂMBITO DA MUNICIPALIDADE.
VALOR: R\$ 400,00 POR AVALIAÇÃO
CONTRATADO: GASPERIN IMÓVEIS LTDA
VIGÊNCIA: 31/12/2015.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: DAVENIR JOSÉ GASPERIN
São Miguel do Oeste, SC., 24 de março de 2015

EXT. CONTRATO 41.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 41/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 38/2015
PREGÃO PRESENCIAL 19/2015
OBJETO: Aquisição de brita, pedrisco e areia media
destinados para manutenção e conservação dos parques
infantis das Unidades das creches e das Unidades das Escolas
do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino,
para o período de 2015, de acordo com as quantidades e
especificações constantes no anexo I do edital..
VALOR: R\$ 9.067,50
CONTRATADO: EDASA ATACADO E DISTRIBUIDORA DE ALIMEN-
TOS LTDA
VIGÊNCIA: 30/12/2015.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: NELSO LISAKI
São Miguel do Oeste, SC., 24 de março de 2015

EXT. CONTRATO 42.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 42/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 38/2015

PREGÃO PRESENCIAL 19/2015

OBJETO: Aquisição de brita, pedrisco e areia media destinados para manutenção e conservação dos parques infantis das Unidades das creches e das Unidades das Escolas do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino, para o período de 2015, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital..

VALOR: R\$ 4.230,00

CONTRATADO: BRITADOR OESTE LTDA

VIGÊNCIA: 30/12/2015.

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: ADILSON ANDREATTA

São Miguel do Oeste, SC., 24 de março de 2015

EXT. CONTRATO 45.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 45/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 26/2015

INEXIGIBILIDADE 05/2015

CREDENCIAMENTO 01/2015

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FISICAS E/OU JURIDICAS DEVIDAMENTE INSCRITAS NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE (CRECI) PARA, NOS TERMOS DA LEI N. 7.084/2014, REALIZAR AVALIAÇÕES NO ÂMBITO DA MUNICIPALIDADE.

VALOR: R\$ 400,00 POR AVALIAÇÃO

CONTRATADO: EMERSON BOFF

VIGÊNCIA: 31/12/2015.

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: EMERSON BOFF

São Miguel do Oeste, SC., 31 de março de 2015

EXT. CONTRATO 43.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 43/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 38/2015

PREGÃO PRESENCIAL 19/2015

OBJETO: COTAR PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E COLOCAÇÃO DE GRAMA TIPO ESMERALDA EM LEVA DESTINADOS PARA A PRAÇA BELARMINO ANNONI, PERIMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

VALOR: R\$ 76.615,42

CONTRATADO: FABIO MARTINI ME

VIGÊNCIA: 60 DIAS.

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: FABIO MARTINI

São Miguel do Oeste, SC., 30 de março de 2015

EXT. CONTRATO 46.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 46/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

OBJETO Contratação de empresa para serviços de reforma com fornecimento de materiais da recepção principal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC, conforme Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma Físico-Financeiro partes integrantes deste Processo Licitatório.

VALOR: 9.339,36

CONTRATADO: L M MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 60 dias.

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: MAIRA LUNARDI ORTIGARA

São Miguel do Oeste, SC., 06 de abril de 2015

EXT. CONTRATO 44.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 44/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 26/2015

INEXIGIBILIDADE 05/2015

CREDENCIAMENTO 01/2015

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FISICAS E/OU JURIDICAS DEVIDAMENTE INSCRITAS NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE (CRECI) PARA, NOS TERMOS DA LEI N. 7.084/2014, REALIZAR AVALIAÇÕES NO ÂMBITO DA MUNICIPALIDADE.

VALOR: R\$ 400,00 POR AVALIAÇÃO

CONTRATADO: PIOVESAN NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA ME

VIGÊNCIA: 31/12/2015.

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: WILSON FRANK PIOVESAN

São Miguel do Oeste, SC., 27 de março de 2015

EXT. CONTRATO 47.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 47/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 26/2015

INEXIGIBILIDADE 05/2015

CREDENCIAMENTO 01/2015

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FISICAS E/OU JURIDICAS DEVIDAMENTE INSCRITAS NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE (CRECI) PARA, NOS TERMOS DA LEI N. 7.084/2014, REALIZAR AVALIAÇÕES NO ÂMBITO DA MUNICIPALIDADE.

VALOR: R\$ 400,00 POR AVALIAÇÃO

CONTRATADO: PROBST IMÓVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 31/12/2015.

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: EDI JEFERSON PROBST

São Miguel do Oeste, SC., 08 de abril de 2015

EXT. CONTRATO 48.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 48/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 26/2015
INEXIGIBILIDADE 05/2015
CREDENCIAMENTO 01/2015
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS DEVIDAMENTE INSCRITAS NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE (CRECI) PARA, NOS TERMOS DA LEI N. 7.084/2014, REALIZAR AVALIAÇÕES NO ÂMBITO DA MUNICIPALIDADE.
VALOR: R\$ 400,00 POR AVALIAÇÃO
CONTRATADO: HABITETO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA
VIGÊNCIA: 31/12/2015.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: DANIEL RODRIGO DE SOUZA
São Miguel do Oeste, SC., 08 de abril de 2015

EXT. CONTRATO 49.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 49/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015
OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO TÉCNICA DE MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO RELATIVAS A INUNDAÇÕES, ENCHENTES E ALAGAMENTOS, ORIUNDOS DE EVENTOS HIDROLÓGICOS EXTREMOS, PARA TODO O PERÍMETRO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA A.F nº 953/2015.
VALOR: 5.985,00
CONTRATADO: AGROCAP CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - EPP
VIGÊNCIA: 45 dias.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: FABRÍCIO BORGES PAIVA
São Miguel do Oeste, SC., 08 de abril de 2015

EXT. CONTRATO 50.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 50/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015
OBJETO CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE UMA MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA EQUIPADA COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, DESTINADOS PARA SERVIÇOS DE ROMPIMENTO DE ROCHAS DAS ESTRADAS GERAIS E SECUNDÁRIAS DO INTERIOR DESTA MUNICIPALIDADE, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA A.F nº 1030/2015.
VALOR: 69.000,00
CONTRATADO: TRANS MAESTRI LTDA ME
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: MARCIO MAESTRI
São Miguel do Oeste, SC., 14 de abril de 2015

EXT. CONTRATO 51.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 51/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2015
OBJETO: Locação do Imóvel sob matrícula nº 21.526, com área total de 300m², na Rua Almirante Tamandaré, nº 1858, no Bairro Salete, para o período de 06 (seis) meses, conforme indicação da comissão de avaliação, prorrogáveis conforme a necessidade da Administração Pública e acordo entre as partes nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
VALOR: 600,00 mensal
CONTRATADO: JOSÉ ARMINDO KLEIN
VIGÊNCIA: 06 meses
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: JOSÉ ARMINDO KLEIN
São Miguel do Oeste, SC., 23 de abril de 2015

EXT. CONTRATO 53.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 53/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2015
OBJETO: objetivando a Locação do Imóvel das salas comerciais com área total de 506,25m² sob Matrícula n.º 40.279, sito a Rua Guilherme José Missen, n. 289, Centro de SMOeste – SC, no térreo 2 vagas de garagem, as salas do 5º e 6º andar, destinado à Secretaria Municipal de Educação, para o período de 12 meses, conforme Laudo de Avaliação da Comissão Especial n. 035/2015. prorrogáveis conforme a necessidade/conveniência da Administração Pública e acordo entre as partes nos termos da Lei n. 8.666/93.
VALOR: 6.000,00 mensais
CONTRATADO: PINTO E SCHOENHERR INCORPORADORA IMOBILIÁRIA LTDA
VIGÊNCIA: 12 meses
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: TIAGO PINTO e THIAGO FELIPE SCHOENHERR
São Miguel do Oeste, SC., 27 de abril de 2015

EXT. CONTRATO 54.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 54/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E TUDO MAIS QUE SE FIZER NECESSÁRIO PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS: PARTE DA RUA SETE DE SETEMBRO E RUA GUILHERMINA FIORINI PERÍMETRO URBANO, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES
DESTE PROCESSO LICITATÓRIO, e nos termos da proposta ofertada pela
CONTRATADA e encartada nos autos do Processo Administrativo nº 49/2015.

VALOR: 138.772,46
CONTRATADO: BARAZZETTI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP
VIGÊNCIA: 02 meses
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: RICARDO BARAZZETTI
São Miguel do Oeste, SC., 05 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 55.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 55/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRITAS DESTINADOS PARA A FINALIDADE DE INCENTIVOS ECONÔMICOS AS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N. 5.526 DE 15 DE AGOSTO DE 2005, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NA AF Nº 1274/ 2015.
VALOR: 34.500,00
CONTRATADO: BRITADOR OESTE LTDA
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: ADILSON ANDRETTA
São Miguel do Oeste, SC., 07 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 56.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 56/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SMOESTE-SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.
VALOR: 35.000,00
CONTRATADO: KELIMAR ARYLTON LORENSKI ME
VIGÊNCIA: 01 MES
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: KELIMAR ARYLTON LORENSKI
São Miguel do Oeste, SC., 11 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 57.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 57/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORAS MAQUINAS PARA ATENDER INCENTIVOS ECONÔMICOS NOS SETORES DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTADORES DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME LEI N. 5.526 DE 15/08/2015, CONFORME AS QUANTIDADES E

ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA A.F nº 1334/2015.
VALOR: 34.518,00
CONTRATADO: ALBATER TERRAPLANAGEM LTDA ME
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: FABIO JUNIOR ALBA
São Miguel do Oeste, SC., 13 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 58.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 58/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORAS MAQUINAS PARA ATENDER INCENTIVOS ECONÔMICOS NOS SETORES DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTADORES DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME LEI N. 5.526 DE 15/08/2015, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA A.F nº 1334/2015.
VALOR: 17.000,00
CONTRATADO: BATTISTERRA TERRAPLANAGEM LTDA - ME
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: ROGERIO BATTISTEL
São Miguel do Oeste, SC., 13 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 59.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 59/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORAS MAQUINAS PARA ATENDER INCENTIVOS ECONÔMICOS NOS SETORES DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTADORES DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME LEI N. 5.526 DE 15/08/2015, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA A.F nº 1334/2015.
VALOR: 31.510,00
CONTRATADO: TRANS MAESTRI LTDA ME
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: MARCIO MAESTRI
São Miguel do Oeste, SC., 13 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 60.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 60/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DA COZINHA INDUSTRIAL E ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE RINEU GRANSOTTO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NAS A.F Nº 1359/2015.
VALOR: 33.850,00
CONTRATADO: HABITETO NEGOCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA
VIGÊNCIA: 04 meses
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: VILMAR LIMA DE SOUZA
São Miguel do Oeste, SC., 15 de maio de 2015

www.saomiguel.sc.gov.br
São Miguel do Oeste/SC, 16 de julho de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

EXT. CONTRATO 61.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 61/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE
LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS DE ACORDO COM AS
QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.
VALOR: 6.018,00
CONTRATADO: PROTOMED PROJETOS E MEDIÇÕES TOPOGRÁFICAS
LTDA - ME
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: GIOVANE BUSNELLO VIEIRA
São Miguel do Oeste, SC., 18 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 52.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 52/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015
CONVITE Nº 05/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA
E CONSERVAÇÃO 24 HORAS DE SEGUNDA A DOMINGO
(INCLUINDO FERIADOS), EM BENFEITORIAS
(PALCOS, BANHEIROS, CALÇADAS, PARQUE INFANTIL,
MIRANTE E ESPAÇO CULTURAL) DA PRAÇA WALMIR
BOTTARO DANIEL. PERÍMETRO URBANO DESTA CIDADE
PARA O PERÍODO DE MAIO A JULHO DE 2015.
VALOR: 65.985,00
CONTRATADO: MEGA MONITORAMENTO LTDA - ME
VIGÊNCIA: 03 meses
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: ADEMIR EUGENIO WEBER
São Miguel do Oeste, SC., 27 de abril de 2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 95/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015
A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.
OBJETO: Aquisição de alimentos especiais destinados a alunos que apresentam problemas de alergias ou intolerâncias alimentares (glúten, trigo, lactose, ovo) diabetes da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, para o período de 06 meses, de acordo com o anexo I do edital.
Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 31 de julho de 2015.
Abertura: às 14h do mesmo dia.
Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.
Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

PROCESSO LICITATÓRIO N. 96/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015
A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.
OBJETO: Aquisição de mobiliário em geral e equipamentos destinados para a utilização das novas salas de aula da Escola do Ensino Fundamental EMEIEF Emma Balke, Creches CEI Jardim Encantado, CEI Mundo Novo, CEI Criança Cidadã, CEI Ciranda da Alegria e CEI Criança Feliz da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.
Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 05 de agosto de 2015.
Abertura: às 14h do mesmo dia.
Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.
Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:
www.saomiguel.sc.gov.br
São Miguel do Oeste/SC, 16 de julho de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 15/2014
CONTRATO Nº 157/2014
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM DRENAGEM NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES – FAISMO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 806527/2014/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS, PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATORIOS.
CONTRATADO: E.J.F EMPREENDEIMENTOS LTDA-EPP RESCISÃO: 15/07/2015.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: EVERTON JOSÉ FRIGERI
São Miguel do Oeste, SC., 15 DE JULHO DE 2015.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2014

CONVITE Nº 08/2014

CONTRATO Nº 138/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA NA ÁREA DE CONSULTORIA GERAL E ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS ESPECIAIS E ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DE OBRAS QUANDO DESIGNADO PELA MUNICIPALIDADE, PARA O PERÍODO DE 05 MESES.

CONTRATADO: SCHEFFER ENGENHARIA LTDA

RESCISÃO: 15/07/2015.

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: LEANDRO SCHEFFER

São Miguel do Oeste, SC., 15 DE JULHO DE 2015.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 240/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
– Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 240/2015

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 14/07/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de julho de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 241/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 241/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora FABIANA HAMES, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora FABIANA HAMES, pelo período de 16 (dezesesseis) dias, a contar da data de 09/07/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09/07/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de julho de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 242/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 242/2015

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor CARLOS ROGERIO DA SILVA, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, lotado na Coordenadoria de Fiscalização e Tributos.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor CARLOS ROGERIO DA SILVA, pelo período de 06 (seis) dias a contar da data de 01/07/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/07/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de julho de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 243/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 243/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ROSEMERI CLASEN, ocupante do cargo de Fiscal, lotada na Coordenadoria de Fiscalização e Tributos.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ROSEMERI CLASEN, pelo período de 30 (trinta) dias a contar da data de 03/07/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/07/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de julho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 244/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 244/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora KARINA SCHMITT LOHN, ocupante do cargo de Professora III, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora KARINA SCHMITT LOHN, pelo período de 04 (quatro) dias a contar da data de 07/07/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07/07/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de julho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 245/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 245/2015

Concede à servidora KARINA SCHMITT LOHN, ocupante do cargo Professora III, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, licença para atendimento de pessoa da família

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder à servidora KARINA SCHMITT LOHN, licença para atendimento de pessoa da família, pelo período de 14 (catorze) dias, a contar de 11/07/2015

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11/07/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de julho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. TEREZA YARA VAZ DE JESUS, inscrita no CPF sob nº. 691.073.519-68, aprovada em 6º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de AUX. DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 28 de julho de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 16 de julho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 168/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 168/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 121/2015-PMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GRAMEIRA FELIPPI LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 02.025.186/0001-69, estabelecida na Rua Lino Piazeria s/nº, Bairro Nereu Ramos, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.250-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Grama tipo São Carlos (axonopus fissifolius) para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Aquisição de Grama Tipo São Carlos (axonopus fissifolius) . Secretarias: Obras e Serviços Urbanos, Agricultura, Educação, Saúde/Assistência Social e Saneamento e Gestão Ambiental.	2.000	m²	6,10	12.200,00
TOTAL R\$	12.200,00				

Valor do contrato: R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais)

Data da Assinatura: 16/07/2015 – Vigência: 16/07/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 75/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 75/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 55/2015–FMS - Dispensa de Licitação nº. 29/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NIX COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 09.467.816/0003-66, estabelecida na Rua Presidente Epitácio Pessoa nº. 1081, Bairro Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-100.

Objeto: Revisão dos 10.000 KM dos veículos Nissan Grand Livina 1.8, placa QHI 8191, modelo 2014, modelo 2014; Nissan Grand Livina 1.8, placa QHJ 4691, ano 2014, modelo 2014 da Secretaria de Saúde, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Nissan Motor OIL SN 10w40, placa QHJ 4691	5	Unid.	30,11	150,55
02	WY flex injetor cleaner plus 24x325ml, placa QHJ 4691	1	Unid.	41,46	41,46
03	Kit revisão WYNS, placa QHJ 4691	1	Unid	72,20	72,20
04	Supreme flush OIL system WY, placa QHJ 4691	1	Unid	53,16	53,16
05	Tab pastilha p/ combustível, placa QHJ 4691	1	Unid	28,74	28,74
06	Filtro de combustível 16400ZT50A, placa QHJ 4691	1	Unid	29,90	29,90
07	Arruela de Cobre 11026JA00A, placa QHJ 4691	1	Unid	5,90	5,90
08	Filtro de óleo lubrificante 1520865F0E, placa QHJ 4691	1	Unid	39,90	39,90
09	Serviço mecanico, placa QHJ 4691	3,61	Hora	115,45	416,77
10	Nissan Motor OIL SN 10w40, placa QHI 8191	5	Unid.	30,11	150,55
11	WY flex injetor cleaner plus 24x325ml,, placa QHI 8191	1	Unid.	41,46	41,46
12	Kit revisão WYNS, placa QHI 8191	1	Unid.	72,20	72,20
13	Supreme flush OIL system WY, placa QHI 8191	1	Unid.	53,16	53,16
14	Tab pastilha p/ combustível, placa QHI 8191	1	Unid.	28,74	28,74
15	Filtro de combustível 16400ZT50A, placa QHI 8191	1	Unid.	29,90	29,90
16	Arruela de Cobre 11026JA00A, placa QHI 8191	1	Unid.	5,90	5,90
17	Filtro de óleo lubrificante 1520865F0E, placa QHI 8191	1	Unid.	39,90	39,90
18	Serviço mecanico, placa QHI 8191	3,61	Hora	115,45	416,77
VALOR R\$ TOTAL				1.677,16	

Valor do contrato: R\$ 1.677,16 (um mil seiscentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos)

Data da Assinatura: 16/07/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.125/2015, DE 16 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.125/2015, DE 16 DE JULHO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Ana Maria Cordeiro, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de julho de 2015.

OSVALDO JURCK

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 55/2015-PMS

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2015****Número do Registro de Preços: 38/2015 Data do Registro: 16/07/2015 Válido até: 16/07/2016****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Grama tipo São Carlos (axonopus fissifolius) para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aquisição de Grama Tipo São Carlos (axonopus fissifolius) : Secretarias: Obras e Serviços Urbanos, Agricultura, Educação, Saúde/Assistência Social e Saneamento e Gestão Ambiental.	M²	GRAMEIRA FELIPPI LTDA - ME (8912)		0	6,1000	1

DISPENSA 29/2015-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 29/2015 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 55/2015 Data: 16/07/2015
Folha: 1/2	

Fornecedor: NIX COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA Endereço: R PRESIDENTE EPITACIO PESSOA, 1081 - Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 09.467.816/0003-66	Código: 13140 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Revisão dos 10.000 KM dos veículos Nissan Grand Livina 1.8, placa QHI 8191, modelo 2014, modelo 2014; Nissan Grand Livina 1.8, placa QHJ 4691, ano 2014, modelo 2014 da Secretaria de Saúde.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	5,00	Nissan Motor OIL SN 10w40, placa QHJ 4691	UN	30,11	150,55
2	1,00	WY flex injetor cleaner plus 24x325ml, placa QHJ 4691	UN	41,46	41,46
3	1,00	Kit revisão WYNS, placa QHJ 4691	UN	72,20	72,20
4	1,00	Supreme flush OIL system WY, placa QHJ 4691	UN	53,16	53,16
5	1,00	Tab pastilha p/ combustível, placa QHJ 4691	UN	28,74	28,74
6	1,00	Filtro de combustível 16400ZT50A, placa QHJ 4691	UN	29,90	29,90
7	1,00	Arruela de Cobre 11026JA00A, placa QHJ 4691	UN	5,90	5,90
8	1,00	Filtro de óleo lubrificante 1520865F0E, placa QHJ 4691	UN	39,90	39,90
9	3,61	Serviço mecanico, placa QHJ 4691	H	115,45	416,775
10	5,00	Nissan Motor OIL SN 10w40, placa QHI 8191	UN	30,11	150,55
11	1,00	WY flex injetor cleaner plus 24x325ml, placa QHI 8191	UN	41,46	41,46
12	1,00	Kit revisão WYNS, placa QHI 8191	UN	72,20	72,20
13	1,00	Supreme flush OIL system WY, placa QHI 8191	UN	53,16	53,16
14	1,00	Tab pastilha p/ combustível, placa QHI 8191	UN	28,74	28,74
15	1,00	Filtro de combustível 16400ZT50A, placa QHI 8191	UN	29,90	29,90
16	1,00	Arruela de Cobre 11026JA00A, placa QHI 8191	UN	5,90	5,90
17	1,00	Filtro de óleo lubrificante 1520865F0E, placa QHI 8191	UN	39,90	39,90
18	3,61	Serviço mecanico, placa QHI 8191	H	115,45	416,775

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Estes veículos estão em garantia de fábrica, tem a necessidade de realizar a revisão na empresa em que foi adquirido o veículo

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 29/2015 - DLProcesso Nr.: 55/2015
Data: 16/07/2015

Folha: 2/2

Schroeder, 16 de Julho de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

15/07/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 15 de Julho de 2015

Valor da Despesa:

1.677,16 (um mil seiscentos e setenta e sete reais e
dezesseis centavos)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 110/2015

DECRETO Nº. 110/2015 DE 16 DE JULHO DE 2015.

"INSTITUI, E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO 002/2015 DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Constituída a Comissão de Acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo nº002/2015, designando os seguintes membros para sua composição:

RONNY ROBERTO KUFNER - Presidente
NOELI NILVA SANTORO - Secretária
JOSÉ ENRIQUE LANG BONI - Membro

Art. 2º. Os membros designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento do Processo Seletivo nº 002/2015.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as demais disposições em contrários.

Gabinete do Prefeito, 16 de Julho de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

17:30horas.

SERRA ALTA, 17 de julho de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL Contratação de Empresa, especializada na prestação de serviços de locação de impressoras e Fotocopiadoras, a laser, novas ou seminovas, incluindo o fornecimento de suprimentos (exceto o papel); e a manutenção técnica com suprimentos (exceto papel), nas impressoras pertencentes ao patrimônio público do Município de Serra Alta, destinadas ao atendimento essencial do serviço de impressões, fotocópias e digitalização, demandados em todos os departamentos e secretarias que compõe este órgão público municipal.

PRORROGADA a Entrega dos Envelopes para: 14:00 horas do dia 31 de Julho de 2015.

PRORROGADA a Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 31 de Julho de 2015.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:15 às 17:15horas.

SERRA ALTA, 17 de julho de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015 - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Registro de Preços para eventual locação de veículo tipo: ônibus, urbano/rodoviário, para a prestação de serviço aferidos por km rodado em rodovias pavimentadas e em estradas vicinais, para transportes eventuais de atletas, estudantes, idosos, servidores e demais grupos do Município de Serra Alta, atendendo a demanda durante os eventos diversos realizados neste Município.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 31 de julho de 2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 31 de julho de 2015.

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº.149/2015

DECRETO Nº149, DE 15 DE JULHO DE 2015.

CONCEDE EM CARACTER TEMPORARIO, MÁQUINAS E SERVIDORES PARA ATENDER O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO MUNICIPIO DE SAUDADES/SC, TENDO EM VISTA A FORTE CHUVA DO DIA 14 DE JULHO DE 2015.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado servidores e a concessão de veículos para ajudar o Município de Saudades/SC, devido a fortes chuvas que atingiu o Município neste dia 14 de julho de 2015, e que se encontra em estado de calamidade pública.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
15 de julho de 2015.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO Nº.150/2015

DECRETO Nº 150/2015 DE 16/07/2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1004/2014 de 11 de novembro de 2014.

Artigo 1o – Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), destinados a suplementar os seguintes Projeto/Atividades do Orçamento Municipal do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE vigente.

05.01.0010.0301.0008.2.026-Manutenção da farmácia básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(64)	0.1.00.000000	Investimentos- Aplicações Diretas (3002)	R\$ 30.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2014.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 16 de julho de 2015.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 065/2015

DECRETO Nº. 065/2015, DE 17 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 7º, da Lei Municipal nº 777, de 25 de novembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 13.000,00 (treze mil reais), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal conforme segue:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA

PROJ./ATIV.: 27.812.1006.2.043 – Manutenção do Departamento de Esportes

MODALIDADE: 3.3.90.00.0000 – Aplicações Diretas (64) R\$ 10.000,00

FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

PROJ./ATIV.: 13.392.1006.2.147 – Manutenção do Departamento de Cultura

MODALIDADE: 3.3.90.00.0000 – Aplicações Diretas (61) R\$ 3.000,00

FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 13.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o valor de até R\$ 13.000,00 (treze mil reais), através da REDUÇÃO de dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA

PROJ./ATIV.: 27.812.1006.2.043 – Manutenção do Departamento de Esportes

MODALIDADE: 3.1.90.00.0000 – Aplicações Diretas (63) R\$ 10.000,00

FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

PROJ./ATIV.: 13.392.1006.2.147 – Manutenção do Departamento de Cultura

MODALIDADE: 4.4.90.00.0000 – Aplicações Diretas (62) R\$ 3.000,00

FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 13.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE JULHO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 027-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 027/2015

PREGAO PRESENCIAL Nº. 018/2015

Sistema de Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a Aquisição de Gêneros Alimentícios para Manutenção da Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino durante o 2º semestre de 2015. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 09h00min do dia 30/07/2015, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 09h10min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski 479, Centro, Tigrinhos/SC, fone:

49- 36580064. Tigrinhos, 17 de Julho de 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

PORTARIA 138/2015

PORTARIA Nº 138/2015.

CONCEDE AFASTAMENTO AO SERVIDOR MUNICIPAL SR. ORIDES BRAMBILA POR MOTIVO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMÍLIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde em pessoa da família ao Servidor Público Municipal Sr. ORIDES BRAMBILA, cadastrado sob matrícula nº 391/01, pelo período de 10 (dez) dias, a partir de 16 de Julho de 2015, nos termos dos arts. 106, II e 115, da Lei Municipal nº 012/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado e deferido nesta data.

Lei Municipal nº 012/1997

Art. 106. É concedido ao servidor licença:

[...]

II – Por motivo de doença de pessoa da família;

[...]

Art. 115. Ao servidor que, por motivo de doença de cônjuge, filhos, ou de pessoa que viva sob sua dependência econômica, esteja impossibilitado de exercer o cargo, face a impossibilidade de sua assistência pessoal, será concedido licença de até 120 (cento e vinte) dias sucessivos e improrrogáveis, desde que comprove ser indispensável a sua assistência pessoal e que esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE JULHO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezesseis de julho de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 120/2015

DECRETO Nº. 120, DE 15 DE JULHO DE 2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e em conformidade com a Lei nº 1.764 de 14 de julho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da Servidora Gladna de Campos Honorato Zilli, ocupante do cargo de Psicóloga, matrícula nº 2376, de 20:00 horas para 40:00 horas semanais.

Art. 2º - A alteração e lotação de 20:00 horas de que trata o art. 1º, dar-se-á na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Timbé do Sul – SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 15 de julho de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL N.º 19 2015 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2015

Às 09h10min do dia 16/07/2015, na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, abriu-se a sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial em referência, com o objetivo de CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DURANTE A 25ª FESTA DO IMIGRANTE, NO PERÍODO DE 09 A 12 DE OUTUBRO DE 2015 - RESTAURANTE OFICIAL, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NOS ANEXOS DO EDITAL (repetição total Pregão Presencial n.º 12/2015 FCT com alterações). Presentes o pregoeiro JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS, bem como a equipe de apoio:

Equipe de Apoio
BRUNA DE ANDRADE

Que esta subscreve designada pela Portaria nº. 845/2014 alterada pela Portaria nº. 914/2014 publicada no Diário Oficial dos Municípios, para, em atendimento as disposições contidas no Decreto nº. 445 de 16/03/2006.

Sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame, restando-se o mesmo deserto.

Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão às 10h18minh.

Lavrei a presente ata que após lida, será por todos assinada.

Assinantes	
Comissão de Pregão	Assinatura
BRUNA DE ANDRADE	
JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS	

DO EDITAL (Repetição Total Pregão Presencial n.º 13/2015 FCT sem alterações). Presentes o pregoeiro JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS, bem como a equipe de apoio:

Equipe de Apoio
BRUNA DE ANDRADE

Que esta subscreve designada pela Portaria nº. 845/2014 alterada pela Portaria nº. 914/2014 publicada no Diário Oficial dos Municípios, para, em atendimento as disposições contidas no Decreto nº. 445 de 16/03/2006.

Sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame, restando-se o mesmo deserto.

Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão às 10h20minh.

Lavrei a presente ata que após lida, será por todos assinada.

Assinantes	
Comissão de Pregão	Assinatura
BRUNA DE ANDRADE	
JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS	

ATA LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL N.º 20 2015 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2015

Às 10h10min do dia 16/07/2015, na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, abriu-se a sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial em referência, com o objetivo de CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DURANTE A 25ª FESTA DO IMIGRANTE, NO PERÍODO DE 09 A 12 DE OUTUBRO DE 2015 - RESTAURANTE DE SERVIÇO, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NOS ANEXOS

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 21 DE 2015**
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 21/2015 - Autoriza a concessão de auxílio financeiro ao Hospital e Maternidade OASE para a obra de construção da Unidade de Terapia Intensiva - UTI junto ao Hospital e Maternidade OASE no Município de Timbó.

Autor: Prefeito Laércio Schuster Júnior.

Relator: Vereador Douglas Emanuel Marchetti.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito, que pretende conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 1.106.242,93 (um milhão cento e seis mil duzentos e quarenta e dois reais e noventa e três centavos), ao Hospital e Maternidade OASE, através de sua mantenedora Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó - OASET, para a realização de obras de edificação de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) junto ao hospital, conforme orçamento que acompanha os autos.

O projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 2 de julho corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 7 de julho, em Sessão Ordinária, conforme §1º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. No dia 9 de julho a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, quando exarou seu parecer que ora segue. Este é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange aos aspectos legísticos e redacionais, a proposição está de acordo com aquilo que é determinado pela Lei Complementar Federal nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

De outra banda, verifica-se também que a matéria objeto da presente proposição encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 30, inciso I, no que tange à autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local. Por sua vez, a Lei Orgânica do Município reproduz a diretriz constitucional, ao dispor no art. 10, inciso I, sobre a competência deste ente federativo para legislar sobre assuntos de seu interesse.

No mérito, observa-se que a matéria ora analisada, por tratar-se de concessão de auxílio financeiro, depende de autorização legislativa para ser levada a efeito, de acordo com a previsão contida no inciso VI do artigo 15 da Lei Orgânica de Timbó.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seus artigos 196 e 197, assegura a todos os cidadãos o direito à saúde, cabendo ao Poder Público de forma solidária em todas as suas esferas de governo, implementar medidas e ações relacionadas à garantia deste direito. As despesas com a concessão do auxílio correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2015, segundo consta do art. 2º desta iniciativa legal, respeitando-se assim, a previsão contida no art. 26 da LRF (Lei Complementar Federal nº 101/2000).

Sendo assim, estando a presente proposição em conformidade com a legislação aplicável ao caso, este Relator não encontra óbices à sua regular tramitação nesta Casa Legislativa.

III - CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 21/2015.

Este é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Reimar Raddatz

Sala das Comissões, em 9 de julho de 2015.

Rubens Borchardt	
Presidente	
Douglas Emanuel Marchetti	Reimar Raddatz
Relator	Membro

Três Barras

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 008/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 008/2015

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 004/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o item 14.02 do Edital do CP 004/2014, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, relacionados no Anexo I deste Edital, para o provimento de cargos públicos do quadro de pessoal do Município, conforme resultado final devidamente publicado. Os convocados deverão comparecer durante o período de 20 de julho de 2015 até 31 de julho de 2015, das 08:00hs às 12:00hs e 13:15hs às 17:00hs na Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, situada na Avenida Santa Catarina nº 616, Centro de Três Barras – SC, para apresentação e entrega dos documentos necessários, na forma determinada no Edital nº 004/2014. O não comparecimento do candidato no local e datas acima designadas acarretará na renúncia ao direito de ingresso no serviço público.

Três Barras - SC, em 17 de julho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CONVOCADOS CONFORME ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 004/2014.

CARGO	NOME DO CANDIDATO
Psicólogo	Thainara Lech Wendt

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 79/2015

"RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO"

"PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 79/2015 - Edital Pregão nº. 68/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 29 de julho de 2015, Propostas para "Registro de Preço de Óleos Lubrificantes", destinados a manutenção da frota veicular da Prefeitura.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 29 de julho de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 06 de julho de 2015.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 81/2015

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 81/2015 - Edital Pregão nº. 70/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 29 de julho de 2015, Propostas para registro de preços de grama em leiva, de acordo com as disposições contidas no edital.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 29 de julho de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 13 de julho de 2015.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 82/2015

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 82/2015 - Edital Pregão nº. 71/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 30 de julho de 2015, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS de INSTRUMENTOS MUSICAIS destinados a Fanfarra da E. B. Guita Federmann e outras, de acordo com as disposições contidas no edital.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 30 de julho de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 13 de julho de 2015.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2047 NOVO

DECRETO N º 2.047/2015

CONVOCA A 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Treze Tílias em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 3ª Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 06 de Agosto de 2015, no período vespertino, tendo como tema central:

“CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026”.

Lema:

Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026:
O SUAS que temos e o SUAS que queremos.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Treze Tílias/SC, 14 de Julho de 2015.

Mauro Dresch
Prefeito Municipal

Andréia Cristina Ferronato Biagentini
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Treze Tílias

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios

Werydiana Falchetti
Secretária de Administração

DECRETO 2049

DECRETO Nº 2.049/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO VALOR DE R\$ 30.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de 30.000,00 (trinta mil reais) fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

04 – Secretaria de Saúde
01 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade:2101 – Vigilância Sanitária
Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.66
..... R\$ 30.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, ficam utilizados os recursos do Excesso de arrecadação verificado no período.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 15/07/2015

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO Nº 51-2015

EXTRATO DE CONTRATO 51/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: CONSTRUEJC CONTRUÇÕES LTDA - ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para execução de serviços de ampliação do Centro Comunitário do bairro Pôr do Sol, no município de Treze Tílias, conforme projeto constante no Anexo I do presente edital.

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 68.928,38 (Sessenta e oito mil, novecentos e vinte e oito reais e trinta e oito centavos serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2015: DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregados recursos provenientes de Convênio nº 2014TR002472 junto ao Governo do Estado, através da seguinte dotação orçamentária vigente para 2015: 05.01.2005.44.90.00.00.00.00.

PROCESSO LICITATÓRIO: 53/2015.

VIGÊNCIA: Dos Prazos e Vigência - O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 90 dias.

DATA ASSINATURA: 13/07/2015

TREZE TÍLIAS, 13 de Julho de 2015.

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 89/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 89/2015

Edital de Pregão Presencial nº 67/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por ITEM, que tem por objeto a seleção de propostas, visando a "Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recapagens, e vulcanizações de pneus, em veículos da Prefeitura Municipal em conformidade com as especificações dos Anexos.

Entrega das propostas até às 14h30min do dia 31/07/2015 .

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 16 de julho de 2015.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

Turvo

PREFEITURA

CONTRATO PMT 56/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 40/2015
MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 40/2015
CONTRATO N.º 56/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: SETEP CONSTRUÇÕES S.A
OBJETO: Pavimentação e drenagem em via pública municipal
VIGÊNCIA: 13/7/15 A 13/10/15
VALOR: R\$ 134.568,02

PORTARIA 232/2015

PORTARIA Nº 232/15, de 14 de Julho de 2015.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA SOCORRISTA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU, ADMITIDO EM CARATER TEMPORARIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações,

Considerando que a homologação da classificação final do Processo Seletivo 002/2015 – SMS será no dia 15.07.2015.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Motorista Socorrista - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	MATRICULA
Nilson Severino Mota	657.071.339-68	2976
Anderson Felisberto	023.554.019-69	3226
Alan Almiro da Silva	036.825.099-76	3335

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de Julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 233/2015

PORTARIA Nº 233/15, de 14 de Julho de 2015.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações,

Considerando que a homologação da classificação final do Processo

Seletivo 002/2015 – SMS será no dia 15.07.2015.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015, a contratação das servidoras abaixo relacionadas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Técnica de Enfermagem - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Alini Vieira Fischer	074.785.989-27	3193
Tatiana Regina Ronsani Vito	030.825.319-11	3221

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 234/2015

PORTARIA Nº 234/15, de 14 de Julho de 2015.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando que a homologação da classificação final do Processo Seletivo 002/2015 – SMS será no dia 15.07.2015.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 as contratações das servidoras abaixo relacionadas, nomeadas através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 - ESFs, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 115/14 de 08 de Abril de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Barbara Gabriel Simon	065.350.439-08	2750
Larissa Pietsch Manenti	054.383.359-31	2413
Mariana Agnoletto Ribeiro	018.184.760-45	3215
Andresa Pavei	039.538.089-82	3187

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 235/2015

PORTARIA Nº 235/15, de 14 de Julho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, DIGITADOR E TÉCNICO EM ENFERMAGEM, ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar ate 03 de Agosto de 2015, a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Edésia Pereira	020.113.499-31	2975

Art. 2º - Prorrogar ate 03 de Agosto de 2015, a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Digitador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Bruna Ferreira dos Santos	067.988.479-35	2711

Art. 3º - Prorrogar ate 03 de Agosto de 2015, a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Giane Pereira Ferreira	035.507.089-80	3030
Andreia Pereira	044.500.379-01	3404

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 236/2015

PORTARIA Nº 236/15, de 14 de Julho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando que a homologação da classificação final do Processo Seletivo 002/2015 – SMS será no dia 15.07.2015.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação das servidoras abaixo relacionadas, nomeada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 - ESFs, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 115/14 de 08 de Abril de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Técnico de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Angela Pagnan Gabriel	757.969.969-91	2946
Elisangela Fagundes Policarpo	029.872.849-42	2943
Ranielli Zilli Souza	071.797.249-63	2945
Marcia Dandolini Casteller	020.312.259-36	2949

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 237/2015

PORTARIA Nº 237/15, de 14 de Julho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 2.031/2010, de 26 de Outubro de 2010,

Considerando que a homologação da classificação final do Processo Seletivo 002/2015 – SMS será no dia 15.07.2015.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Luana Aguiar Sartor	045.630.749-42	3192

Art. 2º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Angeli Daros	046.391.779-09	3028

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 238/2015

PORTARIA Nº 238/15, de 14 de Julho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FARMACÊUTICO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Taise Lazzarin Daros	070.516.479-97	2861

Art. 2º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, exercendo a função pública de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Angeli Teixeira Cota	833.564.019-04	3175

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 239/2015

PORTARIA Nº 239/15, de 14 de Julho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MÉDICO E FISIOTERAPEUTA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Monia Bardini Pietsch	047.245.879-54	3069
Angelo Ribeiro Manenti	035.450.989-66	3156

Art. 2º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA	SERVIDOR	CPF
2963	Rafael Rovaris	927.765.909-20

Art. 3º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, exercendo a função pública de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA	SERVIDOR (A)	CPF
3014	Sandra Aparecida Manenti	551.507.059-34

Art. 4º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo a função pública de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA	SERVIDOR (A)	CPF
3385	Gabriela Savi da Silva	059.908.169-44

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo SC, 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 240/2015

PORTARIA Nº 240/15, de 14 de Julho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO E ODONTÓLOGO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015, a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Juanita Panatto Daros	052.916.229-62	3065

Art. 2º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada exercendo a função pública de Odontólogo, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	MATRICULA
Morgana Vicentin	067.988.569-26	3428

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 241/2015

PORTARIA Nº 241/15, de 14 de Julho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ODONTÓLOGO, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando que a homologação da classificação final do Processo Seletivo 002/2015 – SMS será no dia 15.07.2015.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, nomeada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 - ESFs, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 115/14 de 08 de Abril de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Michelle da Silva Scarsanella	035.245.309-58	2878

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 242/2015

PORTARIA Nº 242/15, de 14 de Julho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM E MOTORISTA SOCORRISTA – SAMU, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações,

Considerando que a homologação da classificação final do Processo Seletivo 002/2015 – SMS será no dia 15.07.2015.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação das servidoras abaixo relacionadas, nomeada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 - SAMU, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 116/14 de 08 de Abril de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Técnico de Enfermagem - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Patricia Pires	000.052.139-67	2500
Juliana Martins Teixeira	050.235.399-62	2533

Art. 2º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação do servidor abaixo relacionado, nomeado através do Processo Seletivo

Simplificado nº 001/2013 - SAMU, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 116/14 de 08 de Abril de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Motorista Socorrista - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Eloir Osvaldo Borges	415.132.892-72	2099

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 243/2015

PORTARIA Nº 243/15, de 14 de Julho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando que a homologação da classificação final do Processo Seletivo 002/2015 – SMS será no dia 15.07.2015.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação das servidoras abaixo relacionadas, nomeada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 - ESFs, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 115/14 de 08 de Abril de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Carla Cadorin Arcaro Michels	077.695.649-30	2136
Elza Schiavini	636.338.849-04	2936
Jucelir Rabelo Zilli	028.306.099-99	2939
Michele Laurindo Biz	078.010.369-64	3216
Regina Prates Triches	907.121.619-53	2937
Clarissa Raldi	063.927.539-74	2113
Dalva Meister Possamai	999.523.789-04	2143
Luizinha Correia Z. Pasini	031.475.329-09	2141
Maria Aparecida da Silva Comicioli	712.035.599-68	2508
Elisangela Pereira Ferreira	024.621.579-80	2122

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 244/2015

PORTARIA Nº 244/15, de 14 de Julho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando que a homologação da classificação final do Processo Seletivo 002/2015 – SMS será no dia 15.07.2015.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação das servidoras abaixo relacionadas, nomeada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 - ESFs, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 115/14 de 08 de Abril de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Maria M. de Moraes Piazza	828.368.849-91	2142
Mônica de Araujo Santos	041.860.509-29	2148
Sandra C. Bardini Idalino	828.368.099-48	2526
Selair Lino F. Tramontin	240.554.506-06	2146
Vanessa Fornaza Silvestri	075.234.879-55	2137
Rosa Maria Patrício Tonetto	862.673.539-15	2497
Sidiane Laurindo da Silva	059.185.829-08	2499
Scheila Canever	095.311.779-02	2955
Neuza Cadorin	617.914.239-49	2952
Lorena Meister Ribeiro	029.558.919-16	2956

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 245/2015

PORTARIA Nº 245/15, de 14 de Julho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Luiz Carlos Patel	486.236.959-68	3004

Art. 2º - Prorrogar até 18 de Setembro de 2015 a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Angelo Santos Evangelista	376.946.349-87	3333
Antonio Bortot	613.356.309-53	3251
Elisandro Alano Pereira	023.988.499-02	3401
Eugenio Manenti	579.757.019-04	3250
Sandro Barbosa Velho	031.719.089-05	3334
Valmir Severino	305.731.819-34	3332
Volnei Anastácio	579.760.749-20	3248

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 246/2015

PORTARIA Nº 246/15, de 14 de Julho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS I, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 18 de Setembro de 2015 a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Operador de Equipamentos I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Jeferson Cordeiro Fregulia	048.481.189-48	3380
Juliandro Machado Leandro	091.152.489-41	3421
Lucas Pereira Favaro	033.623.509-76	3252
Moacir Maragno	552.336.009-00	3246

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

CONTRATOS PMT 03/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 1/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2015.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CIGA CONSORCIO DE INFORMATICA GESTAO PUB. MUNICIP**CNPJ:** 09.427.503/0001-12**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 17/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Turvo no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA

Data da Assinatura: 04/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 04/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 680, 681**Valor:** 4.320,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME**CNPJ:** 10.610.148/0001-00**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 10/2015**Número do Processo:** 10/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 19/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PÓRTICO NO BAIRRO SANTA LUZIA, ENTRADA DA CIDADE DE TURVO/SC, TUDO DE CONFORMIDADE COM O PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS COMPLEMENTARES EM ANEXO.

Data da Assinatura: 04/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 04/03/2015 a 30/10/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 211.085,38**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ROMAC TECNICA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**CNPJ:** 91.595.678/0001-10**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 13/2015**Número do Processo:** 13/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 20/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NOVA, SOBRE ESTEIRAS, MOTOR A DIESEL DE NO MÍNIMO 6 CILINDROS, COM POTENCIA LÍQUIDA MÍNIMA DE 88 HP, COM NO MÍNIMO CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO.

Data da Assinatura: 09/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 09/03/2015 a 09/03/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 735**Valor:** 275.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME**CNPJ:** 12.766.781/0001-09**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 14/2015**Número do Processo:** 14/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 21/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE 360 (TREZENTOS E SESSENTA) HORAS DE ESCADEIRA HIDRÁULICA PARA RETIRAR SEIXO DO RIO PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS, DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC.

Data da Assinatura: 09/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 09/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 732**Valor:** 79.200,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 3/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME**CNPJ:** 12.766.781/0001-09**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 15/2015**Número do Processo:** 15/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 22/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE 330 (TREZENTOS E TRINTA) HORAS MAQUINAS DE TRATOR ESTEIRA PARA ESPALHAMENTO E NIVELAMENTO DE TERRENO ONDE DA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE TURVO /SC, TERRENOS PUBLICOS E TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO DE AVIARIOS.

Data da Assinatura: 09/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 09/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 733**Valor:** 79.200,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME**CNPJ:** 12.766.781/0001-09**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 16/2015**Número do Processo:** 16/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 23/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE TRANSPORTES DE 514 (QUINHENTOS E QUATORZE) VIAGENS DE CAMINHÃO COM NO MÍNIMO 10M³ DE SEIXO EM ATÉ 20KM DE DISTANCIA POR VIAGEM, PARA A MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE TURVO.

Data da Assinatura: 09/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 09/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 734**Valor:** 77.100,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 4/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** NELSON ALVES DA SILVA**CNPJ:** 18.126.767/0001-27**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 17/2015**Número do Processo:** 17/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 24/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM DAS RUAS Nº 12, Nº 02 E PROFESSORA OLINDA CIRICO CANELLA NOS BAIRROS CIDADE ALTA E CENTRO DE TURVO/SC. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO DE CONFORMIDADE COM O ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANTA EM ANEXO.

Data da Assinatura: 09/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 09/03/2015 a 05/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 743**Valor:** 71.392,68**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** IBANES TRICHES -ME**CNPJ:** 05.600.434/0001-46**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 18/2015**Número do Processo:** 18/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 25/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO TEM POR OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE DIVERSOS PNEUS PARA OS VEICULOS, MAQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA DE TURVO/SC.

Data da Assinatura: 10/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 757, 758**Valor:** 75.100,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 5/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** BEZ BATTI GRAFICA E EDITORA LTDA ME**CNPJ:** 85.172.948/0001-87**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 19/2015**Número do Processo:** 19/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 26/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS IMPRESSOS E GRÁFICOS CFE. A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC.

Data da Assinatura: 10/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 741, 742**Valor:** 72.656,97**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** GOLD COMPUTADORES LTDA**CNPJ:** 02.537.692/0001-37**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 20/2015**Número do Processo:** 20/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 27/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO TEM POR OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONERS PARA AS IMPRESSORAS E COPIADORAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.

Data da Assinatura: 10/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 759, 760**Valor:** 77.985,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 6/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JCB ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME**CNPJ:** 00.757.509/0001-83**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 22/2015**Número do Processo:** 22/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 28/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO PARCELADA E CONTINUA DE TUBOS DE CONCRETO PARA A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SC.**Data da Assinatura:** 11/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 11/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 776**Valor:** 79.520,50**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** BRITAGEM BOSA LTDA - ME**CNPJ:** 82.165.671/0001-77**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 23/2015**Número do Processo:** 23/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 29/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE BASE DE SEIXO PENEIRADO, PARA COLOCAÇÃO E MANUTENÇÃO NAS ESTRADAS MUNICIPAIS.**Data da Assinatura:** 11/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 11/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 775**Valor:** 73.140,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 7/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS, 588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** LIVRARIA E PAPELARIA DENTINHO LTDA**CNPJ:** 76.830.942/0001-69**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 21/2015**Número do Processo:** 21/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 30/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO TEM OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAL DIDÁTICO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PARA SEREM DISTRIBUIDOS NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura: 16/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 16/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 820**Valor:** 77.001,55**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**CNPJ:** 74.111.709/0001-09**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 12/2015**Número do Processo:** 12/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 31/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO TEM OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAL DIDÁTICO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PARA SEREM DISTRIBUIDOS NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura: 23/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 23/03/2015 a 18/09/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.519.907,65**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 8/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** NAPOLY COMERCIAL DE VEICULOS LTDA**CNPJ:** 11.770.571/0001-21**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 24/2015**Número do Processo:** 24/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 32/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA AQUISIÇÃO DE UM VEICULO NOVO, ZERO KM, TIPO SEDÃN, DE COR BRANCA, ANO E FABRICAÇÃO 2015, MODELO 2015, BICOMBUSTIVEL, MOTOR POTÊNCIA MINIMA DE 1.4, DE NO MINIMO 08 VALVULAS, QUATRO PORTAS, INJEÇÃO ELETRONICA, PARA CHOQUES NA COR DO VEICULO, TANQUE DO COMBUSTIVEL COM CAPACIDADE DE NO MINIMO 48 LITROS, PORTA MALAS COM CAPACIDADE DE NO MINIMO 500 LITROS, COM CAPACIDADE DE NO MINIMO 5 PASSAGEIROS...ETC, PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE TURVO/SC.

Data da Assinatura: 24/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 24/03/2015 a 24/03/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 43.300,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SETEP CONSTRUÇÕES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 25/2015**Número do Processo:** 25/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 33/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA AFONSO COLODEL PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE TURVO - SC, COM EXTENSÃO DE 140,16 M. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO DE CONFORMIDADE COM O ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANTA EM ANEXO.

Data da Assinatura: 24/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 24/03/2015 a 22/05/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 951**Valor:** 46.505,08**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 9/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** A. J. E. TERRAPLANAGEM LTDA**CNPJ:** 07.841.041/0001-50**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 27/2015**Número do Processo:** 27/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 34/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A TERRAPLANAGEM DE TRECHO DA RUA Nº 362 COM EXTENSÃO DE 421,19M NO BAIRRO SÃO LUIZ. ONDE TUDO SERA EXECUTADO CFE ORÇAMENTO, MEMORIAL E PLANTA EM ANEXO.**Data da Assinatura:** 25/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 25/03/2015 a 25/05/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 940**Valor:** 146.527,53**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** COMERCIAL ELÉTRICA SUL LTDA - EPP**CNPJ:** 82.100.223/0001-95**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 30/2015**Número do Processo:** 30/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 35/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TURVO - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.**Data da Assinatura:** 27/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 27/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1029**Valor:** 77.793,40**Forma de Pagamento:** À Vista



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS, 588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Folha: 10/10

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME
CNPJ: 10.610.148/0001-00
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 31/2015
Número do Contrato ou Aditivo: 36/2015
Fundamento Legal:
Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO ANTIGO FORUM, LOCALIZADO NA RUA NEREU RAMOS, CENTRO DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.

Número do Processo: 31/2015
Outra Entidade: Não

Data da Assinatura: 27/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 27/03/2015 a 27/05/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho: 1030
Valor: 73.799,83
Forma de Pagamento: À Vista

CONTRATOS PMT 04/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 1/4

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2015.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** L1 SERV. ORG. FEIRAS CONG. VIAGENS E EVENTOS LTDA**CNPJ:** 14.121.384/0001-05**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 32/2015**Número do Processo:** 32/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 37/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS (KITS CONTENDO TECIDOS, REVISTAS TIPO DE ARTESANATO COM TEMA BORDADO VAGONITE E AGULHAS DE BORDAR) PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO "A ARTE DE BORDAR VAGONITE" QUE SERÁ REALIZADO DURANTE O PRIMEIRO E SEGUNDO SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015, DESENVOLVIDO COM OS CLUBES DE MÃES DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.

Data da Assinatura: 06/04/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 06/04/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1101**Valor:** 33.611,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** NELSON ALVES DA SILVA**CNPJ:** 18.126.767/0001-27**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 33/2015**Número do Processo:** 33/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 38/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS EM RUAS DO CENTRO DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC, COM EXTENSÃO DE 3.596,00 M².

Data da Assinatura: 09/04/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 09/04/2015 a 04/01/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1187**Valor:** 79.446,65**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/4

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS, 588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MULLER AGENCIA DE PUBLICIDADE EPP**CNPJ:** 08.959.461/0001-06**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 34/2015**Número do Processo:** 34/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 39/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: O PRESENTE PROCESSO LICITATORIO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (AGENCIA DE PUBLICIDADES) PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE INSERÇÕES RADIOFÔNICAS E PUBLICAÇÕES EM JORNAIS DOS ATOS OFICIAIS, INSTITUCIONAIS, PEÇAS PUBLICITÁRIAS DE INTERESSES SOCIAIS E VEICULAÇÃO DE CAMPANHAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura: 10/04/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/04/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1188, 1189**Valor:** 75.691,50**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA**CNPJ:** 05.763.785/0001-78**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 28/2015**Número do Processo:** 28/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 40/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 8.500 M³ (OITO MIL E QUINHENTOS METROS CÚBICOS) DE AREIA PARA ATERRO (MATERIAL DE PRIMEIRA CATEGORIA) PARA SEREM UTILIZADOS EM SERVIÇOS ATERRO E SERVIÇOS DE DRENAGEM NO ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO NAS RUAS E ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC

Data da Assinatura: 14/04/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 14/04/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1233**Valor:** 82.450,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 3/4

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS, 588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** J B COMÉRCIO E ASSESSORIA ESPORTIVA LTDA ME**CNPJ:** 07.742.866/0001-17**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 36/2015**Número do Processo:** 36/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 41/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR OS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ARBITRAGEM E REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL TAÇA DONATO PANATO, QUE SE REALIZARÁ NO ESTÁDIO ROSA MANENTI. COM PREVISÃO DE INÍCIO PARA NO MÊS DE ABRIL DE 2015 COM TÉRMINO PREVISTO PARA O MÊS DE JULHO DE 2015.

Data da Assinatura: 14/04/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 14/04/2015 a 31/07/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1249**Valor:** 58.108,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CONCRETAR CONCRETO USINADO LTDA**CNPJ:** 01.273.320/0001-88**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 35/2015**Número do Processo:** 35/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 42/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE 580 (QUINHENTOS E OITENTA) M³ DE CONCRETO USINADO 20 MPA CONVENCIONAL, PARA A MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE TAMPAS DE BOCA DE LOBO, BOCAS DE DRENAGEM EM TRAVESSIAS DE ESTRADAS, CALÇADAS, RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E BASES PARA ACADEMIAS DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.

Data da Assinatura: 22/04/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 22/04/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1268**Valor:** 156.600,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 4/4

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL LTDA**CNPJ:** 03.075.558/0001-24**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 38/2015**Número do Processo:** 38/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 43/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO TEM POR FINALIDADE A AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE, OLEO HIDRAULICO, FLUIDOS DE FREIOS E FILTROS DIVERSOS PARA OS VEICULOS E MAQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO - SC.**Data da Assinatura:** 28/04/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 28/04/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1339, 1340, 1341, 1342**Valor:** 79.554,77**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** A. J. E. TERRAPLANAGEM LTDA**CNPJ:** 07.841.041/0001-50**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 37/2015**Número do Processo:** 37/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 44/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 25.000 M³ (VINTE E CINCO MIL METROS CÚBICOS) DE SEIXO BRUTO COM FORMATO ARREDONDADO E SUPERFÍCIE LISA, COM BITOLA DE NO MÁXIMO 3 POLEGADAS, PARA DISTRIBUIÇÃO NAS ESTRADAS MUNICIPAIS.**Data da Assinatura:** 28/04/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 28/04/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1314**Valor:** 495.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMS N. 08/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Adm. Nº.: 08/2015	
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 08/2015	
Tipo : Menor Preço/Por item	
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS PARA ATENDIMENTO AO GRUPO DE GESTANTES DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE E MATERIAS PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.	
Entrega dos Envelopes: 15:00 horas do dia 31 de Julho de 2015.	
Abertura dos Envelopes: 15:15 horas do dia 31 de Julho de 2015.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (049) 3348 1202, ou através de e-mail: administracao@uniaodoeste.sc.gov.br	
União do Oeste - SC, 16 de julho de 2015.	
VITÓRIO GUBERT	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

AVISO DE LICITAÇÃO N. 45/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Adm. Nº.: 45/2015	
Edital: PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 45/2015	
Tipo : Menor Preço/Por Item	
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE SEMEN BOVINO, NITROGÊNIO E MATERIAIS PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.	
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 31 de julho de 2015.	
Abertura dos Envelopes: 19:15 horas do dia 31 de julho de 2015.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (049) 3348 1202, ou através do e-mail: administracao@uniaodoeste.sc.gov.br	
União do Oeste - SC, 16 de julho de 2015.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEIO MUNICIPAL	

DECRETO MUNICIPAL N. 2922/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.922, De 16 de julho de 2015.

Autoriza a prestação de serviços e a utilização temporária de veículos, máquinas e equipamentos ao Município de Coronel Freitas, que teve decretada situação de calamidade pública em decorrência de enchente ocorrida no dia 14 de julho de 2015 e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a solicitação de auxílio, bem como a decretação de estado de calamidade pública no Município de Coronel Freitas em razão de enchente ocorrida no dia 14 de julho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a prestação de serviços temporários por servidores públicos municipais, bem como a utilização de veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de União do Oeste, pelo prazo de 72 (setenta e duas) horas, visando auxiliar o poder público de Coronel Freitas na limpeza da cidade e as vítimas da enchente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 16 de julho de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

ANEXO I RGF 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		451.467,39	0,00
Pessoal Ativo		451.467,39	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista		0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)		451.467,39	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		11.415.155,93	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)		451.467,39	3,95
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		684.909,36	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		650.663,89	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		616.418,42	5,40
FONTE:			

União do Oeste, 13/07/2015

ALGEMIRO ALVES MACIEL
Presidente da Câmara Municipal

KATIA PRISCILA ANTUNES
Contadora - CRC SC 035017/O-9

CLAUDIO BALEN
Tesorreiro

ANEXO V RGF 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXILIOS E CONTRIBUICOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOUREO - AUXILIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOUREO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOUREO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOUREO - RECURSOS DE CONVENIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOUREO - RECURSOS ORDIN. VINCUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Impostod e Transferencias de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS	110.563,95	0,00	1.502,90	0,00	0,00	1.502,90	107.558,15	15.991,20	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADADA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	110.563,95	0,00	1.502,90	0,00	1.502,90	107.558,15	15.991,20	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	110.563,95	0,00	1.502,90	0,00	1.502,90	107.558,15	15.991,20	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
União do Oeste, 13/07/2015

ALGEMIRO ALVES MACIEL Presidente da Câmara Municipal	KATIA PRISCILA ANTUNES Contadora - CRC SC 035017/O-9	CLAUDIO BALEN Tesoureiro
---	---	-----------------------------

ANEXO VI RGF 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		11.415.155,93	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		451.467,39	3,95
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		684.909,36	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		650.663,89	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-110.563,95	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		2.511.334,30	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		1.826.424,95	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		799.060,92	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		15.991,20	107.558,15

FONTE:

União do Oeste, 13/07/2015

ALGEMIRO ALVES MACIEL
Presidente da Camara Municipal

KATIA PRISCILA ANTUNES
Contadora - CRC SC 035017/O-9

CLAUDIO BALEN
Tesoureiro

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 113/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: FERVARGEÃO LTDA - EPP

OBJETO: Acresce quantitativo, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.

VALOR: Em razão do acréscimo de quantitativo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 542,10 (quinhentos e quarenta e dois reais e dez centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 113/2015.

Vargeão SC, 08 de julho de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2015

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para Contratação de empresa para IMPLANTAÇÃO DE BRAÇO E ILUMINAÇÃO EM DIVERSOS PONTOS DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, INCLUSIVE INSTALAÇÃO SUBTERRÂNEA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA METÁLICO 250W E INSTALAÇÃO MEDIÇÃO OLHO MÁGICO NO MIRANTE.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 32/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 27 de julho de 2015.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09:00 hrs do dia 27 de julho de 2015, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 15 de julho de 2015.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015 - MERENDA

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CONFORME RELAÇÃO ANEXA PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR A SER DISTRIBUÍDO PELO LICITANTE VENCEDOR NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. A ser utilizado no transcurso do segundo semestre do exercício de 2015. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega semanal de acordo com o consumo, mediante requisição do setor competente.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 33/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14:00 hrs do dia 29 de julho de 2015.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 14:00 hrs do dia 29 de julho de 2015, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 16 de julho de 2015

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

ATA Nº 206 - CMAS

Ata nº 206 – Aos seis dias do mês de julho de dois mil e quinze reuniram-se às oito horas e trinta minutos, em reunião ordinária, sito a Rua Lauro Muller, 288, na sala de reuniões do Departamento de Ação Social, a Comissão para X Conferencia de Assistência Social e os técnicos que irão auxiliar na organização, para deliberarem sobre o seguinte assunto de pauta; 1) Pré –Conferências. A presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Sra. Viviane iniciou os trabalhos da manhã saudando a todos os membros da comissão e técnicos que auxiliarão na organização das Pré-Conferências, as quais acontecem em preparação à X Conferência de Assistência Social que se realizará no dia quatro de agosto de dois mil e quinze nas dependências do CEVI. Todos os integrantes da equipe receberam os materiais, e uma lista de presença padrão para realizar seus trabalhos, após a realização das Pré – Conferências, a entrega do material distribuído será até o dia vinte e quatro de julho de dois mil e quinze, na secretaria executiva do Conselho de Assistência Social. A Sra. Marizete falou sobre as orientações para Pré- Conferencia de Assistência Social, apresentando para equipe o material que auxiliará os técnicos na realização deste trabalho. A Sra. Juciara comentou em realizar um trabalho explicativo, junto a comunidade para promover os trabalhos de acordo com as cinco dimensões: Dimensão 1: Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto Federativo; Dimensão 2: Participação Social como Fundamento do Pacto Federativo do SUAS; Dimensão 3: Primazia da Responsabilidade do Estado: por um SUAS público Universal, Republicano e Federativo; Dimensão 4: Qualificação no Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo; Dimensão 5: Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo. A próxima reunião ficou agendada para o dia vinte e sete de julho de dois mil e quinze, no Departamento de Ação Social as oito horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Sra. Viviane declarou encerrada a reunião, da qual eu, Sonia, lavrei a presente ata que será assinada por mim, e pelos demais presentes.

ATA Nº 207 - CMAS

Ata nº 207 – Aos treze dias do mês de julho de dois mil e quinze reuniram-se às treze horas e trinta minutos, em reunião ordinária, sito a Rua Lauro Muller, 288, na sala de reuniões do Departamento de Ação Social, a Comissão de financiamento para deliberarem sobre o seguinte assunto de pauta; 1) Plano de Aplicação de Recursos do Co -financiamento Estadual 2015. A diretora do Departamento de Ação Social Sra. Justina apresentou para a comissão de financiamento o Plano de Aplicação de Recursos do Co -financiamento Estadual 2015, a qual após conferir todos os dados, deferiu seu parecer favorável. Logo após as catorze horas e trinta minutos no mesmo local compareceram os membros do CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) para reunião ordinária do mês de julho. A presidente Sra. Viviane deu início aos trabalhos saudando os participantes e prosseguiu, passando a palavra à Gestora Sra. Justina, a qual explicou o funcionamento do Plano de Aplicação de Recursos do Co financiamento Estadual, sendo que os recursos são aplicados na prestação de serviços como; Benefícios Eventuais, valor de R\$ 7.741,47 (sete mil setecentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos) sendo 100% custeio, plano de aplicação, pagamento de auxílio funeral, Proteção Básica - CRAS- valor de R\$ 26.073,65(vinte e seis mil e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos) sendo 70% custeio, plano de aplicação, aquisição de alimentos, conservação e adaptação/destinação exclusiva de serviço, e 30% investimento, plano de aplicação, aquisição de mobiliário e utensílios, aquisição de equipamentos eletrônicos/informática, Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade –CREAS, valor de R\$ 76.032,00 (setenta e seis mil e trinta e dois reais) sendo 90% custeio, plano de aplicação, aquisição de produtos de limpeza e higiene, conservação e adaptação de imóvel público com destinação exclusiva ao serviço, manutenção e/ou outras despesas vinculadas ao serviço, material de divulgação e capacitação dos trabalhadores, e 10% de investimento, plano de aplicação, aquisição de mobiliário e utensílios, aquisição de equipamentos eletrônicos e informática, Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade –Abrigo Institucional – Asilo, valor de R\$ 20.897,75 (vinte mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos) sendo 70% custeio, plano de aplicação, aquisição de materiais de expediente e consumo, aquisição de produtos de limpeza e higiene, alimentação, manutenção e outras despesas vinculadas ao serviço, e 30% investimento, plano de aplicação, aquisição de mobiliários e utensílios, aquisição de equipamentos eletrônicos e informática. Depois de feita a explanação do plano de aplicação dos recursos para todos os membros do CMAS, o Presidente da Comissão de Financiamento Sr. Alvair fez a leitura do parecer , o qual deferiu favorável. Os Conselheiros também foram unânimes quanto a aprovação. A Sra. Juciara comentou sobre a importância de realizar a pré- conferencia com os Conselheiros, sugerindo que fosse realizada na mesma data, houve consenso entre os participantes, e ela própria fez a apresentação da pré conferencia, esclarecendo dúvidas e refletindo sobre os eixos temáticos que serão discutidos na X Conferência de Assistência Social. Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Sra. Viviane declarou encerrada a reunião, da qual eu, Sonia, lavrei a presente ata que será assinada por mim, e pelos demais presentes.

DECRETO Nº 12.225/15

DECRETO Nº 12.225/15, DE 14 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre a Convocação da X Conferência Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, e;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município;

DECRETA

Art. 1º Fica convocada a X Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 04 de agosto de 2015, no Centro de Eventos Vitória – CEVI tendo como tema central: "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de julho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.226/15

DECRETO Nº 12.226/15, DE 15 DE JULHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.980/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 12012/2015.

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.980/15, que nomeou CARLOS ANTONIO GUSI, para exercer o cargo de Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de julho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.227/15

DECRETO Nº 12.227/15, DE 15 DE JULHO DE 2015.

Nomeia Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ALCEU GRASSI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de julho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.228/15

DECRETO Nº 12.228/15, DE 15 DE JULHO DE 2015.

Nomeia Motorista III – Ônibus

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista III – Ônibus, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de julho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.229/15

DECRETO Nº 12.229/15, DE 15 DE JULHO DE 2015.

Exonera, a pedido, Empregado Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 12048/2015.

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, FRANCIELE VANELLI MELOTTI, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto nº 11.569/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 24 de julho de 2015.

Videira, 15 de julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de julho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.230/15

DECRETO Nº 12.230/15, DE 15 DE JULHO DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JULIANA ANTUNES DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de julho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.231/15

DECRETO Nº 12.231/15, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Designa servidor para responder pelo PROCON

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX,

Considerando que a Chefe do PROCON, Débora Fabiéli Coelho de Ávila, retornará às suas atividades na data de 04/08/2015.

RESOLVE

Art. 1º Fica designado o servidor FERNANDO STRAPAZZON, ocupante do cargo efetivo de Fiscal do PROCON, para responder interinamente pelo cargo de Chefe do PROCON, no período de 20 de julho de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de julho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 024/15

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 024/2015

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 3º da Lei Complementar nº 136/13, de 31 de julho de 2013, REFIS 2013, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento - REFIS 2013 NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS – REFIS 2013 requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
NILSON PASQUAL PELENTIR DA CRUZ	733.605.709-87	18647/2013	15/07/2015
FRANCISCO ANTUNES DE LIMA	296.432.529-49	18641/2013	15/07/2015
DORIVAL ANTONIO PONTES	387.131.109-00	14344/2013	15/07/2015

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 15 de julho de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 025/15

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 025/2015

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
ELIANE ANTUNES DUARTE -MEI	14.889.842/0001-50	17843/2014	15/07/2015
FERRARI, DE AMORIM E ADVOGADOS ASSOCIADOS	04.081.083/0001-41	968/2015	15/07/2015
FIDERCINO DE SOUZA	435.834.239-68	5778/2014	15/07/2015
ILZE CLEIDE GONCIAR CONTI	347.892.009-49	11298/2014	15/07/2015
J.J.M. MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA	06.044.400/0001-85	2194/2015	15/07/2015
JAIR DA SILVA E LEONI LUZITANI DA SILVA	892.150.609-87	611/2015	15/07/2015
JOÃO BATISTA ANTUNES DE CASTRO-ME	07.011.958/0001-27	2486/2015	15/07/2015
JOVANIA ANTUNES DUARTE - MEI	12.216.067/0001-45	12735/2014	15/07/2015
LEONI APARECIDA PEREIRA	551.150.809-82	8595/2013	15/07/2015
LUIZ ANTONIO RIBEIRO DA SILVA	731.388.439-72	19048/2014	15/07/2015
LUIZ CARLOS RIBEIRO	421.162.449-00	902/2015	15/07/2015
MARCIO RODRIGUES DA SILVA-MEI	14.354.117/0001-88	1828/2015	15/07/2015
ORVASIO ZARPELLON	099.398.499-15	719/2015	15/07/2015
TERCEIRO TURNO RASTREAMENTO LTDA	01.709.983/0001-00	1359/2015	15/07/2015
VALDEMAR JOÃO GABRIEL	194.713.869-34	2309/2015	15/07/2015

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 15 de julho de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças

EXTRATO DO CONTRATO N. 0121/15

Extrato do Contrato n. 0121/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAIRALLINE PEREIRA FRAGOZO

CPF: 098.076.469-60

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0200/15

Extrato do Contrato n. 0200/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA LUCIA SANTOS DOS SANTOS

CPF: 839.892.930-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 19 de março de 2015 a 31 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0207/15

Extrato do Contrato n. 0207/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VIVIANA BIANCHIN

CPF: 063.088.899-03

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A ONDINA ALVES DE MORAIS SIEBAUER QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 18 de março de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0208/15

Extrato do Contrato n. 0208/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANGELA MARIA GALDINO

CPF: 721.734.759-91

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 17 de março de 2015 a 31 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0242/15

Extrato do Contrato n. 0242/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: VALDOMIRO ANTUNES DE SOUZA

CPF: 183.262.699-72

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS E ATÉ SEJA REALIZADO O PROCESSO SELETIVO

VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 a 30 de setembro de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0243/15

Extrato do Contrato n. 0243/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCI APARECIDA CARDOSO DA SILVA LAZZARI

CPF: 538.488.539-49

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 07 de maio de 2015 a 31 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0256/15

Extrato do Contrato n. 0256/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KATIANE ROBERTI

CPF: 006.886.619-47

OBJETO: ADMISSÃO PARA ATENDER A NECESSIDADE IMEDIATA DAS ESCOLAS PELA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.325,92 (dois mil trezentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0264/15

Extrato do Contrato n. 0264/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SALETE PIRAN SILVEIRA

CPF: 582.034.949-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0272/15

Extrato do Contrato n. 0272/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDNEIA ANA UNGARATTO

CPF: 036.185.999-60

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A MARISTELA AGUIAR QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 11 de maio de 2015 a 05 de agosto de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES FINAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0278/15

Extrato do Contrato n. 0278/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VALDETE LUCIA FRANZOSI

CPF: 758.029.299-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 01 de junho de 2015 a 31 de julho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0279/15

Extrato do Contrato n. 0279/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE BRANCALEONI

CPF: 048.765.029-86

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A IVETE TEREZINHA DA SILVA NUNES PINTO QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de junho de 2015 a 02 de setembro de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0280/15

Extrato do Contrato n. 0280/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIMAR CASAGRANDE DOS REIS

CPF: 040.326.439-11

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A VANOLDA BATISTA DE ALMEIDA QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO VIGÊNCIA: de 01 de junho de 2015 a 01 de setembro de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0283/15

Extrato do Contrato n. 0283/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSELI DIAS DE SOUZA

CPF: 062.143.169-93

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A NAIR TOMAZ DOS SANTOS QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE VIGÊNCIA: de 02 de junho de 2015 a 11 de agosto de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0285/15

Extrato do Contrato n. 0285/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GIZELAINA MARIA DE ANDRADE

CPF: 023.497.069-31

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A MARIZENE SALETE DE DEUS BOEIRA QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 11 de junho de 2015 a 01 de setembro de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0286/15

Extrato do Contrato n. 0286/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCELEI DE FATIMA SCHEUERMANN

CPF: 019.650.599-29

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 02 de junho de 2015 a 31 de julho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0288/15

Extrato do Contrato n. 0288/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PAMELA CRISTINA DA SILVA

CPF: 080.360.239-11

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 08 de junho de 2015 a 31 de agosto de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0291/15

Extrato do Contrato n. 0291/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE ANTUNES MOREIRA

CPF: 059.483.899-10

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A MARLENE FERNANDES GONÇALVES QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO VIGÊNCIA: de 02 de junho de 2015 a 01 de setembro de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0292/15

Extrato do Contrato n. 0292/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MIRIANE DA SILVA SERAFINI

CPF: 050.073.559-09

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 17 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0293/15

Extrato do Contrato n. 0293/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELA TEIXEIRA CHAVES

CPF: 051.928.639-10

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2015 a 31 de julho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0294/15

Extrato do Contrato n. 0294/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA APARECIDA CAMINISKI ZANOL

CPF: 070.417.679-30

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 01 de junho de 2015 a 31 de agosto de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0005/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0005/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SANDRA URBANO DOS SANTOS

CPF: 005.088.139-64

OBJETO: Alteração da justificativa de "fica assegurada à estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista, da licença maternidade" para "tendo em vista parecer jurídico, fica assegurada a contratação da funcionária até 31 de agosto de 2015, pois se encontra em licença maternidade e mais 01 (um) mês, referente a estabilidade até o 5º (quinto) mês após parto".

VIGÊNCIA: de 21 de janeiro de 2013 até 30 de setembro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0006/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0006/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VANESSA RIBEIRO SILVEIRA

CPF: 061.104.929-57

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à VILCE TEREZINHA GIRIOLI, em licença para tratamento de saúde" para "tendo em vista parecer jurídico, fica assegurada a contratação da funcionária até 24 de agosto de 2015, pois se encontra em licença maternidade e mais 01 (um) mês, referente a estabilidade até o 5º (quinto) mês após parto".

VIGÊNCIA: de 13 de janeiro de 2015 até 24 de setembro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0059/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0059/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA SALETE MORIGGI

CPF: 558.287.799-15

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2015 até 31 de agosto de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0093/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0093/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA PAULA RODRIGUES

CPF: 063.815.229-17

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724 (setecentos e vinte e quatro reais), para atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda" para "R\$ 788,00

(setecentos e oitenta e oito reais), para atender em caráter temporário de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, em virtude de haver a vacância do cargo compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado no concurso em vigor, até a efetiva entrada em exercício”.

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de junho de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0119/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0119/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIRLEIA HONORATO FERREIRA

CPF: 077.130.099-90

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de “R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos), fica assegurada à estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista, da licença maternidade” para “R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), e tendo em vista parecer jurídico, fica assegurada a contratação da funcionária até 02 de julho de 2015, pois se encontra em licença maternidade e mais 01 (um) mês, referente a estabilidade até o 5º (quinto) mês após parto”.

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 02 de agosto de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0132/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0132/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIRLEY APARECIDA ADADA BARICHELO

CPF: 449.780.229-91

OBJETO: Alteração do vencimento de “R\$ 724 (setecentos e vinte e quatro reais)” para “R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)”.

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 01 de setembro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0139/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0139/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0199/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOCEMARA DOS SANTOS SOTELE BOZ

CPF: 061.106.399-90

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 22 de maio de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0141/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0141/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0649/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLY ELENICE ZWIEREWICZ

CPF: 009.077.739-58

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 25 de maio de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0147/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0147/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0251/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LORINÊS TEREZINHA REOLON

CPF: 025.510.349-22

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 27 de maio de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0150/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0150/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0070/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GRISILDA LIESEMBERG BERGAMO

CPF: 614.116.559-15

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 27 de maio de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0156/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0156/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0582/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA APARECIDA RUFINO

CPF: 042.002.059-47

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 01 de junho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0157/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0157/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0286/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCELEI DE FATIMA SCHEURMANN

CPF: 019.650.599-29

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 12 de junho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0160/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0160/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0068/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DAIANA DA SILVA LAIDNES

CPF: 045.773.949-52

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 11 de junho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0165.15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0165/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0122/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GIOVANA ESTER DE LIMA

CPF: 086.527.109-70

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 12 de junho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0175/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0175/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0445/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAYNARA GUILL

CPF: 080.414.459-18

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 29 de junho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0177/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0177/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0271/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NILCEIA PADILHA CHAVES

CPF: 065.288.959-02

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 29 de junho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0178/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0178/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0494/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SANDRA ROBERTI DEMICIANO

CPF: 933.502.959-91

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 30 de junho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0179/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0179/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0426/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NOELI FATIMA BOTEAL PERETTI

CPF: 590.318.759-53

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 30 de junho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0182/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0182/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0644/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: RAFAELA DALL'ASTA

CPF: 018.352.720-88

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 30 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 0523/15

PORTARIA nº 0523/15

Autoriza o Uso do Parque do Rio do Peixe

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 11.594/2015.

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Parque do Rio do Peixe pela Escola de Educação Infantil Comecinho de Vida e Gennius – Ensino Fundamental, no dia 15 de agosto de 2015, no período da tarde, a fim de realizar homenagem alusiva ao Dia dos Pais, com caminhada e passeio ciclístico saindo do parque, seguindo pela Rua XV de Novembro, Rua Nicolau Cavon e retornando ao parque.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou

similares que possam danificar a o local;

d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas, dos bens pertencentes ao patrimônio público;

e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições dos bens públicos quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de julho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0525/15

PORTARIA nº 0525/15

Revoga a Portaria nº 0188/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 11591/2015.

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0188/15, que autoriza o uso do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni, pela Escola Gennius – Ensino Fundamental, no dia 08 de agosto de 2015, das 08h00min às 20h00min, a fim de realizar homenagem alusiva ao Dia dos Pais com atividades físicas da instituição de ensino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de julho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0526/15

PORTARIA nº 0526/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11.578/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 01 (um) mês ao servidor MÁRIO PEDRO FONTANELLA, Procurador Municipal, de 1º de setembro de 2015 até 30 de setembro de 2015, referente ao quinquênio de 2 de setembro de 2005 até 1º de setembro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2015.

Videira, 15 de julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de julho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 09/2015 - FMAS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINDES E MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL (CRAS, CREAS, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA, GRUPO DE ATENÇÃO BÁSICA AO IDOSO E PROJETO JUVENTUDE ATIVA). 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 03/08/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 16 de Julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 005/15 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESOLUÇÃO Nº 005/2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Videira.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião

Plenária Ordinária, realizada dia 13 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 162/96, de 20 de novembro de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Videira – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 20.897,00 (vinte mil oitocentos e noventa e sete reais), sendo que 30% (trinta por cento) destina-se para investimento e 70% (setenta por cento) para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, nas modalidades de Abrigo Institucional, dispostos da seguinte forma:

I - Abrigo Institucional – Lar Menino Jesus, I e II, o valor de R\$ 10.448,50 (Dez mil quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos) sendo 30% investimento e 70% custeio.

II - Abrigo Institucional - Asilo, Lar Bom Samaritano para pessoas idosas de ambos os sexos em situação de vulnerabilidade social, acima de 60 (sessenta anos) o valor de R\$ 10.448,50 (Dez mil quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos) sendo 100% custeio.

Art. 3º O gestor da política de assistência social deve assumir o compromisso e a responsabilidade com o reordenamento da oferta de serviços para na modalidade Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 13 de julho 2015.

Viviane Sporr

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO Nº 006/15 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESOLUÇÃO Nº 006/2015

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 7.711,47 (Sete mil setecentos e onze reais e quarenta e sete centavos).

Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões

suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de auxílio funeral.

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 13 de julho de 2015.

Viviane Sporr

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO Nº 007-15 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)
DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESOLUÇÃO Nº 007/2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Videira.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 13 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 162/96, de 20 de novembro de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Videira – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 26.073,65 (vinte e seis mil e setenta e três reais sessenta e cinco centavos), referente ao ano de 2015, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

(X) 70% para custeio e 30% para investimento

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 13 de julho de 2015.

Viviane Sporr

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO Nº 008/15 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESOLUÇÃO Nº 008/2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Videira.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 13 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 162/96, de 20 de novembro de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Videira – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 76.032,00 (setenta e seis mil e trinta e dois reais), sendo que 10% (dez por cento) destina-se para investimento e 90% (noventa por cento) para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/ 2009:

I – Serviço de Proteção e Atendimento especializado a Família e Indivíduos- PAEF.

II – Serviço de Proteção Social em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida – LA, e de Proteção a Comunidade – PSC.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS, no Centro POP e nas entidades, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009:

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 13 de julho de 2015.

Viviane Sporr

Presidente CMAS

RETIFICAÇÃO EXTRATO ADITIVO Nº 54/2015-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 54/2015-FMS

O Departamento de Licitações torna público a retificação do extrato do Termo Aditivo nº 54/2015-FMS, veiculado na edição nº 1773 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, no dia 30/06/2015, devido a erro de digitação por este departamento no tocante ao nº do processo de Pregão Presencial, passando a ter a seguinte redação:

Termo Aditivo nº: 54/2015-FMS

Data de Assinatura: 16.06.2015

Fornecedor.....: ORTOCLÍNICA SÃO LUCAS S/C
Valor : R\$ 147.411,38
Licitação : Pregão Presencial nº 36/2014-FMS
Vigência : Início: 23.06.2015 Término: 23.06.2016
Objeto : Prorrogação do prazo de vigência por mais

12(doze) meses, com efeitos a partir de 23 de Junho de 2015 até 23 de Junho de 2016, e reajuste dos valores conforme da cláusula 10ª através do IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, em 4,104080%.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO EDITAL CONCURSO 001/2015 - CMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

A Presidente da Câmara de Vereadores de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a Comissão Especial de Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 021/2015 de 15/07/2015, torna público que estão abertas no período de 17/07/2015 a 17/08/2015 as inscrições para o Concurso Público para provimento de 1 (uma) vaga para o cargo de Contador e cadastro de reserva para o cargo de Técnico em Nível Superior. A prova está prevista para o dia 30/08/2015. Maiores detalhes e demais informações constam do inteiro teor deste edital que encontra - se publicado no mural oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, bem como no mural da Prefeitura Municipal e nos sites: www.camaravideira.sc.gov.br e www.iobv.com.br.

Videira (SC), 17 de julho de 2015.

Christiane Zimmer

Presidente da Câmara

PORTARIA Nº 022/15

PORTARIA Nº 022/2015

Concede Férias a JULIANA APARECIDA MUNARETTO CANTÚ.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Adiantar 10 (dez) dias de férias a Servidora Juliana Aparecida Munaretto Cantú, portaria de nomeação nº 016/2013, Cargo de Provimento Efetivo de Assessor Jurídico, código 06, nível alfabético CE-6, período aquisitivo 05/08/2014 a 04/08/2015, a partir do dia 20 de julho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC), 17 de julho de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER

Presidente

JACSON DARCI LOCATELLI

Vice-Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

1º Secretário

PORTARIA Nº 023/15

PORTARIA Nº 023/2015

Concede Férias a ROSE ANGELA BERTOLIN.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Rose Angela Bertolin, Portaria de Nomeação nº 003/2013, Cargo Comissionado de Diretora Legislativa, Código 033, símbolo CC-4, referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014, a partir de 05 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC), 15 de dezembro de 2014.

LOURENÇO BECKER CLARIMAR

Presidente

RAIMUNDO BETTONI

Vice-Presidente

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
1ª Secretária

INPREVID

RETIFICAÇÃO EDITAL 01/2015

Ato 001/CP/INPREVID/ED1/15

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO
DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO DO INPREVID

O PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social do Município de Videira - INPREVID, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público a primeira retificação do edital conforme segue:

1. No item 8.5 do Edital:

1.1 Onde se lê:

- a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da Prova Escrita igual ou maior a 6,00 (seis); sendo convocado para a próxima fase, se assim o cargo exigir;
- b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 6,00 (seis); sendo eliminado do certame;

1.2 Leia-se:

- a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da Prova Escrita igual ou maior a 5,00 (cinco); sendo convocado para a próxima fase, se assim o cargo exigir;
- b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 5,00 (cinco); sendo eliminado do certame;

2. No item 10.2 do Edital:

2.1 Onde se lê:

10.2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 6,00 (seis).

2.2 Leia-se:

10.2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

3. No Conteúdo Programático Específico:

3.1 Onde se lê: Resolução CMV 3922/2010

3.2 Leia-se: Resolução CMN 3922/2010

4. As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Videira, 16 de Julho de 2015

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 143/2015

DECRETO Nº AJG 143/2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA O CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o senhor Fernando Dal Zot, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, inscrito no cpf/mf sob nº 005.902.369-46, portador da Cédula de Identidade 3.807.424, expedida pela SSP/SC, inscrito na OAB/SC sob nº 35.504, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto nº AJG 002/2015, de 02 de janeiro de 2015.

Xanxerê/SC, 16 de julho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 144/2015

DECRETO Nº AJG 144/2015

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907, de 12 de julho de 2006, c/c o artigo 3º, da Lei Municipal nº 3.438, de 07 de maio de 2012,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o senhor ADIERSO MARCOS BIANCHI, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, inscrito no CPF/MF sob nº 694.015.199-00, portador da Cédula de Identidade 1.696.504-3, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, remunerado por subsídio fixo, nos termos do art. 39, § 4º, da Constituição Federal c/c o art. 3º, da Lei Municipal nº 3.438/12, de 07/05/2012.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 16 de julho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 145/2015

DECRETO Nº AJG 145/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº AJG 005/2015 DE 02 DE JANEIRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o Decreto Municipal nº AJG 005/2015, de 02 de janeiro de 2015, que designou o servidor público estadual senhor Nédio Luiz Conci para exercer as funções de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 16 de julho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 146/2015

DECRETO Nº AJG 146/2015

NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907, de 12 de julho de 2006, c/c o artigo 3º, da Lei Municipal nº 3.438, de 07 de maio de 2012,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a senhora IARA HELENA CALLFASS, brasileira, casada, psicóloga, inscrita no CPF/MF sob nº 251.163.639-53, portadora da Cédula de Identidade RG nº 947.491-9, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Saúde, remunerada por subsídio fixo, nos termos do art. 39, § 4º, da Constituição Federal c/c o art. 3º, da Lei Municipal nº 3.438/12, de 07/05/2012.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 16 de julho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº AJG 026/2015

PORTARIA Nº AJG 026/2015

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DO PROCON, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que ainda não foi criado cargo específico de Fiscal do Procon no quadro permanente de servidores do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor CLAUDIO ANTONIO WINCKLER, agente fiscal, para responder pelos serviços de fiscalização do PROCON, ao qual delego competência e poder de polícia para fiscalizar, emitir notificações, lavrar autos de infração e embargos, sempre que ocorrer infração à legislação consumerista no Município de Xanxerê.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 16 de julho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 022/2015 - PMXV

CONVÊNIO Nº 022/2015

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE XAVANTINA e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES SÃO FRANCISCO DE LINHA DIVISA DAS ÁGUAS, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnico-financeira.

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa sita na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, portador da Cédula de Identidade RG nº 14/R 2.697.343 SSP-SC e inscrito no CPF/MF nº 827.815.679-49, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES SÃO FRANCISCO DE LINHA DIVISA DAS ÁGUAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Divisa das Águas, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 05.556.878/0001-21, aqui representada por seu Presidente, Senhor Oclides Brighenti, inscrito no CPF nº 195.679.609-68 e RG nº 291.467, doravante denominada ENTIDADE, ajustam celebrar o presente convênio, com fundamento na Lei nº 1.434, de 10 de Março de 2015, sujeitando-se, no que couber às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Instrução Normativa nº TC-14/2012, Instrução Normativa nº 001/2014, de 09 de abril de 2014, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela ENTIDADE e aprovado pelo MUNICÍPIO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é o estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à ENTIDADE, de recursos visando à aquisição de materiais de construção para reforma e ampliação da cozinha do centro comunitário, de acordo com a Lei Municipal nº 1.434, de 10 de Março de 2015 e plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é a contar de 15 de Julho de 2015 até 15 de Setembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:

Para execução do presente convênio, o MUNICÍPIO transferirá recursos no valor total de até R\$ 19.100,00 (dezenove mil e cem reais), a serem pagos, conforme cronograma:

Nº Parcela	Valor R\$
01ª – Julho de 2015	19.100,00

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos repassados pelo MUNICÍPIO integram a dotação orçamentária do Órgão/Unidade 12.01, Projeto Atividade 0.001, Elemento de Despesa 4.4.50.00.00.00.00.00, Código Reduzido 89.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

- I – aplicar os recursos recebidos, bem como a contrapartida, conforme plano de aplicação aprovado pelo Município;
- II – ressarcir ao Município os recursos recebidos através deste convênio, bem como os rendimentos de aplicação financeira, quando comprovada a sua inadequada utilização ou saldo não utilizado;
- III – movimentar a realização das despesas em conta específica, dos recursos recebidos;
- IV – comprovar a realização das despesas somente com notas

fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

V – Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas se for o caso;

VI – Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo Município;

VII – prestar contas no prazo de sessenta dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira;

VIII – Disponibilizar o espaço do centro comunitário da associação de forma gratuita, quando da realização de eventos por este órgão público;

Parágrafo único. Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no item VII e atender o disposto na Instrução Normativa nº 001/2014, de 09 de abril de 2014, da Coordenadoria de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

O MUNICÍPIO compromete-se à:

I – Liberar os recursos, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- a) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;
- b) quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

II – Acompanhar a execução do objeto através de visitas in loco e fiscalizações periódicas;

III – Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será extinto:

- I – pela conclusão do seu objeto;
- II – por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de trinta dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de extinção, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em três vias, perante as testemunhas abaixo firmadas.

Xavantina (SC), 15 de Julho de 2015.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES SÃO FRANCISCO DE LINHA DIVISA DAS ÁGUAS
------------------------	---

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Nome: Joselino Luiz Naissinger Nome: Arline Caon
CPF: 047.840.569-39 CPF: 055.243.049-84

DECRETO 071/2015

DECRETO Nº 071/2015

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR CHUVAS INTENSAS- (COBRADE 1.3.2.1.4).

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 101, da Lei Orgânica do Município, Inciso VI do Artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012.

CONSIDERANDO QUE:

- as chuvas intensas que ocorreram no período de 13/07/2015 até 14/07/2015, atingiram a totalidade do Município, conforme relatórios da EPAGRI/CIRAM;
- como consequência deste desastre, resultaram danos e prejuízos, em todos os acessos as comunidades do interior do município constantes do FIDE (Formulário de Informações do Desastres);
- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;
- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da comunidade e o despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como CHUVAS INTENSAS- (COBRADE 1.3.2.1.4), conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil – COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil – COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo

público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Xavantina, (SC), 14 de Julho de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 072/2015

DECRETO Nº 072/2015

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE AULAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Decretação de Situação de Emergência no Município de Xavantina em decorrência das intensas chuvas que causaram enxurradas e alagamentos;

Considerando que algumas linhas escolares estão com dificuldade de acesso em função das danificações em pontes, bueiros e estradas municipais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensas as aulas nos dias 14 e 15 de julho de 2015, em toda a rede municipal e estadual de ensino, voltando ao normal no dia 16 de julho.

§ 1º. As aulas suspensas serão repostas durante o ano letivo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 14 de Julho de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 073/2015

DECRETO Nº 073/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.456, de 15 de Julho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 11.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto Atividade: 2.001 - Manter a Câmara Municipal de Vereadores

Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000

R\$: R\$ 5.400,00

Art. 2º. Para atender a suplementação do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial/total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 11.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto Atividade: 2.001 - Manter a Câmara Municipal de Vereadores

Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0000

R\$: R\$ 5.400,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 15 de Julho de 2015.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1456

LEI Nº 1456, DE 15 DE JULHO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 5.400,00 (cinco mil e

quatrocentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 11.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto Atividade: 2.001 - Manter a Câmara Municipal de Vereadores

Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000

R\$: R\$ 5.400,00

Art. 2º. Para atender a suplementação do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial/total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 11.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto Atividade: 2.001 - Manter a Câmara Municipal de Vereadores

Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0000

R\$: R\$ 5.400,00

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 15 de Julho de 2015.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 142/2015

PORTARIA Nº 142/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Sr. OSMAR DERVANOSKI, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 02/01/2013 à 01/01/2014, a contar do período de 13/07/2015 à 11/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 10 de Julho de 2015.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 143/2015

PORTARIA Nº 143/2015

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a portaria nº 142/2015, a qual concede férias ao Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, senhor Osmar Dervanoski;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público municipal, Sr. FLADEMIR ADAUTO DA SILVA, para responder pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Xavantina, a partir de 13 de Julho de 2015.

Art. 2º A presente designação se fará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 10 de Julho de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 144/2015

PORTARIA Nº 144/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal, SRA. JOVANE CENCI FORMAGINI, ocupante do cargo efetivo de Agente de Atividades Gerais, referente ao período aquisitivo de 17/02/2014 à 16/02/2015, a contar do período de 13/07/2015 à 11/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 13 de Julho de 2015.

JOSE DAL BOSCO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 145/2015

PORTARIA Nº 145/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal, SRA. JANE CARMEM BRAND, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 03/05/2014 à 02/05/2015, a contar do período de 13/07/2015 à 11/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 13 de Julho de 2015.

JOSE DAL BOSCO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 146/2015

PORTARIA Nº 146/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal, SRA. CATIA MARA COSMANN, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro, referente ao período aquisitivo de 06/06/2013 à 05/06/2014, a contar do período de 13/07/2015 à 11/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 13 de Julho de 2015.

JOSE DAL BOSCO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTOS, EDITAL 001/2015 – CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE XAVANTINA –SC – CMDCA

EDITAL Nº 001/2015 - ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO TUTELAR

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE XAVANTINA SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Xavantina (CMDCA), torna público o RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTOS, EDITAL 001/2015 – CMDCA.

Nº. ID	NOME DO CANDIDATO	Nº AC	NPE
001	Soleni Paludo	18	9,00
002	Roselei Biffi	16	8,00
003	Cristina da Silveira	18	9,00
004	Geneci Bordignon	16	8,00
005	Juçara Fatima Camera	17	8,50
006	Marta Barbieri	13	6,50
007	Lediane Alberti	15	7,50
008	Clarice Betiatto	19	9,50
009	Debora Spagnol	17	8,50
010	Lucas Wuicik	18	9,00

Xavantina, SC, 16 de Julho de 2015.

Meryen Andrine Renostro Martins de Quadros
Presidente CMDCA

RESULTADO DA PROVA DE INFORMÁTICA, EDITAL 001/2015 – CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE XAVANTINA –SC – CMDCA

EDITAL Nº 001/2015 - ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO TUTELAR

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE XAVANTINA SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Xavantina (CMDCA), torna público o RESULTADO DA PROVA DE INFORMÁTICA, EDITAL 001/2015 – CMDCA.

Nº	NOME DO CANDIDATO	NOTA	SITUAÇÃO
001	ROSILEI FÁTIMA JUNGES BIFFI	8,00	APROVADA
002	GENECI BORDIGNON	10,0	APROVADA
003	LEDIANE BRADELA ALBERTI	7,00	APROVADA

005	SOLENI BICIGO PALUDO	8,00	APROVADA
006	MARTA MOLOSSI BARBIERI	7,30	APROVADA
007	CRISTINA CARPE DA SILVEIRA	7,20	APROVADA
008	DÉBORA SPAGNOL	10,0	APROVADA
009	CLARICE BURTULLI BETIATTO	9,0	APROVADA
010	JUÇARA FÁTIMA CÂMERA	8,90	APROVADA
011	LUCAS WUICIK	10,0	APROVADO

Xavantina, SC, 16 de Julho de 2015.

Meryen Andrine Renostro Martins de Quadros

Presidente CMDCA

Xaxim

PREFEITURA

DECRETO 239

DECRETO Nº. /2015.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, pelo presente Decreto, JEFSON PEREIRA COSTA, CPF: 046.669.063-04, para exercer o cargo de MÉDICO, código 1047, categoria ATC (ATIVIDADES TÉCNICO CIENTÍFICO), nível 061, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 20 de julho de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de julho de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Consórcios

ARIS

ATA DA 48ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA ARIS

ATA DA 48ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Aos vinte cinco dias do mês de junho, do ano de dois mil e quinze (25/06/2015), às 8 horas e 30 minutos, estiveram reunidos, na sala de reuniões da ARIS, localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, os Conselheiros da ARIS, Srs. Afonso Veiga Filho, André Miquelante, Gilberto Valente Canali, Marcos Fernando Zanella, Michele Batista Correia Mello, Nádia Boff Ribeiro e Willian Carlos Narzetti. Participaram também o Diretor Geral, Sr. Adir Faccio, o Diretor de Regulação, Sr. Ricardo Martins, o Coordenador de RH/Jurídico, Sr. Magnus Caramori e o Ouvidor, Sr. Luiz Aurélio de Oliveira. Os trabalhos da 48ª reunião do Conselho de Regulação foram iniciados pelo Presidente, Sr. Marcos Fernando Zanella, conforme edital de convocação nº 06/2015, com a seguinte ordem do dia: 1) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 17/2015, Município de Capão Alto. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali; 2) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 17/2014, Município de Porto Belo. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali; 3) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 01/2015, Município de Rio do Sul. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali; 4) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 24/2014, Município de Maravilha. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali; 5) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 02/2015, Município de Irineópolis. Relator: Conselheiro Afonso Veiga Filho; 6) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 28/2015, Município de Mirim Doce. Relator: Conselheiro Willian Carlos Narzetti; 7) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 36/2015, Município de Chapadão do Lageado. Relatora: Conselheira Nádia Boff Ribeiro; 8) Redistribuir o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 20/2014, Município de Laurentino. Relator: Conselheiro Marcos Fernando Zanella; 9) Redistribuir o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 35/2014, Município de Balneário Piçarras. Relator: Conselheiro Marcos Fernando Zanella; 10) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 26/2014, Município de Lontas. Relatora: Conselheira Michele Batista Correia de Mello; 11) Distribuição dos seguintes recursos interpostos nos processos administrativos punitivos: 11.1) Processo Administrativo Punitivo nº 37/2015. Auto de Infração nº 37/2015. Autuada: CASAN. Município de Barra Velha; 11.2) Processo Administrativo Punitivo nº 38/2015. Auto de Infração nº 38/2015. Autuada: CASAN. Município de Forquilha; 11.3) Processo Administrativo Punitivo nº 14/2015. Auto de Infração nº 14/2015. Autuada: CASAN. Município de Águas Frias; 11.4) Processo Administrativo Punitivo nº 27/2015. Auto de Infração nº 27/2015. Autuada: CASAN. Município de Maracajá; 11.5) Processo Administrativo Punitivo nº 39/2015. Auto de Infração nº 39/2015. Autuada: Meio Oeste Ambiental Ltda. Município de Caçador; 11.6) Processo Administrativo Punitivo nº 40/2015. Auto de Infração nº 40/2015. Autuada: CASAN. Município de Coronel Freitas; 12) Relatório de Ouvidoria; 13) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação; 14) Analisar, deliberar e expedir resolução, que dispõe sobre os procedimentos para coleta, sistematização de dados e cálculo de indicadores para avaliação da

evolução de desempenho da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios regulados pela ARIS.15) Assuntos Gerais. Abertos os trabalhos, o Presidente, Sr. Marcos Fernando Zanella, passou a palavra ao Sr. Gilberto Valente Canali para que fizesse a leitura de relatório e voto referente ao processo administrativo punitivo nº 17/2015, Município de Capão Alto. Por unanimidade os conselheiros acompanharam o voto do relator de manutenção a penalidade de advertência à autuada. O Item 2 da pauta foi transferido para a próxima reunião ordinária do Conselho de Regulação. No Item 3, o Sr. Gilberto Valente Canali fez leitura de relatório e voto referente ao processo administrativo punitivo nº 01/2015, Município de Rio do Sul. Por unanimidade os conselheiros seguiram o voto do relator mantendo a penalidade de advertência à autuada. Em seguida, o Sr. Gilberto Valente Canali fez a leitura de relatório e voto referente ao processo administrativo punitivo nº 24/2014, Município de Maravilha. Por unanimidade os conselheiros seguiram o voto do relator mantendo a penalidade de advertência à autuada. Posteriormente, o Sr. Afonso Veiga Filho fez a leitura de relatório e voto referente ao processo administrativo punitivo nº 02/2015, Município de Irineópolis. Por unanimidade os conselheiros seguiram o voto do relator mantendo a penalidade de advertência à autuada. Em seguida, a Sr. Willian Carlos Narzetti fez a leitura de relatório e voto referente ao processo administrativo punitivo nº 28/2015, Município de Mirim Doce. Por unanimidade os conselheiros seguiram o voto do relator mantendo a penalidade de advertência à autuada. Posteriormente, foi feita a leitura, pela Conselheira Nádia Boff Ribeiro, do relatório e voto referente ao processo administrativo punitivo nº 36/2015, Município de Chapadão do Lageado. Por unanimidade os conselheiros seguiram o voto da relatora de manutenção da penalidade de advertência à autuada. Os processos administrativos punitivos pertencentes aos Itens 8 e 9 constantes no Edital de Convocação nº 06/2015 serão redistribuídos juntamente com os pertencentes ao Item 11. Em seguida, a Sra. Michele Batista fez a leitura de relatório e voto referente ao processo administrativo punitivo nº 26/2014, Município de Lontas. Por unanimidade os conselheiros seguiram o voto do relator mantendo a penalidade de advertência à autuada. No item seguinte da pauta foram sorteados os seguintes processos administrativos punitivos: Processo Administrativo Punitivo nº 37/2015, Auto de Infração nº 37/2015, Autuada CASAN, Município de Barra Velha a cargo do Sr. Willian Carlos Narzetti; Processo Administrativo Punitivo nº 38/2015, Auto de Infração nº 38/2015, Autuada CASAN, Município de Forquilha a cargo da Conselheira Michele Batista; Processo Administrativo Punitivo nº 14/2015, Auto de Infração nº 47/2015, Autuada CASAN, Município de Águas Frias a cargo do Conselheiro André Miquelante; Processo Administrativo Punitivo nº 27/2015, Auto de Infração nº 27/2015, Autuada CASAN, Município de Maracajá a cargo do Conselheiro Gilberto Valente Canali; Processo Administrativo Punitivo nº 39/2015, Auto de Infração nº 39/2015, Autuada Meio Oeste Ambiental Ltda., Município de Caçador a cargo da Conselheira Michele Batista; Processo Administrativo Punitivo nº 40/2015, Auto de Infração nº 40/2015, Autuada CASAN, Município de Coronel Freitas a cargo do Relator André Miquelante. A redistribuição do recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 20/2014, referente ao Município de Laurentino ficou a cargo da Conselheira Nádia Boff Ribeiro para elaboração de relatório e voto. A Redistribuição do recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 35/2014, referente ao Município de Balneário Piçarras ficou a cargo do Conselheiro Afonso Veiga Filho para elaboração de relatório e voto. Foram distribuídos, ainda, os Processo Administrativo Punitivo nº 008/2015,

Auto de Infração nº 008/2015, Autuada CASAN, Município de Ca-xambu do Sul , que ficou a cargo do Conselheiro Afonso Veiga Filho; Processo Administrativo Punitivo nº 010/2015, Auto de Infração nº 010/2015, Autuada CASAN, Município de Jardinópolis, que ficou a cargo do Conselheiro Gilberto Valente Canali; Processo Administrativo Punitivo nº 22/2014, Auto de Infração nº 22/2014, Autuada CASAN, Município de Água Doce , que ficou a cargo do Conselheiro Willian Carlos Narzetti; e Processo Administrativo Punitivo nº 005/2015, Auto de Infração nº 005/2015, Autuada CASAN, Município de São Lourenço do Oeste , que ficou a cargo da Conselheira Nádia Boff Ribeiro. Seguindo a pauta da reunião, foi passada a palavra ao Ouvidor Sr. Luiz Aurélio de Oliveira. Relatou que houveram 33 manifestações de prestadores de serviços referentes à falta de água em sistemas de abastecimento, com destaque para Chapecó e Concórdia com 7 manifestações cada. Já em referência a manifestações de usuários quanto a falta de abastecimento de água, houveram 11 reclamações, com destaque para o município de Palhoça, com 7 registros. Em seguida foi passada a palavra ao Sr. Ricardo Martins para apresentação do relatório de atividades da Diretoria de Regulação. Relatou que ao longo do mês de junho não houveram fiscalizações "in loco" e que as atividades se concentraram nos andamentos dos processos administrativos em tramites. Informou que a ARIS recebeu o planejamento das ações da CASAN para sanar as não conformidades levantadas nos relatórios de fiscalização. Quanto às atividades de regulação, foi informado que está em andamento os estudos para reajuste tarifário da CASAN, revisão tarifária para o Município de Rio Negrinho e a implantação de tarifa para o Município de Sul Brasil. No Item 14 da pauta, referente a deliberação de encaminhamento para consulta pública da resolução que dispõe sobre os procedimentos para coleta, sistematização de dados e cálculo de indicadores para avaliação da evolução de desempenho da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios regulados pela ARIS, foi aprovado por unanimidade pelos Conselheiros. Em assuntos gerais foi informado da distribuição da cartilha sobre consumo sustentável, em andamento, aos municípios regulados pela ARIS, que teve uma ótima repercussão. Foi informado da execução de curso para operadores de ETA dos prestadores de serviços da administração direta e indireta dos municípios regulados pela ARIS, em parceria com o SENAI de Blumenau. Por fim, foi agendada a próxima reunião do Conselho de Regulação para a data de 30 de julho de 2015. Sem mais nada a tratar, o Presidente do Conselho de Regulação, Sr. Marcos Fernando Zanella, agradeceu a todos pela participação, dando-se por encerrados os trabalhos. Eu, André Miquelante, lavrei a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes.

Marcos Fernando Zanella (Presidente do Conselho de Regulação)

Afonso Veiga Filho (Conselheiro da ARIS)

André Antunes Miquelante (Conselheiro da ARIS)

Gilberto Valente Canali (Conselheiro da ARIS)

Michele Batista (Conselheira da ARIS)

Nádia Boff Ribeiro (Conselheira da ARIS)

Willian Carlos Narzetti (Conselheiro da ARIS)

DELIBERAÇÃO Nº 013/2015

DELIBERAÇÃO N. 013/2015

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados no Município de Penha/SC.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício 085/2015 PGM, no qual o município requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e considerando as JUSTIFICATIVAS apresentadas em anexo ao procedimento administrativo n. 081/2015 vem:

1. Conceder o reajuste tarifário em até 4,80%, conforme índice identificado no parecer da Diretoria de Regulação da ARIS, anexo ao procedimento administrativo n. 081/2015.
2. Fica também definido ao prestador, que implemente os preços públicos pelos serviços prestados por solicitação do usuário;
3. Os novos valores de tarifa e preços públicos, a partir do início das leituras, terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados desta deliberação.
4. A veiculação do comunicado de reajuste deve se dar no mínimo, em jornal de circulação corrente no município, em rádio e site do prestador.
5. O prestador deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária de água e esgoto, cópia da publicação em jornal de veiculação no município e/ou do site.

Florianópolis, 16 de julho de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2015 - CONSELHO DE REGULAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2015

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Marcos Fernando Zanella, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 30 de julho de 2015, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 30 de julho de 2015

Horário: Início às 8h30

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 37/2015, Município de Barra Velha. Relator: Conselheiro Willian Carlos Narzetti;
- 2) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 022/2014, Município de Água Doce. Relator: Conselheiro Willian Carlos Narzetti;
- 3) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 38/2015, Município de Forquilha. Relatora: Conselheira Michele Batista Correia Mello;
- 4) Julgar o recurso interposto pela Meio Oeste Ambiental Ltda., contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº

39/2015, Município de Caçador. Relatora: Conselheira Michele Batista Correia Mello;
5) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 40/2015, Município de Coronel Freitas. Relator: Conselheiro André Miquelante;
6) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 14/2015, Município de Águas Frias. Relator: Conselheiro André Miquelante;
7) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 27/2015, Município de Maracajá. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali;
8) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 010/2015, Município de Jaridópolis. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali;
9) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 005/2015, Município de São Lourenço do Oeste. Relatora: Conselheira Nádia Boff Ribeiro;
10) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 20/2014, Município de Laurentino. Relatora: Conselheira Nadia Boff Ribeiro;
11) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 35/2014, Município de

Balneário Piçarras. Relator: Conselheiro Afonso Veiga Filho;
12) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 008/2015, Município de Caxambu do Sul. Relator: Conselheiro Afonso Veiga Filho;
13) Distribuição dos seguintes recursos interpostos nos processos administrativos punitivos:
8.1) Processo Administrativo Punitivo nº 23/2015. Auto de Infração nº 23/2015. Autuada: CASAN. Município de União do Oeste;
8.2) Processo Administrativo Punitivo nº 44 /2015. Auto de Infração nº 44/2015. Autuada: CASAN. Município de Trombudo Central;
8.3) Processo Administrativo Punitivo nº 41/2015. Auto de Infração nº 41/2015. Autuada: CASAN. Município de Ibirama;
8.4) Processo Administrativo Punitivo nº 20/2015. Auto de Infração nº 20/2015. Autuada: CASAN. Município de Coronel Freitas.
14) Relatório de Ouvidoria;
15) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação;
16) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 14 de julho de 2015.
Marcos Fernando Zanella
Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

CIGA

EXTRATO CONTRATO - 409 - PGT - SANTA ROSA DE LIMA

Extrato de Contrato nº 409/2015
Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Santa Rosa de Lima
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa de Lima
CNPJ: 82.926.593/0001-86
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 36/2014
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).
VALOR: R\$ 235,00 (Duzentos e trinta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 07 julho de 2015.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 410 - PGT- REGIN- SALETE

Extrato de Contrato nº 410/2015
Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Salete
CONTRATANTE: Município de Salete
CNPJ: 83.102.723/0001-29
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 79/2015
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA.
VALOR: 7 parcelas mensais de R\$ 480,00 (Quatrocentos e oitenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de

janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 01 junho de 2015.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 411 - PGT - RIO RUFINO

Extrato de Contrato nº 411/2015
Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Rio Rufino
CONTRATANTE: Município de Rio Rufino
CNPJ: 95.991.071/0001-00
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 71/2015
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).
VALOR: R\$ 235,00 (Duzentos e trinta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 01 julho de 2015.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 413 - PGT- REGIN- SAO JOSÉ DO CERRITO

Extrato de Contrato nº 413/2015
Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – São José do Cerrito
CONTRATANTE: Município de São José do Cerrito
CNPJ: 82.777.327/0001-39
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 05/2015
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA.

VALOR: 7 parcelas mensais de R\$ 402,85 (Quatrocentos e dois reais e oitenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 12 junho de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 412 - PGC -BRUNÓPOLIS

Extrato de Contrato nº 412/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão de Câmara de Vereadores – Brunópolis

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Brunópolis

CNPJ: 01.635.079/0001-90

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 003/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$.2.280,00 (Dois mil duzentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 01 de julho de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 21ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Timbó, 16 de julho de 2015.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, no uso de suas atribuições, CONVOCA os consorciados para a 21ª Assembleia Geral Ordinária a acontecer no dia 23.07.2014 (vinte e três de julho - quinta-feira), às 14h30min, tendo por local o Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, sita na Rua Alberto Stein, nº 466 – Velha, Município de Blumenau-SC.

ORDEM DO DIA

1. Informes
2. Programa de Trabalho e Orçamento Anual exercício 2016;
3. Assuntos Gerais

Sergio Almir dos Santos

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 130 DE 16 DE JULHO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 130, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Contrata candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2014 para o emprego público efetivo de Agente Administrativo do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIMVI, e fundamentado nos artigos 9º, 11 e 33 a 40 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 98, de 10/07/14, no art. 37, II, da Constituição Federal e nos artigos 443, § 2º, "c", e 456 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º - Contratar, com base nos artigos 9º, 11 e 38 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 98, de 10/07/14, o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 01/2014, para o emprego público de Agente Administrativo do CIMVI, a contar de 01/08/2015:

NOME	CPF	SALÁRIO MENSAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL
James Schmitt	648.520.169-68	R\$.2.302,94	40h

§ 1º - O contratado ficará submetido ao Regime Jurídico trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e ao Regime

Geral de Previdência Social – RGPS estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

§ 2º - O contratado estará submetido a contrato de experiência, por noventa dias, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação especial para o desempenho das funções do emprego público.

Art. 2º - Convocar o servidor para tomar posse nos termos dos artigos 33 à 35 do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, aprovado pela Resolução nº 98, de 10/07/14.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 16 de julho de 2015.

Sergio Almir dos Santos

Presidente

CIS/AMARP

EXTRATO CONTRATO 80 2015 DIGIMAX VIDEIRA

EXTRATO DE CONTRATO 80/ 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM VIDEIRA LTDA, CNPJ 19.386.065/0001-45, situada na Rua Oswaldo Cruz, 62, Centro, Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Rodolpho Luiz de Faria Marsico, CPF 304.309.528-64.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Radiologia.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 80/2015.

Prazos: inicia-se em 16 de julho de 2015, encerrando-se em 31 de dezembro de 2015.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 16/07/2015

Signatários: Prefeito Gilberto Amaro Comazzetto contratante e Rodolpho Luiz de Faria Marsico contratado.

RESOLUÇÃO 10 2015 CPL

Resolução nº 10/2015-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento de CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM VIDEIRA LTDA, CNPJ 19.386.065/0001-45, situada na Rua Oswaldo Cruz, 62, Centro, Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal, Rodolpho Luiz de Faria Marsico, CPF 304.309.528-64 em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de procedimentos em:

Procedimentos	CÓDIGO	Valor
RM Membros Superiores (Unilateral)	0.20.70.20.02-7	268,75
RM Membros Inferiores (Unilateral)	0.20.70.30.03-0	268,75
RM Coluna Lombo Sacra	0.20.70.10.04-8	268,75
RM de Coluna Torácica	0.20.70.10.05-6	268,75
RM de Coluna Cervical	0.20.70.10.03-0	268,75
RM de Articulação Tempora-Mandibular (Bilateral)	0.20.70.10.02-1	268,75
RM de Bacia/Pélvis	0.20.70.30.02-2	268,75
RM de Sela Tursica	0.20.70.10.07-2	268,75
RM Crânio	0.20.70.10.06-4	268,75
RM Vias Biliares	0.20.70.30.04-9	268,75
RM de Abdômen Superior	0.20.70.30.01-4	268,75
RM de Tórax	0.20.70.20.03-5	268,75
Angioressonância Por Segmento	9016295*	268,75

(*) CÓDIGO CIS/AMARP

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 16 de julho de 2015.
VERA MATHEUS DE CASTRO
Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 27 2015

Resolução nº 27/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços de Radiologia, a seguir:

CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM VIDEIRA LTDA, CNPJ 19.386.065/0001-45, situada na Rua Oswaldo Cruz, 62, Centro, Videira - SC, em conformidade com o edital 01/2010, Termo de credenciamento 80/2015.

Procedimentos	CÓDIGO	Valor		
RM Membros Superiores (Unilateral)	0.20.70.20.02-7	268,75		
RM Membros Inferiores (Unilateral)	0.20.70.30.03-0	268,75		
RM Coluna Lombo Sacra	0.20.70.10.04-8	268,75		
RM de Coluna Torácica	0.20.70.10.05-6	268,75		
RM de Coluna Cervical	0.20.70.10.03-0	268,75		
RM de Articulação Tempora-Mandibular (Bilateral)	0.20.70.10.02-1	268,75		
RM de Bacia/Pélvis	0.20.70.30.02-2	268,75		
RM de Sela Tursica	0.20.70.10.07-2	268,75		
RM Crânio	0.20.70.10.06-4	268,75		
RM Vias Biliares	0.20.70.30.04-9	268,75		
RM de Abdômen Superior	0.20.70.30.01-4	268,75		
RM de Tórax	0.20.70.20.03-5	268,75		
Angioressonância Por Segmento	9016295*	268,75		

(*) Código próprio CISAMARP.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 16 de julho de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Presidente CIS-AMARP

CONSÓRCIO MAMPITUBA**ATA 1/2015**

Ata nº 01/2015

No dia 07 de julho, do ano de dois mil e quinze, às 15h15min estava presente o Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba, na Sede do Consórcio em São João do Sul-SC, e demais colaboradores do Consórcio, para em reunião extraordinária discutir e deliberar sobre: valores dos contratos de rateio das despesas para pavimentação asfáltica do tipo pré misturado à frio no trecho de ligação entre os Municípios de Praia Grande, São João do Sul e Mampituba; prestação de serviços de usinagem para terceiros. O Prefeito de Mampituba e Presidente do Consórcio, Sr. Pedro Juarez da Silva, abriu os trabalhos sendo deliberado o seguinte: 1º - restou acordado a execução da pavimentação asfáltica do trecho de ligação entre os três Municípios, sendo que os serviços e materiais a serem fornecidos pelo Consórcio será rateado em partes iguais, de conformidade com o orçamento que acompanhar o projeto, e que os demais serviços, uso de equipamentos e pessoal necessário a execução da obra, será disponibilizado entre os três Municípios em regime de mutirão; 2º - Ficou deliberado também que o Consórcio poderá prestar serviço de usinagem de massa alfáltica a frio diretamente aos Municípios Consorciados, à Municípios não consorciados e à terceiros pessoa física ou jurídica de direito privado, e que o preço a ser cobrado por tonelada para os Municípios Consorciados será o definido em planilha de custo a ser aprovada pelos representantes consorciados. Para Municípios não consorciados e para terceiros, o valor da referida planilha de custos será acrescido de 20% (vinte por cento). Nada mais tendo a ser deliberado ou discutido, o Sr. Pedro Juarez da Silva deu por encerrada a reunião, da qual, lavrou-se a presente ata, abaixo assinada pelos presentes.

Pedro Juarez da Silva
prefeito municipal de Mampituba

Valcir Daros
Prefeito Municipal de Praia Grande,

João Rubens dos Santos
Prefeito Municipal de São João do Sul